CADERNO DE DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA

ESCOLA JUDICIAL



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
TRT da 15ª Região

v. 13 n. 4 p. 462-715 jul./ago. 2017



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
Escola Judicial do TRT da 15ª Região

Caderno de Doutrina e Jurisprudência da Escola Judicial

Cad. Doutr. Jurisp. Escola Judicial Campinas v. 13 n. 4 p. 462-715 jul./ago. 2017

Escola Judicial do TRT da 15ª Região

Diretor

Des. Manoel Carlos Toledo Filho

Vice-diretora

Des. Ana Paula Pellegrina Lockmann

Conselho Consultivo

Des. Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa
Representante dos Desembargadores do Tribunal

Juiz Firmino Alves Lima
Representante dos Juízes Titulares de Vara do Trabalho

Juíza Camila Ceroni Scarabelli
Representante dos Juízes Substitutos

Servidor Evandro Luiz Michelon
Representante dos Servidores (voz e assento)

Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região - AMATRA XV
(voz e assento)

Representantes das Circunscrições

Araçatuba - Juiz Sidney Xavier Rovida
Servidora Rita de Cássia Leite Motooka Kozima

Bauru - Juíza Ana Cláudia Pires Ferreira de Lima
Servidora Márcia Di Donatto Ferreira

Campinas - Juíza Ana Cláudia Torres Vianna
Servidora Flávia Pinaud de Oliveira Mafort

Presidente Prudente - Juiz José Roberto Dantas Oliva
Servidor Adailton Alves da Silva

Ribeirão Preto - Juiz Fábio Natali Costa
Servidora Mileide Carla Coppede Isaac

São José do Rio Preto - Juiz Hélio Grasselli
Servidora Márcia Mendes Pequito

São José dos Campos - Juiz Marcelo Garcia Nunes
Servidora Meire Ferreira Ferro Franco Kulaif

Sorocaba - Juíza Candy Florencio Thomé
Servidor Raul Tadei Tormena

© Caderno de Doutrina e Jurisprudência da Escola Judicial, 2009

Coordenação

Des. João Alberto Alves Machado

Organização

Seção de Pesquisa e Publicações Jurídicas:
Laura Regina Salles Aranha - Assistente-chefe
Elizabeth de Oliveira Rei
Daniela Vitória Cassiano Gemim

Capa

Marcello Alexandre de Castro Moreira

Catalogação na Publicação elaborada pela Seção de Biblioteca / TRT 15ª Região

Caderno de Doutrina e Jurisprudência da Escola Judicial / Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, Escola Judicial - Campinas/SP, v.1 n.1 jan./fev. 2005-

Continuação do Caderno de Doutrina e Jurisprudência da Ematra XV

Bimestral

v. 13, n. 4, jul./ago. 2017

1. Direito do Trabalho - Periódicos - Brasil. 2. Processo Trabalhista - Brasil. 3. Jurisprudência do Trabalho - Brasil. I. Brasil. Tribunal do Trabalho da 15“ Região. Escola da Magistratura.

CDU - 34.331 (81)
CDD - 344.01

® Todos os direitos reservados:
Escola Judicial do TRT da 15ª Região
Rua Barão de Jaguara, 901 - 5º andar - Centro - Campinas/SP
CEP: 13015-927 | Fone: (19) 3731-1683
http://portal.trt15.jus.br | *e-mail:* escolajudicial@trt15.jus.br

Sumário

DOUTRINA

OS DIREITOS TRABALHISTAS DAS MULHERES NA PERSPECTIVA DOS INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO EM PROL DO TRABALHO DIGNO.....466
ORTIZ, Ruan Artemio Marques; SCHWARZ, Rodrigo Garcia

ÍNTEGRA

TRT da 15ª Região.....478

EMENTÁRIO

TRT da 15ª Região.....523

Índice do Ementário.....678

OS DIREITOS TRABALHISTAS DAS MULHERES NA PERSPECTIVA DOS INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO EM PROL DO TRABALHO DIGNO

ORTIZ, Ruan Artemio Marques*

SCHWARZ, Rodrigo Garcia**

Resumo: O presente artigo pretende, a partir da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher e da Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, ratificados pelo Brasil, analisar os principais dispositivos da CLT que visam à proteção da mulher, atentando para a concepção contemporânea dos Direitos Humanos. A partir de uma perspectiva comparada, demonstra-se que é imprescindível assegurar o direito ao trabalho digno para as mulheres, superando-se questões relacionadas ao preconceito de gênero.

Palavras-chave: Direitos da mulher. Políticas públicas. Igualdade de gênero. Trabalho digno.

Abstract: This study aims to present the Convention on the elimination of all forms of discrimination against women and the inter-american Convention to prevent, punish and eradicate violence against women. From this perspective, it carried out the analysis of the main provisions of the Brazilian Consolidation of Labor Laws (CLT), which aim to special protection to female audience. To achieve the desired ends, will be attend the contemporary conception of human rights, demonstrating that it is of paramount character to ensure the right to decent work for women.

Keywords: Decent work. Gender equality. Public policy. Women's rights protection.

1 INTRODUÇÃO

Após as atrocidades cometidas nas duas grandes guerras mundiais, fez-se necessário, na agenda mundial, retomar a concepção de dignidade da pessoa humana, pois a experiência

*Bolsista do Governo do Estado de Santa Catarina - Universidade do Oeste de Santa Catarina. CV: http://lattes.cnpq.br/8620190828213042.

**Juiz Titular da 8ª Vara do Trabalho de Guarulhos (TRT da 2ª Região), Prof. Dr. do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Direitos Fundamentais da Universidade do Oeste de Santa Catarina, Supervisor de Iniciação Científica. Doutor em Direito do Estado, Doutor em Direito do Trabalho e da Seguridade Social e Doutor em História Social, com Pós-Doutorados em Ciências Sociais, Democracia e Direitos Humanos. CV: http://lattes.cnpq.br/7357769919051902.

desse período histórico impregnou-se de relatos acerca da desconsideração e da fragmentação dos Direitos Humanos. Com isso, veio a lume a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), proclamando a fé das Nações nos direitos fundamentais e universais do homem, na dignidade e no valor da pessoa e na igualdade de direitos entre homens e mulheres. Dessa forma, adotou-se uma nova concepção dos Direitos Humanos, pautada em sua universalização. Ademais, afirmou-se a relação de interdependência e indivisibilidade de todos os direitos humanos fundamentais, civis, políticos, sociais, econômicos e culturais.

Sob esse enfoque, a Convenção internacional sobe a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW) tem por escopo a exclusão de todas as formas de discriminação baseadas na desigualdade de gênero, fomentando a participação das mulheres em conformidade com a dos homens na sociedade. Portanto, atribuiu-se às mulheres um arcabouço jurídico que tem por escopo garantir à mulher a qualidade máxima de estudo, de trabalho e de saúde, almejando a sua proteção social, em conformidade com a sua dignidade e a sua integridade moral.

A Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, conhecida por "Convenção de Belém do Pará", por sua vez, destina-se especificamente a proteger a mulher de qualquer tipo de agressão.

Tais convenções foram ratificadas pelo Brasil, sendo, ademais, amplamente compatíveis com o sistema de proteção internacional dos direitos humanos e com a Constituição brasileira de 1988, que se compromete a assegurar direitos iguais para homens e mulheres, reconhecendo os valores intrínsecos à pessoa em virtude de sua dignidade e de seus direitos fundamentais. Assim, toda a legislação nacional (brasileira) deve respeitar tais preceitos.

As legislações internacionais exercem o papel de aprimorar os direitos das mulheres, com foco, no âmbito trabalhista, na promoção do direito ao trabalho digno. É nessa perspectiva que se trata de analisar os preceitos protetivos da mulher na CLT, que, ao mesmo tempo que assegura a proteção da mulher no trabalho, por vezes a discrimina por condições biológicas.

O presente artigo, nesse contexto, promovendo o aprofundamento investigativo, através de pesquisa descritivo-explicativa do tipo documental-bibliográfica, dedica-se aos problemas analítico-conceituais, teórico-dogmáticos e filosófico-normativos relativos às normas jurídicas internas e internacionais em prol da igualdade entre homens e mulheres, destacando, ademais, com o intuito de fortalecer a referida tutela dos direitos fundamentais das mulheres, o dever do Estado de elaborar as correspondentes políticas públicas.

2 O PROCESSO DE SURGIMENTO DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS E A PROTEÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA

Após as duas grandes guerras mundiais, diversos fatores atribuíram ênfase para o desenvolvimento da internacionalização dos Direitos Humanos, sendo um deles o expansionismo das organizações internacionais, cujo propósito correspondia à cooperação internacional (PIOVESAN, 2011). Portanto, após os horrores ocorridos nos períodos das grandes guerras mundiais, verificou-se a necessidade de criação de algum mecanismo internacional de salvaguarda dos Direitos Humanos.

Sendo assim, instalou-se uma nova ordem internacional com a criação das Nações Unidas, que se comprometeu com a manutenção da segurança e da paz social através do desenvolvimento de relações amistosas entre os Estados, da adoção da cooperação de um padrão internacional no plano econômico, social e cultural e, principalmente, da proteção internacional dos direitos humanos (PIOVESAN, 2011), conforme os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas aprovada pelo Brasil em 4 de setembro de 1945, e ratificada em 12 de setembro do mesmo ano.

A mais formidável produção da Organização das Nações Unidas correspondeu ao advento da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que reconhece a condição da pessoa humana como requisito exclusivo para a titularidade de direitos, ancorando-se no cânone

de que o ser humano é essencialmente um ser moral, dotado de dignidade e unicidade existencial, sendo esses valores, de per si, intrínsecos à própria condição humana (PIOVESAN, 2009).

Tais Direitos Humanos adotam, assim, dois principais objetivos: firmar a dignidade da pessoa humana e prevenir o sofrimento humano. Os Direitos Humanos, na ordem contemporânea, não dependem da condição econômica, social ou cultural em que o sujeito se encontra, uma vez que lhe são assegurados os Direitos Humanos na sua universalidade[1].

Compara-se a Declaração dos Direitos Humanos de Viena, de 1993, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, uma vez que a primeira, perante a voz de 171 Estados, estabelece em seu § 5º que todos os direitos humanos são universais, interdependentes e inter-relacionados. Por sua vez, a segunda declaração considerou os Direitos Humanos a partir de uma conformação axiológica, atribuindo ênfase em sua indivisibilidade, universalidade e interdependência.

Segundo o art. 1º da Declaração Universal, "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em direito. Dotados de razão e consciência, devem agir uns para com os outros com espírito de fraternidade", depreende-se que, onde não houver respeito pela vida e pela integridade moral e física do ser humano e onde não forem asseguradas as condições mínimas para a existência humana, a dignidade da pessoa será aviltada e, assim, o ser humano estará fadado a servir como mero objeto de arbítrio e injustiças (SARLET, 2012).

O Século XX trouxe consigo o nascimento de uma nova disciplina, denominada de Direito Internacional de Direitos Humanos, sendo que, nessa seara, observa-se uma nova concepção do sujeito de direito, que é voltada para a especificidade do indivíduo e para o princípio da igualdade, instigando, assim, ações afirmativas em âmbito universal (RIBEIRO; MAZZUOLI, 2004). Desse modo, necessário se faz reforçar o direito à igualdade no âmbito dos Direitos Humanos, com o escopo de facultar-se uma vida digna e justa para todos.

2.1 Os direitos humanos e a necessidade de espeficificação do sujeito

No final do Século XVIII, as modernas declarações de direitos provaram grande avanço ao considerarem, em seu contexto, a igualdade formal, alegando que "todos são iguais perante a lei". Consequentemente, frente aos regimes absolutistas, os Direitos Humanos surgiram para impor controle ao poder abusivo exercido pelo Estado (PIOVESAN, 2003).

Nesse contexto, o nascimento dos direitos humanos traz consigo a necessidade de impor limites ao poder exercido pelo Estado em face da sociedade, promovendo o respeito, assim, sobretudo pelo Estado, dos direitos do indivíduo enquanto cidadão, em plena consonância com sua dignidade humana. Logo, o poder advindo do Governo deveria basear-se na legalidade, respeitando os direitos fundamentais, enquanto que o conceito de liberdade acabou por traduzir a inação estatal (PIOVESAN, 2003).

A partir daí, revela-se a necessidade de revisão do conceito de sujeito de direito, que não envolve somente o indivíduo em sua integridade, abrangendo questões relacionadas com as entidades de classes, com as organizações sindicais, e principalmente com os grupos vulneráveis (PIOVESAN, 2003)[2]. Ao elaborar-se estratégias promocionais para estimular a participação dos grupos socialmente discriminados[3], reavalia-se a concepção contemporânea de Direitos Humanos.

---

[1]Contudo, torna-se intolerável tratar o indivíduo de maneira geral e abstrata, devendo-se considerar a especificação do sujeito de direito; o direito de igualdade não obsta, assim, em matéria de Direitos Humanos, o direito à diversidade e à diferença (PIOVESAN, 2009).

[2]Desse modo, os direitos humanos não podem ser vistos somente no viés universal. Ademais, é ínsito à efetivação de tais direitos o reaver a especificidade do sujeito de direito, relacionado com categorias referentes a idade, etnia, gênero etc., sendo esse último o principal foco deste artigo.

[3]Somente a legislação repressiva é insuficiente para excluir as formas de discriminações praticadas na sociedade. Para que ocorra a promoção de igualdade e, consequentemente, a exclusão da discriminação, torna-se essencial a criação de estratégias promocionais com a capacidade de estimular a inclusão dos grupos socialmente excluídos dos espaços sociais (PIOVESAN, 2003).

Nesse mesmo viés, vale ressaltar que o processo de violação dos Direitos Humanos alcança principalmente os grupos sociais vulneráveis, como as mulheres (PIOVESAN, 2009), cabendo frisar, ainda, que o direito de igualdade está ligado à dignidade da pessoa (SARLET, 2012).

Portanto, a proteção dos Direitos Humanos é reconhecida a nível internacional, demonstrando-se, assim, a necessidade de considerar o assunto não somente em âmbito nacional. Logo, aprimora-se a promoção dos Direitos Humanos voltados para os grupos potencialmente vulneráveis, entre eles, o das mulheres, objeto central deste estudo.

2.2 A concepção contemporânea de direitos humanos à luz do sistema internacional de proteção

No momento da elaboração de um sistema internacional de proteção dos Direitos Humanos, mediante sua universalização, o assunto passa a ser integrado por meio de tratados internacionais. Assim, a concepção contemporânea dos Direitos Humanos envolve o surgimento de uma nova era de direitos, cuja eficácia corresponde aos instrumentos internacionais regulados por tratados de Direitos Humanos.

Em relação ao Brasil, o processo de democratização possibilitou a sua reinserção na arena internacional de proteção dos Direitos Humanos, com a adoção de medidas de proteção para a vigência completa desses direitos (PIOVESAN, 2003). É a partir da Constituição de 1988 que se intensifica a interação entre o direito internacional e o direito interno, fortalecendo-se o sistema de proteção dos direitos fundamentais perante o processo de internacionalização do direito constitucional e, por conseguinte, o processo de constitucionalização do direito interno (PIOVESAN, 2003).

Assim sendo, a Constituição de 1988 apresenta seu marco de democratização ao adotar medidas internacionais para a proteção dos Direitos Humanos, pois os instrumentos internacionais possuem o poder de aprimorar os dispositivos que regem o direito brasileiro. Dessa maneira, apresenta-se, no art. 5º, § 2º, da Constituição de 1988, o reconhecimento de que os direitos e garantias expressos no próprio texto constitucional "[...] não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte". Portanto, defende-se a ideia de que a referida cláusula admitiu o ingresso dos tratados internacionais de proteção dos Direitos Humanos no mesmo grau hierárquico das normas constitucionais em geral (MAZZUOLI, 2011) - ou, ao menos, pode-se afirmar que esses tratados são materialmente constitucionais[4].

3 A CONVENÇÃO SOBRE ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER E A CONVENÇÃO DO BELÉM DO PARÁ

Realizada no México, a primeira Conferência mundial sobre a mulher incentivou a ONU a elaborar um tratado internacional onde fossem assegurados, no plano internacional, de maneira obrigatória, os princípios da Declaração sobre a eliminação da discriminação contra a mulher (PIOVESAN, 2011). Sendo assim, em 1979, adotou-se a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW), ratificada por um grande número de Estados (PIOVESAN, 2012).

[4]Além do mais, é possível defender que o direito brasileiro proporciona a opção de um sistema misto, combinando regimes jurídicos diferenciados: o regime aplicado aos tratados internacionais e o regime aplicado aos tratados de Direitos Humanos (PIOVESAN, 2003). Vale ressaltar que a proteção dos direitos humanos não se deve reduzir apenas ao domínio reservado de um Estado, pois o tema apresenta interesse nacional, sendo que tal concepção inovadora gera duas consequências: a primeira, relativa à concepção tradicional de soberania do Estado, uma vez que são admitidas intervenções no plano nacional pelo bem dos Direitos Humanos, e a segunda, correspondente à ideia de que o indivíduo deve ter direitos protegidos a nível internacional, enquanto sujeito de direito (PIOVESAN, 2006).

A Convenção pugna por assegurar a igualdade entre homens e mulheres a nível internacional, em todas as esferas sociais, não admitindo discriminação em relação ao gênero. Ademais, atém-se ao princípio da igualdade tanto como um meio de obrigação, quanto como um objetivo a ser alcançado (PIOVESAN, 2003).

Em seu art. 1º, a Convenção considera a discriminação contra a mulher: "[...] toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher [...] com base na igualdade do homem e da mulher". Interessante analisar que a Convenção afirma que, para se assegurar a plena igualdade de gênero, necessário se faz modificar o papel tradicional tanto do homem como da mulher na sociedade e na família.

Ou seja, todos os Estados que ratificaram a Convenção[5] responsabilizaram-se por promover a igualdade entre os sexos, seja por meio de regulamentação cogente, seja por projetos que objetivam a inclusão da mulher na sociedade em plena igualdade com o homem. Isso porque, mesmo na sociedade atual, as mulheres ainda sofrem pela desigualdade frente aos homens. Torna-se importante lembrar que somente a partir de 1932 as mulheres brasileiras obtiveram o direito de votar.

Em 22 de dezembro de 2000, a ONU adotou o protocolo facultativo da Convenção sobre a eliminação da discriminação contra a mulher, com dois mecanismos de monitoramento: a) mecanismo de petição, onde são encaminhadas denúncias de violação de direitos enunciados na Convenção para a apreciação do Comitê sobre a eliminação da discriminação contra a mulher, e b) procedimento investigativo, habilitando o Comitê a investigar a existência de violações dos Direitos Humanos das mulheres, sendo que o Brasil adotou tal protocolo em 28 de junho de 2002 (PIOVESAN, 2003).

Considerado como outro grande avanço em relação à proteção internacional dos direitos das mulheres, a Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher foi ratificada pelo Brasil em 1995 (PIOVESAN, 2003).

O foco desta Convenção é combater todas as formas de agressões contra as mulheres, prevenindo, assim, a violência[6]. Além do mais, essa Convenção adota deveres para os Estados partes, obrigando-os a adotarem políticas que tenham a capacidade de punir e erradicar todas as formas de violência contra as mulheres, sendo que tal tratado internacional é o primeiro a reconhecer de fato a violência contra a mulher como um fenômeno generalizado e que alcança, sem qualquer distinção, um elevado número de mulheres (PIOVESAN, 2012).

Interessante ressaltar que, no ano de 2001, a Comissão interamericana condenou o Estado brasileiro por negligência e omissão a respeito da violência doméstica[7], observando que tal decisão fundamentou-se no ato de violação, por parte do Estado, dos deveres assumidos com a Convenção Americana de Direitos Humanos e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a violência contra a mulher (PIOVESAN, 2012).

Sendo assim, em 7 de agosto de 2006, foi implantada no Estado brasileiro a Lei n. 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha. Contudo, de acordo com o IPEA, enquanto que a taxa de homicídios de mulheres pelos companheiros entre 2001 e 2006 alcançou 5,28 para cada 100 mil habitantes, tal índice permaneceu na faixa de 5,22 nos anos de 2007 e 2011, sendo que entre

[5]O Brasil ratificou a referida convenção no ano de 1984 (PIOVESAN, 2003). No mesmo ano, o Governo brasileiro apresentou reservas ao art. 15 e art. 16, sendo que o primeiro assegurou a homens e mulheres o direito de, livremente, escolher seu domicílio e residência, e o segundo, a igualdade de direitos entre homens e mulheres na seara do casamento e das relações familiares. No entanto, em 20 de dezembro de 1994 o Brasil eliminou as reservas citadas anteriormente, notificando o secretário-geral das Nações Unidas (PIOVESAN, 2003).

[6]Nesse mesmo contexto, esclarece a autora que a violência baseada em gênero ocorre no momento em que qualquer ato é direcionado para a mulher pelos simples fato de ser mulher (PIOVESAN, 2012, p.78).

[7]Tal fato revela que, mesmo após a ratificação de tais convenções, o Estado brasileiro demonstrou-se desinteressado pela causa, contribuindo com a desigualdade das mulheres na sociedade, sendo estas as maiores vítimas de violência doméstica. Frisa-se que, em relação aos dezessete países da América Latina, o Brasil, até o ano de 2006, era o único em que não havia legislação específica acerca da violência contra a mulher (PIOVESAN, 2012).

2001 e 2011 registraram-se cerca de 50 mil casos de mulheres mortas por violência doméstica e de gênero[8]. Ou seja, mesmo após a adoção tardia de tal lei, grande parte da população feminina continuou sofrendo agressões.

Através dos fatos citados anteriormente, as Convenções revelam-se como um aparato internacional ao qual as mulheres vítimas de discriminação podem recorrer no momento em que seus direitos forem violados. Porém, a falta de conhecimento gera pouca aplicação e efetividade desse aparato, e há poucos profissionais especializados em direito internacional para fazer valer esse arcabouço no plano prático.

Portanto, ao se efetivarem iguais condições de trabalho para homens e mulheres, atribui-se a ambos o direito de viver em consonância com sua dignidade. Assim, torna-se importante retomar a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, a qual expõe, em seu art. 11, que todos os Estados devem adotar medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher na seara do emprego, assegurando a igualdade entre homens e mulheres dos mesmos direitos, e em particular, o direito ao trabalho, que é considerado como um direito inalienável para todos os seres humanos.

4 DIREITO AO TRABALHO DIGNO E OS DIREITOS TRABALHISTAS DAS MULHERES A NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) declara como relacionados aos princípios e direitos fundamentais no trabalho: a abolição efetiva do trabalho infantil; a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório; a liberdade sindical e o reconhecimento efetivo no direito de negociação coletivo, e, por fim, a eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação. Ademais, assegura a igualdade de oportunidades e de tratamento para homens e mulheres. Assim, o Brasil assumiu junto à OIT o compromisso de promover o trabalho decente, atribuindo os recursos trabalhistas de maneira igualitária[9].

Ou seja, para que se efetive a valorização do trabalho humano, é preciso assegurar a todos a existência digna, sendo que o Estado deve efetivar meios para a redução das desigualdades regionais, bem como sociais, disponibilizando, também, a busca do pleno emprego. Portanto, observa-se a inserção da dignidade da pessoa humana na seara do trabalho. Salienta-se que o art. 170 da Constituição comprometeu-se em assegurar que a ordem econômica não deve tornar o homem um mero fator de produção, mas considerá-lo o centro do sistema (GOLDSCHMIDT, 2009).

O art. 23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece que toda pessoa possui o direito ao trabalho, à livre escolha do mesmo, bem como a condições satisfatórias de labor e a proteção contra o desemprego. No mesmo artigo, pugna-se que todos possuem o direito a salário igual por trabalho igual. Compara-se este último com o art. 7º, XXX, da Constituição brasileira, que afirma a "[...] proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil".

Portanto, através dos princípios fundamentais, em especial da dignidade da pessoa humana, bem como dos instrumentos internacionais, é possível garantir ao empregado condições dignas de trabalho, permanecendo intacta a sua integridade moral e sua dignidade humana. Ressalta-se que é preciso elaborar mecanismos eficazes para garantir a igualdade de trabalho entre homens e mulheres, em consonância com as responsabilidades de um Estado Democrático de Direito, conforme preconiza o art. 1º da Constituição[10].

[8]Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=19904&Itemid=75>.

[9]Portanto, é possível observar a relação entre o trabalho e os princípios fundamentais, respeitando a dignidade da pessoa em diversos aspectos. Sendo assim, frisa-se que, sem o reconhecimento dos direitos fundamentais, os quais são inerentes ao homem, nega-se, em última análise, a dignidade da pessoa humana (SARLET, 2012).

[10]Com isso, ressalta-se que o Brasil realizou o ato de ratificação, no ano de 1992, do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, objetivando a melhoria na condição social e econômica dos indivíduos, sendo que, em seu Art. 7º, reconhece o Pacto que todos têm o direito de gozar de condições de trabalho justas e favoráveis, assegurando remuneração adequada a uma vida digna (SILVA; ACCIOLY, 2002).

No Brasil, as leis trabalhistas garantem uma série de direitos direcionados para as mulheres. O art. 373 da CLT, mais especificamente, estabelece comandos destinados a corrigir determinadas distorções que afetam o acesso da mulher ao mercado de trabalho.

Dados do Idepa revelam a taxa de atividade feminina relacionada com a inserção no mercado de trabalho no Brasil. A pesquisa aponta que as mulheres obtiveram um aumento significativo nas últimas décadas, demonstrando que sua participação no mercado de trabalho entre 15 e 59 anos de idade aumentou de 52,5% em relação ao ano de 1992 para 61% no ano de 2013. No entanto, em 1992 a taxa de participação dos homens entre 15 e 59 anos foi de 89%, alcançando 83% no ano de 2012.

A nível internacional de proteção das mulheres no mercado de trabalho, cita-se, novamente, o art. 11 da Convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, que assegura as condições de igualdade entre homens e mulheres, e em particular: 1) o direito ao trabalho como direito inalienável de todo ser humano; 2) o direito às mesmas oportunidades de emprego, inclusive a aplicação dos mesmos critérios de seleção em questões de emprego; 3) o direito de escolher livremente profissão e emprego, o direito à promoção e à estabilidade no emprego e a todos os benefícios e outras condições de serviço, e o direito ao acesso à formação e à atualização profissionais, incluindo aprendizagem, formação profissional superior e treinamento periódico; 4) o direito a igual remuneração, inclusive benefícios, e igualdade de tratamento relativa a um trabalho de igual valor, assim como igualdade de tratamento com respeito à avaliação da qualidade do trabalho.

Destaca-se que os direitos enunciados em tratados internacionais ampliam o universo dos direitos nacionais na medida em que não são assegurados no direito interno (PIOVESAN; GOMES, 2000). A ideia de efetivar os direitos e garantias individuais, expressos tanto nos tratados internacionais, quanto na Constituição, deve valorizar a pessoa humana como centro da sociedade, detentora de dignidade (GURGEL, 2007).

Considerando que a discriminação da mulher perante o homem na seara trabalhista é um fator que merece relevante atenção, afirma-se que as leis do trabalho e os dispositivos internacionais servem de subsídio para que as mulheres recorram quando não se sentirem em posse de seus direitos.

Afirma-se que o Governo brasileiro deve moldar sua identidade jurídica por meio da aplicabilidade dos tratados ratificados de direitos humanos em situações concretas regidas pelas normas internas (MAZZUOLI, 2001). Ademais, não basta apenas aplicar a norma em consonância com o direito internacional, mas elaborá-la respeitando os dispositivos impostos em tratados dos quais o Brasil é signatário, responsabilizando-se em adotar medidas para promoção e efetivação desses.

4.1 Políticas públicas e a Constituição Federal de 1988

Primeiramente, vale ressaltar que as políticas públicas possuem caráter, em regra, conservador, de atendimento centralizado, cuja criação deve distribuir de forma igualitária os recursos que visam a individualidade e a situação econômica de uma determinada sociedade. Dessa forma, servem como uma garantia da qualidade de vida, respeitando a dignidade do ser humano em sua totalidade, diminuindo, assim, as desigualdades existentes[11].

De acordo com Souza (2006), na literatura considera-se que a área de políticas públicas contou com quatro fundadores. O primeiro, Laswell, que apresenta a expressão *policy analysis* objetivando juntar o conhecimento científico acadêmico com a produção empírica dos governos de forma a criar o diálogo entre grupos de interesse, cientistas sociais e o governo. O segundo, Simon, que deduziu que a racionalidade dos decisores públicos era sempre limitada por problemas

[11]Infelizmente, ocorre que o país possui necessidades diferentes em cada região e em determinados casos, a situação acaba sendo maior que a solução. Entretanto, devido à delimitação do tema dessa pesquisa, é possível pensar em recurso que possa diminuir a desigualdade de gênero na seara trabalhista, visto que o fato atinge todo o país.

relacionados com informação incompleta ou imperfeita. O terceiro, Lindblom, que questionou o trabalho dos dois fundadores citados anteriormente, afirmando que as políticas públicas precisariam incorporar outros elementos à sua análise, como o papel das eleições, das burocracias e dos grupos de interesse. E por último, Easton, contribuindo para a área ao afirmar que as políticas recebem *inputs* dos partidos, dos grupos de interesse e da mídia, servindo como fator de influência para os seus resultados e efeitos[12]. Destaca-se que não existe uma única e melhor definição para a política pública, sendo que a mais conhecida continua sendo a de Laswell, segundo o qual as decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o que, por que e que diferença faz.

No direito do Estados Unidos, a ciência política está próxima do campo dos estudos jurídicos e possui uma inserção mais antiga no direito público, fazendo com que o sistema jurídico dos EUA esteja altamente familiarizado com os direitos sociais e que as estruturas referentes a decisões e aos processos jurídicos estejam mais aptas a lidar com as políticas públicas (BUCCI, 2001).

O assunto tratado nesse capítulo se tornou uma categoria de interesse para o direito brasileiro há pouco tempo, havendo, desse modo, pouca literatura jurídica acerca do tema, do seu conceito, da sua situação, assim como do regime jurídico a que estão submetidas a sua criação e realização (BREUS, 2006).

Na Constituição, em seu art. 1º, está afirmado que um dos fundamentos da República é a dignidade da pessoa humana. Isso significa que todo cidadão deve ser visto em sua peculiaridade, sendo que qualquer tipo de discriminação deve ser eliminado pelo Estado através de leis, projetos e, como é pretendido expor, de políticas públicas, criadas para privilegiar um grupo de indivíduos que sofre desigualdade; neste caso, as mulheres.

Apresentados na Constituição encontram-se os Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, que desempenham fundamental papel na criação das políticas públicas, sendo que a realização destas compete, como tarefa hegemônica, ao Poder Legislativo e ao Poder Executivo, cumprindo, dessa forma, o Poder Judiciário o papel de examinador da compatibilidade de determinado ato com a Constituição no exercício do controle de constitucionalidade (OSVALDO, 2011). Isso significa que, caso os dois primeiros poderes citados anteriormente se omitam na realização das políticas públicas necessárias para a efetivação dos direitos fundamentais sociais, é papel do Poder Judiciário exercer o controle constitucional dos seus atos, inclusive da sua inação. Logo, cabe a este último garantir os direitos sociais[13].

Os direitos sociais estiveram presentes, ainda que de forma indireta, em todas as Constituições que vigoraram em nosso país. Entretanto, a Constituição de 1988 consubstancia, efetivamente, um projeto de Estado Democrático de Direito, respeitando a dignidade da pessoa humana, de tal modo que atribui ao Governo o papel de promover ações que visem a diminuição de desigualdade presentes[14], atribuindo à população, desse modo, uma vida digna. Logo, nada mais justo do que atribuir devida atenção às políticas públicas, criadas para acolher determinado

[12]Nesse mesmo viés, torna-se necessário citar Theodor Lowi, autor que desenvolveu a mais conhecida tipologia sobre política pública, seguindo um único princípio fielmente: a política pública faz a política. Dessa forma, esta poderá assumir quatro formas: a primeira corresponde às políticas distributivas, cujas decisões são tomadas pelo governo, que não visam a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao visar determinado grupo; o segundo é o das políticas regulatórias, que são destinadas mais ao público, envolvendo burocracia e grupos de interesse; o terceiro é o das políticas redistributivas que são, em geral, as políticas sociais universais, o sistema previdenciário, o sistema tributário, e são as de mais complexo encaminhamento; o quarto é o das políticas constitutivas, que lidam basicamente com os procedimentos.

[13]Segundo SCHWARZ (2014, p. 75): "[...] o reconhecimento constitucional dos direitos sociais, por si só, determina, em qualquer circunstância, e mesmo em tempos de crises econômicas, um núcleo indisponível para os poderes de turno, razão pela qual não se pode deixar de reconhecê-los e, assim, de assegurá-los a todas as pessoas, sobretudo para aquelas que se encontram em posição mais vulnerável".

[14]Segundo BUCCI (2006), podemos atribuir a definição provisória de políticas públicas como programas de ação governamental, voltados para a concretização de direitos.

grupo fragilizado. Devemos levar em consideração que os direitos sociais são vistos como autênticos direitos humanos fundamentais (SCHWARZ, 2014).

Nesse mesmo viés, cita-se o art. 1º, IV, da Constituição, segundo o qual os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa constituem fundamento da República, sendo que no art. 5º, inc. I, da Constituição preconiza-se que os homens e as mulheres são iguais em direitos e obrigações. Ademais, a Constituição, em seu art. 7º, XX, afirma o direito à proteção do mercado de trabalho da mulher por meio de incentivos específicos, conforme a lei e o direito à proibição de qualquer discriminação quanto ao salário e critérios de admissão.

Mulheres sofrem constantemente da desigualdade na seara trabalhista, em comparação com os homens. Desse modo, para se diminuir essa fragilização dos direitos e, ao mesmo tempo, exigir-se do Estado que os direitos fundamentais - sociais - sejam respeitados, nada mais do que justo seria a criação de políticas públicas para permitir o trabalho digno e com qualidade para as mulheres, livre de qualquer discriminação em relação ao gênero.

4.2 Políticas públicas visando a concretização do trabalho digno para as mulheres

Primeiramente, vale apresentar a questão da licença-paternidade no Brasil. A Constituição de 1998 dispõe que a família, base da sociedade, possui especial proteção do Estado e que os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos de forma igual pela mulher e pelo homem. O art. 7º, XIX, da Constituição prevê a referida licença a ser concedida nos termos da lei. A CLT, no seu art. 473, III, dispõe que a licença-paternidade devida ao trabalhador empregado será de 1 (um) dia, licença estendida a 5 (cinco) dias, nos termos do art. 10, § 1º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Já a licença-maternidade concedida à trabalhadora (mulher) é de 120 (cento e vinte) dias, sem prejuízo do emprego e do salário, possibilitando-se a sua extensão, nos termos da lei. Mesmo com a extensão da licença-paternidade facultada pela recente Lei n. 13.257/2016, conclui-se que a mulher ainda é vista como uma cuidadora, e não possui os mesmos direitos e responsabilidades, em relação ao homem, no núcleo familiar.

No tocante aos Projetos de Lei em tramitação no Brasil, existe uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC n. 114/2007) que concede ao pai estabilidade no emprego durante o tempo de gestação (da mulher), mas somente nos casos em que o salário do pai for a única fonte de renda da família (THOME, 2009). Frente às exigências de cuidar, sozinha, de sua família, assim como de sua casa, a mulher acaba impossibilitada de atuar na vida política, de seguir sua carreira no trabalho e de efetuar outras atividades sociais, de tal modo que é excluída das decisões de vários aspectos da vida pública e privada, sendo que as empresas acabam por vê-las como donas de casa, cuidadoras, com discriminação salarial.

Outro fator importante seria a realização de meios (políticas) para incentivar os homens a trabalharem em empregos vistos como “femininos”, desmistificando-os. Afinal, observa-se que tais cargos sofrem preconceitos de gênero, sendo, desse modo, estereotipados e até mesmo repugnados por alguns homens. Atualmente a ONU está promovendo uma campanha denominada de HeforShe, a qual objetiva que pessoas do sexo masculino se tornem defensores da causa de gênero, pela promoção da igualdade entre os sexos em todas as áreas que envolvem discriminação de gênero[15].

Em relação à política, o poder é um domínio que ainda é ocupado hegemonicamente por homens, ou seja, o poder sobre as decisões públicas encontra-se marcadamente limitado à hegemonia masculina, o que acaba acarretando pouca sensibilidade no mundo político frente a assuntos importantes para a qualidade de vida das mulheres, em todas as searas.

Ocorrida em 1995, a plataforma de ação mundial da ONU, aprovada durante a 4ª Conferência sobre as Mulheres, em Pequim, na China, conclama os Estados à tomada de medidas

[15]Disponível em: <http://www.heforshe.org/en>.

visando a eliminação de preconceitos e da superioridade de um gênero sobre o outro[16]. O Brasil adotou, a partir desta Conferência, leis que garantiam cotas de gênero em processos eleitorais.

Segundo dados do IBGE, as mulheres totalizam 51,3% da população, e formam a maior parte do eleitorado, 52%, conforme levantamento feito em 2014 pelo TSE. Isso significa que, das 142,8 milhões de pessoas habilitadas a votar no Brasil, 74,4 milhões são do sexo feminino. Além de tal fato, dados da Pesquisa Nacional por Domicílio de 2012 demonstram que elas estudam mais, são maioria nas universidades brasileiras e ocupam 41,9% dos postos de trabalho. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE/RAIS), de 2012, as mulheres ocupam atualmente 38% dos cargos na medicina, 43% na advocacia e na Justiça, e são 60% na área da arquitetura[17]. Entretanto, a presença percentual feminina no parlamento é baixa. Comparado com os países latino-americanos, o Brasil apresenta a penúltima pior situação, à frente, apenas, do Haiti.

Nos capítulos anteriores, foram apresentadas as normas nacionais já conhecidas que visam a igualdade de gênero, bem como as instituições internacionais que regem a proteção da mulher no mercado de trabalho, além de ideias relacionadas com a criação de políticas públicas almejando-se a maior inserção do grupo fragilizado na seara trabalhista. Logo, é possível deduzir que recursos não faltam, mas falta um maior comprometimento do Governo e uma maior participação de todos, inclusive dos homens, para efetivar os direitos de igualdade e, assim, tornar possível a criação de uma sociedade igualitária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perante o que foi exposto, afirma-se que a discriminação entre homens e mulheres, enraizada há muitos séculos, continua presente não somente na sociedade como nos próprios dispositivos internos. Mesmo após a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da ratificação de alguns instrumentos internacionais pelo Governo brasileiro, conclui-se, infelizmente, que as mulheres não obtiveram pleno êxito em alcançar a igualdade no trabalho na sociedade hodierna. Contudo, não há negar que as convenções internacionais baseadas na proteção da mulher apresentam dispositivos potencialmente aptos ao amparo das mulheres.

Ou seja, os instrumentos internacionais vigem e são plenamente aplicáveis, contendo princípios que devem orientar qualquer lei que possa proteger a mulher no âmbito interno, desconsiderando qualquer discriminação em forma de gênero. Ademais, com o nascimento de um Estado Democrático de Direito, nasce a oportunidade de criação e efetivação de políticas públicas capazes de auxiliar a redução das desigualdades presentes em determinados locais, que acaba afetando todo o país, pelo mero fato de questões relacionadas a gênero e cultura generalizada.

Dessa forma, o direito interno e o direito internacional não são contraditórios; ao contrário, eles se completam. A questão aqui defendida não trata de somente aprimorar as leis trabalhistas das (direcionadas às) mulheres, mas sim de criar mecanismos que garantam totalmente a exclusão de todas as formas de discriminação entre homens e mulheres, colocando-os no mesmo patamar jurídico.

Não se deve desconsiderar que, no momento em que se adotam tais dispositivos internacionais em conformidade com a legislação interna, tem-se a afirmação de um trabalho digno. Ademais, conclui-se que o problema não está na disponibilidade e eficácia dos dispositivos internacionais, bem como das políticas públicas, e sim na promoção e divulgação destes para a sociedade civil.

[16]Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_beijing.pdf>.

[17]Disponível em: <https://www12.senado.gov.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/2a-edicao-do-livreto-mais-mulheres-na-politica>.

6 REFERÊNCIAS

BREUS, T. L. **Políticas públicas no Estado constitucional**: a problemática da concretização dos direitos fundamentais sociais pela administração pública brasileira contemporânea. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/31063-34052-1-PB.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2016.

BUCCI, M. P. D. Buscando um conceito de políticas públicas para a concretização dos direitos humanos. *In*: BUCCI, M. P. D. **Direitos humanos e políticas públicas**. São Paulo: Polis, 2001.

GOLDSCHMIDT, R. **Flexibilização dos direitos trabalhistas**: ações afirmativas da dignidade da pessoa humana como forma de resistência. São Paulo: LTr, 2009.

GURGEL, Y. M. **Direitos humanos, princípio da igualdade e não discriminação**: sua aplicação às relações de trabalho. Tese (Doutorado em Direito). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

MAZZUOLI, V. O. **Mercado de trabalho**: conjuntura e análise. IPEA: Brasília, 2014.

MAZZUOLI, V. O. **O controle jurisdicional da convencionalidade das leis**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

PIOVESAN, F. A proteção internacional dos direitos humanos das mulheres. **Revista EMERJ**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 57, jan./mar. 2012.

PIOVESAN, F. Direitos civis políticos: a conquista da cidadania feminina. *In*: BARSTED, L. L.; PITANGUY, J. (Org.). **O progresso das mulheres no Brasil**: 2003-2010. Rio de Janeiro: UNINFE, 2011.

PIOVESAN, F. Direitos humanos: desafios e perspectivas contemporâneas. **Revista do TST**, Brasília, v. 75, n. 1, jan./mar. 2009.

PIOVESAN, F. **Direitos humanos e o direito constitucional**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

PIOVESAN, F. **Temas de direitos humanos**. 2. ed. São Paulo: Max Limonad, 2003.

PIOVESAN, F.; GOMES, L. F. **O sistema interamericano de proteção dos direitos humanos e o direito brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

SARLET, I. W. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 9. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

SCHWARZ, R. G. **Terra de trabalho, terra de negócio**: o trabalho escravo contemporâneo na perspectiva (da violação) dos direitos sociais. São Paulo: LTr, 2014.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, jul./dez. 2006.

THOME, C. F. **Direitos de conciliação entre trabalho e família**: licença-maternidade e licença-paternidade. São Paulo: LTr, 2009.

7 BIBLIOGRAFIA

CAPELLA, A. C. N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. **BIB**: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, São Paulo, n. 61, jan./jul. 2006.

GOLDSCHMIDT, R. Discriminação no mercado de trabalho: consciência e ações de resistência. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 48, n. 78, jul./dez. 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Agencia EFE: Maria da Penha não reduziu homicídios de mulheres no Brasil, aponta Ipea. **IPEA**, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&ordering=3&limitstart=11140&limit=10&Itemid=0>.

LOPES, C. M. S. Direito do trabalho da mulher: da proteção à promoção. **Cadernos Pagu**, Cidade Universitária "Zeferino Vaz", v. 26, jan./jun. 2006.

MENDANHA, S. Aprovado marco legal da primeira infância, com licença-paternidade de 20 dias. **Agência Senado**, Brasília, 3 mar. 2016.

OLIVEIRA, V. **Direito internacional**: tratados e direitos humanos fundamentais na ordem jurídica brasileira. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2001.

QUEIROZ, F. M.; DINIZ, M. I.; MELO, A. M. A violência no mundo do trabalho: o assédio moral e sexual na vida das mulheres. *In*: **Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 2011, São Luiz. Anais Eletrônicos.

ROTHENBURG, W. C. Igualdade material e discriminação positiva: o princípio da isonomia. **Revista Novos Estudos Jurídicos**, v. 13, n. 2, jul./dez. 2008.

Acórdão 11.140/17-PATR
Processo TRT/SP 15ª Região 0001751-93.2013.5.15.0108
RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE INJUNÇÃO
Origem: VARA DO TRABALHO DE SÃO ROQUE
Juiz Sentenciante: MARCUS MENEZES BARBERINO MENDES

MANDADO DE INJUNÇÃO. JUSTIÇA DO TRABALHO. COMPETÊNCIA. Conforme se extrai dos arts. 102, I, "q" e 105, I, "h" e 114 da CF de 1988, a Justiça do Trabalho detém competência para apreciação deste mandado de injunção, quando o regime adotado pelo Município é o celetista. MANDADO DE INJUNÇÃO. REVISÃO GERAL ANUAL. SÚMULA VINCULANTE N. 37 DO E. STF. NÃO INCIDÊNCIA. Tratando a matéria debatida nos autos de revisão geral anual, cujo objetivo é assegurar a irredutibilidade dos vencimentos pela reposição da variação inflacionária, não incide à hipótese o disposto na Súmula Vinculante n. 37 do E. STF, que trata de matéria diversa, afeta ao reajuste salarial que se direciona à revalorização de uma determinada carreira, com aumento real de despesas salariais. REVISÃO GERAL ANUAL. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. Os arts. 22, parágrafo único, I, e 71 da LC n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) excepciona a revisão geral anual prevista no art. 37, X, da CF/1988, liberando-a da observância dos limites previstos em seus arts. 19 e 20. Nesta esteira, a concessão de revisão salarial apenas aos empregados da Câmara Municipal consubstancia insustentável discriminação e violação do princípio da isonomia contra os trabalhadores substituídos pelo impetrante. MANDADO DE INJUNÇÃO. CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS PREVISTOS NA CF. MORA LEGISLATIVA. ACIONAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO. O mandado de injunção tem por finalidade viabilizar a fruição de direitos previstos na Constituição da República, notadamente quando inexistente norma regulamentar necessária para concretizá-los. No caso, a notória inexistência da necessária lei municipal para efetivar o direito assegurado pelo art. 37, X, da CF/1988, impossibilita a revisão geral anual dos salários dos servidores públicos do Município de Alumínio, autorizando a impetração da medida injuncional, o que torna patente a legitimidade de acionamento do Poder Judiciário para viabilizar o exercício de direito constitucionalmente garantido. O controle judicial não se limita apenas às atividades do legislador, devendo abranger também sua inatividade e omissão, que caracteriza a mora legislativa, sob pena de solapar a efetividade do direito fundamental assegurado pela CF/1988. Destarte, não viola o princípio constitucional de separação dos poderes, mas estimula a atuação harmônica, como prevê o art. 2º da CF/1988. REVISÃO GERAL ANUAL. DIREITO EXPRESSAMENTE ASSEGURADO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Não há amparo constitucional para admitir que a revisão geral anual dos salários dos servidores públicos se insere na atividade discricionária do ente público, sob pena de abrir as portas para violar o princípio da irredutibilidade salarial, uma das vigas mestras do sistema celetista, aplicável aos servidores contratados por este regime pela Administração Pública Municipal. Ademais, a Corte Constitucional fixou entendimento de que a revisão geral anual é mera reposição do valor da moeda corroída pela inflação, cuja obrigatoriedade de concessão foi expressamente estabelecida pela CF/1988, de sorte que a Administração Pública não pode deixar de concedê-la. MANDADO DE INJUNÇÃO. EFEITO CONCRETISTA. Durante muito tempo o E. STF defendeu a aplicação não concretista ao mandado de injunção, fixando entendimento de que deveria se limitar a uma declaração concernente à ocorrência da omissão constitucional a ser comunicada ao Poder em mora para a adoção das providências necessárias. Atualmente, considerando que tal efeito conferia efeito inócuo à medida,

a Suprema Corte Constitucional alterou seu posicionamento, alinhando-se à diretriz internacional, passando a aplicar a posição concretista, segundo a qual o Poder Judiciário deve proferir decisão constitutiva, implementando o exercício do direito, até que, superada a omissão, sobrevenha norma integrativa pelo Poder Legislativo. Este novo norte interpretativo adotado pelo STF indica o caminho a ser seguido e que deve ser adotado para o julgamento das medidas injuncionais.

Inconformado com a sentença (fls. 175-185), que julgou **procedente** o Mandado de Injunção, recorre o impetrado (fls. 188-212).

Aduz, preliminarmente, a necessidade de suspensão do presente processo até julgamento final do Incidente de Uniformização de Jurisprudência 0006284-60.2015.5.15.0000, no qual, segundo afirma, discute-se matéria semelhante; a impossibilidade jurídica do pedido; a incompetência da Justiça do Trabalho para apreciação do feito; a falta de pressupostos específicos para conhecimento do presente mandado de injunção, em razão da perda de objeto; a impossibilidade de adotar o rito previsto em ação civil coletiva para o trâmite do mandado de injunção; a ilegitimidade do Prefeito para figurar no polo passivo da demanda, e a ocorrência de julgamento *extra petita*, concernente à fixação de multa em desfavor de terceiros que não integram a lide.

Quanto ao mérito, afirma que deve ser afastada qualquer aplicação ou interpretação da Lei Orgânica do Município de Alumínio que afaste ou mutile a competência da CF e anule a validade da Lei Municipal n. 738/2003, que disciplina as revisões anuais dos servidores; a impossibilidade orçamentária para conceder os reajustes nas datas bases de 2012 e 2013 a indevida imposição de negociação coletiva, assim como a incompatibilidade da natureza do mandado de injunção com a fixação de multa contra o Poder Público. Por fim, prequestiona a matéria.

Não foram apresentadas contrarrazões.

Manifestação da Procuradoria do Trabalho pelo conhecimento do recurso e da remessa oficial. Opina, ainda, pelo provimento parcial do apelo voluntário para excluir as *astreintes* fixadas pelo Juízo de Origem.

É o relatório.

VOTO

1 Do conhecimento

Preenchidos os pressupostos de admissibilidade, decido conhecer do recurso.

2 Do processamento da remessa oficial

Postula o Ministério Público do Trabalho o reexame necessário da r. sentença, argumentando que "trata-se de ação constitucional com impacto econômico severo, [...]" destacando, ainda, que, "além de ser ilíquida a condenação, pois não se pode precisar o seu valor (o valor da condenação foi arbitrado), a estimativa feita pelo MM. Juízo extrapola o teto estabelecido pelo art. 475, I, do Código de Processo Civil de 1973, vigente à época da prolação da r. sentença" (fl. 224).

Pois bem.

Destaque-se que a r. sentença foi proferida em 18.2.2016, quando vigia o CPC/1973, de modo que sob tal prisma a questão deve ser inicialmente considerada.

A diretriz jurisprudencial majoritária (Súmula n. 303 do C. TST), calcada no § 2º do art. 475 do CPC/1973, estabelecia que não são submetidos ao duplo grau de jurisdição sentenças com condenação inferior a 60 salários-mínimos, patamar ultrapassado nestes autos.

Mesmo considerando que este julgamento ocorre sob a égide de um novo código processual, é imperioso consignar que o inciso V do art. 1º do Decreto-Lei n. 779/1969 traça regras gerais sobre remessa oficial, de modo que não impede a aplicação de norma específica,

estabelecida no § 3º do art. 496 do CPC/2015, ao fixar novo patamar em 100 (cem) salários-mínimos, que levou à alteração da Súmula n. 303 do E. TST.

Entretanto, no presente caso, o valor foi fixado na Origem em R$ 100.000,00 e apenas corresponde a um arbitramento ilíquido da matéria controvertida, de natureza constitucional e inequívoca repercussão econômica, como bem destacou o Ministério Público, o que atrai a aplicação do entendimento constante da Súmula n. 490 do E. STJ, que assim dispõe quanto à questão:

> A dispensa de reexame necessário, quando o valor da condenação ou do direito controvertido for inferior a sessenta salários-mínimos, **não se aplica a sentenças ilíquidas**. (g. n.)

Destarte, a fim de evitar nulidade que possa comprometer a garantia da razoável duração do processo, que a EC n. 45/2004 erigiu expressamente como direito fundamental, decido conferir interpretação sistemática dos preceitos que regem a matéria e conhecer da remessa oficial.

Retifique-se a autuação para fazer constar o processamento da remessa oficial.

3 Da competência da Justiça do Trabalho

Aduz o recorrente que a Justiça do Trabalho não tem competência para julgar este Mandado de Injunção.

Pois bem.

Preconiza o art. 5º, LXXI da CF/1988, *in verbis*:

> Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

O art. 102 da CF de 1988 estabelece a competência do STF, nos seguintes termos:

> Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:
> I - processar e julgar, originariamente:
> [...]
> q) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Mesas de uma dessas Casas Legislativas, do Tribunal de Contas da União, de um dos Tribunais Superiores, ou do próprio Supremo Tribunal Federal; [...]

A doutrina tem procedido à análise sistemática dos referidos preceitos com o constante dos arts. 105, I, "h" e 114 da CF/1988, *in verbis*:

> Art. 105.Compete ao Superior Tribunal de Justiça:
> I - processar e julgar, originariamente:
> […]
> h) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal, da administração direta ou indireta, excetuados os casos de competência do Supremo Tribunal Federal e dos órgãos da Justiça Militar, da Justiça Eleitoral, da **Justiça do Trabalho** e da Justiça Federal; (g. n.)
> [...]
> Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:
> I - as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

> II - as ações que envolvam exercício do direito de greve;
> III - as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores;
> IV - os mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição;
> V - os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, 'o';
> VI - as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho;
> VII - as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho;
> VIII - a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, 'a', e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir;
> IX - outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei.
> § 1º Frustrada a negociação coletiva, as partes poderão eleger árbitros.
> § 2º Recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente.
> § 3º Em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito.

Sobre a matéria, Ingo Wolfgang Scarlet e Lênio Luiz Streck ensinam que:

> A Constituição do Brasil disciplina que compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente o mandado de injunção nos casos previstos no art. 102, inc. I, 'q', ao passo que compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar originariamente o MI, nos casos previstos do art. 105, inc. I, 'h'. No âmbito estadual, as Constituições estaduais é que vão determinar o órgão competente para processo e julgamento dos MI contra omissão do Poder Público estadual em relação às normas constitucionais estaduais, cabendo tal julgamento aos tribunais de Justiça, caso assim previsto nas Constituições dos Estados-membros. (**Comentários à Constituição do Brasil**. 1. ed. 5ª tiragem. São Paulo: Saraiva, p. 482).

Alexandre de Moraes segue neste sentido, ao lembrar os critérios de partição de competência, *in verbis*:

> A Constituição Federal prevê, ainda, no art. 105, I, 'h', que compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal, da administração direta ou indireta, **excetuados os casos de competência do Supremo Tribunal Federal e dos órgãos da Justiça Militar, da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal**. (g. n.) (**Manual de Direito Constitucional**. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2016, p. 299).

Como se extrai do acima explicitado, considerando também a decisão proferida pelo STF na ADI 3395/DF (Rel. Min. Cezar Peluso), inafastável a conclusão de que o art. 114, I, da Constituição da República atribuiu à Justiça do Trabalho a competência para processar e julgar as ações oriundas da relação de emprego, mantidas com os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Assim, tendo em vista que a relação jurídica em debate tem por fundamento os contratos de emprego mantidos entre o Município e os substituídos pelo Sindicato impetrante, patente ser desta Especializada a competência para apreciação deste feito ajuizado perante a Vara Trabalhista que tem jurisdição no Município referido.

Com efeito, a interpretação dos preceitos constitucionais suso transcritos levam à conclusão de que a CF/1988 estabeleceu a competência em razão da matéria, como critério definidor da atuação desta Justiça Especializada, de âmbito federal, que assim deve ser aplicada ao Município, ente federado que adquiriu contornos próprios com a CF/1988.

Portanto, os mesmos fundamentos acima explicitados são suficientes para afastar a alegação de que o presente Mandado de Injunção não pode ser apreciado por esta Especializada, haja vista que o art. 74, V, da Constituição do Estado de São Paulo estabelece a competência da Justiça Estadual para apreciação dos Mandados de Injunção "[...] quando a inexistência de norma regulamentadora estadual ou municipal, de qualquer dos Poderes, inclusive da administração indireta, torne inviável o exercício de direitos assegurados nesta Constituição" (fl. 198), pois a matéria controversa detém natureza trabalhista de âmbito federal.

E nem se diga que a decisão acima afronta o disposto no § 1º do art. 125 da Constituição da República - que atribuiu à Constituição dos Estados o múnus de definir a competência dos Tribunais Estaduais - pois o art. 22 da Constituição da República estabelece, *in verbis*:

> Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:
> I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e **do trabalho**. (g. n.)

Desse modo, não há como dar guarida ao argumento recursal, no sentido de que a Justiça do Trabalho não detém competência para julgar mandado de injunção contra "Prefeito/Município".

Nesse sentido, a Súmula n. 702 do E. STF, *in verbis*:

> A competência do Tribunal de Justiça para julgar prefeitos **restringe-se** aos crimes de competência da Justiça comum estadual; nos demais casos, a competência originária caberá ao **respectivo tribunal de segundo grau**.

Destarte, considerando que o Município não foi inserido no rol do art. 102, I, "q" e o art. 105, I, "h" excluiu da competência da Justiça Comum os casos afetos à Justiça do Trabalho em razão da matéria, como ocorre na hipótese dos autos, em que o regime adotado pelo Município impetrado é o celetista, patente ser da Justiça do Trabalho a competência para análise do presente mandado de injunção, pelo que decido **rejeitar** a preliminar.

4 Suspensão do processo. Uniformização de jurisprudência

Afirma o impetrado que tramita neste Eg. Regional "Incidente de Uniformização de Jurisprudência, Processo 0006284-60.2015.5.15.0000 (origem 0010803-48.2014.5.15.008), suscitado pelo Município de Santa Bárbara d'Oeste, em que se discute, entre outros pedidos, a concessão de reajuste anual através de lei e a competência privativa do Poder Executivo que não pode ser usurpada pelo Poder Judiciário" (fl. 190).

Argumenta que "a matéria principal é a mesma destes autos" e postula a "suspensão do presente feito, conforme prevê os §§ 3º, 4º e 5º do art. 896 da CLT e arts. 192 a 194 do Regimento Interno deste E. Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, a fim de se aguardar o julgamento uniformizador" (fl. 192).

Pois bem.

Consultando o sistema PJe é possível aferir que a Comissão de Jurisprudência deste Eg. TRT emitiu parecer destacando que a controvérsia estabelecida no indigitado IUJ - Incidente de Uniformização de Jurisprudência - 006824-60.2015.5.15.0000, "cinge-se em definir se o reajuste nos valores dos cartões auxílio alimentação concedido pelo Município (R$ 100,00) confunde-se ou não com o reajustamento pretendido pela autora (5,82% decorrente do INPC acumulado de 2008 a abril de 2009)". (https://pje.trt15.jus.br/consultaprocessual/pages/consultas/DetalhaProcesso.seam?p_num_pje=144954&p_grau_pje=1&p_seq=10803&p_vara=86&dt_autuacao=30%2F04%2F2014&cid=4667).

No presente caso, a matéria jurídica em debate é diferente, pois o que se discute é o descumprimento, pelo Poder Executivo Municipal, da obrigação de encaminhar, ao Poder Legislativo, projeto de lei concedendo a revisão geral anual aos servidores públicos municipais, em cumprimento ao inciso X do art. 37 da CF/1988, restando evidente a distinção que desautoriza o acolhimento do pedido de suspensão do feito, pelo que decido **rejeitar** a preliminar.

5 Do pedido juridicamente impossível. Competência privativa do Poder Executivo de propor lei de reajuste anual (art. 39, X, da CF). Fixação pelo Judiciário. Violação do princípio da separação dos poderes, art. 2º e art. 60, § 4º, III, da CF

Alega o recorrente a impossibilidade jurídica do pedido, argumentando que o disposto no art. 37 da Constituição da República trata-se de **norma programática** "[...] porque estabelece um direito que precisa ser regulamentado posteriormente, de tal forma, para que se possa extrair um direito a prestação material específica e imediata, faz-se necessária lei específica que discorra sobre a forma de implementação da revisão geral anual" (fl. 192).

Aduz ser competência exclusiva do prefeito a iniciativa de projeto de lei dispondo sobre a remuneração dos servidores públicos municipais.

Destaca que somente com a entrada em vigor da referida lei municipal é que "o direito à revisão geral anual […] nasce e se torna exigível" (fl. 193).

Assevera a existência da Lei n. 738/2001 "que fixa a data base dos servidores e condiciona a revisão geral anual à disponibilidade orçamentária" (fl. 193).

Consigna, por fim, que "a omissão legislativa, ainda que reconhecida, não pode ser suprida pela Justiça do Trabalho" (fl. 194).

Pois bem.

À época em que apresentada a defesa, estava em período final de vigência o CPC/1973, que ainda admitia a impossibilidade jurídica do pedido como questão preliminar de mérito.

Sobre a matéria, ponderava Cândido Rangel Dinamarco que:

> A demanda é juridicamente impossível quando de algum modo colide com as regras superiores do direito nacional e, por isso, sequer comporta apreciação mediante exame de seus elementos concretos. Já *a priori* ela se mostra inadmissível e o autor carece de ação por incompatibilidade jurídica em tese e, sem ela sequer se indagará se o demandante é parte legítima, se o provimento que pede é adequado, e se é apto a lhe trazer proveito ou se ele tem razão ou não pelo mérito [...]. (**Instituições de Direito Processual Civil**. Volume II. São Paulo: Malheiros, 2001, p. 298).

Entretanto, poucos dias depois da apresentação da peça defensiva, entrou em vigor o novo Código de Processo Civil de 2015, que andou bem ao excluir a impossibilidade jurídica do pedido como questão preliminar, dispondo nos arts. 17 e 485, VI, *in verbis*:

> Art. 17. Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade.
> [...]
> Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:
> [...]
> VI - verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual;
> [...]

Neste contexto, importante ressaltar que o pedido respalda-se em norma expressa no inciso X do art. 37 da CF/1988.

Portanto, o pleito relativo ao direito de revisão geral dos vencimentos dos servidores públicos municipais está amparado no ordenamento jurídico vigente, o que torna insustentável a assertiva recursal, sob qualquer ângulo que se examine a questão.

Com efeito, preconiza o inciso LXXI da CF/1988 que "conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania".

O art. 2º da Lei n. 13.300/2016, por sua vez, estabelece, *in verbis*:

> Art. 2º Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta total ou parcial de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
> Parágrafo único. Considera-se parcial a regulamentação quando forem insuficientes as normas editadas pelo órgão legislador competente.

Destaque-se, por fim, que os demais argumentos recursais mencionados no presente capítulo serão apreciados juntamente com a análise do mérito deste *mandamus*, pelo que decido **rejeitar a preliminar**.

6 Falta de pressupostos específicos do Mandado de Injunção. Perda do objeto

Assevera o impetrado a inexistência dos pressupostos específicos a autorizar o acolhimento do mandado de injunção, argumentando que "não há ausência de norma regulamentadora porque o município guia-se pela Lei Municipal n. 738/2003 […] que regula a concessão de reajustes anuais dos servidores de Alumínio, sempre que houver possibilidade financeira (orçamentária) do Município" (fl. 200).

Pois bem.

Ingo Wolfgang Scarlet e Lênio Luiz Streck, ensinam que o ajuizamento do Mandado de Injunção exige a presença dos seguintes pressupostos:

> a) falta de norma regulamentar de uma previsão constitucional, portanto, descumprimento, via da omissão do poder público, de dever constitucional de prestação jurídico-normativa, abrangida mesmo a inconstitucionalidade parcial por omissão;
> b) que tal omissão impeça o exercício de direitos e garantias constitucionais, de tal sorte que, de acordo com entendimento prevalecente, o mandado de injunção pressupõe a existência de nexo de causalidade entre a omissão normativa do poder público e a inviabilidade do exercício do direito;
> c) por via de consequência, caberá mandado de injunção apenas em relação às normas constitucionais de eficácia limitada *stricto sensu*, que, portanto, mesmo não sendo destituídas por completo de eficácia e aplicabilidade, exijam, como condição de possibilidade formal, provimentos normativos do poder público que venham a assegurar os principais efeitos;
> d) deve tratar-se de direito e garantia constitucional que atendam aos requisitos do art. 5º, LXXI, CF [...]. (**Comentários à Constituição do Brasil**, organizada por J. J. Gomes Canotilho. 1. ed. 5ª tiragem. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 482).

No caso dos autos, a menção à Lei Municipal n. 738/2003 não traz o socorro necessário ao impetrado.

Isso porque preconizam os arts. 1º e 2º, *caput*, da indigitada lei, *in verbis*:

> Art. 1º A remuneração dos servidores públicos municipais (art. 37, X, CF) e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 da Constituição Federal, **serão revistos anualmente, no dia 1º de maio de cada ano, mediante lei específica**, de iniciativa do Executivo, com base no percentual resultante da média simples das variações dos índices: INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), IGPDI-FGV (Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas) e IPC-FIPE (Índice de Preços

> ao Consumidor, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), apuradas nos 12 meses anteriores ao mês da revisão.
> [...]
> Art. 2º Ficam recompostos em 6% (seis por cento), a partir de 1º de junho de 2003, a remuneração dos servidores públicos municipais (art. 37, X, CF), e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 da Constituição da República. (fl. 77).

Pelo que se extrai da análise do acima explicitado, a Lei Municipal n. 738/2003 tão somente cuidou de fixar a data base da categoria e a revisão salarial correspondente ao ano de 2003, estabelecendo expressamente que lei específica deveria regulamentar a alteração da remuneração dos servidores públicos nos anos seguintes.

Desse modo, considerando que o objeto da presente ação é a "revisão geral dos anos de 2011/2012 e 2012/2013" (fl. 10), assim como a manifesta omissão legislativa, não há falar em perda de objeto, de modo que improspera a pretensão, sob tal aspecto.

Por outro lado, o recorrente também aduz que, com relação "[...] às revisões anuais constantes da condenação, o município recorrente já concedeu os devidos reajustes nas datas bases 2014 e 2015" (fl. 200).

Os documentos correspondentes, embora mencionados, não foram trazidos aos autos. Nada obstante, da consulta ao sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Alumínio encontramos a Lei n. 1.774/2015, que trata da revisão salarial nos referidos períodos, de modo que de rigor o reconhecimento de que não houve omissão em relação aos anos de 2014 e 2015.

Ademais, é preciso ressaltar que a sentença primeva, que imputou tal condenação no período de 2014 e 2015, constitui flagrante decisão *extra petita*, pois na inicial o impetrante se refere tão somente ao período de 2011/2012 e 2012/2013, conforme se verifica do exórdio, *in verbis*:

> Pelos motivos expostos requer com a presente a ação o reconhecimento da mora do Executivo Municipal, fixando-lhe um prazo de 30 (trinta) dias para o envio do respectivo projeto de lei à Câmara Municipal de Alumínio, procedendo a revisão geral anual dos anos de 2011/2012 e 2012/2013, o art. 37, inciso X, da CF, o art. 115, inciso XI, da Constituição do Estado de São Paulo, o art. 69, inciso IX, da Lei Orgânica do Município de Alumínio e da Lei Municipal n. 738, de 25 de junho de 2003. (fl. 10).

Diante de tal contexto, decido excluir a determinação para que o Poder Executivo do Município de Alumínio envie projeto de lei tratando da revisão geral dos vencimentos dos servidores públicos municipais referentes aos anos de 2014 e 2015, nesses termos consignando as razões de decidir para fins de prequestionamento.

7 Da impossibilidade de adotar o procedimento da ação civil coletiva para o mandado de injunção

Aduz o impetrado que "não há previsão legal no ordenamento jurídico trabalhista admitindo Ação Civil Pública" e assevera que, mesmo que se entendesse de forma contrária, não seria "possível o aproveitamento do Mandado de Injunção com Ação Civil Coletiva, porque se trata de institutos processuais diversos, com ritos, procedimento e objetivos autônomos" (fl. 200).

Alega ser "absolutamente ilegal (e nulo) o pincelamento de ritos diversos num mesmo processo sob pena de violação ao princípio da ampla defesa e contraditório, bem como do devido processo legal (arts. 5º, LIV e LV, da CF)" (fls. 200-201).

Pois bem.

O art. 83, III, da LC n. 75/1993, prevê expressamente a existência da "ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho", de sorte que descabido o argumento recursal quanto à inexistência de previsão legal a admitir a ação civil pública na processualística do trabalho, tendo neste sentido já se manifestado o C. TST (RR 33900-69.2005.5.01.0058, Relator Carlos Alberto Reis de Paula, data de julgamento 4.5.2011, 8ª Turma, data de publicação DEJT 6.5.2011).

Melhor sorte não socorre o recorrente quanto ao argumento de ser impossível adotar o procedimento da ação civil coletiva no mandado de injunção.

O § 1º do art. 4º do Capítulo "AUT - DA AUTUAÇÃO DE PROCESSOS", da Consolidação das Normas da Corregedoria, dispõe que os feitos ajuizados nesta Especializada observarão as seguintes classes processuais:

1. Ação Trabalhista - Rito Ordinário
2. Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo
3. Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)
4. Ação de Cumprimento
5. Ação Civil Pública / Coletiva
6. Consignação em Pagamento
7. Monitória
8. Reintegração / Manutenção de Posse
9. Outros Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa (Interdito Proibitório / Prestação de Contas Exigidas / Prestação de Contas Oferecidas)
10. Inquérito para Apuração de Falta Grave
11. Arresto
12. Seqüestro
13. Cautelar Inominada
14. Outras Cautelares (Atentado / Busca e Apreensão / Caução / Contraprotesto Judicial / Exibição / Interpelação / Justificação / Notificação / Produção Antecipada de Provas / Protesto)
15. Mandado de Segurança / Mandado de Segurança Coletivo
16. Alvará Judicial / Alvará Judicial - Lei 6858/80 / Homologação de Transação Extrajudicial
17. Execução Fiscal
18. Outras Execuções (Execução de Certidão de Crédito Judicial / Execução de Termo de Ajuste de Conduta / Execução de Termo de Conciliação de CCP / Execução de Título Extrajudicial)
19. Carta de Ordem
20. Carta Rogatória
21. Carta Precatória Executória ou outra não classificada nas alíneas 'v' e 'w'
22. Carta Precatória Notificatória
23. Carta Precatória Inquiritória
24. Petição

Como se extrai do acima explicitado, ainda não há, nas tabelas de classes processuais desta Especializada, referência ao Mandado de Injunção, o que torna forçosa a ilação de que não houve a conversão deste em Ação Civil Coletiva, mas tão somente a utilização desta classe processual para autuação do feito.

Ademais, o procedimento adotado pela Origem está em consonância com a diretriz estabelecida no parágrafo único do art. 24 da Lei n. 8.038/1990, no sentido de que no mandado de injunção "serão observadas, no que couber, as normas do mandado de segurança, enquanto não editada legislação específica".

Importante consignar, por oportuno, que a Lei n. 13.300, que "disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências", data de 23.6.2016, posterior à proferição da r. sentença, ocorrida em 18.2.2016.

Destarte, não constatada qualquer irregularidade no procedimento adotado, decido **rejeitar** a preliminar.

8 Da ilegitimidade da pessoa do Prefeito para figurar no polo passivo do Mandado de Injunção

Consigna o impetrado que o Prefeito José Aparecido Tisêo "não tem legitimidade para figurar no polo passivo, vez que a concessão de revisão de salários é impessoal". Assevera, ainda,

que “o atual Prefeito, ora recorrente, iniciou seu mandato em 2013 e, portanto, não participou da previsão orçamentária de 2012 (feita em Setembro de 2011), nem da previsão orçamentária de 2013, feita em Setembro de 2012” (fl. 204).

Aduz, por fim, que, se obrigação há, esta é do Município.

Pois bem.

Francisco Antonio de Oliveira ensina sobre a matéria que:

> [...] o Mandado de Injunção deverá ser impetrado contra aquela pessoa que detenha competência e poderes para atender ao objeto da Injunção; promover a elaboração da norma regulamentadora. Entenda-se o termo ‘regulamentar’ no seu sentido amplo. E a ausência de norma regulamentadora poderá ter origem na omissão federal, estadual, municipal, bem assim de algum dos Poderes da Federação: Executivo, Legislativo e Judiciário. (**Mandado de Injunção** (da inconstitucionalidade por omissão). São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993, p. 99).

Aponta, ainda, o referido autor, que:

> O Mandado de Injunção se traduz em providência processual que permite à parte (pessoa física ou jurídica, pessoa de direito público ou privado etc.), que se sente prejudicada por negligência ou resistência de quem tem poderes para tornar o preceito constitucional exequível, usufruir no caso concreto de direitos e liberdades constitucionais, ainda não regulamentados.
> Para Humberto Theodoro Júnior (**Mandado de Injunção**, Parecer, coletânea Saraiva, Mandados de Segurança e de Injunção, p. 426): ‘o objetivo do Mandado de Injunção é o de obter do Poder Judiciário, contra a autoridade pública, ou qualquer pessoa, natural ou jurídica, mesmo de direito privado, ordem de fazer, ou não fazer, capaz de, no caso concreto, proteger o direito constitucionalmente assegurado, mas não usufruído por falta de regulamentação’.
> […]
> Para Hely Lopes Meirelles (ob. cit., p. 135) é a proteção de quaisquer direitos e liberdades constitucionais, individuais ou coletivos, de pessoa física ou jurídica, e de franquias relativas à nacionalidade, à soberania popular e à cidadania, que torne possível sua fruição por inação do Poder Público em expedir normas regulamentadoras pertinentes.
> Na visão de Irineu Strenger (ob. cit., p. 15): ‘Mandado de Injunção é o procedimento pelo qual se visa obter ordem judicial que determine a prática ou a abstenção de ato, tanto da Administração Pública, como do particular, por violação de direitos constitucionais, fundada na falta de norma regulamentadora’ (**Mandado de Injunção** (da inconstitucionalidade por omissão), São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993, p. 112).

No que se refere à *legitimatio ad causam* no Mandado de Injunção, Alexandre de Moraes consigna que:

> O sujeito passivo será somente a pessoa estatal, uma vez que no polo passivo da relação processual instaurada com o ajuizamento do mandado de injunção só aquelas podem estar presentes, pois somente aos entes estatais pode ser imputável o dever jurídico de emanação de provimentos normativos. (**Manual de Direito Constitucional**. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2016, p. 298).

Nesta esteira preconiza o art. 75 do CPC/2015, *in verbis*:

> Serão representados em juízo, ativa e passivamente:
> […]
> III - o Município, por seu prefeito ou procurador; [...]

O magistério de Odete Medauar também segue no sentido de que o Prefeito não integra a lide como parte (pessoa física), mas tão somente como representante legal da pessoa jurídica (Município), ainda mais quando se trata de Mandado de Injunção que tem como objeto a falta de norma regulamentadora que só o Prefeito, no exercício de suas funções, pode expedir na condição de representante legal do ente estatal, conforme se extrai do trecho a seguir transcrito:

> O Poder Executivo do Município é exercido pelo Prefeito, que também exerce a direção geral da Administração. Dentre as atribuições do Prefeito se encontram, em geral, as seguintes: nomear e exonerar auxiliares diretos; expedir decretos e regulamentos; prover cargos e funções públicas; praticar atos administrativos referentes a servidores municipais. (**Direito Administrativo moderno**. 17. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013, p. 76).

Neste contexto, não é demais ressaltar que o presente mandado de injunção foi impetrado contra o ente estatal - Município de Alumínio - tendo o Sr. Prefeito sido apontado tão somente como seu representante legal, e não como pessoa física.

A sentença apreciou o pleito, decidindo, *in verbis*:

> Assim, determino que:
> 1) O Poder Executivo promova a análise da sua estrutura orçamentária e envie projeto de lei municipal de revisão dos vencimentos dos servidores municipais celetistas relativamente aos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015, no prazo de 120 (cento e vinte dias). Deverá o senhor Secretário municipal de Finanças e Tributação ou quem ocupe cargo equivalente apresentar a análise técnica ao senhor Prefeito Municipal, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00, fixada em cumprimento ao disposto no art. 832 da Consolidação das Leis do Trabalho, combinado com o art. 461, § 4º, do CPC. De igual modo, deverá o senhor Prefeito enviar o projeto de lei no prazo assinalado sob pena de multa diária de R$ 5.000,00, fixada com base na mesma normatividade;
> 2) O Poder Legislativo deverá apreciar o projeto de lei de revisão até o término do ano legislativo, concomitantemente ou não à análise do projeto de lei orçamentária, sob pena de multa diária de R$ 5.000,00 para cada um dos parlamentares locais, fixada em cumprimento ao disposto no art. 832 da Consolidação das Leis do Trabalho, combinado com o art. 461, § 4º, do CPC.
> 3) Sucessivamente, na hipótese de recalcitrante omissão do senhor Prefeito, deverá o Poder Legislativo promulgar decreto legislativo constando o percentual de crescimento nominal da receita tributária nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015. (fl. 182).

Portanto, nada há para ser acolhido, também no particular, pelo que decido **rejeitar** a preliminar.

9 Da fixação de multa em desfavor de terceiros que não são parte no processo. Julgamento *extra petita*. Nulidade

O MM. Juízo de Origem estabeleceu a condenação nos seguintes termos:

> 1) O Poder Executivo promova a análise da sua estrutura orçamentária e envie projeto de lei municipal de revisão dos vencimentos dos servidores municipais celetistas relativamente aos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015, no prazo de 120 (cento e vinte dias). Deverá o senhor Secretário municipal de Finanças e Tributação ou quem ocupe cargo equivalente apresentar a análise técnica ao senhor Prefeito Municipal, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00, fixada em cumprimento ao disposto no art. 832 da Consolidação das Leis do Trabalho, combinado com o art. 461, § 4º, do CPC. De igual modo, deverá o senhor Prefeito enviar o projeto de lei no prazo assinalado sob pena de multa diária de R$ 5.000,00 , fixada com base na mesma normatividade;

> 2) O Poder Legislativo deverá apreciar o projeto de lei de revisão até o término do ano legislativo, concomitantemente ou não à análise do projeto de lei orçamentária, sob pena de multa diária de R$ 5.000,00 para cada um dos parlamentares locais, fixada em cumprimento ao disposto no art. 832 da Consolidação das Leis do Trabalho, combinado com o art. 461, § 4º, do CPC. (fl. 184).

Contra tal decisão, recorre aduzindo a impossibilidade de aplicação de multa em desfavor dos Vereadores e do Secretário Municipal de Finanças, sob o argumento de que são terceiros estranhos ao processo, não compondo a relação jurídica. Pugna, assim, pela "anulação de tais multas" (fl. 205).

Entretanto, na forma em que posta, a questão envolve-se com o mérito, de modo que com ele será oportunamente apreciada.

MÉRITO

1 Das contas do Município de Alumínio nos anos de 2011 e 2012, ano das votações orçamentárias para 2012 e 2013 respectivamente. Impossibilidade orçamentária para conceder os reajustes nas datas bases de 2012 e 2013

Inicialmente, importante consignar a distinção existente entre revisão geral anual e reajuste salarial.

O reajuste salarial implica em aumento real direcionado à revalorização de uma determinada carreira. Nesse caso, a iniciativa legislativa é privativa de cada órgão administrativo e orçamentariamente autônomo, que tem a liberdade de escolher quais carreiras ou cargos receberão o aumento.

Diferentemente, a revisão geral anual tem por objetivo apenas a reposição da variação inflacionária, a fim de preservar a irredutibilidade salarial, cuja iniciativa é privativa do Chefe do Poder Executivo, devendo ocorrer sempre na mesma data e sem distinção de índices - em observância ao princípio constitucional da isonomia.

Portanto, como a matéria debatida nestes autos diz respeito apenas à revisão geral anual, de rigor a conclusão de que não incide à hipótese o disposto na Súmula Vinculante n. 37 do E. STF, que trata de matéria diversa, afeta ao reajuste, que não constitui objeto desta ação mandamental.

Pois bem.

Em relação à matéria, os arts. 29 e 37, X, da CF/1988 estabelecem que:

> Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:
> [...]
> Art. 37 - [...]
> [...]
> X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;
> [...]

Quanto à revisão geral anual dos servidores, em cumprimento ao preceito constitucional previsto no inciso X do art. 37 da CF/1988, a Lei Orgânica do Município de Alumínio dispõe no inciso IX de seu art. 69, *in verbis*:

> Art. 69 - [...]
> [...]
> IX - a revisão geral da remuneração dos servidores públicos far-se-á sempre na mesma data; [...]

Falacioso e despropositado o argumento de que as disposições normativas concernentes aos servidores não podem ser objeto de lei orgânica e que referida lei não pode ser entendida como regulamento de empresa, assim como quanto ao pleito de que seja afastada qualquer aplicação ou interpretação da indigitada lei orgânica ao caso em tela.

Com efeito, o art. 69, IX, da Lei Orgânica do Município de Alumínio tão somente estabeleceu que "a revisão geral da remuneração dos servidores públicos far-se-á sempre na mesma data". Tal previsão genérica, destinada a conferir organicidade à estrutura administrativa, a toda evidência, não fixa índices de revisão, matéria específica de projeto de lei de iniciativa exclusiva do Prefeito municipal, como ocorreu com a promulgação da Lei n. 738/2003, restando não configurada a alegada usurpação de competência, nem violação ao princípio da separação dos poderes, nada havendo para ser acolhido, no particular.

Como se extrai do acima explicitado, a disposição inserta na Lei Orgânica do Município de Alumínio está em consonância com o preconizado no art. 37, *caput* e X, da CF/1988, de sorte que não há falar em violação ao estabelecido no art. 29 da Norma Constitucional, ou de que foi analisada de maneira a mutilar a competência da CF/1988 ou anular a validade da Lei Municipal n. 738/2003.

Ademais, diversamente do alegado pelo recorrente, em nenhum momento a Lei Orgânica do Município foi equiparada, pela decisão de Origem, a um Regulamento de empresa. E nem poderia.

Segundo Alexandre de Moraes:

> Os municípios reger-se-ão por leis orgânicas municipais, votadas em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovadas por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que as promulgará. A Lei Orgânica organizará os órgãos da Administração, a relação entre os órgãos do Executivo e Legislativo, disciplinando a competência legislativa do Município, observadas as peculiaridades locais, bem como sua competência comum, disposta no art. 23, e sua competência suplementar, disposta no art. 30, II; além de estabelecer as regras de processo legislativo municipal e toda regulamentação orçamentária, em consonância com a Constituição Federal, a Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos (CF, art. 29): [...]. (**Manual de Direito Constitucional**. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2016, p. 480).

Martonio Mont´Alverne Barreto Lima, por sua vez, consigna sobre a natureza jurídica das leis orgânicas municipais que:

> Portanto, **afirmar que o Município dar-se-á uma lei orgânica equivale a dizer que o Município brasileiro é dotado de uma verdadeira constituição municipal**, uma vez que, para além do conteúdo democrático destas leis orgânicas, decorrentes da natureza democrática da Constituição Federal de 1988, serão elas produto do processo democrático de votação e aprovação pelos representantes do povo, a exemplo do que se deu com a própria Constituição Federal e com as Constituições Estaduais de 1989. Por esta razão é que devem guardar, as Constituições Municipais, a simetria com as Constituições Federal e Estaduais, onde for a simetria possível, a partir do que se observa nos textos constitucionais federal e estaduais (g. n. - **Comentários à Constituição do Brasil**. Organizado por J. J. Gomes Canotilho. 1. ed. 5ª tiragem. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 784).

Estabelecidas tais premissas, importante ressaltar ter o próprio impetrado admitido que o Mandado de Injunção "é medida excepcional disponível para sanear carência legislativa que inviabilize o exercício de direitos e liberdades constitucionais, bem como que impeça a concretização de prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania" (fls. 68-69).

Consignou que "o impetrado, que sempre contou com um orçamento robusto oriundo, principalmente, da arrecadação tributária (ICMS) advinda da maior empresa instalada no

município […], passa hoje por sérias dificuldades financeiras ante a brusca queda de arrecadação ocasionada por diversos fatores econômicos vivenciados pela referida empresa, notadamente pela queda na exportação dos seus produtos" (fls. 73-74).

Afirmou que a situação do Município agravou-se em razão das dívidas deixadas pelo governo anterior, sendo a nova administração obrigada a adotar medidas extremas objetivando a contenção de gastos.

Asseverou que a revisão geral anual dos servidores municipais não constitui direito líquido e certo, uma vez que a Lei Municipal n. 738/2003 preconiza que tal observará os limites de disponibilidade orçamentária e financeira e a concessão se insere no âmbito da atividade discricionária da administração municipal.

Em sede recursal, aduz que as contas municipais dos anos de 2011 e 2012 foram reprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado - uma vez que, nos mencionados anos, a folha de pagamento ultrapassou o limite fixado no art. 20, III, da LC n. 101/2000 - destacando que o Município não "dispõe de aporte financeiro suficiente para promover reposição dos índices de 2012 e 2013" (fl. 207).

Pois bem.

Preconiza o inciso LXXI do art. 5º da CF/1988 que "conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania".

O inciso X do art. 37 da CF/1988 estabelece, *in verbis*:

> X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente **poderão ser fixados** ou **alterados por lei específica**, observada a iniciativa privativa em cada caso, **assegurada revisão geral anual**, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

Por sua vez, o art. 2º da Lei n. 13.300/2016, estabelece:

> Art. 2º Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta total ou parcial de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
> Parágrafo único. Considera-se parcial a regulamentação quando forem insuficientes as normas editadas pelo órgão legislador competente.

José dos Santos Carvalho Filho explica que:

> Há normas jurídicas que, embora vigentes, não têm eficácia porque dependem de outras normas que as regulamentem, de forma a possibilitar a sua execução. A importância, pois, da norma regulamentadora consiste, frequentemente, na viabilização do exercício do direito, de modo que sem ela este deixará de ser exercido. Por isso é que a ausência da norma regulamentadora que tenha esse efeito é combatida pelo mandado de injunção. Significa, por outro lado, que, se já existe, por exemplo, lei reguladora do direito previsto na Constituição, faltante estará o pressuposto para o instrumento.
> A inviabilidade do exercício do direito indica que o titular tem o direito e apenas não está podendo exercê-lo por causa da ausência da norma regulamentadora. O mandado de injunção vem, então, para permitir que o titular do direito possa efetivamente exercê-lo e usufruir os efeitos dele decorrentes. Se o direito, porém, está contemplado em norma autoaplicável, ou seja, aquela que independe de regulamentação, não se tornará cabível o mandado de injunção por falta desse pressuposto. (**Manual de Direito Administrativo**. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016, p. 1307-1308).

Luciano de Araújo Ferraz ensina sobre a matéria que:

> O primeiro comando do dispositivo determina que a fixação ou alteração da remuneração e do subsídio depende de lei específica (de cada ente da Federação), observada a iniciativa privativa (do processo legislativo) em cada caso.
> […]
> O segundo comando do dispositivo trata da revisão geral anual das remunerações (e subsídios) sempre na mesma data e sem distinção de índices: o constituinte reformador instituiu regra para assegurar o direito à revisão, que atinge cada ente federado, garantindo aos agentes públicos, a cada período de um ano […], reposição das perdas inflacionárias respectivas, mediante percentual único. (**Comentários à Constituição do Brasil**. Organizado por J. J. Gomes Canotilho. 1. ed. 5ª tiragem. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 858-859).

Portanto, o Mandado de Injunção tem a finalidade de viabilizar a fruição de direitos previstos na Constituição da República, notadamente quando inexistente a norma regulamentar necessária para concretizá-los.

No caso, a notória inexistência da necessária lei municipal para concretizar o direito assegurado pelo disposto no art. 37, X, da Constituição da República impossibilita a revisão geral anual dos salários dos servidores públicos celetistas do Município de Alumínio, no período alegado.

Destarte, patente a legitimidade de acionamento do Poder Judiciário para os casos de mora legislativa que inviabilize o exercício de direito constitucionalmente garantido, assim como a constatação de que o remédio apropriado para tanto é o mandado de injunção, de modo que improspera a alegação recursal.

Também não socorre o recorrente o argumento de ser impossível a revisão pretendida pelo impetrante, por violar os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal do Município, que teve suas contas reprovadas.

É preciso considerar que revisão geral anual da remuneração dos servidores, além da previsão constitucional como acima amplamente explicitado, consta, também, do art. 115, XI, da Constituição do Estado de São Paulo e do art. 69, IX, da Lei Orgânica do Município de Alumínio.

Com efeito, preconizam os arts. 21 e 22 da LC n. 101/2000, *in verbis*:

> Art. 21. É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:
> I - as exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar, e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição;
> II - o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.
> Parágrafo único. Também é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20.
> Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.
> Parágrafo único. **Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso**:
> I - **concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição**;
> II - criação de cargo, emprego ou função;
> III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
> IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
> V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias. (g. n.)

Portanto, além da previsão contida na CF/1988, conforme acima explicitado, é preciso considerar que a revisão geral anual consta também do art. 115, XI, da Constituição do Estado de São Paulo e do art. 69, IX, da Lei Orgânica que tem natureza constitucional para o Município de Alumínio.

Assim, cabe ao ente público adotar as medidas necessárias à viabilidade do cumprimento desta reiterada garantia constitucional, que não pode ser elidida.

Sobre a matéria, transcrevo trechos do voto proferido pelo Ministro Marco Aurélio, Relator do RExt 565.089/SP, nos seguintes termos:

> Considerados os precedentes do Tribunal no tocante à evolução do tratamento da omissão inconstitucional e o contexto jurídico mencionado, não me parece assistir razão à tese que rejeita qualquer eficácia ao art. 37, inciso X, da Lei Maior. Somente argumentos de índole pragmática são capazes de revelar solução diferente. A ausência de lei pode induzir à crença de que a opção política de esvaziar a norma constitucional decorre das consequências sistêmicas que a implementação dela causariam? Ou, em outras palavras: o impacto financeiro do preceito constitucional sobre as contas públicas justifica a inobservância do preceito? A resposta é desenganadamente negativa.
> [...]
> O que não posso aceitar é que, presente a obrigação jurídica sob todos os cânones interpretativos - extraída da literalidade, historicidade, sistematicidade e teleologia da Constituição -, simplesmente se deixe de reconhecê-la ante razões de índole pragmática.

Também trago à colação reflexão do Ministro Luiz Roberto Barroso ao lamentar que muitas vezes é o próprio poder constituído que impede a concretização da constituição quando "um preceito constitucional frustra-se em sua realização por obstáculos opostos por injunções de interesses de segmentos econômica e politicamente influentes" (**O Direito Constitucional e a efetividade de suas normas**, 2006, p. 61).

Nesse contexto, cito a manifestação do I. Representante do Ministério Público de 2º Grau, nos seguintes termos:

> Além disso, essa afronta permanente da Constituição não pode ficar sem consequências, sem um provimento jurisdicional que faça cumprir o direito, sob pena de desmoralizar-se a norma constitucional, causando-se lesão a direitos subjetivos que devem ser protegidos, sendo o Poder Judiciário o único socorro possível ao Estado de Direito. (fl. 233).

Diante de todo do exposto, não há como dar guarida à alegação do impetrado no sentido de que a revisão geral anual constitui ato que se insere na atividade discricionária do ente público, sob pena de solapar a eficácia do direito expressamente assegurado pela Constituição Federal.

Quanto ao argumento de que o Poder Judiciário não pode intervir em ato de competência exclusiva e discricionária do Poder Executivo, em face da previsão contida no art. 2º da Constituição da República, no sentido que os poderes da União são independentes, também não tem razão.

Com efeito, a Corte Constitucional fixou entendimento de que a revisão geral anual é mera reposição do valor da moeda corroída pela inflação, cuja obrigatoriedade de concessão foi expressamente estabelecida pela CF/1988, para evitar que a omissão municipal abrisse as portas para a violação da irredutibilidade salarial, de sorte que a Administração Municipal não pode deixar de concedê-la, restando inexistente a discricionariedade alegada.

Sobre a matéria, novamente trago à colação trechos do voto proferido pelo Ministro Marco Aurélio, Relator do RExt 565.089/SP, nos seguintes termos:

> **Atentem para a distinção entre aumento e reajuste. O Direito, tanto o substancial quanto o instrumental, é orgânico e dinâmico, descabendo confundir institutos**

que têm sentido próprio. Na espécie, não se trata de fixação ou aumento de remuneração - estes, sim, a depender de lei, na dicção do inciso X do art. 37 da Carta da República. Versa-se o reajuste voltado a afastar os nefastos efeitos da inflação. Objetiva-se a necessária manutenção do poder aquisitivo da remuneração, expungindo-se o desequilíbrio do ajuste no que deságua em vantagem indevida para o Poder Público, a aproximar-se, presente a força que lhe é própria, do fascismo. Não se pode adotar entendimento que implique supremacia absoluta do Estado, em conflito com o regime democrático e republicano. (g. n.)

[...]

O Supremo já assentou que 'a correção monetária não se constitui em um *plus*, não é uma penalidade, mas mera reposição do valor real da moeda corroída pela inflação' - Agravo Regimental na Ação Cível Originária n. 404, da relatoria do Ministro Maurício Corrêa. Com idêntico fundamento, há jurisprudência no sentido da desnecessidade do pedido expresso relativo à correção monetária, mesmo inexistindo dispositivo semelhante ao art. 293 do Código de Processo Civil, que trata especificamente dos juros. A propósito, cito o que decidido no Recurso 6 RE 565.089/SP Especial n. 1.112.524/DF, da relatoria do Ministro Luiz Fux, à época no Superior Tribunal de Justiça: 'A correção monetária plena é mecanismo mediante o qual se empreende a recomposição da efetiva desvalorização da moeda, com o escopo de se preservar o poder aquisitivo original, sendo certo que independe de pedido expresso da parte interessada, não constituindo um *plus* que se acrescenta ao crédito, mas um *minus* que se evita'.

Por quê? Porque, como já dito, correção monetária não é acréscimo, não é ganho, é mera reposição com o escopo de preservar o valor. Surge a percepção de ser a correção monetária uma necessidade para manter o objeto da relação jurídica, e não vantagem para aquele que pretende obtê-la.

Ainda sobre a matéria, noto que o direito ao reajuste da prestação devida pela Administração Pública é componente essencial do sistema de contratação pública, como tem amplamente reconhecido a doutrina. **Observem a denominada intangibilidade da equação econômico financeira dos contratos administrativos, a revelar, no caso de prestação de serviços ou de entrega de bens, o direito ao reajuste da contrapartida estatal sempre que necessário ao equilíbrio do ajuste. A lógica mostra-se rigorosamente a mesma, considerada a parte final do inciso XXI do art. 37 da Carta da República, no ponto em que mencionada a manutenção das condições efetivas da proposta apresentada no certame licitatório, extraindo-se o direito subjetivo aos reajustes, repactuações e revisões**.

[...]

'Entendido o dispositivo, conjuntamente com a regra do art. 37, X, que determina a 'revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos e do subsídio', impõe-se concluir que o legislador constitucional assegurou a irredutibilidade do valor dos vencimentos e não a de sua expressão monetária, pois, se assim não fosse, estaria consagrada, paradoxalmente, com a garantia constitucional, uma perversa opção política para reduzi-los por simples omissão, quando e no quanto fosse desejável à Administração, bastando, para tanto, que os Chefes do Poder Executivo se abstivessem de enviar mensagem de reajustamento ao Legislativo para a correção das perdas inflacionárias da moeda.' (**Curso de direito administrativo**, 2009, p. 336 e 337). (g. n.)

(http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/RE565089.pdf)

Diante do acima exposto, não há falar em violação ao princípio constitucional de separação dos poderes, mas em estímulo à atuação harmônica, como prevê o art. 2º da CF/1988, haja vista que a atuação jurisdicional se limita a fazer cumprir preceito constitucional expresso, quanto à obrigatoriedade de revisão geral anual sendo que a "lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito" (CF/1988, 5º, XXXV).

No que se refere à amplitude do comando mandamental é importante consignar que o E. STF defendeu, por muito tempo, a aplicação da teoria não concretista do Mandado de Injunção, fixando entendimento de que deveria se limitar apenas a uma declaração concernente à ocorrência da omissão constitucional, a ser comunicada ao Poder em mora para a adoção das providências necessárias. Isso, todavia, reduzia a um efeito inócuo, não dotado de qualquer comando que assegurasse o cumprimento da decisão pelo ente estatal omisso.

Com efeito, Luiz Guilherme Marinoni, ao se referir ao escopo do mandado de injunção, pontua que:

> Se o Judiciário deve se limitar a declarar a mora do legislador, dela cientificando-o, o escopo do mandado de injunção é limitado à declaração da mora em legislar. Se o Judiciário, diante do mandado de injunção, deve tutelar direito que dependa de norma faltante, o seu escopo é a tutela do direito dependente da norma cuja falta o próprio Judiciário deve suprir. Porém, se o mandado de injunção confere ao Judiciário o poder de suprir a omissão do legislador para tornar exercitável e tutelável jurisdicionalmente o direito que da norma depende, o escopo do remédio constitucional é apenas suprir a falta da norma imprescindível à realização do direito e sua tutela jurisdicional.
>
> Note-se que a segunda e a terceira opções diferem essencialmente em um ponto: na circunstância de o direito dependente da norma faltante poder ser exercido sem obstaculização da parte devedora da tutela do direito. (**Curso de Direito Constitucional**. 2ª tiragem. São Paulo: RT, 2012, p. 1071).

Portanto, em boa hora o STF alterou seu posicionamento, passando a aplicar às decisões proferidas em Mandado de Injunção a posição concretista, tanto geral quanto individual, segundo a qual o Poder Judiciário deve proferir decisão constitutiva, implementando o exercício do direito, até que sobrevenha norma integrativa pelo Poder Legislativo.

Nesse sentido, os ensinamentos de Alexandre de Morais, *in verbis*:

> Em relação ao histórico sobre a natureza jurídica da decisão judicial no mandado de injunção e seus efeitos, necessário transcrevermos parcialmente o pronunciamento do Ministro Néri da Silveira, que com absoluta clareza resumiu as posições iniciais existentes no Supremo Tribunal Federal em relação ao mandado de injunção:
>
> 'Há, como sabemos, na Corte, no julgamento dos mandados de injunção, três correntes: a majoritária, que se formou a partir do Mandado de Injunção n. 107, que entende deva o Supremo Tribunal Federal, em reconhecendo a existência da mora do Congresso Nacional, comunicar a existência dessa omissão, para que o Poder Legislativo elabore a lei. Outra corrente, minoritária, reconhecendo também a mora do Congresso Nacional, decide, desde logo, o pedido do requerente do mandado de injunção e provê sobre o exercício do direito constitucionalmente previsto.
>
> Por último, registro minha posição, que é isolada: partilho do entendimento de que o Congresso Nacional é que deve elaborar a lei, mas também tenho presente que a Constituição, por via do mandado de injunção, quer assegurar aos cidadãos o exercício de direitos e liberdades, contemplados na Carta Política, mas dependentes de regulamentação.
>
> Adoto posição que considero intermediária. Entendo que se deva, também, em primeiro lugar, comunicar ao Congresso Nacional a omissão inconstitucional, para que ele, exercitando sua competência, faça a lei indispensável ao exercício do direito constitucionalmente assegurado aos cidadãos. Compreendo, entretanto, que, se o Congresso Nacional não fizer a lei, em certo prazo que se estabeleceria na decisão, o Supremo Tribunal Federal pode tomar conhecimento de reclamação da parte, quanto ao prosseguimento da omissão, e, a seguir, dispor a respeito do direito *in concreto*. É, por isso mesmo, uma posição que me parece concilia a prerrogativa do Poder Legislativo de fazer a lei, como o órgão competente para a criação da norma, e a possibilidade de o Poder Judiciário garantir aos cidadãos, assim como

> quer a Constituição, o efetivo exercício de direito na Constituição assegurado, mesmo se não houver a elaboração da lei. Esse tem sido o sentido de meus votos, em tal matéria. De qualquer maneira, porque voto isolado e vencido, não poderia representar uma ordem ao Congresso Nacional, eis que ineficaz. De outra parte, em se cuidando de voto, no julgamento de processo judicial, é o exercício, precisamente, da competência e independência que cada membro do Supremo Tribunal Federal tem, e necessariamente há de ter, decorrente da Constituição, de interpretar o sistema da Lei Maior e decidir os pleitos que lhe sejam submetidos, nos limites da autoridade conferida à Corte Suprema pela Constituição' (destaque nosso).
> Dessa forma, a doutrina e a jurisprudência do STF permitiram classificar as diversas posições em relação aos efeitos do mandado de injunção a partir de dois grandes grupos: concretista e não concretista.
> **Pela posição concretista, presentes os requisitos constitucionais exigidos para o mandado de injunção, o Poder Judiciário através de uma decisão constitutiva, declara a existência da omissão administrativa ou legislativa, e implementa o exercício do direito, da liberdade ou da prerrogativa constitucional até que sobrevenha regulamentação do poder competente. Essa posição divide-se em duas espécies: concretista geral e concretista individual, conforme a abrangência de seus efeitos**. (g. n.)
> Pela concretista geral, a decisão do Poder Judiciário terá efeitos *erga omnes*, implementando o exercício da norma constitucional através de uma normatividade geral, até que a omissão seja suprida pelo poder competente.
> Essa posição sempre foi pouco aceita na doutrina, pois como ressalvado pelo Ministro Moreira Alves, ao proclamar em sede de mandado de injunção, uma decisão com efeitos *erga omnes* estaria 'o Supremo, juiz ou tribunal que decidisse a injunção, ocupando a função do Poder Legislativo, o que seria claramente incompatível com o sistema de separação de poderes'.
> **Ocorre, porém, que em virtude da inércia do legislador em colmatar as lacunas constitucionais, após 20 anos do texto constitucional, o Supremo Tribunal Federal alterou seu posicionamento e adotando claro ativismo judicial passou a adotar a posição concretista, tanto geral, quanto individual**. (g. n. - **Manual de Direito Constitucional**. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2016, p. 302).

Como exemplo desta diretriz adotada pelo STF, trago à colação aresto proferido no Mandado de Injunção 670/ES, *in verbis*:

> Ementa: MANDADO DE INJUNÇÃO. GARANTIA FUNDAMENTAL (CF, ART. 5º, INCISO LXXI). DIREITO DE GREVE DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS (CF, ART. 37, INCISO VII). EVOLUÇÃO DO TEMA NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). DEFINIÇÃO DOS PARÂMETROS DE COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL PARA APRECIAÇÃO NO ÂMBITO DA JUSTIÇA FEDERAL E DA JUSTIÇA ESTADUAL ATÉ A EDIÇÃO DA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA PERTINENTE, NOS TERMOS DO ART. 37, VII, DA CF. EM OBSERVÂNCIA AOS DITAMES DA SEGURANÇA JURÍDICA E À EVOLUÇÃO JURISPRUDENCIAL NA INTERPRETAÇÃO DA OMISSÃO LEGISLATIVA SOBRE O DIREITO DE GREVE DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS, FIXAÇÃO DO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS PARA QUE O CONGRESSO NACIONAL LEGISLE SOBRE A MATÉRIA. MANDADO DE INJUNÇÃO DEFERIDO PARA DETERMINAR A APLICAÇÃO DAS LEIS N. 7.701/1988 E 7.783/1989. 1. SINAIS DE EVOLUÇÃO DA GARANTIA FUNDAMENTAL DO MANDADO DE INJUNÇÃO NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). 1.1 No julgamento do MI n. 107/DF, Rel. Min. Moreira Alves, DJ 21.9.1990, o Plenário do STF consolidou entendimento que conferiu ao mandado de injunção os seguintes elementos operacionais: i) os direitos constitucionalmente garantidos por meio de mandado de injunção apresentam-se como direitos à expedição de um ato normativo, os quais, via de regra, não poderiam ser diretamente satisfeitos por meio de provimento jurisdicional do STF; ii) a decisão judicial que declara a existência de uma omissão inconstitucional constata,

> igualmente, a mora do órgão ou poder legiferante, insta-o a editar a norma requerida; iii) a omissão inconstitucional tanto pode referir-se a uma omissão total do legislador quanto a uma omissão parcial; iv) a decisão proferida em sede do controle abstrato de normas acerca da existência, ou não, de omissão é dotada de eficácia *erga omnes*, e não apresenta diferença significativa em relação a atos decisórios proferidos no contexto de mandado de injunção; v) o STF possui competência constitucional para, na ação de mandado de injunção, determinar a suspensão de processos administrativos ou judiciais, com o intuito de assegurar ao interessado a possibilidade de ser contemplado por norma mais benéfica, ou que lhe assegure o direito constitucional invocado; vi) por fim, esse plexo de poderes institucionais legitima que o STF determine a edição de outras medidas que garantam a posição do impetrante até a oportuna expedição de normas pelo legislador. 1.2 Apesar dos avanços proporcionados por essa construção jurisprudencial inicial, o STF flexibilizou a interpretação constitucional primeiramente fixada para conferir uma compreensão mais abrangente à garantia fundamental do mandado de injunção. A partir de uma série de precedentes, o Tribunal passou a admitir soluções 'normativas' para a decisão judicial como alternativa legítima de tornar a proteção judicial efetiva (CF, art. 5º, XXXV).
> [...]
> 3.3 Tendo em vista as imperiosas balizas jurídico-políticas que demandam a concretização do direito de greve a todos os trabalhadores, o STF não pode se abster de reconhecer que, assim como o controle judicial deve incidir sobre a atividade do legislador, é possível que a Corte Constitucional atue também nos casos de inatividade ou omissão do Legislativo. 3.4 A mora legislativa em questão já foi, por diversas vezes, declarada na ordem constitucional brasileira. Por esse motivo, a permanência dessa situação de ausência de regulamentação do direito de greve dos servidores públicos civis passa a invocar, para si, os riscos de consolidação de uma típica omissão judicial. 3.5 Na experiência do direito comparado (em especial, na Alemanha e na Itália), admite-se que o Poder Judiciário adote medidas normativas como alternativa legítima de superação de omissões inconstitucionais, sem que a proteção judicial efetiva a direitos fundamentais se configure como ofensa ao modelo de separação de poderes (CF, art. 2º).
> [...]
> 6.6 Em razão da evolução jurisprudencial sobre o tema da interpretação da omissão legislativa do direito de greve dos servidores públicos civis e em respeito aos ditames de segurança jurídica, fixa-se o prazo de 60 (sessenta) dias para que o Congresso Nacional legisle sobre a matéria. 6.7 Mandado de injunção conhecido e, no mérito, deferido para, nos termos acima especificados, determinar a aplicação das Leis n. 7.701/1988 e 7.783/1989 aos conflitos e às ações judiciais que envolvam a interpretação do direito de greve dos servidores públicos civis.
> (MI 670, Rel. Min. Maurício Corrêa, Rel. p/ Acórdão: Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, julgado em 25.10.2007, DJe-206 divulg. 30.10.2008, public. 31.10.2008. Ement. V. 02339-01, pp 00001. RTJ V. 00207-01, pp. 00011).

Neste contexto, primorosa a percuciente reflexão no sentido de que a Lei Maior não ampara a interpretação restritiva de preceito que reputou fundamental, de sorte que o controle judicial não incide apenas sobre a atividade do legislador, abrangendo também a omissão legislativa, pois esta, tal como aquela, configura inequívoca violação constitucional.

Este novo norte interpretativo adotado pelo STF indica a diretriz a ser seguida, que ora passa a ser trilhada neste julgamento.

Consoante se extrai da análise dos documentos colacionados às fls. 137 a 141, o Prefeito do Município de Alumínio cumpriu reiteradamente sua obrigação de encaminhar projeto de lei ao legislativo com vistas à concessão da revisão geral anual dos empregados públicos da municipalidade até o ano de 2011.

Entretanto, confessadamente deixou de cumprir os preceitos constitucionais ao admitir que "em setembro de 2011, mês da votação do orçamento para 2012, o percentual gasto com

a folha de pagamento alcançava já o teto de 54%, tendo o Município fechado em dezembro de 2011 com o índice de 55,44%, ultrapassando o limite previsto no art. 20, III, da Lei Complementar n. 101/00", asseverou que "não havia disponibilidade orçamentária para conceder a revisão em primeiro de maio de 2012, vez que tal previsão, por absoluta ausência de receita, não fez parte do seu orçamento votado em setembro de 2011" (fl. 207).

Com relação ao ano de 2012, também reconheceu a omissão, aduzindo que "os mesmos problemas se repetiram" (fl. 207).

Afirmou que "a atual gestão (2013/2016) quando assumiu o município encontrou esse cenário e não havia […] suporte financeiro suficiente para conceder a revisão na data base de maio de 2013", concluindo que, "após uma gestão de contenção e responsabilidade o Município pode, no ano de 2015, conceder reajustes repondo os índices de 2014 e 2015" (fl. 207).

Entretanto, como bem ponderou o I. Representante do Ministério Público de 1º Grau, tecendo argumentação que também adoto e ora integro nestas razões de decidir:

> Também não se sustenta a alegação da necessidade de dotação orçamentária, já que o art. 169, § 1º, inciso I, da Constituição Federal faz referência à concessão de 'vantagem ou aumento de remuneração' e não à revisão remuneratória fundada no art. 37, X, da CF/1988. Nessa esteira, a LC 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), por meio dos arts. 22, parágrafo único, I, e 71, excepciona a revisão geral anual prevista no art. 37, X, da Constituição, liberando-a da observância dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 do mesmo diploma informativo (fls. 80-81).

Com efeito, o art. 169 da CF/1988 trata apenas da concessão de vantagem ou aumento de remuneração e não de revisão anual, *in verbis*:

> Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.
> § 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:
> [...]

Nesta esteira seguiu a Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, ao prever:

> Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.
> Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:
> I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;
> [...]
> Art. 71. Ressalvada a hipótese do inciso X do art. 37 da Constituição, até o término do terceiro exercício financeiro seguinte à entrada em vigor desta Lei Complementar, a despesa total com pessoal dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 não ultrapassará, em percentual da receita corrente líquida, a despesa verificada no exercício imediatamente anterior, acrescida de até 10% (dez por cento), se esta for inferior ao limite definido na forma do art. 20.

Considerando as exceções acima explicitadas, inafastável a conclusão de que o administrador não pode se eximir da obrigação de proceder à revisão geral anual dos salários dos servidores públicos, pois a omissão redunda em insustentável redução salarial.

Assim, fosse o caso de constatar a extrapolação dos limites constitucionalmente previstos para gasto com pessoal, caberia ao administrador adotar as providências estabelecidas nos incisos II a V do art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal, tais como não criar novos cargos, não modificar a estrutura funcional, não contratar novos servidores, não contratar horas extras, até o ajustamento dos gastos com pessoal ao limite prudencial.

Diante do exposto, não há como dar guarida ao argumento de que o § 1º do art. 1º da Lei n. 738/2003 condiciona a revisão geral anual à disponibilidade orçamentária, haja vista que, como acima explicitado, tal é de observância obrigatória e não está vinculada aos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, principalmente porque não cuida de aumento salarial, mas de mera reposição inflacionária.

Ademais, a prova dos autos demonstrou que não obstante o recorrente afirme a impossibilidade de concessão de revisão geral anual nos anos de 2011 a 2013, promoveu, com relação ao mesmo período, a revisão dos salários dos empregados da Câmara Municipal de Alumínio e do subsídio dos Vereadores, consoante se extrai das Leis Municipais n. 1.488/2011, 1.611/2012 e 1.663/2013 (fls. 165-167), aplicando os percentuais de 8,53%, 4,14% e 6,67%, o que torna insustentável a peça defensiva e a insurgência recursal, ante a flagrante violação do princípio da isonomia.

Nesse sentido, trago à colação trecho do voto proferido pela Ministra Carmen Lúcia nos autos do Recurso Extraordinário 504.351 Rio Grande do Sul, nos seguintes termos:

> A revisão, sim, é geral e diz respeito à reposição do valor da moeda que se tenha comprovado num determinado período. Razão pela qual, necessariamente, haverá de ser nos mesmos períodos e nos mesmos índices, porque aqui não se trata de aumento, trata-se tão somente de manter aquilo que, inicialmente, com outros padrões monetários, com outros valores são fixados. (www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoPeca.asp%3Fid%3D221003415%26tipoApp%3D.pdf+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br).

Pelo exposto, a concessão de revisão salarial apenas aos empregados da Câmara Municipal consubstancia insustentável discriminação contra os trabalhadores substituídos pelo Sindicato impetrante, o que não se pode admitir, sob pena de violação do disposto no art. 37, X, da CF/1988, de sorte que esse mesmo critério deve ser adotado para preservar o princípio constitucional da isonomia.

Sobre a matéria, assim leciona Maria Sylvia Zanella de Pietro:

> Os servidores passam a fazer jus à revisão geral anual, para todos na mesma data e sem distinção de índices (estas últimas exigências a serem observadas em cada esfera de governo). (**Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2014, p. 538).

Não é demais repisar que a revisão geral anual, considerada a sua natureza de reposição do valor da moeda, **deve ser fixada em idênticos índices para todos os servidores, estatutários ou celetistas, com vistas e impedir a violação à garantia constitucional da irredutibilidade salarial**, mormente diante do fato de que a desvalorização da moeda é a mesma para todos aqueles que compõem os Poderes da União, como ensina Diógenes Gaparini, *in verbis*:

> O inc. X do art. 37 da Constituição, depois de prescrever que a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegura revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices. **Restou, como direito subjetivo, garantida aos servidores, estatutários e celetistas da Administração Pública direta, autárquica e fundacional pública,**

> **e aos agentes políticos, a revisão anual, conforme o caso, da remuneração e dos subsídios desses agentes públicos**. (**Direito Administrativo**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 183/184 - g. n.).

Trago, mais uma vez à colação, os ensinamentos de Maria Sylvia Zanella de Pietro:

> A revisão anual, presume-se que tenha por objetivo atualizar as remunerações de modo a acompanhar a evolução do poder aquisitivo da moeda; se assim não fosse, não haveria razão para tornar obrigatória a sua concessão anual, no mesmo índice e na mesma data para todos. (**Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2014, p. 538).

Neste contexto, não há como manter o critério de difícil execução previsto na sentença, ao estabelecer que "o descumprimento das ordens injuncionais procedimentais implicará a determinação de revisão dos vencimentos nos mesmos percentuais do crescimento nominal das receitas orçamentárias nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015, com efeitos financeiros a partir de 1º.1.2017 (dia primeiro de janeiro de 2017)" (fl. 185), pois certamente acarretará grandes entraves na fase de liquidação.

Por tais razões, decido **dar parcial provimento** para determinar que, no caso de descumprimento das ordens injuncionais constantes dos itens 1, 2, e 3 da parte dispositiva da r. sentença de Origem, que ora mantenho, sejam observados os mesmos percentuais e parâmetros estabelecidos nas Leis Municipais n. 1.611/2012 (4,14%) e n. 1.663/2013 (6,67%), que dispuseram sobre a revisão anual dos salários dos servidores da Câmara Municipal de Alumínio, nesses termos consignando as razões de decidir para fins de prequestionamento.

2 Da imposição de negociação coletiva. Impossibilidade

Aduz o recorrente que não pode ser mantida a determinação para que "negocie com o impetrante sua adesão" (fl. 184), ante a inexistência de previsão legal a permitir a negociação coletiva no âmbito da Administração Pública e seus servidores.

Sobre a matéria em destaque, determinou a Origem que:

> 1) Poder Executivo promova a análise de sua estrutura orçamentária, exiba a análise ao impetrante e negocie com o impetrante sua adesão e envie projeto de lei municipal de revisão dos vencimentos dos servidores municipais celetistas relativamente aos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015, no prazo de 120 dias (fls. 177-178 e 184).

Embora o art. 37, VI, da Constituição da República garanta ao servidor público civil o direito à livre associação sindical, o art. 39, § 3º, da CF/1988 não reconheceu aos servidores públicos o direito ao reconhecimento das convenções e acordos coletivos. Em que pese tramitar na Câmara dos Deputados o PL n. 397/2015 do Senado Federal que "estabelece as normas gerais para a negociação coletiva na administração pública direta, nas autarquias e fundações públicas dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios", a jurisprudência pátria tem reconhecido esta possibilidade apenas limitada à cláusula de natureza social.

Com efeito, preconiza a OJ n. 5 da SDC do C. TST, *in verbis*:

> DISSÍDIO COLETIVO. PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO. POSSIBILIDADE JURÍDICA. CLÁUSULA DE NATUREZA SOCIAL (redação alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 14.9.2012) - Res. 186/2012, DEJT divulgado em 25, 26 e 27.9.2012.
>
> Em face de pessoa jurídica de direito público que mantenha empregados, cabe dissídio coletivo **exclusivamente para apreciação de cláusulas de natureza**

> **social**. Inteligência da Convenção n. 151 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo Decreto Legislativo n. 206/2010. (g. n.)

Nesse sentido,

> REMESSA NECESSÁRIA. RECURSO ORDINÁRIO. AÇÃO AJUIZADA EM FACE DE PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO. MUNICÍPIO. CLÁUSULA ECONÔMICA. A jurisprudência desta Corte compreende não ser possível a análise dos pedidos de natureza econômica formulados em processo de dissídio coletivo contra entidades de caráter público. Isso porque as pessoas jurídicas de direito público integrantes da administração indireta sujeitam-se às regras constitucionais referentes aos servidores públicos, notadamente a exigência de lei específica para alteração da remuneração (art. 37, X, CF/1988), devendo ser observados, ainda, os limites dos arts. 39 e 169 da Carta Magna. Tal entendimento independe de o regime adotado pela entidade para seus servidores ser celetista ou estatutário. Ressalte-se que essa restrição é válida apenas para as cláusulas de conteúdo econômico, em razão da expressa vedação constitucional, sendo possível a análise das cláusulas sociais.
> [...]
> (ReeNec e RO - 6086-57.2014.5.15.0000, Rel. Min. Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento 21.9.2015, Seção Especializada em Dissídios Coletivos. Data de Publicação: DEJT 25.9.2015).

Tal entendimento está em consonância com a Súmula n. 679 do STF, que dispõe, *in verbis*: "Servidor público. Convenção coletiva. Salário. A fixação de vencimentos dos servidores públicos não pode ser objeto de convenção coletiva. (DJ, 24.9.2003)".

Ainda sobre a matéria, trago à colação os ensinamentos de José dos Santos Carvalho Filho, *in verbis*:

> Outro aspecto que merece realce consiste no tipo de atuação do sindicato de servidores públicos. Os sindicatos são entidades que servem como instrumento de pressão para dois tipos de reivindicação em favor dos trabalhadores: uma de caráter social e outra de caráter econômico. No caso dos sindicatos de servidores, entretanto, é necessário o recurso à interpretação sistemática da Constituição. A matéria relativa aos vencimentos dos servidores obedece, como vimos, ao princípio da legalidade, isto é, são fixados e aumentados em função de lei. Esse princípio impede que haja negociação e reivindicação sindical de conteúdo econômico. Por isso mesmo, inviável será a criação de litígio trabalhista a ser decidido em dissídios coletivos, como ocorre na iniciativa privada. A atuação sindical nessa hipótese terá que observar algumas limitações compatíveis com as regras que disciplinam os servidores públicos, restringindo-se as reivindicações às de natureza social.
> Em abono desse entendimento, de resto inegavelmente congruente com o sistema adotado pela Constituição, segundo o qual a remuneração dos servidores públicos só pode ser fixada ou alterada por lei específica (art. 37, X, CF), o STF decidiu, em caráter sumular, que ' fixação de vencimentos dos servidores públicos não pode ser objeto de convenção coletiva.'603 Desse modo, é de inferir-se que os instrumentos negociais de fixação de valores remuneratórios limitam-se à modalidade de salário e são aplicáveis apenas no âmbito das relações de trabalho do setor privado. Convenções e acordos coletivos são, por conseguinte, institutos incompatíveis com o regime funcional do serviço público. (**Manual de Direito Administrativo**. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016, p. 934-935).

Diante de tal contexto, decido **dar provimento** para excluir a determinação para que o impetrado estabeleça negociação coletiva com o impetrante com a finalidade de garantir a adesão

ao projeto de lei municipal de revisão dos vencimentos dos servidores municipais, nesses termos consignando as razões de decidir para fins de prequestionamento.

3 Da fixação de multa em desfavor de terceiros. Da incompatibilidade da natureza do Mandado de Injunção com fixação de multa coercitiva contra o Poder Público no caso dos autos. Excesso na fixação da multa

Assevera o recorrente a impossibilidade de cominação de multa em desfavor do Secretário de Finanças do Município, em caso de descumprimento da determinação contida no decreto condenatório, afirmando que "o Município de Alumínio não possui Secretários e sim Diretores". Também alega ser indevida a fixação de multa contra os vereadores individualmente considerados, que "sequer foram intimados da tramitação dos presentes autos" (fl. 205).

Argumenta que "não é possível a fixação de *astreintes* em desfavor de terceiros estranhos ao processo, posto que não compõem a relação jurídica" (fl. 205).

Com relação à multa aplicada ao Prefeito, aduz que "não cabe no Mandado de Injunção cominação de multa contra a autoridade (e o ente) que não está na livre disposição da vontade para executar a ação de conceder o referido reajuste. A revisão anual dos salários dos servidores depende de fatores impessoais (previsão e aporte orçamentário), bem como, do cumprimento das exigências e limites fiscais. Por esta razão, neste caso específico, é incabível a aplicação da multa prevista no art. 461 do Código de Processo. É que a pena de multa aqui discutida impõe um meio gravoso à coletividade porque atingirá o erário, sem a eficácia coercitiva preconizada, visto que a Administração Pública é por excelência impessoal" (fl. 209).

Pois bem.

Consigne-se, inicialmente, que a r. sentença foi proferida à época em que vigia o CPC/1973, que estabeleceu a cominação de *astreintes*, com objetivo de garantir a efetividade da execução, nos termos do *caput* e § 5º do art. 461 do CPC/1973, *in verbis*:

> Art. 461. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.
> […]
> § 5º Para a efetivação da tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial.

Tal preceito foi ratificado pelo novo CPC/2015 ao estabelecer nos arts. 497 e 536, § 1º, e 537, *in verbis*:

> Art. 497. Na ação que tenha por objeto a prestação de fazer ou de não fazer, o juiz, se procedente o pedido, concederá a tutela específica ou determinará providências que assegurem a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente.
> Parágrafo único. Para a concessão da tutela específica destinada a inibir a prática, a reiteração ou a continuação de um ilícito, ou a sua remoção, é irrelevante a demonstração da ocorrência de dano ou da existência de culpa ou dolo.
> [...]
> Art. 536. No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, o juiz poderá, de ofício ou a requerimento, para a efetivação da tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente, determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente.
> § 1º Para atender ao disposto no *caput*, o juiz poderá determinar, entre outras medidas, a imposição de multa, a busca e apreensão, a remoção de pessoas e coisas, o

> desfazimento de obras e o impedimento de atividade nociva, podendo, caso necessário, requisitar o auxílio de força policial.
> [...]
> Art. 537. A multa independe de requerimento da parte e poderá ser aplicada na fase de conhecimento, em tutela provisória ou na sentença, ou na fase de execução, desde que seja suficiente e compatível com a obrigação e que se determine prazo razoável para cumprimento do preceito.

Como se extrai dos dispositivos legais acima transcritos, a multa diária deve ser imposta ao réu inadimplente, com o objetivo de induzi-lo ao cumprimento da obrigação que lhe foi imposta.

No caso dos autos, em tese, a obrigação deve ser cumprida pelo Município, conforme considerou o Ministério Público do Trabalho (fl. 233), que opinou pela exclusão das *astreintes* aplicadas, sob o argumento de que não atingiria pessoalmente a ninguém e seria suportada por toda a coletividade.

Nada obstante, patente que o referido ente público que figura no polo passivo do mandado de injunção, como pessoa jurídica, não pode agir senão por intermédio do Prefeito para cumprir a obrigação que lhe foi imposta.

Assim sendo, de rigor a conclusão que, diferentemente do alegado pelo I. Representante do Ministério Público do Trabalho, se for atendida a pretensão do recorrente de restringir a penalidade apenas ao ente público, aí sim é que será suportada por toda a sociedade, desvirtuando a finalidade do comando mandamental.

Portanto, a multa diária deve ser aplicada diretamente à autoridade que desatender ao comando sentencial, ante conduta que viola diversos princípios constitucionais.

Importante consignar, ainda, que o Judiciário deve dispor de meios eficazes para dar cumprimento à ordem legitimamente emanada, tendo-se, por certo, que a decisão injuncional será adimplida de forma mais eficaz, se o descumprimento atingir o patrimônio do agente que atua em nome do ente público.

Ademais, os agentes políticos não estão fora do controle da legalidade e da constitucionalidade de sua conduta, de modo que a comprovada omissão que viola a isonomia e descumpre o disposto no art. 37, X, da CF/1988, não pode ficar impune.

Neste sentido o Decreto-Lei n. 201/1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, ao preconizar em seu art. 1º, XIV, *in verbis*:

> Art. 1º São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:
> [...]
> XIV - Negar execução a lei federal, estadual ou municipal, ou deixar de cumprir ordem judicial, sem dar o motivo da recusa ou da impossibilidade, por escrito, à autoridade competente;
> [...]

Diante de tal contexto, considerando que o cumprimento da obrigação legal ora deferida neste Mandado de Injunção se consubstancia em ato administrativo complexo, cuja iniciativa como projeto de lei é exclusiva do Prefeito municipal, com a consequente e necessária análise do Poder Legislativo, a determinação de *astreintes* deve ser mantida.

Entretanto, quanto à imputação de multa ao Secretário Municipal de Finanças e Tributação, tem razão o recorrente.

Isso porque a fixação de multa, se houver o descumprimento de ordem judicial, não pode atingir aquele que não detém competência para a prática do ato determinado.

Destarte, decido **dar parcial provimento** apenas para excluir a cominação de multa ao Secretário Municipal de Finanças, nesses termos consignando as razões de decidir para fins de prequestionamento.

4 Remessa oficial - matéria remanescente

4.1 Honorários advocatícios

Nesta Justiça Especializada, os honorários advocatícios são devidos quando satisfeitos os requisitos estabelecidos nos arts. 14 e 16 da Lei n. 5.584/1970, conforme Súmulas n. 219 e n. 329 do C. TST, que assim preconizam, *in verbis*:

> Art. 14. Na Justiça do Trabalho, a assistência judiciária a que se refere a Lei n. 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, será prestada pelo Sindicato da categoria profissional a que pertencer o trabalhador.
> [...]
> Art. 16. Os honorários do advogado pagos pelo vencido reverterão em favor do Sindicato assistente.
>
> Súmula 219. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO (alterada a redação do item I e acrescidos os itens IV a VI na sessão do Tribunal Pleno realizada em 15.3.2016) - Res. 204/2016, DEJT divulgado em 17, 18 e 21.3.2016.
> I - Na Justiça do Trabalho, a condenação ao pagamento de honorários advocatícios não decorre pura e simplesmente da sucumbência, devendo a parte, concomitantemente: a) estar assistida por sindicato da categoria profissional; b) comprovar a percepção de salário inferior ao dobro do salário-mínimo ou encontrar-se em situação econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família. (art. 14, § 1º, da Lei n. 5.584/1970) (ex-OJ n. 305 da SBDI-I).
> II - É cabível a condenação ao pagamento de honorários advocatícios em ação rescisória no processo trabalhista.
> III - São devidos os honorários advocatícios nas causas em que o ente sindical figure como substituto processual e nas lides que não derivem da relação de emprego.
> IV - Na ação rescisória e nas lides que não derivem de relação de emprego, a responsabilidade pelo pagamento dos honorários advocatícios da sucumbência submete-se à disciplina do Código de Processo Civil (arts. 85, 86, 87 e 90).
> V - Em caso de assistência judiciária sindical, revogado o art. 11 da Lei n. 1.060/1950 (CPC de 2015, art. 1.072, inc. III), os honorários advocatícios assistenciais são devidos entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa (CPC de 2015, art. 85, § 2º).
> VI - Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, aplicar-se-ão os percentuais específicos de honorários advocatícios contemplados no Código de Processo Civil.
>
> Súmula n. 329. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 133 DA CF/1988.
> Mesmo após a promulgação da CF/1988, permanece válido o entendimento consubstanciado na Súmula n. 219 do Tribunal Superior do Trabalho. (g. n.)

No caso dos autos, o sindicato autor atua como substituto processual, de modo que escorreito o julgado de piso ao condenar o impetrado ao pagamento da verba honorária, consoante o disposto no art. 5º da IN 27/2005 do C. TST e entendimento consolidado na Súmula n. 219 do C. TST, pelo que decido **negar provimento** à remessa oficial, nesses termos fixando as razões de decidir para fins de prequestionamento.

5. Do prequestionamento

Requer o recorrente o prequestionamento de "todos os artigos, incisos e alíneas dos diplomas legais citados nestas razões, bem como os princípios a eles relacionados, de modo que se possibilite o destrancamento e conhecimento pelas instâncias superiores, cumprindo-se de pleno o Princípio da Ampla Defesa" (fl. 211).

Os termos do recurso foram apreciados à luz do conjunto probatório dos autos e da legislação em vigor, não se configurando a alegada violação aos arts. 2º; 5º, XXI, LIV e LV; 29; 37, X, XI, XII e XIII; 39, X e § 1º; 60, § 4º, III; 61, § 1º, II, "a"; 102, I, "q"; 105, I, "h"; 114, IV; 125, § 1º; 169, *caput* e § 1º, I e II, da CF/1988; art. 247 do Código Civil; Lei 4, Complementar 101/2001; art. 74, V, da Constituição do Estado de São Paulo e Lei Orgânica do Município de Alumínio, sendo que as razões de decidir para fins de prequestionamento já foram consignadas por ocasião da análise de cada uma das matérias recorridas.

POR TAIS FUNDAMENTOS, decido **conhecer** do **recurso ordinário** e da **remessa oficial, acolher parcialmente apenas uma preliminar**, excluindo a determinação para que o Poder Executivo do Município de Alumínio envie projeto de lei tratando da revisão geral dos vencimentos dos servidores públicos municipais referente aos anos de 2014 e 2015 e **dar parcial provimento** ao recurso do **Município de Alumínio** e à **remessa oficial** para: 1) excluir a determinação para que o impetrado estabeleça negociação coletiva com o impetrante com a finalidade de garantir a adesão ao projeto de lei municipal de revisão dos vencimentos dos servidores municipais, e 2) determinar que, no caso de descumprimento das ordens injuncionais constantes dos itens 1, 2, e 3 da parte dispositiva da r. sentença de Origem, sejam observados os mesmos percentuais e parâmetros estabelecidos nas Leis Municipais n. 1.611/2012 (4,14%) e n. 1.663/2013 (6,67%), que dispuseram sobre a revisão anual dos salários dos servidores da Câmara Municipal de Alumínio e 3) excluir a cominação de multa ao Secretário Municipal de Finanças, tudo nos termos da fundamentação.

Rearbitro o valor da condenação em R$ 90.000,00 e custas no importe de R$ 1.800,00 pelo requerido, das quais fica isento, na forma da lei.

Retifique-se a autuação para fazer constar o processamento da remessa oficial.

TEREZA APARECIDA ASTA GEMIGNANI
Desembargadora Relatora

DEJT 1º jun. 2017, p. 3573.

Acórdão PJe Id. 6da378d
Processo TRT/SP 15ª Região 0011089-25.2014.5.15.0054
RECURSO ORDINÁRIO
Origem: 1ª VT DE SERTÃOZINHO
Juiz sentenciante: OTÁVIO LUCAS DE ARAÚJO RANGEL

DANO MORAL POR ASSÉDIO SEXUAL. AMBIENTE DE TRABALHO. OFENSOR DE MESMO NÍVEL HIERÁRQUICO. CARACTERIZAÇÃO. O assédio sexual, para fins criminais, configura quando há relação de subordinação entre autor e vítima; na órbita trabalhista, para fins de danos morais, está caracterizado quando se ofende o íntimo da vítima, constrangendo com palavras ou atos de intimidação difusa que conturbam o ambiente de trabalho, como piadas maliciosas e comentários com conotação sexual, levadas a termo por ofensor de igual nível hierárquico da vítima, violando do mesmo modo a dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais da mulher à honra e a um ambiente de trabalho saudável, fundamentos da República Federativa do Brasil, nos termos do art. 1º da CF. Recurso da reclamada desprovido.

Da r. sentença (Id. 5e63808) que julgou procedentes em parte os pedidos, recorrem as partes. A reclamada buscando a reforma da decisão que determinou o pagamento das pausas da NR-31, diferenças de horas *in itinere*, adicional de insalubridade, PLR e indenização por assédio sexual; busca a modificação do critério fixado para a correção do crédito (Id. 4839298).

Recolhidas as custas e o depósito recursal.

Contrarrazões (Id. 819d8f5).

A reclamante recorre adesivamente (Id. 1e34fe5), buscando o elastecimento da condenação ao pagamento do intervalo intrajornada, além da majoração da indenização pela violação na NR-31, em relação às condições inadequadas do ambiente de trabalho, e recebimento dos honorários advocatícios.

Contrarrazões (Id. 287a620).

É o relatório.

VOTO

Conheço dos recursos interpostos, porque satisfeitos os pressupostos de admissibilidade.

DO RECURSO DA RECLAMADA

Das pausas da NR-31. Art. 72 da CLT

Afirma a reclamada não ser devida a paga deste intervalo porque comprovou que ao trabalhador rural são concedidas duas pausas de descanso durante o dia, sendo uma no período da manhã e outra no período da tarde, ambas de 15 minutos e sem desconto na jornada, além do intervalo intrajornada, tudo num interregno de uma jornada das 7h às 15h20min; defende que a violação destas pausas configura-se mera infração administrativa; pugna, caso mantida a condenação, pela possibilidade de compensação.

Analiso. A pausa prevista na NR-31, aprovada pela Portaria n. 86/2005, dispõe sobre a segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura, estabelecendo, dentre outras garantias:

> 31.10.7 Para as atividades que forem realizadas necessariamente em pé, devem ser garantidas pausas para descanso.
> 31.10.8 A organização do trabalho deve ser adequada às características psicofisiológicas dos trabalhadores e à natureza do trabalho a ser executado.
> 31.10.9 Nas atividades que exijam sobrecarga muscular estática ou dinâmica devem ser incluídas pausas para descanso e outras medidas que preservem a saúde do trabalhador.

É certo, todavia, que essa norma não prevê o modo e o tempo em que se darão essas pausas.

Não obstante isso, tenho que a ausência de norma legal e geral a respaldar o pedido não prejudica o direito, restando ao magistrado campo vastíssimo de atividade autonômica, decorrente do dever inelutável de decidir todos os feitos compreendidos na sua jurisdição, sejam quais forem as deficiências dos textos positivos.

Nesse sentido, aliás, a inteligência do disposto no art. 4º da LINDB e 8º da CLT, *in verbis*:

> Art. 4º Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.
> [...]
> Art. 8º As autoridades administrativas e a Justiça do Trabalho, na falta de disposições legais ou contratuais, decidirão, conforme o caso, pela jurisprudência, por analogia, por eqüidade e outros princípios e normas gerais de direito, principalmente do direito do trabalho e, ainda, de acordo com os usos e costumes, o direito comparado, mas sempre de maneira que nenhum interesse de classe ou particular prevaleça sobre o interesse público.

Rejeitar o pedido por falta de amparo legal equivale, por via indireta, pactuar com a lesão a direito subjetivo do empregado e negar-lhe acesso à jurisdição.

Muito a propósito, preciosa a lição de Carlos Maximiliano nesse sentido:

> Quanto melhor souber a jurisprudência adaptar o Direito vigente às circunstâncias mutáveis da vida, tanto menos necessário se tornará pôr em movimento a máquina de legislar. Até mesmo a norma defeituosa pode atingir seus fins, desde que seja inteligentemente aplicada. (**Hermenêutica e aplicação do direito**. 15. ed. São Paulo: Forense).

Relevante, ainda, citar os arts. 7º, XXII, da CF e 13 da Lei n. 5.889/1973, *in verbis*:

> Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
> [...]
> XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;
> [...]
> Art. 13. Nos locais de trabalho rural serão observadas as normas de segurança e higiene estabelecidas em portaria do ministro do trabalho e Previdência Social.

Assim, creio deva ser aplicado na hipótese em apreço, por analogia, o disposto no art. 72 da CLT, *in verbis*:

> Art. 72. Nos serviços permanentes de mecanografia (datilografia, escrituração ou cálculo), a cada período de 90 (noventa) minutos de trabalho consecutivo corresponderá um repouso de 10 (dez) minutos não deduzidos da duração normal de trabalho.

Nesse sentido o seguinte precedente do C. TST:

> RECURSO DE REVISTA. PAUSAS PARA DESCANSO. NR-31 DO MTE. ART. 72 DA CLT. APLICAÇÃO POR ANALOGIA. A NR-31 do Ministério do Trabalho e Emprego, aprovada pela Portaria GM n. 86, estabelece pausas para descanso nas atividades realizadas necessariamente em pé ou que exijam sobrecarga muscular estática ou dinâmica, a fim de garantir a segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura. Contudo, a referida norma não detalhou as condições e o tempo em que esse período de descanso deva ser observado. Sendo assim, em face da lacuna da NR-31, deve prevalecer a aplicação analógica do art. 72 da CLT, nos termos do art. 8º da CLT aos casos como o dos autos, de modo a conceder ao reclamante um intervalo de dez minutos de descanso a cada noventa minutos de trabalho consecutivo, não se deduzindo o referido período da duração normal do trabalho. Precedentes desta Turma. Recurso de revista conhecido e provido. (TST RR 3967-82.2010.5.15.0156, Rel. Min. Augusto César Leite de Carvalho, 6ª Turma, DEJT 9.8.2013).

Mantenho a condenação, porque as pausas não eram concedidas e não há que se falar em compensação com o tempo destinado ao café, pois não de efetivo descanso e concedido em periodicidade diversa da necessária ao fim normativo.

Das horas *in itinere*. Diferenças. Acordos coletivos

Diz a reclamada que o julgador desconsiderou o acordo coletivo de trabalho ao condená-la no pagamento de diferenças das horas de percurso, com o que não pode concordar; afirma que a prova testemunhal deve ser desconsiderada, pois as assertivas quanto ao tempo de deslocamento não são verdadeiras e as lavouras têm distâncias diferentes.

Com efeito. A reclamada remunerava uma hora por dia a título de hora de percurso, conforme norma coletiva da categoria, sendo que foi condenada a pagar diferenças por entender o juízo *a quo* que o tempo negociado é muito inferior ao realmente gasto pelo empregado, fixado em três horas diárias.

Em audiência foram ouvidas duas testemunhas, cada uma delas convidada por uma das partes (Id. af1652b), e prestaram depoimento perante o mesmo juiz que proferiu a sentença.

Afirmou a testemunha da autora, que trabalhou com a autora na mesma turma:

> Que trabalhou na reclamada em 2012 e 2013, na função de rurícola, junto com a reclamante, na mesma turma, em 2012 [...] que pegava o ônibus em Pontal às 05:30h, e passava o crachá às 07:00h, que havia 'maquininha' dentro do ônibus [...] que marcavam o cartão às 07:00h, ainda dentro do ônibus, e chegavam na lavoura por volta das 08:00h/08:30h.

Já a testemunha da reclamada não prestou serviços na mesma turma que a reclamante, e afirmou de forma mais evasiva que:

> [...] de Pontal até as lavouras mais próximas o tempo era de cinco a de minutos; que as mais próximas ficam em Pontal, e as mais distantes, como Sales Oliveira, o tempo era de meia hora a 40 minutos; que a depoente pega o ônibus às 06:15h, que o cartão é passado geralmente as 07:00h.

Verifica-se, do acima narrado, que esta pegava o ônibus mais tarde, por certo em razão do local onde mora, e nada informou sobre o interregno entre a hora em que passava o cartão e que poderia iniciar o serviço.

Sendo assim, sopesando as provas tenho que a reclamante se desincumbiu a contento do seu ônus, no sentido de indicar que o tempo efetivamente gasto era superior em mais de 50% do quanto pago pela empregadora, merecendo ser mantida a condenação na diferença. O tempo fixado na norma coletiva não pode ser considerado "razoável", decorrente da média gasta pelo trabalhador no percurso, uma vez provado ser de três horas quando era paga apenas uma hora.

Nada a reformar.

Do adicional de insalubridade. Agente calor

A reclamada não se conforma com a condenação ao pagamento do adicional de insalubridade em razão da exposição ao agente calor, em todos os meses do ano, afirmando que a decisão não observou as conclusões do perito quanto ao não enquadramento da atividade como insalubre.

A matéria é objeto de longas discussões neste Regional, sendo o entendimento que prevalece nesta Câmara de que o labor a céu aberto exposto aos raios solares e, consequentemente, ao calor, gera o direito ao recebimento do adicional de insalubridade, sendo importante frisar que a prova pericial auxilia o julgador na busca da verdade real, mas o magistrado não está adstrito ao laudo técnico pericial, podendo formar seu convencimento com outras provas ou elementos produzidos nos autos. Inteligência do art. 479 do novo CPC c/c art. 769 da CLT.

É do conhecimento deste Relator que as atividades desenvolvidas no campo, de acordo com o Anexo 3 da NR-15, classificam-se como atividades pesadas e são desenvolvidas em regime de trabalho contínuo, com descanso no próprio local de trabalho, sendo o limite para exposição ao calor o IBUTG máximo de 25ºC.

As avaliações, para os sessenta minutos corridos mais desfavoráveis do ciclo de trabalho nas regiões onde o trabalho foi prestado, geralmente apontam para índices IBUTG variando de 27ºC a 32ºC, independentemente da estação do ano, sendo estes sempre superiores ao IBUTG máximo, caracterizando, portanto, a insalubridade.

Ademais, o item II da OJ n. 173 da SDI-1 do C. TST, alterada em setembro de 2012, é cristalino ao dispor que "tem direito ao adicional de insalubridade o trabalhador que exerce atividade

exposto ao calor acima dos limites de tolerância, inclusive em ambiente externo com carga solar, nas condições previstas no Anexo 3 da NR-15 da Portaria n. 3.214/1978 do MTE".

Sendo assim, mantenho a condenação, não havendo que se falar em exclusão dos períodos de inverno, apenas por mero inconformismo, sem a indicação precisa da incorreção do juízo nas suas assertivas de fundamentação da sentença.

Da participação nos lucros e resultados

Mantenho a condenação, porque a norma coletiva garante o percebimento da parcela ao trabalhador que exerce suas funções no corte da cana, como é o caso da autora, não podendo ser dada guarida à tese da defesa de que a reclamante prestou serviços na diária e empreita, e estas atividades não estariam ligadas ao "corte da cana".

Afinal, não há esta limitação na norma coletiva, ou seja, de que apenas quando executado o corte da cana é que a parcela é devida, e a reclamante, recolhendo os insumos no campo, contribuiu para que a empresa alcançasse seus objetivos sociais.

Da indenização por assédio moral

A reclamada tenta demonstrar que o assédio não restou configurado porque o Sr. A. não era superior hierárquico da reclamante, bem como que o seu desconhecimento acerca das ocorrências no campo, porque nunca foi feita uma "denúncia", impede que seja condenada a pagar indenização de cunho moral.

Entretanto, a reclamante se desincumbiu do ônus de demonstrar que era "'incomodada" constantemente no trabalho por um outro colega, e na condição de condutora da prestação dos serviços a recorrente tinha o dever de garantir aos seus empregados um ambiente de trabalho saudável, devendo responder pelo excesso verificado. De se inferir que, ao contrário do ora alegado, sua responsabilidade não é afastada em razão do alegado "desconhecimento", porque afirmou a testemunha da autora que a prática do assédio pelo mesmo trabalhador era constante e em relação a várias trabalhadoras, não se fazendo crível de aceitação a alegação do total desconhecimento. A situação mais se amolda a uma "acomodação", uma "omissão" por parte da empregadora.

A sentença está muito bem fundamentada quanto ao tema, merecendo fazer parte integrante deste julgado, a saber:

> A doutrina destaca duas formas de assédio sexual.
> A primeira é o assédio sexual por chantagem, que ocorre quando o agressor se vale da sua posição hierárquica e passa a exigir favor sexual sob ameaça de perda de benefícios. Quando esse tipo de assédio é praticado na relação de emprego, a coação resulta da possibilidade da vítima perder o emprego.
> A outra forma é o assédio por intimidação, que ocorre pela prática de incitações sexuais importunas, solicitações sexuais ou qualquer manifestação dessa mesma índole, verbal ou física, criando um ambiente hostil para a vítima.
> Não raro, em casos de assédio sexual a prova se torna de difícil realização, já que os atos do assediador são praticados, em regra, longe das vistas de outras pessoas ou de testemunhas.
> De outro lado, é necessário que, na falta de evidências concretas, pelo menos por indícios ou pelas circunstâncias que envolvem o caso, seja possível perceber a existência do assédio sexual.
> No caso dos autos, é possível se extrair do depoimento pessoal da reclamante, em conjunto com o depoimento da testemunha J.M.S., que trabalhou na mesma turma, a existência do alegado assédio sexual, embora não nos exatos contornos da inicial (por exemplo: não ficou claro que a não contratação em 2014 tenha sido em razão do Sr. A. ter 'sujado' a carteira da reclamante).
> A testemunha da reclamante confirmou que o Sr. A. 'dava em cima' das mulheres da turma que lhe interessavam, disse que o Sr. A. ligava para ela 'atrás de outras coisas' (palavras da testemunha que denotam o Sr. A. ligava atrás de favores sexuais), o

> que também foi dito pela reclamante em seu depoimento pessoal. A testemunha respondeu ainda que o Sr. A. colocou o apelido de 'nó cego' na reclamante.
> Já a testemunha da reclamada trabalhava em outra turma. E, embora já tenha trabalhado um período com o Sr. A., não trabalhou junto com a turma da reclamante enquanto esta trabalhou na reclamada.
> Portanto, reputo comprovado o assédio sexual e por esse motivo condeno a reclamada no pagamento de indenização por danos morais, a qual arbitro em R$ 40.000,00, cujo valor entendo adequado para atender sua dupla função, quais sejam, de reparar o dano buscando minimizar a dor da vítima e de punir o ofensor para que não reincida, e leva em conta a gravidade da conduta, o potencial econômico do réu, a lesão sofrida e evitar o enriquecimento sem causa.

O assédio sexual caracteriza-se como a conduta que visa dominar o trabalhador pela chantagem, colimando satisfazer algum desejo pessoal de conotação sexual.

No direito do trabalho, além da configuração do assédio sexual por chantagem, em que o intuito do assediador é obter vantagem sexual, por se encontrar em posição hierarquicamente superior ao assediado, pode-se caracterizar também tal conduta quando se comprova a tentativa de intimidação da empregada, com piadas e comentários com conotação sexual, que partem de algum superior ou, inclusive, por empregados de mesmo nível hierárquico.

Nesse sentido preleciona José Affonso Dallegrave Neto (*In*: **Responsabilidade civil**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2007, p. 284), *in verbis*:

> A despeito de existirem duas espécies de assédio sexual, apenas aquele oriundo de chantagem (*quid pro quo*), advindo do empregador ou superior hierárquico sobre a vítima subalterna, é que se encontra positivado no sistema pátrio. A outra espécie, assédio sexual ambiental, constitui forma de intimidação difusa que implica distúrbio ao ambiente de trabalho, sendo irrelevante o elemento poder (hierárquico), podendo o agente ser um mero colega de trabalho do ofendido, sem qualquer ascendência sobre a vítima.

Como se vê, para a configuração do assédio sexual no ambiente de trabalho é irrelevante que não seja o autor da ofensa superior hierárquico da vítima; configura-se o assédio independentemente da condição hierárquica do ofensor, podendo ser este, inclusive, do mesmo nível profissional que a vítima.

Ressalte-se, assim, que o reconhecimento do assédio sexual no meio laboral se baseia no direito à dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil, nos termos do art. 1º, inciso III, da Constituição Federal, e nos direitos fundamentais do cidadão à saúde, à honra e a um ambiente de trabalho saudável.

Diante de todas essas considerações, reputa-se que a prova oral produzida nestes autos é suficiente para comprovar a ocorrência do assédio moral, o qual foi praticado por empregado da ré, devendo esta reparar o prejuízo moral nos termos dos arts. 186 e 932, III, do CC.

Como já acima mencionado, frise-se, a simples alegação do desconhecimento da situação, que por certo decorreu do sabido "temor" que os empregados têm de serem mal interpretados nestas situações ou até mesmo motivo de chacota no ambiente de trabalho, não se presta a permitir a exclusão da condenação ao pagamento da indenização, quando outras provas corroboram as alegações da autora.

No que se refere ao valor a ser arbitrado, é pacífico em doutrina e jurisprudência estar inviabilizada a tarifação nas indenizações por dano moral, conferindo-se, ao julgador, prevalência pelo sistema aberto, mediante o qual está autorizado a fixar o valor da reparação de forma subjetiva, mas sem desprezar critérios objetivos, conforme balizas preestabelecidas.

Assim, a dosimetria do *quantum* indenizatório guarda relação direta com o princípio da restauração justa e proporcional, nos exatos limites da existência e da extensão do dano sofrido e do grau de culpa, sem olvidar a situação econômica de ambas as partes.

Diante destes requisitos, bem ainda das particularidades do caso concreto e o quanto tem sido arbitrado nesta Câmara em situações semelhantes, tenho que o valor arbitrado na origem

é excessivo, e considero razoável a fixação do montante indenizatório em R$ 15.000,00 (quinze mil reais), propiciando a certeza de que o ato ofensivo não fique impune e, ainda, desestímulo à reincidência de comportamento similar, por parte do empregador, que possa vir a causar dano moral a outros empregados.

Reformo parcialmente.

Da aplicação do IPCA-E

A controvérsia quanto ao tema em apreço sempre foi, de fato, instigante, sendo de especial relevo considerar que o escopo da correção monetária em decisões judiciais é recompor a depreciação da moeda nacional e manter o real poder aquisitivo da dívida reconhecida judicialmente.

A cizânia em apreço consiste em definir se o disposto no *caput* do art. 39 da Lei n. 8.177/1991, mais especificamente na expressão "equivalentes à TRD acumulada" nele contida, que ora se destaca, está em vigência:

> Art. 39. Os débitos trabalhistas de qualquer natureza, quando não satisfeitos pelo empregador nas épocas próprias assim definidas em lei, acordo ou convenção coletiva, sentença normativa ou cláusula contratual sofrerão juros de mora equivalentes à TRD acumulada no período compreendido entre a data de vencimento da obrigação e o seu efetivo pagamento.

E, nesse tópico, a resposta é absolutamente negativa. Explico: em boa hora, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar as ADIs 4357 e 4425-DF, declarou a inconstitucionalidade parcial dos §§ 2º, 9º, 10, 12 do art. 100 da CF e inciso II, § 1º, e do 97 do ADCT, sendo digno de nota transcrever o teor dos informativos do STF de números 697 e 698:

> Declarou-se, ainda, a inconstitucionalidade parcial do § 12 do art. 100 da CF ('A partir da promulgação desta Emenda Constitucional, a atualização de valores requisitórios, após sua expedição, até o efetivo pagamento, independentemente de sua natureza, será feita pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança, e para fins de compensação da mora, incidirão juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, ficando excluída a incidência de juros compensatórios'), no que diz respeito à expressão 'índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança', bem como do inciso II do § 1º e do § 16, ambos do art. 97 do ADCT. Realçou-se que essa atualização monetária dos débitos inscritos em precatório deveria corresponder ao índice de desvalorização da moeda, no fim de certo período, e que esta Corte já consagrara não estar refletida, no índice estabelecido na emenda questionada, a perda de poder aquisitivo da moeda. Dessa maneira, afirmou-se a afronta à garantia da coisa julgada e, reflexamente, ao postulado da separação dos Poderes. [...]. ADI 4357/DF, Rel. orig. Min. Ayres Britto, red. p/ o acórdão Min. Luiz Fux, 13 e 14.3.2013 (ADI-4357).
>
> [...] Além disso, reputou procedente em parte a inconstitucionalidade por arrastamento da nova redação dada ao art. 1º-F da Lei 9.494/97 ('Nas condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança').
>
> Assinalou que a invalidade da sistemática constitucional de juros e de atualização monetária nos precatórios retiraria o amparo do aludido dispositivo, já que fulminado seu fundamento constitucional (CF, art. 100, § 12). Declarou inconstitucional a referência à 'atualização monetária' contida no texto de lei, mas rejeitou a inconstitucionalidade quanto ao regime de juros moratórios, desde que incidente de forma recíproca para o Estado e o cidadão. [...] (ADI-4357).

O que sobressai dos exaustivos fundamentos desses julgados, dentre tantos outros, é que o índice até então utilizado para recompor o valor da moeda "índice oficial de remuneração

básica da caderneta de poupança", não mais se revela idôneo a mensurar a variação do poder aquisitivo da moeda, entendimento esse, aliás, que já havia sido objeto de apreciação na ADI 493, da relatoria do Min. Moreira Alves, nos idos de 1992.

O desfecho das ADIs 4357 e 4425 foi pela:

> [...] pronúncia de inconstitucionalidade parcial da EC n. 62/2009 de modo a afastar a expressão 'índice oficial de remuneração da caderneta de poupança' introduzida no § 12 do art. 100 da Lei Maior como critério de correção monetária dos créditos inscritos em precatório, por violação ao direito fundamental de propriedade (art. 5º, XII, CF/1988) e inegável limite material ao poder de reforma da Constituição (art. 60, § 4º, IV, CF/1988).

Creio, assim, que, como as disposições contidas nessas normas (§§ 2º, 9º, 10, 12, do art. 100 da CF e inciso II, § 1º, do art. 97 do ADCT) apresentam evidente nexo de interdependência não só à nova redação do art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997, dada pela Lei n. 11.960/2009, mas também ao disposto no *caput* do art. 39 da Lei n. 8.177/1991, é absolutamente certo que o conteúdo declaratório de inconstitucionalidade daqueles dispositivos, por atração/arrastamento, incidem, de igual modo, sobre os artigos acima mencionados.

Nesse sentido, aliás, a doutrina de Pedro Lenza:

> Pela referida teoria da inconstitucionalidade por 'arrastamento' ou 'atração' ou 'inconstitucionalidade consequente de preceitos não impugnados', se em determinado processo de controle concentrado de constitucionalidade for julgada inconstitucional a norma principal, em futuro processo, outra norma dependente daquela que foi declarada inconstitucional em processo anterior - tendo em vista a relação de instrumentalidade que entre elas existe - também estará eivada de vício de inconstitucionalidade 'consequente', ou por 'arrastamento' ou 'atração'. (LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 10. ed. São Paulo: Método, 2006. p. 130).

Ultrapassada a declaração do vício e a sua repercussão nas leis citadas, a questão a ser enfrentada reside em definir qual dos índices existentes (IPC, IGP, INPC, IPCA, IGP-M etc.) atende melhor ao objetivo de recompor a depreciação da moeda nacional e manter o real poder aquisitivo da dívida reconhecida judicialmente.

Nesse campo, cabe trazer à colação como aresto paradigma recente decisão adotada pelo Supremo Tribunal Federal, da lavra do Ministro Luiz Fux, na Ação Cautelar n. 3.764 que, em sede de cognição sumária, assim ficou ementado:

> DIREITO CONSTITUCIONAL. REGIME DE EXECUÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA MEDIANTE PRECATÓRIO. SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DE REQUISITÓRIOS FEDERAIS PARCELADOS NA FORMA DA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 30/2000. SUPOSTA IRREGULARIDADE NA INCIDÊNCIA DE JUROS LEGAIS SOBRE CADA PARCELA. TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE N. 590.751. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA SEGURANÇA JURÍDICA E DA PROTEÇÃO DA EXPECTATIVA LEGÍTIMA. SISTEMÁTICA DE JUROS PREVISTA NA LEGISLAÇÃO ORÇAMENTÁRIA FEDERAL POR MAIS DE UMA DÉCADA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO RETROATIVA DO ENTENDIMENTO FIXADO PELO STF. EMENDA CONSTITUCIONAL N. 62/2009. PENDÊNCIA DE MODULAÇÃO DOS EFEITOS DO JULGAMENTO DAS ADIS N. 4.357 E 4.425. DISCUSSÃO QUANTO AO ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA APLICÁVEL AOS REQUISITÓRIOS DA UNIÃO ATÉ A DECISÃO FINAL DO STF. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA IMEDIATA DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS. INCIDÊNCIA DO ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO ESPECIAL (IPCA-E) AOS PRECATÓRIOS FEDERAIS. MEDIDA LIMINAR CONCEDIDA.

Por conta desse posicionamento, a mais Alta Corte Trabalhista, em sua composição plenária, no Processo TST ArgInc 479-60.2011.5.04.0231, assim definiu:

> ACORDAM os Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, em sua composição plenária, I) por unanimidade: a) acolher o incidente de inconstitucionalidade suscitado pela Eg. 7ª Turma e, em consequência, declarar a inconstitucionalidade por arrastamento da expressão 'equivalentes à TRD', contida no *caput* do art. 39 da Lei n. 8.177/1991; b) adotar a técnica de interpretação conforme a Constituição para o texto remanescente do dispositivo impugnado, a preservar o direito à atualização monetária dos créditos trabalhistas; c) definir a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) como fator de atualização a ser utilizado na tabela de atualização monetária dos débitos trabalhistas na Justiça do Trabalho; II) por maioria, atribuir efeitos modulatórios à decisão, que deverão prevalecer a partir de 30 de junho de 2009, observada, porém, a preservação das situações jurídicas consolidadas resultantes dos pagamentos efetuados nos processos judiciais, em andamento ou extintos, em virtude dos quais foi adimplida e extinta a obrigação, ainda que parcialmente, sobretudo em decorrência da proteção ao ato jurídico perfeito (arts. 5º, XXXVI, da Constituição e 6º da Lei de Introdução ao Direito Brasileiro - LIDB), vencida a Excelentíssima Senhora Ministra Dora Maria da Costa, que aplicava a modulação dos efeitos da decisão a contar de 26 de março de 2015; III) por unanimidade, determinar: a) o retorno dos autos à 7ª Turma desta Corte para prosseguir no julgamento do recurso de revista, observado o quanto ora decidido; b) a expedição de ofício ao Exmo. Ministro Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho a fim de que determine a retificação da tabela de atualização monetária da Justiça do Trabalho (tabela única); c) o encaminhamento do acórdão à Comissão de Jurisprudência e de Precedentes Normativos para emissão de parecer acerca da Orientação Jurisprudencial n. 300 da SBDI-1. Ressalvaram o entendimento os Exmos. Ministros Guilherme Augusto Caputo Bastos, Alexandre de Souza Agra Belmonte e Maria Helena Mallmann. Brasília, 4 de agosto de 2015.

Bem por isso, considerando a supremacia das decisões do STF - guardião da Constituição -, e a fim de preservar a unidade da ordem jurídica nacional e a uniformidade das decisões do Poder Judiciário, em benefício de toda a coletividade, impõe-se a adoção do posicionamento segundo o qual, a partir de 30.6.2009, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) passa a ser utilizado como fator de atualização monetária dos débitos trabalhistas na Justiça do Trabalho.

E assim vinha decidindo, até o advento da decisão do Ministro Dias Toffoli, do STF, que em 14.10.2015, em sede de liminar na Rcl 22012 MC/RS, suspendeu os efeitos da decisão do TST nos autos da Reclamação Trabalhista 0000479-60.2011.5.04.0231, que determinara a correção da Tabela Unificada para utilização do IPCA-E, como índice de correção monetária desde 30.6.2009.

Com isso, valendo-se dos argumentos acima, fiz a adequação necessária e passei a determinar que o IPCA-E fosse utilizado como índice de correção monetária, a partir de 26.3.2015, inclusive, conforme modulação efetuada na Sessão Plenária do STF de 25.3.2015, no reajustamento da decisão da ADI 4425, item 2:

> 2) conferir eficácia prospectiva à declaração de inconstitucionalidade dos seguintes aspectos da ADI, fixando como marco inicial a data de conclusão do julgamento da presente questão de ordem (25.3.2015) e mantendo-se válidos os precatórios expedidos ou pagos até esta data, a saber:
> 2.1.) fica mantida a aplicação do índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança (TR), nos termos da Emenda Constitucional n. 62/2009, até 25.3.2015, data após a qual (i) os créditos em precatórios deverão ser corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) e (ii) os precatórios tributários deverão observar os mesmos critérios pelos quais a Fazenda Pública corrige seus créditos tributários; e

> 2.2.) ficam resguardados os precatórios expedidos, no âmbito da administração pública federal, com base nos arts. 27 das Leis n. 12.919/13 e Lei n. 13.080/15, que fixam o IPCA-E como índice de correção monetária; [...]

No entanto, esta Colenda 10ª Câmara deste Regional firmou entendimento de que o referido reajustamento prospectivo se aplica tão somente para os precatórios. E para os débitos trabalhistas em geral definiu-se a data de 15.3.2013 para a incidência do IPCA-E. Ou seja, o dia seguinte à da data do julgamento das ADIs 4357 e 4425 pelo Pleno do STF, que declarou a inconstitucionalidade por arrastamento do art. 5º da Lei n. 11.960/2009 (nova redação dada ao art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997), em consequência, a inconstitucionalidade por arrastamento da expressão "equivalentes à TRD", contida no *caput* do art. 39 da Lei n. 8.177/1991. Processo TST ArgInc 479-60.2011.5.04.0231. Informativo do STF de n. 698.

Portanto, no caso concreto, o índice IPCA-E deve ser aplicado para atualização dos débitos trabalhistas a partir do dia 15.3.2013, inclusive.

Reformo parcialmente.

DO RECURSO ADESIVO DA RECLAMANTE

Do intervalo intrajornada

A leitura do confuso arrazoado trazido pela autora demonstra não ter razão em seu inconformismo, uma vez que a condenação se deu com relação a todos os dias em que no cartão de ponto consta a concessão de intervalo intrajornada inferior a uma hora, em razão de que não impugnou estes documentos.

Assim, havendo prova escrita da real jornada de trabalho, impertinente o pedido de fixação de que em exatos dois dias da semana o intervalo era suprimido, apenas com base em assertiva da testemunha.

Nada a reformar.

Do dano moral. NR-31

A reclamante busca a majoração do valor arbitrado para a indenização em razão da violação da NR-31, fixado em R$ 1.000,00.

Pois bem. As testemunhas confirmaram que havia local adequado para refeição, e havia banheiro nos ônibus, mas como estes muitas vezes estavam em locais distantes, entendeu o julgador que o fato equivaleria à ausência destas condições.

Assim, porque foram proporcionadas condições adequadas no ambiente de trabalho, mas por vezes de difícil utilização, tenho que o valor arbitrado para a indenização é razoável e se presta ao fim de minimizar a dor da vítima e ao mesmo tempo punir o ofensor para que não reincida, evitando-se o enriquecimento sem causa do trabalhador.

Dos honorários advocatícios

De fato, tenho entendido que permanece incólume o disposto no art. 791 da CLT, subsistindo o das partes no processo laboral. Assim, os honorários advocatícios *jus postulandi* são, indiscutivelmente, devidos nas hipóteses da Lei n. 5.584/1970 c/c as Súmulas n. 219 e n. 329 do C. TST, ou seja, honorários advocatícios sucumbenciais a favor do sindicato assistente, como tem sido da tradição jurídico-trabalhista.

Contudo, a ciência do direito é dinâmica e o direito do trabalho não pode ficar alheio às inovações inseridas no ordenamento jurídico pátrio, bem como o direito civil há muito é fonte subsidiária do direito do trabalho, sobretudo inexistindo colisão de princípios fundamentais, conforme previsão inserta no parágrafo único do art. 8° da CLT.

Portanto, com o advento do novo Código Civil de 2002 houve inovação acerca da abrangência da reparação pelo inadimplemento das obrigações, determinando expressamente

o art. 389 do CC/2002 que a indenização deve incluir juros, atualização monetária e ainda os honorários advocatícios, no mesmo sentido é a dicção do art. 404 do CC/2002.

Assim, considerando que houve inadimplemento de obrigações trabalhistas e, para a reparação, a reclamante necessitou socorrer-se de advogado, o qual certamente cobrará pelos serviços prestados, causando ainda mais perdas ao credor trabalhista, a reclamada deve responder pelos honorários advocatícios, a fim de que a reparação do inadimplemento da obrigação trabalhista seja completa, cujo ideal está em perfeita sintonia com o princípio fundamental da proteção ao trabalhador.

Entrementes, com ressalva de entendimento pessoal, curvo-me ao posicionamento majoritário da C. Câmara, que entende indevidos os honorários de advogado no presente caso.

Nada a alterar, portanto.

Diante do exposto, decido conhecer dos recursos, prover em parte o da reclamada para reduzir o valor da indenização do dano moral por assédio sexual, ora arbitrada em R$ 15.000,00, e fixar que o índice IPCA-E deve ser aplicado para atualização dos débitos trabalhistas apenas a partir do dia 15.3.2013, inclusive; e não prover o adesivo da reclamante, nos termos da fundamentação.

Para fins recursais, mantido o valor arbitrado para a condenação.

Sessão realizada em 4 de outubro de 2016.

Composição: Exmos. Srs. Desembargadores Edison dos Santos Pelegrini (Relator), Ricardo Régis Laraia e Fabio Grasselli (Presidente Regimental).

Ministério Público do Trabalho: Exmo.(a) Sr(a) Procurador(a) Ciente.

Acórdam os magistrados da 10ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região em julgar o processo nos termos do voto proposto pelo Exmo. Sr. Relator.

Votação unânime.

EDISON DOS SANTOS PELEGRINI
Desembargador Relator

DEJT 3 nov. 2016, p. 5214.

Acórdão PJe Id. 6d71fd7
Processo TRT/SP 15ª Região 0011627-54.2015.5.15.0059
RECURSO ORDINÁRIO
Origem: VT DE PINDAMONHANGABA
Juiz Sentenciante: PAULO CÉSAR DOS SANTOS

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIVULGAÇÃO DE LISTA COM OS PIORES RESULTADOS. OBRIGAÇÃO DE VENDA CASADA DE PRODUTOS COM ENGANO AOS CLIENTES. COMPENSAÇÃO PECUNIÁRIA DEVIDA. A existência de lista, nas dependências da empresa, com os piores resultados, expondo os vendedores a constrangimentos e humilhações, a par da adoção irregular e forçada da prática de venda casada com engano e prejuízo aos clientes, caracterizam patente ofensa moral sofrida pelo trabalhador, fazendo ele jus à correlata reparação civil, a teor dos arts. 186 e 187 do CC.

RELATÓRIO

Trata-se de recursos ordinários interpostos, respectivamente, pela reclamada V.V.S.A. e pelo reclamante J.M.O.R. contra a r. sentença de Id. 20c1e0a, integrada pela decisão dos embargos declaratórios de Id. c153bf2, que julgou procedentes em parte os pedidos.

O reclamante, com as razões de Id. c13ccd9, postula repercussões salariais do 14º salário, diferenças salariais por acúmulo funcional, indenização por despesas com uniforme, reconhecimento do valor mensal de R$ 100,00 por estorno das comissões, prêmios comemorativos, bem assim a ampliação da condenação ao intervalo intrajornada suprimido parcialmente, além do adimplemento dos reflexos salariais da hora intervalar.

A reclamada, com as razões de Id. 6a479c6, objetiva a exclusão de diferenças de comissões e reflexos, devolução de desconto rescisório, horas extras, intervalo intrajornada suprimido em parte, domingos e feriados trabalhados e, por fim, de indenização por danos morais.

Comprovado o recolhimento das custas processuais e do depósito recursal.

Contrarrazões apenas pelo reclamante (Id. abe3db9).

Ausente o parecer do Ministério Público do Trabalho, na forma regimental.

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

VOTO

Presentes os pressupostos extrínsecos e intrínsecos de admissibilidade, conheço dos recursos.

DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE

Do 14º salário. Repercussões

O autor requer o pagamento dos reflexos do 14º salário em horas extras, 13º salários, FGTS+40%, DSRs e férias+1/3, alegando que o pagamento da verba foi habitual e suprimido, porém, no ano de 2010, quando convertido em PLR.

Pois bem.

Na contestação, a reclamada afirmou que a verba denominada 14º salário não mais existe, tendo passado a se chamar “prêmio especial” e, posteriormente, convertida em PLR.

Contudo, no presente caso, a ré não trouxe aos autos os comprovantes de pagamento/holerites/contracheques do autor, ônus que lhe incumbia, a fim de demonstrar a habitualidade ou não do pagamento do 14º salário, transmudado para “prêmio especial”. Do mesmo modo, não colacionou os instrumentos normativos ou regulamento empresarial para comprovar a substituição da parcela pela PLR - participação nos lucros e resultados (art. 2º - Lei n. 10.101/2000 e art. 7º, XXIV, CF/1988).

Ou seja, a ré restringiu-se a alegar fato modificativo à pretensão, sem realizar qualquer correspondente prova, a teor do art. 373, II, do CPC.

Neste passo, presume-se a habitualidade do pagamento anual do 14º salário, seja sob qual denominação for, devendo produzir repercussão salarial em FGTS+40% tão somente, tendo em vista a periodicidade do adimplemento.

Destarte, concede-se parcial provimento ao apelo nos termos da fundamentação.

Das diferenças salariais. Acúmulo de funções

O reclamante deseja o pagamento de diferenças salariais e reflexos pelo alegado indevido acúmulo de funções, o que prejudicava sobremaneira o recebimento de comissões,

considerando ser o autor comissionista puro, de forma que o exercício de tarefas alheias interferia na quantidade de vendas realizadas.

Com efeito, o demandante foi contratado como vendedor e recebia exclusivamente por comissões, conforme anotação na CTPS (Id. f71f89f). Assim, o exercício de tarefas alheias à função original, tais quais demonstradas pela testemunha do reclamante, prejudicavam diretamente o rendimento do obreiro, que, ao invés de realizar vendas, ocupava-se de atividades distintas no horário de trabalho, gerando, deste modo, evidente desequilíbrio e quebra na comutatividade contratual. Veja-se a prova testemunhal, *in verbis*:

> **PRIMEIRA TESTEMUNHA DO AUTOR** : Que trabalhou na reclamada de **novembro de 2007 até setembro de 2013 na função de Vendedor, na loja de Taubaté**; que **trabalhou na mesma loja que o reclamante**; [...] que além das funções de vendedor, tinham que realizar atividades de **limpeza de loja**, **arrumação e deslocamento de mercadorias, ligações para clientes, cartazeamento no sistema, além de etiquetamento e pesquisa de preços**; que todos tinham que fazer essas atividades; que **a realização dessas outras tarefas atrapalhava as vendas**. (Negritei. Id. 2d219cd, p. 2-3).

Uma vez não elidida por prova em contrário, prevalece a assertiva do autor de que referidas atividades demandavam em torno de 2 (duas) horas diárias. Assim, considerando a jornada ordinária de 8 horas, tem-se que o tempo gasto correspondeu a 1/4 (um quarto) do período laboral.

Portanto, pautado nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, concedo provimento ao recurso para deferir adicional salarial de 25% pelo acúmulo de funções e reflexos em DSRs, férias+1/3, 13º salário e FGTS+40%, limitado ao período compreendido até 31.1.2013, em que o reclamante trabalhou na loja de Taubaté-SP, conjuntamente com a testemunha, cujo depoimento acima foi transcrito.

Indevida a repercussão em aviso-prévio, uma vez que, no último ano de trabalho, o autor laborou em Pindamonhangaba (1º.2.2013 a 11.3.2014), como restou incontroverso.

Das despesas com uniforme

O autor pretende o pagamento de indenização pelo gasto anual com a compra de roupa para uso como uniforme.

Ocorre que o reclamante, na petição inicial, afirmou que a reclamada concedia a camiseta e a blusa de frio, os quais continham o logotipo da empresa e, assim, depreende-se ser obrigatório o seu uso, conforme declarado pela primeira testemunha autoral.

O fato do trabalhador arcar financeiramente com a calça, cinto, meia e sapatos para trabalhar não obriga a ré a ressarci-lo, uma vez que a compra fica sob a escolha do autor e este pode utilizar referidas peças em outros momentos, que não os de trabalho, como ele bem desejar.

Destarte, nego provimento ao recurso.

Dos prêmios comemorativos

Postula-se o pagamento dos prêmios decorrentes de datas comemorativas, bem como dos reflexos salariais, diante de sua habitualidade.

Na petição inicial, o autor alegou que os prêmios (R$ 30,00) eram habitualmente pagos, a título de carnaval, páscoa, dia das mães, namorados, pais, crianças e finados.

Contudo, seu pagamento foi suprimido a partir de 2011, sendo substituído pela PLR.

Pois bem.

O prêmio, pago pelo empregador, vincula-se a um evento de natureza subjetiva (assiduidade ou produtividade, por exemplo) ou objetiva (cumprimento de metas ou trabalho em certos dias específicos, por exemplo), tratando-se, assim, de espécie contraprestativa de natureza condicional.

Incontroverso que a ré quitava os prêmios comemorativos até o final de 2010, por mera liberalidade. A partir de 1º.1.2011, houve a supressão da benesse, o que, porém, é nula (art. 9º da CLT), uma vez que a expectativa de recebimento dos prêmios se incorporou ao patrimônio jurídico do trabalhador, sob pena de violação da prevalência da condição mais benéfica, a teor do art. 468 da CLT.

Assim, entendo não ser válida a simples substituição dos prêmios comemorativos pela instituição da Participação nos Lucros e Resultados, o que, no presente caso, sequer restou devidamente provado, ante a ausência de correspondente norma coletiva ou instrumento decorrente de comissão paritária (art. 2º da Lei n. 10.101/2000). Ainda mais porque cada qual se origina de fatos jurídicos diversos e, os prêmios, dependendo de sua habitualidade, podem adquirir contorno salarial, ao passo que a PLR possui natureza desvinculada da remuneração.

A empregadora deixou de trazer os controles de horário do reclamante, ônus que lhe incumbia (art. 74, § 2º, da CLT), presumindo-se, destarte, que o autor laborou nestes dias comemorativos, cumprindo, pois, o requisito objetivo à aquisição do prêmio.

Logo, dou provimento ao recurso para deferir o pagamento do prêmio de R$ 30,00 pelo trabalho em cada data comemorativa: carnaval, páscoa, dia das mães, namorados, pais, crianças e finados, relativo ao período de 1º.1.2011 até 11.3.2014.

Não havendo habitualidade no pagamento (apenas 7 dias por ano), não há falar em natureza salarial, sendo indevidos os reflexos postulados.

DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA

Da devolução de desconto indevido no TRCT

A reclamada se insurge contra a condenação à devolução do desconto efetuado no TRCT a título de "arred. anterior".

No entanto, tanto na contestação, como nas próprias razões recursais, a empregadora não explica o porquê da dedução efetuada. Apesar da recorrente chegar ao ponto de afirmar que não teria havido desconto, é claramente possível visualizá-lo no termo rescisório (Id. e5c8ba8).

Assim, uma vez realizado desconto salarial fora das hipóteses do art. 462 da CLT, mantém-se a condenação, negando-se provimento ao apelo.

Da indenização por danos morais

A reclamada demanda pela exclusão da indenização por danos morais, arbitrada em R$ 20.336,00. Sustenta que o autor não sofreu qualquer lesão de ordem imaterial, afirmando que ele não foi obrigado a realizar vendas casadas de forma a ludibriar os clientes, mas que, na verdade, a prática comercial é usual e de ciência do potencial comprador, e, também, no interesse do próprio trabalhador, que aufere maiores comissões. Aduz, ainda, que sempre velou pelo bom ambiente laboral.

Sucessivamente, requer a redução do montante arbitrado a um patamar razoável e proporcional.

Pois bem.

Na petição inicial, o reclamante alegou assédio moral pelo desproporcional e abusivo método utilizado para cumprimento das metas, seja por *e-mails*, reuniões, ameaça de demissão, carregamento de produtos no braço para tentar vendê-los a qualquer custo, venda casada com enganação ao cliente comprador, existência de mural na cozinha com o nome dos piores vendedores, ou então pela prática da "boca de caixa", consistindo no vendedor ficar ao lado do caixa para persuadir os clientes, que somente iam pagar carnês, a adquirir outros produtos.

As testemunhas apresentadas pelo autor assim relatam a respeito das práticas adotadas, na reclamada, para cumprimento das metas, *in verbis*:

> **PRIMEIRA TESTEMUNHA DO AUTOR** : 'Que trabalhou na reclamada de **novembro de 2007 até setembro de 2013 na função de Vendedor, na loja de Taubaté**; que

> **trabalhou na mesma loja que o reclamante**; [...] que a cobrança por resultados era feita mediante uma **tela do computador, em que o Gerente chamava dois ou três para tratar do resultado e dizia para o funcionário que ele estava com o valor abaixo do esperado e que então a partir daquele momento não poderia mais conceder descontos aos clientes nas vendas**; que era uma espécie de punição; que também havia o Encarregado de Treinamento, que possuía o Top 10 ou G10, uma espécie de **relação com os 10 piores resultados da loja e que eram acompanhados de perto e cobrados insistentemente para que melhorassem o desempenho**; que essa **era uma prática geral** e acredita que todos tivessem passado por isso na reclamada; que o **desconto era usado para realização da venda com integração da garantia estendida**, de modo que **se o cliente não quisesse pagar e adquirir a garantia suplementar, o vendedor falava com o Gerente e este autorizava um desconto, a fim de que o cliente adquirisse a garantia, sem saber que estava adquirindo**; que de imediato, geralmente o cliente não descobria a manobra, mas houve vários casos em que posteriormente descobriu e retornou à loja fazendo escândalo'. (Negritei. Id. 2d219cd, p. 2-3).
>
> **SEGUNDA TESTEMUNHA DO AUTOR**: Que **trabalha na reclamada de 2010 a 2015 na função de Vendedora, em Pindamonhangaba; que trabalhou com o reclamante**; [...] que o Gerente era o A.; que **todos sofriam pressão para a realização dos serviços e para as vendas**; que o **Gerente era bastante profissional**, não tendo a depoente nada contra sua pessoa, mas declara que **ele era cobrado e cobrava os funcionários; que se sentia pressionado em relação à execução dos serviços**. (Negritei. Id. 2d219cd, p. 3).

A primeira testemunha, que laborou na mesma loja em Taubaté-SP, noticiou sobre a indevida exposição dos vendedores, com uma lista dos dez piores resultados, sendo que aqueles constantes da listagem eram acompanhados de perto e forçados a melhorar o rendimento. Além disso, os empregados eram obrigados a forçar a venda casada de produtos com seguro/garantia, em detrimento do cliente, ludibriando-o, por meio da concessão de desconto no preço final do negócio.

A segunda testemunha, que trabalhou na mesma loja em Pindamonhangaba-SP, não confirmou o suposto assédio, pois afirmou que o gerente era bastante profissional e que apenas cobrava para a realização dos serviços e das vendas, uma vez que ele próprio também era cobrado, de sorte que, ao fim, todos os empregados se sentiam pressionados.

Neste contexto, ainda que não provados todos os fatos alegados na petição inicial, entendo que, uma vez existente lista com os piores resultados, expondo os vendedores a constrangimentos e humilhações, a par da adoção irregular e forçada da prática de venda casada com engano e prejuízo aos clientes, reputo presente a ofensa moral sofrida pelo trabalhador, fazendo jus à correlata reparação civil, a teor dos arts. 186 e 187 do CC.

Sobre o arbitramento do valor do dano moral, que não configura um montante tarifado legalmente, importa enfatizar que deve ter um conteúdo didático, com vistas à compensação da vítima pelo dano, sem, contudo, enriquecê-la, como também à punição do infrator, sem levá-lo à insolvência, considerando-se, dessa feita, as condições econômicas e sociais das partes, a gravidade da lesão e sua repercussão, como também as circunstâncias fáticas, como o tempo de serviço prestado ao reclamado e o valor do salário percebido. Atualmente, não se pode perder de vista, ainda, o caráter sancionatório da medida, de modo a prevenir novas práticas dessa natureza.

Considerando-se, no presente caso, que os fatos irregulares foram noticiados apenas pela testemunha que laborou com o autor na loja de Taubaté-SP (período contratual de 19.12.2009 a 1º.2.2013), bem como que apenas alguns dos vários fatos mencionados na exordial foram demonstrados, observando-se, ainda, a remuneração obreira, para fins rescisórios, de R$ 1.968,57 (TRCT - Id. e5c8ba8), reputo que o valor arbitrado de R$ 20.336,00 se apresenta excessivo, razão pela qual dou parcial provimento ao recurso para reduzir o valor da compensação por danos morais ao importe de R$ 10.000,00 (dez mil reais).

DOS RECURSOS ORDINÁRIOS DO RECLAMANTE E DA RECLAMADA. MATÉRIA COMUM

Das comissões. Estornos. Cancelamento de venda ou/e inadimplemento

A reclamada deseja afastar a condenação por diferenças de comissão e reflexos (R$ 60,00 mensais durante metade do contrato laboral), em virtude de estornos realizados pelo cancelamento da venda ou pelo inadimplemento do cliente. Alega que as comissões foram pagas corretamente e, assim, não existem haveres a tal título.

O reclamante, por sua vez, postula seja reconhecido o valor mensal de R$ 100,00 estornado pela reclamada no tocante às comissões. Alega, em síntese, que o ônus probatório recai sobre a ré em demonstrar a existência de cancelamento de vendas ou inadimplemento dos clientes.

Pois bem.

Na petição inicial, o demandante alegou que, em razão do cancelamento de vendas ou do inadimplemento da clientela, a ré realizava o estorno de comissão no valor médio mensal de R$ 100,00, antes mesmo de fechar a folha de pagamento, de modo a não constar no holerite.

Em audiência, o preposto patronal informou que "[...] em caso de cancelamento de venda do cliente em até 3 meses da data da venda, havia o estorno da comissão" (Id. 2d219cd, p. 2).

Em que pese a ré asseverar que as comissões foram corretamente quitadas, deixou, porém, de trazer os demonstrativos de pagamento, assim como não apresentou documentação relativa ao eventual cancelamento de vendas ou inadimplemento de clientes, o que justificaria, a seu ver, a realização dos estornos.

O reclamante trouxe um documento intitulado "extrato - comissão sobre vendas de mercadorias" (Id. b17bb62), pertencente a outro funcionário, apenas relativo ao mês de janeiro/2010, demonstrando estornos no valor total médio de R$ 60,00.

Considerando que a empregadora, em contestação, não impugna o valor e a periodicidade dos estornos (*vide* item 7, Id. 9cd17cd, p. 28), declarados na exordial, a par, ainda, das informações constantes do mencionado extrato, reputo razoável a sentença ao deferir o pedido de pagamento das diferenças de comissões no valor mensal de R$ 60,00 durante somente metade do vínculo empregatício.

Pelo exposto, nos termos da fundamentação, nego provimento aos recursos.

Das horas extras. Intervalo intrajornada. Domingos e feriados

O reclamante requer seja reconhecido o gozo do intervalo intrajornada de 30 minutos no período em que trabalhou no Município de Pindamonhangaba. No mais, postula reflexos salariais decorrentes da supressão parcial da pausa, na forma da Súmula n. 437 do TST.

A reclamada, por sua vez, postula a exclusão da condenação às horas extras, intervalo intrajornada parcialmente suprimido, domingos e feriados trabalhados. Sustenta que o intervalo intrajornada sempre foi de 1 hora e que eventuais horas extras prestadas foram pagas ou devidamente compensadas, com registro nos controles de horários, cabendo ao autor, na verdade, o ônus de demonstrar diferenças impagas.

Pois bem.

No presente caso, a reclamada, notoriamente com mais de 10 (dez) empregados, deixou de trazer, injustificadamente, os cartões de ponto. Assim, com base na Súmula n. 338, I, do TST, prevalecem os horários relatados na petição inicial, com as alterações induzidas pelo depoimento pessoal do trabalhador em audiência, acolhendo-se, pois, a jornada arbitrada pela origem em relação aos períodos nos quais o reclamante trabalhou em Taubaté-SP e em Pindamonhangaba-SP.

Além disso, o preposto patronal demonstrou completo desconhecimento sobre os horários, dias e intervalo intrajornada do obreiro no período de trabalho no Município de Taubaté-SP (Id. 2d219cd, p. 2).

Devidas, portanto, as horas extras excedentes da 8ª diária e da 44ª semanal, inclusive feriados e domingos dobrados, pelo labor e ausência de compensação, consoante deferido pelo

Juízo do origem. Também fica mantida a condenação ao intervalo intrajornada nos períodos em que foi suprimido parcialmente, no importe de 30 (trinta) minutos.

Diante da ausência de referidos controles, não há falar em média física para fixação dos horários para os períodos sem a correlata documentação, tampouco em validade de acordo de compensação de jornada ou banco de horas, conforme vagamente alegado nas razões recursais da reclamada.

A segunda testemunha autoral, "J." (Id. 2d219cd, p. 3), que trabalhou com o autor no Município de Pindamonhangaba, afirmou que usufruía de 1 (uma) hora de intervalo intrajornada. Apesar de afirmar que, nos dias em que havia clientes, teria gozado de meia hora, acabou não especificando quais seriam estas datas, período ou repetição do fato. Saliento, outrossim, que a testemunha patronal (Id. 2d219cd, p. 3) confirma a disposição integral da pausa em comento. Assim, prevalece a pausa de 1 (uma) hora, conforme jornada arbitrada pela r. sentença no tocante ao interregno laborado naquela cidade.

Observo que a r. sentença já determinou a observância da OJ SDI-I n. 394 do TST, bem como a evolução salarial e os dias efetivamente laborados.

Embora a decisão de origem tenha autorização a dedução, não o fez na forma da OJ SDI-I n. 415 do TST (A dedução das horas extras comprovadamente pagas daquelas reconhecidas em juízo não pode ser limitada ao mês de apuração, devendo ser integral e aferida pelo total das horas extraordinárias quitadas durante o período imprescrito do contrato de trabalho). Reforma-se no particular.

Por fim, nos termos do item III da Súmula n. 437 do TST, o intervalo intrajornada parcialmente suprimido (30 minutos) possui natureza salarial e deve repercutir nas demais parcelas, tais como férias+1/3, 13º salários e FGTS+40%. Indevida a repercussão em aviso-prévio, uma vez que, no último ano de trabalho, o autor laborou em Pindamonhangaba (1º.2.2013 a 11.3.2014), quando houve a concessão da pausa de 1 (uma) hora.

Portanto, nos termos da fundamentação supra, concedo parcial provimento ao recurso do reclamante para deferir o pagamento dos reflexos do intervalo intrajornada parcialmente suprimido em DSRs, férias+1/3, 13º salários e FGTS+40%.

Também dou parcial provimento ao recurso da reclamada para determinar a dedução na forma da OJ SDI-I n. 415 do TST, mantendo-se, no mais, a r. sentença.

Do prequestionamento

A matéria ou questão, trazida a esta instância recursal, resta prequestionada quando se adota tese expressa a respeito na decisão impugnada (Súmula n. 297, I, do TST), sendo desnecessário haver referência explícita do dispositivo legal para tê-lo como prequestionado (OJ SDI-I n. 118 do TST), não se olvidando que os embargos de declaração não se prestam a reformar ou anular a decisão judicial, fora das hipóteses legais de cabimento, sendo instrumento inadequado a estes objetivos, sob pena de serem considerados protelatórios e ensejar a imposição da multa e demais penalidades previstas no art. 1.026, §§ 2º, 3º e 4º, do CPC/2015.

Nestes termos, fixam-se as razões de decidir para fins de prequestionamento.

DISPOSITIVO

Diante do exposto, nos termos da fundamentação, decido conhecer dos recursos de V.V.S.A. e de J.M.O.R.; prover em parte o recurso de V.V.S.A. para reduzir o valor da compensação por danos morais ao importe de R$ 10.000,00 (dez mil reais) e para determinar a dedução na forma da OJ SDI-I n. 415 do TST; prover em parte o recurso de J.M.O.R. para: a) acolher reflexos do 14º salário pago em FGTS+40%; b) deferir adicional salarial de 25% pelo acúmulo de funções e reflexos em DSRs, férias+1/3, 13º salário e FGTS+40%, limitado ao período compreendido até 31.1.2013; c) acolher o pagamento do prêmio de R$ 30,00 pelo trabalho em cada data comemorativa: carnaval, páscoa, dia das mães, namorados, pais, crianças e finados, relativo ao período de 1º.1.2011 até 11.3.2014; d) deferir o pagamento dos reflexos do intervalo intrajornada parcialmente suprimido em DSRs férias+1/3, 13º salários e FGTS+40%, mantendo-se, no mais, a r. sentença.

Determina-se, ainda, a expedição de ofício ao Ministério Público do Trabalho de São José dos Campos para apuração e repressão das irregularidades constatadas nestes autos.

Rearbitra-se o valor da condenação em R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), e das custas processuais em R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

Em sessão realizada em 18 de outubro de 2016, a 1ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região julgou o presente processo.

Presidiu o julgamento a Exma. Sra. Desembargadora do Trabalho Tereza Aparecida Asta Gemignani.

Tomaram parte no julgamento os Srs. Magistrados:

Desembargador do Trabalho Luis Henrique Rafael (Relator), Desembargadora do Trabalho Tereza Aparecida Asta Gemignani e Desembargador do Trabalho Ricardo Antonio de Plato.

RESULTADO

ACORDAM os Magistrados da 1ª Câmara, Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Quinta Região, em julgar o processo nos termos do voto proposto pelo (a) Exmo (a). Sr (a). Relator (a).

Votação por maioria, vencida a Exma. Desembargadora do Trabalho Tereza Aparecida Asta Gemignani, que divergia para dar provimento mais amplo ao recurso do reclamante para deferir o ressarcimento das despesas com uniforme.

Procurador ciente.

LUIS HENRIQUE RAFAEL
Desembargador Relator

DEJT 3 nov. 2016, p. 906.

Ementário

ABONO

1. ABONO DESEMPENHO. HABITUALIDADE. SERVIDOR MUNICIPAL CELETISTA. OBSERVÂNCIA DO ART. 457, § 1º, DA CLT. DIFERENÇAS E REFLEXOS. DEVIDOS. A Administração Pública, quando contrata pelo regime celetista, equipara-se ao empregador privado, devendo ser aplicadas, portanto, as normas da CLT, bem como a legislação federal. O estabelecido em lei municipal, acerca da transitoriedade e excepcionalidade de verba relativa a prêmio por desempenho, não afasta o direito aos reflexos devidos ao servidor celetista, tendo em vista a expressa disposição legal, em sentido contrário, prevista no art. 457, § 1º, da CLT. TRT/SP 15ª Região 0012811-26.2014.5.15.0012 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 30935.
2. ABONO SALARIAL CONCEDIDO EM VALOR FIXO. Abono concedido em valor fixo a todos os empregados vinculados ao Poder Público Municipal implica a concessão de reajustes salariais em percentual maior a quem percebe remuneração menor e vice-versa, circunstância que acarreta o deferimento de diferenças salariais em cumprimento ao disposto no inciso X do art. 37 da Constituição Federal. TRT/SP 15ª Região 0010389-91.2016.5.15.0082 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Tereza Aparecida Asta Gemignani. DEJT 25 maio 2017, p. 2090.

AÇÃO

1. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. TUTELA INIBITÓRIA. O Ministério Público do Trabalho detém legitimidade para pleitear, mediante Ação Civil Pública, tutela inibitória com o objetivo de proteger direitos individuais homogêneos, mormente quando a finalidade do provimento perseguido é a proteção coletiva e a subserviência à legislação, com fins a obstar a reiteração de condutas lesivas a determinado grupo de trabalhadores. DANOS MORAIS COLETIVOS. DESCUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA. INDENIZAÇÃO DEVIDA. Preenchidos os requisitos para a configuração do dano moral coletivo, em virtude do descumprimento, pela empresa ré, da legislação trabalhista no que tange ao limite de horas extras e à concessão regular do intervalo intrajornada para alimentação e repouso e de descansos semanais remunerados, o dano à coletividade de empregados - de cunho extrapatrimonial - é indiscutível, decorrendo da própria conduta ilícita patronal. A indenização é devida e encontra respaldo legal nos arts. 186 e 927 do CC, de aplicação subsidiária. Recurso da empresa não provido. TRT/SP 15ª Região 0010213-78.2014.5.15.0116 RO - Ac. PJe 4ª Câmara. Rel. Eleonora Bordini Coca. DEJT 11 maio 2017, p. 12876.
2. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MEIO AMBIENTE DO TRABALHO. ENTIDADE SINDICAL. LEGITIMIDADE ATIVA. PERTINÊNCIA TEMÁTICA. A observância ao requisito da "pertinência temática", preconizado pelo art. 5º, V, "b", da Lei n. 7.347/1985, impõe à entidade sindical legitimada que esta tenha entre suas finalidades a defesa dos interesses que busca tutelar por meio da ação civil pública. A legitimidade do sindicato para a ação civil pública não pressupõe que o direito a ser tutelado seja "exclusivo" de toda a categoria por ele representada. O sindicato de classe é parte legítima para promover, mediante ação civil pública, a proteção do meio ambiente de trabalho seguro e digno aos trabalhadores da categoria que representa. TRT/SP 15ª Região 0010242-70.2016.5.15.0145 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 25 maio 2017, p. 32373.
3. AÇÃO DE COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL RURAL. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. NÃO INDICAÇÃO CORRETA DO ENDEREÇO DO DEVEDOR. Nos termos do art. 852-B da CLT, em se tratando de ação sujeita ao procedimento sumaríssimo, incumbe ao

autor a correta indicação do nome e endereço do acionado (inciso II) e a sua omissão enseja o arquivamento do processo, conforme previsão do § 1º do mesmo artigo. TRT/SP 15ª Região 0010021-56.2017.5.15.0047 ROPS - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 25 maio 2017, p. 20646.

4. AÇÃO DE COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS. EDITAIS DE COBRANÇA PUBLICADOS SEM IDENTIFICAÇÃO DO DEVEDOR. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO PREVISTO NO ART. 605 DA CLT. Nos termos do art. 605 da CLT, a notificação ao sujeito passivo é condição para que o lançamento tenha eficácia para fins de ajuizamento de ação de cobrança. Assim, a publicação de editais é pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. O edital de cobrança genérico, publicado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, sem identificação do devedor não preenche o pressuposto processual. A irregularidade na publicação dos editais implica em ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, acarretando a extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do NCPC. TRT/SP 15ª Região 0013318-27.2015.5.15.0052 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. André Augusto Ulpiano Rizzardo. DEJT 11 maio 2017, p. 5836.

5. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL. NECESSIDADE DE NOTIFICAÇÃO PESSOAL DO SUJEITO PASSIVO. ABUSO DO DIREITO DE COBRANÇA. A publicação de editais genéricos, sem a notificação pessoal do sujeito passivo e em desatendimento aos demais preceitos legais, não é suficiente para constituição do crédito tributário, o que torna abusivo o direito de cobrança. TRT/SP 15ª Região 0011918-93.2015.5.15.0046 RO - Ac. PJe 11ª Câmara. Rel. Antonio Francisco Montanagna. DEJT 13 jun. 2017, p. 31261.

6. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. ENTREGA DE DOCUMENTOS. CABIMENTO. O objeto da ação de consignação em pagamento é desonerar o empregador quanto ao pagamento, ou quanto à entrega de coisa que entende devida, conforme preceituam os arts. 334 a 345, do Código Civil, c/c 539 a 549, do Código de Processo Civil, aplicável subsidiariamente ao Processo do Trabalho, por força do art. 769 da CLT. Recurso provido. TRT/SP 15ª Região 0012343-95.2016.5.15.0140 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 14 jun. 2014, p. 3527.

7. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. PRESCRIÇÃO. INÍCIO DA CONTAGEM SOMENTE A PARTIR DA CIÊNCIA INEQUÍVOCA DO DANO INDENIZÁVEL. Não há falar-se em prescrição do direito de pleitear indenização por danos materiais e morais advindos do desenvolvimento de moléstia de suposta origem ocupacional antes da elaboração de prova pericial para aferir o propalado nexo causal e a consolidação das lesões. Afinal, a contagem do prazo prescricional somente se inicia a partir da ciência inequívoca da extensão do dano e do nexo da moléstia com o labor desenvolvido em benefício da empresa acionada. TRT/SP 15ª Região 0012116-27.2015.5.15.0145 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Claudinei Zapata Marques. DEJT 22 jun. 2017, p. 24741.

8. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. EXISTÊNCIA DE AÇÃO ANTERIOR VERSANDO SOBRE O MESMO FATO, MESMA RELAÇÃO JURÍDICA E MESMA CAUSA DE PEDIR. EXTINÇÃO DO FEITO PELA COISA JULGADA. EFICÁCIA PRECLUSIVA DA COISA JULGADA. ART. 508 DO NCPC. Ainda que não haja identidade textual entre os pedidos imediatos, depreende-se que os fatos e a causa de pedir, da presente ação, são os mesmos da ação anteriormente ajuizada. Segundo o princípio do dedutível e do deduzido, albergado pelo art. 508 do NCPC, considera-se que tudo o que as partes poderiam ter deduzido como argumentação em torno do pedido ou da defesa, reputam-se feitos, ainda que não o tenham sido. A sentença de mérito transitada em julgado impossibilita a reanálise do Judiciário tanto sobre as alegações iniciais efetivamente postas em juízo, como àquelas que poderiam ter sido aventadas por ocasião da ação anterior. A norma processual em questão visa a impossibilitar o fracionamento da causa de pedir, de modo que as questões relativas à mesma causa de pedir restam preclusas. Assim, tendo em vista que esta ação é fundada em idêntica causa de pedir de demanda anterior já transitada em julgado, deve ser mantida a r. decisão de primeiro grau, que, de ofício, extinguiu o feito sem resolução de mérito, ante o reconhecimento da coisa julgada. TRT/SP 15ª Região 0010832-55.2016.5.15.0013 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 14 jun. 2017, p. 1488.

9. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ACIDENTE DE TRABALHO TÍPICO. PROPOSITURA NA ESFERA TRABALHISTA APÓS A ENTRADA EM VIGOR DA EC N. 45/2004. PRESCRIÇÃO. PRAZO. FLUÊNCIA. CIÊNCIA INEQUÍVOCA DO DANO. Ação indenizatória de danos decorrentes de acidente de trabalho típico, proposta, na esfera trabalhista, após a entrada em vigor da EC n. 45/2004, atrai os prazos prescricionais previstos no inciso XXIX do art. 7º da Constituição Federal. Em não se verificando, na constância do contrato de trabalho, nenhuma prova da alegada incapacidade laborativa, o prazo prescricional é de ser contado da intimação do laudo técnico produzido em Juízo, oportunidade em que o trabalhador toma ciência inequívoca do dano sofrido. Súmulas n. 278 do STJ e 230 do STF. BANCO DE HORAS. SISTEMA DE CONTROLE. AUSÊNCIA DE TRANSPARÊNCIA. INVALIDADE. Não se reputa válido o sistema de banco de horas que não garante ao empregado o direito ao controle do respectivo saldo, de molde a permitir a transparência que deve nortear o regime previsto no art. 59, § 2º, da CLT. TRT/SP 15ª Região 0010373-95.2014.5.15.0054 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 25 maio 2017, p. 32673.

10. AÇÃO INDIVIDUAL E AÇÃO COLETIVA. LITISPENDÊNCIA. A litispendência entre a ação proposta pelo sindicato representativo dos empregados e a ação individual está expressamente excluída pelo art. 104 do Código de Defesa do Consumidor, aplicado subsidiariamente ao Processo do Trabalho, por força do art. 769 da CLT. TRT/SP 15ª Região 0010749-83.2014.5.15.0021 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 11 maio 2017, p. 9731.

11. AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO DE LEI. INTERPRETAÇÃO RAZOÁVEL CONFERIDA À MATÉRIA. IMPROCEDÊNCIA. A interpretação do dispositivo legal - ainda que não seja a mais adequada - não caracteriza a violação preconizada no inciso V do art. 966 do CPC e, portanto, não constitui sucedâneo para a rescisão do julgado. TRT/SP 15ª Região 0006959-86.2016.5.15.0000 AR - Ac. PJe 3ª Seção de Dissídios Individuais. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DEJT 11 maio 2017, p. 1093.

12. AÇÃO TRABALHISTA. AVISO-PRÉVIO INDENIZADO. PROJEÇÃO NO TEMPO DE SERVIÇO PARA FINS DE CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL BIENAL. O entendimento firmado pelo C. TST é no sentido de que a contagem do prazo prescricional começa a fluir da data do término do aviso-prévio, ainda que indenizado (OJ n. 83 da SBDI-1). Assim, não decorrido o biênio legal entre o termo final do contrato de trabalho e o ajuizamento da ação, não há falar em incidência da prescrição. Apelo patronal desprovido, quanto ao item. TRT/SP 15ª Região 0011235-98.2015.5.15.0032 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 18 maio 2017, p. 2468.

ACIDENTE DE TRABALHO

1. ACIDENTE DE TRABALHO E/OU DOENÇA OCUPACIONAL. DANOS MORAIS. AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL. DESCARACTERIZAÇÃO. O direito à indenização por dano moral decorrente de acidente de trabalho e/ou doença ocupacional pressupõe a confluência de ato ilícito caracterizado pelo infortúnio ou agravo, nexo causal laboral e culpa do empregador (art. 186, CC), sem os quais afigura-se descabido o seu reconhecimento. TRT/SP 15ª Região 0010762-77.2014.5.15.0152 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. José Pitas. DEJT 11 maio 2017, p. 24246.

2. ACIDENTE DE TRABALHO FATAL. DANOS MORAL E MATERIAL. CULPA DO EMPREGADOR. CONFIGURAÇÃO. É dever do empregador zelar pela higidez física de seus empregados, fornecendo meio ambiente de trabalho seguro para o desenvolvimento das atividades laborais, sob pena de arcar com o pagamento dos danos advindos de acidente de trabalho fatal. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NÃO CABIMENTO. Ausente a assistência sindical, indevida a verba de honorários advocatícios - Súmulas n. 219 e 329 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0010010-89.2016.5.15.0070 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 29 jun. 2017, p. 16127.

3. ACIDENTE DE TRABALHO. DOENÇA OCUPACIONAL. PERDA AUDITIVA. DANO MORAL. CULPA DO EMPREGADOR. CONFIGURAÇÃO. Comprovada a ocorrência de doença profissional decorrente do labor em atividades insalubres caracterizadas pelo ruído acima dos limites de tolerância sem o devido fornecimento e fiscalização dos EPIs, é devida a indenização por dano moral, em face

das limitações físicas e desconforto social que suporta o trabalhador em seu convívio familiar e social. TRT/SP 15ª Região 0010367-66.2014.5.15.0126 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 25 maio 2017, p. 32636.

4. ACIDENTE DE TRABALHO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. Tratando-se de acidente decorrente de um Contrato de Trabalho, sujeito às normas celetistas de segurança e medicina do trabalho, cabe ao empregador observar referidas regras e zelar pela integridade física do trabalhador, com a identificação e prevenção de situação que coloque em risco sua saúde e segurança. Não cumprindo esse dever, são devidas indenizações pelos danos materiais e morais que o empregado tenha sofrido. TRT/SP 15ª Região 0010568-23.2016.5.15.0018 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 1 jun. 2017, p. 8066.

5. ACIDENTE DE TRABALHO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. PERCEPÇÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO. A percepção de qualquer benefício previdenciário não exclui o direito do trabalhador à indenização por danos materiais decorrentes de acidente de trabalho, pois são compatíveis e cumuláveis, na forma dos arts. 7º, XXVIII, da CF, e 121 da Lei n. 8.213/1991. Trata-se de valores que visam remunerar institutos distintos: o benefício previdenciário é pago com base em responsabilidade objetiva, tem origem na filiação obrigatória do empregado ao INSS, conforme previsão da Lei 8.213/1991, enquanto a responsabilidade do empregador advém de sua culpa no ato ilícito. Trata-se de parcelas de natureza e fontes distintas, não havendo que se falar em *bis in idem* ou compensação de valores. TRT/SP 15ª Região 0012390-05.2015.5.15.0011 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. José Pitas. DEJT 11 maio 2017, p. 26395.

6. ACIDENTE DE TRABALHO. MARCO INICIAL DA PRESCRIÇÃO. DATA DA REALIZAÇÃO DA PERÍCIA. CONSOLIDAÇÃO DO DANO. LEGISLAÇÃO CÍVEL APLICÁVEL. Na forma da teoria da *actio nata* (art. 189 do Código Civil), da Súmula n. 278 do C. STJ e da jurisprudência prevalecente do C. TST, tem se entendido que o início da contagem do prazo prescricional se dá com a consolidação do dano. A perícia realizada nos autos da ação ajuizada perante a Justiça Comum, em face da autarquia previdenciária, definiu a doença permanente do reclamante e a perda parcial da sua capacidade de trabalho. Não houve tratamento médico ou realização de procedimentos que pudessem alterar o quadro fático constatado pelo perito. Dessa forma, a consolidação das lesões e, via de consequência, a ciência inequívoca da incapacidade ocorreu com a referida perícia médica em 29.10.2003, quando então foi possível aferir as consequências da patologia, na forma da Súmula n. 230 do C. STF. Considerando que o marco da consolidação do dano se deu antes da vigência da Emenda Constitucional n. 45, aplica-se o prazo da legislação civil. Assim, com fulcro no art. 206, § 3º, inciso V, do CC/2002, a prescrição se implementou em 29.10.2006 e, como consequência, abarcou a exigibilidade dos direitos vindicados, por conta do ajuizamento da demanda em 13.1.2016. Recurso ordinário do empregado desprovido. TRT/SP 15ª Região 0010033-12.2016.5.15.0013 RO - Ac. PJe 4ª Câmara. Rel. Eleonora Bordini Coca. DEJT 25 maio 2017, p. 8103.

7. ACIDENTE DE TRABALHO. PRESCRIÇÃO. INÍCIO DO PRAZO. A prescrição da pretensão à indenização por danos morais e materiais decorrente de acidente laboral ou doença do trabalho deve ser a trabalhista, prevista no art. 7º, XXIX, da Constituição Federal, pois, a despeito de não se tratar de crédito puramente trabalhista, trata-se de pretensão originária da relação de trabalho. TRT/SP 15ª Região 0011255-56.2015.5.15.0043 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. José Pitas. DEJT 11 maio 2017, p. 25085.

8. ACIDENTE DE TRABALHO. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA. A responsabilidade do empregador será subjetiva, quando a atividade exercida pelo trabalhador não for considerada perigosa e, para que surja o dever de indenizar, necessário que estejam presentes os elementos: dano, nexo de causalidade e culpa. TRT/SP 15ª Região 0010796-51.2015.5.15.0141 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 11 maio 2017, p. 9919.

9. ACIDENTE DE TRABALHO/DOENÇA OCUPACIONAL. CIÊNCIA INEQUÍVOCA DA LESÃO POSTERIOR À VIGÊNCIA DA EC N. 45/2004. PRESCRIÇÃO TRABALHISTA. Aplica-se a prescrição do art. 7º, XXIX, da Constituição da República quanto aos pedidos decorrentes de acidente/doença ocupacional quando a ciência inequívoca da lesão ocorreu na vigência da EC n. 45/2004. Súmula n. 70 deste Eg. Tribunal. PRESCRIÇÃO. ACIDENTE TÍPICO. TERMO *A QUO*. Ainda que se trate

de acidente típico, com amputação de membro, afasta-se a prescrição decretada a partir da data do sinistro se demonstrado que a ciência inequívoca a respeito da consolidação da lesão ocorreu em momento posterior. TRT/SP 15ª Região 0010134-32.2013.5.15.0085 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira. DEJT 4 maio 2017, p. 7093.

10. ACIDENTE DO TRABALHO. COMPROVAÇÃO DE NEXO CONCAUSAL. PRESENÇA DE NEXO TÉCNICO EPIDEMIOLÓGICO INDENIZAÇÕES POR DANO MATERIAL E MORAL DEVIDAS. A legislação previdenciária equipara a acidente de trabalho a contingência ligada ao labor que, embora não tenha sido causa única, haja contribuído diretamente para a morte do segurado, para redução ou perda da sua capacidade para trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação (art. 21, I, da Lei n. 8.213/1991). Trata-se, pois, da concausa. Nesse contexto, o art. 21-A da Lei n. 8.213/1991 caracteriza a natureza acidentária da incapacidade quando constatada a ocorrência de Nexo Técnico Epidemiológico (NTEP) entre o trabalho e o agravo decorrente da relação entre a atividade da empresa e a enfermidade motivadora da incapacidade. É certo que o NTEP se baseia em dados estatísticos de incidência de determinadas moléstias em certas categorias profissionais, o que permite concluir que milita em favor do trabalhador acometido dessas doenças presunção relativa de nexo causal entre elas e o trabalho. Recurso parcialmente provido. TRT/SP 15ª Região 0010295-83.2015.5.15.0081 RO - Ac. PJe 5ª Câmara. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DEJT 22 jun. 2017, p. 13224.

11. ACIDENTE DO TRABALHO. NEXO DE CAUSALIDADE E RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR. RISCO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL. REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS. PERTINÊNCIA (§ 1º DO ART. 927 DO NCC). Em caso de acidente do trabalho típico ou moléstia que se lhe equipare, o art. 7º, XXVIII, da CF/1988, assegura ao trabalhador o amparo da seguridade social, sem prejuízo do direito à reparação por danos materiais e morais, quando o empregador incorrer em dolo ou culpa. Não há dúvida que a CF/1988 cogita de responsabilidade civil subjetiva patronal, em caso de infortúnio. Não descarta, porém, a responsabilidade civil objetiva do empresário que no exercício normal de atividade que, por sua natureza, coloca em risco a integridade física, a saúde, ou, ainda, ofenda a intimidade, a privacidade, a honra, a imagem ou outros valores inerentes aos direitos da sua personalidade do seu empregado (CF/1988, art. 5, X, e Código Civil, art. 927 e seu parágrafo único). Na hipótese, ainda que se parta da premissa da responsabilidade civil subjetiva patronal, de acordo com as provas coligidas, denota-se que a ré se descurou das normas mínimas de segurança e saúde do trabalhador e, assim, de velar pelas suas condições físicas, concorrendo para o resultado lesivo, o que configura o ato ilícito capaz de gerar as reparações correspondentes, devendo arcar com as consequências daí advindas, nos termos dos arts. 186, 187, 927 e 950 do Código Civil. TRT/SP 15ª Região 0010328-48.2014.5.15.0133 RO - Ac. PJe 6ª Câmara. Rel. Marcelo Bueno Pallone. DEJT 1º jun. 2017, p. 16354.

12. ACIDENTE DO TRABALHO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR. Na relação de emprego, cabe exclusivamente ao empregador o dever de zelar pela segurança do ambiente de trabalho (art. 7º, inciso XXII, da Constituição), responsabilizando-se por todas as ocorrências que dele possam advir e causar qualquer mácula à saúde do empregado, o qual disponibiliza seu maior patrimônio - sua higidez. Portanto, seja por dolo, culpa ou mesmo pelos riscos da atividade empresarial, é do empregador a obrigação de reparar os danos sofridos pelo empregado (art. 7º, inciso XXVIII, da Constituição, art. 2º da CLT e art. 927, parágrafo único, do Código Civil). ABUSO DO DIREITO DE DEFESA. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ CARACTERIZADA. Deduzir defesa contra fato incontroverso, alterar a verdade dos fatos, usar o processo para conseguir objetivo ilegal, opor resistência injustificada ao andamento do processo, proceder de modo temerário, provocar incidente manifestamente infundado e recorrer com intuito meramente protelatório, são atitudes típicas do *improbus litigator*, na forma dos incisos do art. 80 do Código de Processo Civil, as quais não devem ser toleradas por uma Justiça comprometida com a prestação jurisdicional. TRT/SP 15ª Região 0011473-19.2013.5.15.0152 RO - Ac. PJe 4ª Câmara. Rel. Dagoberto Nishina de Azevedo. DEJT 22 jun. 2017, p. 12424.

13. ACIDENTE DO TRABALHO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR. REPARAÇÃO POR DANOS ESTÉTICOS. AUSÊNCIA DA PROVA DO FATO. IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO. Em ações indenizatórias fundadas em acidente do trabalho, a regra geral é ter por fundamento a

responsabilidade civil subjetiva, devendo o reclamante provar a conduta culposa do empregador, o dano e o nexo de causalidade entre o ato culposo e o prejuízo experimentado. A culpa lato senso se demonstrando, inclusive, por ação ou omissão, das normas de higiene e segurança do trabalho prevista para a atividade. No caso, as provas produzidas não comprovaram a existência do acidente do trabalho em si, e como pressuposto e antecedente lógico e necessário à condenação da reclamada, não havendo, portanto, provas suficientes que a vinculem como civilmente responsável. Logo, não há que se falar em acidente do trabalho que guarde relação de causalidade com a execução do contrato de emprego, o que, consequentemente, torna inviável a pretensão de recebimento de indenização por danos estéticos. Recurso ordinário do autor a que se nega provimento. TRT/SP 15ª Região 0011319-15.2014.5.15.0039 RO - Ac. PJe 6ª Câmara. Rel. Fábio Allegretti Cooper. DEJT 1º jun. 2017, p. 17230.

ACORDO

1. ACORDO DE COMPENSAÇÃO IMPLEMENTADO EM CONJUNTO COM BANCO DE HORAS. PRESTAÇÃO DE HORAS EXTRAS HABITUAIS. INVALIDADE DE TODO O SISTEMA. Embora o entendimento da Corte Superior tenha se firmado no sentido de conferir validade à adoção do sistema misto, ou seja, compensação semanal e banco de horas, de modo simultâneo, certo é que, no caso de prestação de horas extras habituais, ocorre a descaracterização de todo o sistema adotado, pois tal situação invalida o acordo de compensação que é combinado com o sistema de banco de horas, ou seja, a invalidação do sistema de compensação torna inviável a adoção do banco de horas pactuado em conjunto, já que a aferição deste depende da correta implementação daquele, o que faz com que as horas extras sejam devidas. Ora, se o empregador não cumpre com o pactuado, não pode exigir que ele seja cumprido somente com relação ao reclamante, até porque com a celebração do acordo já houve, por parte do obreiro, a concessão de direitos, não podendo, portanto, ser duplamente prejudicado com o seu descumprimento. TRT/SP 15ª Região 0010810-80.2016.5.15.0147 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Hélio Grasselli. DEJT 25 maio 2017, p. 3137.
2. ACORDO DE COMPENSAÇÃO. Acordo de compensação destina-se a distribuir as quatro horas referentes ao sábado que não será laborado nos demais dias da semana (cinco), totalizando as 44 horas semanais; ou seja, ao invés de se trabalhar por oito horas em cinco dias da semana e por quatro horas aos sábados, trabalham-se essas quatro horas nos demais dias, respeitando-se, pois, o limite semanal de 44 horas. E a disciplina da compensação de jornada exige acordo escrito (art. 7º, XIII, da CF, e 59, § 2º, da CLT), podendo, ainda, ser individual (Súmula n. 85, I, do C. TST). TRT/SP 15ª Região 0011138-38.2016.5.15.0073 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 25 maio 2017, p. 26501.
3. ACORDO HOMOLOGADO. COISA JULGADA. OJ N. 132 DA SDI-II DO C. TST. A decisão homologatória de acordo, por meio do qual o empregado deu quitação plena e geral do objeto do processo e do extinto contrato de trabalho, faz coisa julgada, a qual alcança todas as parcelas referentes ao contrato, consoante entendimento reunido em torno da OJ n. 132 da SDI-II do C. TST. Precedente do C. TST. Recurso não provido. TRT/SP 15ª Região 0011861-17.2014.5.15.0012 RO - Ac. PJe 4ª Câmara. Rel. Eleonora Bordini Coca. DEJT 25 maio 2017, p. 12517.
4. ACORDO JUDICIAL. NÃO CUMPRIMENTO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO LITISCONSORTE QUE NÃO PARTICIPOU DA TRANSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. A potencial condição de responsável subsidiário do tomador de serviços, pelas obrigações trabalhistas não adimplidas ao empregado terceirizado, não subsiste perante o acordo judicial firmado, exclusivamente, entre empregado e empregador, sem a sua anuência. A homologação da avença, em Juízo, não implica pronunciamento judicial sobre as verbas efetivamente devidas pela empresa prestadora de serviços, pressuposto necessário à imputação da responsabilidade subsidiária, a que alude a Súmula n. 331 do TST. TRT/SP 15ª Região 0011847-38.2016.5.15.0117 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 30175.
5. ACORDO NÃO CUMPRIDO. INOCORRÊNCIA DE PRECLUSÃO EM RAZÃO DE INADIMPLEMENTO. PRESUNÇÃO DE QUITAÇÃO. INVALIDADE. A fixação de prazo para que o reclamante informe o descumprimento de acordo judicial não pode estabelecer como consequência

automática a presunção de quitação das parcelas inadimplidas, eis que o ato pressupõe manifestação explícita, inconteste e expressa. Pode-se apenas presumir o cumprimento, sem prejuízo de vir o credor a denunciar o inadimplemento posterior, o que não inviabiliza a execução da obrigação estabelecida no título. A natureza do ato não implica preclusão. TRT/SP 15ª Região 0010918-03.2014.5.15.0108 AP - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Carlos Eduardo Oliveira Dias. DEJT 18 maio 2017, p. 23159.
6. ACORDO. INADIMPLEMENTO. AUSÊNCIA DE CLÁUSULA PENAL PARA MORA. INDEVIDO. A cláusula penal é uma obrigação acessória imposta com o intuito de garantir o cumprimento da obrigação principal através da fixação de sanção de cunho econômico para o caso de seu inadimplemento. O Código Civil Brasileiro, através de seu art. 409, prevê duas modalidades de cláusula penal: a compensatória ou a moratória. No caso dos autos, extrai-se que as partes pactuaram a cláusula penal compensatória, haja vista que foi mencionada expressamente apenas a configuração do inadimplemento por parte do executado. Indevida, portanto, tal penalidade, em face de mora ou inadimplemento parcial por pequenos atrasos. TRT/SP 15ª Região 0010935-72.2015.5.15.0118 AP - Ac. PJe 5ª Câmara. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DEJT 18 maio 2017, p. 10433.
7. ATRASO NO PAGAMENTO DE PARCELA DO ACORDO. O atraso de apenas 01 (um) dia no pagamento de uma única parcela do acordo não caracteriza a intenção de inadimplir o pactuado. As demais parcelas do acordo foram quitadas de forma escorreita, o que demonstra a boa-fé do reclamado em adimplir suas obrigações. Agravo a que se nega provimento. TRT/SP 15ª Região 0010534-19.2014.5.15.0115 AP - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 18 maio 2017, p. 5192.

ACORDO COLETIVO

NORMAS COLETIVAS. INAPLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE REPRESENTAÇÃO DO EMPREGADOR. Inaplicáveis normas coletivas firmadas por sindicato de categoria econômica que não detém a representação sindical do empregador. Súmula n. 374 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0010483-95.2016.5.15.0031 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 25 maio 2017, p. 33052.

ACÚMULO DE FUNÇÃO

1. ACÚMULO DE FUNÇÃO. Atribuir mais uma função ao trabalhador, para a qual expressamente não fora contratado, sobrecarregando-o com mais deveres e responsabilidades, sem uma contrapartida remuneratória adicional, implica em alteração contratual *in pejus*, vedada pela CLT em seu art. 468. Devido o *plus* salarial perseguido. TRT/SP 15ª Região 0010130-92.2016.5.15.0051 RO - Ac. PJe 11ª Câmara. Rel. Eder Sivers. DEJT 18 maio 2017, p. 30837.
2. ACÚMULO DE FUNÇÃO. DIFERENÇAS SALARIAIS INDEVIDAS. À luz dos princípios e fundamentos insculpidos na Constituição Federal de 1988, que valoriza o trabalho e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III e IV, da CF), o Poder Judiciário não pode deixar de restabelecer o equilíbrio entre as partes, ante o exercício de função diversa para a qual o trabalhador fora contratado, em cumulação, o que visou beneficiar amplamente o empregador, que se aproveitou dos préstimos do trabalhador. Contudo, o fato do reclamante executar atribuições periféricas pertinentes à função contratada, por si só, não pode configurar acúmulo de função, uma vez que aquelas atribuições envolvem serviços inerentes à própria função contratada, e, além disso, não se pode olvidar no dever de colaboração do empregado em relação à empresa. Desse modo, não se visualiza que o empregador tenha promovido um desequilíbrio das obrigações contratadas, extrapolando os limites do *jus variandi*, de modo que não faz jus o obreiro ao acréscimo salarial postulado. Recurso ordinário a que se nega provimento, neste particular. TRT/SP 15ª Região 0010415-03.2015.5.15.0122 RO - Ac. PJe 5ª Câmara. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DEJT 1º jun. 2017, p. 13658.
3. ACÚMULO DE FUNÇÃO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. O acúmulo de funções ocorre, quando o trabalhador sofre alteração substancial no seu contrato de trabalho, passando a exercer misteres,

para os quais, não foi contratado. Extrai-se dos autos que as atividades desempenhadas pelo reclamante eram próprias da função que exercia. TRT/SP 15ª Região 0010797-85.2016.5.15.0081 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 22 jun. 2017, p. 7564.

4. ACÚMULO DE FUNÇÃO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. O desempenho de atividades que não importam em cumprimento de dupla jornada ou em exercício de atribuições de maior complexidade ou responsabilidade não caracteriza o acúmulo de funções. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. LABOR EM ÁREA DE RISCO EQUIVALENTE AO SISTEMA ELÉTRICO DE POTÊNCIA. Empregado que trabalha em contato com equipamentos ou instalações elétricas em condições de risco similares aos do sistema elétrico de potência faz jus ao adicional de periculosidade. Inteligência da Orientação Jurisprudencial n. 324 da SDI-1 do C. TST. DANO MORAL. INDENIZAÇÃO. ASSÉDIO MORAL. OFENSA. PREPOSTO. PROVA. CARACTERIZAÇÃO. Caracteriza o assédio moral o tratamento descortês perpetrado por preposto do empregador contra o empregado, com xingamentos que denigrem a dignidade da pessoa humana, impondo ao empregador a obrigação de indenizar o dano moral sofrido. TRT/SP 15ª Região RO-0010832-48.2014.5.15.0135 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 28026.

5. ACÚMULO DE FUNÇÃO. O ordenamento jurídico não prevê qualquer ressarcimento pelo acúmulo de função, estando tal situação inserida no *jus variandi* da empregadora. Inteligência do art. 456, parágrafo único, da CLT. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. Ainda que seja considerado lícito o contrato de prestação de serviços terceirizados, subsiste a responsabilidade subsidiária do tomador, beneficiário da mão de obra, quando a empresa contratada (prestadora de serviços) descumpre suas obrigações contratuais. Aplicação do inciso IV da Súmula n. 331 do TST. TRT/SP 15ª Região 0011064-71.2015.5.15.0023 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 22 jun. 2017, p. 22521.

6. ACÚMULO DE FUNÇÕES. ADICIONAL. Admitido o trabalhador para exercer determinada função e estando previamente ciente do salário a que faz jus, de regra, prevalece o entendimento de que o propalado acúmulo de função enquadra-se no *jus variandi* do empregador. E o ordenamento jurídico não prevê o ressarcimento pelo acúmulo de funções. Inteligência do art. 456, parágrafo único, da CLT. TRT/SP 15ª Região 0010609-24.2016.5.15.0136 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 22 jun. 2017, p. 21373.

7. ACÚMULO DE FUNÇÕES. EMPREGADA CONTRATADA COMO VENDEDORA E QUE TAMBÉM ABASTECIA GÔNDOLAS. ACRÉSCIMO SALARIAL INDEVIDO. As atividades de abastecimento de gôndolas não são estranhas ao trabalho de um vendedor. As funções desempenhadas estão em conformidade com o que diz a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO. Conforme preceitua o art. 456, parágrafo único, da CLT, a falta de prova ou inexistindo cláusula expressa a tal respeito, entender-se-á que o empregado se obrigou a todo e qualquer serviço compatível com a sua condição pessoal. Adicional por acúmulo negado. Recurso da reclamante não provido. TRT/SP 15ª Região 0010569-68.2014.5.15.0053 RO - Ac. PJe 4ª Câmara. Rel. Eleonora Bordini Coca. DEJT 25 maio 2017, p. 9660.

8. ACÚMULO DE FUNÇÕES. EXERCÍCIO CONCOMITANTE DA ATRIBUIÇÃO ORIGINAL E DA NOVA FUNÇÃO. *PLUS* SALARIAL. CABIMENTO. Ao contratar um trabalhador, a empresa assume a responsabilidade de remunerá-lo, conforme a função por ele exercida. Todavia, se, posteriormente, novas funções são assumidas pelo obreiro, deve o empregador, necessariamente, pagar ao empregado diferenças salariais relativas ao acúmulo de funções. No presente caso, o reclamante assumiu, após o falecimento do seu chefe imediato, além das atribuições por ele exercidas, integralmente, as funções do seu superior hierárquico. Dessa forma, deverá receber um *plus* salarial, pelo acúmulo de funções. Recurso da reclamada não provido. TRT/SP 15ª Região 0011326-22.2015.5.15.0152 RO - Ac. PJe 11ª Câmara. Rel. João Batista Martins César. DEJT 1º jun. 2017, p. 32184.

9. ACÚMULO DE FUNÇÕES. EXERCÍCIO DE FUNÇÕES COMPATÍVEIS COM AQUELAS CONTRATADAS. *PLUS* SALARIAL INDEVIDO. O acúmulo de funções ocorre quando o trabalhador sofre alteração substancial no seu contrato de trabalho, passando a exercer misteres para, os quais, não foi contratado. Portanto, não se pode falar que o exercício eventual de atividades, compatíveis com as atribuições previstas no contrato de trabalho se revelem em desequilíbrio contratual capaz

de ensejar o *plus* salarial por acúmulo de funções. TRT/SP 15ª Região 0010812-84.2014.5.15.0029 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 11 maio 2017, p. 9971.
10. ACÚMULO DE FUNÇÕES. NÃO CONFIGURAÇÃO. Diante da ausência de prejuízo ao trabalhador, o exercício concomitante de funções correlatas não gera acúmulo capaz de justificar o pagamento de diferenças salariais. Art. 456, CLT. TRT/SP 15ª Região 0010516-83.2015.5.15.0043 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Gerson Lacerda Pistori. DEJT 22 jun. 2017, p. 27226.

ADICIONAL

1. ACUMULAÇÃO DE ADICIONAIS. PERICULOSIDADE E INSALUBRIDADE. POSSIBILIDADE. Os adicionais de insalubridade, periculosidade ou penosidade foram alçados ao nível de direitos fundamentais. A acumulação desses adicionais está amparada pelo princípio da dignidade da pessoa humana, insculpido no art. 1º, CRFB/1988, no inciso XXII do art. 7º da CRFB/1988, que preconiza a obrigatoriedade da empregadora em adotar medidas que garantam a diminuição dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança, bem como na Convenção n. 155 da OIT, que dispõe sobre a segurança e saúde dos trabalhadores e o meio ambiente de trabalho. A possibilidade de acumular o direito ao adicional de insalubridade e de periculosidade deve ser interpretada à luz da nova ordem Constitucional, pois se trata de direito fundamental. O ideal a ser buscado pela humanidade é que ninguém trabalhe em ambiente insalubre ou perigoso, porém, trata-se de cenário bastante longínquo. Assim, por ora, a legislação trabalhista monetiza a saúde e a segurança do trabalhador. Todavia, essa monetização deve ser completa, integral, aí incluída a possibilidade de acumular os adicionais de insalubridade e periculosidade. Saliente-se que essa interpretação está em consonância com o princípio da vedação do retrocesso social e de acordo com o PIDESC (Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais) - arts. 2º, 11, 16, 18, 21 e 22, com o Protocolo Adicional - Pacto de San Salvador - 17.11.1988 - arts. 1º, 17 e 19, e com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22.11.1969 (art. 26). Dessa forma, constatada a existência de agente insalubre e agente perigoso são devidos os pagamentos dos adicionais relativos a cada fato gerador, acumulativamente. Recurso da reclamada não provido. TRT/SP 15ª Região 0010310-60.2016.5.15.0067 RO - Ac. PJe 11ª Câmara. Rel. João Batista Martins César. DEJT 1º jun. 2017, p.30179.
2. ADICIONAIS DE PERICULOSIDADE E INSALUBRIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO. Por expressa disposição legal constante no art. 193, § 2º, da CLT, não é possível o recebimento dos adicionais de insalubridade e periculosidade de forma cumulativa, cabendo ao trabalhador optar por aquele que lhe for mais benéfico. TRT/SP 15ª Região 0010511-30.2016.5.15.0042 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 1 jun. 2017, p. 7961.
3. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. CUMULAÇÃO. POSSIBILIDADE. Satisfeitos os pressupostos de fato, devidos os pagamentos dos adicionais de insalubridade e de periculosidade, cumulativamente, porquanto possuem causas ou fatos geradores distintos. Inteligência do art. 7º, inciso XXII, da Constituição da República e Convenções n. 148 e 155 da OIT. Art. 193, § 2º, da CLT: ausência de aderência constitucional; preceito não recepcionado pela nova ordem constitucional. TRT/SP 15ª Região 0011051-16.2014.5.15.0053 RO - Ac. PJe 6ª Câmara. Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani. DEJT 22 jun. 2017, p. 15577.
4. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. REJEIÇÃO DA PERÍCIA. O Juízo não se encontra adstrito à conclusão pericial. Porém, a rejeição da perícia é uma medida excepcional, devendo ocorrer com base na existência de outros elementos probatórios contrários e mais convincentes que o laudo, o que não ocorre no presente caso. TRT/SP 15ª Região 0010207-35.2015.5.15.0149 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 11 maio 2017, p. 8673.
5. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. ASSISTENTE SOCIAL. DESCABIMENTO. Não há como concluir que as assistentes sociais estejam habitual ou intermitentemente expostas à insalubridade por agentes biológicos apenas por prestarem atendimento a crianças e adolescentes, sendo mais

coerente crer que isso ocorra de forma esporádica e eventual, apenas quando as crianças atendidas estão doentes. A hipótese não enseja o recebimento de adicional de insalubridade. TRT/SP 15ª Região 0011772-73.2015.5.15.0136 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 25 maio 2017, p. 29330.

6. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. ATIVIDADE A CÉU ABERTO. EXPOSIÇÃO AO CALOR. É cediço que, apesar do inciso I da OJ n. 173 da SDI-1 do TST afastar a insalubridade nas atividades a céu aberto, o faz em função da radiação solar, sendo que o inciso II ressalva o direito ao adicional nos casos em que o calor estiver acima dos limites de tolerância legal, ainda que apenas em razão da exposição solar, em atividades externas. Desse modo, existe previsão legal e jurisprudencial sedimentada para o enquadramento dessas últimas como insalubre, de maneira que, verificada a natureza da atividade desenvolvida (leve, moderada ou pesada), o regime de trabalho (contínuo ou intermitente) e a medição obtida através do Indice de Bulbo Úmido e Termômetro de Globo (IBUTG), pode ser devido o adicional respectivo pela exposição ao calor solar, na forma do Anexo 3 da NR-15 da Portaria n. 3.214/1978 do MTE. Recurso do reclamante parcialmente provido. TRT/SP 15ª Região 0011322-37.2015.5.15.0070 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Manuel Soares Ferreira Carradita. DEJT 13 jun. 2017, p. 12170.

7. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO. SALÁRIO-MÍNIMO. SÚMULA VINCULANTE N. 4 DO STF. Com a edição da Súmula Vinculante n. 4 o salário-mínimo deixou de servir como base de cálculo de vantagem assegurada ao empregado. Todavia, a própria Súmula Vinculante n. 4 vedou ao Poder Judiciário criar nova base de cálculo, de modo que, até que se estabeleça pela via legal a base de cálculo, prevalece o salário-mínimo, ressalvada previsão em lei local, acordo ou convenção coletiva, o que não é o caso dos autos. TRT/SP 15ª Região 0010345-87.2015.5.15.0056 Reenec/RO - Ac. PJe 10ª Câmara. Rel. Fabio Grasselli. DEJT 29 jun. 2017, p. 17794.

8. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. COLETOR DE LIXO URBANO. HIGIENIZAÇÃO DE BANHEIROS E COLETA DE LIXO EM INSTITUIÇÃO DE ENSINO. CARACTERIZAÇÃO. É devido o adicional de insalubridade em grau máximo (40%) e seus reflexos ao trabalhador que higieniza banheiros e promove a coleta de lixo em escolas, por não se equiparar à limpeza em residências e escritórios, atraindo aplicação do item II da Súmula n. 448 do C. TST, incidindo o disposto no Anexo 14 da NR-15 da Portaria do Ministério do Trabalho n. 3.214/1978 quanto à coleta e industrialização de lixo urbano. TRT/SP 15ª Região 0011664-53.2014.5.15.0015 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Hélio Grasselli. DEJT 25 maio 2017, p. 4600.

9. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. CONTATO DIÁRIO DA RECLAMANTE COM UMIDADE PROVENIENTE DA ÁGUA DESTINADA À LIMPEZA (LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO) DOS LOCAIS DE TRABALHO E NA LAVANDERIA. ATIVIDADES NÃO CLASSIFICADAS COMO INSALUBRES, PELO ANEXO 10 DA NR-15 DA PORTARIA MTE N. 3.214/1978. Parafraseando o Ministro Renato de Lacerda Paiva, Relator no Proc. RR 1592-09.2012.5.15.0134, as atividades da reclamante não estão abrangidas pelo Anexo 10 da NR-15. É que, ao fazer menção a locais alagados ou encharcados, tal norma pretendeu apontar como insalubres as operações realizadas por trabalhadores que permanecem com partes do corpo saturadas de umidade, ou mesmo submersas, como é o caso, por exemplo, daqueles que laboram na manutenção e limpeza de caixas d' água, sistemas de águas pluviais, tanques de criação de peixes, etc. É que, nos termos da Súmula n. 448, I, do C. TST, "não basta a constatação da insalubridade por meio de laudo pericial, para que o empregado tenha direito ao respectivo adicional, sendo necessária a classificação da atividade insalubre na relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho. Mantida a r. sentença de origem. TRT/SP 15ª Região 0011412-81.2015.5.15.0058 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 11 maio 2017, p. 4210.

10. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. CONTATO PERMANENTE. PESSOAS COM DOENÇAS DIAGNOSTICADAS COMO INFECTOCONTAGIOSAS. GRAU MÁXIMO. O Anexo 14 da NR-15 da Portaria n. 3.214/1978 do Ministério do Trabalho estabelece, em relação às atividades que envolvem agente biológicos, a insalubridade em grau máximo para o trabalho ou operações, em contato permanente, com pacientes em isolamento por doenças infectocontagiosas, bem como objetos de seu uso, não previamente esterilizados. Do teor desta regra normativa, extrai-se que o adicional de

insalubridade em grau máximo é reservado aos empregados que mantenham contato permanente apenas com pacientes já diagnosticados como portadores de doenças infectocontagiosas, eis que somente estes pacientes serão mantidos isolados dos demais pacientes. Portanto, o contato do profissional da saúde com portadores de doenças de diagnóstico ainda não identificado, dentre as quais incluem-se as doenças infectocontagiosas, não é o bastante para caracterizar a exposição a condições insalubres no grau máximo. Sendo assim, por ter a reclamante mantido contato com pessoas portadoras de doenças sem diagnóstico definido, o adicional de insalubridade devido é de grau médio. Recurso ordinário não provido TRT/SP 15ª Região 0011427-51.2015.5.15.0090 RO - Ac. PJe 5ª Câmara. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DEJT 22 jun. 2017, p. 13475.

11. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. DIFERENÇAS DECORRENTES DE SUA MAJORAÇÃO PARA GRAU MÁXIMO. ANEXO 14 DA NR-15 DA PORTARIA N. 3.214/1978. INDEVIDAS. *In casu*, a autora foi contratada pelo hospital demandado para exercer o cargo de enfermeira. O atendimento prestado pela reclamante, nessa função, não estava restrito a portadores de doenças infectocontagiosas, podendo, esse contato, ocorrer de forma paralela ao contato com os demais pacientes atendidos, sem exclusividade para qualquer deles, configurando, de acordo com a norma *supra* referida, insalubridade em grau médio. Sentença reformada. TRT/SP 15ª Região 0011796-28.2015.5.15.0128 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 14 jun. 2017, p. 3000.

12. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. EXPOSIÇÃO A AGENTES INSALUBRES NA FORMA DAS NORMAS REGULAMENTADORAS PERTINENTES. DEVIDO. O direito ao percebimento do adicional de insalubridade está condicionado ao exercício do trabalho em condições insalubres, na conformidade dos critérios de caracterização estabelecidos nas normas regulamentadoras expedidas pelo MTE, consoante arts. 189 e seguintes da CLT. No caso dos autos, a prova pericial demonstrou que o reclamante desenvolveu atividades em condições insalubres na forma das normas estabelecidas pelo MTE, de modo que faz jus ao adicional em comento. INTERVALO INTRAJORNADA. HORAS EXTRAS. NÃO OCORRÊNCIA DE *BIS IN IDEM*. A condenação a título de período de intervalo intrajornada suprimido não se confunde com o direito às horas extras *stricto sensu* decorrente da extrapolação da jornada de trabalho, por se tratar de direitos distintos do empregado. Logo, não há que falar na ocorrência de *bis in idem*. Inteligência da Súmula n. 437, I, parte final, do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0010377-16.2015.5.15.0146 RO - Ac. PJe 5ª Câmara. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DEJT 13 jun. 2017, p. 2159.

13. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. EXPOSIÇÃO A RUÍDO. LIMITES DE TOLERÂNCIA. Comprovada a exposição do empregado a ruído acima dos limites de tolerância e não provado o regular fornecimento de equipamento de proteção individual capaz de neutralizar a insalubridade, devido o respectivo adicional, calculado sobre o salário-mínimo. TRT/SP 15ª Região 0011424-14.2015.5.15.0085 ROPS - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 22 jun. 2017, p. 8860.

14. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. LIMPEZA DE BANHEIRO EM DELEGACIA. NÃO CABIMENTO. Consoante a jurisprudência sedimentada do C. TST, por meio da edição da Súmula n. 448, a higienização de banheiros em estabelecimento empresarial e similares, por si só, não enseja o pagamento de adicional de insalubridade, tendo em vista o não enquadramento da atividade como trabalho em contato com lixo urbano. TRT/SP 15ª Região 0010623-10.2015.5.15.0082 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 25 maio 2017, p. 33478.

15. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. LIMPEZA DE BANHEIROS PÚBLICOS. LIXO URBANO. As atividades da reclamante de limpeza de banheiro de uso coletivo são equiparadas a serviços de coleta de lixo urbano, de acordo com o Anexo 14 da NR-15 da Portaria n. 3.214/1978 do MTE e nos termos da Súmula n. 448 do C. TST. Recurso do município reclamado conhecido e não provido. DANO MORAL. INDENIZAÇÃO. NÃO PAGAMENTO INJUSTIFICÁVEL DO SALÁRIO. O não pagamento do salário com o abandono da empregada à própria sorte justifica o deferimento de indenização por danos morais. Presentes os requisitos necessários para a responsabilização do empregador e, subsidiariamente, do tomador de serviços. Recurso da reclamante provido nesse tópico. TRT/SP 15ª Região 0010136-33.2015.5.15.0149 RO - Ac. PJe 4ª Câmara. Rel. Eleonora Bordini Coca. DEJT 11 maio 2017, p. 12709.

16. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL. CRECHE MUNICIPAL. NÃO CABIMENTO. O exercício das funções de monitora de educação infantil em creche municipal não se enquadra nas hipóteses classificadas pela NR-15 - Anexo 14, para justificar o deferimento do adicional de insalubridade por contato permanente com agentes biológicos. TRT/SP 15ª Região 0010055-26.2015.5.15.0136 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 25 maio 2017, p. 31849.
17. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. PEDREIRO. EXPOSIÇÃO A CALOR. CABIMENTO. Apurado, por meio de prova pericial, o labor em condições insalubres, pela exposição ao agente físico calor excessivo, faz jus o trabalhador ao pagamento do adicional de insalubridade. JUSTA CAUSA. AUSÊNCIA DE PROVA. CONVOLAÇÃO EM DISPENSA IMOTIVADA. Não se desincumbindo o empregador de comprovar os motivos ensejadores da dispensa por justa causa, a demissão procedida deverá ser considerada como imotivada, fazendo jus o trabalhador ao pagamento das verbas rescisórias próprias desta modalidade de rescisão. TRT/SP 15ª Região 0010589-82.2015.5.15.0034 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 4 maio 2017, p. 8654.
18. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. RURAL. CALOR. É devido adicional de insalubridade quando constatada a exposição ao agente físico do Anexo 3 - Calor - da NR-15, acima dos limites de tolerância. TRT/SP 15ª Região 0010310-61.2014.5.15.0057 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 1º jun. 2017, p. 7441.
19. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. TRABALHADOR RURAL. TRABALHO A CÉU ABERTO. EXPOSIÇÃO A CALOR. CABIMENTO. Apurado, por meio de prova pericial, o labor em condições insalubres, pela exposição ao agente físico calor excessivo, faz jus o trabalhador ao pagamento do respectivo adicional de insalubridade. OJ n. 173, II, da SDI-1 do C. TST e Súmula n. 88 deste Regional. CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA/ASSISTENCIAL. RESTITUIÇÃO. Não comprovada a filiação do empregado ao sindicato de classe, é devida a restituição dos descontos efetuados a título de contribuição confederativa/assistencial. Precedente Normativo n. 119 do C. TST e Súmula Vinculante n. 40 do STF. ACIDENTE DE TRABALHO. GARANTIA DE EMPREGO. INDENIZAÇÃO SUBSTITUTIVA. CONTRATO DE TRABALHO SUSPENSO. NÃO CABIMENTO. Não havendo despedida arbitrária e estando o contrato de trabalho suspenso, não assiste ao trabalhador direito ao pagamento a título de indenização substitutiva do período de garantia de emprego. Aplicação do art. 118 da Lei n. 8.213/1991. DANO MORAL. DOENÇA DEGENERATIVA. AGRAVAMENTO. LAVOURA CANAVIEIRA. INDENIZAÇÃO. CABIMENTO. Apurado pelo contexto probatório que a doença degenerativa sofrida pelo trabalhador teve seu agravamento em decorrência das atividades diárias executadas, impõe-se ao empregador o dever de indenização a título de dano moral. DANO MATERIAL. INDENIZAÇÃO. DOENÇA DEGENERATIVA. AGRAVAMENTO. PROVA PERICIAL. CAPACIDADE LABORAL E PESSOAL PRESERVADAS. NÃO CABIMENTO. Apurada pela prova pericial a origem degenerativa da enfermidade e não verificada a incapacidade laboral permanente, não assiste ao trabalhador o direito à indenização por danos materiais. TRT/SP 15ª Região 0010387-26.2015.5.15.0125 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 25 maio 2017, p. 32692.
20. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. TRABALHO A CÉU ABERTO. EXPOSIÇÃO A RADIAÇÕES SOLARES. CALOR EXCESSIVO. POSSIBILIDADE. O trabalho a céu aberto, com exposição à ação dos raios solares, traduz situação passível de ser caracterizada como insalubre, seja pelo trabalho sob ação de calor excessivo, seja pela exposição a radiações não ionizantes, pois os Anexos n. 3 e 7 da NR-15 da Portaria n. 3.214/1978 do Ministério do Trabalho e Emprego não prevêem a exclusão de quaisquer fontes de calor para a caracterização da insalubridade, sejam elas naturais ou artificiais. Nesse contexto, o Anexo n. 7 da Norma Regulamentadora estabelece como agentes agressivos à saúde as radiações não ionizantes, dentre as quais se inserem as radiações ultravioletas (UV) emitidas pelo sol, que atingem os trabalhadores, obrigando a NR-21 o trabalho sob proteção da insolação excessiva. A exposição ao calor excessivo, expressa pelo cálculo do IBUTG, efetuado levando em conta as taxas de metabolismo por tipo de atividade, quando ultrapassados os limites de tolerância previstos pelos Quadros 1, 2 e 3 do Anexo 3 da NR-15, consta expressamente entre os fatores que geram insalubridade. Nesse contexto, sendo

o autor trabalhador rural que executa trabalho reconhecidamente pesado e fatigante, de forma intermitente, exposto não apenas às radiações solares, mas também ao calor excessivo, porquanto ultrapassados os limites de tolerância previstos pela própria Norma Regulamentadora, faz jus ao adicional de insalubridade e seus reflexos. TRT/SP 15ª Região 0010970-56.2015.5.15.0110 RO - Ac. PJe 10ª Câmara. Rel. João Alberto Alves Machado. DEJT 18 maio 2017, p. 27580.

21. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. AGENTE DE APOIO SOCIOEDUCATIVO. DEFERIMENTO. As atividades exercidas pelo Agente de Apoio Socioeducativo, inserem-se, pelo Princípio da Isonomia, dentre aquelas destinadas à proteção física ou patrimonial, já que se destinam à preservação da integridade física dos menores, bem como, de preservação das instalações, onde se encontram apreendidos. Por isso, fazem jus ao pagamento do adicional de periculosidade, de acordo com o disposto no inciso II, do art. 193, da CLT, inserido pela Lei n. 12.740/2012, que passou a considerar como perigosas as atividades dos profissionais de segurança pessoal ou patrimonial, decorrente de roubos ou outras espécies de violência física, o que se adapta à hipótese. TRT/SP 15ª Região 0011030-03.2014.5.15.0033 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 22 jun. 2017, p. 8125.

22. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. AGENTE DE APOIO. FUNDAÇÃO CASA. Diante da nova redação dada ao art. 193 da CLT, faz jus o reclamante, como agente de apoio socioeducativo, ao adicional de periculosidade, a partir de sua regulamentação pela Portaria n. 1.885 do MTE. TRT/SP 15ª Região 0010508-11.2016.5.15.0031 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 25 maio 2017, p. 22888.

23. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. CONTATO COM INFLAMÁVEIS. TEMPO EXTREMAMENTE REDUZIDO. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 364 DO C. TST. Segundo o art. 193 do texto consolidado, são consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho (NR-16 da Portaria n. 3.214), aquelas que, por sua natureza ou método de trabalho, impliquem no contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado. Embora tenha sido provado que o reclamante utilizava produto inflamável (cola), quando passava o produto nos blocos de espuma, é possível concluir, diante das diversas tarefas exercidas pelo autor, que essa atividade ocorria por tempo mínimo, em poucos minutos ao dia, sendo insuficiente, portanto, para que o reclamante fizesse jus ao adicional de periculosidade. Isso porque, eventual exposição a inflamáveis por tempo reduzido não importa no direito de percepção do adicional de periculosidade, nos termos da Súmula n. 364 do C. TST. Reforma-se. HORAS EXTRAS. JORNADA ABSURDA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO ROBUSTA. A jornada descrita pelo obreiro em sua exordial revela-se inverossímil, para não dizer estapafúrdia. Entrementes, apenas como fábula, poder-se-ia corroborar a tese do horário aludido na petição inicial, indicada como sendo de segunda a sexta-feira das 06h30 à s 21h e, aos sábados, das 05h às 17h, com apenas 20 minutos de intervalo intrajornada. A análise do conjunto probatório, deste modo, há de dar-se de forma criteriosa, impondo-se, neste momento, desconsiderar as alegações do reclamante, pois foram tão extraordinárias que careciam de prova robusta e consistente; e que, todavia, não veio aos autos. Reforma-se. TRT/SP 15ª Região 0011146-78.2014.5.15.0010 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 14 jun. 2017, p. 2029.

24. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. ELETRICISTA. SISTEMA ELÉTRICO DE POTÊNCIA. PROVA PERICIAL. CABIMENTO. Constatado pela prova pericial que o trabalhador estava exposto a risco permanente na execução dos serviços de eletricista, assistelhe o direito à percepção do adicional de periculosidade. ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E DE PERICULOSIDADE. POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO. NÃO CABIMENTO. Fazendo o empregado jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade, a empregadora deverá ser condenada a pagar um ou outro, competindo ao trabalhador optar por um deles na execução, oportunidade em que será possível verificar qual deles lhe é mais benéfico. HONORÁRIOS PERICIAIS. REDUÇÃO. NÃO CABIMENTO. Não merece reparos o valor arbitrado a título de honorários periciais que representa razoável remuneração pelos serviços prestados. INTERVALO PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO. REDUÇÃO. NORMA COLETIVA. INVALIDADE. A redução do intervalo mínimo para refeição e descanso, por meio de norma coletiva, não goza de validade em face do caráter cogente das normas do art. 71 da CLT. Neste sentido, a Súmula n. 437, II, TST. ADICIONAL NOTURNO. DIFERENÇAS. PROVA.

NÃO CABIMENTO. É ônus probatório do trabalhador demonstrar, objetiva e matematicamente, a existência de diferenças de adicional noturno, não quitadas pelo empregador, não podendo o deferimento do pedido ficar em avaliação subjetiva do julgador. DANO MATERIAL. PROVA. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. NÃO PAGAMENTO. INDENIZAÇÃO. NÃO CABIMENTO. Não comprovada pelo trabalhador a existência de dano emergente, o não pagamento do adicional, durante o contrato de trabalho, não gera, por si só, o direito à indenização pertinente, pois o prejuízo material encontra-se ressarcido pelo decreto condenatório que reconheceu ao trabalhador direito à verba trabalhista. TRT/SP 15ª Região 0010145-54.2013.5.15.0152 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 13 jun. 2017, p. 21856.

25. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. ENCHIMENTO DE VASILHAMES COM INFLAMÁVEIS. TEMPO EXTREMAMENTE REDUZIDO. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 364 DO C. TST. Segundo o art. 193 do texto consolidado, são consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho (NR-16 da Portaria n. 3.214), aquelas que por sua natureza ou método de trabalho, impliquem no contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado. Restou consignado que o autor, além de outras tarefas, realizava a limpeza de equipamentos e ferramentas com líquido inflamável (Thinner), utilizando uma lata de aproximadamente 5 litros do produto por semana. Nesse contexto, concluiu o I. Perito que o reclamante laborou em condições de periculosidade, por realizar "enchimento de vasilhames com inflamáveis", com enquadramento no Anexo 2 da NR-16 da Portaria n. 3.214/1978, durante todo o período laborado. Contudo, embora tenha sido provado que o reclamante realizava o enchimento de vasilhames com inflamáveis, é possível concluir que essa atividade (despejar menos de 5 litros de Thinner em outro recipiente) ocorria por tempo mínimo, em poucos segundos ao dia, sendo insuficiente, portanto, para que o reclamante fizesse jus ao adicional de periculosidade. Isso porque, eventual exposição a inflamáveis por tempo reduzido não importa no direito de percepção do adicional de periculosidade, nos termos da Súmula n. 364 do C. TST. Reforma-se. TRT/SP 15ª Região 0010877-29.2015.5.15.0002 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 14 jun. 2017, p. 1540.

26. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. EXPOSIÇÃO AO RISCO POR 30 MINUTOS, DURANTE 3 DIAS NA SEMANA. NÃO CARACTERIZAÇÃO DO FORTUITO OU DO TEMPO EXTREMAMENTE REDUZIDO (SÚM. 364 TST). ADICIONAL DEVIDO. A exposição ao risco enseja o direito do trabalhador ao recebimento do adicional de periculosidade, ressalvada a hipótese de fortuito ou de exposição por tempo extremamente reduzido, o que não é o caso do trabalhador submetido ao risco por 30 minutos durante 3 dias da semana. Adicional de periculosidade devido. TRT/SP 15ª Região 0010573-55.2015.5.15.0123 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Larissa Carotta Martins da Silva Scarabelim. DEJT 11 maio 2017, p. 9378.

27. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. FUNDAÇÃO CASA. NOVA REDAÇÃO DO ART. 193 DA CLT. O exercente da função de agente de apoio educativo faz jus ao adicional de periculosidade, em função da nova redação do art. 193 da CLT, conforme Anexo III da NR-16, aprovado pela Portaria MTE n. 1.885, de 2 de dezembro de 2013, e a partir de tal data. TRT/SP 15ª Região 0011657-42.2016.5.15.0031 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Regiane Cecilia Lizi. DEJT 25 maio 2017, p. 35726.

28. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. INFLAMÁVEIS. CONTATO POR TEMPO EXTREMAMENTE REDUZIDO. NÃO CABIMENTO. O trabalho em área de risco por tempo extremamente reduzido caracteriza a eventualidade, de modo a afastar o direito ao adicional de periculosidade. Inteligência da Súmula n. 364, I, parte final, do C. TST. DANO MORAL. INDENIZAÇÃO. INADIMPLEMENTO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS. NÃO CABIMENTO. Não restando comprovado que o inadimplemento das obrigações trabalhistas repercutiu na seara pessoal e moral do trabalhador, resta afastada a caracterização da ocorrência de dano moral passível de reparação própria. TRT/SP 15ª Região 0011441-14.2013.5.15.0152 RO - Ac. PJe 9ª Câmara . Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 29206.

29. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. LEI N. 12.997/2014. Independentemente do tempo de utilização da motocicleta, o adicional de periculosidade previsto na Lei n. 12.997/2014 não é devido a instrutores práticos empregados de motoescola, pois estes, de modo geral, não se sujeitam ao

elevado risco inerente à atividade de mototaxistas, motofretistas, entregadores e afins. TRT/SP 15ª Região 0011220-62.2015.5.15.0022 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira. DEJT 11 maio 2017, p. 25069.
30. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. NR-16, QUADRO I, ITEM 16.4. ARMAZENAMENTO DE SUBSTÂNCIAS INFLAMÁVEIS. LIMITE DE 250 LITROS POR TAMBOR DE ARMAZENAMENTO. INDEVIDO O ADICIONAL. A NR-16 citada, em seu item 4, estabelece o limite de 250 litros, por tambor de armazenamento de substâncias inflamáveis, para que seja caracterizada a periculosidade e, portanto, o pagamento do adicional correspondente. Dessa forma, como o Sr. Perito informou que os recipientes de armazenamento desses líquidos continham entre 1 e 5 litros de capacidade, clarividente que inexistia a periculosidade aventada na peça inicial. Além disso, ao contrário daquilo que afirmado pelo Sr. *Expert*, esse limite de 250 litros não se refere apenas ao transporte desses produtos, mas, também, a seu manuseio e armazenagem. Reforma-se. TRT/SP 15ª Região 0011303-83.2015.5.15.0085 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 14 jun. 2014, p. 2289.
31. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. PROVA PERICIAL. INFLAMÁVEIS. PERMANÊNCIA EM ÁREA DE RISCO. ARMAZENAMENTO DE INFLAMÁVEIS EM PRÉDIO CONTÍGUO. NÃO INCIDÊNCIA DA OJ N. 385 DA SDI-1/TST. NÃO CABIMENTO DO ADICIONAL Não apurado pela prova pericial o labor habitual em edificação vertical na qual há armazenamento de produto inflamável, resta afastado o pagamento do adicional de periculosidade e seus reflexos. Inteligência da OJ n. 385 da SBDI-1/TST. MINUTOS RESIDUAIS. TEMPO DESPENDIDO NO PERCURSO ENTRE A PORTARIA E O SETOR DE TRABALHO. O tempo despendido pelo trabalhador no transcurso da portaria ao vestiário, troca de uniforme e encaminhamento ao setor de trabalho deve ser computado na jornada de trabalho, quando ultrapassados os limites previstos no § 1º do art. 58 da CLT e nas Súmulas n. 366 e 429 do TST. INTERVALO INTRAJORNADA. SUPRESSÃO. PAGAMENTO. REFLEXOS. A supressão do intervalo intrajornada, ainda que parcial, defere ao trabalhador o pagamento integral do intervalo alimentar e seus reflexos. Súmula n. 437, I e III, do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0012341-28.2014.5.15.0001 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 13 jun. 2017, p. 24400.
32. ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA. RECORRENTE ERA EMPREGADO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS. QUANDO CADA CONTRATO COM A RESPECTIVA TOMADORA ACABAVA, ERA COLOCADO, EM CARÁTER DEFINITIVO, EM OUTRA, ÀS VEZES EM ATIVIDADE DIVERSA. ADICIONAL INDEVIDO. O MM Juízo de Origem entendeu que as transferências não eram provisórias. Ressaltou que o adicional de transferência é devido aos empregados transferidos provisoriamente, conforme emerge da expressão “enquanto perdurar essa situação” referida no § 3º do art. 469 da CLT. Entendeu que não há, portanto, como deferir o adicional em análise, quando a transferência do empregado se der em caráter definitivo, como no caso dos autos. Ora, a 1ª reclamada é uma prestadora de serviços e resta claro e evidente que as mudanças a que se refere o obreiro sequer podem ser consideradas transferências, pois ele estava sendo deslocado para prestar serviços em outras empresas. Como funcionário da 1ª reclamada, esta o recolocava para trabalhar em determinadas empresas tomadoras, conforme a demanda, ou seja, cada uma das mudanças ocorridas no local de trabalho era para atender um novo contrato entre a prestadora e as tomadoras, e não se caracterizava como uma transferência, entre duas ou mais sedes do empregador. E cada uma das mudanças, ou transferências, se deu em caráter definitivo (enquanto perdurou a necessidade do serviço para aquela determinada tomadora). Desta feita, deve ser mantida a r. sentença de Origem, quanto ao ponto. HORAS DE SOBREAVISO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. O sobreaviso (art. 244, § 2º, da CLT) pressupõe que o obreiro esteja impedido de ausentar-se de sua residência, ficando obrigado a permanecer ali, aguardando eventual chamado do empregador, sem qualquer possibilidade de recusar-se a atendê-lo. Não estando o empregado obrigado a permanecer em casa aguardando eventual convocação, antes podendo locomover-se livremente, não há que falar-se em “horas de sobreaviso”, aplicando-se ao caso, por analogia, o entendimento consagrado na Súmula n. 428 do C. TST. Sentença mantida. AVISO-PRÉVIO PROPORCIONAL AO TEMPO DE SERVIÇO, INTEIRAMENTE TRABALHADO. 57 DIAS. PEDIDO DE NOVO PAGAMENTO, COMO INDENIZAÇÃO. INDEVIDO. Como bem decidido pela MM. Juíza, Dra. Andréia de Oliveira, “alega

o reclamante que não poderia ter trabalhado no período de aviso-prévio, requerendo a indenização correspondente a 27 dias. O documento de fl. 560 (Id 6084c1b) indica que a reclamada concedeu o aviso-prévio de 57 dias trabalhados, e o TRCT de fls. 90-91 (Id c3d821e) indica que a reclamada utilizou a data de 5.12.2015 para apuração das verbas rescisórias, de forma que não há que se falar em novo pagamento. Ressalto que o direito ao aviso-prévio não é o de não trabalhar no período, mas o de ser comunicado com antecedência sobre o fim do contrato. Ademais, por que motivo o reclamante entende que deveria ficar sem trabalhar por 27 dias durante o aviso-prévio? Qual lei ou norma coletiva lhe garante tal benefício? Não existem. Aplicável ao caso dos presentes autos o disposto no art. 488 da CLT, que de forma alguma foi alterado pela Lei n. 12.506/2011. Pelos motivos mencionados acima, rejeito pedido de pagamento indenizado de 27 dias de aviso-prévio, bem como sua projeção nas verbas rescisórias". Mantém-se. TRT/SP 15ª Região 0010601-07.2016.5.15.0020 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 11 maio 2017, p. 2563.

33. ADICIONAL NOTURNO. HORAS LABORADAS APÓS ÀS 5H. JORNADA MISTA. CABIMENTO. A jornada de trabalho que, embora não cumprida integralmente no período noturno, esteja nele incluída em quase sua totalidade, atrai a incidência da norma insculpida no art. 73, § 5º, da CLT, fazendo jus o trabalhador ao pagamento do adicional noturno sobre as horas laboradas em prorrogação à jornada noturna. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. Tendo o reclamante apresentado declaração de hipossuficiência financeira e estando assistido pelo sindicato da categoria, devida a verba de honorários advocatícios - Súmulas n. 219 e 329 do C. TST. A apresentação de petição com o timbre do sindicato da categoria é suficiente para comprovar a assistência sindical - Súmula n. 90 deste Tribunal. DOENÇA OCUPACIONAL. PROVA PERICIAL. NÃO COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL. DANO MORAL E MATERIAL. REINTEGRAÇÃO. NÃO CABIMENTO. Afastada, por meio de prova pericial, a origem ocupacional da doença diagnosticada, indevido é o pagamento de indenização por danos moral e material e o direito à reintegração, calcado no art. 118 da Lei n. 8.213/1993. TRT/SP 15ª Região 0013065-18.2015.5.15.0059 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 4 maio 2017, p. 13244.

34. ADICIONAL NOTURNO. JORNADA DIURNA EM PRORROGAÇÃO À NOTURNA. EFEITOS. O trabalhador que desenvolve labor abarcando toda a jornada noturna faz jus à percepção do adicional noturno pelas horas seguintes, ou seja, a partir das 5h00min. É que a atividade laboral que abarca todo o interregno noturno e ainda se estende pela manhã afeta a higidez do trabalhador. O adicional noturno visa compensar o maior desgaste daquele que se ativa durante a noite, em descompasso com o relógio biológico. Inteligência do inciso II da Súmula n. 60 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0011090-42.2016.5.15.0150 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Claudinei Zapata Marques. DEJT 25 maio 2017, p. 26242.

35. ADICIONAL NOTURNO. PERCENTUAL SUPERIOR. NORMA COLETIVA. VALORAÇÃO. EXTENSÃO. JORNADA EM PRORROGAÇÃO. NÃO CABIMENTO. Não havendo ajuste expresso das normas coletivas para incidência do percentual superior fixado para a jornada noturna, não cabe sua extensão para o período de prorrogação da jornada, sob pena de ofensa ao princípio da valoração do ajuste coletivo. JULGAMENTO *ULTRA PETITA*. OCORRÊNCIA. Incide em julgamento *ultra petita* a sentença que defere ao autor verbas além do pedido inicial, por ofensa ao disposto no art. 492 do CPC/2015. ADICIONAL NOTURNO. JORNADA EM PRORROGAÇÃO. INCIDÊNCIA. O labor em prorrogação à jornada noturna atrai a incidência do adicional noturno que visa reparar o desgaste físico sofrido pelo trabalhador. Aplicação da Súmula n. 60 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0010650-55.2016.5.15.0050 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 4 maio 2017, p. 9090.

36. ADICIONAL NOTURNO. PRORROGAÇÃO DA HORA NOTURNA. Quando há prorrogação do trabalho noturno, adentrando em horário diurno, como no caso vertente, é devido adicional noturno e reflexos sobre a prorrogação da hora noturna. Inteligência da Súmula n. 60, item II, do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0011371-19.2014.5.15.0004 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 1º jun. 2017, p. 9778.

37. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO (QUINQUÊNIO). ART. 129 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. BENEFÍCIO EXTENSÍVEL AOS SERVIDORES CONTRATADOS PELO REGIME CELETISTA. O adicional por tempo de serviço (quinquênio), assim como a parcela

denominada sexta parte, foi instituído pelo art. 129 da Constituição Estadual de São Paulo, que não fez qualquer distinção entre empregado e funcionário público, conduzindo à interpretação de que a expressão "servidor público" alcança inclusive os trabalhadores que têm seus contratos de trabalho regidos pela CLT, não cabendo ao intérprete distinguir onde o legislador não o fez, consoante princípio de hermenêutica. TRT/SP 15ª Região 0011337-15.2016.5.15.0088 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 18 maio 2017, p. 23738.

38. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. ANUÊNIO. DIFERENÇAS. BASE DE CÁLCULO. VIOLAÇÃO DO ART. 37, XIV, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. NÃO CONFIGURAÇÃO. A cumulação de que trata o art. 37, inciso XIV, da Constituição Federal deve ser vedada exclusivamente quando da hipótese de verbas decorrentes de um mesmo título ou fato, não alcançando as hipóteses de composição da base de cálculo das verbas devidas pelo ente público. HORAS EXTRAS. SUPRESSÃO. INDENIZAÇÃO. A indenização prevista na Súmula n. 291 do C. TST tem por fundamento o princípio da irredutibilidade de salários, assegurado pela própria Constituição Federal. A redução das horas extras prestadas, o que, por consequência, ocasiona a redução do salário, enseja o direito à indenização pretendida. TRT/SP 15ª Região 0011233-97.2016.5.15.0128 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 4 maio 2017, p. 10693.

39. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. BASE DE CÁLCULO. ART. 129 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. A base de cálculo do adicional por tempo de serviço - quinquênio - previsto no art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo é o vencimento básico do servidor público estadual. OJ Transitória n. 60 da SDI-1 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0012373-95.2015.5.15.0066 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 30743.

40. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. QUINQUÊNIO. SERVIDOR CELETISTA. O art. 129 da Constituição Estadual Paulista assegura o direito do servidor ao recebimento de adicional por tempo de serviço, concedido por quinquênio, no mínimo, não fazendo distinção entre servidor estatutário e celetista. TRT/SP 15ª Região 0011881-41.2015.5.15.0022 RO - Ac. PJe 11ª Câmara. Rel. Antonio Francisco Montanagna. DEJT 18 maio 2017, p. 35426.

41. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. QUINQUÊNIO. SERVIDOR PÚBLICO VINCULADO AO REGIME CELETISTA. Não há, no art. 129 da Constituição Estadual, qualquer ressalva, quanto à natureza do vínculo mantido com o servidor, atraindo a conclusão, no sentido de que a parcela é devida independentemente desta. Recurso não provido no particular. TRT/SP 15ª Região 0010758-72.2015.5.15.0033 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 22 jun 2017, p. 7457.

42. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. QUINQUÊNIOS. PREVISÃO EM LEI MUNICIPAL NÃO REVOGADA. EMPREGADO CELETISTA. CABIMENTO. BASE DE CÁLCULO. A Lei Municipal n. 339/1975 - não expressamente revogada por lei posterior - não faz qualquer distinção a respeito do regime jurídico adotado para efeito da aquisição do direito ao percebimento do adicional por tempo de serviço, de modo que o benefício em questão alcança tanto os funcionários estatutários como os empregados celetistas, espécies do gênero servidor público. TRT/SP 15ª Região 0010988-98.2016.5.15.0124 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 13 jun. 2017, p. 23152.

43. ADICIONAL. SEXTA PARTE. PAGAMENTO A EMPREGADOS CELETISTAS. ART. 129 C/C ART. 124 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. IMPROCEDÊNCIA. O art. 129, da Constituição do Estado de São Paulo deve ser interpretado em consonância com o disposto em seu art. 124. Assim, tem-se que o benefício em questão (sexta parte) foi originariamente destinado aos servidores submetidos ao regime administrativo, tanto que o aludido art. 124 menciona expressamente a instituição do "regime jurídico único e planos de carreira". Reforma-se. TRT/SP 15ª Região 0011523-07.2016.5.15.0066 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 14 jun. 2017, p. 2747.

44. ATENDENTE DE CRECHE. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. NÃO CABIMENTO. Não há como concluir que atendentes que laboram em creche (que não é estabelecimento destinado aos cuidados da saúde humana) estejam diariamente expostas à insalubridade por agentes biológicos, sendo mais coerente crer que isso ocorra de forma esporádica e eventual, apenas quando as crianças atendidas estão doentes. TRT/SP 15ª Região 0010694-70.2016.5.15.0019 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 25 maio 2017, p. 23708.

45. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 7º, XXII. ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E DE PERICULOSIDADE. CUMULATIVIDADE. POSSIBILIDADE. De acordo com a melhor interpretação dada à regra contida no art. 7º, XXII, da CF/1988, é possível afirmar que o Legislador Constituinte não quis impor qualquer tipo de limitação às garantias que buscam a redução dos riscos inerentes ao trabalho, fosse por meio de normas de saúde, higiene e segurança. Logo, ressalvadas determinadas exceções e considerado ainda o pensamento de que a lei ordinária não pode prever condições menores do que aquelas fixadas pela Constituição, é igualmente possível e plenamente viável conceder ao trabalhador, de forma cumulada e simultânea até, o direito ao recebimento dos adicionais de insalubridade e de periculosidade. Afinal de contas, cada um deles busca compensar condições totalmente diferentes. Enquanto o adicional de insalubridade visa ressarcir o trabalhador contra a ação de agentes encontrados em seu ambiente de trabalho e que comprometem sua saúde, o de periculosidade busca compensar eventuais fatores (de explosões e choques elétricos) que põem em risco sua própria vida. Cumulatividade de adicionais reconhecida. TRT/SP 15ª Região 0011969-09.2015.5.15.0110 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Gerson Lacerda Pistori. DEJT 22 jun. 2017, p. 30454.

46. DIREITO AOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E DE PERICULOSIDADE. POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO. NÃO CABIMENTO. Fazendo o empregado jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade, a empregadora deverá ser condenada a pagar um ou outro, competindo ao trabalhador optar por um deles na execução, oportunidade em que será possível verificar qual deles lhe é mais benéfico. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO. SÚMULA VINCULANTE N. 4 DO STF. Em face da Súmula Vinculante n. 4 do STF, o adicional de insalubridade incide sobre o salário-mínimo federal. DANO MORAL. INDENIZAÇÃO. NÃO CABIMENTO. VERBAS RESCISÓRIAS. INADIMPLÊNCIA. Não restando comprovado que o inadimplemento de verbas trabalhistas tenha ocasionado abalo psíquico ou ofendido a dignidade do trabalhador, resta indevida a indenização por danos morais. ACÚMULO DE FUNÇÃO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. O desempenho de atividades que não importam em cumprimento de dupla jornada ou em exercício de atribuições de maior complexidade ou responsabilidade não caracteriza o acúmulo de funções. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NÃO CABIMENTO. Ausente a assistência sindical, indevida a verba de honorários advocatícios - Súmulas n. 219 e 329 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0010756-56.2015.5.15.0113 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 13 jun. 2017, p. 22884.

47. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. BASE DE CÁLCULO. VENCIMENTOS. DIFERENÇAS DEVIDAS. O adicional por tempo de serviço, previsto no art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo, regulado pela Lei Complementar n. 712/1993 (art. 11), tem por base de cálculo os vencimentos do empregado público. Assim sendo, o vocábulo vencimentos deve ser compreendido pela incidência de todas as parcelas de natureza salarial pagas com habitualidade ao trabalhador e não apenas sobre o salário-base. Recurso ordinário parcialmente provido. TRT/SP 15ª Região 0011633-70.2015.5.15.0153 RO - Ac. PJe 5ª Câmara. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DEJT 18 maio 2017, p. 12316.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA. SERVIDOR PÚBLICO CONCURSADO. DIREITOS PREVISTOS NA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO. INCIDÊNCIA AO CONTRATO DE TRABALHO. IMPOSSIBILIDADE. Ao ser admitido nos quadros da Administração Pública Direta, o servidor concursado se submete, no que se refere aos direitos trabalhistas, aos preceitos constitucionais e legais em vigor, não havendo possibilidade de se beneficiar de direitos elencados em norma coletiva. Inteligência das Súmulas n. 374 do C. TST e n. 679 do E. STF. No presente caso, o reclamante, médico do Município de Paulínia, requer o deferimento de verbas inclusas nas Convenções Coletivas de Trabalho, firmadas por sindicatos das categorias profissional e econômica, alegando que faz parte de categoria profissional diferenciada. O pedido foi indeferido, pois os direitos dos servidores públicos, quanto à remuneração e benefícios, está adstrito à legislação, principalmente de âmbito municipal, não sendo possível ser estendido direitos outros, garantidos por norma coletiva, cuja

negociação não teve a participação do ente público. Recurso do reclamante não provido. TRT/SP 15ª Região 0011869-60.2014.5.15.0087 RO - Ac. PJe 11ª Câmara. Rel. João Batista Martins César. DEJT 22 jun. 2017, p. 36512.
2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. CARGO EM COMISSÃO OU TEMPORÁRIO. VÍNCULO JURÍDICO-ADMINISTRATIVO. INCOMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO. Ficando evidenciado o vínculo jurídico-administrativo entre os litigantes, aplica-se à hipótese o entendimento já sedimentado pelo C. STF na decisão liminar proferida na ADI n. 3.395-6/DF acerca da incompetência da Justiça do Trabalho para apreciar as lides em que figuram como partes a Administração Pública e seus servidores. TRT/SP 15ª Região 0010059-15.2015.5.15.0055 RO - Ac. PJe 2ª Câmara. Rel. José Otávio de Souza Ferreira. DEJT 25 maio 2017, p. 5744.

AGRAVO

1. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO ORDINÁRIO. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. PAGAMENTO EM PECÚNIA. NÃO INTEGRAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREPARO. INEXIGIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO. A condenação a apenas pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais não integra o conceito de "condenação a pagamento em pecúnia", traçado pela Súmula n. 161 do TST, de forma que o preparo recursal é inexigível em tais casos e sua ausência não enseja deserção. TRT/SP 15ª Região 0011266-90.2016.5.15.0030 AIRO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Gerson Lacerda Pistori. DEJT 18 maio 2017, p. 25570.
2. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO ORDINÁRIO. JUSTIÇA GRATUITA. PESSOA JURÍDICA. ALCANCE. DEPÓSITO RECURSAL. A gratuidade da justiça não afasta o dever de recolhimento do depósito recursal, cuja natureza difere das custas processuais porque se destina a garantir o recebimento do crédito reconhecido em sentença, conforme entendimento da Instrução Normativa n. 3/1993, C. TST. Portanto, a gratuidade da justiça para a pessoa jurídica depende de prova inequívoca de sua condição de insuficiência financeira, sem comprometer a existência da sociedade. Acesso ao Poder Judiciário garantido, nos termos do art. 5º, LV, CF. Agravo a que se nega provimento. TRT/SP 15ª Região 0010828-44.2015.5.15.0048 AIRO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 4 maio 2017, p. 5324.
3. AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUSTIÇA GRATUITA. EMPRESA RECLAMADA. DESERÇÃO. Os benefícios da justiça gratuita, concedidos ao empregado hipossuficiente, podem ser estendidos à empregadora, desde que comprovado robustamente o estado de miserabilidade. Não havendo demonstração inequívoca da hipossuficiência, não há que ser deferido o benefício. TRT/SP 15ª Região 0011995-50.2015.5.15.0128 AIRO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 18 maio 2017, p. 7161.
4. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ORDINÁRIO DESERTO. CONHECIMENTO. INCIDÊNCIA DO ART. 932, INCISO III, DO CPC. Para que o agravo de instrumento seja conhecido, o agravante deve impugnar os fundamentos da decisão recorrida. No caso em apreço, o Juízo *a quo* considerou o recurso ordinário deserto, por ausência de recolhimento do depósito recursal e do pagamento das custas processuais; todavia, no presente agravo a parte não apresentou qualquer argumento abordando a deserção proferida. Assim, não há como conhecer o agravo de instrumento, nos termos do art. 932, inciso III, do CPC. Recurso da primeira reclamada não conhecido. TRT/SP 15ª Região 0012183-89.2015.5.15.0048 AIRO - Ac. PJe 11ª Câmara. Rel. João Batista Martins César. DEJT 1º jun. 2017, p. 33631.
5. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ORDINÁRIO. DESERÇÃO. DEPÓSITO RECURSAL. ISENÇÃO. PESSOA JURÍDICA. JUSTIÇA GRATUITA. ALCANCE. Os benefícios da justiça gratuita, quando deferidos ao empregador pessoa jurídica, não alcançam a isenção do recolhimento do depósito recursal direcionado à garantia do juízo de execução. Inaplicabilidade do art. 98, § 1º, inciso VIII, do CPC/2015. TRT/SP 15ª Região 0011615-20.2016.5.15.0022 AIRO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 25 maio 2017, p. 35673.
6. AGRAVO DE PETIÇÃO INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO NOVO CPC/2015. IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. RECURSO APRESENTADO POR ADVOGADO SEM PROCURAÇÃO NOS AUTOS. NÃO CONHECIMENTO DO APELO. Não se admite recurso interposto

por advogado sem procuração nos autos, hipótese em que não há que cogitar em concessão de prazo para juntada de instrumento de mandato em nome do i. causídico, pois o caso não se enquadra nas exceções previstas no art. 104 do NCPC, e também não se trata de irregularidade em procuração já constante dos autos. Inteligência da nova redação da Súmula n. 383 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0002264-53.2012.5.15.0122 AP - Ac. PJe 5ª Câmara. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DEJT 13 jun. 2017, p. 1921.

7. AGRAVO DE PETIÇÃO. ART. 475-J DO CPC (ART. 523, § 1º DO CPC/2015). INAPLICABILIDADE NO PROCESSO TRABALHISTA. O dispositivo legal aludido é inaplicável na Justiça do Trabalho, uma vez que a regra processual civil conflita com relação ao prazo e à cominação contida no art. 880 da CLT, atraindo a incompatibilidade entre os dispositivos legais, o que impossibilita a aplicação do sistema instituído no art. 475-J do CPC, atual art. 523 do NCPC, nos exatos termos do art. 769 do texto celetista. Não há omissão na CLT. Precedentes do C. TST. Agravo de petição da executada provido, no particular. TRT/SP 15ª Região 0000799-65.2013.5.15.0092 AP - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 11 maio 2017, p. 19806.

8. AGRAVO DE PETIÇÃO. CONHECIMENTO. PREPARO. MULTA. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. INEXIGIBILIDADE. O pagamento da multa aplicada por litigância de má-fé não constitui pressuposto recursal para conhecimento do recurso manejado pela parte. Aplicação da OJ n. 409 da SDI-1 do C. TST. FRAUDE À EXECUÇÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CARACTERIZAÇÃO. Caracterizada a fraude à execução, a alienação fiduciária não se sobrepõe ao crédito trabalhista, devendo ser declarada sua ineficácia frente às execuções trabalhistas em curso contra o empregador. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. NÃO CARACTERIZAÇÃO. EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO DE DEFESA. MULTA. EXCLUSÃO. Não caracteriza a litigância de má-fé a interposição de recursos, em observância ao princípio do regular exercício do direito de defesa. Aplicação do art. 5º, incisos LIV e LV, da CF/1988. CUSTAS PROCESSUAIS. VALOR DA CAUSA. FIXAÇÃO. A fixação do valor da causa deve levar em conta o aspecto financeiro que envolve a lide, não podendo ficar no livre arbítrio do Juiz. Aplicação do art. 292 do CPC/2015. TRT/SP 15ª Região 0011204-50.2015.5.15.0009 AP - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 25 maio 2017, p. 34756.

9. AGRAVO DE PETIÇÃO. EMBARGOS DE TERCEIRO. EMBARGANTE INCLUÍDA NA EXECUÇÃO. EXTINÇÃO DO FEITO. OFENSA AO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. Os embargos de terceiro tratam-se de remédio reservado à defesa possessória daqueles que, não sendo parte em um processo, sofrem turbação ou esbulho na posse de seus bens, por ato de constrição judicial (art. 674, *caput*, do novo CPC), contudo, ainda que a agravante tenha sido incluída na execução, há de se ponderar que a defesa do bem constrito pela agravante se fundamenta justamente na alegação de tratar-se de pessoa totalmente estranha à lide por não ter mantido qualquer tipo de relação com as reclamadas, muito menos, vínculo de natureza laboral com o reclamante. O fato de inexistir entendimento pacífico da jurisprudência ou a doutrina pátrias a respeito do remédio processual adequado para a defesa possessória nessa hipótese, impede que se possa considerar a existência de erro grosseiro na apresentação de embargos de terceiro. Sendo assim, extinguir o feito dos embargos de terceiro sem resolução do mérito, equivale a negar à ora agravante o direito de ampla defesa e do contraditório, e também do devido processo legal (art. 5º, LV e LVI, da CF), especialmente diante do fato de que a agravante impugnou a penhora de seu bem dentro do prazo para oposição dos embargos à execução. Sendo assim, em observância aos princípios da economia processual, instrumentalidade das formas, fungibilidade processual e, especialmente, da ampla defesa, recebo os embargos de terceiro como embargos à execução, determinando o retorno dos autos à Vara de origem para seu processamento. TRT/SP 15ª Região 0011618-18.2016.5.15.0137 AP - Ac. PJe 5ª Câmara. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DEJT 18 maio 2017, p. 12304.

10. AGRAVO DE PETIÇÃO. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO TRABALHISTA QUE SE INTERROMPE E, NÃO, SE EXTINGUE. COMPETÊNCIA TRABALHISTA PARA ULTIMAR A LIQUIDAÇÃO DO TÍTULO. EFEITOS. O deferimento da recuperação judicial e a decretação da falência têm como consequência jurídica a constituição do concurso universal de credores, em condições semelhantes, o qual tem competência exclusiva para promover os atos destinados à satisfação de todos os débitos da empresa em recuperação ou falida, inclusive os trabalhistas. Nesse cenário, a competência da Justiça do Trabalho se mantém até a apuração do

crédito devido, vale dizer, a liquidação do título trabalhista. Após, cabe ao credor trabalhista habilitá-lo no juízo universal, que processará a execução coletiva, sendo nesse sentido a jurisprudência do C. TST e do C. STJ, este último que sinaliza essa diretriz, inclusive, para o crédito que foi constituído posteriormente ao primitivo plano de recuperação homologado, sempre prestigiando o concurso universal (Conflito de Competência n. 144.761-SP, Segunda Seção, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, DJ 11.3.2016). Assim, nesta fase, não há por que se falar em desconsideração da personalidade jurídica e reconhecimento de grupo econômico, discussão esta que deverá ser trazida à baila no momento oportuno, se assim desejar o exequente, caso o crédito não seja saldado na recuperação judicial e a execução seja retomada nesta Especializada. Da mesma forma, também não se cogita de extinção da presente execução e arquivamento definitivo dos autos, como determinado pela origem, pois a execução somente pode ser extinta e os autos arquivados, por meio de sentença declaratória fundada nas hipóteses previstas no art. 924 do CPC, sendo nesse sentido o art. 2° do Provimento da CGJT n. 1/2012. Agravo provido, em parte. TRT/SP 15ª Região 0000561-80.2014.5.15.0037 AP - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. José Pedro de Camargo Rodrigues de Souza. DEJT 25 maio 2017, p. 20441.

11. AGRAVO DE PETIÇÃO. EXECUÇÃO. DESCUMPRIMENTO DE ACORDO HOMOLOGADO. INOBSERVÂNCIA DO PRAZO PARA DENUNCIAR O INADIMPLEMENTO. QUITAÇÃO DAS PARCELAS. PRESUNÇÃO RELATIVA. Pela disposição contida no inciso II do art. 924 do NCPC, uma das formas de se extinguir a execução é a satisfação da obrigação pelo devedor, concluindo-se, desta forma, que competia aos executados a prova da quitação da parcela, nos moldes do pactuado. Assim, em que pese a manifestação extemporânea do exequente acarretar a presunção relativa de quitação das parcelas da avença, poderá ser elidida por prova em contrário. Aqui não há que se falar em prazo peremptório, a ponto de ocasionar a preclusão temporal, obstando a satisfação do crédito exequendo. *In casu*, provado o cumprimento do acordo entabulado, a execução está exaurida. Recurso a que se nega provimento. TRT/SP 15ª Região 0010240-84.2014.5.15.0076 AP - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 4 maio 2017, p. 4860.

12. AGRAVO DE PETIÇÃO. EXECUÇÃO. PARCELAMENTO DA DÍVIDA, AUTORIZADO PELO MM. JUÍZO DE ORIGEM, NOS TERMOS DO ART. 745-A, § 2º, DO CPC DE 1973. QUITAÇÃO DO DÉBITO. PRETENSÃO, DO EXEQUENTE, DE RECEBIMENTO, TAMBÉM, DA MULTA PREVISTA NO ART. 475-J, DO CPC/1973 (ATUAL ART. 523, § 1º, do NCPC). IMPOSSIBILIDADE. Em se tratando de pagamento de dívida parcelada - inclusive com autorização judicial e legal - não há como se exigir que o pagamento ocorra na forma do revogado art. 475-J, do CPC/1973 (atual art. 523, § 1º, do NCPC), sob pena de incorrer-se em *bis in idem*. É que o § 2º do art. 745-A do CPC/1973, que foi utilizado como fundamento para referido acordo, também previa a incidência de multa de 10% sobre o débito exequendo, caso o parcelamento proposto não fosse honrado dentro do prazo - o que não é o caso dos autos, tendo em vista que a dívida foi, integralmente, paga. Não bastasse isso, deve ser ponderado que, uma vez que o parcelamento foi deferido e estava sendo honrado, não haveria como se falar em inadimplemento, este, sim, o pressuposto para a imposição da pretendida multa de 10%. A pretensão do exequente, de penalizar a executada que honrou, integralmente, o débito, inclusive com a incidência de juros de mora e atualização monetária sobre as parcelas pagas, beira à má-fé processual. Não podemos compactuar com o enriquecimento sem causa, especialmente porque, neste caso, a devedora, ora agravante, agiu de boa-fé, propondo o adimplemento da dívida dentro dos limites legais, e, não só: também amparada em decisão judicial, que deferiu o pagamento de forma parcelada. Além disso, ocorreu a preclusão legal para a pretensão do exequente já que, no tempo oportuno, não se insurgiu contra a determinação legal que autorizou referido parcelamento. Recurso provido. TRT/SP 15ª Região 0002272-62.2013.5.15.0003 AP - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 11 maio 2017, p. 1327.

13. AGRAVO DE PETIÇÃO. IMÓVEL ALIENADO ANTES DE A EXECUÇÃO SE VOLTAR CONTRA O SÓCIO. NÃO CONFIGURAÇÃO DE FRAUDE. A configuração da fraude à execução (CPC, art. 792) exige a prática do ato na pendência de um processo capaz de reduzir o devedor à insolvência. Nesse contexto, embora a análise da fraude seja objetiva, independendo mesmo da boa-fé do adquirente, não se pode apená-lo quando o negócio jurídico, consistente na aquisição do bem imóvel, ocorre à época em que o alienante ainda é estranho à execução, como na hipótese. O direcionamento posterior da execução contra os sócios, em razão da desconsideração da personalidade jurídica

da empresa, não tem efeito retroativo de modo a tornar ineficaz a alienação realizada com terceiro de boa-fé. TRT/SP 15ª Região 0010261-57.2015.5.15.0001 AP - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 11 maio 2017, p. 20143.
14. AGRAVO DE PETIÇÃO. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE MISERABILIDADE. INEXISTÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. INSTITUTOS COMPATÍVEIS. NÃO IMPEDIMENTO DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA GRATUIDADE. Nos termos das Leis n. 1.060, de 1950, e 7.115, de 1983, os benefícios da justiça gratuita são concedidos àqueles que, comprovadamente, não possam arcar com as despesas processuais sem comprometer a sua subsistência ou de sua família. Para tanto, faz-se mister declaração expressa do beneficiário ou requerimento do procurador legalmente constituído, porque a falsidade dessas declarações gera responsabilidade de ordem penal e civil. Tal situação foi trazida aos autos por documento hábil, que detém presunção de veracidade, até prova em contrário (art. 4º, § 1º, da Lei n. 1.060/1950). Salienta-se que a aplicação da pena por litigância de má-fé à reclamante não afasta o benefício da assistência judiciária gratuita, visto que não há previsão legal no sentido de serem incompatíveis os institutos. Provido. TRT/SP 15ª Região 0011515-81.2014.5.15.0104 AP - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 11 maio 2017, p. 21253.
15. AGRAVO DE PETIÇÃO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. ALTERAÇÃO DO JULGADO. INADMISSIBILIDADE. OFENSA À COISA JULGADA. Não se admite, em sede de liquidação de sentença, a alteração do título judicial exequendo, transitado em julgado, nem a discussão sobre matéria pertinente ao processo de cognição, sob pena de violação ao art. 5º, XXXVI, CF. Inteligência do § 1º do art. 879 da CLT. TRT/SP 15ª Região 0000984-60.2011.5.15.0129 AP - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 11 maio 2017, p. 19834.
16. AGRAVO DE PETIÇÃO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO TRABALHISTA. Na forma da uníssona jurisprudência do C. TST e C. STJ, a competência da Justiça do Trabalho permanece até a apuração do crédito devido, isto é, a liquidação do título; após, o juízo universal assume a competência exclusiva para promover os atos destinados à satisfação de todos os débitos da empresa em recuperação ou falida, inclusive os trabalhistas. Impõe-se, portanto, a suspensão da execução do título trabalhista até a respectiva solução no processo de recuperação judicial. Agravo provido, em parte. TRT/SP 15ª Região 0010438-08.2013.5.15.0028 AP - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. José Pedro de Camargo Rodrigues de Souza. DEJT 25 maio 2017, p. 22606.
17. AGRAVO DE PETIÇÃO. VENDA DE VEÍCULO, QUE SE ENCONTRAVA PENHORADO. REGISTRO DA PENHORA POSTERIOR À VENDA. BOA-FÉ DA ADQUIRENTE. O reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente (Súmula n. 375 do C. STJ). Constatado que a venda dos veículos se deu em 14.6.2016 e o registro da constrição judicial somente foi procedido em 10.8.2016, junto ao Detran, presume-se a boa-fé da adquirente. TRT/SP 15ª Região 0011978-13.2016.5.15.0020 AP - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 14 jun. 2017, p. 3169.

ALTA PREVIDENCIÁRIA

LIMBO JURÍDICO PREVIDENCIÁRIO-TRABALHISTA. EMPREGADO CONSIDERADO APTO PARA O TRABALHO PELO INSS E INAPTO PELA EMPRESA. IMPEDIMENTO DE RETORNO AO TRABALHO. Não se pode admitir que o empregado seja colocado no denominado “limbo jurídico previdenciário-trabalhista”, situação na qual não recebe o benefício previdenciário, tampouco os salários. Considerando o disposto no art. 4º da CLT e que o empregador é aquele que assume os riscos da atividade econômica (art. 2º, CLT), deve arcar com o pagamento dos salários do respectivo período de afastamento. TRT/SP 15ª Região 0012809-52.2015.5.15.0002 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. José Pitas. DEJT 25 maio 2017, p. 37014.

APOSENTADORIA

1. APOSENTADORIA COMPULSÓRIA. EXTINÇÃO OBRIGATÓRIA DO CONTRATO DE TRABALHO. MULTA DE 40% DO FGTS INDEVIDA. Na administração pública o administrador tem poderes

apenas e tão somente para atender aos comandos constitucionais e legais e, em tal sentido, dar o cumprimento fiel e exato aos seus deveres. Assim sendo e tendo em vista que a aposentadoria compulsória não decorre da vontade das partes, mas de um comando constitucional, contido no inciso I do § 1º do art. 40 da CF, que se aplica tanto aos servidores celetistas como estatutários, visto que inserido no Capítulo VII do Título II da Constituição Federal, não há falar em dispensa arbitrária ou sem justa causa, o que faz com que seja indevida multa de 40% do FGTS. TRT/SP 15ª Região 0010103-98.2016.5.15.0087 RO - Ac. PJe 11ª Câmara. Rel. Eder Sivers. DEJT 13 jun. 2017, p. 26978.

2. APOSENTADORIA COMPULSÓRIA. EXTINÇÃO OBRIGATÓRIA DO CONTRATO DE TRABALHO. MULTA DE 40% DO FGTS INDEVIDA. Na administração pública o administrador tem poderes apenas e tão somente para atender aos comandos constitucionais e legais e, em tal sentido, dar o cumprimento fiel e exato aos seus deveres. Assim sendo e tendo em vista que a aposentadoria compulsória não decorre da vontade das partes, mas de um comando constitucional, contido no inciso I do § 1º do art. 40 da CF, que se aplica tanto aos servidores celetistas como estatutários, visto que inserido no Capítulo VII do Título II da Constituição Federal, não há falar em dispensa arbitrária ou sem justa causa, o que faz com que seja indevida multa de 40% do FGTS. TRT/SP 15ª Região 0013242-88.2015.5.15.0056 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Hélio Grasselli. DEJT 25 maio 2017, p. 5651.

3. APOSENTADORIA ESPONTÂNEA. NÃO EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. A aposentadoria espontânea não implica necessariamente na extinção do contrato de trabalho. Logo, a dispensa do trabalhador aposentado deve ser considerada imotivada, ensejando o pagamento dos haveres rescisórios, inclusive aviso-prévio e multa de 40% sobre todos os recolhimentos do FGTS. Aplicação do entendimento do Supremo Tribunal Federal, no julgamento das ADIs n. 1.770 e 1.721, reconhecendo a inconstitucionalidade dos §§ 1º e 2º do art. 453 da CLT. TRT/SP 15ª Região 0011605-46.2016.5.15.0128 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 25 maio 2017, p. 28741.

4. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. PLANO DE APOIO À APOSENTADORIA - PAA. APOSENTADORIA ESPONTÂNEA. VERBAS RESCISÓRIAS E MULTA DE 40% DO FGTS. IMPOSSIBILIDADE. Trabalhador que aderiu aos termos do Plano de Apoio à Aposentadoria - PAA - instituído pela Caixa Econômica Federal - CEF - não faz jus ao recebimento das verbas rescisórias, muito menos à multa de 40% sobre depósitos no FGTS, tendo em vista a validade de suas cláusulas, assim como a transparência das reais intenções da ex-empregadora. Há de prevalecer, portanto, a ideia de que a ruptura do contrato de trabalho não se deu em face da aposentadoria do trabalhador, mas sim em virtude de seu livre e espontâneo interesse em aderir àquele programa, o qual previu, inclusive a título compensatório, indenização equivalente à soma de 5 remunerações pagas em dezembro/2014. TRT/SP 15ª Região 0012883-15.2015.5.15.0097 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Gerson Lacerda Pistori. DEJT 18 maio 2017, p. 25821.

5. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. DECISÃO DO STF. REPERCUSSÃO GERAL. Compete à Justiça Comum julgar os processos decorrentes de contrato de previdência complementar privada. Precedente do STF - RE 586456 - repercussão geral reconhecida. DIFERENÇAS SALARIAIS. INOBSERVÂNCIA DOS CRITÉRIOS DE PROMOÇÃO. PRESCRIÇÃO PARCIAL. Verificando-se que o pedido inicial versa sobre o direito a diferenças salariais decorrentes da inobservância dos critérios de promoção estabelecimentos no regulamento vigente à época da admissão do trabalhador, a prescrição aplicável é a parcial. Inteligência da Súmula n. 452 do TST. TRT/SP 15ª Região 0011815-54.2015.5.15.0089 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 4 maio 2017, p. 12138.

ASSÉDIO MORAL

1. ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO. IMPOSIÇÃO PARA QUE EMPREGADO RECUSE DESISTÊNCIA DO CONSUMIDOR EM RELAÇÃO A PRODUTO OU SERVIÇO OFERECIDO PELA EMPRESA. DANO CONFIGURADO. A imposição para que o empregado atenda

aos clientes da empresa por *telemarketing*, usando de meios exagerados para que não desistam de produto ou serviço, em detrimento de seus direitos de consumidor, a fim de que sejam atingidas metas, expõe o empregado a estresse e ambiente de trabalho nocivo. Configurado, pois, o assédio moral organizacional. TRT/SP 15ª Região 0011603-44.2014.5.15.0032 RO - Ac. PJe 5ª Câmara. Rel. Flavio Landi. DEJT 18 maio 2017, p. 12226.
2. ASSÉDIO MORAL. ÔNUS DA PROVA. FATOS CONSTITUTIVOS DO DIREITO. Para que se configure o assédio moral, é necessário que estejam presentes alguns requisitos, dentre eles e, mais importantes, a repetição da conduta e a intenção do ofensor, de verdadeira destruição do ofendido. Nesse sentido, a consequência marcante do assédio moral é o dano psíquico-emocional que traz prejuízos de ordem interna gravíssimos à pessoa do assediado. Por óbvio, que em muitas situações, o dano moral decorrente do assédio é presumido, em razão da difícil prova de suas consequências internas. Entretanto, deve haver nos autos, ao menos, prova da conduta do assediador e, que esta, dirigia-se exclusivamente à pessoa do assediado na intenção de causar-lhe danos graves de ordem interna. TRT/SP 15ª Região 0010171-43.2015.5.15.0100 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 11 maio 2017, p. 8625.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

1. AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO. ALTERAÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA POR NORMA COLETIVA OU ADESÃO AO PAT. APLICAÇÃO DA OJ-SDI1-413. Nos termos da OJ n. 413 da SDI-1 do TST, a pactuação em norma coletiva conferindo caráter indenizatório à verba "auxílio alimentação" ou a adesão posterior do empregador ao Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT - não altera a natureza salarial da parcela, instituída anteriormente para aqueles empregados que, habitualmente, já percebiam o benefício, a teor das Súmulas n. 51, I, e 241 do TST. TRT/SP 15ª Região 0011319-77.2016.5.15.0028 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Regiane Cecilia Lizi. DEJT 25 maio 2017, p. 35086.
2. AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO. INTEGRAÇÃO. MUNICÍPIO DE ANDRADINA. LEIS MUNICIPAIS N. 2.287/2006 E 2.291/2007. IMPOSSIBILIDADE. A concessão de auxílio alimentação aos servidores públicos, mesmo que reiterada, não se incorpora à remuneração se houver disposição legal em contrário, ainda que se trate de lei municipal. TRT/SP 15ª Região 0013086-03.2015.5.15.0056 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Gerson Lacerda Pistori. DEJT 4 maio 2017, p. 13254.
3. AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO. VALIDADE DA ESTIPULAÇÃO DA NATUREZA INDENIZATÓRIA ATRAVÉS DA LEI OU AJUSTE COLETIVO. As normas heterônomas e autônomas que instituem o benefício do auxílio alimentação ao trabalhador, devem ser observadas, inclusive, quanto à natureza jurídica que lhe for atribuída, não se podendo falar em invasão de competência, já que o contido no art. 22, inciso I, da Constituição Federal tem por finalidade, a proteção ao ordenamento jurídico que assegura direitos mínimos aos trabalhadores. Não se pode falar em invasão de competência legislativa para elaboração da norma que institui o auxílio alimentação e lhe confere natureza indenizatória, já que em nada se contrapõe ao previsto na Lei do Pat, inclusive, dando efetividade ao contido no art. 6º da Constituição Federal. Nesse sentido, não se pode dizer que a instituição de benefício, não previsto em lei, por mera liberalidade do empregador, seja público ou privado, culmine com reconhecimento judicial de natureza jurídica não emanada da vontade do instituidor. Recurso não provido. TRT/SP 15ª Região 0012001-69.2015.5.15.0027 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 1º jun. 2017, p. 10588.
4. NATUREZA JURÍDICA DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO. FILIAÇÃO AO PAT POSTERIOR À ADMISSÃO. O fato da reclamada ter se filiado ao Pat, não tem o condão de retirar a natureza salarial do auxílio alimentação, em relação aos empregados que foram contratados antes da filiação. TRT/SP 15ª Região 0011429-76.2016.5.15.0028 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 22 jun. 2017, p. 8881.
5. VALE ALIMENTAÇÃO. ADESÃO DA EMPRESA AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR - PAT. NATUREZA INDENIZATÓRIA. INTELIGÊNCIA DA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DA SBDI-1 N.133, DO COLENDO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. O vale alimentação, quando a empresa comprova sua adesão ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT),

possui natureza indenizatória, e não salarial. Portanto, não se integra ao salário do trabalhador, não havendo se falar em reflexos desta verba. Reforma-se. DANO MORAL. NR-31. SUPOSTAS CONDIÇÕES INSATISFATÓRIAS DO AMBIENTE DE TRABALHO, NO TOCANTE ÀS INSTALAÇÕES SANITÁRIAS. INDENIZAÇÃO INDEVIDA. As fotos juntadas ao processo, e que não foram desconstituídas por outros elementos dos autos, demonstram que as condições sanitárias eram adequadas. Ademais, esta Relatoria já relatou diversos votos em processos contra a reclamada, no bojo dos quais se constatou a existência de sanitários e refeitórios, em perfeitas condições de higiene e de utilização. A recorrida sempre tem demonstrado, na instrução de seus processos, que cumpre, cotidianamente, a Norma Regulamentadora 31 do Ministério do Trabalho e Emprego, e que não há, em suas dependências, qualquer trabalho em ambiente desprovido de condições básicas de higiene e segurança. Ou seja, mais uma vez restou evidente que existiam as instalações sanitárias e que estas tinham condições de uso. Registre-se, ademais, por importante, que não se pode banalizar o dano moral, sob o risco de que se torne uma indústria do enriquecimento sem causa. Mantém-se. PRÊMIOS. INTEGRAÇÃO E REFLEXOS. IMPROCEDÊNCIA. Os prêmios concedidos pela empregadora sem correspondência à força expendida ao trabalho executado pelo empregado, mas sim com sua produtividade, constituem-se em recompensa a aspecto qualificador da prestação do serviço, tratando-se de liberalidade do empregador e, como tal, não geram qualquer direito a integração e reflexos. Recurso provido. TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO. DEFINIÇÃO. Para que reste caracterizado o turno ininterrupto de revezamento, imperioso que o trabalhador labore sem interrupção no revezamento, nos três turnos: ora pela manhã, ora pela tarde, ora pela noite. É essa a sistemática de trabalho que a Constituição pretendeu atingir, reduzindo o desgaste do trabalhador, ao proporcionar-lhe jornada mais estreita de trabalho. Compulsando-se os autos, denota-se, das jornadas praticadas pelo obreiro, que não se verificou o que se entende por revezamento ininterrupto de turnos: trabalho em rodízio, constante, no turno da manhã, tarde e noite, uma vez que os turnos eram fixos, trocados a cada três meses. Logo, não sendo o caso de turnos ininterruptos de revezamento, não há que se falar em hora extra acima da 6ª hora diária ou 36ª semanal. Reforma-se. TRT/SP 15ª Região 0010253-33.2016.5.15.0070 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 11 maio 2017, p. 1781.

BANCÁRIO

1. BANCÁRIO EXECUTIVO. SÚMULA N. 102, VI, DO TST. ENQUADRAMENTO NO ART. 224, *CAPUT*, DA CLT. Nos termos do item VI da Súmula n. 102 do TST, o "caixa bancário, ainda que caixa executivo, não exerce cargo de confiança. Se perceber gratificação igual ou superior a um terço do salário do posto efetivo, essa remunera apenas a maior responsabilidade do cargo e não as duas horas extraordinárias além da sexta". Trata-se de remunerando pela maior responsabilidade das atividades exercidas, contudo, eminentemente burocráticas, sem qualquer traço de fidúcia ou poderes diferenciados. TRT/SP 15ª Região 0010526-63.2013.5.15.0087 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. José Pitas. DEJT 25 maio 2017, p. 33185.
2. BANCÁRIO. CARGO DE CONFIANÇA. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - ART. 224, § 2º, DA CLT - DIVERSA DA DO ART. 62 DA CLT. DESNECESSIDADE, PARA SUA CARACTERIZAÇÃO, DE EXISTÊNCIA DE SUBORDINADOS OU PROVA DE PODERES PARA CONTRATAR E DEMITIR. NECESSÁRIA, SOMENTE, A DEMONSTRAÇÃO DE MAIOR GRAU DE FIDÚCIA E RECEBIMENTO DE GRATIFICAÇÃO SUPERIOR A 1/3 DO SALÁRIO EFETIVO. A exceção prevista no art. 224, § 2º, da CLT, não é tão restrita quanto a do art. 62 do mesmo estatuto. Assim, temos que os **cargos de confiança** previstos no art. 224, § 2º, da CLT, podem caracterizar-se por: assinaturas autorizadas, valores de alçada, distribuição, fiscalização, coordenação ou supervisão de outras atividades bancárias, controle (ainda que secundário) de horário e ausências de funcionários, responsabilidade pela abertura ou fechamento de agências, acesso às chaves do cofre, senhas de acesso restrito, acesso a dados cadastrais e até mesmo pela percepção de gratificação de função superior a um terço de seu salário efetivo **sem** a necessidade de que todas essas atribuições se verifiquem **cumulativamente**. Mantém-se. CORREÇÃO MONETÁRIA DOS DÉBITOS

TRABALHISTAS. INCABÍVEL A APLICAÇÃO DO IPCA-E. MANTIDA A ATUALIZAÇÃO PELA TRD (TAXA REFERENCIAL DIÁRIA), FUNDADA NO ART. 39 DA LEI N. 8.177/1991. Liminar do Supremo Tribunal Federal (na Reclamação n. 22012) estabelece que não há amparo legal para a utilização do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E, aos créditos trabalhistas. Recurso provido, para determinar a aplicação da TRD - Taxa Referencial Diária - baseada no art. 39 da Lei n. 8.177/1991 e Súmula n. 381 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0010040-25.2013.5.15.0137 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 11 maio 2017, p. 1419.

3. BANCÁRIO. EXERCÍCIO DE CARGO DE CONFIANÇA. NÃO COMPROVAÇÃO. PAGAMENTO, COMO EXTRAS, DAS HORAS LABORADAS ALÉM DA 6ª DIÁRIA E 30ª SEMANAL. CABIMENTO. Tratando-se de demanda que envolve o exercício de cargo de confiança do bancário, tem aplicação o teor da Súmula n. 102, I, do TST, segundo a qual, a configuração, ou não, do exercício da função de confiança a que se refere o art. 224, § 2º, da CLT, dependente da prova das reais atribuições do empregado. Não comprovado que o bancário era detentor de fidúcia diferenciada, não se justifica seu enquadramento na exceção do art. 224, § 2º, da CLT, sendo de rigor o reconhecimento da jornada reduzida prevista no *caput* do referido preceito celetista. DIVISOR DO BANCÁRIO. INCIDENTE DE RECURSO REPETITIVO N. 0000849-83.2013.5.03.0138. O C. TST, em decisão proferida nos autos do Incidente de Recurso Repetitivo n. 0000849-83.2013.5.03.0138, decidiu que os divisores aplicáveis aos bancários são definidos com base na regra prevista no art. 64 da CLT, sendo 180 e 220, para a jornada de seis e oito horas, respectivamente. TRT/SP 15ª Região 0010279-20.2015.5.15.0085 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 25 maio 2017, p. 32408.

4. BANCÁRIO. HORAS EXTRAS. NORMA COLETIVA. SÁBADO NÃO TRABALHADO. DIVISOR APLICÁVEL. A questão relativa ao divisor aplicável aos bancários, no caso da existência de previsão coletiva estipulando a repercussão das horas extras sobre o sábado, foi objeto de análise no Incidente de Recursos de Revista Repetitivos, nos autos do processo IRR-849-83.2013.5.03.0138, que tramitou na Colenda Suprema Corte Trabalhista. Através de decisão, de caráter vinculante, prolatada no dia 21.11.2016, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais daquela Corte estabeleceu que a inclusão do sábado como dia de repouso semanal remunerado, no caso do bancário, não altera o divisor a ser aplicado para cálculo das horas extras, o qual é definido com base na regra geral prevista no art. 64 da CLT, sendo 180 e 220, para as jornadas normais de seis e oito horas. Deste modo, considerando-se que a reclamante estava submetida a uma jornada diária de seis horas, deve ser adotado o divisor 180. Recurso patronal provido no aspecto. TRT/SP 15ª Região 0010103-06.2016.5.15.0150 RO - Ac. PJe 5ª Câmara. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DEJT 18 maio 2017, p. 7999.

BANCO DE HORAS

COMPENSAÇÃO DE JORNADA. BANCO DE HORAS. PREVISÃO EM AJUSTE COLETIVO. VALIDADE. O regime de compensação da jornada de trabalho, através do sistema denominado banco de horas, é válido desde que previsto em instrumento normativo, tendo em vista o disposto no art. 59, § 2º, da CLT e a previsão constitucional estampada no art. 7º, inciso XIII. TRT/SP 15ª Região 0010483-77.2015.5.15.0113 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 11 maio 2017, p. 9188.

BEM DE FAMÍLIA

IMPENHORABILIDADE. BEM DE FAMÍLIA. PROVA. Deve ser acolhida a arguição de impenhorabilidade de imóvel quando o executado demonstra o seu enquadramento como sendo "bem de família", na definição que emerge da Lei n. 8.009/1990, comprovando que o referido bem é seu único imóvel e lhe serve de residência. TRT/SP 15ª Região 0010165-04.2017.5.15.0088 AP - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 11 maio 2017, p. 21991.

CERCEAMENTO DE DEFESA

1. CERCEAMENTO DE DEFESA. ATRASO ÍNFIMO DO RECLAMADO À AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO. REVELIA. NULIDADE CONFIGURADA. Consoante dispõe a OJ n. 245 da SBDI-1 do C. TST, inexiste previsão legal tolerando atraso no horário de comparecimento da parte na audiência. No entanto, a depender do caso concreto, deve-se atentar para a instrumentalidade do processo para atender o disposto no inciso LV do art. 5º da CF, tolerando-se o atraso ínfimo e razoável da parte pelo Juiz do Trabalho, sob pena de violação ao direito ao contraditório e a ampla defesa. Assim, configura cerceamento de defesa a aplicação da confissão *ficta* ao reclamado, por ter comparecido à audiência com atraso de 3 minutos, quando ausente prejuízo para o andamento da audiência ou para a realização dos atos processuais por qualquer uma das partes. Preliminar acolhida. TRT/SP 15ª Região 0010401-31.2016.5.15.0139 RO - Ac. PJe 5ª Câmara. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DEJT 18 maio 2017, p. 9126.

2. CERCEAMENTO DE DEFESA. FATOS INCONTROVERSOS. Quando os fatos são resolvidos apenas no âmbito do direito aplicável, no caso, reconhecimento de prescrição, não existe cerceamento de defesa no indeferimento de adiamento para provas orais ulteriores. Recurso não provido. TRT/SP 15ª Região 0011390-07.2015.5.15.0031 ROPS - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 1º jun. 2017, p. 9855.

3. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO CARACTERIZAÇÃO. JUNTADA DE DOCUMENTOS APÓS ENCERRADA A FASE INSTRUTÓRIA. AUSÊNCIA DE VISTA À PARTE CONTRÁRIA. Não há se falar em cerceamento de defesa nos termos pretendidos pela reclamada. Os documentos juntados pela reclamante, após o encerramento da instrução, não foram utilizados como razões de decidir pelo primeiro grau, de modo que a recorrente não experimentou qualquer prejuízo processual. Preliminar arguida pela ré afastada. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO CARACTERIZADA. FIXAÇÃO DO PENSIONAMENTO MENSAL POR 120 MESES. EFEITO DEVOLUTIVO. A ré alega negativa de prestação jurisdicional, vez que o MM. Juízo *a quo* não fundamentou as razões pelas quais fixou o período de 120 meses de pensão mensal a título de indenização por danos materiais. O juízo fundamentou que para fixar a pensão mensal "o art. 950 do CC exige tão só a incapacidade para as tarefas anteriores". Considerando o efeito devolutivo da matéria debatida em recurso ordinário (art. 1.013 do CPC), nenhum prejuízo processual existiu, pois as questões levantadas são passíveis de novo exame nesta instância recursal. Preliminar rejeitada. NULIDADE DA DISPENSA. ATO DISCRIMINATÓRIO. DIAGNÓSTICO DE NEOPLASIA MAMÁRIA. CONHECIMENTO DO SETOR MÉDICO DA EMPRESA. CIÊNCIA DO EMPREGADOR. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. É do empregador o ônus de provar que não tinha ciência da doença ou da existência de outros motivos lícitos para a prática de rescisão unilateral do contrato (Súmula n. 443 do C. TST). No caso, os exames médicos e o histórico de saúde da obreira revelaram que o câncer de mama era preexistente à dispensa e de conhecimento da reclamada. A ré não comprovou a alegação de que os documentos apresentados pela trabalhadora ficaram restritos ao conhecimento do departamento médico da empresa. Nada obstante, certamente o setor médico se insere na gestão organizacional, o que não afasta a ciência do fato *in casu* pelo empregador. A presunção de dispensa discriminatória não foi afastada e autora faz jus, portanto, à reintegração, com fulcro nos arts. 3º, IV, da Constituição Federal, 3º da Lei n. 9.029. Outrossim, o *caput* do art. 4º da Lei n. 9.029/1995 é explícito ao definir que, além da reintegração, é devida reparação pelos danos morais. Sopesando as peculiaridades do caso, como o fato de que a dispensa ocorreu logo após realizado o exame de biópsia na reclamante, bem como a capacidade econômica das partes, os aspectos punitivo, preventivo e reparatório e os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, mantenho o importe fixado no primeiro grau, R$ 50.000,00. Negado provimento ao recurso da ré neste ponto. DOENÇA OCUPACIONAL. NEXO CONCAUSAL. SÍNDROME DO TÚNEL DO CARPO. DANOS MORAIS E MATERIAIS. Preenchidos os pressupostos da responsabilidade civil da ré, mormente considerando o nexo concausal constatado pela perícia médica entre a patologia que acomete a obreira e as atividades exercida na reclamada, deve ser mantida a indenização por danos morais arbitrada em R$ 35.000,00. Quanto à indenização por danos materiais, a r. sentença fixou a pensão mensal, no importe de 30% da remuneração média auferida pela autora, por 120 meses. Considerando a

perda de capacidade parcial e temporária verificada pelo *expert*, a pensão mensal deve ser paga enquanto perdurar a incapacidade (art. 505, inciso I, do CPC). Recurso da reclamada parcialmente provido. TRT/SP 15ª Região 0010836-46.2014.5.15.0051 RO - Ac. PJe 4ª Câmara. Rel. Eleonora Bordini Coca. DEJT 25 maio 2017, p. 10500.
4. CERCEAMENTO DE DEFESA. REDESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO RECLAMANTE. CONFISSÃO *FICTA* INCABÍVEL. A confissão *ficta* deve ser aplicada apenas à parte que, intimada pessoalmente com essa cominação, não comparece à audiência em que deveria prestar depoimento (inteligência da Súmula n. 74, I, do C. TST). Não deve incidir na hipótese em que apenas o advogado da parte foi notificado da redesignação da audiência. TRT/SP 15ª Região 0010879-03.2015.5.15.0130 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 25 maio 2017, p. 24800.
5. INDEFERIMENTO DE PRODUÇÃO DE PROVA. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. Não se pode olvidar que o juiz é quem dirige o processo podendo indeferir as provas que entender desnecessárias, bem como, analisá-las livremente. Entretanto, deverá indicar os motivos que lhe convenceram. Nesse sentido, no indeferimento da prova, o julgador tem que observar, não somente o seu convencimento pessoal, mas, sim, se na Instância superior haverá elementos suficientes à análise dos fatos narrados pelas partes nos autos, sob pena de verdadeiro cerceio do direito de defesa. Tal imposição, decorre dos fatos componentes da causa de pedir, pois vinculam o julgador, devendo dar às partes a oportunidade de produzir as provas efetivamente necessárias, que serão objeto de livre apreciação, sob pena de violação ao princípio dispositivo. TRT/SP 15ª Região 0010413-33.2015.5.15.0025 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 11 maio 2017, p. 9112.

CESTA BÁSICA

CESTA BÁSICA. MUNICÍPIO DE ÁLVARES FLORENCE. NULIDADE DO CONTRATO QUE SUBSTITUIU O BENEFÍCIO PELO CARTÃO "VISA VALE", POR AFRONTA À LEI DE LICITAÇÕES. CIRCUNSTÂNCIA QUE NÃO PREJUDICA O RECONHECIMENTO DO DIREITO AO BENEFÍCIO, PREVISTO EM LEI MUNICIPAL ANTERIOR (N. 1.202/1997). O reconhecimento da ilegalidade da contratação de empresa Companhia Brasileira de Soluções e Serviços Ltda. para o fornecimento do cartão "visa vale", em substituição à cesta básica prevista pela Lei Municipal n. 1.202/1997, não atinge o direito ao benefício, razão pela qual o Município de Álvares Florence deve cumprir o que dispõe a legislação municipal a respeito, que não foi revogada pela Lei n. 1.499/2008. TRT/SP 15ª Região 0010900-94.2015.5.15.0027 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Larissa Carotta Martins da Silva Scarabelim. DEJT 22 jun. 2017, p. 7837.

CIPA

1. CIPEIRO. GARANTIA DE EMPREGO. SUCESSÃO DE EMPRESAS. CONTINUIDADE DA ATIVIDADE EMPRESARIAL. CABIMENTO. Caracterizada a sucessão trabalhista, em razão da incorporação da ex-empregadora, com continuidade do processo produtivo e funcionamento do estabelecimento onde o reclamante prestava serviços, tem-se por injustificada a dispensa do trabalhador cipeiro, fazendo jus à garantia provisória de emprego prevista no art. 10, II, "a", da ADCT. TRT/SP 15ª Região 0012689-49.2015.5.15.0021 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 11 maio 2017, p. 26580.
2. COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES. ART. 10, INCISO II, ALÍNEA "A", DO ADCT. MEMBRO SUPLENTE. SÚMULA N. 339 DO C. TST. GARANTIA DE EMPREGO ASSEGURADA. Os empregados eleitos para exercer cargos de direção de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes têm garantido o emprego do "registro de sua candidatura até um ano após o final do seu mandato", consoante dispõe o art. 10, inciso II, alínea "a", do ADCT. É importante destacar que o direito em apreço não é somente assegurado aos membros titulares eleitos como também aos suplentes eleitos, a teor dos ditames expressos na Súmula n. 339 do C. TST. No presente feito, a reclamada, mesmo tendo ciência do direito do trabalhador, membro suplente eleito

da Cipa, o transferiu, de ofício, para outra empresa do grupo econômico, e, após alguns meses o obreiro teve o seu contrato rescindido. Por configurar fraude à legislação trabalhista, o autor teve, por entendimento exarado pelo Juízo *a quo*, assegurada a garantia de emprego por um ano após o final de seu mandato na Cipa, nos moldes da legislação em vigor. Recurso da reclamada não provido. TRT/SP 15ª Região 0010066-07.2014.5.15.0131 RO - Ac. PJe 11ª Câmara. Rel. João Batista Martins César. DEJT 22 jun. 2017, p. 34860.

COISA JULGADA

COISA JULGADA. AÇÃO PLÚRIMA OU INDIVIDUAL MOVIDA POR SINDICATO, COMO SUBSTITUTO PROCESSUAL. A ação coletiva para a tutela de direitos individuais homogêneos visa a tutela abstrata de uma pluralidade despersonalizada de pessoas, ao contrário do que ocorreu na ação anterior, movida pelo sindicato, na qualidade de substituto processual, no bojo da qual este, ao individualizar os substituídos, visou a defesa de interesses concretos de uma pluralidade de pessoas perfeitamente individualizadas (ação plúrima na verdade). Aquela (a coletiva) leva à prolação de uma sentença genérica; esta, a uma decisão com efeitos concretos. Caso favorável a decisão plúrima proferida na ação movida pelo sindicato, não haveria como estender seus efeitos a trabalhadores que não tivessem sido incluídos no polo passivo. Isso porque não se trata de típica ação coletiva, mas sim de ação plúrima, ou mesmo individual, movida por substituto processual. Inaplicável, assim, ao caso, o disposto no art. 104 do Código de Defesa do Consumidor. Transitada em julgado a ação anterior e novamente proposta, deve ser acolhida a preliminar de coisa julgada, com resolução da demanda, sem solução de mérito, quanto aos pontos já tratados naquela ação, nos termos do art. 485, V, do Novo Código de Processo Civil. TRT/SP 15ª Região 0012674-72.2015.5.15.0056 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 11 maio 2017, p. 5598.

COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA. ART. 625-E DA CLT. TERMO DE CONCILIAÇÃO. QUITAÇÃO AMPLA E GERAL. INVALIDADE. A legislação em vigor (arts. 625-A e seguintes da CLT), que trata das Comissões de Conciliação Prévia, autoriza a conciliação entre o trabalhador e o empregador, com a participação do sindicato da categoria, no que se refere às demandas trabalhistas, cujo acordo será considerado título executivo extrajudicial. No presente caso, o reclamante postulou, perante a Comissão de Conciliação Prévia Trabalhista de São José do Rio Preto, verbas trabalhistas, tendo o acordo celebrado pelas partes abrangido parcela dos pedidos, bem como registrado que o "empregado dá ao empregador a mais ampla e geral quitação para nada mais vir a reclamar". Em respeito ao princípio do acesso à Justiça, previsto no inciso XXXV do art. 5º da Constituição da República ("a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito"), não há, diante dos fatos e da legislação em vigor, como validar tal acordo, haja vista que é direito do reclamante requerer, perante o Poder Judiciário, qualquer verba trabalhista não adimplida pela empregadora. Recurso da primeira reclamada não provido. TRT/SP 15ª Região 0012261-79.2015.5.15.0017 RO - Ac. PJe 11ª Câmara. Rel. João Batista Martins César. DEJT 1º jun. 2017, p. 33681.

COMPETÊNCIA

1. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO EM RAZÃO DO LUGAR. ART. 651 DA CLT. AÇÃO AJUIZADA NO DOMICÍLIO DO RECLAMANTE. PRINCÍPIO DO ACESSO AO PODER JUDICIÁRIO. PREVALÊNCIA. Nos termos do art. 651 da CLT, a competência das Varas do Trabalho é determinada pela localidade onde o trabalhador presta serviços ao empregador. Entretanto, em exceção, caso resida em local diverso, há possibilidade de apresentar a ação em seu domicílio, tornando-se a Vara do Trabalho situada mais próxima a competente para apreciar e julgar a demanda trabalhista.

Nessa situação, prevalece o princípio do acesso ao Poder Judiciário, o qual deve ser considerado para análise da questão posta em discussão. No presente caso, o reclamante prestou serviços na cidade de São João Itaperiú/SC, e interpôs a reclamação trabalhista no local que reside, em Jundiaí/SP. Por não ter a reclamada produzido qualquer prova de prejuízo que pudesse justificar o deslocamento da competência para a Justiça do Trabalho de Santa Catarina, e por valorização do princípio constitucional de acesso à Justiça, entendo que a 1ª Vara do Trabalho de Jundiaí é competente para apreciar e julgar os pedidos elencados na reclamação trabalhista. Incidência do art. 5º, inciso XXXV, da Constituição da República. Recurso do reclamante provido. TRT/SP 15ª Região 0011355-03.2016.5.15.0002 RO - Ac. PJe 11ª Câmara. Rel. João Batista Martins César. DEJT 22 jun. 2017, p. 36063.

2. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. MANUTENÇÃO DO PLANO DE SAÚDE. OBRIGAÇÃO ORIUNDA DO CONTRATO DE TRABALHO. Versando a ação sobre alteração das regras do plano de saúde, cuja adesão ocorreu no curso e em função do pacto laboral, cabe à Justiça do Trabalho processar e julgar a lide, nos moldes preconizados no art. 114 da CF. TRT/SP 15ª Região 0012374-63.2016.5.15.0028 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 4 maio 2017, p. 12988.

3. COMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO. CONTRATAÇÃO SEM CONCURSO PÚBLICO, ANTES DO ADVENTO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. CONTRATO VÁLIDO SOB O REGIME CELETISTA. Denota-se que a reclamante ingressou no serviço público nos cinco anos que antecederam a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, vale dizer, entre 6.10.1983 e 5.10.1988, não sendo estável ou efetiva, porém, lhe é reconhecida a regularidade da admissão, pois efetivada sob o pálio da Constituição Federal de 1967, que não elegia o concurso como única forma de ingresso no serviço público. Nesse contexto, o Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) n. 906.491, de relatoria do Min. **Teori Zavascki**, a nível de Repercussão Geral, estabeleceu "ser da competência da Justiça do Trabalho processar e julgar demandas visando obter prestações de natureza trabalhista, ajuizadas contra órgãos da Administração Pública por servidores que ingressarem em seus quadros, sem concurso público, antes do advento da CF/1988, sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT". Dessa forma, caracterizado o vínculo celetista válido em razão da investidura da reclamante antes da Constituição Federal de 1988, promana a competência desta Justiça Especializada. Reforma-se. TRT/SP 15ª Região 0010016-88.2016.5.15.0008 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 8 jun. 2017, p. 1021.

4. COMPETÊNCIA MATERIAL. MUNICÍPIO. REGIME CELETISTA. Comprovado que o município celebrou com o obreiro contrato de trabalho regido pela CLT, inafastável o reconhecimento da competência da Justiça do Trabalho. TRT/SP 15ª Região 0012008-22.2015.5.15.0040 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 11 maio 2017, p. 11842.

5. COMPETÊNCIA TERRITORIAL. ACESSO À JUSTIÇA. As regras de atribuição de competência territorial se destinam precipuamente à distribuição racional de processos entre os órgãos jurisdicionais de mesma competência material e funcional. Bem por isso, trata-se de critério relativo, passível de prorrogação. Destinam-se, por outro turno, a assegurar o acesso à justiça, facilitando não somente ao destinatário do direito de ação que promova o ajuizamento como possa desenvolver suas provas. No caso de empregador que promova realização de serviços em diversas localidades, é faculdade do empregado decidir aquela em que irá promover a ação, especialmente se fica evidenciado que o local de trabalho é distante do domicílio do trabalhador. TRT/SP 15ª Região 0010129-62.2016.5.15.0066 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Carlos Eduardo Oliveira Dias. DEJT 13 jun. 2017, p. 14483.

6. COMPETÊNCIA. LIDE TRABALHISTA SERVIDOR PÚBLICO. REGIME CELETISTA. Tratando-se de lide trabalhista promovida por servidor público admitido pelo regime celetista, a competência desta Justiça Especializada para processar e julgar o feito encontra amparo no art. 114 da CF/1988. EMPREGADO PÚBLICO. APOSENTADORIA ESPONTÂNEA. RESCISÃO CONTRATUAL. REINTEGRAÇÃO. CABIMENTO. A aposentadoria previdenciária constitui um benefício e o direito a ela decorre da relação do segurado com o Sistema Geral de Previdência e o Instituto Nacional de Seguridade Social, sem provocar a extinção da relação de emprego. Empregado público detentor

da estabilidade prevista no art. 41 da Constituição Federal, nos moldes previstos na Súmula n. 390, item I, do C. TST faz jus à unicidade contratual e reintegração ao emprego. Precedentes do STF e TST. TRT/SP 15ª Região 0011155-78.2016.5.15.0104 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 25 maio 2017, p. 34694.

COMPETÊNCIA TERRITORIAL

INCOMPETÊNCIA EM RAZÃO DO LUGAR. ART. 651 DA CLT. NÃO CONFIGURAÇÃO. O art. 651 da CLT deve ser interpretado à luz do princípio constitucional que garante o amplo acesso à Justiça - art. 5º, inc. XXXV, da CF -, sendo possível a aplicação da hipótese excepcionada no § 1º do aludido preceito legal, que atribui competência à Vara do Trabalho do domicílio do reclamante, na impossibilidade do ajuizamento da reclamação trabalhista no foro da celebração do contrato ou da prestação dos serviços. TRT/SP 15ª Região 0010341-16.2016.5.15.0056 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 11 maio 2017, p. 23363.

CONFLITO DE COMPETÊNCIA

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA EM RAZÃO DO LUGAR. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. AJUIZAMENTO NO LOCAL DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO E DOMICÍLIO DO EMPREGADO. POSSIBILIDADE. ART. 651, § 3º, DA CLT. Consoante o art. 651, § 3º, da CLT, em se tratando de empregador que promova realização de atividades fora do lugar do contrato de trabalho, é assegurado ao empregado apresentar reclamação no foro da celebração do contrato ou no da prestação dos respectivos serviços. Na legislação trabalhista, ao contrário do direito comum, que privilegia o domicílio do réu, concedeu-se preferência ao Juízo da localidade que seja mais acessível ao trabalhador de realizar a prova de suas pretensões. Trata-se de critério que se inscreve entre as normas protetivas ao empregado, princípio basilar do Direito do Trabalho. Estabelecida a contratação do trabalhador em Guanambi/BA, não há que cogitar de remessa dos autos à Vara do Trabalho de Rio Brilhante/MS, ao fundamento de que no referido local ocorreu a prestação de serviços. TRT/SP 15ª Região 0010435-45.2016.5.15.0126 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Hélio Grasselli. DEJT 22 jun 2017, p. 1509.

CONTRARRAZÕES

PEDIDO DE REFORMA EM CONTRARRAZÕES. NÃO CABIMENTO. Não há como se apreciar pedido de reforma do julgado formulado em contrarrazões, meio processual inadequado para tanto, porque a forma de manifestar irresignação quanto à sentença é por meio da interposição de recurso ordinário ou adesivo. TRT/SP 15ª Região 0012814-57.2015.5.15.0137 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 25 maio 2017, p. 31321.

CONTRATAÇÃO

1. CONTRATAÇÃO POR INTERMÉDIO DE COOPERATIVA DE SERVIÇOS. RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO DIRETO COM O TOMADOR. Comprovado labor em função inserida na atividade fim do tomador de serviços, com as características inerentes à relação de emprego, afasta-se o cooperativismo para reconhecer o vínculo de emprego direto com o beneficiário da prestação de serviços. No direito do trabalho, incide o princípio da primazia da realidade, que autoriza a aplicação do art. 9º da CLT, sempre que constatada a fraude ou desvirtuamento da legislação trabalhista. TRT/SP 15ª Região 0010759-61.2016.5.15.0085 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 27854.
2. CONTRATAÇÃO SEM CONCURSO PÚBLICO. SÚMULA N. 363 DO TST. Com o advento da Constituição da República de 1988, a contratação de trabalhadores por entes públicos exige a prévia aprovação em concurso público, conforme art. 37 da Constituição Federal. Constatada

essa irregularidade na contratação, o contrato de trabalho será declarado nulo, sendo devido ao trabalhador apenas o direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitando o valor da hora do salário-mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS, nos termos da Súmula n. 363 do TST. TRT/SP 15ª Região RO-0010490-03.2016.5.15.0059 - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 1 jun. 2017, p. 7918.
3. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ENTE PÚBLICO. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. A contratação temporária de trabalho, na forma do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, tem natureza jurídico-administrativa, pois não há, entre o servidor temporário e a Administração Pública, vinculação a cargo ou emprego público. Conforme entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, esta Justiça Especializada não possui competência material para julgar a presente demanda. TRT/SP 15ª Região 0010331-87.2016.5.15.0147 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 22 jun. 2017, p. 6491.

CONTRATO

1. ART. 389 DA CLT. ESPAÇO DESTINADO À AMAMENTAÇÃO. INEXISTÊNCIA. EMBARAÇO À CONTINUIDADE DO PACTO LABORAL. FALTA GRAVE DO EMPREGADOR. RESCISÃO INDIRETA DO CONTRATO DE TRABALHO. Consoante o disposto no art. 389 da CLT, os estabelecimentos a que alude o § 1º do referido dispositivo legal estão obrigados a oferecer às suas empregadas local apropriado à guarda e à assistência de seus filhos no período da amamentação, exigência que pode ser suprida diante da existência de vagas em creches, ainda que por meio de convênios, na forma do § 2º do mesmo artigo. O descumprimento da referida obrigação legal, de forma a inviabilizar a amamentação da criança lactente, importa, em última análise, a obstrução da continuidade do próprio contrato de trabalho, o que configura rescisão indireta. No caso dos autos, a reclamada, além de não disponibilizar espaço adequado para amamentação dos filhos de suas empregadas, não lhes pagava auxílio creche. Além disso, negou solicitação da reclamante de alteração de sua escala de trabalho, impedindo, assim, a sequência do pacto laboral, o que caracterizou a rescisão indireta do contrato de trabalho. Recurso do empregador não provido. TRT/SP 15ª Região 0010088-95.2015.5.15.0045 ROPS - Ac. PJe 4ª Câmara. Rel. Eleonora Bordini Coca. DEJT 25 maio 2017, p. 8266.
2. CONTRATO CELEBRADO COM EMPRESA PROMOTORA DE SERVIÇOS BANCÁRIOS SECUNDÁRIOS. PRETENSÃO OBREIRA DE EQUIPARAÇÃO À CATEGORIA DOS BANCÁRIOS. IMPOSSIBILIDADE. Os promotores de produtos e serviços relacionados à atividade bancária nada mais são do que uma ponte de ligação entre o banco e os seus clientes. Sendo assim, responsabilizam-se apenas pela execução operacional de algumas atividades, como receber propostas de financiamentos e análise de cadastro, mas sempre com funções de mediação. Portanto, uma vez que não desempenham atividades típicas dos bancários, inviável a sua equiparação aos trabalhadores desta categoria. Recurso do reclamante não provido. TRT/SP 15ª Região 0010677-29.2015.5.15.0032 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 11 maio 2017, p. 2777.
3. CONTRATO DE FRANQUIA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA/SOLIDÁRIA DO FRANQUEADOR. IMPOSSIBILIDADE. Tratando-se de contrato de franquia típico, firmado e mantido nos moldes da Lei n. 8.955/1994, não há que se falar em responsabilidade do franqueador pelas parcelas trabalhistas não pagas pelo franqueado, uma vez que não se trata de terceirização de serviços, mas de relação meramente comercial entre as empresas num autêntico contrato de colaboração. A franqueada explorou a atividade econômica de forma autônoma e independente, contratando os seus próprios empregados para realizar o trabalho, o que afasta a possibilidade de aplicação da Súmula n. 331 do C. TST ao caso concreto. TRT/SP 15ª Região 0011461-85.2014.5.15.0114 RO - Ac. PJe 11ª Câmara. Rel. Antonio Francisco Montanagna. DEJT 13 jun. 2017, p. 30485.
4. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE. VEÍCULO DIRIGIDO POR TERCEIRA PESSOA. ÔNIBUS RURAL DE PROPRIEDADE DA OBREIRA. PEDIDO DE VÍNCULO DE EMPREGO COMO MOTORISTA. INEXISTÊNCIA DE PESSOALIDADE E SUBORDINAÇÃO. No caso em testilha, configurado está um autêntico contrato de prestação de serviço, a teor da

documentação encartada aos autos, bem como da prova testemunhal produzida. A obreira alegou que dirigia o ônibus que levava a turma para a lavoura de cana-de-açúcar; porém, a instrução processual demonstrou que ela não exercia esse mister (sequer tendo Carteira de Trabalho para tanto), tendo contratado um motorista para fazer esse serviço. Contudo, ainda que fosse ela a motorista, tal fato não autorizaria o reconhecimento do vínculo empregatício, uma vez que não havia subordinação ou pessoalidade, e o significativo valor por ela recebido mensalmente, como prestadora de serviços, era incompatível com o de um motorista empregado. Recurso não provido. Sentença mantida. TRT/SP 15ª Região 0010096-36.2014.5.15.0036 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 11 maio 2017, p. 1539.

5. CONTRATO DE SAFRA. CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR. ATIVIDADE LABORAL PERMANENTE. UNICIDADE CONTRATUAL RECONHECIDA. O reconhecimento da validade de um contrato de safra depende da demonstração efetiva de que o pacto foi firmado em decorrência da variação sazonal da atividade agrária, o que não se configura quando o trabalhador se ativa em atividades permanentes da empresa, em todas as etapas do ciclo da cana-de-açúcar. Não havendo transitoriedade na atividade desenvolvida, não existe justificativa plausível para a celebração de contrato a prazo determinado. TRT/SP 15ª Região 0011356-75.2016.5.15.0070 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Regiane Cecilia Lizi. DEJT 25 maio 2017, p. 35251.

6. CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO. EXPERIÊNCIA. PRORROGAÇÃO. VALIDADE. Comprovada a regularidade do contrato de trabalho a título de experiência, inclusive sua prorrogação, a validade do ajuste contratual encontra amparo na previsão do art. 445, parágrafo único, da CLT. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NÃO CABIMENTO. Ausente a assistência sindical, indevida a verba de honorários advocatícios - Súmulas n. 219 e 329 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0010297-55.2013.5.15.0103 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 4 maio 2017, p. 7728.

7. CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO. LEI N. 6.019/1974. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO MOTIVO DA CONTRATAÇÃO. NULIDADE. ART. 9º DA CLT. A previsão genérica de contratação de mão de obra para suprir a carência transitória de pessoal regular e permanente ou o acréscimo extraordinário de serviços, aposta no contrato firmado entre as reclamadas, tomadora e prestadora de serviços, e a ausência de prova do motivo ensejador da contratação, que incumbe à tomadora, desatendem a diretriz da Lei n. 6.019/1974, tornando nula a contratação nesta modalidade, nos termos do art. 9º da CLT. TRT/SP 15ª Região 0011956-64.2015.5.15.0092 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. José Pitas. DEJT 25 maio 2017, p. 36141.

8. CONTRATO DE TRANSPORTE. ATIVIDADE FIM DO TOMADOR DE SERVIÇO. TRANSPORTE DE MERCADORIAS. TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. SÚMULA N. 331, IV, DO TST. O contrato de transporte não se equipara à terceirização, a que alude a Súmula n. 331 do TST, salvo quando o "transporte de mercadorias" se insere na atividade fim do tomador de serviço. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. VIBRAÇÃO. DIREITO. Constatado, por meio prova pericial não infirmada por outros elementos, o labor em condições insalubres, é devido o adicional previsto no art. 192 da CLT. INTERVALO INTRAJORNADA. SUPRESSÃO. PAGAMENTO. REFLEXOS. A supressão do intervalo intrajornada, ainda que parcial, defere ao trabalhador o pagamento integral do intervalo alimentar e seus reflexos. Súmula n. 437, I e III, do C. TST. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NÃO CABIMENTO. Ausente a assistência sindical, indevida a verba de honorários advocatícios - Súmulas n. 219 e 329 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0010380-84.2015.5.15.0076 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 26830.

9. IRREGULARIDADES CONTRATUAIS. VIOLAÇÃO À LEI. OBRIGATORIEDADE DE EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS AOS ÓRGÃOS COMPETENTES. A atuação jurisdicional não se limita à aplicação das regras processuais e de direito material para a solução da lide posta à apreciação do Poder Judiciário. O Julgador tem o dever de informar aos órgãos competentes, quando houver indícios de violação à lei, para que possam tomar as medidas que entenderem necessárias. Tal providência, não se revela em violação aos limites objetivos ou subjetivos da lide, mas sim, em dever do Magistrado de levar os fatos ao conhecimento daquele que detém competência para apuração ou fiscalização, com a finalidade de preservação da ordem jurídica TRT/SP 15ª Região 0012466-14.2014.5.15.0092 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 29 jun. 2017, p. 9795.

10. MODO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO (JUSTA CAUSA *X* RESCISÃO INDIRETA). ALEGAÇÃO DE DESÍDIA (ART. 482 "E" DA CLT) *VERSUS* EXIGÊNCIA DE SERVIÇOS SUPERIORES ÀS FORÇAS E DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO (ART. 483, "A" E "D", DA CLT). A demissão por justa causa deve ser sempre suficientemente provada, porque encerra acusação que transcende para a vida profissional do acusado. Assim, para a apreciação da desídia não se deve olvidar do elemento intencional que é caracterizado pela má vontade ou desinteresse no desempenho da atividade. Está, pois, sempre ligada à culpa do empregado. De outro lado, assim como a justa causa deve ser robustamente provada por parte do empregador, por constituir uma mácula na vida profissional do trabalhador, o mesmo ocorre com a rescisão indireta, a qual deve ser provada por meio de elementos incontestes, demonstrando-se a existência de falta grave patronal apta e capaz de tornar insuportável a manutenção do vínculo de emprego. No caso, os cartões de ponto carreados pela real empregadora demonstram à saciedade que a jornada de trabalho era habitual e corriqueiramente prorrogada para muito além dos limites legais, qual seja, de 10 (dez) horas diárias (arts. 58 e 59 da CLT), chegando até a 19 horas, em manifesta ofensa ao art. 7º, XII, da CF/1988. À toda evidência, sobressai-se que a empregadora, de forma habitual, além de privá-lo do intervalo para alimentação e descanso, submeteu o autor à jornada de trabalho absurdamente extensa e, por consequência, extenuante, caracterizando, assim, a falta grave do empregador prevista no art. 483, alíneas "a" e "d", da CLT, justificando a rescisão indireta do contrato de trabalho do autor, com a correspondente condenação aos haveres e consectários legais daí decorrentes. Portanto, incensurável a r. sentença que, por considerar que a rescisão se deu sem justa causa, acolheu a pretensão de declaração judicial de rescisão indireta do contrato de trabalho e, consequentemente, deferiu os títulos rescisórios postulados. Recurso ordinário da reclamada a que se nega provimento. TRT/SP 15ª Região 0012358-65.2014.5.15.0130 RO - Ac. PJe 6ª Câmara. Rel. Fábio Allegretti Cooper. DEJT 1º jun. 2017, p. 17718.

CONTRATO DE COMPRA E VENDA

RESTITUIÇÃO DE VALORES DECORRENTES DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE VEÍCULO, DISSOCIADO DA RELAÇÃO LABORAL. INCOMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO. Não se insere na competência material desta Justiça Especializada processar e julgar pedido envolvendo restituição de valores pertinentes à compra e venda de veículo entre autor e o primeiro réu, porquanto não configurada a associação entre o referido negócio jurídico e o vínculo de emprego existente entre o reclamante e a segunda reclamada. Mantém-se. RESPONSABILIDADE PELAS VERBAS TRABALHISTAS. SOCIEDADE DE FATO NÃO DEMONSTRADA. INDEVIDA. Indevida a declaração de responsabilidade solidária ou subsidiária, se não comprovada a existência de sociedade de fato ou de direito entre os reclamados. Mantém-se. TRT/SP 15ª Região 0011211-58.2014.5.15.0015 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 18 maio 2017, p. 2346.

CONTRIBUIÇÃO

1. CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL. PRECEDENTE NORMATIVO N. 119 DO C. TST. A contribuição assistencial não pode ser cobrada dos não sindicalizados, pois, à liberdade de se sindicalizar, está conjugado o direito de concordar ou não, segundo entendimento consubstanciado no Precedente Normativo n. 119 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0010304-44.2016.5.15.0070 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 11 maio 2017, p. 8838.
2. CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA. SÚMULA VINCULANTE N. 40 DO STF. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, tendo por fundamento o postulado constitucional que garante a liberdade de associação, acolheu o entendimento de que a contribuição confederativa, à luz do disposto no art. 8º, IV, da Carta Magna, por não se revestir de caráter tributário, somente pode ser cobrada pelas entidades sindicais de seus respectivos filiados. TRT/SP 15ª Região 0011319-89.2014.5.15.0079 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Hélio Grasselli. DEJT 1º jun. 2017, p. 2793.

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

1. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FATO GERADOR. MOMENTO DE INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA E MULTA. O fato gerador das contribuições previdenciárias dá-se na data da prestação dos serviços, a partir do advento da Lei n. 11.941/2009. Considerando a recente Decisão do Pleno do C. TST, nos autos do Processo n. 0001125-36.2010.5.06.0171, a incidência dos juros moratórios, somente cabe sobre as contribuições previdenciárias correspondentes ao labor prestado a partir de 5.3.2009, aplicando-se a multa, apenas se vencido o prazo para pagamento. TRT/SP 15ª Região 0010967-35.2015.5.15.0132 AP - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 22 jun. 2017, p. 7990.

2. RECOLHIMENTOS PREVIDENCIÁRIOS. ALÍQUOTAS DA AGROINDÚSTRIA. INDÚSTRIA DA CANA-DE-AÇÚCAR. COTA DO EMPREGADOR. ART. 111-F DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 971 DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, COM A REDAÇÃO QUE LHE FOI DADA PELA IN-RFB N. 1453, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014. INCOMPETÊNCIA DESTA ESPECIALIZADA PARA REFERIDA TRIBUTAÇÃO. As verbas salariais deferidas nesta reclamação trabalhista não se constituem em base de cálculo das contribuições previdenciárias previstas no inciso IV do art. 111-F da IN n. 971 da RFB, seja porque os 2,6% (2,5% + 0,1%, respectivamente para o INSS e para o GILRAT) são incidentes sobre a receita bruta da produção, seja porque o FNDE/INCRA, de 5,2%, incidente sobre a folha de salários rural e industrial se **destina a terceiros**, cuja competência, de ambos, refoge a esta Justiça Especializada. Assim, não há se falar em recolhimento da cota do empregador, nem em sua posterior comprovação, extirpando-se esse cálculo do laudo pericial confeccionado nos autos, inclusive e especialmente no que pertine à aventada alíquota de 22%, que não se aplica à reclamada e, portanto, não tem respaldo legal algum. Agravo de petição parcialmente provido. TRT/SP 15ª Região 0010881-88.2015.5.15.0124 AP - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 14 jun. 2017, p. 1554.

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

1. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL. AUSÊNCIA DE PROVA DE REGULAR PUBLICAÇÃO DE EDITAIS, NA FORMA DO ART. 605 DA CLT. EXTINÇÃO DO PEDIDO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. É pressuposto para a ação de cobrança da contribuição sindical "a publicação de editais concernentes ao recolhimento da contribuição sindical, durante 3 (três) dias, nos jornais de maior circulação local e até 10 (dez) dias da data fixada para depósito bancário", conforme o disposto no art. 605 da CLT. A não observância do referido preceito legal dá ensejo à extinção do pedido, por ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. CLÁUSULA NORMATIVA. ENTREGA DE CÓPIA DA RAIS. DESCUMPRIMENTO. APLICAÇÃO DA MULTA PACTUADA. As normas coletivas gozam de valoração constitucional - art. 7º, inciso XXVI, da CF/1988 - e, quando não violam princípios constitucionais, devem ser cumpridas pelas partes signatárias, sob pena de aplicação da multa pactuada para o caso de descumprimento da obrigação normativa. TRT/SP 15ª Região 0010635-78.2016.5.15.0085 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 13 jun. 2017, p. 22656.

2. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL. EDITAIS. PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO VÁLIDA E REGULAR DO PROCESSO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. A publicação de editais no prazo e nos termos fixados pelo art. 605 da CLT, constitui pressuposto de constituição válido e regular do processo. Edital genérico, no qual não consta o nome do contribuinte não satisfaz a exigência legal, razão pela qual, o processo deve ser extinto sem resolução do mérito. TRT/SP 15ª Região 0010008-24.2017.5.15.0058 ROPS - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 18 maio 2017, p. 4196.

3. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL. LEGALIDADE DO DESCONTO. A contribuição sindical é a atual denominação do antigo "imposto sindical"; está prevista nos arts. 578 e 579 da CLT, e equivale à remuneração de um dia de trabalho, com desconto realizado sempre no mês de março, sendo devida por todos os integrantes da categoria, associados ou não, de forma compulsória. Desse modo, é indevida a devolução dos valores descontados sob tal rubrica. TRT/SP 15ª Região 0010923-91.2015.5.15.0107 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 25 maio 2017, p. 25129.

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL

1. COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL. PUBLICAÇÃO DE EDITAIS COM O NOME EXPRESSO DO DEVEDOR COMO PRESSUPOSTO VÁLIDO DE CONSTITUIÇÃO DO PROCESSO. O art. 605 da CLT, perfeitamente aplicável *in casu*, exige, como requisito de validade para a cobrança do imposto sindical, a publicação de editais em jornais de maior circulação local, sendo certo que a referida medida perfaz condição *sine qua non* para sua cobrança judicial, e, no caso presente, os editais juntados com a inicial não prestam para tal finalidade, eis que foram publicados de maneira genérica, sem a indicação expressa do suposto devedor. Decide-se, de ofício, extinguir o feito sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do NCPC. TRT/SP 15ª Região 0011494-89.2014.5.15.0077 RO - Ac. PJe 5ª Câmara. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DEJT 18 maio 2017, p. 11961.

2. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL. EDITAL EM JORNAL DE MAIOR CIRCULAÇÃO LOCAL, PREVISTO NO ART. 605 DA CLT. CORRESPONDÊNCIA COM AVISO DE RECEBIMENTO. PRESSUPOSTOS DE CONSTITUIÇÃO VÁLIDA E REGULAR DO PROCESSO (ART. 485, IV, DO NCPC). CIÊNCIA DO CONTRIBUINTE VERIFICADA. Esta Relatoria entende que a publicação de editais em jornais de grande circulação preenche o requisito legal para a constituição do débito. No caso em apreço, verifica-se que os editais foram publicados em jornais de grande circulação na localidade (**O Estado de São Paulo**, **Folha de São Paulo** e **Diário Regional de Fernandópolis**), cumprindo, assim, a determinação do art. 605 da CLT, que exige a convocação de todos aqueles que se enquadrem nas hipóteses previstas no Decreto-Lei n. 1.166/1971 para o pagamento da contribuição sindical rural. Também se verifica nos autos a notificação do réu, com aviso de recebimento, devidamente assinada. Ora, a obrigatoriedade do pagamento decorre da lei, notadamente dos arts. 578 e seguintes da CLT e, portanto, aqueles que se enquadram nas condições previstas nos referidos artigos e, como no caso, no disposto no Decreto-Lei n. 1.166/1971, sabem de antemão que têm a obrigação de recolher o tributo. A publicação do edital nos moldes apresentados nesta ação está em conformidade com o art. 605 da CLT, sendo certo que referida norma não exige que o nome do contribuinte conste expressamente no documento. Até porque, como dito, aqueles que se enquadram nos ditames legais e cujas informações prestaram à Receita Federal do Brasil, estão mais que cientes do dever de efetuar o pagamento da contribuição sindical. Se não bastasse, o contribuinte foi pessoalmente intimado para pagamento e não o fez. Afasta-se a extinção e determina-se o retorno dos autos para processamento e apreciação de mérito. Recurso provido. TRT/SP 15ª Região 0013740-13.2016.5.15.0037 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 11 maio 2017, p. 5864.

3. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL. REQUISITOS. EDITAIS E NOTIFICAÇÕES AO CONTRIBUINTE. A cobrança da contribuição sindical rural não exige a individualização do devedor nos editais publicados, assim como a notificação para o recolhimento não precisa ser pessoal. TRT/SP 15ª Região 0012810-89.2015.5.15.0017 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 4 maio 2017, p. 13142.

4. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL. RITO SUMARÍSSIMO. IMPOSSIBILIDADE. As ações de cobrança de contribuição sindical rural só podem tramitar pelo rito ordinário, sob pena de desvirtuamento da finalidade específica para a qual o rito sumaríssimo foi criado. TRT/SP 15ª Região 0010820-09.2014.5.15.0014 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Sérgio Milito Barêa. DEJT 4 maio 2017, p. 9602.

CORREÇÃO MONETÁRIA

CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DA TR *X* IPCA-E. O Tribunal Pleno do C. TST, na Arguição de Inconstitucionalidade n. 479-60.2011.5.04.0231, declarou a inconstitucionalidade, por arrastamento, da expressão "equivalente à TRD", contida no art. 39 da Lei n. 8.177/1991, que, até então, determinava a correção dos débitos trabalhistas pela TR. Ocorre, que, em 14.10.2015, o Excelso Supremo Tribunal Federal, nos autos da Reclamação n. 22012/RS, ajuizada pela Federação Nacional dos Bancos - Fenaban, concedeu liminar suspendendo os efeitos da referida

decisão, bem como da tabela única editada pelo CSJT. Assim sendo, a atualização monetária dos débitos trabalhistas deve ser efetuada pela TR. Mantém-se. COISA JULGADA. HORAS EXTRAS. CRITÉRIO DE APURAÇÃO A SER OBSERVADO: O LIMITE SEMANAL DE 44 HORAS. O v. acórdão, ao decidir a pretensão do autor em torno das horas extras, deferiu-lhe o pagamento das horas que extrapolassem as oito horas diárias, bem como as excedentes ao limite máximo semanal (8ª diária e 44ª semanal). O que se verifica, portanto, de forma cristalina, é que esta E. Corte, ao julgar o apelo obreiro, deferiu-lhe horas extras diárias e semanais de forma cumulativa, ou seja: deverão ser pagas as horas extras acima de 8 horas, desde que não ultrapassada a 44ª semanal. Ainda que se pudesse questionar a indevida restrição das horas excedentes ao limite diário, o fato é que o v. acórdão transitou livremente em julgado nos termos acima delineados, encontrando-se acobertado pela eficácia preclusiva da coisa julgada, não se podendo mais questionar a justiça ou a correção do título. Nada a deferir. TRT/SP 15ª Região 0000341-50.2012.5.15.0038 AP - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 8 jun. 2017, p. 902.

CRÉDITO

APLICAÇÃO DO ART. 916 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PARCELAMENTO DO CRÉDITO EXEQUENDO. POSSIBILIDADE. É aplicável à esfera trabalhista o parcelamento do crédito exequendo, nos termos do art. 916 do Código de Processo Civil, conforme disposição prevista na Instrução Normativa n. 39 do TST (art. 3º, inciso XXI). TRT/SP 15ª Região 0011575-14.2014.5.15.0085 AP - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 13 jun. 2017, p. 19275.

CRÉDITO TRABALHISTA

1. DÉBITO TRABALHISTA. CORREÇÃO MONETÁRIA. ÍNDICE. IPCA-E. A aplicação do IPCA-E demanda pronunciamento final do STF, matéria que deverá ser discutida na fase de liquidação da sentença. TRT/SP 15ª Região 0011280-22.2016.5.15.0015 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 28888.
2. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA. Aplicar-se-á a TR como índice de correção dos débitos trabalhistas até pronunciamento final do E. STF acerca da utilização do IPCA-E. TRT/SP 15ª Região 0000973-29.2013.5.15.0107 AP - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira. DEJT 4 maio 2017, p. 6531.

CTPS

CTPS. APOSIÇÃO DE CARIMBO DE CANCELAMENTO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. A mera aposição de carimbo de cancelamento de data erroneamente lançada na CTPS, isoladamente, não configura dano moral. Precedentes do C. TST. Recurso da reclamante não provido. TRT/SP 15ª Região 0012157-39.2014.5.15.0012 RO - Ac. PJe 4ª Câmara. Rel. Eleonora Bordini Coca. DEJT 25 maio 2017, p. 12705.

DANO

1. DANO EXISTENCIAL. JORNADA DE TRABALHO EXCESSIVA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS INDEVIDA. O dano existencial, nas relações de trabalho, é aquele sofrido pelo trabalhador ao ser privado de seus projetos de vida e de suas relações, quando impedido de usufruir o seu tempo livre. Decorre das exigências exacerbadas do empregador por excesso de sobrejornada, pela exigência além das forças de trabalho, pela não concessão de férias ou qualquer outro ato que impeça o trabalhador de poder realizar um projeto de vida ou mesmo de viver suas relações sociais. A realização de horas extras, por si só, não enseja a reparação moral. TRT/SP 15ª Região 0011118-49.2016.5.15.0137 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Hélio Grasselli. DEJT 1º jun. 2017, p. 2544.
2. DANO MATERIAL. PESSOA JURÍDICA. TRANSPORTE PÚBLICO. PREJUÍZO DEVIDAMENTE COMPROVADO. RESPONSABILIDADE DO EMPREGADO FALTOSO. INDENIZAÇÃO DEVIDA.

A prova produzida nos autos demonstrou que o autor não só participou, como liderou o movimento de paralisação das atividades da reclamada por aproximadamente 1h30min, no dia 21.4.2014, gerando transtorno e prejuízos à reclamada e outras empresas de transporte público. O obreiro não impugnou o valor apresentado pela reclamada referente à queda na venda das passagens, restando incontroverso o fato. Sendo assim, tendo o reclamante sido responsável pelo prejuízo sofrido pela reclamada, correta a r. sentença que o condenou a indenizá-la, razão pela qual se mantém a r. decisão. Recurso autoral negado. TRT/SP 15ª Região 0011653-91.2014.5.15.0122 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 11 maio 2017, p. 4689.

3. DANO MORAL (DANO EXISTENCIAL). JORNADAS EXCESSIVAS E EXTENUANTES. INDENIZAÇÃO DEVIDA. A submissão de trabalhador a jornadas excessivas e extenuantes, na forma verificada nos autos (16 ou 18 horas por dia, de segunda a sexta-feira), inquestionavelmente, causou-lhe prejuízos, reduzindo a possibilidade de lazer (direito social, previsto no art. 6º da CF), do convívio social e familiar, além de culminar com a exposição a riscos diversos, notadamente de acidentes, porquanto o reclamante ocupa a função de motorista. Com efeito, a prestação habitual de sobrejornada estafante acaba por configurar dano existencial, uma vez que viola direitos fundamentais, inclusive o princípio da dignidade humana, e dificulta, ou mesmo impossibilita, o trabalhador de gerir a própria vida. Indenização por danos morais devida no valor de R$ 10.000,00. Recurso ordinário do empregado provido em parte. TRT/SP 15ª Região 0010316-85.2015.5.15.0040 Reenec/RO - Ac. PJe 4ª Câmara. Rel. Eleonora Bordini Coca. DEJT 11 maio 2017, p. 13057.

4. DANO MORAL (DANO EXISTENCIAL). JORNADAS EXCESSIVAS E EXTENUANTES. INDENIZAÇÃO DEVIDA. A submissão de trabalhador a jornadas excessivas e extenuantes prejudica a vida normal, reduzindo drasticamente a possibilidade de lazer (direito social, previsto no art. 6º da CF), o convívio social e familiar, além de propiciar a exposição a riscos diversos, inclusive à saúde. A prestação habitual de sobrejornadas estafantes acaba por configurar dano existencial, porquanto ofende o princípio constitucional de respeito à dignidade humana. Indenização por danos morais devida. Precedentes do Regional. Recurso do reclamante provido em parte. TRT/SP 15ª Região 0011143-37.2014.5.15.0071 RO - Ac. PJe 4ª Câmara. Rel. Eliane de Carvalho Costa Ribeiro. DEJT 8 jun. 2017, p. 8596.

5. DANO MORAL COLETIVO TRABALHISTA. VIOLAÇÃO, PELA EMPREGADORA, DE CLÁUSULA NORMATIVA QUE LIMITAVA O HORÁRIO DE TRABALHO EM VÉSPERA DE NATAL E ANO NOVO. Realmente, ficou evidenciado o descumprimento de norma pactuada em instrumento de negociação coletiva. Todavia, da análise dos autos, decanta que não se verifica conduta proposital, tampouco reiterada da reclamada, em relação à detectada inobservância da norma coletiva inscrita na Cláusula 56, § 8º, da CCT 2013/2014. Ao contrário, a já repreendida conduta da reclamada ocorreu uma única vez e em relação a alguns de seus funcionários que, realmente, permaneceram trabalhando poucos minutos (menos de 10 minutos) além do horário pactuado com o sindicato da categoria profissional. Diante disso, de rigor concluir que inexiste ofensa à coletividade dos trabalhadores, *data maxima venia* do entendimento esposado pela origem, ficando excluída a indenização por dano moral coletivo. Sentença reformada. TRT/SP 15ª Região 0011337-77.2015.5.15.0111 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 11 maio 2017, p. 4129.

6. DANO MORAL, ESTÉTICO E MATERIAL. ACIDENTE DE TRABALHO. CULPA DA RECLAMADA NÃO COMPROVADA. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA: ATO INSEGURO. NÃO CABIMENTO DE REPARAÇÃO CIVIL. APLICAÇÃO DO ART. 818 DA CLT. Competia ao autor, nos termos do art. 818 da CLT, demonstrar o dano, o nexo causal e a culpa da empregadora, encargo do qual não se desvencilhou, já que não restou provado que a reclamada tenha agido com dolo ou culpa no evento danoso. Ao contrário, a prova dos autos demonstrou que o acidente ocorreu por culpa exclusiva da vítima, como bem definiu o MM. Juiz primevo. No laudo pericial médico, o Sr. Perito concluiu que houve redução da capacidade laboral do autor em 6%. Referiu, também, que a reclamada cumpria as normas de segurança e prevenção e que o empregado fora orientado para o exercício de suas funções. Nota-se, ainda, no laudo, a descrição dos antecedentes ocupacionais do autor, donde se conclui que possui vasta experiência na função que exerce, pois laborou por cerca de 12 anos em metalurgia, entre outras funções. A única testemunha ouvida a rogo do autor, admitiu que, na admissão, são passadas aos empregados normas sobre segurança e que há um técnico

de segurança do trabalho que explica e orienta como deve ser realizada a manutenção. Portanto, uma vez que a prova dos autos demonstra que o autor recebeu treinamento para o exercício de sua função e que este possui experiência na profissão, a única conclusão a que se pode chegar é que a reclamada não concorreu para o advento do infortúnio e o acidente aconteceu por ato inseguro da vítima. Recurso do autor negado. Mantém-se. DANOS MORAIS. ACIDENTE DO TRABALHO. AUSÊNCIA DE CULPA DA RECLAMADA. ROMPIMENTO DO NEXO CAUSAL: CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. ATO INSEGURO DO EMPREGADO. INDENIZAÇÕES INDEVIDAS. O acidente que vitimou o obreiro, quebrando-lhe o dedo indicador esquerdo, não se deu por culpa da reclamada, sequer concorrente, mas ocorreu por única e exclusiva culpa do laborista, que, praticando ato inseguro e descumprindo treinamento recebido, colocou-se em situação de risco ao tentar realizar manutenção na máquina de moenda (ajuste do pente), sem desligá-la, em desacordo com as instruções recebidas. Nesta direção, a reclamada não pode ser responsabilizada pelo infortúnio. Sentença mantida. TRT/SP 15ª Região 0010551-36.2015.5.15.0110 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 18 maio 2017, p. 1918.

7. DANO MORAL. ASSÉDIO HORIZONTAL. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA DO EMPREGADOR. AUSÊNCIA DE PROVA SOBRE O CONHECIMENTO DOS FATOS OFENSIVOS, PRATICADOS POR COLEGAS. INDENIZAÇÃO INDEVIDA. A responsabilidade do empregador, por indenização decorrente de dano moral, é estritamente subjetiva. Em se tratando de assédio moral, sobreleva notar que se faz necessária a comprovação de atitudes reiteradas de violência à integridade moral da vítima, constituindo verdadeiro e prolongado terror psicológico, além da culpa do empregador pelo evento danoso. Cabia ao reclamante fazer prova de suas alegações, notadamente que a reclamada tivesse conhecimento das ofensas por si sofridas por parte de seus colegas, segundo o disposto no art. 818 da CLT e 333, I, do CPC, o que, na ocasião propícia, não fez. Esta só poderia ser responsabilizada caso tivesse pleno conhecimento dos fatos e nenhuma providência tomasse. Refira-se que a empregadora, ainda que deva zelar pelo bom ambiente de trabalho, não tem total controle sobre a ação de terceiros, os quais, estes sim, são responsáveis pelos seus atos. Recurso provido. TRT/SP 15ª Região 0012530-87.2015.5.15.0092 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 11 maio 2017, p. 5530.

8. DANO MORAL. ATRASO REITERADO NO PAGAMENTO DE SALÁRIOS. VIOLAÇÃO À HONRA DO TRABALHADOR. CONFIGURAÇÃO. O reiterado atraso no pagamento dos salários implica dano moral *in re ipsa*, sendo inegável o abalo psicológico experimentado pelo trabalhador que deixa de receber, no prazo ajustado, a totalidade da verba de caráter alimentar, essencial à sua subsistência e ao cumprimento dos seus compromissos financeiros. TRT/SP 15ª Região 0010336-11.2016.5.15.0018 RO - Ac. PJe 2ª Câmara. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DEJT 11 maio 2017, p. 6466.

9. DANO MORAL. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS. INDEVIDO. A ausência de pagamento das verbas rescisórias, por si só, não é apta a causar dano de ordem moral, haja vista a existência de regramentos específicos de reparação dos prejuízos materiais causados, como a multa do art. 467 da CLT, a multa do art. 477, § 8º, da CLT, a incidência de juros e correção monetária sobre os valores rescisórios e, em diversos casos, a multa normativa. O reconhecimento da ocorrência do dano moral pressupõe a violação de algum dos direitos da personalidade do trabalhador, como a honra, a imagem, o nome, a intimidade e a privacidade, entre outros. É necessário haver um gravame pontual à dignidade do trabalhador, que cause dor, sofrimento, vexame, humilhação que, fugindo à normalidade, tenham o condão de interferir intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio no seu bem-estar. Assim, a configuração do dano moral não está relacionada automaticamente ao inadimplemento contratual, mas depende de prova de que dele decorreram fatos que ofenderam os direitos da personalidade do trabalhador. Portanto, a indenização é indevida. Recurso provido. TRT/SP 15ª Região 0012013-35.2015.5.15.0043 RO - Ac. PJe 5ª Câmara. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DEJT 22 jun. 2017, p. 13697.

10. DANO MORAL. BANALIZAÇÃO. INDENIZAÇÃO INDEVIDA. O instituto da indenização por dano moral se banalizou, em mais da metade das reclamações atuais a reivindicam por qualquer motivo, o empregador não pode mais estabelecer e cobrar metas, exigir produtividade, admoestar

os faltosos e desidiosos, a introspecção da chefia a colegas ofende. A sensibilidade do trabalhador está exacerbada, não admite ser fiscalizado e cobrado, olvidando que são poderes conferidos ao empregador pelo art. 2º da CLT, quem assume o risco da atividade deve e pode exigir produtividade e disciplina no ambiente de trabalho, sob pena de sucumbir frente à concorrência, caso deixe ao talante de cada empregado trabalhar como lhe aprouver, sem sequer chamar sua atenção quando necessário. TRT/SP 15ª Região 0010746-21.2016.5.15.0034 RO - Ac. PJe 4ª Câmara. Rel. Dagoberto Nishina de Azevedo. DEJT 8 jun. 2017, p. 7599.

11. DANO MORAL. BANHEIRO. CONDIÇÕES PRECÁRIAS DE USO. INDENIZAÇÃO. CABIMENTO. Comprovado que o empregador, embora disponibilizando sanitários para uso de seus empregados, não mantinha regular o asseio e conservação do local, devida a indenização por dano moral decorrente da ofensa ao princípio da dignidade da pessoa humana. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NÃO CABIMENTO. Ausente a assistência sindical, indevida a verba de honorários advocatícios - Súmulas n. 219 e 329 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0011396-52.2016.5.15.0007 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 29116.

12. DANO MORAL. CARACTERIZAÇÃO. O desrespeito à pessoa física e à dignidade do trabalhador por parte do empregador dá ensejo à indenização por danos morais. Dano moral passível de indenização seria aquele decorrente da lesão a direitos personalíssimos, ilicitamente cometido pelo empregador, capaz de atingir a pessoa do empregado como ente social, ou seja, surtindo efeitos na órbita interna do autor, além de denegrir a sua imagem perante o meio social. Não provado o dano moral, resta prejudicada a indenização correspondente. Recurso do reclamante não provido. TRT/SP 15ª Região 0010786-44.2016.5.15.0085 ROPS - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Manuel Soares Ferreira Carradita. DEJT 13 jun. 2017, p. 11193.

13. DANO MORAL. DISPENSA EM RAZÃO DO ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES DA EMPRESA. INDENIZAÇÃO INDEVIDA. O empregado não faz jus à indenização por dano moral simplesmente por haver sido despedido em razão do encerramento das atividades da empresa. Muito embora a dispensa provoque consequências negativas na vida de qualquer trabalhador, trata-se de direito potestativo do empregador, não se traduzindo em ato ilícito. Por não comprovado nenhum ato visando especificamente expor o reclamante a qualquer constrangimento capaz de ferir a sua honra, a sua imagem ou outros valores íntimos, não há que se falar em dano moral e respectiva indenização. TRT/SP 15ª Região 0011245-32.2016.5.15.0122 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 25 maio 2017, p. 27077.

14. DANO MORAL. EMPRESA QUE EXIGE DEVOLUÇÃO DE MERCADORIA LEGALMENTE ADQUIRIDA PELO EMPREGADO. GRAVAME CONFIGURADO. Empresa de comércio varejista que, na condição de empregadora, pressiona empregado para devolver mercadoria legalmente comprada em promoção na loja, inclusive com ameaça de dispensa por justa causa, perpetra inequívoco dano de ordem moral. TRT/SP 15ª Região 0012478-10.2014.5.15.0001 RO - Ac. PJe 5ª Câmara. Rel. Flavio Landi. DEJT 1º jun. 2017, p. 15829.

15. DANO MORAL. GUARDA MUNICIPAL. EPI COM PRAZO VENCIDO. COLETE ANTIBALÍSTICO. INDENIZAÇÃO. CABIMENTO. O fornecimento de equipamento de proteção individual inadequado - colete antibalístico vencido - coloca em risco a integridade física do trabalhador que atua em serviços de segurança, caracterizando o dano moral, suscetível de ser reparado mediante o pagamento de indenização. TRT/SP 15ª Região 0011999-19.2015.5.15.0086 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 4 maio 2017, p. 12459.

16. DANO MORAL. INADIMPLEMENTO OU MORA SALARIAL. A lei já prevê as sanções decorrentes do não pagamento das verbas trabalhistas e os meios legais para levá-las à efetivação. Incumbe, portanto, ao empregado comprovar, de maneira objetiva, algum fato a partir do qual se possa inferir a ocorrência do abalo moral (art. 818, CLT), caso contrário, tem-se por indevido o deferimento de indenização. TRT/SP 15ª Região 0011040-76.2015.5.15.0109 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. José Pitas. DEJT 25 maio 2017, p. 34416.

17. DANO MORAL. INADIMPLEMENTO SALARIAL. ATRASO OU NÃO PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS. INDENIZAÇÃO DEVIDA. Cuida-se de realidade inegável que o não pagamento dos salários, ou, das verbas rescisórias e/ou o seu pagamento serôdio, magoa o princípio da dignidade da pessoa humana, além de impor severo maltrato, seriamente abalando o

íntimo de um trabalhador, que tem obrigações e compromissos a saldar, em datas certas, com os salários que recebe e com maior dificuldade ainda com as verbas rescisórias e já por isso tem que fazer verdadeiro malabarismo, num País como o Brasil, mas que, não os recebendo e/ou recebendo fora do prazo ajustado e/ou legal, vê-se na impossibilidade de satisfazer aludidas obrigações e compromissos, enquanto cidadão, homem e sendo o caso, como pai, o que leva a que o senso de responsabilidade, honradez e de responsável por uma família, que habita os espíritos probos, sinta-se duramente vergastado em tal situação, daí caracterizado o dano moral, a exigir reparação. TRT/SP 15ª Região 0010897-56.2014.5.15.0066 RO - Ac. PJe 6ª Câmara. Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani. DEJT 22 jun. 2017, p. 15285.

18. DANO MORAL. INDENIZAÇÃO. COMPROVAÇÃO INCONTESTE DE PRÁTICA DE ATO LESIVO À HONRA E À DIGNIDADE DO TRABALHADOR. IMPRESCINDIBILIDADE. A reparação de danos morais demanda prova segura no sentido de que o empregador praticou ato lesivo à honra e à dignidade do trabalhador, por excessos cometidos no exercício do poder de mando. Tratando-se de responsabilidade subjetiva, tal condição é indispensável para a concessão da indenização, tratando-se de encargo processual do autor. Não comprovado o ato lesivo à honra e dignidade do autor, ônus que lhe incumbia, a teor do disposto nos arts. 818 da Consolidação das Leis do Trabalho, e 373, I, do NCPC (art. 333, I, do CPC/1973), indevida a indenização decorrente de danos morais. Reforma-se. DANO MORAL. INDENIZAÇÃO. COMPROVAÇÃO INCONTESTE DE PRÁTICA DE ATO LESIVO À HONRA E À DIGNIDADE DO TRABALHADOR. IMPRESCINDIBILIDADE. MOTORISTA DE CAMINHÃO. EXPOSIÇÃO A SITUAÇÃO DE RISCO. ASSALTOS. NÃO CONFIGURAÇÃO. É incontroverso nos autos que o reclamante entregava as mercadorias, recebia os valores correspondentes em cheque ou espécie, que deveriam ser guardados nos cofres existentes nos caminhões. Entretanto, não logrou êxito o obreiro em comprovar algum dano em sua esfera psicológica, algum desequilíbrio emocional ou angústia; ônus processual que lhe cabia, posto que constitutivo do seu direito, a teor do que estabelece o art. 818 da CLT e 373, inciso I, do NCPC. Nesse contexto, entendo que a reclamada não pode ser responsabilizada pelos assaltos de que foi vítima o obreiro, visto que a segurança pública é incumbência do Estado, conforme preconiza o art. 144 da Constituição Federal, não se podendo imputar ao empregador a culpa por assaltos, ameaças e demais violências sofridas pelos empregados durante o transporte de mercadorias, por ser fato externo que atinge a sociedade de forma indiscriminada. Em última análise, a ré também é vítima da violência, e, muitas vezes, a maior prejudicada com esta. A demandada não pode se substituir ao Estado, de modo que não pode ser compelida a agir para cobrir as falhas do Poder Público, garantindo seus funcionários contra qualquer tipo de ação criminosa. Dessa forma, em que pese a violência ser uma realidade no país, os assaltos ao caminhão do qual foi vítima o reclamante - e também a reclamada - podem ser considerados como fatos imprevisíveis, de forma que não se vislumbra nos autos a ocorrência de culpa da ré, por ação ou omissão, tampouco de nexo causal entre esta e o dano experimentado pelo autor. Não há como se responsabilizar a empregadora por tais eventos, principalmente porque é um risco social decorrente da precariedade da segurança pública oferecida pelo Estado. Reforma-se. TRT/SP 15ª Região 0011755-09.2015.5.15.0113 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 14 jun. 2017, p. 2958.

19. DANO MORAL. INDENIZAÇÃO. INADIMPLEMENTO DE OBRIGAÇÃO TRABALHISTA. NÃO CABIMENTO. Não comprovado que o inadimplemento das obrigações trabalhistas repercutiu na seara pessoal e moral do trabalhador, não há que se falar em dano moral passível de reparação própria. TRT/SP 15ª Região 0013206-87.2015.5.15.0010 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 31030.

20. DANO MORAL. INDENIZAÇÃO. NÃO CABIMENTO. CANCELAMENTO INDEVIDO DO PLANO DE SAÚDE. NÃO DEMONSTRADO IMPEDIMENTO NA UTILIZAÇÃO DO PLANO. Não comprovado que o cancelamento temporário do plano de saúde tenha ocasionado abalo psíquico ou ofendido a dignidade da autora, com impedimento do atendimento médico e hospitalar, indevida a indenização por danos morais. TRT/SP 15ª Região 0012423-11.2015.5.15.0135 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 30770.

21. DANO MORAL. NÃO PAGAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS. O inadimplemento das verbas rescisórias, por si só, não resulta em violação dos direitos individuais do trabalhador relativamente

à sua intimidade, privacidade, honra e imagem, ou ofensa à sua honra pessoal, proveniente de situações vexatórias e humilhantes, em decorrência da prestação de serviços, sendo indispensável a comprovação do nexo causal entre a ação ou omissão do empregador e o dano causado, não observados no caso concreto. TRT/SP 15ª Região 0010148-52.2016.5.15.0039 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira. DEJT 4 maio 2017, p. 7164.

22. DANO MORAL. RESTRIÇÃO AO USO DO BANHEIRO. PAUSAS PREESTABELECIDAS. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA AO SUPERVISOR. A limitação do uso do banheiro, por meio de pausas preestabelecidas, e da necessidade de autorização prévia do empregador, representa abuso do poder diretivo e ato atentatório à intimidade e à dignidade do trabalhador, sendo devida a indenização por danos morais, nos termos dos arts. 186 e 927 do Código Civil. TRT/SP 15ª Região 0010428-80.2015.5.15.0096 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 1º jun. 2017, p. 7741.

23. DANO MORAL. RURÍCOLA. CONDIÇÕES PRECÁRIAS DE TRABALHO. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. CARACTERIZAÇÃO. Há muito têm sido divulgadas as precárias condições de trabalho a que normalmente são submetidos os trabalhadores rurais neste país eis que, raramente, são atendidas as condições determinadas pela NR-31. Ora, a CF/1988, ao tutelar a saúde (art. 196), tem como finalidade a proteção da vida humana, como valor fundamental, sendo certo que a proteção constitucional se volta ao resguardo da saúde físico-psíquica do trabalhador enquanto cidadão, tanto é assim que, no inciso XXII do art. 7º, o legislador constituinte instituiu como direito do trabalhador a "redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança". E o fato do empregador rural deixar de adotar as medidas de proteção previstas nas Normas Regulamentadoras evidencia o descaso com a saúde e vida do trabalhador, na medida em que os submete a condições degradantes, onde sequer são resguardadas as mínimas condições de higiene, saúde e segurança. Inequívoco, portanto, o desrespeito por parte das reclamadas à dignidade do reclamante, princípio fundamental inscrito no inciso III do art. 1º da Constituição Federal, restando configurado o dano moral, em face da violação aos direitos protegidos pelo inciso X do art. 5º, também da CF/1988. Mantenho a decisão que deferiu indenização por danos morais. TRT/SP 15ª Região 0010182-17.2016.5.15.0107 RO - Ac. PJe 5ª Câmara. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DEJT 18 maio 2017, p. 8224.

24. DANO MORAL. TRATAMENTO INDIGNO NO AMBIENTE DE TRABALHO. INDENIZAÇÃO. VALOR. O tratamento indigno dispensado ao empregado, no ambiente de trabalho, pelo empregador ou seus prepostos, caracteriza o dano moral justificador da imposição do dever de reparação. A fixação do valor da indenização por dano moral deve observar o princípio da razoabilidade, a extensão do dano, a capacidade do agente, devendo ser suficiente para atingir o efeito pedagógico da condenação. INTERVALO INTRAJORNADA. SUPRESSÃO PARCIAL. AUSÊNCIA DE PROVA. Não havendo prova da supressão do intervalo intrajornada, indevida a condenação do empregador na cominação prevista no art. 71, § 4º, da CLT. TRT/SP 15ª Região 0010781-64.2015.5.15.0050 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 4 maio 2017, p. 9452.

25. DANO PÓS-CONTRATUAL. INDENIZAÇÃO. ACORDO HOMOLOGADO EM JUÍZO. QUITAÇÃO DO EXTINTO CONTRATO DE TRABALHO EM RECLAMAÇÃO ANTERIOR. COISA JULGADA. NÃO CONFIGURAÇÃO. O ajuizamento de reclamação trabalhista fundada em dano pós-contratual não ofende a coisa julgada advinda de acordo entabulado entre as partes e homologado em Juízo, relativamente a demanda anterior, com causa de pedir diversa, por meio do qual o reclamante conferiu quitação total do extinto contrato de trabalho. Precedente do C. TST. No caso, esta reclamação foi proposta com fundamento em fatos ocorridos após o término do contrato de trabalho - ainda que dele decorrentes -, que não foram objeto do litígio primevo e que perdurariam até, pelo menos, a data da propositura desta ação. Logo, a coisa julgada não alcança o dano resultante de tais fatos. Preliminar rejeitada. DIREITO DE IMAGEM. UTILIZAÇÃO DA IMAGEM, VOZ E NOME DO AUTOR. AUTORIZAÇÃO. INDISPENSABILIDADE. DANO MORAL. CARACTERIZAÇÃO. INDENIZAÇÃO DEVIDA. MONTANTE. ADEQUAÇÃO. Os direitos da personalidade são invioláveis, absolutos e oponíveis contra todos e estão intimamente ligados à dignidade da pessoa humana, além de possuírem autonomia. A mera reprodução da imagem ou voz do titular, ou, ainda, a vinculação de seu nome a uma representação anímica gráfica, sem consentimento do titular, por si só, caracteriza

ofensa aos direitos da personalidade e configura dano moral, passível de ser indenizado, em valor adequado às peculiaridades do caso. Precedentes do C. TST. Na hipótese dos autos, o reclamante, ainda sob a vigência do contrato de trabalho, participou da elaboração de vídeos para treinamento à distância de funcionários da reclamada e seus revendedores, ocasião em que foi criado um boneco de animação gráfica, cujas características remontavam à sua imagem, além do que tanto a voz quanto o nome eram do trabalhador. Ocorre que, mesmo após a ruptura contratual, a empresa continuou a utilizar o avatar, sem a autorização do reclamante, caracterizando ofensa aos direitos da personalidade. Recursos não providos. TRT/SP 15ª Região 0012897-61.2013.5.15.0099 RO - Ac. PJe 4ª Câmara. Rel. Eleonora Bordini Coca. DEJT 11 maio 2017, p. 15388.

26. DANOS MORAIS. ATRASO NO PAGAMENTO DE SALÁRIO. CABIMENTO. PRESCINDÍVEL A PROVA DO DANO. O salário constitui a base da subsistência do trabalhador e daqueles que dele dependem, de forma que o atraso no seu pagamento acarreta prejuízo à dignidade do empregado, razão pelo qual o dano gerado é presumido, não dependendo de prova de sua ocorrência. MASSA FALIDA. JUROS DE MORA. ART. 124 DA LEI N. 11.101/2005. AFASTAMENTO APENAS EM SEDE FALIMENTAR. O art. 124 da Lei n. 11.101/2005 condiciona a isenção do pagamento de juros pela massa falida à insuficiência de ativos, e, por isso, a questão só pode ser dirimida pelo juízo falimentar, não cabendo a esta Justiça Especializada afastar a sua aplicação. TRT/SP 15ª Região 0011437-55.2016.5.15.0092 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Gerson Lacerda Pistori. DEJT 18 maio 2017, p. 25614.

27. DANOS MORAIS. INDENIZAÇÃO CABÍVEL. OBRIGATORIEDADE DE VENDA DE SEGUROS E GARANTIAS ADICIONAIS. A conduta patronal de estimular e até mesmo exigir a venda “casada” de seguros e garantias adicionais, sem o necessário esclarecimento aos clientes, justifica a reparação pelos danos morais sofridos pelos trabalhadores. TRT/SP 15ª Região 0011879-73.2016.5.15.0010 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 25 maio 2017, p. 29787.

28. DANOS MORAIS. NÃO CARACTERIZADO. Não se verificando dos autos qualquer atitude do empregador que importasse em humilhação do reclamante, ou que viesse a ofender-lhe a honra, a dignidade, a honestidade, a intimidade ou quaisquer outros direitos de sua personalidade, não há que cogitar em indenização por danos morais. TRT/SP 15ª Região 0010767-65.2015.5.15.0055 RO - Ac. PJe 5ª Câmara. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DEJT 13 jun. 2017, p. 2693.

29. DANOS MORAIS. NÃO CONFIGURAÇÃO. O não pagamento dos haveres rescisórios ou, ausência de baixa em CTPS, são ilícitos tipicamente trabalhista que, além de tudo, têm sanção específica, não configurando ilícito civil, uma vez que somente o patrimônio trabalhista foi violado. TRT/SP 15ª Região 0012756-54.2015.5.15.0137 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 29 jun. 2017, p. 9962.

30. FIXAÇÃO DO VALOR ARBITRADO PARA A CONDENAÇÃO POR DANOS MORAIS. PARÂMETROS. O valor da indenização por danos morais deve ser arbitrado, observando-se a equação que sopese a compensação moral do ofendido, bem como, o caráter punitivo, com o que se objetiva a não reincidência do ato danoso, tudo conforme os arts. 944 e seguintes do Código Civil de 2002. TRT/SP 15ª Região 0010987-95.2015.5.15.0109 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 1º jun. 2017, p. 9086.

31. RETENÇÃO DE CTPS. DANO MORAL. INDENIZAÇÃO. COMPROVAÇÃO INCONTESTE DE PRÁTICA DE ATO LESIVO À HONRA E À DIGNIDADE DO TRABALHADOR E DO EFETIVO PREJUÍZO PATRIMONIAL. IMPRESCINDIBILIDADE. A retenção de CTPS, não obstante cause aborrecimento ao empregado que vivencia tal experiência, não caracteriza, per se, atentado à sua reputação, pudor, segurança, tranquilidade, amor-próprio, inteligência ou afeições, logo, não rende ensejo à caracterização do dano moral. O principal objetivo da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS - é registrar os vínculos de emprego mantidos pelo trabalhador ao longo de sua vida produtiva, servindo de prova futura do tempo de serviço para diversas finalidades, entre as quais, destaco como uma das principais, a aposentadoria. Ocorre que, ditos registros não se perdem nem mesmo com o extravio da CTPS, pois o empregado tem a seu dispor vários meios hábeis a recuperá-los, tais como, os recolhimentos fundiários, previdenciários, RAIS etc. Adentrando na órbita patrimonial, a retenção do referido bem não trouxe prejuízo financeiro imediato para o reclamante, pois existe procedimento próprio - e sem ônus - para aquisição da segunda via

da Carteira de Trabalho. Sob uma perspectiva mediata, não há prova concreta de que o autor, em face da impossibilidade de comprovar a existência de experiência de trabalho, tenha sido preterido na locação de sua força de trabalho, elemento que poderia representar prejuízo material e, talvez, moral. Destarte, não comprovado o ato lesivo à honra e dignidade do autor, ônus que lhe incumbia, a teor do disposto nos arts. 818 da Consolidação das Leis do Trabalho, e 373, I, do NCPC (art. 333, I, do CPC/1973), indevida a indenização por danos morais postulada. Reforma-se. TRT/SP 15ª Região 0010900-79.2015.5.15.0129 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 14 jun. 2017, p. 1566.
32. REVISTA ÍNTIMA. DANO MORAL. CONFIGURAÇÃO. A revista se insere no poder de comando do empregador, que tem o direito de fiscalização na execução do contrato. Por outro lado, o inciso III do art. 1º da CF/1988 assegura a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil e a inviolabilidade da intimidade foi expressamente resguardada em seu art. 5º, inciso X. Logo, para solucionar o conflito envolvendo a livre iniciativa do empregador e a dignidade do trabalhador, há que se ter em mente os princípios de proporcionalidade e razoabilidade, ponderando se o sacrifício imposto a uma das partes não é mais intenso do que o benefício obtido pela outra. Isso significa dizer que para a revista ser legítima deve proporcionar uma efetiva fiscalização sem sacrificar os direitos da personalidade do empregado. Em casos de realização de revista íntima, sem privacidade, na presença de pessoas de ambos os sexos, com manuseio do corpo do revistado, resta configurado o abuso patronal, sendo inegável a caracterização do dano moral. Recurso ordinário do reclamante a que se dá provimento. TRT/SP 15ª Região 0010102-32.2016.5.15.0017 RO - Ac. PJe 5ª Câmara. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DEJT 18 maio 2017, p. 7973.

DEMISSÃO

1. DISPENSA DISCRIMINATÓRIA. NÃO CONFIGURADA. O poder de dispensar empregados, atribuído ao empregador, não é absoluto, encontrando seus limites na lei. Embora a despedida imotivada seja assegurada pelo ordenamento jurídico como direito patronal potestativo, constatado eventual intuito discriminatório na rescisão, deve aquela ser declarada nula - CLT, art. 9º. Contudo, e não comprovada a dispensa discriminatória, e sequer configurada a doença grave, nos moldes da Súmula n. 443 do TST, o empregado não tem direito à reintegração ao emprego ou indenização substitutiva. TRT/SP 15ª Região 0011162-68.2016.5.15.0137 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. José Pitas. DEJT 11 maio 2017, p. 24892.
2. DISPENSA DISCRIMINATÓRIA. PORTADOR DE DOENÇA GRAVE. AVC. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DEVIDA. É inegável que as sequelas de um AVC sofrido pelo trabalhador causam incapacidade, ainda que parcial, para o trabalho, ensejando estigma ou preconceito, aplicando-se ao caso a presunção da dispensa discriminatória do empregado portador de doença grave, nos termos da Súmula n. 443 do C. TST. Nesse trilhar, não tendo a reclamada demonstrado motivo razoável para a dispensa do reclamante parcialmente incapacitado, é inegável o abalo emocional por ele experimentado, em decorrência da dispensa sem qualquer justificativa plausível, no momento em que mais precisou do emprego em razão da fragilidade da sua saúde, afigurando-se a hipótese de dano *in re ipsa*, o qual prescinde de comprovação de sua existência, presumindo-se em razão do ato ilícito praticado, sendo devida a correlata indenização por danos morais. TRT/SP 15ª Região 0010742-15.2014.5.15.0111 RO - Ac. PJe 11ª Câmara. Rel. Luis Henrique Rafael. DEJT 18 maio 2017, p. 32482.
3. DISPENSA POR JUSTA CAUSA. REVERSÃO EM JUÍZO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS INDEVIDA. AUSÊNCIA DE PROVA QUANTO À AGRESSÃO AO PATRIMÔNIO MORAL DO TRABALHADOR. A dispensa por justa causa, por si só, não é motivo jurídico suficiente para viabilizar o pleito de indenização por danos morais, uma vez que está dentro dos limites legais do poder diretivo patronal, contextualizado no art. 2º da CLT, sendo a livre contratação e despedida de trabalhadores mera decorrência desses poderes. A avaliação judicial da dispensa em tais casos, em princípio, enseja o efeito jurídico do pagamento de todas as verbas rescisórias. Apenas se houver circunstância adicional grave capaz de afrontar o patrimônio moral do trabalhador é que despontará

a possibilidade do efeito jurídico consistente na indenização por dano moral. E essa não é a hipótese dos autos. Recurso da reclamada provido. TRT/SP 15ª Região 0011170-95.2016.5.15.0088 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Manuel Soares Ferreira Carradita. DEJT 13 jun. 2017, p. 11857.
4. DISPENSA SEM JUSTA CAUSA. ATO POTESTATIVO DO EMPREGADOR. No direito brasileiro há possibilidade jurídica de ruptura contratual por ato unilateral do empregador sem que tenha tido motivo relevante do ponto de vista socioeconômico. Não havendo qualquer causa restritiva da resilição unilateral por ato do empregador, como as situações de estabilidade no emprego, as garantias provisórias e as situações de interrupção e suspensão contratuais, considera-se válida a dispensa imotivada. TRT/SP 15ª Região 0010444-23.2015.5.15.0132 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 22 jun. 2017, p. 6794.

DESCONTO

1. DESCONTO. CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL E/OU CONFEDERATIVA. A Constituição Federal de 1988 consagra o princípio da liberdade sindical (arts. 5º, inciso XX, e 8º, inciso V), razão pela qual é inadmissível a imposição do pagamento de contribuição assistencial/confederativa aos integrantes da categoria profissional não associados ao sindicato, sob pena de ferir-se aqueles dispositivos constitucionais. TRT/SP 15ª Região 0011261-56.2015.5.15.0110 ROPS - Ac. PJe 5ª Câmara. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DEJT 18 maio 2017, p. 11388.
2. DESCONTO SALARIAL. DIAS DE PARALISAÇÃO. DANOS MORAIS. O art. 7º da Lei n. 7.783/1989 estabelece que a participação em greve suspende o contrato de trabalho, o que autoriza, em tese, o desconto dos dias de paralisação, conforme entendimento do C. Tribunal Superior do Trabalho. No caso dos autos, o município reclamado, ao efetuar o desconto, encontrava-se amparado em decisão judicial. Não configurada, portanto, a sua conduta ilícita do empregador. Recurso do reclamante conhecido e não provido. TRT/SP 15ª Região 0012597-03.2015.5.15.0076 RO - Ac. PJe 4ª Câmara. Rel. Eleonora Bordini Coca. DEJT 11 maio 2017, p. 15347.

DIÁRIAS

DIÁRIAS DE VIAGEM QUE EXCEDAM 50% DO SALÁRIO-BASE. INTEGRAÇÃO SALARIAL. É imperiosa, nos moldes do § 2º do art. 457 CLT, a integração das diárias de viagens aos salários, quando ultrapassam 50% do seu valor, ainda que haja previsão normativa de que tal parcela possui caráter indenizatório. No mesmo sentido é a Súmula n. 101 do TST. Ressalta-se que não se trata de negar prestígio às normas coletivas, mas, sim, de colocar limites a tais negociações, que não podem se sobrepor à lei. TRT/SP 15ª Região 0010416-40.2015.5.15.0137 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. José Pitas. DEJT 11 maio 2017, p. 23530.

DIFERENÇA SALARIAL

1. DIFERENÇA SALARIAL. INCORPORAÇÃO DE ABONO AO SALÁRIO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS. MAJORAÇÃO SALARIAL COM ÍNDICE DIVERSO. VIOLAÇÃO AO ART. 37, X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. As Leis Complementares n. 245/2006, 293/2008 e 454/2014 incorporaram aos salários dos servidores municipais os abonos de R$ 100,00, R$ 80,00 e R$ 30,00, respectivamente. Configurou-se, assim, a violação ao disposto no art. 37, X, da Constituição Federal, pois a concessão de reajustes uniformes implica aumento superior para os padrões salariais inferiores e menor para os superiores, o que significa reajustes diferenciados e aplicação de índices distintos. TRT/SP 15ª Região 0010852-50.2016.5.15.0141 RO - Ac. PJe 11ª Câmara. Rel. Antonio Francisco Montanagna. DEJT 18 maio 2017, p. 32887.
2. DIFERENÇAS DE ADICIONAL NOTURNO. JORNADA MISTA. CABIMENTO. Se o empregado cumpre integralmente sua jornada de trabalho no período noturno, prorrogando-a no horário diurno, é devido o adicional quanto à prorrogação, mesmo se tratando de jornada mista, nos termos da Súmula n. 60, II, do C. TST. INTERVALO INTRAJORNADA. CONCESSÃO PARCIAL.

PAGAMENTO TOTAL DO PERÍODO CORRESPONDENTE. A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo para repouso e alimentação implica o pagamento total do período correspondente e não apenas daquele suprimido, acrescido do adicional mínimo de 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho, consoante o disposto no art. 71, § 4º, da CLT, aliado ao item I, da Súmula n. 437, do C. TST. Quanto à natureza da verba em questão, já se encontra pacificado na jurisprudência através da item III da Súmula n. 437 do C. TST que referida verba detém natureza salarial, sendo devida a condenação reflexa. TRT/SP 15ª Região 0012199-09.2015.5.15.0027 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Hélio Grasselli. DEJT 14 jun. 2017, p. 3415.

3. DIFERENÇAS DE HORAS EXTRAS. TRABALHO EM REGIME DE TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO DE 07h20MIN/08H00MIN MEDIANTE NEGOCIAÇÃO COLETIVA. HABITUAL EXTRAPOLAMENTO DA LIMITAÇÃO. NÃO APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 423 DO TST E SEUS EFEITOS. Não se olvida que com a iterativa, notória e atual jurisprudência, consubstanciada na Súmula n. 423 do TST, estabelecida jornada superior a 6 horas e limitada a 8 horas por meio de regular negociação coletiva, os empregados submetidos a turnos ininterruptos de revezamento não têm direito ao pagamento da 7ª e 8ª horas como extras. Entretanto, no caso, o elastecimento da jornada em turno ininterrupto de revezamento (que de regra deve ser de 06h00min), para 07h20min/08h00min em concomitância com a redução habitual do intervalo intrajornada e, ainda, a prestação de horas extras também habituais, descaracterizam a negociação coletiva que o autoriza, haja vista que inequivocamente deixa de ser observado o necessário requisito "[...] limitada a oito horas diárias por meio de regular negociação coletiva [...]". Notoriamente, a flexibilização (art. 7º, XIV, da CF/1988) reduz direitos em pleno prejuízo do trabalhador, de sorte que deve ser interpretada de forma restritiva e com maior rigor, sob pena de incorrer em mais prejuízos, como o elastecimento da jornada com limite de 07h20min/08h00min diárias e o pagamento de horas extras somente acima desse patamar. Recurso ordinário da reclamada desprovido. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. AUSÊNCIA DE INSTALAÇÕES ADEQUADAS NO LOCAL DE TRABALHO. TRATAMENTO DEGRADANTE. AUSÊNCIA MÍNIMA DE HIGIENE E SALUBRIDADE NO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO. DIREITO À INDENIZAÇÃO. PERTINÊNCIA. A indenização por danos morais pressupõe a existência de uma lesão a bem juridicamente tutelado que não pode ser exprimido em valores econômicos, porque se refere aos aspectos mais íntimos da personalidade, como a honra, a imagem. A tutela jurídica destes bens não suscetíveis de valor econômico está expressa, em nosso ordenamento jurídico, na própria CF/1988, que não só proclama a "dignidade da pessoa humana" como fundamento do Estado Democrático de Direito (art. 1º, III), como preceitua serem invioláveis "a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação" (art. 5º, X). No caso, prova oral comprovou a inexistência de instalações adequadas no interior das embarcações e das lanchas, obrigando o trabalhador a realizar suas necessidades fisiológicas em lugar impróprio e de modo precário. Patente, portanto, a conduta culposa do empregador, por omissão, ao não adotar medidas básicas de segurança e higiene no trabalho, expondo o obreiro a situação constrangedora e humilhante, em afronta à dignidade da pessoa. O trabalhador é sujeito, e não objeto da relação contratual, e tem direito a preservar sua integridade física, intelectual e moral, em face do poder diretivo do empregador. A subordinação no contrato de trabalho não compreende a pessoa do empregado, mas somente a sua atividade laborativa, esta sim submetida de forma limitada e sob ressalvas ao *jus variandi*. Portanto, não se trata aqui de meros dissabores próprios do desenvolvimento de determinada atividade profissional, mas, sim, de condições degradantes a que foi submetido o trabalhador, eis que não foram resguardadas as mínimas condições de higiene e salubridade no local de trabalho, caracterizando, assim, dano moral apto a ensejar o dever de indenizar. Recurso ordinário da reclamada conhecido e desprovido. TRT/SP 15ª Região 0011252-49.2014.5.15.0104 RO - Ac. PJe 6ª Câmara. Rel. Marcelo Bueno Pallone. DEJT 1º jun. 2017, p. 17166.

4. DIFERENÇAS DO FGTS. REGULARIDADE DO RECOLHIMENTO NA CONTA VINCULADA. ÔNUS DA PROVA. Cabe ao empregador o ônus de comprovar, em Juízo, o regular recolhimento dos depósitos do FGTS, independentemente da especificação do período questionado, na inicial. Súmulas n. 461 do C. TST e 56 deste Regional. MORA RESCISÓRIA. CARACTERIZAÇÃO.

DEPÓSITO DO ACRÉSCIMO DE 40% DO FGTS. INADIMPLEMENTO. MULTA DO ART. 477, § 8º, DA CLT. CABIMENTO. Comprovada e caracterizada a mora rescisória, pelo inadimplemento do depósito relativo ao acréscimo de 40% devido na ruptura contratual, assiste ao trabalhador direito à multa do art. 477, § 8º, da CLT. DANO MORAL. AMBIENTE DE TRABALHO. SANITÁRIOS INADEQUADOS. O empregador, ao empreender uma atividade econômica, tem a obrigação de manter ambiente de trabalho seguro e digno, garantindo a seus empregados as condições mínimas de higiene e segurança, a fim de implementar as garantias fundamentais insculpidas no art. 1º, incisos III e IV, da CF. O ambiente de trabalho desprovido de condições adequadas para higiene, submetendo o trabalhador à situação humilhante e constrangedora, configura o dano moral passível de reparação - art. 927 do CC. TRT/SP 15ª Região 0011377-70.2014.5.15.0151 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 29082.

5. DIFERENÇAS SALARIAIS POR ACÚMULO DE FUNÇÃO. É sabido que, para o deferimento do pleito de *plus* salarial por acúmulo de função, o qual encontra amparo no preceito que veda a realização de trabalho sem a devida contraprestação, deve haver prova de que a função foi exercida constante, concomitante e cumulativamente com a atividade para a qual fora o empregado contratado em caráter permanente, quando, normalmente, deveria ter sido desempenhada por outro empregado. A situação apta a ensejar o reconhecimento do direito ao acréscimo remuneratório por acúmulo de funções consiste, portanto, no exercício, com extrapolação da jornada, de atividades distintas e alheias àquelas inerentes à função para a qual o reclamante fora contratado. O art. 456, parágrafo único, da CLT, estipula que o empregado está obrigado a cumprir todas as funções compatíveis com sua condição pessoal, em sua jornada de trabalho normal. No caso, a prova oral acerca do desempenho de outras atribuições, pelo reclamante, além da de "Controlador de Acesso" (tais como: monitoramento de câmeras, limpeza e ronda), demonstra nítida contradição, devendo a cisão da prova ser interpretada em desfavor do reclamante. Sentença mantida. TRT/SP 15ª Região 0011384-26.2015.5.15.0087 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 8 jun. 2017, p. 3336.

6. DIFERENÇAS SALARIAIS. ABONO. REAJUSTES EM PERCENTUAIS DIFERENCIADOS. São devidas diferenças salariais decorrentes da incorporação de abonos instituídos em valores iguais para todos os trabalhadores pela lei municipal que acarretam reajustes em percentuais diferenciados por configurar afronta ao art. 37, inciso X, da Constituição Federal. TRT/SP 15ª Região 0010631-21.2016.5.15.0124 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 11 maio 2017, p. 9498.

7. DIFERENÇAS SALARIAIS. ACÚMULO DE FUNÇÃO. INDEVIDAS. Dispõe o art. 456, parágrafo único, da CLT, que à falta de prova ou inexistindo cláusula expressa a tal respeito, entender-se-á que o empregado obrigou-se a todo e qualquer serviço compatível com a sua condição pessoal. O exercício de atividades diversas, compatíveis com a condição pessoal do trabalhador, não enseja o pagamento de acréscimo salarial por acúmulo de funções e são remuneradas pelo salário todas as tarefas desempenhadas dentro da jornada de trabalho. Reforma-se. TRT/SP 15ª Região 0010531-50.2015.5.15.0076 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 14 jun. 2017, p. 1026.

8. DIFERENÇAS SALARIAIS. ACÚMULO DE FUNÇÕES. NÃO CARACTERIZAÇÃO. Distinguem-se, conceitualmente, função e tarefa: esta constitui a atividade específica, estrita e delimitada, existente na divisão do trabalho estruturada no estabelecimento ou na empresa; aquela, um conjunto coordenado e integrado de tarefas, formando um todo unitário. Uma função pode englobar uma única tarefa, mas, geralmente, engloba um conjunto de tarefas, isto é, de atribuições, poderes e atos materiais concretos. De outro lado, uma mesma tarefa pode integrar à composição de mais de uma função, sem que com isso venha necessariamente a comprometer a identidade própria e distintiva de cada uma das funções comparadas. No caso, de acordo com as provas coligidas, no limite, quando a reclamante auxiliou em outras funções, atuou no limite do *jus variandi* do empregador, sem, contudo, configurar o exercício cumulativo de outra atividade específica. Destarte, sendo as atividades compatíveis e apenas se inter-relacionando com a função para a qual originariamente fora contratada, evidentemente que não se caracteriza o acúmulo de função, não havendo respaldo para o acolhimento da pretensão obreira quanto a esse aspecto. Recurso

ordinário da reclamante conhecido e não provido. TRT/SP 15ª Região 0012302-43.2014.5.15.0094 RO - Ac. PJe 6ª Câmara. Rel. Fábio Allegretti Cooper. DEJT 1º jun. 2017, p. 17699.
9. DIFERENÇAS SALARIAIS. CABIMENTO. ANOTAÇÕES CTPS. VERACIDADE. PRESUNÇÃO. As anotações constante da CTPS do trabalhador gozam de presunção de veracidade - Súmula n. 12 do C. TST -, impondo ao empregador o ônus de comprovar que o salário apontado decorreu de erro. HORAS EXTRAS. DIFERENÇAS. PROVA. PAGAMENTO INDEVIDO. Reconhecida a idoneidade das anotações do controles de horário, cabe ao trabalhador demonstrar de forma precisa a incorreção do pagamento das horas extras, considerando a realidade da jornada de trabalho praticada com os limites de tolerância previstos pela norma consolidada. FERRAMENTAS PRÓPRIAS. USO. REPARAÇÃO. NÃO CABIMENTO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO CONTRATUAL. O fato do empregador, por definição legal, assumir os riscos do empreendimento não justifica, por si só, impor-lhe ônus contratuais que não foram objeto do pacto laboral. TRT/SP 15ª Região 0011209-81.2015.5.15.0006 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 11 maio 2017, p. 25045.
10. DIFERENÇAS SALARIAIS. DESVIO DE FUNÇÃO. A exigência de tarefas incompatíveis e de complexidade superior às contratadas desequilibra o ajuste inicial e resulta na obrigação de recompor o patrimônio do empregado. Por outro lado, o desempenho de atividades que se inserem dentro da própria função exercida, não proporcionam o desequilíbrio contratual capaz de ensejar o suposto acúmulo funcional. TRT/SP 15ª Região 0010805-31.2016.5.15.0059 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 1º jun. 2017, p. 8715.
11. DIFERENÇAS SALARIAIS. DESVIO/ACÚMULO DE FUNÇÕES. PROIBIÇÃO. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. Sempre houve remédio jurídico contra o desvio/acúmulo de função: o princípio que veda o enriquecimento sem causa, reconhecido e existente entre nós, desde o alvorecer do nosso direito; todavia, ainda que se entendesse que, antes da entrada em vigor do vigente Código Civil, não havia o que, no ordenamento jurídico pátrio, pudesse ser invocado para remediar semelhante situação, hodiernamente, o art. 884 do aludido Diploma Legal dá remédio eficaz para resolver o problema. Um empregado celebra um contrato de trabalho, por meio do qual se obriga a executar determinado serviço, aí toleradas pequenas variações, vedadas, por óbvio, as que alterem qualitativamente e/ou se desviem, de modo sensível, dos serviços a cuja execução se obrigou o trabalhador; em situações quejandas, caracterizado resta o enriquecimento sem causa, vedado pelo direito. TRT/SP 15ª Região 0013004-85.2014.5.15.0062 RO - Ac. PJe 6ª Câmara. Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani. DEJT 22 jun. 2017, p. 18197.
12. DIFERENÇAS SALARIAIS. EBCT. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. DESCUMPRIMENTO. CRITÉRIOS DE PROMOÇÃO NÃO OBSERVADOS. PRESCRIÇÃO. Considerando que o autor ainda é empregado da reclamada Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, não há que se falar em prescrição total, ante a manutenção do pacto laboral. Por outro lado, trata-se de relação jurídica de trato sucessivo, produzindo efeitos ao longo do tempo, logo exigíveis enquanto perdurar a relação contratual, observado apenas o quinquênio legal, sendo inaplicável o disposto na Súmula n. 294 do C. TST. Ao caso, tem aplicação o entendimento contido na Súmula n. 452 da mais alta Corte Trabalhista que preceitua que "tratando-se de pedido de pagamento de diferenças salariais decorrentes da inobservância dos critérios de promoção estabelecidos em Plano de Cargos e Salários criado pela empresa, a prescrição aplicável é a parcial, pois a lesão é sucessiva e se renova mês a mês". TRT/SP 15ª Região 0011814-41.2015.5.15.0066 RO - Ac. PJe 6ª Câmara. Rel. Fábio Allegretti Cooper. DEJT 22 jun. 2017, p. 17273.
13. DIFERENÇAS SALARIAIS. FUNÇÃO DE OPERADOR DE TELEVENDAS/TELEATENDIMENTO E BALCONISTA (VENDEDOR). INDEVIDAS. Como restou demonstrado, a obreira não trabalhava no balcão, e, sim, na sede da reclamada, no atendimento ao telefone, em jornada diminuta de seis horas diárias. Não é possível conceder a ela o direito ao piso salarial do "balconista vendedor", que trabalha no balcão por 44 horas semanais e ali concretiza suas vendas. A norma coletiva vigente à época em que a obreira prestou serviços à reclamada não previa piso salarial específico para a função de operador de teleatendimento, razão pela qual foi corretamente enquadrada, para efeitos salariais, como "empregados em geral", percebendo idêntica remuneração, mesmo com jornada de seis horas diárias. Reforma-se a r. sentença. TRT/SP 15ª Região 0010257-87.2016.5.15.0129 ROPS - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 11 maio 2017, p. 1813.

14. DIFERENÇAS SALARIAIS. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. MEIO PROBATÓRIO QUE SE ENCONTRA NA POSSE DO EMPREGADOR. ILEGITIMIDADE DA RECUSA INJUSTIFICADA DE EXIBIÇÃO. APLICAÇÃO DA TEORIA DA APTIDÃO PARA A PROVA. A regra geral de atribuição do ônus da prova ao trabalhador que pleiteie diferenças salariais pode ser relativizada no processo do trabalho, operando-se a inversão do ônus da prova em benefício do empregado, por aplicação subsidiária do CDC, que permite essa providência quanto aos fatos cujo meio probante encontre-se na posse do empregador. É ilegítima a recusa injustificada do empregador na exibição dos documentos que contêm os dados adotados para a fixação do salário do trabalhador, uma vez que constituem uma fonte para cálculo da respectiva remuneração, sendo, portanto, documentos de apresentação obrigatória, nos termos do art. 400 do NCPC. Aplicação da moderna teoria da aptidão para a prova, que justifica a inversão do encargo em determinadas hipóteses, e expressamente prevista no § 1º do art. 373 do CPC/2015. TRT/SP 15ª Região 0010969-26.2016.5.15.0146 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira. DEJT 4 maio 2017, p. 10102.

15. DIFERENÇAS SALARIAIS. REVISÃO GERAL ANUAL. POSSIBILIDADE. Dispõe o inciso X do art. 37 da CF que a "remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa de cada caso, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices", de modo que é forçoso concluir que esse dispositivo trata de dois institutos distintos: o aumento salarial (que consiste em "acréscimo remuneratório real") e a revisão anual (que constitui a "recomposição do poder aquisitivo da moeda em decorrência das perdas inflacionárias"). O aumento de vencimentos está ligado à discricionariedade do administrador, que decidirá da oportunidade, necessidade e conveniência de sua concessão, entende-se que é dependente de dotação orçamentária e de lei específica, em razão da imprevisão da data e índice de sua concessão. Contudo, o mesmo entendimento não se aplica à revisão anual, posto que esta é previsível, na medida em que é concedida anualmente e em percentuais suficientes para recompor as perdas inflacionárias. É, pois, inequívoco que o Poder Judiciário pode impor cumprimento ao disposto no art. 37, X, da CF, garantindo a revisão anual dos salários. Imposição de reajuste suficiente para garantir a atualização do poder aquisitivo do salário, adotando o INPC do período anual imediatamente anterior. Recurso parcialmente provido. TRT/SP 15ª Região 0011575-23.2016.5.15.0124 RO - Ac. PJe 5ª Câmara. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DEJT 18 maio 2017, p. 12177.

16. DSRS. DIFERENÇAS. PROFESSOR. REMUNERAÇÃO MENSAL CALCULADA À BASE DE HORA-AULA. ACRÉSCIMO DE 1/6. DEVIDAS. O professor que recebe salário mensal à base de hora-aula tem direito ao acréscimo de 1/6 a título de repouso semanal remunerado, ou seja, o salário mensal do professor que recebe por horas-aula não engloba os DSRs, de tal sorte que este título deve ser remunerado à parte. Logo, não tendo o reclamado quitado corretamente os DSRs da professora demandante, tem-se por devidas as diferenças pleiteadas. Incidência dos arts. 320 da CLT e 7º, alínea "b" da Lei n. 605/1949, bem como da Súmula n. 351 do C. TST. Recurso ordinário do Município a que se nega provimento. TRT/SP 15ª Região 0010390-42.2016.5.15.0061 RO - Ac. PJe 5ª Câmara. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DEJT 18 maio 2017, p. 9071.

DIREITO DE IMAGEM

CESSÃO DE DIREITO DE IMAGEM DE ATLETA. CONTRATO EXCEPCIONAL. PROVA DOCUMENTAL. Ainda que a cessão do direito de imagem do atleta mediante pagamento encontre previsão legal (art. 87-A da Lei n. 9.615/1998), em razão da sua excepcionalidade não pode ser presumida qualquer pactuação "verbal" neste sentido. Considerando que fatos extraordinários devem ser robustamente comprovados pela parte interessada, incumbe ao clube reclamado apresentar em juízo prova documental que ampare a tese defensiva, sob pena de se reconhecer a natureza salarial de todos os valores pagos "por fora". TRT/SP 15ª Região 0010726-33.2016.5.15.0130 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 25 maio 2017, p. 23837.

DIREITO DO TRABALHO

1. DIREITO DO TRABALHO. ACÚMULO DE FUNÇÃO. ART. 456 DA CLT. NÃO CARACTERIZAÇÃO. O exercício de múltiplas tarefas dentro do horário de trabalho, desde que compatíveis com a função contratada, não caracteriza o acúmulo de funções, consoante dispõe o parágrafo único do art. 456 da CLT. TRT/SP 15ª Região 0010829-34.2015.5.15.0014 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 4 maio 2017, p. 5343.

2. DIREITO DO TRABALHO. ADESÃO A PROGRAMA DE INCENTIVO À DEMISSÃO VOLUNTÁRIA. EFICÁCIA JURÍDICA. COMPENSAÇÃO DE VALORES INDEVIDA. QUITAÇÃO RESTRITA ÀS PARCELAS DISCRIMINADAS NO TRCT. A adesão ao Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PDV) não acarreta a quitação geral dos direitos oriundos da relação de emprego mas representa, apenas, o interesse do trabalhador em se desligar da empresa. Nesse sentido, somente comprova o pagamento das parcelas e valores constantes do TRCT, sendo inviável a compensação com as verbas reconhecidas em juízo. Inteligência da OJ n. 356 da SDI-1 do C. TST. JORNADA DE TRABALHO. TEMPO À DISPOSIÇÃO DO EMPREGADOR. CONFIGURAÇÃO. HORAS EXTRAS DEVIDAS. Os minutos que antecedem e sucedem a jornada constituem tempo à disposição do empregador, sendo irrelevante a sua destinação. Com a entrada nas dependências da empresa para cumprir sua jornada de trabalho, o empregado se encontra à disposição do empregador, submetendo-se, inclusive, ao seu poder hierárquico e disciplinar, na forma do art. 4º da CLT. Neste contexto, desde que ultrapassados os limites do art. 58, § 1º, da CLT, a totalidade dos minutos deverá ser considerada na jornada, com a consequente remuneração. Inteligência da Súmula n. 429 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0010682-26.2014.5.15.0084 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 18 maio 2017, p. 19858.

3. DIREITO DO TRABALHO. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. AUSÊNCIA DE PERÍCIA TÉCNICA. REVELIA E CONTROVÉRSIA QUANTO AO ADICIONAL PERSEGUIDO. NULIDADE ABSOLUTA. O art. 195, § 2º, da CLT é expresso ao determinar a realização de perícia para aferimento da existência ou não de condições de trabalho insalubres ou perigosas. Trata-se de norma imperativa. Nessa esteira, ainda que a primeira reclamada tenha sido revel e confessa quanto à matéria fática, não autoriza, por si só, a conclusão de existência do direito ao adicional de periculosidade postulado na inicial, devendo o juiz determinar a realização de prova técnica, embora o juiz não esteja necessariamente adstrito ao laudo (art. 479 do CPC/2015). Ademais, havendo controvérsia nos autos sobre o trabalho em condições perigosas, no exercício da função de técnico instalador de TV a Cabo e Virtual, a realização de perícia não se trata de uma faculdade do julgador, mas de uma obrigação imposta por lei, mediante mera arguição da parte. A matéria relativa ao adicional de periculosidade é eminentemente técnica e, assim, exige a realização de perícia, conforme dispõe o art. 195, CLT, não constitui faculdade do julgador, afigurando-se indispensável, ainda quando aplicada a pena de confissão à parte reclamada. Friso que a questão da apuração da periculosidade no ambiente de trabalho do autor decorre de norma imperativa, motivo pelo qual, independentemente de pedido da parte prejudicada, constatando nos autos a violação de norma imperativa, é de rigor decretar de ofício a nulidade do julgado, com a reabertura da instrução processual, e realização da prova pericial para a apuração de eventual periculosidade no ambiente de trabalho do autor. TRT/SP 15ª Região 0011091-29.2015.5.15.0096 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 11 maio 2017, p. 20711.

4. DIREITO DO TRABALHO. ADICIONAL DE REMUNERAÇÃO. TRABALHO RURAL A CÉU ABERTO. EXPOSIÇÃO AO CALOR EXCESSIVO. INSALUBRIDADE. CONFIGURAÇÃO. O trabalho rural a céu aberto enseja o pagamento do adicional de insalubridade, em razão da exposição ao calor acima dos limites de tolerância, nos termos dos Quadros 1 a 3 do Anexo 3 da NR n. 15 da Portaria n. 3.214/1978 do Ministério do Trabalho e Emprego e incidência dos termos do item II da OJ-SDI1 n. 173 do C. TST. No caso, tendo a reclamante, durante a vigência do pacto laboral, exercido atividades pesadas, conforme se infere no Anexo n. 3 da NR-15 do Ministério do Trabalho e Emprego, para a qual o limite máximo de temperatura permitido é de 25º, e sendo obtido no trabalho pericial temperatura superior ao limite estabelecido pela Norma Regulamentadora, entendo devido o adicional de insalubridade. CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA. DESCONTOS INDEVIDOS.

DEVOLUÇÃO. Apenas empregados filiados podem sofrer dedução de contribuição confederativa e associativa, sob pena de violação ao princípio da liberdade de associação sindical, na forma contida na Constituição Federal, em seu art. 8º, V. Cláusulas coletivas que fixem contribuições em favor da entidade, obrigando trabalhadores não filiados, são nulas de pleno direito, sendo passíveis de devolução os valores eventualmente descontados. Nesta linha, o Precedente Normativo n. 119 e na OJ n. 17 da SDC, ambos do C. TST, assim como a Súmula Vinculante n. 40 do E. STF. TRT/SP 15ª Região 0010605-19.2015.5.15.0072 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 1º jun. 2017, p. 19360.

5. DIREITO DO TRABALHO. ALTA MÉDICA PREVIDENCIÁRIA. RECUSA DA EMPRESA EM RECEBER O TRABALHADOR. SALÁRIOS. Se a empregadora não concorda com a alta da Previdência Social, deve ajuizar a medida judicial cabível contra o INSS, bem como procurar realocar o empregado em função compatível com o seu estado de saúde, destacando-se que o risco da atividade econômica não pode ser transferido ao trabalhador. Ademais, referida alta se configura ato administrativo, tendo como atributos a presunção de legitimidade, imperatividade e autoexecutoriedade. Registre-se que esse tipo de conduta viola os princípios da dignidade humana, da função social da empresa e do contrato, da solidariedade e justiça sociais, consagrados nos arts. 1º, incisos III e IV; 3º, inciso I, e 170 da Constituição Federal. Após a alta, portanto, está o trabalhador à disposição do empregador, conforme art. 4º, CLT, sendo devidos os salários. TRT/SP 15ª Região 0010755-19.2015.5.15.0001 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 1º jun. 2017, p. 19765.

6. DIREITO DO TRABALHO. CONTRATO LABORAL TÍPICO. MONTADOR DE MÓVEIS. CONFIGURAÇÃO. Para a caracterização do vínculo empregatício, na conjugação dos art. 2º e 3º da CLT, exige-se que estejam presentes todos os requisitos relacionados com a habitualidade, a subordinação jurídica, a pessoalidade e a onerosidade. Pelo empregador, a assunção do risco do empreendimento e a direção dos serviços. No caso, o que se dessume, após rigorosa análise do conjunto de provas, é que o reclamante, como montador de móveis, atuou diretamente para a consecução da atividade fim da empresa, visto que, sendo ela uma empresa comerciante varejista de móveis, deveria entregar os móveis vendidos já montados aos clientes. Não há qualquer dado em contrário, no sentido de que o comércio se desse de forma outra e que fosse uma assunção do comprador a responsabilidade pela montagem paga do serviço. Recurso patronal a que se nega provimento. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS. PODER-DEVER DO MAGISTRADO. O Magistrado, imbuído na função estatal que lhe é competente, dispõe do poder-dever de expedir os ofícios às autoridades competentes, conduta amparada pelo art. 2º da Constituição da República, e pelos arts. 631, 652, "d", e 653, "f", todos da CLT. Mais. Pode-se dizer que assim se encontra na obrigação de comunicar atos que entende lesivos, não só ao trabalhador, como à sociedade como um todo, para que as irregularidades sejam devidamente apuradas e sanadas. Procedimento correto, mantém-se. MULTA DO ART. 477 DA CLT. RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EM JUÍZO. CABIMENTO. O artigo sob comento prevê expressamente a exceção para sua incidência na parte final do § 8º, qual seja, quando o trabalhador der causa ao atraso. Assim, a controvérsia não se insere dentro do permissivo autorizador para o afastamento da multa. Recurso obreiro provido neste mister. TRT/SP 15ª Região 0010464-83.2015.5.15.0109 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 18 maio 2017, p. 19569.

7. DIREITO DO TRABALHO. CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA E ASSISTENCIAL. EMPREGADOS NÃO FILIADOS AO SINDICATO. IMPOSSIBILIDADE DE DEDUÇÃO. Apenas empregados filiados podem sofrer dedução de contribuição confederativa e associativa, sob pena de violação ao princípio da liberdade de associação sindical, previsto na Constituição Federal, em seu art. 8º, V, estando tal entendimento pacificado na jurisprudência pela Súmula Vinculante n. 40 do E. STF, resultado da conversão da Súmula n. 666. TRT/SP 15ª Região 0011297-53.2016.5.15.0146 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 1º jun. 2017, p. 20701.

8. DIREITO DO TRABALHO. DANO MORAL. CONDIÇÕES SANITÁRIAS INDIGNAS NO AMBIENTE DE TRABALHO. NR-24. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA DIGNIDADE DA PESSOA E AOS VALORES SOCIAIS DO TRABALHO. REPARAÇÃO DEVIDA. Restou incontroverso nos autos que o reclamante era maquinista ferroviário e, como tal, foi submetido a constrangimento porque, ao longo

das longas viagens que realizava, não tinha como utilizar sanitários, devendo fazer suas necessidades dentro da própria composição ferroviária, sobre sacos de lixo, jornal ou dentro de garrafas "pet", para, somente depois, na parada, serem descartados. Trata-se de ordem constitucional prevista no Diploma de 1988, como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, o respeito à dignidade da pessoa humana e aos valores sociais do trabalho (art. 1º, III e IV), aviltados com a situação encontrada. Nessa perspectiva, o empregador, ao empreender uma atividade econômica, tem a obrigação de manter um ambiente de trabalho seguro e digno, garantindo a seus empregados as condições mínimas de higiene e segurança, a fim de implementar as garantias fundamentais acima citadas. Reparação civil devida, nos termos dos arts. 186 e 927, CC. TRT/SP 15ª Região 0010831-03.2015.5.15.0079 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 4 maio 2017, p. 5359.

9. DIREITO DO TRABALHO. DESCANSO SEMANAL REMUNERADO. INCORPORAÇÃO AO SALÁRIO DETERMINADA POR NORMA COLETIVA. POSSIBILIDADE. Considera-se válida a incorporação do pagamento do descanso semanal remunerado no valor do salário-hora, desde que instituída por meio de regular negociação coletiva, em homenagem à autonomia privada coletiva, consagrada pela Constituição Federal em seu art. 7º, XXVI. TRT/SP 15ª Região 0011722-12.2015.5.15.0083 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 4 maio 2017, p. 6186.

10. DIREITO DO TRABALHO. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER PREVISTA EM NORMA COLETIVA. INDENIZAÇÃO SUBSTITUTIVA. POSSIBILIDADE. A omissão da empregadora em adimplir obrigação de fazer, prevista em ajuste coletivo, no caso consistente em fornecer café da manhã, causou prejuízo à empregada, seja sob a ótica da responsabilidade contratual (art. 389 do Código Civil), como extracontratual (arts. 186 e 927 do Código Civil). Nesse contexto, a obrigação de indenizar decorre do simples inadimplemento da obrigação e da previsão legal referida, dispensando a expressa referência ao direito na norma coletiva e não se confundindo com a multa convencional eventualmente prevista no ajuste. JORNADA DE TRABALHO. INTERVALO DO ART. 384 DA CLT. PERTINÊNCIA. O C. TST já acumula decisões proferidas posteriormente ao julgamento do incidente de inconstitucionalidade (IIN-RR-1.540/2005-046-12-00-5, ocorrido na sessão do Pleno do dia 17.12.2008), no sentido de serem devidas horas extras decorrentes da não observância do intervalo previsto no art. 384 da CLT. Pondo uma pá de cal, o Pleno do E. STF, em 27 de novembro de 2014, negou provimento ao Recurso Extraordinário n. 658.312/SC, com repercussão geral reconhecida, fixando a tese de que o art. 384 da CLT foi, de fato, recepcionado pela Constituição da República de 1988, não afrontando o princípio da igualdade de direitos. Intervalo devido, portanto. TRT/SP 15ª Região 0011198-23.2015.5.15.0048 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 18 maio 2017, p. 20550.

11. DIREITO DO TRABALHO. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. MULTA DO ART. 477, CLT. MASSA FALIDA. Nos termos da Súmula n. 338 do C. TST, a massa falida não se sujeita à penalidade do art. 467, nem à multa do § 8º do art. 477, ambos da CLT. Entretanto, extinto o contrato de trabalho antes da decretação da falência, afigura-se devida a penalidade do art. 477, § 8º, da CLT, uma vez que, ao tempo da rescisão contratual, a empresa não se encontrava impedida de honrar com os pagamentos do trabalhador, sendo, portanto, inaplicável, ao caso, o entendimento sumulado. DIREITO DO TRABALHO. REMUNERAÇÃO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. TRABALHADOR RURAL. EXPOSIÇÃO A CALOR INTENSO. Conforme os termos do Quadro 1, Anexo 3, da Norma Regulamentadora n. 15, há descrição de insalubridade, em grau médio (20%), para a hipótese de trabalhador rural, exercente de atividade pesada, em trabalho contínuo, a céu aberto, exposto a temperatura ambiental superior a 25ºC (ou 26,7ºC para os períodos da entressafra). Aplicação da OJ-SDI-1 n. 173, II, do TST. Adicional de insalubridade devido, na forma do art. 192, CLT. TRT/SP 15ª Região 0010066-82.2015.5.15.0127 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 1º jun. 2017, p. 17977.

12. DIREITO DO TRABALHO. FUNDAÇÃO CASA. REMUNERAÇÃO. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. AGENTE DE APOIO SOCIOEDUCATIVO. INAPLICABILIDADE. O adicional de periculosidade previsto em favor do vigilante, em decorrência de violência urbana (Lei n. 12.740/2012), não se aplica ao agente de apoio socioeducativo da Fundação Casa, órgão destinado

à execução de medidas socioeducativas a adolescentes que praticaram atos infracionais. A atividade exercida pelo trabalhador não se enquadra na hipótese descrita no inciso II do art. 193 da CLT, não havendo hipótese legal que respalde a pretensão. FUNDAÇÃO CASA. PCCS 2002 E 2006. PROGRESSÃO FUNCIONAL. AUSÊNCIA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO. A progressão horizontal, com base no PCCS 2002 da Fundação, está condicionada à avaliação de desempenho. Assim sendo, a sua ausência acarreta a impossibilidade da promoção do reenquadramento e a concessão das decorrentes diferenças salariais pelo Poder Judiciário, que não pode substituir a ação a ser procedida pela Fundação. Recurso ordinário da reclamada a que se dá provimento. TRT/SP 15ª Região 0010511-61.2015.5.15.0043 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 4 maio 2017, p. 5083.

13. DIREITO DO TRABALHO. GRUPO ECONÔMICO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. Comprovada a constituição de grupo econômico envolvendo as reclamadas, resta inafastável a responsabilidade solidária daquelas pelo crédito trabalhista devido ao reclamante. Inteligência do art. 2º, § 2º, CLT. TRT/SP 15ª Região 0012005-60.2015.5.15.0010 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 1º jun. 2017, p. 21836.

14. DIREITO DO TRABALHO. HORAS *IN ITINERE* FIXADAS EM NORMAS COLETIVAS. CRITÉRIO DA RAZOABILIDADE. TESE PREVALECENTE N. 1. Diante do critério da flexibilização das condições de trabalho (CF, art. 7º, IV), da valoração constitucional dada à negociação coletiva (CF, art. 7º, XXVI), do princípio do conglobamento e dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade é reconhecida a validade e prevalência das normas coletivas que disciplinam com razoabilidade o quantitativo de tempo prefixado para pagamento das horas de percurso, desde que não contenham distorções significativas, isto é, não seja inferior a 50% do tempo real de percurso. Esta é a tese prevalecente no âmbito deste Eg. Tribunal Regional do Trabalho, conforme decidido no Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 5133.25.2016.5.15.0000. Comprovado que a média prefixada pelo acordo coletivo não guarda a proporcionalidade referida acima, procede a pretensão de diferenças. TRT/SP 15ª Região 0010085-88.2015.5.15.0127 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 18 maio 2017, p. 19025.

15. DIREITO DO TRABALHO. INTERVALO DO ART. 384 DA CLT. APLICAÇÃO À MULHER. INCABÍVEL AOS TRABALHADORES DO SEXO MASCULINO. Não há como estender a aplicação dos termos do art. 384 da CLT, aos trabalhadores do sexo masculino. *A priori*, analisando-se de forma sistemática, denota-se que o preceito legal está inserido no capítulo III, que se reporta, exclusivamente, à normatização do trabalho da mulher. Tem sido, ainda, entendimento pacífico nas Cortes Trabalhistas que o intervalo sob comento visa a equiparação entre os trabalhadores do sexo feminino e masculino, e não o contrário. Tais decisões vêm ao encontro da proteção inserida em princípios maiores, conceitos mais amplos que a mera distinção fisiológica entre os sexos e a necessidade abstrata de equiparação. É patente a diferença na compleição física entre os seres do sexo oposto, o que é reconhecido tanto na própria CLT, em sua seção XIII, nas normas atinentes ao trabalho insalubre e perigoso, quanto na legislação previdenciária, que prevê jubilação em tempo especial a elas - *vide* o art. 201, § 7º, I e II, da CF. Na mesma linha, tratou a Constituição de prever a necessária diferenciação quanto ao interregno concedido à licença-maternidade e à destinada à paternidade (art. 7º, XVIII e XIX, e ADCT, art. 10, § 1º). CUMULAÇÃO DOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. IMPOSSIBILIDADE. Indevida, por encontrar óbice na expressão dos arts. 7º, XXIII, da CF/1988 e 193, § 2º, da CLT, a cumulação dos adicionais de insalubridade e periculosidade, cabendo, no entanto, ao empregado optar pelo que lhe for mais benéfico, em sede de liquidação de sentença, assegurada a dedução do título até então recebido, a fim de se evitar o enriquecimento sem causa. TRT/SP 15ª Região 0010273-71.2015.5.15.0001 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 4 maio 2017, p. 4910.

16. DIREITO DO TRABALHO. INTERVALO INTERJORNADA. VIOLAÇÃO DO ART. 66 DA CLT. Comprovada nos autos a violação do art. 66 da CLT, em razão da inobservância do necessário intervalo contínuo de, no mínimo, 11 horas entre uma jornada e outra, é de fato devido o pagamento do tempo suprimido, devendo ser saldado como horas extras, em observância à OJ n. 355 da SDI -I do C. TST. INTANGIBILIDADE SALARIAL. CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA. DESCONTOS INDEVIDOS. DEVOLUÇÃO. Apenas empregados filiados podem sofrer dedução de contribuição

confederativa e associativa, sob pena de violação ao princípio da liberdade de associação sindical, na forma contida na Constituição Federal, em seu art. 8º, V. Cláusulas coletivas que fixem contribuições em favor da entidade, obrigando trabalhadores não filiados, são nulas de pleno direito, sendo passíveis de devolução os valores eventualmente descontados, pois em violação ao art. 462, CLT. Nesta linha, o Precedente Normativo n. 119 e na OJ n. 17 da SDC, ambos do C. TST, assim como a Súmula n. 666 e Súmula Vinculante de n. 40 do E. STF. TRT/SP 15ª Região 0011938-71.2015.5.15.0018 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 1º jun. 2017, p. 21697.

17. DIREITO DO TRABALHO. INTERVALO INTRAJORNADA. PERÍODO SUPERIOR AO LIMITE LEGAL DE DUAS HORAS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL OU NORMA COLETIVA OU ACORDO COLETIVO. HORAS EXTRAS DEVIDAS. O art. 71 da CLT é claro em dispor que o intervalo máximo de duas horas pode ser majorado por lei, acordo escrito ou norma coletiva. Dessa forma, não havendo lei, negociação coletiva ou acordo escrito autorizando esse elastecimento, configura-se tempo à disposição do empregador, sendo devidas as horas extras respectivas, nos termos da Súmula n. 118 do TST, segundo a qual "os intervalos concedidos pelo empregador na jornada de trabalho, não previstos em lei, representam tempo à disposição da empresa, remunerados como serviço extraordinário, se acrescidos ao final da jornada". TRT/SP 15ª Região 0011320-33.2015.5.15.0049 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 1º jun. 2017, p. 20767.

18. DIREITO DO TRABALHO. INTERVALO INTRAJORNADA. TEMPO GASTO NO DESCOLAMENTO ATÉ O REFEITÓRIO E HIGIENE PESSOAL. Não há previsão legal para que o tempo de deslocamento até o refeitório, bem como o tempo gasto com higiene pessoal, seja deduzido do intervalo intrajornada, uma vez que, durante este período, o empregado sequer se encontra à disposição do empregador. Ademais, nesse interregno, o empregado tem autonomia para usufruí-lo da forma que lhe convier, inclusive sobre sua alimentação e higiene. O art. 71 da CLT prevê a concessão de um intervalo mínimo de uma hora para repouso e alimentação em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de seis horas, o que restou devidamente comprovado pela reclamada. Apelo do reclamante a que se nega provimento. TRT/SP 15ª Região 0011988-93.2015.5.15.0084 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 1º jun. 2017, p. 21785.

19. DIREITO DO TRABALHO. JORNADA DE TRABALHO. ALTERNÂNCIA DE HORÁRIO TRIMESTRAL. TURNO ININTERRUPTO DE REVEZAMENTO. CARACTERIZAÇÃO. Embora a alternância de turno ultrapasse a escala mensal, cumprido o regime de doze horas em escala de 2x2, consoante recente posicionamento da Corte Superior Trabalhista, a referida alternância, por si só, não descaracteriza o turno ininterrupto de revezamento, resultando devidas as horas superiores à 6ª diária e 36ª semanal, na forma do art. 7º, XIV, CF. Recurso a que se nega provimento. TRT/SP 15ª Região 0010347-68.2016.5.15.0041 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 25 maio 2017, p. 18013.

20. DIREITO DO TRABALHO. JORNADA DE TRABALHO. HORAS EXTRAS. TRABALHO EXTERNO. APLICAÇÃO DO ART. 62, INCISO I, DA CLT. Compete ao empregador provar o enquadramento do empregado na exceção do art. 62, I, CLT, conforme arts. 818, CLT, c/c 333, CPC, e não na regra geral do Capítulo da Duração do Trabalho. Na hipótese, comprovada a possibilidade de fiscalização da atividade e o controle do tempo despendido, afasta-se a exceção, sendo devidas as horas extras. TRT/SP 15ª Região 0011518-05.2014.5.15.0082 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 18 maio 2017, p. 20955.

21. DIREITO DO TRABALHO. JORNADA DE TRABALHO. TEMPO À DISPOSIÇÃO. ART. 4º DA CLT. SÚMULAS N. 429 E 366 DO TST. O interregno de deslocamento entre a portaria da empresa e o local de trabalho é considerado à disposição do empregador, nos moldes do art. 4º da CLT. Neste sentido, a Súmula n. 429 do C. TST. Da mesma forma, o tempo gasto pelo empregado com a troca de roupa, EPIs, tomar café da manhã e aguardar o início de sua jornada, ou seja, todo aquele lapso temporal gasto no preparativo para assumir o posto de trabalho é considerado tempo à disposição do empregador, pois a este interessa o início da jornada exatamente no horário determinado, para que não haja prejuízo em sua produção. Ultrapassado o limite diário de dez minutos, todo o tempo deve ser computado como extraordinário. TRT/SP 15ª Região 0010898-06.2015.5.15.0131 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 11 maio 2017, p. 20547.

22. DIREITO DO TRABALHO. JORNADA SUPERIOR A SEIS HORAS DIÁRIAS. INTERVALO INTRAJORNADA, NO MÍNIMO, DE UMA HORA. O art. 71 da CLT traduz-se em norma imperativa, não distinguindo entre jornada contratual e jornada suplementar, sendo de clareza meridiana ao prever a concessão de intervalo, quando a jornada exceda as seis diárias. O desrespeito ao intervalo resultará no pagamento do referido período como hora extraordinária. Essa, a exegese da Súmula n. 437, I e IV, do C. TST. JORNADA DE TRABALHO. HORAS *IN ITINERE.* NÃO FORNECIMENTO DE CONDUÇÃO PELO EMPREGADOR. UTILIZAÇÃO DE VEÍCULO PRÓPRIO DO EMPREGADO. Independentemente da constatação sobre a dificuldade de acesso ou a existência de transporte público regular, o reconhecimento do direito às horas *in itinere* também pressupõe a utilização, pelo empregado, de condução fornecida pelo empregador, nos moldes do que dispõe o § 2º do art. 58 da CLT, bem como o item I da Súmula n. 90 do TST. Não havendo provas desses requisitos, em sua integralidade, de se negar provimento ao recurso. TRT/SP 15ª Região 0010603-85.2015.5.15.0060 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 1º jun. 2017, p. 19336.

23. DIREITO DO TRABALHO. JORNADA. SUPRESSÃO DE HORAS EXTRAS. INDENIZAÇÃO. SÚMULA N. 291 DO C. TST. É devido o pagamento de indenização, conforme entendimento firmado pela Súmula n. 291 do C. TST, em virtude da supressão de horas extraordinárias prestadas com habitualidade por mais de um 1 ano, conforme ocorrido na hipótese em exame. TRT/SP 15ª Região 0010021-07.2016.5.15.0010 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 11 maio 2017, p. 19965.

24. DIREITO DO TRABALHO. MUNCÍPIO DE ADAMANTINA. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. INCENTIVO FINANCEIRO ADICIONAL. PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. Muito embora considere que o incentivo de custeio do programa não se confunde com o incentivo financeiro adicional ou "parcela extra", destinado especificamente aos agentes comunitários de saúde, há que se verificar a possibilidade de tal vantagem pecuniária ser instituída por Portaria do Ministério da Saúde. A propósito, a partir de recentes julgados, o C. TST tem se posicionado no sentido de que tal vantagem pecuniária somente poderia ser implementada com a edição de lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo local, sendo aplicáveis à hipótese os arts. 61, §§ 1º e 2º, e 169, § 1º, I e II, da CF, indevido, portanto, o incentivo pleiteado. TRT/SP 15ª Região 0011105-97.2015.5.15.0068 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 11 maio 2017, p. 20722.

25. DIREITO DO TRABALHO. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS. PAGAMENTO MENSAL. HABITUALIDADE. NATUREZA SALARIAL. A Lei n. 10.101/2000, em seu art. 3º, § 2º, dispõe que a participação nos lucros não substitui ou complementa a remuneração devida a qualquer empregado, nem constitui base de incidência de qualquer encargo trabalhista, não se lhe aplicando o princípio da habitualidade, sendo vedado o pagamento em mais de duas vezes no mesmo ano civil e em periodicidade inferior a um trimestre civil. Conclui-se, desta forma, que a habitualidade do pagamento da parcela desvirtua o propósito da Lei n. 10.101/2000, havendo que ser reconhecida a natureza salarial da verba paga a esse título. Parcialmente provido. TRT/SP 15ª Região 0010752-49.2016.5.15.0027 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 1º jun. 2017, p. 19756.

26. DIREITO DO TRABALHO. PRÊMIO INCENTIVO ESPECIAL. NATUREZA JURÍDICA. INTEGRAÇÃO AO SALÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. Tratando-se o empregador de ente da Administração Pública, submetido ao princípio da legalidade (art. 37, CF), a parcela denominada prêmio de incentivo não se incorpora ao salário, pois a norma que o instituiu, Lei Estadual n. 8.975/1994, afastou expressamente sua natureza salarial, dada sua associação a evento certo, não havendo, portanto, que se falar em reflexos daquele prêmio nas verbas postuladas. TRT/SP 15ª Região 0012968-27.2015.5.15.0056 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 1º jun. 2017, p. 22438.

27. DIREITO DO TRABALHO. PRINCÍPIO DA INTANGIBILIDADE SALARIAL. CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA. DESCONTOS INDEVIDOS. DEVOLUÇÃO. Apenas empregados filiados podem sofrer dedução de contribuição confederativa e associativa, sob pena de violação ao princípio da liberdade de associação sindical, na forma contida na Constituição Federal, em seu art. 8º, V. Cláusulas coletivas que fixem contribuições em favor da entidade, obrigando trabalhadores não filiados, são nulas de pleno direito, sendo passíveis de devolução os valores eventualmente descontados. Nesta linha, o Precedente Normativo n. 119 e a OJ n. 17 da SDC, ambos do C. TST, assim como

a Súmula Vinculante n. 40 do STF. Recurso da reclamada negado neste ponto. TRABALHADOR RURAL. ADICIONAL DE REMUNERAÇÃO. TRABALHO A CÉU ABERTO. EXPOSIÇÃO AO CALOR EXCESSIVO. INSALUBRIDADE. O trabalho rural a céu aberto enseja o pagamento do adicional de insalubridade, em razão da exposição ao calor acima dos limites de tolerância, nos termos dos Quadros 1 a 3 do Anexo 3 da NR n. 15. TRT/SP 15ª Região 0010973-63.2016.5.15.0146 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 1º jun. 2017, p. 20279.

28. DIREITO DO TRABALHO. REFLEXOS DO VALOR DAS HORAS EXTRAS NA REMUNERAÇÃO DO DESCANSO SEMANAL REMUNERADO. REPERCUSSÃO EM OUTRAS VERBAS. IMPOSSIBILIDADE. Como é cediço, as horas extras habitualmente prestadas geram reflexos nas demais verbas: inteligência das Súmulas n. 45, 63, 172 e 376, II, do C. TST. Todavia, é entendimento do C. TST, por meio da OJ n. 394 da SDI-I que, sob pena de *bis in idem*, a majoração do DSR pela integração das horas extras habituais não repercute na gratificação natalina, nas férias acrescidas de 1/3 e no FGTS. Nesse sentido, também a Súmula n. 79 deste E. TRT. TRT/SP 15ª Região 0011441-27.2014.5.15.0104 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 1º jun. 2017, p. 20952.

29. DIREITO DO TRABALHO. REMUNERAÇÃO. ABONO DESEMPENHO. HABITUALIDADE NO PAGAMENTO. INTEGRAÇÃO AO SALÁRIO. O abono desempenho, conquanto previsto na Legislação Municipal o caráter excepcional e de natureza transitória, deve ser integrado aos salários do empregado, se comprovado que o seu pagamento, na realidade, ocorria de forma habitual (art. 457, § 1º, da CLT), conforme se verificou na hipótese dos autos. Recurso do Município a que se nega provimento. GRATIFICAÇÃO DE PRONTO-SOCORRO. PAGAMENTO HABITUAL. NATUREZA JURÍDICA. A habitualidade no pagamento da parcela impõe o reconhecimento da natureza salarial da verba, ainda que paga por mera liberalidade, devendo, portanto, repercutir nas demais parcelas salariais, consoante o disposto no § 1º do art. 457 da CLT. TRT/SP 15ª Região 0010179-70.2015.5.15.0051 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT. 1º jun. 2017, p. 18254.

30. DIREITO DO TRABALHO. REMUNERAÇÃO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. LIMPEZA DE BANHEIROS DE USO PÚBLICO. EXPOSIÇÃO A AGENTES BIOLÓGICOS. A atividade de limpar banheiros e auxiliar em serviços diversos em uma agência bancária, com a presença de inúmeros funcionários e clientes, implica contato direto com lixo urbano de toda uma coletividade, em nada semelhante ao lixo residencial, impondo-se uma interpretação teleológica, para aplicação do Anexo 14 da NR-15, o qual trata de contato com agentes biológicos. Adicional de insalubridade devido em grau máximo. TRT/SP 15ª Região 0010576-53.2014.5.15.0120 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 1º jun. 2017, p. 19284.

31. DIREITO DO TRABALHO. REMUNERAÇÃO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. TRABALHADOR RURAL. EXPOSIÇÃO A CALOR INTENSO. Conforme os termos do Quadro 1, Anexo 3, da Norma Regulamentadora n. 15, há descrição de insalubridade, em grau médio (20%), para a hipótese de trabalhador rural, exercente de atividade pesada, em trabalho contínuo, a céu aberto, exposto a temperatura ambiental superior a 25ºC (ou 26,7ºC para os períodos da entressafra). Aplicação da OJ-SDI-1 n. 173, II, do TST. Adicional de insalubridade devido, na forma do art. 192, CLT. CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA. DESCONTOS INDEVIDOS. DEVOLUÇÃO. Apenas empregados filiados podem sofrer dedução de contribuição confederativa e associativa, sob pena de violação ao princípio da liberdade de associação sindical, na forma contida na Constituição Federal, em seu art. 8º, V. Cláusulas coletivas que fixem contribuições em favor da entidade, obrigando trabalhadores não filiados, são nulas de pleno direito, sendo passíveis de devolução os valores eventualmente descontados. Nesta linha, o Precedente Normativo n. 119 e a OJ n. 17 da SDC, ambos do C. TST, assim como a Súmula Vinculante n. 40 do STF. TRT/SP 15ª Região 0010704-14.2016.5.15.0117 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 1º jun. 2017, p. 19633.

32. DIREITO DO TRABALHO. REMUNERAÇÃO. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. AUXILIAR DE RAMPA. DEVIDO. A prova pericial técnica, realizada para cumprimento do art. 195, CLT, detectou que o trabalhador se ativava, de forma habitual e intermitente, na área de operação das aeronaves, assim considerada área de risco, nos termos da NR-16, Anexos 1 e 2, da Portaria n. 3.214/1978, sendo devido

o adicional perseguido. Inaplicável ao caso a Súmula n. 447, TST. CUMULAÇÃO DOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. IMPOSSIBILIDADE. Indevida, por encontrar óbice na expressão dos arts. 7º, XXIII, da CF/1988 e 193, § 2º, da CLT, a cumulação dos adicionais de insalubridade e periculosidade, cabendo ao empregado, no entanto, optar pelo que lhe for mais benéfico, em sede de liquidação de sentença, assegurada a dedução do título até então recebido, a fim de se evitar o enriquecimento sem causa. TRT/SP 15ª Região 0010292-86.2015.5.15.0095 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 1º jun. 2017, p. 18545.

33. DIREITO DO TRABALHO. REMUNERAÇÃO. FIXAÇÃO DO SALÁRIO DE ENGENHEIRO. SALÁRIO PROFISSIONAL FIXADO EM MÚLTIPLOS DO SALÁRIO-MÍNIMO. APLICAÇÃO DA LEI N. 4.950-A/1966. O art. 1º da Lei n. 4.950-A/1966 fixou o salário-mínimo dos diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária. O salário-mínimo profissional deverá ser 6 (seis) vezes o salário-mínimo nacional para as jornadas de 6 (seis) horas diárias, ante o disposto nos art. 3º, alíneas "a" e "b", 5º e 6º da referida Lei. Entretanto, é pacífico, na jurisprudência, que o respeito ao valor do salário-mínimo profissional deve ser verificado apenas quando da admissão do empregado, não se mostrando possível a correção automática do salário profissional baseada no reajuste do salário-mínimo nacional, sob pena de violação ao art. 7º, IV, CF. TRT/SP 15ª Região 0012178-18.2015.5.15.0032 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 1º jun. 2017, p. 22058.

34. DIREITO DO TRABALHO. REMUNERAÇÃO. SEXTA PARTE. SERVIDOR CELETISTA. DEVIDOS. O art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo não fez qualquer ressalva, ao determinar o direito à sexta parte e quinquênios aos servidores públicos estaduais, de forma que se impõe concluir que as parcelas são devidas independentemente do vínculo mantido entre servidor e administração pública. TRT/SP 15ª Região 0010176-05.2016.5.15.0044 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 25 maio 2017, p. 17718.

35. DIREITO DO TRABALHO. RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. JUSTA CAUSA. DANO MORAL. IMPERTINÊNCIA. O exercício do direito potestativo pelo empregador para a rescisão do contrato de trabalho por justa causa, por si só, não caracteriza dano à moral do empregado. A discussão judicial sobre a causa da dispensa, igualmente, não enseja direito de receber reparação civil por tal fato. A reversão da causa da dispensa em juízo não enseja a reparação por dano moral, mas apenas as reparações materiais próprias da despedida sem justa causa. Não tendo o empregador transbordado do direito de rescindir, não restam preenchidos os requisitos caracterizadores da responsabilidade civil, na forma do art. 186, C. Civil. Recurso da reclamada a que se dá provimento. DIREITO DO TRABALHO. INTERVALO DO ART. 384 DA CLT. PERTINÊNCIA. O C. TST já acumula decisões proferidas posteriormente ao julgamento do incidente de inconstitucionalidade (IIN-RR-1.540/2005-046-12-00-5, ocorrido na sessão do Pleno do dia 17.12.2008), no sentido de serem devidas horas extras decorrentes da não observância do intervalo previsto no art. 384 da CLT. Ao encontro dessa proteção, recente decisão do E. STF, em 27 de novembro de 2014, por maioria, negou provimento ao Recurso Extraordinário n. 658.312/SC, decidindo que o art. em análise foi recepcionado pela CF, estando em plena vigência, portanto. A jurisprudência maior, pois, pacífica e remansosa nesse sentido, de modo que não há como afastar o direito às horas extras decorrentes do intervalo descumprido. DIREITO DO TRABALHO. INTANGIBILIDADE SALARIAL. CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA. DESCONTOS INDEVIDOS. DEVOLUÇÃO. Apenas empregados filiados podem sofrer dedução de contribuição confederativa e associativa, sob pena de violação ao princípio da liberdade de associação sindical, na forma contida na Constituição Federal, em seu art. 8º, V. Cláusulas coletivas que fixem contribuições em favor da entidade, obrigando trabalhadores não filiados, são nulas de pleno direito, sendo passíveis de devolução os valores eventualmente descontados, pois em violação ao art. 462, CLT. Nesta linha, o Precedente Normativo n. 119 e a OJ n. 17 da SDC, ambos do C. TST, assim como a Súmula n. 666 e Súmula Vinculante de n. 40 do E. STF. TRT/SP 15ª Região 0010255-58.2015.5.15.0063 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 11 maio 2017, p. 20119.

36. DIREITO DO TRABALHO. RESCISÃO INDIRETA. IRREGULARIDADE NO RECOLHIMENTO DOS DEPÓSITOS DO FGTS. CONFIGURAÇÃO. A irregularidade no recolhimento dos depósitos do FGTS no curso do contrato de trabalho é, por si só, suficiente para a configuração da falta grave

descrita no art. 483, alínea “d”, da CLT, razão pela qual é procedente o pleito pelo reconhecimento da rescisão indireta e deveres correlatos. TRT/SP 15ª Região 0010387-25.2016.5.15.0017 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 25 maio 2017, p. 18151.
37. DIREITO DO TRABALHO. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL COLETIVO. CARACTERIZAÇÃO. O dano moral coletivo é o resultado de uma conduta antijurídica que, por ser absolutamente injusta e intolerável, agride os valores éticos mais caros à comunidade, provocando repulsa e indignação na consciência coletiva. Em consequência da repercussão daquela conduta antijurídica, que violou valores sociais fundamentais, exigir-se-á a responsabilização civil do agente violador, mediante a fixação de uma indenização por danos morais coletivos. Correta a r. sentença, portanto, ao condenar a reclamada à reparação civil, por infringência a normas de higiene do trabalho, calcadas na exigência de jornadas laborais excessivas. Recurso patronal a que se nega provimento. TRT/SP 15ª Região 0010146-30.2015.5.15.0003 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 11 maio 2017, p. 20029.
38. DIREITO DO TRABALHO. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL. ASSÉDIO MORAL. TRATAMENTO DO SUPERIOR HIERÁRQUICO DESRESPEITOSO. Alegado o assédio moral, ônus do autor a prova, conforme art. 818, CLT, c/c 373, I, CPC. Demonstrando o painel probatório que o superior hierárquico do reclamante impunha um clima desagradável e desrespeitoso no ambiente de trabalho, intolerável ao homem médio, com humilhações, xingamentos e colocações vexatórias, configura-se o dano moral indenizável. Preenchidos, pois, os requisitos do art. 186, C. Civil, devida a indenização por dano moral. TRT/SP 15ª Região 0012407-12.2014.5.15.0129 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 25 maio 2017, p. 20284.
39. DIREITO DO TRABALHO. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL. TRANSPORTE DE VALORES. Comprovado nos autos que a reclamante fazia transporte de valores, não há dúvidas de que a reclamada expôs ao risco a vida da trabalhadora, tendo em vista a possibilidade mais efetiva de sofrer um assalto. Ainda que nenhuma prova seja produzida em relação a eventual dano psicológico, há que se presumir que, nos dias de hoje, qualquer trabalhador médio submetido a tal atividade, sem qualquer preparo para tanto, sem a adequada segurança visando impedir ações de marginais, carregando dinheiro do empregador, sofre abalo emocional, por evidente. O empregador feriu, com esta atitude, a dignidade humana, na medida em que este transporte era feito sem qualquer segurança, agindo a reclamada de forma negligente em relação ao quadro de funcionários envolvidos. Art. 186, C. Civil, pressupostos preenchidos, indenização por dano moral devida. TRT/SP 15ª Região 0011379-32.2016.5.15.0034 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 1º jun. 2017, p. 20864.
40. DIREITO DO TRABALHO. VÍNCULO DE EMPREGO RECONHECIDO EM JUÍZO. DESPEDIDA SEM JUSTA. MULTA DO ART. 477, CLT. PAGAMENTO DEVIDO. Tendo em vista o reconhecimento do vínculo empregatício, com a consequente configuração da despedida sem justa causa e diante da ausência de pagamento das verbas rescisórias, observando-se a modalidade resilitória reconhecida, devida a multa do art. 477, § 8º, da CLT, conforme entendimento firmado pela Súmula n. 462 do C. TST. Recurso provido. TRT/SP 15ª Região 0010278-24.2014.5.15.0003 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 4 maio 2017, p. 4949.

DIREITOS INDIVIDUAIS

DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. Configura-se a lesão a direitos individuais homogêneos quando o ato do empregador (origem comum) é capaz de ferir o direito de diversos trabalhadores simultaneamente. Inteligência do art. 81, parágrafo único, III, do CDC. TRT/SP 15ª Região 0012122-98.2014.5.15.0038 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira. DEJT 4 maio 2017, p. 12644.

DÍVIDA

1. DÍVIDA ATIVA. COBRANÇA. PENALIDADE POR INFRAÇÃO A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA. ÓRGÃO DOS ENTES PÚBLICOS DA FEDERAÇÃO. ILEGALIDADE. NULIDADE. APLICAÇÃO DO

ART. 21, XXIV DA CF/1988. Não se inserindo no âmbito dos Órgãos da Federação a competência para imposição de penalidades previstas pela legislação trabalhista, padece de nulidade auto de infração lavrado por agentes públicos estaduais e municipais, gerando em consequência a nulidade das certidões de dívida ativa em face de sua ilegalidade. Aplicação do art. 21, XXIV, da CF/1988. AUTO DE INFRAÇÃO. NULIDADE. ABUSO DE PODER. AVALIAÇÃO SUBJETIVA DO AGENTE PÚBLICO. Padece de nulidade auto de infração lavrado com fundamento em avaliação subjetiva do agente público, quando não declinada nenhuma hipótese concreta da infração imputada ao empregador, caracterizando o abuso do direito na ação da fiscalização. TRT/SP 15ª Região 0010681-18.2016.5.15.0069 AP - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 27632.

2. IPCA-E. DÍVIDAS PÚBLICAS E PRIVADAS. ADI N. 4.357/DF. ADI 4.425/DF. INCONSTITUCIONALIDADE PARCIAL DO § 12 DO ART. 100 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E, POR ARRASTAMENTO, DO ART. 5º DA LEI N. 11.960/2009, QUE ALTEROU O ART. 1º DA LEI N. 9.494/1997. Em sede de execução contra a Fazenda Pública, declarada pelo STF a inconstitucionalidade parcial por arrastamento do art. 5º da Lei n. 11.960/2009, fruto da declaração de inconstitucionalidade da expressão "índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança", constante do § 12 do art. 100 da Constituição Federal, deixa de ter amparo jurídico a adoção da TR como fator de atualização monetária dos débitos judiciais trabalhistas, porquanto não mais prevalece o sistema instituído pelo art. 5º da Lei n. 11.960/2009. Adotado entendimento que recusa substrato constitucional para adoção do índice oficial da caderneta de poupança para atualização de débitos judiciais, sob o argumento que a atualização monetária deve corresponder ao índice de desvalorização da moeda em certo período de tempo, e entendendo a Suprema Corte que o índice da poupança não reflete a perda de poder aquisitivo da moeda, não pode a dívida judicial trabalhista continuar a ser corrigida monetariamente pela poupança. Os textos legais que assim dispunham não sobrevivem, sendo arrastados para a ilegalidade pela decisão proferida pelo Supremo. De fato, se a correção monetária em decisões judiciais tem como finalidade única e exclusiva recompor a depreciação da moeda nacional e manter o real poder aquisitivo da dívida reconhecida judicialmente, não se pode impor ao credor privado critério de atualização monetária que a Suprema Corte recusou para o credor de dívida pública, de igual natureza, sob pena de ofensa ao princípio constitucional da isonomia e da igualdade. Não se concebe a existência de índices diferentes para devedores públicos e privados. As dívidas derivadas dos direitos adquiridos frente ao regime jurídico da CLT, forjadas no desenvolvimento da relação contratual de emprego ostentam a mesma natureza jurídica, seja o devedor pessoa de direito público ou privado. Nesse contexto, como os índices de correção monetária devem refletir a inflação acumulada no período, como forma de preservar o valor aquisitivo originário da moeda, garantindo quanto possível seu real e efetivo poder de compra frente ao decurso do tempo, e levando em conta as recomendações emanadas do CSJT, entendo que a partir de 25.3.2015 deve ser adotado o índice de variação do IPCA-E para atualização monetária dos débitos judiciais de natureza trabalhista, conforme decisão do C. TST nos autos do processo TST-ED-ArgInc-479- 60.2011.5.04.0231, Tribunal Pleno, rel. Min. Cláudio Mascarenhas Brandão. TRT/SP 15ª Região 0000536-29.2014.5.15.0082 AP - Ac. PJe 10ª Câmara. Rel. João Alberto Alves Machado. DEJT 4 maio 2017, p. 13360.

DOENÇA

1. DOENÇA DE ORIGEM OCUPACIONAL NÃO DEMONSTRADA. AUSÊNCIA DE PROVA DO NEXO CAUSAL. ESTABILIDADE ACIDENTÁRIA. DESCABIMENTO. Não havendo nos autos prova segura do nexo causal entre a doença desenvolvida pela trabalhadora e as atividades laborais desempenhadas durante o período em que se ativou em benefício da empresa acionada, resta forçoso o indeferimento do pedido fundado em de estabilidade acidentária. TRT/SP 15ª Região 0010465-54.2014.5.15.0028 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 25 maio 2017, p. 22684.

2. DOENÇA DO TRABALHO. RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR. ADOÇÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS AO EMPREGADO. É dever da empregadora adotar medidas necessárias a garantir

ao empregado seu direito fundamental a um ambiente e métodos de prevenção de doenças ocupacionais, conforme previsto no art. 7º, inciso XXII, da Constituição e art. 157 da CLT. Incorrendo em culpa por omissão grave, causando prejuízo funcional definitivo ao recorrido, é responsável pelas reparações materiais e morais, conforme previsto no art. 7º, inciso XXVIII, da Constituição e art. 927 do Código Civil. TRT/SP 15ª Região 0011183-84.2014.5.15.0017 RO - Ac. PJe 4ª Câmara. Rel. Dagoberto Nishina de Azevedo. DEJT 11 maio 2017, p. 14385.

3. DOENÇA OCUPACIONAL (ACIDENTE DO TRABALHO POR EQUIPARAÇÃO). NEXO DE CAUSALIDADE E RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR. RISCO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL. REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS. PERTINÊNCIA (§ 1º DO ART. 927 DO NCC). Em caso de acidente do trabalho típico ou moléstia que se lhe equipare, o art. 7º, XXVIII, da CF/1988 assegura ao trabalhador o amparo da seguridade social, sem prejuízo do direito à reparação por danos materiais e morais, quando o empregador incorrer em dolo o culpa. Não há dúvida que a CF/1988 cogita de responsabilidade civil subjetiva patronal, em caso de infortúnio. Não descarta, porém, a responsabilidade civil objetiva do empresário que no exercício normal de atividade que, por sua natureza, coloca em risco a integridade física, a saúde, ou, ainda, ofenda a intimidade, a privacidade, a honra, a imagem ou outros valores inerentes aos direitos da sua personalidade do seu empregado (CF/1988, art. 5º, X, e Código Civil, arts. 186, 187 e 927 e seu parágrafo único). Na hipótese, partindo-se da premissa da responsabilidade civil subjetiva patronal, de acordo com as provas coligidas, denota-se que a ré se descurou das normas mínimas de segurança e saúde da trabalhadora e, assim, de velar pelas suas condições físicas, concorrendo para o resultado lesivo, o que configura o ato ilícito capaz de gerar as reparações correspondentes, devendo arcar com as consequências daí advindas, nos termos dos arts. 186, 187 e 927 do Código Civil. Recurso ordinário da reclamada conhecido e desprovido. TRT/SP 15ª Região 0012483-15.2014.5.15.0039 RO - Ac. PJe 6ª Câmara. Rel. Fábio Allegretti Cooper. DEJT 1º jun. 2017, p. 17773

4. DOENÇA OCUPACIONAL (ACIDENTE DO TRABALHO POR EQUIPARAÇÃO). NEXO DE CAUSALIDADE E RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR. RISCO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL. REPARAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. PERTINÊNCIA (§ 1º DO ART. 927 DO NCC). Em caso de acidente do trabalho típico ou moléstia que se lhe equipare, a CF/1988 no art. 7º, inciso XXVIII, assegura ao trabalhador o amparo da seguridade social, sem prejuízo do direito à reparação por danos materiais e morais, quando o empregador incorrer em dolo o culpa. Não há dúvida que a Constituição Federal cogita de responsabilidade civil subjetiva patronal, em caso de infortúnio. Não se descarta, porém, a responsabilidade civil objetiva do empresário que, no exercício normal de atividade que, por sua natureza, coloca em risco a integridade física, a saúde, ou, ainda, ofender a intimidade, a privacidade, a honra, a imagem ou outros valores inerentes aos direitos da sua personalidade do seu empregado (CF/1988, art. 5, X, e Código Civil, art. 927 e seu parágrafo único). Na hipótese, de acordo com as provas produzidas, a ré descurou-se das normas mínimas de segurança e saúde da trabalhadora e, assim, de velar pelas suas condições físicas, concorrendo para o resultado lesivo (doença ocupacional), o que configura o ato ilícito capaz de gerar as reparações correspondentes, devendo arcar com as consequências daí advindas, nos termos dos arts. 186, 187 e 927 do Código Civil. Recurso da reclamada desprovido. TRT/SP 15ª Região 0010366-03.2015.5.15.0076 RO - Ac. PJe 6ª Câmara. Rel. Marcelo Bueno Pallone. DEJT 1º jun. 2017, p. 16370.

5. DOENÇA OCUPACIONAL. CAUSA E CONCAUSALIDADE APURADA PELA PERÍCIA MÉDICA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E MATERIAL. CABIMENTO. Comprovado mediante prova pericial que as atividades laborais envolvendo esforço físico no segmento da coluna lesionado foram decisivas para o agravamento da doença do trabalhador, assim como a culpa do empregador no evento danoso, uma vez que não foram tomadas as medidas e os cuidados eficientes para evitar o dano, exsurge o dever de indenizar o abalo moral e material imposto ao trabalhador. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NÃO CABIMENTO. Ausente a assistência sindical, indevida a verba de honorários advocatícios - Súmulas n. 219 e 329 do C. TST. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. LOCAL DE TRABALHO ALTERADO. ÔNUS PROBATÓRIO. Havendo alteração do local de trabalho impedindo a avaliação pericial das condições de trabalho vivenciadas pelo empregado, cabe ao empregador fornecer elementos probatórios para que a prova pericial possa ser realizada com os dados que

permitam ao perito concluir pela ausência de trabalho insalubre, ante o princípio da aptidão para a prova. TRT/SP 15ª Região 0011218-27.2014.5.15.0152 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 13 jun. 2017, p. 23455.

6. DOENÇA OCUPACIONAL. COLUNA LOMBAR. AGRAVAMENTO DA DOENÇA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAL E MATERIAL. CABIMENTO. Comprovado que as atividades laborais atuaram como fator contributivo para o aparecimento e/ou agravamento da doença que acometeu o empregado, e a culpa da empresa, que não tomou medidas necessárias para manter condições ergonômicas compatíveis com as características individualizadas do trabalhador, exsurge ao empregador o dever de reparação. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. Tendo o reclamante apresentado declaração de hipossuficiência financeira e estando assistido pelo sindicato, devida a verba de honorários advocatícios - Súmulas n. 219 e 329 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0011619-26.2014.5.15.0152 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 29794.

7. DOENÇA OCUPACIONAL. CONCAUSA. DANO MORAL DEVIDO. O dano moral visa ressarcir a violação de aspectos íntimos da personalidade, ou seja, ressarce a dor sofrida pelo trabalhador, que foi gerada pela doença e nexo concausal em razão das condições de trabalho a que estava submetido. Nesse prisma, constatado que o reclamante é portador de doença ocupacional, oriunda das condições de trabalho que lhe eram impostas na reclamada, devida é a reparação por danos morais sofridos. TRT/SP 15ª Região 0011438-45.2014.5.15.0113 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Hélio Grasselli. DEJT 25 maio 2017, p. 4280.

8. DOENÇA OCUPACIONAL. DANOS MORAL E MATERIAL. AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE LABORAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. Indevido o pagamento de indenização por danos moral e material, quando comprovado que o trabalhador não suporta redução em sua capacidade laboral, em razão de doença, cujo nexo causal com as atividades desempenhadas no curso do contrato de trabalho não restou, satisfatoriamente, demonstrado. INTERVALO INTRAJORNADA. BANCÁRIO. EXTRAPOLAÇÃO HABITUAL DA JORNADA DE SEIS HORAS. O fato da jornada contratual do bancário ser de seis horas não impede a incidência da cominação prevista no § 4º do art. 71 da CLT, quando se verificar, no caso concreto, que a jornada especial do bancário é habitualmente extrapolada - Súmula n. 437, IV, do TST. INTERVALO DE 15 MINUTOS QUE ANTECEDE A JORNADA EXTRAORDINÁRIA. ART. 384 DA CLT. O descumprimento do intervalo de 15 minutos, a que alude o art. 384 da CLT, atrai a aplicação analógica do art. 71, § 4º, da CLT, acarretando o pagamento das horas extras correspondentes. DIVISOR DO BANCÁRIO. INCIDENTE DE RECURSO REPETITIVO N. 0000849-83.2013.5.03.0138. ADEQUAÇÃO DA SENTENÇA. Os divisores aplicáveis aos bancários são definidos com base na regra prevista no art. 64 da CLT, sendo 180 e 220, para a jornada de seis e oito horas, respectivamente. Incidente de Recurso Repetitivo n. 0000849-83.2013.5.03.0138. TRT/SP 15ª Região 0012327-17.2015.5.15.0128 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 4 maio 2017, p. 12930.

9. DOENÇA OCUPACIONAL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. NEXO CAUSAL NÃO COMPROVADO. Não demonstrado o nexo de causalidade ou concausalidade entre as atividades desenvolvidas na empresa e a doença que acomete a reclamante, diante da constatação que se trata de doença degenerativa, indevida a condenação da reclamada ao pagamento de indenização por danos morais ou materiais decorrentes da alegada doença. TRT/SP 15ª Região 0010431-25.2015.5.15.0067 RO - Ac. PJe 3ºC. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 22 jun. 2017, p. 6735.

10. DOENÇA OCUPACIONAL. NEXO DE CAUSALIDADE. AUSÊNCIA. REPARAÇÃO INDEVIDA. O art. 19 da Lei n. 8.213/1991 conceitua acidente do trabalho como sendo aquele que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa. Por sua vez, o art. 20 da mesma Lei considera como acidente de trabalho as doenças ocupacionais, gênero que engloba a doença profissional, assim entendida como aquela produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade; e a doença do trabalho, a adquirida ou ocorrida em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente. Dessa forma, constatado pelo laudo pericial que a doença do trabalhador não possui sua causa no trabalho

desenvolvido na reclamada, resta indevida qualquer reparação. Recurso do reclamante a que se nega provimento. TRT/SP 15ª Região 0010693-53.2015.5.15.0138 RO - Ac. PJe 5ª Câmara. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DEJT 13 jun. 2017, p. 2620.

11. DOENÇA OCUPACIONAL. NEXO DE CAUSALIDADE. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E MATERIAL. CABIMENTO. Comprovado que as atividades laborais contribuíram para o surgimento da doença que acometeu a empregada, assim como a culpa no evento danoso, uma vez que não foram tomadas as medidas e os cuidados necessários para evitar o dano, exsurge ao empregador a obrigação de indenizar o abalo moral e material daí decorrentes. ACORDO COLETIVO E CONVENÇÃO COLETIVA. ART. 620 DA CLT. PRINCÍPIO DA NORMA MAIS FAVORÁVEL. Conforme exegese que se extrai do art. 620 da CLT, as condições estabelecidas em convenção coletiva de trabalho, quando mais favoráveis, devem prevalecer sobre aquelas estipuladas em acordo coletivo, em observância ao princípio da norma mais benéfica. MINUTOS RESIDUAIS. TEMPO DESPENDIDO NO PERCURSO ENTRE A PORTARIA E O SETOR DE TRABALHO E TROCA DE UNIFORME. O tempo despendido pelo trabalhador no transcurso da portaria ao vestiário, troca de uniforme e encaminhamento ao setor de trabalho deve ser computado na jornada de trabalho, quando ultrapassados os limites previstos no § 1º do art. 58 da CLT. Aplicação das Súmulas n. 366 e 429 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0012725-02.2014.5.15.0062 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 30905.

12. DOENÇA OCUPACIONAL. REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORATIVA. EXPECTATIVA DE ASCENSÃO PROFISSIONAL DANO HIPOTÉTICO. INDENIZAÇÃO INDEVIDA. Nosso ordenamento jurídico alberga, nas perdas e danos, apenas os prejuízos diretos e imediatos do evento danoso, não alcançando eventuais prejuízos decorrentes de suposições ou expectativas incertas, na medida em que é vedada expressamente a indenização por dano potencial ou hipotético, nos moldes previstos no art. 403 do Código Civil. Em razão disso, nem mesmo pela teoria francesa da perda de uma chance (*perte d'une chance*) - a qual, apesar de não ter previsão legal, pode ser aplicada diante da consagração do princípio da reparação integral do dano prevista no art. 5º, V e X, da Constituição Federal - seria possível admitir o pagamento de indenização nessa hipótese, haja vista que, por tal teoria, é indispensável que, ainda que não exista um dano direto e imediato à vítima, haja uma possibilidade real de que o dano venha a ocorrer, excluindo-se, assim, a mera expectativa ou a possibilidade potencial. Portanto, não havendo prova nos autos de que a redução da capacidade laborativa do obreiro implicou em comprometimento de concreta ascensão profissional, entendo que não há como se acolher o recurso, no particular. TRT/SP 15ª Região 0010261-75.2015.5.15.0092 RO - Ac. PJe 5ª Câmara. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DEJT 18 maio 2017, p. 8576.

13. NEXO TÉCNICO EPIDEMIOLÓGICO. DOENÇA OCUPACIONAL. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. ÔNUS DA PROVA. NEXO TÉCNICO PREVIDENCIÁRIO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. DESOSSADORA DE AVES. MOVIMENTOS REPETITIVOS. A atividade de desossador de aves possui acentuado grau de risco ergonômico e envolve movimentos repetitivos propícios ao desenvolvimento de Ler/Dort, circunstância reconhecida como nexo técnico epidemiológico, no Decreto n. 6.042/2007. Corolário direto desse raciocínio é a inversão do ônus da prova, de modo que a reclamada deverá afastar, diante do NTEP, a presunção legal. *In casu*, a reclamada não se desincumbiu de seu ônus. DOENÇA DO TRABALHO. FRIGORÍFICO. DESOSSA DE AVES. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ART. 927, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO CIVIL. APLICABILIDADE. O ordenamento jurídico pátrio prevê, como regra, a aplicação da teoria subjetiva da responsabilidade civil quando da apuração de acidentes de trabalho e de doenças ocupacionais. Ocorre, todavia, que o mandamento constitucional inserto no *caput* do art. 7º, permite a aplicação do art. 927, parágrafo único, do Código Civil quando o magistrado se deparar com atividades cujo risco de geração de danos à saúde e à segurança do trabalhador for deveras elevado. Trata-se de casos em que a necessidade de comprovação, por parte do trabalhador, da culpa da reclamada inviabilizaria a tutela jurisdicional dos direitos fundamentais previstos pela Constituição Federal de 1988. Evidente, *in casu*, que a atividade de abate e desossa de aves - ou outras carnes - realizada no âmbito dos frigoríficos se enquadra na exceção prevista pela legislação civil, sendo imperiosa a aplicação da teoria objetiva da responsabilidade. Desta forma, despicienda qualquer atividade jurisdicional no sentido de se perscrutar a culpa da reclamada pela ocorrência do acidente de trabalho.

Recurso da reclamada a que se nega provimento. TRT/SP 15ª Região 0011715-89.2015.5.15.0060 RO - Ac. PJe 11ª Câmara. Rel. João Batista Martins César. DEJT 22 jun. 2017, p. 36392.

DONO DA OBRA

1. DONA DA OBRA. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL. CONTRATO DE EMPREITADA. RESPONSABILIDADE. APLICAÇÃO DA OJ N. 191. Diante da inexistência de previsão legal específica, o contrato de empreitada entre o dono da obra e o empreiteiro não enseja responsabilidade subsidiária nas obrigações trabalhistas contraídas pelo empreiteiro, salvo sendo o dono da obra uma empresa construtora ou incorporadora. Sentença mantida. TRT/SP 15ª Região 0010771-04.2014.5.15.0002 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 14 jun. 2017, p. 1354.
2. DONO DA OBRA. OJ N. 191 DA SDI-1 DO C. TST. RESPONSABILIDADE. Verificado que a contratação se deu por contrato de empreitada por obra certa, e que o reclamado não é empresa construtora ou incorporadora, fica afastada a sua responsabilidade por eventuais verbas inadimplidas pelo empregador. Inteligência da OJ n. 191 da SDI-1 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0010133-95.2015.5.15.0111 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 1º jun. 2017, p. 7066.
3. DONO DA OBRA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. A responsabilização do dono da obra, de forma subsidiária, tem por fundamento a própria ordem constitucional (CF, art. 170 e art. 1º, IV), não facultando que a empresa se beneficie da força humana do obreiro sem assumir responsabilidade nas relações jurídicas de que participa, especialmente quando se trata de obrigações trabalhistas inadimplidas ao longo do contrato. TRT/SP 15ª Região 0010699-21.2015.5.15.0151 RO - Ac. PJe 11ª Câmara. Rel. Eder Sivers. DEJT 18 maio 2017, p. 32294.
4. DONO DA OBRA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. INEXISTÊNCIA. A contratação de empresa para a execução de obra certa, que não configure atividade fim do dono da obra, descaracteriza a terceirização e insere o recorrente na condição de dono da obra, impedindo a aplicação do entendimento constante da Súmula n. 331 do C. TST. E inexiste amparo legal para o reconhecimento da responsabilidade do dono da obra, aplicando-se o entendimento pacificado na OJ n. 191 da SDI-1 do TST. TRT/SP 15ª Região 0011194-26.2015.5.15.0067 ROPS - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 25 maio 2017, p. 26745.
5. DONO DA OBRA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. NÃO CONFIGURAÇÃO. Tratando-se de contratação de empresa para execução de obras específicas, com estipulação prévia de prazos e valores para sua consecução, sem relação com a atividade fim da contratante, atua esta como dona da obra, circunstância que afasta sua responsabilidade pelas obrigações derivadas do contrato de trabalho firmado entre o autor e a empresa contratada, não incidindo os termos da Súmula n. 331 do C. TST. Aplicação do entendimento contido na OJ n. 191 da SDI-1 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0010163-98.2016.5.15.0078 RO - Ac. PJe 10ª Câmara. Rel. Fabio Grasselli. DEJT 29 jun. 2017, p. 17394.

ECT

1. EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - DR/SPI. PLANO DE CARGOS E SALÁRIO APLICÁVEL AO CONTRATO DE TRABALHO. Consoante se extrai das cláusulas normativas do PCCS de 2008 instituído pela reclamada, cuja validade foi reconhecida pelo C. TST, haveria a possibilidade de não aceite do novo plano de carreiras, cargos e salários, por meio de manifestação expressa do trabalhador. Tendo a ré comprovado a notificação reiterada dos empregados acerca de abertura de prazo para não aceite ao novo plano, por meio de boletins informativos, e não havendo qualquer prova nos autos de que o autor tenha efetivamente optado em permanecer enquadrado no PCCS/1995, não há se falar na incorporação deste último ao contrato de trabalho. TRT/SP 15ª Região 0011489-05.2015.5.15.0151 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Carlos Eduardo Oliveira Dias. DEJT 25 maio 2017, p. 28155.

2. EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - DR/SPI. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS APLICÁVEL AO CONTRATO DE TRABALHO. Consoante se extrai das cláusulas normativas do PCCS de 2008 instituído pela reclamada, cuja validade foi reconhecida pelo C. TST, haveria a possibilidade de não aceite do novo plano de carreiras, cargos e salários, por meio de manifestação expressa do trabalhador. Tendo a ré comprovado a notificação reiterada dos empregados acerca de abertura de prazo para não aceite ao novo plano, por meio de boletins informativos, e não havendo qualquer prova nos autos de que o autor tenha efetivamente optado em permanecer enquadrado no PCCS/1995, não há que se falar na incorporação deste último ao contrato de trabalho. TRT/SP 15ª Região 0012271-09.2016.5.15.0076 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Claudinei Zapata Marques. DEJT 22 jun. 2017, p. 24982.
3. EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE PREVISTO NA LEI N. 12.997/2014. ADICIONAL DE DISTRIBUIÇÃO E COLETA (AADC). NATUREZA DISTINTA. PERCEPÇÃO CUMULATIVA. O adicional de periculosidade previsto no art. 193 da CLT tem por escopo compensar as atividades laborais com utilização de motocicleta no deslocamento de trabalhador, em razão dos riscos acentuados inerentes à própria atividade. O pagamento do AADC foi instituído pela empresa, por meio de norma interna, para beneficiar todos os carteiros, enquanto o adicional de periculosidade, garantido por lei, é devido aos trabalhadores que realizam suas atividades em condições de risco. Logo, tais verbas não se compensam e nem se substituem, devendo ser pagas cumulativamente aos trabalhadores que têm direito aos dois adicionais. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. LEI N. 12.997/2014. EFEITOS PECUNIÁRIOS. O adicional de periculosidade previsto na Lei n. 12.997/2014 possui seus efeitos pecuniários condicionados à sua regulamentação, que ocorreu com a expedição da Portaria n. 1.565 do MTE, publicada em 14.10.2014, a qual aprovou o Anexo 5 da Norma Regulamentadora 16. TRT/SP 15ª Região 0012140-18.2015.5.15.0125 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira. DEJT 4 maio 2017, p. 12676.
4. EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. CUMULAÇÃO DO AADC E ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. CABIMENTO. O Adicional de Atividade de Distribuição e/ou Coleta Externa abrange todos os trabalhadores dos Correios que se ativem externamente, em coleta ou distribuição, não havendo fundamento legal ou normativo para se concluir que a periculosidade está sendo remunerada com o referido adicional, mormente porque apenas parte desses trabalhadores estão, de fato, submetidos a periculosidade. Nesse contexto, para os trabalhadores que também façam jus à periculosidade, nos termos da lei, é devida a cumulação dos dois adicionais, o legal e o convencional, conforme interpretação restritiva e benéfica dos dispositivos em questão (PCCS/2008 e art. 193, § 4º, da CLT). Recurso do requerente provido, na esteira do entendimento dominante do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0010295-66.2016.5.15.0043 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Erodite Ribeiro dos Santos De Biasi. DEJT 22 jun. 2017, p. 20521.
5. EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO DOS ADICIONAIS DE ATIVIDADE DE DISTRIBUIÇÃO E COLETA (AADC) E DE PERICULOSIDADE PARA OS FUNCIONÁRIOS QUE UTILIZAM MOTOCICLETA. NATUREZA JURÍDICA DISTINTA. O adicional de periculosidade, previsto na Lei n. 12.997/2014, decorre dos riscos a que estão sujeitos os trabalhadores que utilizam motocicleta no exercício de suas funções, enquanto o adicional de distribuição e coleta externa (AADC), previsto em instrumento normativo, visa remunerar o trabalhador carteiro que, nas ruas, está sob riscos de assaltos, quedas, acidentes, mordidas de animais, independentemente de estarem motorizados. Trata-se de adicionais de distinta natureza jurídica, que comportam cumulação. TRT/SP 15ª Região 0011883-28.2015.5.15.0081 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa. DEJT 4 maio 2017, p. 12285.
6. EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. VALE OU AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO. NATUREZA INDENIZATÓRIA. Se a prova documental dos autos não evidencia que o benefício de alimentação foi concedido gratuitamente por liberalidade do empregador antes de sua adesão ao Pat, ao contrário, demonstra que desde a sua instituição sempre houve previsão de custeio parcial pelos funcionários, não há como reconhecer a sua natureza salarial. TRT/SP 15ª Região 0010689-89.2016.5.15.0070 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 25 maio 2017, p. 23655.

EMBARGOS

1. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PROCESSAMENTO. GARANTIA DO JUÍZO. PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS. POSSIBILIDADE. Merecem processamento os embargos à execução manejados pelo devedor, quando comprovado garantido o Juízo, ainda que por penhora nos rostos dos autos. TRT/SP 15ª Região 0010324-23.2014.5.15.0032 AP - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 4 maio 2017, p. 7929.

2. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. OMISSÕES E CONTRADIÇÕES INEXISTENTES. REJEIÇÃO. Impõe-se a rejeição dos embargos de declaração quando não se vislumbra a presença de quaisquer das hipóteses mencionadas no art. 1.022 do CPC, notadamente quando há pronunciamento explícito a respeito das matérias objetos de embargos, inexistindo motivo para prequestionamento. A pretensão da embargante de revisão do acórdão não se revela possível por intermédio da medida processual eleita. TRT/SP 15ª Região 0010606-58.2015.5.15.0054 RO - Ac. PJe 10ª Câmara. Rel. Fabio Grasselli. DEJT 13 jun. 2017, p. 25151.

3. EMBARGOS DE TERCEIRO. PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO. O marco inicial para a propositura de embargos de terceiro é o próprio ato judicial impugnado, a partir do qual passa a existir o interesse de agir daquele que foi turbado na posse dos seus bens, porém o marco final será aquele estabelecido expressamente pelo legislador no art. 675 do NCPC (correspondente ao art. 1.048 do CPC/1973), ou seja, cinco dias depois da adjudicação, da alienação por iniciativa particular ou da arrematação, não se admitindo o cômputo do prazo a partir da ciência da penhora pela embargante, ainda que inequívoca, sob pena de afronta ao dispositivo legal supracitado, que dispôs de forma diversa. Agravo de petição provido para reconhecer a tempestividade dos embargos de terceiro. TRT/SP 15ª Região 0012539-22.2016.5.15.0122 AP - Ac. PJe 5ª Câmara. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DEJT 18 maio 2017, p. 13349.

4. EMBARGOS DE TERCEIRO. PRAZO. PENHORA *ON-LINE*. O prazo para a interposição dos embargos de terceiro em se tratando de penhora em dinheiro, começa a fluir a partir da ciência da constrição dos valores. Interpretação e aplicação dos arts. 1.048 do CPC/1973 e 675 do CPC/2015. TRT/SP 15ª Região 0011868-83.2016.5.15.0094 AP - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 30213.

5. EMBARGOS PROTELATÓRIOS. MULTA PREVISTA NO ART. 1.026, § 2º, DO CPC. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. INDENIZAÇÃO PREVISTA NO ART. 81 DO CPC. CUMULATIVIDADE. IMPOSSIBILIDADE NO CASO DE RECURSO PROCRASTINATÓRIO. A parte que interpuser embargos de declaração com objetivo de protelar o feito está sujeita ao pagamento de multa de até dois por cento sobre o valor atualizado da causa, nos moldes do art. 1.026, § 2º, da CLT. Dessa forma, por já haver penalidade destinada ao jurisdicionado que apresenta recurso procrastinatório, não há possibilidade, pela mesma conduta, de se condenar a parte, também, com o pagamento de indenização por litigância de má-fé, a teor do art. 81 do CPC. No caso em apreço, a reclamada apresentou embargos de declaração, com intuito protelatório, tendo o Juízo *a quo* condenado a empresa ao pagamento da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC, e de uma indenização por litigância de má-fé (art. 81 do CPC). Assim, por impossibilidade de se cumular a multa com a indenização, por embargos protelatórios, deve ser excluída da condenação o pagamento da indenização por litigância de má-fé, no importe de 10% (dez por cento), incidente sobre o valor atribuído à causa. Recurso da reclamada provido, em parte. TRT/SP 15ª Região 0011774-59.2015.5.15.0066 RO - Ac. PJe 11ª Câmara. Rel. João Batista Martins César. DEJT 1º jun. 2017, p. 33112.

6. EMBARGOS PROTELATÓRIOS. MULTA PREVISTA NO ART. 1.026, § 2º, DO CPC. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. INDENIZAÇÃO PREVISTA NO ART. 81 DO CPC. CUMULATIVIDADE. IMPOSSIBILIDADE NO CASO DE RECURSO PROCRASTINATÓRIO. A parte que interpuser embargos de declaração com objetivo de protelar o feito está sujeita ao pagamento de multa de até dois por cento sobre o valor atualizado da causa, nos moldes do art. 1.026, § 2º, da CLT. Dessa forma, por já haver penalidade destinada ao jurisdicionado que apresenta recurso procrastinatório, não há possibilidade, pela mesma conduta, de se condenar a parte, também, com o pagamento de indenização por litigância de má-fé, a teor do art. 81 do CPC. No caso em apreço, a reclamada apresentou embargos de declaração, com intuito protelatório, tendo o Juízo *a quo* condenado a empresa ao pagamento da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC,

e de uma indenização por litigância de má-fé (art. 81 do CPC). Assim, por impossibilidade de se cumular a multa com a indenização, por embargos protelatórios, deve ser excluída da condenação o pagamento da indenização por litigância de má-fé, no importe de 10% (dez por cento), incidente sobre o valor atribuído à causa. Recurso da reclamada provido, em parte. TRT/SP 15ª Região 0011757-85.2015.5.15.0013 RO - Ac. PJe 11ª Câmara. Rel. Luiz Felipe Paim da Luz Bruno Lobo. DEJT 1º jun. 2017, p. 33111.

EMPREGADO

1. EMPREGADO DA EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS QUE REALIZA ATIVIDADES EM BANCO POSTAL. IMPOSSIBILIDADE DE ENQUADRAMENTO COMO BANCÁRIO. INAPLICABILIDADE DA JORNADA PREVISTA NO ART. 224 DA CLT. Os empregados que prestam serviços em agência dos Correios, como atendentes de Banco Postal, cujas atividades bancárias são meramente acessórias, não integram a categoria profissional diferenciada dos bancários face à atividade preponderantemente postal da empresa, que não se confunde com a atividade financeira dos bancos. Por decorrência, tais empregados não fazem jus às vantagens previstas em instrumento coletivo dos bancários, tampouco às normas trabalhistas aplicáveis à categoria, a exemplo da jornada de trabalho reduzida prevista no art. 224 da CLT. TRT/SP 15ª Região 0011374-50.2015.5.15.0129 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. José Pitas. DEJT 11 maio 2017, p. 25297.
2. EMPREGADO DEMISSIONÁRIO. CONVERSÃO PARA RESCISÃO INDIRETA. MERA INSATISFAÇÃO COM AS CONDIÇÕES DE TRABALHO. IMPROCEDENTE. O trabalhador não comprovou a existência de coação ou qualquer outro vício capaz de macular o ato demissionário, encargo que lhe incumbia, nos termos dos arts. 818 da CLT e 373, I, do CPC. A mera insatisfação com as condições do contrato de trabalho - no caso, diferenças no pagamento de horas extras, acúmulo de funções, descontos indevidos e férias vencidas, sequer comprovadas - não é motivo suficiente a justificar a condenação do empregador ao pagamento das verbas típicas da rescisão indireta. Recurso do empregado a que se nega provimento. TRT/SP 15ª Região 0012231-97.2014.5.15.0043 RO - Ac. PJe 4ª Câmara. Rel. Eleonora Bordini Coca. DEJT 25 maio 2017, p. 12761.
3. EMPREGADO PÚBLICO. EXERCÍCIO DE FUNÇÕES NÃO CONSTANTES DO EDITAL DO CONCURSO. IRREGULARIDADE. Em decorrência dos princípios da legalidade, publicidade e moralidade que regem a Administração Pública, o edital do certame público vincula as partes (candidatos e ente público), ditando as regras que regerão a investidura no cargo e o desempenho das funções nele previstas. Aplicação do art. 468 da CLT e Súmula Vinculante n. 43 do STF. TRT/SP 15ª Região 0012806-35.2016.5.15.0076 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 1º jun. 2017, p. 23592.

EMPREGADO DOMÉSTICA

EMPREGADA DOMÉSTICA. Acompanhante noturna de senhora idosa: das 22h00 às 06h00. Intervalo de 1 hora. Presunção de que era usufruído, até bem mais do que em 1 hora. Ausência de qualquer fiscalização, já que ficavam sozinhas à noite. TRT/SP 15ª Região 0012474-94.2015.5.15.0111 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 8 jun. 2017, p. 4376.

EMPRESA

1. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. NÃO RECOLHIMENTO DO PREPARO. DESERÇÃO. Depreende-se da Súmula n. 86 que as empresas, por estarem em recuperação judicial, não se eximem do recolhimento das custas processuais e da realização do depósito recursal. TRT/SP 15ª Região 0011384-45.2015.5.15.0016 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. José Pitas. DEJT 25 maio 2017, p. 35319.
2. EMPRESA PÚBLICA DE ECONOMIA MISTA QUE PRESTA SERVIÇO PÚBLICO. RESILIÇÃO UNILATERAL. NECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO DA DISPENSA. REINTEGRAÇÃO. POSSIBILIDADE.

Quando a admissão do empregado ocorrer por concurso público e a atividade da empresa versar exclusiva ou preponderantemente na prestação de serviços públicos, mesmo em se tratando de empresas públicas e sociedades de economia mista, é necessária a motivação do ato unilateral da dispensa, de modo a resguardar a impessoalidade por parte do agente estatal. A ausência deste requisito ofende as disposições dos arts. 37 e 173 da CF, restando nulo o ato potestativo unilateral, assegurando-se, assim, a reintegração do trabalhador. Nesse sentido já decidiu o C. Supremo Tribunal Federal, em decisão com repercussão geral reconhecida, do Tribunal Pleno, proferida no Recurso Extraordinário 589.998, em 20.3.2013. (Precedentes: ARR-73000-08.2008.5.09.0671, Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, data de julgamento 15.5.2013, 7ª Turma, data de publicação 24.5.2013; RR-207-44.2011.5.04.0012, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, data de julgamento 19.6.2013, 3ª Turma, data de publicação 21.6.2013; RR-32-40.2012.5.04.0004, Relator Ministro Mauricio Godinho Delgado, data de julgamento 23.10.2013, 3ª Turma, data de publicação 25.10.2013). TRT/SP 15ª Região 0010703-05.2014.5.15.0083 RO - Ac. PJe 10ª Câmara. Rel. Fernando da Silva Borges. DEJT 22 jun. 2017, p. 32400.

ENTE PÚBLICO

1. ENTE PÚBLICO. CITAÇÃO. VIA POSTAL. A citação inicial, no processo do trabalho, é regulada pelo art. 841 da CLT, que prevê, expressamente, sua realização por via postal, não excepcionando os entes públicos desta regra. Assim, havendo regulamentação própria, torna-se inviável a aplicação, de forma subsidiária (art. 769 da CLT), das disposições contidas no NCPC acerca do tema. TRT/SP 15ª Região 0011138-50.2016.5.15.0069 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 25 maio 2017, p. 26492.

2. ENTE PÚBLICO. CONVÊNIO. CONDENAÇÃO SUBSIDIÁRIA. A delegação de atribuições típicas pelo ente público a empresas que contratam trabalhador pelo regime da CLT gera responsabilidade subsidiária do primeiro pelo adimplemento de direitos trabalhistas, principalmente quando é o ente público, como no caso, quem orienta, financia, avalia e fiscaliza a realização das atividades pela entidade contratada. Recurso do 2º reclamado a que se nega provimento. TRT/SP 15ª Região 0011030-34.2015.5.15.0076 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa. DEJT 11 maio 2017, p. 24705.

3. ENTE PÚBLICO. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. OBRIGATORIEDADE DE OBSERVÂNCIA AOS CRITÉRIOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS. IMPOSSIBILIDADE DE ALEGAÇÃO DE ATO DISCRICIONÁRIO. O ente público, ao implementar plano de cargos e salários aos seus servidores, deve observar as regras ali contidas. Implementadas as condições pelo servidor público à progressão funcional, em virtude de critérios objetivos e subjetivos, deve lhe ser garantido o direito, já que não se pode falar em fixação de critérios de conveniência e oportunidade. A discricionariedade se revela apenas quanto à implementação do plano de cargos e salários, observada a lei, e não com relação ao cumprimento das obrigações dele decorrentes, já que se incorporam ao direito subjetivo do servidor público. Aliás, relegar o direito do servidor ao alvedrio do ente público em promover a sua avaliação quando bem lhe aprouvesse, seria chancelar a sua incúria, bem como negar ao trabalhador direito que aderiu ao seu contrato de trabalho. TRT/SP 15ª Região 0012641-64.2015.5.15.0062 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 22 jun. 2017, p. 10336.

EXECUÇÃO

1. EXECUÇÃO IMPULSIONADA DE OFÍCIO. CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO. HONORÁRIOS PERICIAIS CONTÁBEIS. ÔNUS DO PAGAMENTO QUE CABE À PARTE SUCUMBENTE. Conforme o disposto no art. 878 da CLT, a execução poderá ser promovida por qualquer interessado. No entanto, a reclamada, que poderia ter oferecido a conta de liquidação, se manteve inerte. Assim, sendo a parte devedora, por óbvio que o objeto da perícia - que era, justamente, a apuração do *quantum debeatur* - lhe impõe a sucumbência e, por consequência, o ônus processual de efetuar o pagamento dos respectivos honorários periciais. Portanto, a executada,

ora agravante, deverá arcar com a totalidade dos honorários periciais fixados na origem. Recurso desprovido. TRT/SP 15ª Região 0000287-89.2013.5.15.0122 AP - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 14 jun. 2017, p. 106.

2. EXECUÇÃO. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL. Deferido o pedido de recuperação judicial, o patrimônio da empresa não poderá ser atingido por decisões prolatadas por juízo diverso do universal, sob pena de comprometer o sucesso do Plano recuperatório e de violar o princípio da continuidade da empresa. Desse modo, mesmo que se trate de crédito não concursal, a competência para prosseguir com a execução é do juízo da recuperação judicial. Tal entendimento decorre do pressuposto de que o retorno ou manutenção das execuções perante a JT, inviabilizaria a recuperação e precipitaria a falência, o que, de qualquer forma, resultaria na submissão da execução ao Juízo Universal. TRT/SP 15ª Região 0011348-89.2016.5.15.0073 AP - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Carlos Augusto Escanfella. DEJT 25 maio 2017, p. 19435.

3. EXECUÇÃO. EXTINÇÃO. RENÚNCIA AO CRÉDITO. ATO DE VONTADE DO CREDOR. INTERPRETAÇÃO. OFENSA À COISA JULGADA. Não se inferindo que no ato de vontade do credor está presente a intenção de renúncia total do crédito, inaplicável o regramento do art. 794, inciso III, do CPC/1973 - art. 924, IV, do CPC/2015 - como forma de se extinguir a execução, sob pena de ofensa à coisa julgada. TRT/SP 15ª Região 0000670-23.2011.5.15.0127 AP - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 4 maio 2017, p. 6519.

4. EXECUÇÃO. LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA. INÉRCIA DO EXEQUENTE. EXTINÇÃO DO PROCESSO. NÃO CABIMENTO, NO CASO. Nos termos do art. 6º do NCPC, todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva. O princípio da cooperação, há muito vem consagrado pela norma do art. 878 da CLT, a qual estabelece que a execução poderá ser promovida por qualquer interessado, e não apenas pelo exequente. Salvo no caso de ocorrência de prescrição intercorrente (o que não é a hipótese dos autos), a inércia do exequente em promover os atos de execução, não enseja a automática extinção do processo, cabendo à parte executada a apresentação dos cálculos de liquidação, consoante o disposto no art. 879 da CLT. Recurso provido. TRT/SP 15ª Região 0011841-05.2015.5.15.0040 AP - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 8 jun. 2017, p. 3820.

5. EXECUÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. BENEFÍCIO DE ORDEM. É notório que o crédito trabalhista possui natureza alimentar e deve ser satisfeito de forma prioritária. Sabe-se, ademais, que a execução se processa no interesse do credor, conforme dispõe art. 797 do CPC/2015. Não sendo possível ao devedor principal adimplir as obrigações decorrentes da condenação, caberá ao devedor subsidiário a responsabilidade correspondente, sem a necessidade de antes serem excutidos os bens dos sócios daquela. Assim, não sendo possível implementar os meios para se alcançar os bens da primeira reclamada, impõe-se que a execução prossiga até que se obtenha o exaurimento dos instrumentos processuais adequados a esse fim, de forma a possibilitar a efetividade do recebimento do crédito obreiro, sem que isso implique violação do art. 5º, incisos II, XXXV e LV, da Constituição Federal, haja vista a condição de devedora subsidiária da recorrente constante do título executivo judicial. Não comprovada a existência de bens livres e desembargados de propriedade da devedora principal, faz-se mister que o devedor subsidiário suporte os encargos da condenação, podendo utilizar-se do art. 795, *caput* e § 1º, CPC/2015, tendo a seu favor a via regressiva, inclusive contra os sócios da executada. TRT/SP 15ª Região 0034300-75.2008.5.15.0030 AP - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 4 maio 2017, p. 6442.

6. EXECUÇÃO. UTILIZAÇÃO DE TODOS OS CONVÊNIOS. INEXISTÊNCIA DE BENS DA EXECUTADA E DOS SÓCIOS. EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA. Esgotados todos os meios de imprimir maior efetividade à execução trabalhista com a utilização de todos os convênios disponíveis (Bacenjud, Renajud e Infojud), bem como, observada a estrutura mínima e sequencial de atos de execução prevista na Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho - 2012, dada a inexistência de bens da executada e dos sócios, é louvável a expedição de certidão de crédito e o arquivamento dos autos nas situações em que todos os convênios disponíveis forem manejados pelo Judiciário. A expedição da certidão

de crédito não prejudica em nada o reclamante, considerando que não há extinção da execução e o crédito discriminado na certidão pode ser cobrado a qualquer tempo. TRT/SP 15ª Região 0010569-36.2015.5.15.0020 AP - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 1 jun. 2017, p. 8080.

FALÊNCIA

AUSÊNCIA DE PREPARO. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA N. 86 DO C. TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. A isenção do preparo de empresas em recuperação judicial não encontra amparo no entendimento reunido em torno da Súmula n. 86 do C. TST, a qual se destina a empresas em falência. Constatada a ausência dos recolhimentos, revela-se deserto o recurso. Agravo conhecido e não provido. TRT/SP 15ª Região 0011005-28.2016.5.15.0127 AIRO - Ac. PJe 4ª Câmara. Rel. Eleonora Bordini Coca. DEJT 8 jun. 2017, p. 8287.

FAXINEIRA

FAXINEIRA. PESSOA JURÍDICA. LIMPEZA DO ESTABELECIMENTO. HABITUALIDADE. LABOR EM UM DIA SEMANA. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. CONFIGURAÇÃO. Estando o trabalhador inserido em atividade ligada às necessidades econômicas da empresa, com subordinação, mesmo que trabalhe apenas um dia na semana, configura-se o vínculo empregatício, não se aplicando as regras do trabalho doméstico. DANO MORAL. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS. INDENIZAÇÃO. NÃO CABIMENTO. Não comprovado que o descumprimento das obrigações trabalhistas tenha ocasionado abalo psíquico ou ofendido a dignidade do trabalhador, indevida a indenização por danos morais. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NÃO CABIMENTO. Ausente a assistência sindical, indevida a verba de honorários advocatícios - Súmulas n. 219 e 329 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0010530-18.2016.5.15.0145 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 11 maio 2017, p. 23774.

FAZENDA PÚBLICA

FAZENDA PÚBLICA. SENTENÇA ILÍQUIDA. REEXAME NECESSÁRIO. SÚMULA N. 490, STJ. INAPLICABILIDADE À JUSTIÇA DO TRABALHO. A Súmula n. 490 do STJ não se aplica aos processos trabalhistas, de forma que as sentenças de condenação à Fazenda Pública, para se sujeitarem ao reexame necessário, devem ultrapassar os valores previstos no inciso I da Súmula n. 303 do TST, ainda que ilíquidas. TRT/SP 15ª Região 0010991-80.2016.5.15.0115 ReeNec - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Gerson Lacerda Pistori. DEJT 13 jun. 2017, p. 23160.

FÉRIAS

1. AMPLIMATIC S. A. FÉRIAS. USUFRUTO. ARTS. 134 E 137 DA CLT. COMPROVAÇÃO. Ao conceder ao trabalhador as férias, o empregador deve observar a legislação em vigor, dando oportunidade ao obreiro de usufruí-las em um só período (art. 134 da CLT), bem como receber a remuneração até dois dias antes do início do respectivo período (art. 145 da CLT). Contudo, caso a concessão das férias ocorra fora do prazo legal, o empregador deverá pagá-la em dobro (art. 137 da CLT). No presente feito, o reclamante as usufruiu em três períodos, fazendo jus ao pagamento em dobro da remuneração. Destaca-se que a reclamada não se desincumbiu do ônus de demonstrar que as férias foram usufruídas no interregno concessivo, em um só período (art. 373, inciso II, do CPC). Recurso do reclamante provido. TRT/SP 15ª Região 0011576-84.2015.5.15.0013 RO - Ac. PJe 11ª Câmara. Rel. João Batista Martins César. DEJT 1º jun. 2017, p. 32710.
2. FÉRIAS. ATRASO NO PAGAMENTO. INDENIZAÇÃO EM DOBRO. O pagamento das férias realizado fora do prazo do art. 145 da CLT impede o descanso do trabalhador, devendo ser indenizado em dobro. TRT/SP 15ª Região 0011107-28.2015.5.15.0081 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Larissa Carotta Martins da Silva Scarabelim. DEJT 22 jun. 2017, p. 8243.

3. FÉRIAS. PAGAMENTO EXTEMPORÂNEO. DESVIRTUADA A FINALIDADE DO INSTITUTO. DOBRA DEVIDA. Ainda que a fruição das férias tenha ocorrido na época própria, a ausência de antecipação do valor respectivo, como prevê o art. 145 da CLT, desvirtua o intento maior do instituto, que é o de permitir ao trabalhador o repouso com a tranquilidade financeira necessária. A não observância da concessão e remuneração das férias dentro do prazo atrai a incidência da dobra de que trata o art. 137 da CLT, que abrange também o terço constitucional, consoante entendimento contido na Súmula n. 450 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0010420-63.2016.5.15.0001 RO - Ac. PJe 10ª Câmara. Rel. Fabio Grasselli. DEJT 1º jun. 2017, p. 25171.
4. FÉRIAS. PAGAMENTO EXTEMPORÂNEO. DOBRA DEVIDA. O gozo das férias encontra-se intimamente relacionado à higidez física e mental do trabalhador, o que, por óbvio, em nossa atual conjuntura socioeconômica depende de disponibilidade financeira. Logo, a falta da remuneração respectiva macula o verdadeiro escopo do instituto, já que o empregado é privado de usufruir o descanso da forma como melhor lhe convém, justamente pela escassez de meios. Permite-se, pois, a penalização - por analogia -, tal como se não tivesse sido concedido o próprio descanso, entendimento este cristalizado na Súmula n. 450 do C. TST, que dispõe ser devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal. TRT/SP 15ª Região 0010804-11.2016.5.15.0006 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Daniela Macia Ferraz Giannini. DEJT 22 jun. 2017, p. 21921.
5. FÉRIAS. PAGAMENTO EXTEMPORÂNEO. DOBRA. INCIDÊNCIA. O pagamento das férias em desconformidade com o prazo estabelecido no art. 145 da CLT esvazia a finalidade do instituto, o que atrai a aplicação da sanção prevista no art. 137 da CLT, fazendo jus a empregada ao recebimento correspondente à dobra da parcela em comento, incluído o terço constitucional. Inteligência da Súmula n. 450 do C. TST e Súmula n. 52 deste E. TRT da 15ª Região. TRT/SP 15ª Região 0010621-13.2016.5.15.0112 RO - Ac. PJe 5ª Câmara. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DEJT 18 maio 2017, p. 9535.

FGTS

FGTS. MUNICÍPIO DE CRUZEIRO. REGIME CELETISTA RECONHECIDO. DEPÓSITOS FUNDIÁRIOS DEVIDOS. A municipalidade adotou a CLT para reger as relações de trabalho com os seus servidores, até a promulgação da Lei Municipal n. 2.876/1995, que alterou o regime para estatutário. Após o advento da Lei n. 3.064, de 30 de maio de 1997, as relações de trabalho passaram a ser, novamente, regidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas, regime adotado pelo município até a data da propositura desta reclamação trabalhista. E, nesta linha, conforme reza a Lei n. 8.036/1990, é obrigação do empregador efetuar o depósito do FGTS, junto a uma conta bancária vinculada, em nome do empregado, até o dia 7 de cada mês, no valor correspondente a 8% da remuneração do mês anterior, paga ao obreiro. Sentença mantida. TRT/SP 15ª Região 0011206-87.2016.5.15.0040 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 18 maio 2017, p. 2338.

FUNDAÇÃO CASA

1. FUNDAÇÃO CASA. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. AGENTE DE APOIO SOCIOEDUCATIVO. DEVIDO. As atividades exercidas pelo agente de apoio socioeducativo, pelo princípio da isonomia, enquadram-se dentre aquelas destinadas à proteção física ou patrimonial, já que se destinam à preservação da integridade física dos menores, bem como das instalações, onde se encontram apreendidos. Por isso, fazem jus ao pagamento do adicional de periculosidade, de acordo com o disposto no inciso II do art. 193 da CLT, inserido pela Lei n. 12.740/2012, que passou a considerar como perigosas as atividades dos profissionais de segurança pessoal ou patrimonial, decorrente de roubos ou outras espécies de violência física, o que se adapta à hipótese. TRT/SP 15ª Região 0011021-14.2014.5.15.0042 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 22 jun. 2017, p. 8103.

2. FUNDAÇÃO CASA. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. QUINQUÊNIO. EXTENSÃO AOS EMPREGADOS PÚBLICOS. O adicional por tempo de serviço previsto no art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo aplica-se aos servidores celetistas e estatutários da Administração Pública direta, das fundações e das autarquias. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NÃO CABIMENTO. Ausente a assistência sindical, indevida a verba de honorários advocatícios - Súmulas n. 219 e 329 do C. TST. JUSTIÇA GRATUITA. REQUISITOS. Para a concessão dos benefícios da justiça gratuita basta a apresentação de simples declaração do interessado, nos termos do § 3º do art. 790 da CLT. TRT/SP 15ª Região 0010713-40.2016.5.15.0031 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 11 maio 2107, p. 24107.

3. FUNDAÇÃO CASA. ATESTADOS MÉDICOS. FORMA E PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO. PORTARIA NORMATIVA N. 92/2005. A exigência de apresentação de atestado médico dois dias após sua emissão, contida nos arts. 6º e 7º da Portaria Normativa n. 92/2005, é abusiva, pois obriga o empregado a defender seu direito enquanto ainda está doente e impossibilitado de trabalhar. Tal norma obsta o exercício regular do direito do empregado, de cuidar de sua saúde e ter abonadas as faltas decorrentes de licença médica (Lei n. 605/1949). Além disso, a norma em questão não veda a apresentação de atestado por meio eletrônico (*e-mail*), devendo prevalecer, neste caso, o regramento do art. 225 do Código Civil. Assim, não tendo sido impugnados em seu conteúdo, reputam-se válidos os atestados médicos apresentados por *e-mail*. Recurso da reclamada não provido. TRT/SP 15ª Região 0010011-70.2015.5.15.0115 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Erodite Ribeiro dos Santos De Biasi. DEJT 25 maio 2017, p. 20613.

4. FUNDAÇÃO CASA. AUXILIAR DE ENFERMAGEM. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. NÃO CABIMENTO. Tendo em vista a inexistência de previsão normativa específica sobre o assunto e por não se tratar de atividade de segurança pessoal, a carreira de auxiliar de enfermagem não beneficia de adicional de periculosidade. TRT/SP 15ª Região 0012482-61.2015.5.15.0082 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Gerson Lacerda Pistori. DEJT 4 maio 2017, p. 13027.

5. FUNDAÇÃO CASA. PROGRESSÃO FUNCIONAL POR ANTIGUIDADE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO NOS PLANOS DE CARGOS E SALÁRIOS. INDEVIDA. Os planos de cargos e salários de 2006 e de 2013 não preveem a promoção pelo critério de antiguidade, mas, apenas, pelo critério de merecimento, mediante avaliação, sendo que a evolução salarial está atrelada aos critérios de "evolução por desempenho" e "evolução profissional". Entrementes, não se pode perder de vista que a reclamada é entidade ligada ao Poder Público Estadual e, justamente por isso, ao estabelecer regras que instituem promoções e progressões funcionais, deve atender não só os ditames da legislação ordinária mas, também e principalmente, as disposições legais que vinculam o ente público à política salarial. Não bastasse, atualmente, também é necessário observar os limites impostos pela chamada "Lei de Responsabilidade Fiscal". Cumpre salientar que a concessão das diferenças salariais postuladas em exordial constituiria verdadeiro aumento salarial por via oblíqua, o que é inadmissível pela via eleita, ante as limitações do art. 169 da Constituição, e da chamada Lei de Responsabilidade Fiscal. Outrossim, não compete ao Judiciário fixar salários no âmbito do Poder Público, como pacificou o C. STF, ao editar a Súmula n. 339: "Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia". Mantém-se. TRT/SP 15ª Região 0011709-70.2015.5.15.0064 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 8 jun. 2017, p. 3755.

6. FUNDAÇÃO CASA. PROGRESSÃO SALARIAL. EMPREGADO CONTRATADO NA VIGÊNCIA DO PCCS/2002. INAPLICABILIDADE DOS PCCS DE 2006 E 2013. SÚMULA N. 51 DO TST E ART. 468 DA CLT. Ao contratar sob o regime celetista, a Administração Pública deverá observar os preceitos normativos contidos na legislação trabalhista, dentre os quais o art. 468 da CLT, que veta modificações contratuais sem mútuo consentimento. Reputam-se, pois, inaplicáveis os planos de carreira posteriores àquele que vigia à época da contratação. TRT/SP 15ª Região 0012206-17.2015.5.15.0151 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Gerson Lacerda Pistori. DEJT 22 jun. 2017, p. 30641.

7. FUNDAÇÃO CASA. REGIME 2X2. JORNADA SEMANAL DE 40 HORAS. AUSENTE ACORDO PARA COMPENSAÇÃO. É indispensável para a validade da compensação de jornada a existência de acordo individual escrito específico, acordo coletivo ou, ainda, legislação específica em caso de

ente público. Em não havendo, devido o adicional de horas extras em relação àquelas destinadas à compensação, e horas extras, acrescidas do adicional, para as que ultrapassarem a jornada semanal contratada (40h), não cumulativamente. Entendimento da Súmula n. 85 e da OJ n. 323, ambas do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0011620-53.2015.5.15.0062 Reenec/RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira. DEJT 22 jun. 2017, p. 29809.

8. FUNDAÇÃO CASA-SP. HORAS EXTRAS. REGIME DE TRABALHO 2X2. COMPENSAÇÃO TÁCITA. NÃO CABIMENTO. A flexibilização da jornada de trabalho, não obstante o especial relevo que tem assumido nas relações laborais, deve ser observada com atenção especial, mormente quando realizada diretamente entre patrões e empregados, em face da condição de desigualdade em que se encontra o trabalhador. De tal situação decorre construção jurisprudencial, no sentido de serem estabelecidos critérios objetivos para revestir de validade os pactos firmados, dentre os quais, à guisa de ilustração, a necessidade de que os acordos individuais sejam formalizados por escrito. De outra parte, contratando sob a égide da CLT a Administração Pública, direta e indireta, despe-se de seu *jus imperii* devendo obediência à legislação vigente (constitucional e federal), equiparando-se ao empregador privado em relação aos contratos de trabalho assumidos. Há que considerar também que a vedação à celebração de negociação coletiva restringe-se tão somente às hipóteses em que as condições de trabalho convencionadas importem acréscimo de despesas, no que não se enquadra o ajuste da escala de trabalho, cuja fixação por se trata de cláusula social, por não acarretar por si só em aumento de despesa para o ente público. Assim, inexistindo acordo coletivo ou individual a respaldar jornada em regime de 2x2 de doze horas cada, é devido o pagamento de horas extras excedentes à 8ª hora diária e 40ª hora semanal, na forma do item IV da Súmula n. 85 do TST. Recurso ordinário do reclamante conhecido e parcialmente provimento. TRT/SP 15ª Região 0010915-16.2015.5.15.0075 RO - Ac. PJe 6ª Câmara. Rel. Marcelo Bueno Pallone. DEJT 1º jun. 2017, p. 16866.

9. IMPOSTO DE RENDA. FUNDAÇÃO CASA. O disposto no inciso I do art. 157 da Constituição Federal, não concede imunidade ou, isenção tributária, mas, apenas prevê a redistribuição de receitas tributárias da União. Neste contexto, cabe a esta Justiça Especializada determinar o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a condenação e, por sua vez, a União repassar aos Estados o produto da arrecadação, conforme disposto no art. 157, inciso I, da Constituição Federal. TRT/SP 15ª Região 0010348-53.2016.5.15.0041 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 18 maio 2017, p. 4749.

GARI

GARI. UTILIZAÇÃO DE BANHEIROS E REFEITÓRIOS PÚBLICOS E COMERCIAIS. DANO MORAL. INDENIZAÇÃO. NÃO CABIMENTO. Não comprovada a ocorrência de ofensa à dignidade da pessoa do trabalhador, não se justifica a imposição de indenização ao empregador. TRT/SP 15ª Região 0011018-91.2015.5.15.0117 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 25 maio 2017, p. 34372.

GESTANTE

1. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. EMPREGADA GESTANTE. AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DO ESTADO GRAVÍDICO AO EMPREGADOR. O desconhecimento da gravidez da empregada pelo empregador não retira daquela o direito à estabilidade provisória, uma vez que a Constituição Federal (art. 10, inciso II, alínea "b", do ADCT) não traz tal exigência, revestindo-se a garantia de emprego ali prevista de natureza objetiva. Aplicação da Súmula n. 244, item I, do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0010235-23.2016.5.15.0131 RO - Ac. PJe 10ª Câmara. Rel. Fabio Grasselli. DEJT 29 jun. 2017, p. 17538.

2. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. GESTANTE. REQUISITOS. A estabilidade provisória conferida à empregada gestante (art. 10, inciso II, alínea "b", do ADCT), tem como escopo a proteção da maternidade e da infância, bem como, de assegurar o direito à vida e à dignidade ao nascituro. O

óbice do empregador, de dispensa arbitrária da empregada gestante, está condicionado à ocorrência da gravidez no curso do contrato de trabalho. Não sendo necessário o preenchimento de qualquer outro requisito, nem mesmo a sua comunicação, tampouco, que a ação pleiteando a indenização, seja ajuizada dentro de período viável ou precedida de pedido de reintegração, devendo observar, apenas, o prazo prescricional. TRT/SP 15ª Região 0013652-17.2015.5.15.0002 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 1º jun. 2017, p. 11302.

3. GARANTIA DE EMPREGO. GESTANTE. OBJETIVO DA ESTABILIDADE. INDENIZAÇÃO INDEVIDA EM CASO DE SE DESVIRTUAR A PROTEÇÃO ASSEGURADA CONSTITUCIONALMENTE. ABUSO NO EXERCÍCIO DO DIREITO DE AÇÃO E ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. O objetivo da estabilidade é proteger o emprego contra a resilição unilateral do contrato de trabalho pelo empregador, impedindo que a função fisiológica da mulher, no processo de reprodução, constitua causa de discriminação, com embaraços ao exercício de seu direito ao trabalho. Buscar tão somente as vantagens pecuniárias advindas da estabilidade, implica no exercício abusivo do direito de ação e seu deferimento gera enriquecimento sem causa da ex-empregada, posto que, intencionalmente, de caso pensado, não houve a prestação de serviços no período da suposta estabilidade e a reclamante desvirtuou a proteção assegurada à gestante, ao se recusar ao retorno a seu cargo. Recurso provido. ESTABILIDADE GESTANTE. REINTEGRAÇÃO OFERTADA PELA EMPREGADORA. RECUSA DA EMPREGADA. INDENIZAÇÃO SUBSTITUTIVA INDEVIDA. Se a reclamante, injustificadamente, nega-se a retomar suas funções, quando instada pela empregadora, não faz jus à estabilidade gestante perseguida, posto que sua recusa implica em renúncia ao direito perseguido. Recurso patronal provido. TRT/SP 15ª Região 0011595-86.2015.5.15.0079 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 11 maio 2017, p. 4565.

GORJETA

ESTIMATIVA DE GORJETA. DISPENSA DE PAGAMENTO. ÔNUS PROBATÓRIO. É ônus do empregador comprovar a dispensa do pagamento da estimativa de gorjeta, mediante declaração dos sindicatos patronal e profissional. DANO MORAL. ACUSAÇÃO INDEVIDA DE AUTORIA DE FATO CRIMINOSO. CONFIGURAÇÃO. INDENIZAÇÃO. CABIMENTO. A imputação ao empregado da autoria de atos criminosos, que nem sequer chegaram a ser formalmente confirmados, acompanhada da indevida publicidade conferida ao fato, no ambiente de trabalho, são circunstâncias suficientes para comprovar o abalo à honra e à dignidade do trabalhador, exsurgindo para o empregador o dever de reparação. EQUIPARAÇÃO SALARIAL. IDENTIDADE DE FUNÇÃO. PROVA. NÃO CONFIGURAÇÃO. Não comprovada a identidade de funções entre o empregado e o paradigma, resta inviabilizado o reconhecimento do direito à equiparação salarial, nos termos do art. 461 da CLT. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NÃO CABIMENTO. Ausente a assistência sindical, indevida a verba de honorários advocatícios - Súmulas n. 219 e 329 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0010233-70.2016.5.15.0093 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 26523.

GREVE

GREVE. DESCONTOS DOS SALÁRIOS. PARALISAÇÃO JUSTIFICADA. FALTA GRAVE PATRONAL. NÃO CABIMENTO. Tratando-se de paralisação justificada dos serviços, deflagrada em razão do descumprimento de obrigações legais e contratuais do empregador, notadamente o atraso contumaz de salários e não pagamento do vale alimentação e FGTS, os dias de greve caracterizaram como interrupção do contrato de trabalho, sendo irregulares os descontos salariais desses dias impondo a respectiva devolução dos valores. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. Tendo a reclamante apresentado declaração de hipossuficiência financeira e estando assistida pelo sindicato, devida a verba de honorários advocatícios - Súmulas n. 219 e 329 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0011605-74.2016.5.15.0151 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 29760.

GRUPO ECONÔMICO

1. GRUPO ECONÔMICO. CARACTERIZAÇÃO. Para efeitos trabalhistas, o grupo econômico pode ser constituído pelos mais variados meios contratuais, independentemente da denominação empregada (cartéis, consórcio, *joint venture*, truste e *holding*). Aplicação do art. 2º, § 2º, da CLT. TRT/SP 15ª Região 0010117-43.2015.5.15.0079 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 13 jun. 2017, p. 14410.
2. GRUPO ECONÔMICO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. Comprovado que as empresas integram o mesmo grupo econômico, são elas responsáveis solidárias pelo adimplemento dos créditos trabalhistas, consoante disposições contidas no art. 2º, § 2º, da CLT. Hipótese que se aplica aos autos. TRT/SP 15ª Região 0010395-77.2016.5.15.0089 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 1 jun. 2017, p. 7652.
3. GRUPO ECONÔMICO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. ÔNUS DA PROVA. Não comprovado o entrelaçamento empresarial, resta afastada a a existência do grupo econômico preconizado pelo art. 2º, § 2º, da CLT, prejudicando o reconhecimento da responsabilidade solidária. INTERVALO INTRAJORNADA. SUPRESSÃO. PAGAMENTO. NATUREZA SALARIAL. A supressão do intervalo intrajornada, ainda que parcial, defere ao trabalhador o pagamento integral do intervalo alimentar com reflexos, por de se tratar de verba de natureza salarial. Súmula n. 437, I e III, do C. TST. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. VERBAS RESCISÓRIAS. INADIMPLÊNCIA. NÃO CABIMENTO. Não comprovado que o inadimplemento de verbas rescisórias gerou abalo psíquico ou ofendeu a dignidade do trabalhador, indevida a indenização por danos morais. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NÃO CABIMENTO. Ausente a assistência sindical, indevida a verba de honorários advocatícios - Súmulas n. 219 e 329 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0011562-42.2015.5.15.0097 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 29635.

GUARDA MUNICIPAL

GUARDA MUNICIPAL. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. PERTINÊNCIA. PERÍCIA. DESNECESSIDADE. As atividades exercidas por guarda municipal ajustam-se àquelas previstas no art. 193, II, da CLT e Anexo 3 da NR-16, pelo que, aos exercentes desse mister, é devido o adicional de periculosidade desde a publicação da Portaria n. 1.885/2013 do MTE, que aprovou o mencionado Anexo 3. A realização de perícia destinada à verificação das condições de trabalho do reclamante, portanto, revela-se desnecessária. Precedente desta C. Câmara. Recurso não provido. TRT/SP 15ª Região 0010890-82.2015.5.15.0081 RO - Ac. PJe 4ª Câmara. Rel. Eleonora Bordini Coca. DEJT 25 maio 2017, p. 10657.

HIERARQUIA DAS LEIS

CONFLITO ENTRE NORMAS COLETIVAS. HIERARQUIA. ENQUADRAMENTO. ATIVIDADE PREPONDERANTE DO EMPREGADOR. ART. 570 DA CLT. Tanto a doutrina quanto a jurisprudência enxergam a questão da aplicabilidade hierárquica das normas coletivas não sob o ponto de vista do nível hierárquico da entidade representativa, se nacional, regional ou local, mas sim do caráter da norma coletiva em si. Para o juiz, o mais importante é aferir qual norma coletiva mostra-se mais benéfica ao empregado. Mas antes de assim proceder, cabe ao julgador ponderar pelo perfeito enquadramento da categoria profissional perante a atividade preponderante do empregador, conforme inteligência do art. 570 da CLT e da própria Súmula n. 374 do TST. TRT/SP 15ª Região 0011058-63.2014.5.15.0067 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Gerson Lacerda Pistori. DEJT 13 jun. 2017, p. 23253.

HOMOLOGAÇÃO

1. HOMOLOGAÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL EFETUADA POR JUIZ DE PAZ. VALIDADE. Não prospera a pretensão de nulidade da homologação da rescisão contratual feita por um Juiz de

Paz, pois, em que pese se tratar esta, da última autoridade apta, por lei, à prática de tal ato, não há qualquer dispositivo legal prevendo a nulidade da homologação por inobservância da hierarquia estabelecida pelo art. 477, §§ 1º e 3º, da CLT. Não seria sequer razoável admitir-se tal hipótese, especialmente porque, no presente caso, não foi alegada qualquer irregularidade no procedimento homologatório procedido pela referida autoridade. Ainda que não subsistisse tal entendimento, fato é que a reclamada comprovou inexistir, na localidade da prestação dos serviços, autoridade do Ministério Público, sindicato de classe, representante do Ministério Público ou Defensor Público aptos a assistir a homologação da rescisão contratual, o que estanca a discussão a propósito do assunto. Assim sendo, mantém-se a r. sentença, quanto ao tópico, por seus próprios e jurídicos fundamentos. Recurso desprovido. TRT/SP 15ª Região 0010910-67.2016.5.15.0104 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 11 maio 2017, p. 3124.

2. HOMOLOGAÇÃO TARDIA DO TRCT. MULTA DO ART. 477, § 8º, DA CLT. INDEVIDA. A multa prevista no § 8º do art. 477 da CLT será devida apenas quando o pagamento dos haveres rescisórios não ocorrer nos prazos estabelecidos no § 6º do mesmo dispositivo legal, não havendo como alcançar a homologação tardia da rescisão, uma vez que, tratando-se de penalidade, a interpretação não pode ocorrer de forma ampliativa. TRT/SP 15ª Região 0010528-42.2016.5.15.0147 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 25 maio 2017, p. 23126.

HONORÁRIOS

1. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. Tendo o reclamante apresentado declaração de hipossuficiência financeira e estando assistido pelo sindicato, devida a verba de honorários advocatícios - Súmulas n. 219 e 329 do C. TST. INTERVALO INTERJORNADAS. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA N. 110 DO TST. A frustração do cumprimento do tempo destinado ao descanso entre uma e outra jornada implica em remuneração de horas extraordinárias com o respectivo adicional, conforme entendimento da Súmula n. 110 do C. TST. DANOS MORAIS. JORNADA EXCESSIVA. NÃO CARACTERIZAÇÃO. A extrapolação da jornada, desacompanhada de elementos que caracterizem situação degradante de trabalho, análoga à de escravo, não autoriza o pagamento de indenização por danos morais. TRT/SP 15ª Região 0010490-15.2015.5.15.0034 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 13 jun. 2017, p. 22332.

2. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. JUSTIÇA DO TRABALHO. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA. Os honorários advocatícios, na Justiça do Trabalho, somente são devidos quando presentes os requisitos da Lei n. 5.584/1970. Contando o processo do trabalho com regras próprias sobre a matéria, resta afastada a incidência supletiva de outras fontes do direito. TRT/SP 15ª Região 0010137-62.2015.5.15.0102 RO - Ac. PJe 10ª Câmara. Rel. Fabio Grasselli. DEJT 1º jun. 2017, p. 24388.

3. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. Nesta Justiça Especializada, os honorários advocatícios são devidos apenas na hipótese e condições previstas na Lei n. 5.584/1970, nas Súmulas n. 219 e n. 329 do Colendo TST e na Orientação Jurisprudencial n. 305 da SDI-1 da mesma Corte Superior. TRT/SP 15ª Região 0011937-52.2015.5.15.0094 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 11 maio 2017, p. 22708.

4. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REQUISITOS DA LEI N. 5.584/1970 NÃO PREENCHIDOS. Nas reclamações trabalhistas decorrentes da relação de emprego, como na hipótese, a verba honorária é devida ante o atendimento dos pressupostos da Lei n. 5.584/1970, recepcionada pela Carta Constitucional de 1988 e não derrogada pela Lei n. 8.906/1994, conforme já decidiu o E. STF na ADI 1127-DF, e o C. TST, com a edição das Súmulas n. 219 e n. 329. Considerando-se que a parte reclamante, embora seja beneficiária da justiça gratuita, não se encontra assistida pela entidade sindical, inviável o deferimento dos honorários advocatícios. Inaplicável o regramento contido nos arts. 389 e 404 do Código Civil. TRT/SP 15ª Região 0010601-34.2015.5.15.0087 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 1º jun. 2017, p. 19317.

5. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SÚMULAS N. 219 E 329 DO C. TST. O cabimento da verba honorária no processo do trabalho é questão que permanece regida pela Lei n. 5.584/1970. Assim, a verba é devida apenas quando o empregado é beneficiário da justiça gratuita e está

assistido por sindicato, conforme Súmulas n. 219 e 329 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0010830-81.2016.5.15.0079 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira. DEJT 4 maio 2017, p. 9672.
6. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. TERMO DE CREDENCIAMENTO SINDICAL. DEVIDOS. Na Justiça do Trabalho, o pagamento de honorários advocatícios está condicionado à declaração de hipossuficiência financeira e à assistência sindical - Súmulas n. 219 e 329 do C. TST, seja ela prestada diretamente por advogado pertencente ao quadro do sindicato ou por advogado particular credenciado por meio de outorga sindical. TRT/SP 15ª Região 0011384-78.2016.5.15.0123 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 29101.
7. HONORÁRIOS PERICIAIS. FIXAÇÃO. OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. Os honorários periciais devem ser fixados tendo em vista o tempo despendido pelo *expert* e a complexidade para a sua eleboração, em observância aos Princípios da Proporcionalidade e Razoabilidade. TRT/SP 15ª Região 0011106-59.2015.5.15.0108 ROPS - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 22 jun. 2017, p. 8228.

HORA *IN ITINERE*

1. HORAS DE PERCURSO FIXADAS MEDIANTE NEGOCIAÇÃO COLETIVA. TEMPO INFERIOR AO GASTO PELO TRABALHADOR. RAZOABILIDADE AFASTADA. O critério da razoabilidade para fixação do tempo de percurso deve ser avaliado sob o prisma das distâncias que são de fato percorridas pelo empregado nos trajetos de ida e volta ao trabalho, devendo haver equipolência entre o tempo fixado e as distâncias percorridas. Não cabendo se falar em razoabilidade quando há o nítido intuito de suprimir o pagamento de valores devidos ao trabalhador. No caso em tela, ficou comprovado que o trabalhador gastava cerca de três horas nos trajetos de ida e volta ao trabalho e que havia o pagamento de apenas uma hora de percurso, o que não se demonstra, nem de longe, que a fixação do tempo de percurso mediante negociação coletiva se demonstrou razoável. Diferenças devidas. TRT/SP 15ª Região 0011284-48.2015.5.15.0030 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Hélio Grasselli. DEJT 25 maio 2017, p. 3938.
2. HORAS DE PERCURSO. GENERAL MOTORS DO BRASIL S. A. LOCAL DE FÁCIL ACESSO, SERVIDO POR TRANSPORTE REGULAR PÚBLICO. INCOMPATIBILIDADE ENTRE OS HORÁRIOS DO TRANSPORTE PÚBLICO E A JORNADA DO AUTOR, QUE RESIDE EM OUTRA LOCALIDADE. INDEVIDAS ESSAS HORAS. A LEI NÃO SE SENSIBILIZA. É de conhecimento público e notório que a sede da reclamada encontra-se situada em local de fácil acesso - às margens da Rodovia Presidente Dutra, no Município de São José dos Campos - e servido por amplo transporte público regular, o que, por si só, afasta o direito ao pagamento das horas *in itinere*. Ou seja: para os termos da lei, não interessa se é o empregado que mora em local ermo, afastado ou de difícil acesso, ou no qual não haja transporte coletivo em todos os horários necessários ao trabalhador: isto é irrelevante para o legislador. A lei se preocupou, apenas, em considerar quando o local de difícil acesso é o da empregadora. E, nessa linha, não é certo transferir ao empregador, indevidamente, a responsabilidade por uma suposta deficiência, que é encargo dos Poderes Públicos Municipais, que não tornaram disponível aos cidadãos, conforme lhes competia, transporte público adequado e eficiente. Configurar-se-ia injusto, portanto, apenar a empregadora por algo a que não deu causa. Recurso autoral negado. TRT/SP 15ª Região 0010447-41.2016.5.15.0132 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 8 jun. 2017, p. 1671.
3. HORAS *IN ITINERE*. ACORDO COLETIVO DE TRABALHO. PRÉ FIXAÇÃO. PROPORÇÃO E RAZOABILIDADE. É válida a negociação de horas *in itinere* em norma coletiva, que constitui lei entre as partes, integrando o contrato de trabalho, desde que verificada, em concomitância, ter sido observada a indispensável proporcionalidade entre o percurso praticado e o direito pré delimitado no instrumento normativo. Trata-se de entendimento em sintonia a reiteradas decisões emanadas de nossa mais alta Corte Trabalhista, no sentido de que a entabulação deve garantir a quitação de, no mínimo, 50% do tempo real despendido, evitando-se, assim, disparidades abusivas ao trabalhador. TRT/SP 15ª Região 0010245-50.2014.5.15.0127 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. José Pitas. DEJT 11 maio 2017, p. 23216.

4. HORAS *IN ITINERE*. FATO IMPEDITIVO DO DIREITO DO TRABALHADOR. ÔNUS DA RECLAMADA. ARTS. 818 DA CLT E 333, II, DO CPC. Nos termos do art. 58, § 2º, da CLT, o tempo despendido pelo trabalhador no percurso até o seu local de trabalho, e vice-versa, em meio de transporte fornecido pelo empregador, somente não integra a jornada de trabalho caso o local seja de fácil acesso ou servido por transporte público regular. Se a empresa não demonstra tais circunstâncias, não há como negar ao trabalhador o direito de receber o tempo de percurso como de efetivo trabalho. TRT/SP 15ª Região 0011149-52.2014.5.15.0036 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Larissa Carotta Martins da Silva Scarabelim. DEJT 11 maio 2017, p. 10618.
5. HORAS *IN ITINERE*. FIXAÇÃO DO TEMPO DE PERCURSO. NORMA COLETIVA. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. É admitida a prefixação das horas *in itinere* por norma coletiva, eis que se trata de direito de disponibilidade relativa, devendo, portanto, prevalecer a vontade das partes (art. 7º, inciso XXVI, da Constituição Federal). O C. TST, vem entendendo que se houve prefixação equivalente a 50% (cinquenta por cento) do tempo que efetivamente gasta o trabalhador, deve prevalecer o quanto pactuado em negociação coletiva, pois respeitados os critérios de proporcionalidade e razoabilidade. Caso contrário, se o tempo prefixado for inferior ao percentual mencionado, são devidas as diferenças que se apurar. TRT/SP 15ª Região 0011667-45.2015.5.15.0056 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 22 jun. 2017, p. 9335.
6. HORAS *IN ITINERE*. LOCAL DE TRABALHO DE FÁCIL ACESSO. INDEVIDAS. A reclamada demonstrou que o local de trabalho do reclamante é servido por transporte regular público e que é de fácil acesso, haja vista a existência de linhas de ônibus que servem o local. Ademais, diga-se, desde já, que se considera verdadeiro e valioso benefício a concessão de transporte aos trabalhadores, pois, desta forma, a empregadora oferece melhores condições de segurança e conforto no deslocamento de seus funcionários ao trabalho. Todos aqueles que são obrigados a se deslocar por seus próprios meios até seu local de trabalho, conhecem bem o desgaste provocado, mesmo quando se utilizam de transporte próprio. Reforma-se. REPOUSO SEMANAL REMUNERADO. REFLEXO NAS DEMAIS PARCELAS. OJ N. 394 DA SBDI-1 DO C. TST. A majoração do valor do repouso semanal remunerado, em razão da integração das horas extras habitualmente prestadas, não repercute no cálculo das férias, da gratificação natalina, do aviso-prévio e do FGTS, sob pena de caracterização de *bis in idem*. Desse modo, merece reforma a r. sentença, para que seja determinada a aplicação, ao caso concreto, da OJ n. 394 da SBDI-1 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0010910-66.2014.5.15.0127 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 8 jun. 2017, p. 2642.
7. HORAS *IN ITINERE*. NEGOCIAÇÃO COLETIVA. A prefixação, por meio de norma coletiva, de tempo de trajeto em até 50% daquele efetivamente gasto pelo trabalhador atende aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. TRT/SP 15ª Região 0010400-20.2015.5.15.0062 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira. DEJT 11 maio 2017, p. 23523.
8. HORAS *IN ITINERE*. PROVA DE EXISTÊNCIA DE TRANSPORTE PÚBLICO EM HORÁRIOS COMPATÍVEIS COM A JORNADA. Se a reclamada se desvencilha a contento do encargo probatório de comprovar fato obstativo do direito vindicado pelo reclamante, qual seja, a existência de transporte público em horários compatíveis com a jornada praticada, não se justifica condenação a título de horas *in itinere*. TRT/SP 15ª Região 0011431-17.2016.5.15.0070 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 25 maio 2017, p. 27837.
9. HORAS *IN ITINERE*. QUANTIDADE FIXADA EM NEGOCIAÇÃO COLETIVA. POSSIBILIDADE. LIMITE DE REDUÇÃO DE 50% EM RELAÇÃO AO TEMPO REAL GASTO NO TRAJETO. PRINCÍPIO DE RAZOABILIDADE. A negociação coletiva quanto à jornada *in itinere* não fica restrita às microempresas e empresas de pequeno porte. Todavia, não deve haver diferença significativa em relação ao tempo efetivamente despendido e aquele previsto nas normas coletivas, sob pena de se configurar inadmissível renúncia da categoria à parte das horas extras devidas. A diferença entre o lapso negociado e o efetivamente gasto, comprovado nos autos, se superior a 50% deste, enseja o deferimento de diferenças. Precedentes do C. TST. HORAS *IN ITINERE*. BASE DE CÁLCULO. GLOBALIDADE SALARIAL. REGRA INFENSA À NEGOCIAÇÃO COLETIVA. O cálculo das horas de percurso deve observar a globalidade salarial do empregado. A pactuação coletiva sobre a

consideração do salário nominal não deve prevalecer, pois fere o conceito de remuneração exposto no art. 457, § 1º, da CLT. As horas extraordinárias, aí incluídas as de percurso, devem ser quitadas conforme patamar civilizatório mínimo estabelecido na legislação de regência, considerando as parcelas de natureza salarial e o adicional de 50% (art. 7º, inciso XVI, da CF). A consideração do salário base, apenas, não se mostra razoável, configurando mera renúncia ao direito, o que não se pode admitir por meio de negociação coletiva. Provejo em parte o recurso do empregador quanto ao tema, para restringir a condenação a diferenças de horas de percurso em decorrência da correta base de cálculo. TRT/SP 15ª Região 0011504-23.2015.5.15.0070 RO - Ac. PJe 4ª Câmara. Rel. Eleonora Bordini Coca. DEJT 11 maio 2017, p. 14721.
10. HORAS *IN ITINERE*. TRANSPORTE PÚBLICO REGULAR E COMPATÍVEL COM A JORNADA DE TRABALHO. AUSÊNCIA DE PROVA. Não comprovada a existência e compatibilidade de transporte público regular com a jornada de trabalho do empregado, o local de trabalho é de ser considerado de difícil acesso, assistindo ao trabalhador o direito de receber como horas *in itinere* todo o tempo de trajeto. Inteligência da Súmula n. 90 do C. TST e § 2º do art. 58 da CLT. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NÃO CABIMENTO. Ausente a assistência sindical, indevida a verba de honorários advocatícios - Súmulas n. 219 e 329 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0010074-57.2016.5.15.0084 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 13 jun. 2017, p. 21741.

HORÁRIO A DISPOSIÇÃO

1. HORAS DE SOBREAVISO. CONFIGURADAS. SÚMULA N. 428, II, DO TST. De fato, nos termos do item I da Súmula n. 428 do TST, o "uso de instrumentos telemáticos ou informatizados fornecidos pela empresa ao empregado, por si só, não caracteriza o regime de sobreaviso". Contudo, se o trabalhador tem seu direito de ir e vir restringido, havendo obrigatoriedade de permanecer à disposição da empresa, a fim de resolver eventuais emergências, submete-se ao regime de sobreaviso, o que atrai a incidência do item II da Súmula n. 428 do TST: "Considera-se em sobreaviso o empregado que, à distância e submetido a controle patronal por instrumentos telemáticos ou informatizados, permanecer em regime de plantão ou equivalente, aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço durante o período de descanso". TRT/SP 15ª Região 0012046-82.2014.5.15.0003 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Regiane Cecilia Lizi. DEJT 25 maio 2017, p. 36286.
2. TEMPO DE SOBREAVISO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. A doutrina ensina que "O sobreaviso caracteriza-se pelo fato de o empregado ficar em casa (e não em outro local), aguardando ser chamado para o serviço. Permanece em estado de expectativa durante o seu descanso, aguardando ser chamado a qualquer momento. Não tem o empregado condições de assumir compromissos, pois pode ser chamado de imediato, comprometendo até os seus afazeres familiares, pessoais e até o seu lazer". No caso em tela, a prova testemunhal não confirmou que o reclamante pudesse ser solicitado fora do horário de trabalho, nem que o reclamante devesse permanecer em sua residência aguardando ser acionado pela reclamada e que haveria alguma consequência caso não atendesse aos chamados da empresa. Assim, não é possível concluir pela existência de horas de sobreaviso, nem mesmo por analogia às disposições do art. 244, § 2º, da CLT, pois o reclamante não conseguiu provar que teve a sua liberdade de locomoção privada. TRT/SP 15ª Região 0010638-68.2016.5.15.0138 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Hélio Grasselli. DEJT 25 maio 2017, p. 2704.

HORAS EXTRAS

1. ARTIGO 62, II, DA CLT. NÃO ENQUADRAMENTO. HORAS EXTRAS DEVIDAS. É ônus da empregadora comprovar o efetivo exercício de poderes de mando e gestão pelo empregado, por se tratar de fato impeditivo ao direito do autor. Não o fazendo, fica afastada a incidência do art. 62, II, da CLT. Horas extras devidas. Recurso não provido. TRT/SP 15ª Região 0011075-48.2014.5.15.0084 RO - Ac. PJe 4ª Câmara. Rel. Eleonora Bordini Coca. DEJT 25 maio 2017, p. 11040.
2. BASE DE CÁLCULO DAS HORAS EXTRAS. VERBAS DE NATUREZA SALARIAL. INTEGRAÇÃO. DEVIDA. Verbas de natureza salarial integram a remuneração do obreiro para todos os efeitos

legais, devendo compor, portanto, a base de cálculo da jornada suplementar, nos termos da Súmula n. 264 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0012310-51.2015.5.15.0040 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 11 maio 2017, p. 12157.
3. GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA. HORAS EXTRAS (MINUTOS RESIDUAIS). NEGOCIAÇÃO COLETIVA. MONTANTE PRÉ FIXADO. SUPRESSÃO DE DIREITO. INVALIDADE. É ineficaz cláusula normativa que predetermina, no que se refere às horas extras (minutos residuais), o montante máximo, diário, a ser creditado em favor do trabalhador. A questão, por ser de ordem pública, não pode ser acordada via negociação coletiva. Salienta-se que o reconhecimento constitucional dos instrumentos de negociação coletiva (art. 7º, inciso XXVI, da CF) não derrogou o princípio protetor ao hipossuficiente (princípio do Direito do Trabalho). No caso em apreço, todas as horas suplementares laboradas pelo reclamante, por estar à disposição da empresa, devem ser quitadas, nos termos da legislação em vigor. Recurso da reclamada não provido. TRT/SP 15ª Região 0011425-05.2015.5.15.0083 RO - Ac. PJe 11ª Câmara. Rel. João Batista Martins César. DEJT 1º jun. 2017, p. 32407
4. HORAS EXTRAORDINÁRIAS INDEVIDAS. MOTORISTA DE CAMINHÃO. LABOR EM ATIVIDADE EXTERNA. IMPOSSIBILIDADE DE PERMANENTE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO. SITUAÇÃO EXCEPCIONADA PELO ART. 62, I, DA CLT. No entendimento desta Relatoria, tratando-se de trabalhador que se ativa, indiscutivelmente, em atividade externa, é indevido o pagamento de horas extras, ante o disposto no art. 62, I, da CLT. Isto porque, o controle de jornada é a fiscalização efetiva exercida sobre as atividades do empregado, que possibilita à empresa, a qualquer momento, verificar o trabalho por ele desempenhado. Em se tratando de trabalhador que, notoriamente, se ativava externamente, não há como se admitir que ele não organizasse sua jornada da maneira que melhor lhe aprouvesse. Com efeito, o legislador assim dispôs, porque não há como o empregador efetuar qualquer tipo de controle de horário sobre os empregados que executam serviço externo, posto que estes se encontram longe de seu olhar. Desse modo, não há meio hábil para se delimitar qual a efetiva jornada de trabalho destes trabalhadores, o que impossibilita o pagamento com exatidão de horas extras e seus consequentes reflexos, quando prestadas. Recurso provido. TRT/SP 15ª Região 0010670-80.2014.5.15.0126 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 14 jun. 2017, p. 1214.
5. HORAS EXTRAS HABITUAIS. ACORDO DE COMPENSAÇÃO. INVALIDADE. A irregularidade da adoção do regime de compensação, com a prestação de horas extras habituais, atrai a incidência do regramento previsto no item IV da Súmula n. 85 do C. TST. PROCESSO TRABALHISTA. ART. 475-J CPC/1973 (ART. 523, § 1º, DO CPC/2015). INAPLICABILIDADE. A aplicação dos dispositivos do Direito Comum no Processo do Trabalho submete-se ao regramento previsto no art. 769 da CLT, de modo que havendo determinação na CLT, para a execução em 48 horas, sob pena de penhora (arts. 880/883 da CLT), não há lacuna a ser preenchida, sendo inaplicável o teor do art. 475-J do CPC/1973 (art. 523, § 1º, do CPC/2015). HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NÃO CABIMENTO. Ausente a assistência sindical, indevida a verba de honorários advocatícios - Súmulas n. 219 e 329 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0010630-62.2014.5.15.0041 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 11 maio 2017, p. 23901.
6. HORAS EXTRAS HABITUAIS. COMPENSAÇÃO DE JORNADA SEMANAL. DESCARACTERIZAÇÃO. Conforme entendimento consubstanciado na Súmula n. 85, item IV, do C. TST, a prestação de horas extras habituais descaracteriza o acordo de compensação de jornada. TRT/SP 15ª Região 0011373-95.2015.5.15.0022 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 22 jun. 2017, p. 8742.
7. HORAS EXTRAS HABITUAIS: SUPRESSÃO OU REDUÇÃO. INTEGRAÇÃO INDEVIDA. A integração, ao salário da empregada, da redução/supressão de serviço extraordinário prestado com habitualidade, não possui previsão legal, não obrigando, portanto, o empregador a seu pagamento, em vista do princípio da legalidade consubstanciado no art. 5º, inciso II, de nossa Carta Magna. Tal integração parte do pressuposto de que a prestação de serviço suplementar garante a sobrevivência do trabalhador - via de regra mal remunerado em nosso país - sendo que a supressão do sobrelabor prestado lhe causaria prejuízo a ser ressarcido pelo empregador. Todavia, o raciocínio revela-se pernicioso, posto que o trabalhador deve ser dignamente remunerado pelo trabalho prestado, e não

se submeter a exaustivas jornadas para assim garantir o seu sustento e o de sua família. A prorrogação da jornada normal de trabalho, excedendo os limites legais, deve se dar de forma excepcional, e não como regra, pelo que entendo que a supressão/redução de horas extras habitualmente prestadas constitui verdadeiro e real benefício, permitindo a melhoria da qualidade de vida do trabalhador, que, assim, terá mais tempo livre para o lazer, o aprimoramento profissional e pessoal, e o convívio familiar. Reforma-se. HORAS EXTRAS. ADICIONAL DE 100%. A inobservância do módulo máximo de sobrejornada previsto nos arts. 59 e 225 da CLT constitui infração administrativa, passível de punição com multa a ser aplicada pelos órgãos de fiscalização do trabalho. As horas extras, portanto, deverão, na sua totalidade, ser apuradas com o adicional de 50% previsto no art. 7º, XVI, da CRFB, não se vislumbrando qualquer fundamento legal a respaldar o pedido de pagamento de adicional de 100%, para as horas extras prestadas após a segunda diária. Reforma-se. SUPRESSÃO DO SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO. EMPREGADA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. EXEGESE DA SÚMULA N. 372 DO C. TST. O fato de ter a autora recebido salário substituição por longo período de tempo não autoriza o deferimento da incorporação, pois importaria no recebimento de salário correspondente a cargo no qual não foi investida mediante concurso público, violando o disposto no § 2º do item II do art. 37 da Constituição Federal. Ademais, não logrou a reclamante comprovar que ainda exerce as funções inerentes ao cargo para o qual foi designada como substituta. Desta feita, há que se reconhecer que, uma vez encerrada a substituição, cessa o direito à gratificação recebida em razão desta atribuição. Logo, tratando-se de empregada pública, o retorno da reclamante ao seu cargo efetivo ocorreu por justo motivo, o que não lhe garante o direito à incorporação da gratificação percebida no período de substituição. Exegese da Súmula n. 372 do C. TST. Reforma-se. TRT/SP 15ª Região 0011467-15.2015.5.15.0096 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 11 maio 2017, p. 4346.

8. HORAS EXTRAS POR SUPOSTO DESCUMPRIMENTO DO INTERVALO INTRAJORNADA. INDEVIDAS. TRANSPORTE URBANO RODOVIÁRIO. MOTORISTAS: “DUPLA PEGADA”. FRACIONAMENTO DA JORNADA EM 2 TURNOS. PECULIARIDADE DO TRANSPORTE COLETIVO TERRESTRE DE PASSAGEIROS. ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, QUE ASSEGURA INTERVALO INTRAJORNADA ENTRE 15 MINUTOS E ATÉ O MÁXIMO DE 6 HORAS. Considera-se válida a prevalência da vontade coletiva privada, consagrada no art. 7º, inciso XXVI, da Constituição Federal, mormente diante da evidência de que a alteração do intervalo, além de não implicar, objetivamente, em prejuízo à saúde e à segurança dos motoristas e cobradores, vem ao encontro de seus interesses, na medida em que, liberados de um recesso forçado de uma hora, são beneficiados com um menor tempo à disposição do empregador, com o consequente elastecimento do tempo para proveito próprio e convívio familiar. Dessa forma, tendo em vista a própria natureza das atividades desenvolvidas pelos motoristas e cobradores de ônibus, que exige o constante deslocamento, bem como as considerações feitas, é de se admitir a validade da cláusula normativa que prevê a diminuição ou elastecimento dos intervalos intrajornada para os condutores e cobradores de transporte coletivo de passageiros que se ativam no sistema de “dupla pegada”. Recurso patronal provido. HORAS EXTRAS. BANCO DE HORAS PREVISTO EM NORMAS COLETIVAS. INDEVIDO SEU PAGAMENTO. É certo que a sociedade empresária reclamada e o sindicato da categoria do reclamante firmaram acordos coletivos para compensação de horários de trabalho, que permitiam a incontroversa compensação de jornada, o que, inclusive, era extremamente benéfico aos laboristas. Ademais, depois que a Lei n. 9.601/1998, alterando o art. 59 da CLT, criou o banco de horas - instituto de grande anseio dos trabalhadores, que objetiva, dentre outras coisas, impedir o corte do número efetivo de empregados pelas empresas - por meio do qual as horas extras trabalhadas em um dia são compensadas com a correspondente diminuição em outro dia -, não há mais que se falar em nulidade de qualquer acordo de compensação de jornada. Nessa ordem, plenamente regular a compensação de horas em testilha, tendo em vista que feita com habitualidade, e devidamente registrada nas folhas de marcação de ponto do reclamante. Reforma-se. DANO MORAL. INDENIZAÇÃO. COMPROVAÇÃO INCONTESTE DE PRÁTICA DE ATO LESIVO À HONRA E À DIGNIDADE DO TRABALHADOR. IMPRESCINDIBILIDADE. JORNADA EXCESSIVA. A despeito das alegações trazidas com a peça de ingresso, não se vislumbra que o reclamante tenha sofrido prejuízos em decorrência do excesso de jornada, ônus que cabe ao

empregado, por se tratar de fato constitutivo de seu direito. A imposição ao empregado, de jornada excessiva, por si só, não implica em ato ilícito que enseje o pagamento de indenização a título de dano existencial, especialmente quando não comprovado o prejuízo que lhe tenha advindo, como no caso em exame. Mantém-se TRT/SP 15ª Região 0011513-33.2015.5.15.0054 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 8 jun. 2017, p. 3495.

9. HORAS EXTRAS. ACORDO DE COMPENSAÇÃO DE JORNADA. PRESTAÇÃO DE SOBRELABOR HABITUAL. DESCARACTERIZAÇÃO. Não há como concluir pela validade de um acordo de compensação de horas em que há prestação de jornada suplementar habitual, inclusive no sábado em que deveria ser observado o descanso, conforme pacificado pela Súmula n. 85, IV, do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0011204-91.2015.5.15.0060 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Larissa Carotta Martins da Silva Scarabelim. DEJT 11 maio 2017, p. 10725.

10. HORAS EXTRAS. ACORDO DE COMPENSAÇÃO, PARA O NÃO TRABALHO AOS SÁBADOS. EVENTUALIDADE DE LABOR EXTRAORDINÁRIO. NÃO DESCARACTERIZAÇÃO DESSE ACORDO. Quanto à validade do acordo de compensação de jornada, *d. m. v.* do entendimento esposado pela Origem, esta Relatoria entende que o labor extraordinário, esporádico, prestado pelo reclamante, não é apto a invalidar a referida avença. Os cartões de ponto e recibos de pagamento colacionados demonstram que, nas raras oportunidades em que laborou aos sábados, o obreiro recebeu corretamente os valores devidos pela jornada extraordinária. Destarte, no presente caso, entendo que não há que se falar em horas extras habituais e, muito menos, em descaracterização do acordo de compensação, face às informações constantes nos controles de jornada e nas fichas financeiras. Reforma-se. TRT/SP 15ª Região 0010161-69.2015.5.15.0109 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 11 maio 2017, p. 1698.

11. HORAS EXTRAS. ATIVIDADE EXTERNA. CONTROLE DE JORNADA. Demonstrada, não só a possibilidade de controle de horário, mas, o efetivo monitoramento da jornada, impõe-se reconhecer que o reclamante estava sujeito a controle de horário. Portanto, afigura-se cabível afastar a incidência da exceção prevista no inciso I do art. 62 da CLT. TRT/SP 15ª Região 0010315-39.2016.5.15.0146 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 1º jun. 2017, p. 7463.

12. HORAS EXTRAS. AUSÊNCIA DE CARTÕES DE PONTO OU REGISTROS DE HORÁRIOS. ÔNUS DA PROVA. Alegando o reclamado fato extintivo do direito do autor (art. 818 da CLT e 373, II, do CPC/2015), caberia àquele provar robustamente a realização de horário regular de trabalho, ou apresentar os registros de horários juntamente com os demonstrativos financeiros a fim de comprovar a quitação da jornada extraordinária. Na ausência dos cartões de ponto e na falta de elementos que demonstrem situação diversa, prevalecem os horários descritos na prefacial, conforme Súmula n. 338 do C. TST. DEPÓSITOS DE FGTS. COMPROVAÇÃO. ÔNUS DO EMPREGADOR. O empregador possui o dever legal de zelar pela regularidade dos depósitos de FGTS, comunicando ao trabalhador acerca dos mesmos, nos termos do art. 17 da Lei n. 8.036/1990. Na ausência dos extratos pertinentes, deve responder a acionada pelos depósitos faltantes. Insurgência que se rejeita. TRT/SP 15ª Região 0010846-87.2015.5.15.0073 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira. DEJT 4 maio 2017, p. 9727.

13. HORAS EXTRAS. BANCO DE HORAS PREVISTO EM NORMAS COLETIVAS. INDEVIDO SEU PAGAMENTO. É certo que a sociedade empresária reclamada e o sindicato da categoria da reclamante firmaram acordos coletivos para compensação de horários de trabalho, que permitiam a compensação de jornada, o que, inclusive, era extremamente benéfico aos laboristas. Ademais, depois que a Lei n. 9.601/1998, alterando o art. 59 da CLT, criou o banco de horas - instituto de grande anseio dos trabalhadores, que objetiva, dentre outras coisas, impedir o corte do número efetivo de empregados pelas empresas - por meio do qual as horas extras trabalhadas em um dia são compensadas com a correspondente diminuição em outro dia -, não há mais que se falar em nulidade de qualquer acordo de compensação de jornada. Nessa ordem, plenamente regular a compensação de horas em testilha, tendo em vista que feita com habitualidade, e devidamente registrada nas folhas de marcação de ponto da reclamante. Reforma-se. CONCESSÃO DE INDENIZAÇÃO PARA ALIMENTAÇÃO *X* FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO. PREVISÃO EM CONVENÇÃO COLETIVA. INTERPRETAÇÃO DA CLÁUSULA CONVENCIONAL. Embora a norma coletiva não traga qualquer ressalva quanto à possibilidade de substituição da indenização para

alimentação, não se pode perder de vista que o fornecimento da refeição restou comprovado nos autos, conforme se extrai do depoimento da própria autora, que confessou que "a alimentação era realizada nas dependências da empresa em refeitório, com fornecimento de alimentação pela reclamada em todos os dias da semana." Nesse contexto, entendo aplicável o comando inserto no art. 112 do Código Civil, que dispõe que "nas declarações de vontade se atenderá mais à sua intenção que ao sentido literal da linguagem". Por todo o exposto, reforma-se a r. sentença, para afastar a condenação da reclamada ao pagamento da indenização para alimentação, uma vez que o fornecimento de refeição atingiu a finalidade prevista nas convenções coletivas encartadas. TRT/SP 15ª Região 0011350-04.2016.5.15.0059 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 11 maio 2017, p. 4153.

14. HORAS EXTRAS. BANCO DE HORAS. SÚMULA N. 85 DO TST. VALIDADE. A ocorrência por demais habitual de horas extras inviabiliza o real interesse dos acordos coletivos que prevêem a compensação das jornadas por meio do banco de horas. Isso porque, nessa prática, só a parte empregadora se beneficia. Excessiva habitualidade na prestação de horas extras sem a devida compensação dentro do razoável período de tempo compromete não só a real intenção do banco de horas, como também converte-se em engodo, pois o trabalhador trabalha mais, não recebe, não descansa e perde vitalidade. Portanto, mesmo que haja nos autos comprovação da existência de acordo coletivo que previu a instituição e realização de banco de horas, a efetividade das respectivas normas deve depender da verificação de que ao empregado foram dadas oportunidades para compensar as horas extras dentro de um espaço de tempo razoável, não inferior ao próprio mês. Essa é, afinal, a verdadeira lógica contida na inteligência dos itens IV e V, ambos da Súmula n. 85 do TST, motivo pelo qual deve ser desconsiderada qualquer norma coletiva que possibilite compensar horas extras num lapso de seis meses. TRT/SP 15ª Região 0011570-87.2015.5.15.0042 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Gerson Lacerda Pistori. DEJT 22 jun. 2017, p. 29668.

15. HORAS EXTRAS. BASE DE CÁLCULO. SÚMULA N. 264 DO E. TST. Todas as verbas de natureza salarial devem integrar o salário do trabalhador para o cálculo das horas extras. Constatado que a base de cálculo das horas extras já contém todas as verbas devidas, nada a deferir. Recurso da reclamante ao qual se nega provimento. EMPREGADO MENSALISTA. REFLEXOS DAS HORAS EXTRAS EM DSR. VERBA DEVIDA. A qualidade de mensalista não retira do empregado o direito aos reflexos das horas extras habituais nos descansos semanais remunerados, posto que o salário mensal compreende apenas a jornada contratual. O cômputo das horas extras habituais na remuneração do descanso semanal remunerado, aliás, é determinado pelo art. 7º da Lei n. 605/1949 e consagrado pela Súmula n. 172 do E. TST. Verba já integrada. Recurso da reclamante a que se nega provimento por fundamento diverso. REPERCUSSÃO DO REPOUSO SEMANAL REMUNERADO, ACRESCIDO DA MÉDIA DAS HORAS EXTRAS, NO CÁLCULO DAS FÉRIAS, DO DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO, DO AVISO-PRÉVIO E DOS DEPÓSITOS DO FGTS. O repouso semanal remunerado, com a integração das horas extras habitualmente cumpridas, não deve repercutir sobre férias, 13º salário, aviso-prévio e FGTS, por caracterizar *bis in idem*. Nesses termos a Orientação Jurisprudencial n. 394 da SBDI-I do E. TST. Recurso da reclamante a que se nega provimento. INTERVALO DO ART. 384 DA CLT. APLICABILIDADE À TRABALHADORA. CONSTITUCIONALIDADE. Apesar da igualdade intelectual e jurídica consagrada na Constituição, não se pode desconsiderar a desigualdade física existente entre homens e mulheres, a ensejar a aplicação de normas diferenciadas, que visa a preservar o maior desgaste físico da mulher. Recurso da autora a que se dá provimento. TRT/SP 15ª Região 0011072-30.2016.5.15.0050 ROPS - Ac. PJe 2ª Câmara. Rel. José Otávio de Souza Ferreira. DEJT 1º jun. 2017, p. 5221.

16. HORAS EXTRAS. CARGO DE CONFIANÇA BANCÁRIO. Comprovado que o empregado, quando do exercício do cargo de gerente de serviço, era detentor de fidúcia diferenciada, autorizado está o seu enquadramento na exceção prevista no § 2º do art. 224 da CLT, restando indevido o pagamento, como extraordinárias, da 7ª e 8ª hora laborada. DIVISOR DO BANCÁRIO. INCIDENTE DE RECURSO REPETITIVO N. 0000849-83.2013.5.03.0138. O C. TST, em decisão proferida nos autos do Incidente de Recurso Repetitivo n. 0000849-83.2013.5.03.0138, decidiu que os divisores aplicáveis aos bancários são definidos com base na regra prevista no art. 64 da CLT, sendo 180 e 220, para a jornada de seis e oito horas, respectivamente. GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO PERCEBIDA

POR 10 ANOS OU MAIS. INCORPORAÇÃO. CABIMENTO. A percepção de gratificação de função por 10 (dez) anos ou mais assegura ao trabalhador, quando revertido ao cargo efetivo, sem justo motivo, a manutenção do pagamento em respeito ao princípio da estabilidade financeira. Incidência da Súmula n. 372, I, do TST. AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO. NATUREZA DO BENEFÍCIO. REFLEXOS. OJ N. 413 DA SDI-1/TST. Não comprovada a adesão do empregador ao PAT e/ou a existência de norma coletiva dispondo sobre a natureza indenizatória da parcela, em momento anterior à percepção do auxílio alimentação, deve ser reconhecida a natureza salarial do benefício e, consequentemente, o direito do empregado aos reflexos sobre as demais parcelas. Inteligência da OJ n. 413 da SDI-1/TST. ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA. CARÁTER DEFINITIVO. NÃO CABIMENTO. Tratando-se de transferência de local de trabalho em caráter definitivo, indevido o adicional previsto pelo § 3º do art. 469 da CLT. Incidência da Orientação Jurisprudencial n. 113 da SDI-1 do C. TST. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NÃO CABIMENTO. Ausente a assistência sindical, indevida a verba de honorários advocatícios - Súmulas n. 219 e 329 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0010247-78.2015.5.15.0064 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 13 jun. 2017, p. 21959.

17. HORAS EXTRAS. COMPENSAÇÃO PREVISTA EM INSTRUMENTOS COLETIVOS E NO PRÓPRIO CONTRATO DE TRABALHO. VALIDADE. A Constituição Federal, em seu art. 7º, XIII, autoriza a compensação de horários, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho, devendo-se interpretar "acordo" como qualquer pactuação escrita, verbal ou mesmo tácita. Válida, portanto, a adoção do regime de compensação de horas estipulado em norma coletiva e em contrato individual de trabalho, sendo impossível desconsiderar o fato de que as partes estabeleceram, de forma inequívoca, a possibilidade de compensação da jornada de trabalho, sem indícios de abuso patronal ou prejuízos daí decorrentes. Assim, há que se prestigiar os acordos que visaram a instituição de melhores condições aos trabalhadores, reputando-se plenamente válidos os pactos coletivos firmados, já que comprovado o cumprimento destes pela reclamada. Reforma-se. TRT/SP 15ª Região 0012036-71.2016.5.15.0034 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 8 jun. 2017, p. 4261.

18. HORAS EXTRAS. DIFERENÇAS. CÁLCULO. DIVISOR. Submetido o trabalhador à jornada semanal de 40 (quarenta) horas, o divisor para o cálculo do salário-hora é 200 (duzentos), em respeito ao disposto no art. 7º, XVI, da CF/1988, que dispõe ser a remuneração da jornada extraordinária 50% superior à hora normal. Incidência da Súmula n. 431 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0011413-29.2016.5.15.0059 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 25 maio 2017, p. 35339.

19. HORAS EXTRAS. GERENTE OPERACIONAL. CARGO DE CONFIANÇA. BANCÁRIO. Comprovado que o empregado, quando do exercício do cargo de gerente operacional, recebia gratificação não inferior a 1/3 do salário do cargo efetivo e era detentor de fidúcia diferenciada, autorizado está o seu enquadramento na exceção prevista no § 2º do art. 224 da CLT, restando indevido o pagamento, como extras, das 7ª e 8ª horas laboradas. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. ASSÉDIO MORAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. Não comprovado o assédio moral, consistente em atos do empregador ou de seus prepostos que exponham o empregado ao ridículo ou à humilhação, ou caracterizadores de perseguição no ambiente de trabalho, resta indevida a indenização a título de dano moral. TRT/SP 15ª Região 0011698-86.2014.5.15.0028 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 4 maio 2017, p. 11966.

20. HORAS EXTRAS. JORNADA DE TRABALHO. ESCALA 12 HORAS. REGIME 6X1. NORMA COLETIVA. AUSÊNCIA. INVALIDADE. A validade da jornada laboral em regime de 12 horas tem por pressuposto autorização mediante norma coletiva. Inválido o regime adotado pela empregadora não amparado em negociação coletiva. Devidas horas extras e reflexos. Incidência da Súmula n. 444 do C. TST. DANO MORAL. AUSÊNCIA DE SANITÁRIOS. PROVA. INDENIZAÇÃO. NÃO CABIMENTO. Não comprovada a ocorrência de ofensa à dignidade da pessoa do trabalhador, decorrentes das condições do local de trabalho, não se justifica a imposição de indenização ao empregador. TRT/SP 15ª Região 0010993-47.2015.5.15.0095 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 13 jun. 2017, p. 23168.

21. HORAS EXTRAS. JORNADA. ÔNUS DA PROVA. MICROEMPRESA. No caso de se tratar a reclamada de microempresa, sem que tenha ficado esclarecido que possua mais de 10 empregados, permanece com a parte autora o ônus da prova da jornada de trabalho alegada na inicial. art. 74, § 2º, da CLT. ASSÉDIO MORAL. NÃO CONFIGURADO. Cobranças pelo cumprimento de metas, não havendo prova de que fossem frequentes e sequer desarrazoadas, configura mero aborrecimento, insuficiente para caracterizar assédio moral. TRT/SP 15ª Região 0012086-51.2015.5.15.0093 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira. DEJT 4 maio 2017, p. 12553.
22. HORAS EXTRAS. LABOR EXTERNO. ART. 62, INCISO I, DA CLT. O fato de o empregado desempenhar atividade externa não o insere necessariamente na hipótese de exclusão da jornada legal contemplada no inciso I do art. 62 da CLT. É preciso que exista incompatibilidade entre a natureza da atividade exercida pelo empregado e a fixação de seu horário. Dessa forma, não é o efetivo controle que gera direito às horas extras, mas o simples fato de a empresa poder exercer essa fiscalização. Em outras palavras, apenas a impossibilidade de fiscalização enseja o não pagamento de horas extras, não a mera opção do empregador em não fiscalizar. TRT/SP 15ª Região 0010483-48.2016.5.15.0079 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Hélio Grasselli. DEJT 1º jun. 2017, p. 1864.
23. HORAS EXTRAS. MINUTOS QUE ANTECEDEM A JORNADA. TRAJETO INTERNO. TEMPO À DISPOSIÇÃO DO EMPREGADOR. ART. 4º DA CLT. SÚMULA N. 429 DO TST. Salvo prova robusta em contrário, presume-se que no trajeto interno, desde o ingresso nas dependências do empregador, por meio de sua portaria principal, até o seu efetivo local de prestação de serviço, o trabalhador está à disposição do empregador, nos termos do art. 4º da CLT. Entendimento em conformidade com a Súmula n. 429 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0010448-32.2016.5.15.0130 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 22 jun. 2017, p. 6809.
24. HORAS EXTRAS. PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA. ART. 2º, § 4º, DA LEI N. 11.738/2008. SÚMULA N. 93 DO TRT/15ª REGIÃO. Nos termos da Súmula n. 93 deste Regional, há, na Lei n. 11.738/2008 (art. 2º, § 4º), a presunção legal (absoluta) de que 1/3 da jornada contratada se destinará às horas extraclasse, de modo que o desrespeito ao limite de 2/3 da jornada, estabelecido para as atividades de interação com os alunos, provoca o natural excesso à carga de trabalho integral do professor e, assim, gera-lhe o direito às horas extras respectivas, acrescidas do adicional. Entendimento aplicável para o trabalho prestado após 27.4.2011, nos termos da decisão proferida pelo STF, na ADI 4.167. TRT/SP 15ª Região 0011990-57.2015.5.15.0086 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. José Pitas. DEJT 11 maio 2017, p. 26135.
25. HORAS EXTRAS. PROFESSORA MUNICIPAL CELETISTA. INDEVIDAS. DOIS CONTRATOS DE TRABALHO DISTINTOS, CADA UM DE 5 HORAS. RECEBIMENTO DE REMUNERAÇÃO PELA CARGA SUPLEMENTAR. EXEGESE DOS ARTS. 37, INCISO X, E 169 DA CF. Entende esta Relatoria que a administração pública, mesmo contratando sob o regime da CLT, não se submete plenamente às normas de direito privado, devendo, também, observar os princípios e regras que lhe são próprios. Assim, tratando-se a reclamante de empregada pública celetista, sua remuneração deve observar o disposto nos arts. 37, inciso X, e 169, ambos da CF. A administração pública tem sua atuação pautada pelo princípio da legalidade, sendo-lhe defeso praticar atos que não lhe sejam permitidos por lei, daí porque se reputa correta a jornada de trabalho e remuneração estabelecida pela municipalidade. Reforma-se. TRT/SP 15ª Região 0010669-93.2016.5.15.0104 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 14 jun. 2017, p. 1199.
26. HORAS EXTRAS. PROVA DOCUMENTAL DA JORNADA. SONEGAÇÃO EM JUÍZO. INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO. PRESUNÇÃO FAVORÁVEL À PRETENSÃO OBREIRA. Se o empregador deixa de apresentar em juízo prova documental obrigatória da jornada de trabalho, emerge presunção favorável à tese inicial obreira (Súmula n. 338, I, do C. TST), que pode ser infirmada pela parte adversa. TRT/SP 15ª Região 0010934-55.2016.5.15.0085 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 13 jun. 2017, p. 17154.
27. HORAS EXTRAS. REVELIA DO RECLAMANTE. CONFISSÃO *FICTA*. SÚMULA N. 74, TST. IMPROCEDÊNCIA. A ausência injustificada do reclamante à audiência de instrução gera a confissão *ficta*, reputando-se verdadeiras as alegações da parte contrária, se não houver prova que as elida. TRT/SP 15ª Região 0011457-11.2016.5.15.0039 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Gerson Lacerda Pistori. DEJT 18 maio 2017, p. 25631.

28. HORAS EXTRAS. SISTEMA 12X36. SÚMULA N. 444 DO C. TST. Consoante entendimento consubstanciado na Súmula n. 444 do C. TST, o labor prestado no sistema de jornada 12x36, somente é válido se previsto em lei ou ajustado mediante negociação coletiva. TRT/SP 15ª Região 0012523-75.2015.5.15.0034 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 22 jun. 2017, p. 10304.
29. HORAS EXTRAS. TROCA DE UNIFORME ANTES DO REGISTRO DO PONTO. OBRIGATORIEDADE. TEMPO À DISPOSIÇÃO DO EMPREGADOR. CARACTERIZAÇÃO. Tempo obrigatoriamente gasto, antes da anotação do ponto, para troca de uniforme caracteriza hora extra por tratar-se de tempo à disposição do empregador. TRT/SP 15ª Região 0010595-89.2014.5.15.0110 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Larissa Carotta Martins da Silva Scarabelim. DEJT 11 maio 2017, p. 9423.
30. LABOR EM FERIADOS. DIFERENÇAS. ÔNUS DA PROVA. Alegado o labor em feriados, sem a contraprestação correspondente e, tendo a empresa juntado cartões de ponto e recibos exibindo a quitação de horas extras com adicional de 100%, compete ao autor demonstrar, ainda, que por amostragem, a existência das diferenças alegadas, por ser fato constitutivo do seu direito. TRT/SP 15ª Região 0012360-72.2014.5.15.0053 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 1º jun. 2017, p. 10838.
31. MINUTOS RESIDUAIS IMPAGOS. TEMPO À DISPOSIÇÃO. HORAS EXTRAORDINÁRIAS. PAGAMENTO DEVIDO. Consideram-se tempo à disposição do empregador as variações de horário do registro de ponto excedentes de cinco minutos independentemente das atividades realizadas pelo trabalhador. Situação em que o empregado registra tanto o início da jornada antes, quanto o término após o horário contratual, ainda que não trabalhe nestes interregnos, gera a obrigação patronal de remunerá-los tal qual a hora normal destinada à prática laboral propriamente dita, acrescidos do adicional pertinente (legal ou convencional) e respectivos reflexos nas demais verbas do pacto. TRT/SP 15ª Região 0011844-07.2016.5.15.0013 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Claudinei Zapata Marques. DEJT 25 maio 2017, p. 29652.
32. MINUTOS RESIDUAIS QUE ANTECEDEM E SUCEDEM A JORNADA NORMAL DE TRABALHO. HORAS EXTRAS DEVIDAS. A partir do momento em que o empregado ingressa no estabelecimento do empregador, está à disposição da empresa, e deve ter o tempo correspondente remunerado. Os minutos que antecedem e sucedem a jornada de trabalho caracterizam tempo à disposição do empregador, nos termos do que dispõe o art. 4º da CLT. A matéria é regulada pelo art. 58, § 1º, da CLT, que estabelece a tolerância aceitável para essas variações, sendo que o excedente de 10 minutos diários, na entrada e/ou na saída, deve ser pago como hora extra, em sua totalidade. Inteligência do art. 58, § 1º, da CLT e da Súmula n. 366 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0010214-94.2016.5.15.0083 RO - Ac. PJe 11ª Câmara. Rel. Antonio Francisco Montanagna. DEJT 13 jun. 2017, p. 27407.
33. SUPRESSÃO DE HORAS EXTRAS HABITUAIS. BENEFÍCIO EM FAVOR DA TRABALHADORA. REDUÇÃO SALARIAL NÃO VERIFICADA. INDENIZAÇÃO INDEVIDA. A prorrogação da jornada normal de trabalho, excedendo os limites legais, deve se dar de forma excepcional, e não como regra, pelo que entendo que a supressão de horas extras habitualmente prestadas constitui verdadeiro e real benefício, permitindo a melhoria da qualidade de vida do trabalhador, que assim terá mais tempo livre para o lazer, o aprimoramento profissional e pessoal, e o convívio familiar. Considere-se, ademais, que a alteração contratual em questão não redundou em qualquer prejuízo à reclamante, que manteve seu padrão remuneratório, considerando a prestação de jornada normal de trabalho para a qual fora contratada. Assim, não comprovada a existência de redução salarial ou de qualquer outro prejuízo advindo à obreira em decorrência da alteração contratual, não se afigura razoável o deferimento de indenização destinada a ressarcir a supressão das horas extras habituais. Reforma-se. TRT/SP 15ª Região 0011342-76.2016.5.15.0075 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 14 jun. 2017, p. 2408.
34. SUPRESSÃO DE HORAS EXTRAS. INDENIZAÇÃO. PRESCRIÇÃO. Ocorrendo a supressão das horas extras no quinquênio anterior à propositura da ação, a indenização devida deve ser apurada levando-se em conta todo o período em que houve a prestação habitual do trabalho suplementar. HORAS EXTRAS HABITUAIS. SUPRESSÃO. INDENIZAÇÃO. CABIMENTO. A supressão de horas

extras habituais assegura ao trabalhador o direito à percepção de uma indenização financeira, em razão dos prejuízos que o trabalhador sofre em sua remuneração, cuja intangibilidade é protegida pelo art. 7º, inciso VI, da CF/1988. Aplicação da Súmula n. 291 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0010329-11.2015.5.15.0129 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 4 maio 2017, p. 7941.

35. TEMPO À DISPOSIÇÃO PARA A TROCA DE UNIFORMES. HORAS EXTRAS. EXCLUSÃO PELA NORMA COLETIVA. INVALIDADE. Inviável a mera exclusão, da jornada do trabalhador, do tempo destinado para a troca de uniformes, porque o sindicato não está autorizado a renunciar direitos individuais homogêneos de sua categoria profissional. Comprovado o dispêndio de 26 minutos por dia, para a colocação e retirada do uniforme, correta a condenação, pelo tempo respectivo, a título de horas extras. Recurso da reclamada não provido. TRT/SP 15ª Região 0010876-92.2014.5.15.0062 RO - Ac. PJe 4ª Câmara. Rel. Eleonora Bordini Coca. DEJT 25 maio 2017, p. 10597.

36. TEMPO DESPENDIDO PELO TRABALHADOR DESDE A CHEGADA À SEDE DA EMPRESA ATÉ O EFETIVO INÍCIO DO TRABALHO. TEMPO À DISPOSIÇÃO DO EMPREGADOR. Considera-se à disposição do empregador, na forma do art. 4º da CLT, Súmulas n. 366 e 429 do C. TST, o tempo necessário ao deslocamento do trabalhador entre a portaria da empresa e o local de trabalho, desde que supere o limite de 10 (dez) minutos diários, e portanto, devem ser remunerados. TRT/SP 15ª Região 0012295-03.2015.5.15.0034 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Hélio Grasselli. DEJT 25 maio 2017, p. 5321.

ILEGITIMIDADE

1. ILEGITIMIDADE DE PARTE. RESPONSABILIZAÇÃO. TOMADOR DE SERVIÇOS. O tomador dos serviços é parte legítima para figurar no polo passivo da reclamação trabalhista onde se discute sua responsabilidade pelos encargos da condenação, em decorrência da culpa *in vigilando* e *in eligendo*. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TOMADOR DE SERVIÇOS. CULPA. CABIMENTO. Comprovada a culpa do tomador de serviços, caracterizada pela ausência de fiscalização sobre o cumprimento das obrigações legais e contratuais assumidas pela empresa contratada, esta deve responder subsidiariamente pelos encargos da condenação. Incidência da Súmula n. 331, IV e V, do TST. MULTAS DOS ARTS. 467 E 477 DA CLT. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. A licitude da terceirização não isenta a tomadora dos serviços pela responsabilidade de todas obrigações trabalhistas não adimplidas pela empresa prestadora de serviço, inclusive as multas dos arts. 467 e 477 da CLT. TRT/SP 15ª Região 0013235-53.2016.5.15.0059 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 31061.

2. ILEGITIMIDADE PASSIVA *AD CAUSAM*. A legitimidade *ad causam*, uma das condições da ação, é matéria de ordem pública e deve ser objeto de análise pelo Julgador *in abstrato*, no momento em que provocada a jurisdição. TRT/SP 15ª Região 0011009-58.2015.5.15.0076 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 25 maio 2017, p. 25592.

INCOMPETÊNCIA

1. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. SERVIDOR PÚBLICO. CARGO EM COMISSÃO. Conforme entendimento do STF, a Justiça do Trabalho é incompetente para apreciar demanda ajuizada por servidor admitido para cargo em comissão, tendo em vista o caráter jurídico-administrativo dessa relação de trabalho. TRT/SP 15ª Região 0011512-70.2014.5.15.0058 RO - Ac. PJe 11ª Câmara. Rel. Antonio Francisco Montanagna. DEJT 13 jun. 2017, p. 30595.

2. INCOMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO. PEDIDO DE DIFERENÇAS DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA OU PENSÃO. MUNICÍPIO DE CAPÃO BONITO. Esta Relatoria adota a decisão vinculante, exarada pelo Supremo Tribunal Federal, no RE 586.453. Constata-se que, em matéria de complementação de aposentadoria ou pensão, remanesce a competência desta Justiça Especializada, somente para as demandas nas quais se discute o referido direito, desde que já tenha sido proferida sentença de mérito até 20.2.2013. Logo, processos julgados após a referida data (como é o caso - 12.12.2016), passarão à competência da Justiça Comum.

Precedentes desta Corte em relação a idêntico pedido em face do mesmo reclamado, Município de Capão Bonito: Processos n. 10617-74.5.15.2015.0123, 00734-74.2013.5.15.0123, 10155-20.5.15.0123. Preliminar acolhida. TRT/SP 15ª Região 0010933-53.2016.5.15.0123 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 11 maio 2017, p. 3187.
3. INCOMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO. SERVIDORA CONTRATADA PELA FUNDAÇÃO FACULDADE REGIONAL DE MEDICINA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - FUNFARME. INTEGRAÇÃO AOS QUADROS DA AUTARQUIA FACULDADE DE MEDICINA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - FAMERP. EXISTÊNCIA DE VÍNCULO JURÍDICO-ESTATUTÁRIO OU JURÍDICO-ADMINISTRATIVO. CUMPRIMENTO À DECISÃO PROFERIDA NA RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL N. 9.438, DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. A Reclamação Constitucional 9.438 foi julgada parcialmente procedente, tendo o Supremo Tribunal Federal, em decisão da lavra do Ministro Dias Toffoli, declarado a incompetência da Justiça do Trabalho para processar e julgar a Ação Civil Pública autuada sob n. 0022900-40.2007.5.15.0017, na parte que impugnava o vínculo jurídico entre a Famerp e seus servidores. Conforme informação colhida no *site* deste Tribunal, referida ACP foi enviada ao Tribunal de Justiça de São Paulo, para prosseguimento. No caso em exame, a autora pleiteia a condenação da reclamada ao pagamento do adicional de sexta parte e reflexos, bem como a inserção em folha de pagamento da referida rubrica. Porém, a situação fática da reclamante insere-se naquela declarada pelo Supremo Tribunal Federal, na Reclamação 9.438 suprarreferida, de competência da Justiça Comum, ou seja, vínculo jurídico-estatutário ou jurídico-administrativo e, em sendo assim, esta Justiça Especializada é incompetente para apreciar o pleito obreiro. Isto porque, antes de se verificar a existência do direito ao recebimento do adicional de sexta parte, e sua inclusão em folha de pagamento, imperiosa a análise primeira sobre a natureza jurídica da relação entre a reclamante e a reclamada (se ela é servidora ou empregada estadual). Nesse espeque, nos termos do art. 114 da Constituição Federal e art. 795, § 1º, da CLT, declara-se, de ofício, a incompetência desta Justiça Especializada para processar e julgar a presente ação e nula a r. sentença, extinguindo-se o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, IV, do NCPC. Reforma-se. TRT/SP 15ª Região 0011999-31.2015.5.15.0082 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 14 jun. 2017, p. 3206.

INDENIZAÇÃO

1. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E MATERIAL. *QUANTUM* INDENIZATÓRIO. O MM. Juízo de origem acolheu o laudo pericial em sua íntegra e condenou a reclamada ao pagamento de R$ 12.000,00 a título de indenização por dano moral e R$ 80.000,00 a título de indenização por dano material, em razão da perda parcial e permanente da capacidade laboral, valores que mostram condizentes com o dano sofrido, o grau de culpa da empregadora e as condições econômicas do ofensor e do ofendido. Verifica-se, *in casu*¸ que a MM. Juíza prolatora da r. decisão de primeiro grau bem ponderou a circunstância de se estar deferindo o pagamento do valor referente ao pensionamento de uma única vez, pois procedeu à diminuição do valor levando-se em conta a possibilidade/probabilidade de o autor auferir lucro em razão desse pagamento adiantado. Sentença que se mantém. TRT/SP 15ª Região 0011654-55.2014.5.15.0032 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 14 jun. 2017, p. 2852.
2. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. AUSÊNCIA DE BANHEIRO QUÍMICO ADEQUADO NO AMBIENTE DE TRABALHO. PROVA. NÃO CABIMENTO. Não comprovado que o ambiente de trabalho era desprovido de condições adequadas para higiene, submetendo o trabalhador a situação humilhante e constrangedora, não resta configurado o dano moral passível de reparação. TRT/SP 15ª Região 0012458-34.2015.5.15.0017 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 30803.
3. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. FIXAÇÃO. Para efeito de fixação da indenização por dano moral há se levar em conta a extensão do dano sofrido, seus reflexos na vida profissional e social do ofendido, bem assim a capacidade econômica do agressor, devendo corresponder a valor suficiente para desestimular e conscientizar o empregador e seus prepostos para que não incidam no mesmo

erro, servindo, outrossim, como lenitivo para a dor íntima experimentada pelo empregado. TRT/SP 15ª Região 0010371-52.2016.5.15.0088 RO - Ac. PJe 10ª Câmara. Rel. Fabio Grasselli. DEJT 29 jun. 2017, p. 17856.
4. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAS E MORAIS. DOENÇA OCUPACIONAL. EQUIPARAÇÃO A ACIDENTE DE TRABALHO. NEXO CONCAUSAL. INDENIZAÇÃO DEVIDA. Constatados a culpa da ré para a ocorrência do sinistro, o dano e o nexo concausal, surge o dever patronal de indenizar o autor pelos danos morais sofridos em razão de sua doença ocupacional equiparada a acidente do trabalho, nos termos dos arts. 7º, XXVIII, da Constituição da República, 21, I, da Lei n. 8.213/1991 e 927, *caput*, do Código Civil. Recurso da reclamada ao qual se nega provimento. TRT/SP 15ª Região 0011009-71.2015.5.15.0007 RO - Ac. PJe 2ª Câmara. Rel. Hamilton Luiz Scarabelim. DEJT 11 maio 2017, p. 7095.
5. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DE VERBAS TRABALHISTAS. POSSIBILIDADE. A injustificada falta de pagamento das verbas rescisórias reveste-se de gravidade suficiente apta a configurar, ao menos em tese, prejuízos de ordem extra patrimonial. O dano se materializa quando a empregadora, revelando absoluto descaso pela situação financeira do empregado, promove a rescisão contratual deixando de efetuar qualquer pagamento ao empregado, bem como deixando de promover a entrega dos formulários para requisição do seguro-desemprego ou a entrega das guias para movimentação do FGTS. Nesse contexto, privado o empregado do salário, fonte básica de sua subsistência, a falta de pagamento das rescisórias, do FGTS e do seguro-desemprego acarreta completa situação de abandono material, por retenção injustificada das verbas rescisórias, deixando o trabalhador à mingua, sem recursos para prover seu sustento e de sua família. A situação em apreço traduz evidente fonte de angústia e desamparo, não traduzindo mero dissabor ou incômodo, que repercute na esfera pessoal rendendo ensejo à configuração do dano moral. Nesse contexto, a falta de pagamento de quaisquer valores revela descanso com a função social da empresa e da propriedade, e o abandono do empregado à própria sorte revela a deliberada intenção de causar dano. A injustificada privação dos meios materiais necessários à sobrevivência, aliado ao descumprimento das normas legais que derivam e contemplam o valor social do trabalho, instrumento de promoção da cidadania, afrontam o princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento da República Brasileira. (art. 1º, incisos II, IV e V da Constituição Federal). TRT/SP 15ª Região 0012167-10.2015.5.15.0025 RO - Ac. PJe 10ª Câmara. Rel. João Alberto Alves Machado. DEJT 11 maio 2017, p. 31667.
6. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. FIXAÇÃO DO *QUANTUM* INDENIZATÓRIO. RAZOABILIDADE. A indenização por dano moral não objetiva ressarcir ao empregado prejuízo de todo incomensurável, mas, enquanto pena pecuniária e pedagógica que é, impor sanção ao agressor para que este, atingido no seu patrimônio, possa redimir-se do ato faltoso praticado, além de compensar o ofendido, em pecúnia, pelo prejuízo moralmente experimentado. Para se quantificar o dano moral, deve o julgador pautar-se pela razoabilidade. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. LAUDO PERICIAL. A apuração da existência ou não de insalubridade depende de conhecimentos técnicos especializados, razão pela qual o juiz pode ficar adstrito às conclusões do laudo pericial se esse não for infirmado por outras provas nos autos. TRT/SP 15ª Região 0011274-26.2015.5.15.0152 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 25 maio 2017, p. 27186.
7. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. HOMOFOBIA NO MEIO AMBIENTE DE TRABALHO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR. VIABILIDADE. É notório que para efeito de cumprimento do contrato de trabalho ou produtividade, é absolutamente irrelevante a orientação sexual adotada pelo empregado, pois se trata de questão estritamente relacionada à sua liberdade, privacidade e intimidade. No caso, o reclamante sofreu constrangimento em virtude de sua opção sexual e foi exposto perante seus demais colegas de trabalho, ao habitual e cotidianamente ser tratado de forma homofóbica, com pleno conhecimento do superior hierárquico da turma de trabalho, ou seja, sem que o preposto da empregadora tomasse qualquer atitude para solucionar a questão. A prática revela, em pleno século XXI, uma das mais repugnantes formas de discriminação, qual seja, o preconceito quanto à orientação sexual do ser humano. O Poder Judiciário tem se posicionado de modo a assegurar igualdade substantiva aos que adotam orientação sexual diversa do "padrão modelar", garantindo o direito ao afeto, à convivência, à formação da família e à união

civil homoafetiva, cumprindo o preceito constitucional de igualdade e de organização da sociedade com vistas à felicidade. É o que se extrai do julgamento do Supremo Tribunal Federal, na ADIn 4.277 e ADPF n. 132. Destarte, constatada a violação de direito personalíssimo - a dignidade da pessoa humana (art. 5º, V, da CF/1988), é pertinente a condenação do empregador ao pagamento de uma indenização ao empregado pelos danos morais decorrentes do ilícito praticado. Recurso ordinário da reclamada conhecido e desprovido. TRT/SP 15ª Região 0010171-10.2014.5.15.0090 RO - Ac. PJe 6ª Câmara. Rel. Fábio Allegretti Cooper. DEJT 1º jun. 2017, p. 16246.

8. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ILÍCITO TRABALHISTA. O dano moral indenizável é aquele que decorre de um ilícito civil (arts. 186 e 927 do Código Civil e art. 5º, incisos V e X, da Constituição Federal). Sendo o ilícito apenas trabalhista que, além de tudo, possui sanção específica, a indenização não é devida. Não se quer dizer que um ilícito trabalhista não possa configurar ilícito civil, mas que a concomitância em questão não se verifica no presente processo, dado que somente o patrimônio trabalhista foi violado, inexistindo qualquer elemento de prova capaz de conduzir a conclusão diversa. TRT/SP 15ª Região 0010395-22.2016.5.15.0075 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 1º jun. 2017, p. 7677.

9. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. REVELIA. CONFISSÃO. O não comparecimento da ré à audiência a fim de oferecer resistência ao pleito inicial, importa na declaração da revelia e na aplicação da pena de confissão quanto à matéria de fato, tornando-a incontroversa a favor da reclamante, desde que tal cominação não implique em contradição com o conjunto probatório produzido nos autos. Assim, como não há prova capaz de refutar as assertivas da reclamante de que recebeu tratamento humilhante e laborou sem as mínimas condições de higiene e segurança, presumem-se verdadeiros os fatos narrados na petição inicial quanto ao ato ilícito e à culpa da reclamada, impondo-se o deferimento do pleito de indenização por dano moral. Recurso da reclamada não provido no aspecto. TRT/SP 15ª Região 0011994-13.2015.5.15.0113 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Manuel Soares Ferreira Carradita. DEJT 13 jun. 2017, p. 13264.

INTERVALO

1. AUSÊNCIA DE REGISTRO DO HORÁRIO DE INTERVALO INTRAJORNADA. ÔNUS DA PROVA DO EMPREGADOR. A falta de registro diário do intervalo intrajornada e a ausência de préassinalação transfere ao empregador o ônus de provar a concessão do intervalo de descanso, gerando a presunção relativa de que não havia intervalo do serviço para repouso e alimentação. TRT/SP 15ª Região 0011656-67.2014.5.15.0018 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 11 maio 2017, p. 11431.

2. FERROVIÁRIO, CATEGORIA "C". INTERVALO INTRAJORNADA. NÃO INCIDÊNCIA DA NORMA CONTIDA NO ART. 71 DA CLT. REGRAMENTO PRÓPRIO DA CATEGORIA, ESTABELECIDO PELO ART. 238, § 5º, DA CLT. O art. 57 da CLT exclui da disciplina geral da duração do trabalho, de forma expressa, os profissionais abrangidos pelas disposições do Capítulo I do Título III da CLT. Nesse Capítulo, na Seção V, incluem-se os ferroviários (arts. 236/247 da CLT). Não há, por discriminação legal expressa, a possibilidade de deferimento da remuneração do período de intervalo não usufruído, mesmo porque esse pessoal tem o período do intervalo, para tanto, computado como se fosse de serviço efetivo, em sua jornada de trabalho, e o pagamento das horas de forma "corrida", sem interrupção. Sentença mantida. TRT/SP 15ª Região 0010608-91.2016.5.15.0151 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 11 maio 2017, p. 2606.

3. INTERVALO DO ART. 384 DA CLT. PROTEÇÃO AO TRABALHO DA MULHER. CONSTITUCIONALIDADE. HORAS EXTRAS DEVIDAS. O art. 384 da CLT não confronta com os dispositivos contidos na Carta Magna, razão pela qual foi recepcionado pela Constituição Federal, permanecendo em pleno vigor. O descumprimento de referida norma não se trata de mera infração administrativa, sendo, portanto, devido o pagamento de horas extras pela supressão do intervalo. TRT/SP 15ª Região 0010173-29.2014.5.15.0106 RO - Ac. PJe 4ª Câmara. Rel. Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza. DEJT 25 maio 2017, p. 8495.

4. INTERVALO DO ART. 384 DA CLT. RECEPÇÃO PELA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988. AUSÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Trata-se o intervalo do art. 384 da

CLT de direito há muito consagrado às mulheres e devidamente recepcionado pela ordem jurídica inaugurada em 5.10.1988. Em se tratando de fator de discriminação compatível com a finalidade da norma, não há que se falar em afronta ao Princípio da Isonomia que, evidentemente, não pode ser argumentado para justificar a exclusão de garantia legalmente prevista para a tutela específica da saúde das trabalhadoras ou ainda para estender o direito a trabalhador do sexo masculino. TRT/SP 15ª Região 0010262-06.2015.5.15.0110 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Larissa Carotta Martins da Silva Scarabelim. DEJT 1º jun. 2017, p. 7392.

5. INTERVALO INTERJORNADA. ART. 66 DA CLT. DESRESPEITO. PAGAMENTO DAS HORAS SUPRIMIDAS. O desrespeito ao descanso estipulado no art. 66 da CLT enseja, além do pagamento de eventuais horas extras decorrentes da extrapolação dos limites da jornada, a remuneração do tempo suprimido do período intervalar, nos termos da Súmula n. 110 do TST e Orientação Jurisprudencial n. 355 da SDI-1 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0011386-81.2015.5.15.0091 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 25 maio 2017, p. 27627.

6. INTERVALO INTERJORNADAS. CABIMENTO. O desrespeito ao intervalo mínimo interjornadas previsto no art. 66 da CLT acarreta o pagamento das horas respectivas como extras. Inteligência da Súmula n. 110 e da OJ n. 355 da SDI-1, ambas do C. TST, e do entendimento sedimentado por este Eg. TRT na Súmula n. 50. HORAS *IN ITINERE*. NEGOCIAÇÃO COLETIVA. A prefixação, por meio de norma coletiva, de tempo de trajeto em até 50% daquele efetivamente gasto pelo trabalhador atende aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL/CONFEDERATIVA. PRECEDENTE NORMATIVO N. 119 DA SDC DO C. TST E SÚMULA VINCULANTE N. 40 DO E. STF. Somente a contribuição sindical tem origem legal, a cujo pagamento está obrigado o empregado, independentemente de filiação ou previsão em norma coletiva da categoria (arts. 578 e seguintes da CLT). As disposições normativas que obrigam aos descontos a título de contribuição confederativa e assistencial, independentemente de filiação do empregado à entidade sindical, ofendem o princípio insculpido no inciso V do art. 8º da Constituição Federal. HONORÁRIOS PERICIAIS. Os valores estipulados por este Eg. Tribunal referentes ao pagamento de honorários periciais em caso de justiça gratuita não se aplicam às hipóteses nas quais o título seja de incumbência da parte reclamada (art. 790-B da CLT). TRT/SP 15ª Região 0010580-95.2015.5.15.0107 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira. DEJT 4 maio 2017, p. 8579.

7. INTERVALO INTRAJORNADA PARA REFEIÇÃO E DESCANSO. SUPRESSÃO PARCIAL. PAGAMENTO DE UMA HORA EXTRAORDINÁRIA COMPLETA. NATUREZA JURÍDICA SALARIAL. O intervalo intrajornada de no mínimo uma hora destinado ao repouso e alimentação deve ser cumprido integralmente, não se permitindo redução ou fracionamentos, porque tais figuras subvertem a intenção do instituto - o necessário repouso e refazimento das forças do empregado. A concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo implica o pagamento total do período correspondente, e não apenas daquele suprimido, consoante o disposto no art. 71, § 4º, da CLT, aliado ao item I da Súmula n. 437 do C. TST. Quanto à natureza da verba em questão, já se encontra pacificado na jurisprudência, conforme item III da Súmula n. 437 do C. TST, que referida verba detém natureza salarial, sendo devida a condenação reflexa. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO. SALÁRIO-MÍNIMO. Diante da Súmula Vinculante n. 4 do STF, na qual, mesmo afastando-se o salário-mínimo como base de cálculo do adicional de insalubridade, se ressalta que outro parâmetro não pode ser fixado mediante decisão judicial, entende-se que, na ausência de instrumento coletivo ou de lei fixando base de cálculo diversa, remanesce o salário-mínimo como base de cálculo para o adicional de insalubridade. TRT/SP 15ª Região 0010457-12.2015.5.15.0103 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Hélio Grasselli. DEJT 25 maio 2017, p. 2197.

8. INTERVALO INTRAJORNADA PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO. CLÁUSULA DE NORMA COLETIVA PREVENDO REDUÇÃO SEM A AUTORIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO. INVALIDADE. A cláusula de convenção coletiva prevendo a supressão ou redução do intervalo intrajornada somente é válida quando a norma for ratificada por ato do Ministério do Trabalho editado nos termos do art. 71, § 3º, da CLT (Súmula n. 437, II, do Col. TST). Tal exigência faz-se necessária em defesa da higiene, saúde e segurança do trabalhador, tuteladas por norma de ordem pública. Exegese do art. 7º, XXII, da Constituição Federal. TRT/SP 15ª Região 0011210-59.2016.5.15.0094 ROPS - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Manuel Soares Ferreira Carradita. DEJT 13 jun. 2017, p. 11983.

9. INTERVALO INTRAJORNADA SUPERIOR A DUAS HORAS. PREVISÃO EM NORMA COLETIVA. AUSÊNCIA DE DELIMITAÇÃO DO TEMPO ELASTECIDO. INVALIDADE. O *caput* do art. 71 da CLT prevê a possibilidade de que, mediante acordo escrito, o intervalo intrajornada seja estendido para além do limite de duas horas. Acordo coletivo que deixa ao arbítrio do empregador a fixação da respectiva duração desse elastecimento é inválido, visto que desvirtua a finalidade do período destinado ao descanso, tornando devidas, como extras, as horas excedentes do limite máximo de duas horas. TRT/SP 15ª Região 0010395-55.2015.5.15.0043 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 11 maio 2017, p. 23504.

10. INTERVALO INTRAJORNADA USUFRUÍDO POR 45 MINUTOS. TEMPO REDUZIDO SOMENTE EM 15 MINUTOS. EXISTÊNCIA DE REFEITÓRIOS DE BOA QUALIDADE QUE ERAM PROPORCIONADOS AOS TRABALHADORES. ACORDOS COLETIVOS. AUTORIZAÇÕES ESPECÍFICAS, TAMBÉM, DO MTE. NÃO CABIMENTO DA APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 437 DO C. TST, NEM DA INDENIZAÇÃO. ART. 71, § 3º, DA CLT. Resta claro nos autos que o órgão do Ministério do Trabalho e Emprego, há cerca de 15 anos, já vem reconhecendo que a reclamada dispõe de condições para a redução do intervalo intrajornada de seus empregados, autorizando-a em diversas oportunidades, mediante portarias ministeriais. Ora, consoante o disposto na lei, em especial, no § 3º do art. 71 da CLT, o Ministério do Trabalho e Emprego pode autorizar a redução do intervalo intrajornada. E esse órgão assim o fez. E, também, como cediço, a legalidade da redução do intervalo intrajornada, mediante negociação coletiva, acabou sendo admitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego por via da revogada Portaria MTE de n. 42/2007, cujos termos foram essencialmente mantidos pela hoje vigente Portaria MTE de n. 1.095/2010. Assim, constam dos autos sucessivas portarias ministeriais autorizando a redução do intervalo em apreço, uma vez que observadas as exigências normativas, entre elas, negociação coletiva, refeitórios adequados e relatórios médicos atinentes à saúde dos trabalhadores, consoante se infere do teor das referidas portarias. Reforma-se. ESTABILIDADE PRÉ APOSENTADORIA PREVISTA EM CCT. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS PREVISTOS NOS INSTRUMENTOS NORMATIVOS. INDEVIDA. O autor não preencheu um dos requisitos para a concessão da estabilidade provisória de emprego, qual seja, não comprovou, no momento da dispensa, que estava prestes a reunir as condições para receber a aposentadoria da Previdência Social. Por se tratar de fato constitutivo de seu direito, cabia ao reclamante tal ônus probatório (art. 818 da CLT, c/c o art. 373, I, do NCPC). Ressalte-se que não cabe ao empregador realizar o cálculo do tempo de serviço do empregado, para obtenção de aposentadoria, e, tampouco, controlar o lapso temporal até que este reúna os pressupostos necessários para tanto. Além disso, o autor não efetuou nenhuma ressalva, no TRCT, no momento da homologação de sua rescisão contratual. Reforma-se. TRT/SP 15ª Região 0011187-17.2015.5.15.0008 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 18 maio 2017, p. 2322.

11. INTERVALO INTRAJORNADA. AMBIENTE ARTIFICIALMENTE FRIO. O labor contínuo em ambiente artificialmente frio confere ao empregado o direito ao intervalo intrajornada previsto no art. 253 da CLT. Inteligência da Súmula n. 438 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0011187-96.2015.5.15.0111 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 28614.

12. INTERVALO INTRAJORNADA. FERROVIÁRIOS. CATEGORIA “C”. INAPLICABILIDADE DO ART. 71 E PARÁGRAFOS DA CLT. Os ferroviários sujeitam-se às regras especiais previstas no art. 236 e seguintes da CLT, sendo certo que o art. 238, § 5º, da CLT dispõe que o pessoal enquadrado na categoria “C” não tem direito ao lapso intervalar mínimo de uma (01) hora, estabelecendo, porém, que o tempo concedido para refeição e descanso será computado como de trabalho efetivo. Tais disposições são absolutamente diversas daquelas previstas no art. 71 e parágrafos da CLT, justamente por se tratar de categoria com inúmeras peculiaridades, tanto no modo como desenvolve o seu mister, como também na jornada laboral, que é toda regulamentada de modo específico. Portanto, inaplicável ao reclamante as regras gerais contidas no art. 71 da CLT, acerca do intervalo para repouso e alimentação. Recurso ordinário da reclamada a que se dá provimento. TRT/SP 15ª Região 0010392-84.2015.5.15.0113 RO - Ac. PJe 5ª Câmara. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DEJT 13 jun. 2017, p. 2314.

13. INTERVALO INTRAJORNADA. GOZO PARCIAL. PAGAMENTO DO PERÍODO INTEGRAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 437, I, DO C. TST. A concessão parcial do intervalo para refeição e descanso enseja o pagamento da hora integral, entendimento este que encontra-se pacificado pelo C. TST, através da Súmula n. 437, I, que assim preconiza: "Após a edição da Lei n. 8.923/1994, a não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento total do período correspondente, e não apenas daquele suprimido, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho (art. 71 da CLT), sem prejuízo do cômputo da efetiva jornada de labor para efeito de remuneração". Recurso ordinário a que se nega provimento. TRT/SP 15ª Região 0011203-61.2014.5.15.0054 RO - Ac. PJe 5ª Câmara. Rel. Adriene Sidnei de Moura David Diamantino. DEJT 11 maio 2017, p. 16521.
14. INTERVALO INTRAJORNADA. REDUÇÃO ATRAVÉS DE NORMA COLETIVA. INVALIDADE. Não é possível a redução do descanso intrajornada única e exclusivamente por negociação coletiva (Súmula n. 437, II, C. TST), mesmo durante a vigência da Portaria n. 42/2007. A redução do intervalo intrajornada é válida quando expressamente autorizada por portaria expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Inteligência do art. 71, § 3º, da CLT. Recurso ordinário não provido. TRT/SP 15ª Região 0011616-64.2014.5.15.0122 RO - Ac. PJe 5ª Câmara. Rel. Adriene Sidnei de Moura David Diamantino. DEJT 11 maio 2017, p. 16731.
15. INTERVALO INTRAJORNADA. REDUÇÃO POR NORMA COLETIVA. IMPOSSIBILIDADE. É cediço que o intervalo intrajornada de no mínimo uma hora, destinado a repouso e alimentação, deve ser cumprido integralmente. Não pode ser reduzido (nem mesmo por negociação coletiva, conf. nova redação da Súmula n. 437, II, TST - exceção prevista no art. 71, § 3º, CLT, que não é o caso), porque tal figura subverte a intenção do instituto - o necessário repouso e refazimento das forças do empregado. Sua obrigatoriedade decorre de norma de ordem pública (art. 71, CLT, e 7º, XXII, CF). APELO. NÃO CONHECIMENTO. ART. 932, III, DO NCPC. Para que o recurso seja conhecido, deverá impugnar especificamente a sentença. Nesse sentido, o art. 932, III, do NCPC, dispõe que incumbe ao relator não conhecer de recurso que não tenha impugnado especificadamente os fundamentos da decisão recorrida. TRT/SP 15ª Região 0011321-67.2016.5.15.0086 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. José Pitas. DEJT 25 maio 2017, p. 35113.
16. INTERVALO INTRAJORNADA. REDUÇÃO. AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO. HORA INTERVALAR DEVIDA. ART. 71, § 4º, DA CLT. A mera previsão normativa não basta ao reconhecimento da validade da redução do intervalo intrajornada, pois, nos termos do art. 71, § 3º, da CLT, é imprescindível a autorização do Ministério do Trabalho. Se a empresa comprova a existência de autorização para tanto apenas em relação a um período do contrato, o trabalhador é credor da compensação no lapso restante. TRT/SP 15ª Região 0010671-18.2014.5.15.0077 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Edmundo Fraga Lopes. DEJT 8 jun. 2017, p. 4892.
17. INTERVALO INTRAJORNADA. REDUÇÃO. HORA EXTRAS. IMPOSSIBILIDADE. Ainda que haja refeitórios e portaria autorizativa do MTE, a verificação de labor em horas extras regulares impede a redução do intervalo intrajornada, por serem cumulativas as condições previstas pelo art. 71, § 3°,da CLT. CORREÇÃO MONETÁRIA DO DÉBITO TRABALHISTA. TAXA DE ATUALIZAÇÃO. IPCA-E. EXCLUSÃO. Em função de liminar no STF que restringe a aplicação da decisão das ADIs 4.357 e 4.425 aos débitos trabalhistas, deve-se excluir o IPCA-E do cálculo da correção monetária, devendo a questão do índice de atualização ser analisada em sede de execução. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REPRESENTAÇÃO SINDICAL. PROVA. TIMBRE DO SINDICATO. A Lei n. 5.584/1970 não estabelece uma forma específica para a comprovação da assistência sindical, razão pela qual, em atenção ao princípio da boa-fé, a apresentação de petição e/ou de procuração contendo o timbre do órgão sindical é suficiente para presumir a representação. Redação da Súmula n. 90 do TRT-15. TRT/SP 15ª Região 0010123-35.2016.5.15.0008 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Gerson Lacerda Pistori. DEJT 13 jun. 2017, p. 21804.
18. INTERVALO INTRAJORNADA. REDUÇÃO. VALIDADE. AUTORIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO. ART. 71, § 3º, da CLT. O intervalo intrajornada constitui medida de higiene, saúde e segurança do trabalho prevista em norma de ordem pública (art. 71 da CLT e art. 7º da CF/1988). A redução do intervalo intrajornada por meio de norma coletiva somente deve ser considerada

válida com autorização do Ministério do Trabalho e Emprego, nos termos do art. 71, § 3º, da CLT. TRT/SP 15ª Região 0011006-07.2016.5.15.0032 RO - Ac. PJe 11ª Câmara. Rel. Antonio Francisco Montanagna. DEJT 13 jun. 2017, p. 29470

19. INTERVALO INTRAJORNADA. RURAL. SUPRESSÃO PARCIAL. PAGAMENTO DO PERÍODO INTEGRAL COM REFLEXOS. A supressão do intervalo, mesmo que parcial, acarreta a condenação do empregador ao pagamento do período integral do intervalo (uma hora) com adicional legal de 50% e reflexos nas demais parcelas do pacto, conforme entendimentos firmados pelas OJs n. 381 e 354 da SBDI-1 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0010817-05.2015.5.15.0019 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 11 maio 2017, p. 10010.

20. INTERVALO MÍNIMO INTRAJORNADA. TRABALHADORES URBANOS E RURAIS. APARENTE ANTINOMIA SUPERADA PELO "DIÁLOGO DAS FONTES". Com base na interpretação sistemática do art. 71 da CLT e do art. 5º da Lei n. 5.889/1973, conclui-se que não existe conflito de leis, mas uma aparente antinomia que pode ser superada pelo "diálogo das fontes". Aponta-se, nesse sentido, que o art. 5º da Lei n. 5.889/1973 não estabelece intervalo intrajornada mínimo para os trabalhadores rurais, o que atrai a aplicação do art. 71 da CLT de forma complementar. INTERVALO INTRAJORNADA. CONCESSÃO PARCIAL. TEMPO SUPERIOR A 50 MINUTOS. INDEVIDO. Visando ao atendimento de seus fins sociais e às exigências do bem comum, conforme disposto no art. 5º da LINDB, é necessário distinguir a consequência jurídica para os períodos em que a concessão do intervalo intrajornada fora, de fato, parcial e prejudicial à saúde do trabalhador, dos períodos em que o retorno do intervalo poucos minutos antes do período preestabelecido, que completaria uma hora, não teve o condão de prejudicar o efetivo cumprimento de seu objetivo. Tais situações fáticas não devem implicar, por justiça e razoabilidade, a mesma consequência jurídica. TRT/SP 15ª Região 0011343-11.2015.5.15.0006 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa. DEJT 4 maio 2017, p. 10977.

21. INTERVALO PARA ALIMENTAÇÃO E DESCANSO. REDUÇÃO. PREVISÃO EM NORMA COLETIVA. NÃO CABIMENTO. EXIGÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (CLT, ART. 71, § 3º). Para a validade da redução do intervalo para alimentação e descanso, imprescindível a autorização do Ministério do Trabalho e Emprego, consoante disposto no art. 71, § 3º, da CLT, que não pode ser suprida por mera previsão em norma coletiva, por se tratar a regra contida no art. 71, *caput*, do Diploma Consolidado, de preceito de ordem pública, envolvendo a saúde, higiene e segurança do trabalhador e, portanto, não sujeita à negociação coletiva. Aplicação do entendimento consagrado na Súmula n. 437 do C. TST. INTERVALO INTRAJORNADA. CONCESSÃO PARCIAL. ART. 71, § 4º, DA CLT. DEVIDO PAGAMENTO INTEGRAL. A concessão parcial do intervalo para alimentação e descanso inferior ao mínimo de uma hora previsto no art. 71, § 4º, da CLT, implica a obrigação de pagá-lo na integralidade, conforme entendimento consolidado na Súmula n. 437 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0011481-36.2014.5.15.0095 RO - Ac. PJe 10ª Câmara. Rel. Fabio Grasselli. DEJT 22 jun. 2017, p. 33724.

22. INTERVALO PARA RECUPERAÇÃO TÉRMICA. ART. 253 DA CLT. Essa disposição legal trata de situações não cumulativas, sendo o intervalo nela previsto devido àqueles que trabalham em câmaras frigoríficas propriamente ditas, em ambientes artificialmente frios, e àqueles que movimentam mercadorias do ambiente quente ou normal para o frio e vice-versa. TRT/SP 15ª Região 0011476-44.2014.5.15.0085 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. José Pitas. DEJT 11 maio 2017, p. 25449.

23. INTERVALO PREVISTO NO ART. 384 DA CLT. APLICABILIDADE. Plenamente aplicável a norma contida no art. 384 da CLT, que assegura à mulher um intervalo de no mínimo 15 minutos antes do início do labor extraordinário, não havendo qualquer afronta ao princípio da igualdade insculpido no art. 5º, I, da CF/1988. De certo, é inegável que a estrutura fisiológica da mulher é mais frágil do que a dos homens, o que justifica a proteção assegurada no aludido dispositivo celetista, pois a hipótese representa nada mais nada menos do que efetivação da igualdade material assegurada constitucionalmente, consubstanciada na expressão jurídica: "tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida de suas desigualdades". TRT/SP 15ª Região 0011068-43.2016.5.15.0001 RO - Ac. PJe 5ª Câmara. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DEJT 13 jun. 2017, p. 2865.

24. INTERVALOS INTERMITENTES PREVISTOS PELA NR-15. ANEXO N. 3, QUADROS 1 E 3. VIOLAÇÃO À NORMA DE ORDEM PÚBLICA DESTINADA À PROTEÇAO DA SAÚDE E HIGIDEZ DO EMPREGADO. TEMPO DE DESCANSO TRABALHADO PASSÍVEL DE REMUNERAÇÃO COMO HORAS EXTRAS. Os intervalos para repouso, frente aos termos do art. 7º, incisos XIII e XXII, da Constituição Federal, constituem normas de ordem pública, de caráter imperativo, pois destinam-se à proteção da saúde, higiene e segurança do trabalhador. A redução do repouso investe contra a dignidade da pessoa humana e contra os valores sociais do trabalho. (Constituição Federal - art. 1º, incisos III e IV). De acordo com a atual jurisprudência do TST, os intervalos para repouso previstos pelos arts. 66, 67, 71, 235 e 384 da CLT, destinados a preservar a higiene, saúde e segurança do trabalhador, quando suprimidos são passíveis de indenização como horas extras, pois representam tempo excedente à jornada admitida pela ordem jurídica para uma determinada atividade, conforme Súmulas n. 110, 437, 438 do TST e OJ n. 354 da SDI-I do TST. Os intervalos intermitentes previstos pela NR-15, em seu Anexo 3, Quadro 1, nos pontos em que veda ou limita o trabalho conforme limites de tolerância para exposição ao calor se destinam específica e exclusivamente a preservar a higiene, a saúde e a segurança do trabalhador. No caso da exposição ao calor as medidas têm por escopo preservar a própria vida, visto que a desidratação e a hipertermia podem causar graves danos ou mesmo a morte, em casos extremos, se o indivíduo vier a perder a capacidade de manter e regular sua temperatura corporal. Em sede de exposição ao calor (IBUTG), os limites são estipulados frente ao tipo de atividade executada (leve, moderada e pesada), que deve ser entremeada com períodos de descanso no próprio local de trabalho, observado o tipo de atividade e a taxa de metabolismo. Em se tratando de trabalho desenvolvido no corte manual de cana, estamos diante de regime de trabalho intermitente com descanso no próprio local de trabalho, caracterizado como atividade pesada, por traduzir trabalho pesado e fatigante, tal como definido pelos Quadros 1 e 3 da NR-15, Anexo 3. A falta de concessão dos intervalos intermitentes gera infração ao art. 178 da CLT e aos limites de tolerância para exposição ao calor, viola o direito à saúde e implica enriquecimento sem causa e prejuízo ao empregado, que presta trabalho em jornada superior, alcançando período destinado ao descanso, privado do repouso necessário à recomposição de suas energias e à preservação de sua higidez física e mental. Nesse sentido constitui antigo princípio de hermenêutica que “Os fatos de igual natureza devem ser regulados de modo idêntico. *Ubi eadem legis ratio, ibi eadem legis dispositio*; ‘onde se depare razão igual à da lei, ali prevalece a disposição correspondente, da norma referida’: era o conceito básico da analogia em Roma”. (Carlos Maximiliano, **Hemenêutica e aplicação do direito**. Editora Forense, 9. ed., 2ª tir., p. 208-210). Assim, infringido o art. 178 da CLT, o desrespeito aos intervalos intermitentes previstos pela NR-15, Anexo 3, Quadros 1 e 3 implica na condenação ao pagamento, como extras, das horas efetivamente trabalhadas em detrimento do descanso assegurado. Recurso provido. TRT/SP 15ª Região 0011673-29.2016.5.15.0117 RO - Ac. PJe 10ª Câmara. Rel. João Alberto Alves Machado. DEJT 11 maio 2017, p. 30879.

JORNADA DE TRABALHO

1. ATIVIDADE EXTERNA COMPATÍVEL COM A FIXAÇÃO DE HORÁRIO DE TRABALHO. INAPLICÁVEL A EXCEÇÃO DO ART. 62, I, DA CLT. A exceção prevista no inciso I do art. 62 da CLT aplica-se tão somente aos empregados que exerçam atividade externa totalmente incompatível com o controle e fiscalização da jornada, ou com total autonomia em relação ao horário praticado. TRT/SP 15ª Região 0010726-16.2013.5.15.0105 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Regiane Cecilia Lizi. DEJT 25 maio 2017, p. 33679.
2. ESCALA 2X2. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO EM NORMA VÁLIDA. Tal como a jornada 12x36, para a validade do trabalho na escala 2x2 faz-se indispensável existência de norma coletiva, negociada pelo sindicato obreiro, prevendo referida escala, bem como a ausência de prestação de horas extras habituais. Inexistindo norma válida que preveja tal jornada, necessário se faz o reconhecimento da sua invalidade. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ADVOGADO PARTICULAR. IMPOSSIBILIDADE. Nesta Justiça Especializada a verba honorária advocatícia somente é devida se o autor for beneficiário da justiça gratuita e o patrocínio da causa for feito por entidade

sindical. Inteligência da Lei n. 5.584/1970 (Súmulas n. 219 e 329 do C. TST). TRT/SP 15ª Região 0010185-96.2016.5.15.0001 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Claudinei Zapata Marques. DEJT 25 maio 2017, p. 21416.
3. JORNADA 12X36. INTERVALO PARA REFEIÇÃO E DESCANSO NÃO USUFRUÍDO. DIREITO AO INTERVALO INTRAJORNADA, MAS NÃO À HORA EXTRAORDINÁRIA. O descumprimento do intervalo no sistema de doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso, regularmente previsto em norma coletiva, não gera o pagamento de horas extraordinárias, mas tão somente do intervalo, porque não extrapolado o limite diário de efetivo trabalho fixado. TRT/SP 15ª Região 0011066-63.2014.5.15.0027 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa. DEJT 4 maio 2017, p. 10311.
4. JORNADA DE TRABALHO. ALTERAÇÃO. RETORNO À JORNADA INICIALMENTE CONTRATADA. SERVIDOR PÚBLICO. O retorno do servidor público (administração direta, autárquica e fundacional) à jornada inicialmente contratada não se insere nas vedações do art. 468 da CLT, sendo a sua jornada definida em lei e no contrato de trabalho firmado entre as partes. TRT/SP 15ª Região 0010423-94.2016.5.15.0105 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 11 maio 2017, p. 9120.
5. JORNADA DE TRABALHO. CONFISSÃO *FICTA* DO PREPOSTO. DESCONHECIMENTO DOS FATOS. RELATIVIZAÇÃO. JUNTADA DE CARTÃO DE PONTO. PROVA PRÉ CONSTITUÍDA. SÚMULA N. 74, II, DO TST. A confissão *ficta* aplicada ao empregador, no tocante à jornada de trabalho, não obsta a valoração da prova pré constituída (cartões de ponto) para o deslinde da controvérsia - Súmula n. 74, II, do TST. TRT/SP 15ª Região 0011261-82.2015.5.15.0069 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 4 maio 2017, p. 10775.
6. JORNADA ESPECIAL (12X36, 12X24 E 12X48). GUARDA MUNICIPAL. HORAS EXTRAS, ALÉM DA 8ª, INDEVIDAS. A jornada em regime especial (12x36, 12x24 e 12x48) é extraordinariamente benéfica para os trabalhadores, que podem usufruir de um período maior de repouso após doze horas de labor. Observe-se que o acréscimo de quatro horas em um dia é recompensado com o dia seguinte inteiro sem estar à disposição do empregador, podendo este usufruir de seu tempo conforme bem lhe aprouver. É um regime diferenciado e normalmente adotado para funções específicas, como no caso do obreiro, que se ativou como guarda municipal. Note-se, ainda, que nenhum outro trabalhador usufrui de um interregno de tempo tão longo entre duas jornadas de trabalho, considerando que o período mínimo de intervalo interjornada deve ser de onze horas consecutivas, de acordo com o que determina o próprio art. 66 Consolidado. Recurso provido. TRT/SP 15ª Região 0011282-93.2016.5.15.0143 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 14 jun. 2017, p. 2256.
7. OPERADOR DE TELEATENDIMENTO. JORNADA ESPECIAL. Com o cancelamento da Orientação Jurisprudencial n. 273 da SDI-1 do C. TST, aplicam-se ao operador de teleatendimento, sujeito às mesmas condições desgastantes do telefonista, as disposições do art. 227 da CLT. COMISSÃO. PAGAMENTO EXTRAFOLHA. INTEGRAÇÃO. REFLEXOS. Comissão percebida extrafolha, pelo empregado, em razão da execução do seu contrato de trabalho, ostenta natureza jurídica salarial e como tal deve integrar a remuneração para todos os efeitos legais, nos moldes do art. 457 da CLT. TRT/SP 15ª Região 0011004-96.2015.5.15.0153 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 4 maio 2017, p. 10176.
8. REGIME 12X36. DIVISOR APLICÁVEL. A alternância da jornada semanal no regime de 12x36, com evidente compensação da jornada normal de 44 horas semanais, atrai a adoção do divisor 220 para o cômputo das horas extras. DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. O trabalhador não faz jus à indenização por dano moral simplesmente por haver sido despedido por justa causa, ainda que judicialmente não se reconheça o justo motivo para a resolução do pacto. TRT/SP 15ª Região 0010179-19.2016.5.15.0089 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 22 jun. 2017, p. 20250.
9. REGIME ESPECIAL DE JORNADA 12X36. VALIDADE. EXIGÊNCIA DE ACORDO COLETIVO. O turno de trabalho de 12 horas, como situação especialíssima de excesso de jornada, que ultrapassa o limite de 10 horas diárias previsto no art. 59 da CLT, só pode existir mediante acordo expresso

que, consoante jurisprudência consubstanciada na Súmula n. 444 do C. TST, deve ser coletivo. TRT/SP 15ª Região 0011322-88.2015.5.15.0053 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 25 maio 2017, p. 27421.
10. SISTEMA DE JORNADA 12X36. PREVISÃO EM LEI OU NORMA COLETIVA. SÚMULA N. 444 DO C. TST. PAGAMENTO EM DOBRO DOS FERIADOS TRABALHADOS E NÃO COMPENSADOS. A adoção de jornada de 12 horas de trabalho seguidas por 36 de descanso, depende de previsão em lei ou em acordo ou convenção coletiva de trabalho, assegurada a remuneração em dobro nos feriados trabalhados e não compensados, conforme entendimento consubstanciado na Súmula n. 444 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0010187-61.2016.5.15.0035 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 1º jun. 2017, p. 7233.

JORNALISTA

JORNALISTA. JORNADA ESPECIAL. O empregado que exerce atividades típicas de jornalista, ainda que não trabalhe em empresa jornalística, faz jus à jornada prevista no art. 303 da CLT. Aplicação da Orientação Jurisprudencial n. 407 da SDI-1 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0010578-09.2016.5.15.0005 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 27432.

JULGAMENTO

1. JULGAMENTO *EXTRA PETITA*. CARACTERIZAÇÃO. A lide deve ser solucionada nos limites em que foi proposta - art. 141 do CPC, caracterizando julgamento *extra petita* a sentença que extrapola o pedido inicial - art. 492 do CPC. QUINQUÊNIO. ANUÊNIO. CUMULAÇÃO. Não há vedação legal à cumulação de anuênio e quinquênio pelo empregado admitido pela Fundação Faculdade Regional de Medicina de São José do Rio Preto e que passou a integrar os quadros da Famerp, por tratar-se de direitos decorrentes de contratos diversos. TRT/SP 15ª Região 0011996-76.2015.5.15.0082 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 30489.
2. JULGAMENTO *EXTRA PETITA*. RECONHECIMENTO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. NULIDADE PROCESSUAL. NÃO CARACTERIZADA. Ainda que reconhecida a existência de julgamento *extra petita*, por ausência de prejuízo para as partes, não há nulidade processual quando a decisão pode ser adequada aos limites da lide. TRT/SP 15ª Região 0010801-51.2014.5.15.0095 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 11 maio 2017, p. 9940.

JUROS DE MORA

1. JUROS DE MORA. BASE DE CÁLCULO. Os juros de mora devem incidir sobre o valor da condenação, corrigido monetariamente (Súmula n. 200 do C. TST), após a dedução da contribuição previdenciária a cargo do exequente. Recurso não provido. TRT/SP 15ª Região 0011629-10.2016.5.15.0117 AP - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 18 maio 2017, p. 6728.
2. JUROS DE MORA. CONDENAÇÃO IMPOSTA À FAZENDA PÚBLICA. ART. 1º-F DA LEI N. 9.494/1997. Nas condenações impostas à Fazenda Pública aplicam-se os juros moratórios em conformidade com o quanto determina o art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997. Inteligência da Orientação Jurisprudencial n. 7 do Tribunal Pleno do C. TST. Recurso ordinário do reclamado a que se dá provimento no particular. TRT/SP 15ª Região 0010635-79.2016.5.15.0020 Reenec/RO - Ac. PJe 5ª Câmara. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DEJT 13 jun. 2017, p. 2582.
3. JUROS DE MORA. FAZENDA PÚBLICA. Nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997, a partir de 30 de junho de 2009, os débitos trabalhistas da Fazenda Pública devem ser atualizados mediante a incidência dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança. TRT/SP 15ª Região 0010424-43.2016.5.15.0020 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 22 jun. 2017, p. 6718.
4. JUROS DE MORA. FAZENDA PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ART. 1º-F DA LEI N. 9.494/1997. INAPLICABILIDADE. Tratando-se de responsabilidade subsidiária da Fazenda

Pública pelo inadimplemento das obrigações devidas pelo real empregador, não há que se falar em observância do art. 1º-F, da Lei n. 9.494/1997, nos termos da OJ n. 382 da SDI-1 do C. TST, não sendo possível a concessão de juros privilegiados. TRT/SP 15ª Região 0010225-20.2016.5.15.0085 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 1ª jun. 2017, p. 7310.

JUSTA CAUSA

1. CONFIGURAÇÃO DA JUSTA CAUSA. HIPÓTESES DO ART. 482 DA CLT. ÔNUS DA PROVA. SÚMULA N. 212 DO TST. A extinção do contrato de trabalho por alegação de justa causa deve pautar-se em robusta comprovação de uma das hipóteses previstas no art. 482 da CLT, a cargo do empregador, em decorrência da aplicação analógica da Súmula n. 212 do TST. A ausência de prova contundente nesse sentido justifica a reversão da justa causa em juízo, ante o princípio da continuidade da relação de emprego. TRT/SP 15ª Região 0010948-66.2015.5.15.0152 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. José Pitas. DEJT 11 maio 2017, p. 24586.
2. FALTA GRAVE. BRIGA NO AMBIENTE DE TRABALHO. AGRESSÕES FÍSICAS. JUSTA CAUSA. CARACTERIZAÇÃO. A participação ativa do empregado em briga no local de trabalho, envolvendo agressões físicas, caracteriza falta grave, pois viola o dever de urbanidade e civilidade, que deve nortear as relações em sociedade, impossibilitando a continuidade do pacto laboral e autorizando a sua ruptura, nos moldes do art. 482 da CLT. HORAS *IN ITINERE*. TRANSPORTE PÚBLICO REGULAR E COMPATÍVEL COM A JORNADA DE TRABALHO. AUSÊNCIA DE PROVA. Não provada a existência e compatibilidade de transporte público regular com a jornada de trabalho do empregado, o local de trabalho é de ser considerado de difícil acesso, assistindo ao trabalhador o direito de receber como horas *in itinere* todo o tempo de trajeto. Inteligência da Súmula n. 90 do C. TST e § 2º do art. 58 da CLT. HORAS EXTRAS. MINUTOS RESIDUAIS. CABIMENTO. O legislador, ao fixar a regra de pagamento dos minutos que antecedem e sucedem os horários assinalados nos cartões, não excepcionou que o empregado efetivamente esteja na execução dos serviços ou fosse fiscalizado pelo empregador. Aplicação do art. 58, § 1º, da CLT. Súmula n. 366 do C. TST. CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL/CONFEDERATIVA. RESTITUIÇÃO. Não comprovada a filiação do empregado ao sindicato de classe, é devida a restituição dos descontos efetuados a título de contribuição assistencial e confederativa. Precedente Normativo n. 119 do TST e Súmula Vinculante n. 40 do STF. TRT/SP 15ª Região 0010471-91.2016.5.15.0060 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 27111.
3. JUSTA CAUSA. ART. 482, 'I', DA CLT. ABANDONO DE EMPREGO CONFIGURADO. Dentre os requisitos para a aplicação da punição do empregado por justa causa destaca-se a proporcionalidade da penalidade com a conduta faltosa do empregado. Entre o ato praticado pelo trabalhador e a pena que lhe foi imposta deve existir equilíbrio e correspondência adequadas, sob pena de caracterizar arbitrariedade que a torna inválida. Em se tratando de abandono de emprego, doutrina e jurisprudência ressaltam que deve haver prova suficiente dos elementos específicos que a caracteriza, como o afastamento *sponte propria* e o *animus abandonandi*. Aliados a tais requisitos, ante ao princípio da continuidade na relação de emprego, deve o empregador demonstrar ânimo seu de não pôr fim ao contrato de emprego, externada por comunicação formal ao empregado. No caso, de acordo com o acervo fático/probatório, constata-se que o rompimento do contrato de trabalho foi provocado pela reclamante, que, embora grávida e previamente detentora de estabilidade provisória no emprego, manifestou expressa intenção de deixar o trabalho, e posteriormente abandonou o emprego, renunciando, assim, a garantia no emprego e dando azo à empregadora, como consequência, de dar por extinto o contrato de trabalho por justa causa, com amparo no art. 482, "i", da CLT. Recurso ordinário da reclamante a que se nega provimento. TRT/SP 15ª Região 0010631-82.2015.5.15.0018 RO - Ac. PJe 6ª Câmara. Rel. Marcelo Bueno Pallone. DEJT 1º jun.2017, p. 16715.
4. JUSTA CAUSA. ATO DE IMPROBIDADE. PROVA CABAL. NÃO CARACTERIZADA. Sendo a demissão por justa causa a maior penalidade imposta pelo empregador ao empregado, há que existir prova inconteste do cometimento do ato faltoso, mormente em se tratando de acusação de ato de improbidade, que é a mais grave que se pode fazer ao trabalhador, na medida em que repercute não apenas no seu âmbito profissional, mas diante da comunidade em geral. Nessas condições,

a prova robusta e insofismável acerca dos fatos e da autoria é ainda de maior rigor e, na sua falta, como é o caso dos autos, em que o reclamado não logrou demonstrar quaisquer atitudes dolosas por parte do empregado, visando lesar o seu patrimônio, há que se manter a r. decisão originária que afastou a justa causa aplicada ao autor e condenou o réu ao pagamento das verbas rescisórias. Recurso ordinário a que se dá parcial provimento. TRT/SP 15ª Região 0010998-26.2015.5.15.0077 RO - Ac. PJe 5ª Câmara. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DEJT 18 maio 2017, p. 10717.

5. JUSTA CAUSA. DESÍDIA. CARACTERIZAÇÃO. FALTAS REITERADAS AO TRABALHO. PUNIÇÕES DISCIPLINARES ANTERIORES. Configura o comportamento desidioso justificador de dispensa por justa causa a reiteração pelo trabalhador de faltas injustificadas ao serviço, mesmo após diversas punições disciplinares pelo mesmo motivo. TRT/SP 15ª Região 0012157-29.2015.5.15.0004 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 25 maio 2017, p. 30450.

6. JUSTA CAUSA. DESÍDIA. GRADAÇÃO DE PENA OBSERVADA. MEMBRO DA CIPA. REINTEGRAÇÃO OU INDENIZAÇÃO INDEVIDA. Restado comprovado o comportamento desidioso do autor, com inúmeras faltas injustificadas, e após observada a gradação das penas pela ré, a pena máxima que lhe foi aplicada torna-se legítima. E em relação à estabilidade provisória do empregado por ser parte integrante da Cipa, cumpre mencionar que a rescisão contratual por justa causa, conforme restou reconhecida, rompe com a estabilidade no emprego, em face do que dispõe o art. 10, II, “a”, do ADCT. Tal dispositivo disciplina que a vedação se restringe à dispensa arbitrária ou sem justa causa, não havendo que se falar portanto em reintegração ou indenização caso reconhecida a justa causa, como no presente caso. Recurso conhecido e não provido. TRT/SP 15ª Região 0010045-30.2014.5.15.0002 RO - Ac. PJe 5ª Câmara. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DEJT 13 jun. 2017, p. 1952.

7. JUSTA CAUSA. MAU PROCEDIMENTO. NÃO CONFIGURAÇÃO. A justa causa é a maior penalidade a ser aplicada ao empregado, devendo o ato praticado ser de gravidade tal a impedir o prosseguimento do pacto laboral. Para a configuração de mau procedimento, é requisito a cabal demonstração do dolo do empregado em causar prejuízo real ou potencial ao trabalho, o que não se verificou na hipótese. Recurso ordinário da reclamada a que se nega provimento. TRT/SP 15ª Região 0012011-85.2015.5.15.0004 RO - Ac. PJe 5ª Câmara. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DEJT 13 jun. 2017, p. 3926.

JUSTIÇA GRATUITA

1. BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA. CONCESSÃO. Os arts. 98, § 1º, e 99, §§ 2º e 3º, do Novo Código de Processo Civil e 1º da Lei n. 7.115/1983 amparam a concessão da assistência judiciária mediante simples declaração do interessado. No mesmo sentido, o disposto no § 3º do art. 790 da CLT e o entendimento consubstanciado na Orientação Jurisprudencial n. 304 da SDI-1 do C. TST. Não havendo contraprova, presume-se a veracidade da declaração de pobreza apresentada pelo trabalhador, restando justificada a concessão dos benefícios da justiça gratuita e consequente isenção de custas. TRT/SP 15ª Região 0011183-79.2016.5.15.0093 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 13 jun. 2017, p. 17951.

2. BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA. REQUISITOS. Tendo o reclamante apresentado declaração de pobreza nos termos da Lei n. 1.061/1950, combinada com a Lei n. 7.115/1983 e art. 790, § 3°, da CLT, presentes os requisitos da concessão dos benefícios da Justiça Gratuita, conforme entendimento Jurisprudencial dominante, consagrado nas OJs n. 269 e 304 da SDI-1 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0013119-81.2015.5.15.0059 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 29 jun. 2017, p. 10024.

3. CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA À RECLAMADA. AUSÊNCIA DE DEPÓSITO RECURSAL. DESERÇÃO DO APELO. A jurisprudência do E. TST é no sentido de que o deferimento do benefício da justiça gratuita ao empregador não alcança o depósito recursal, ante sua natureza de garantidor do juízo executório, e não de despesa processual. Assim, se a parte, por ocasião da interposição do recurso ordinário, não efetuou o depósito recursal, o apelo não enseja conhecimento, porquanto deserto. TRT/SP 15ª Região 0010459-87.2016.5.15.0089 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira. DEJT 4 maio 2017, p. 8270.

4. JUSTIÇA GRATUITA. CONCESSÃO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. RECURSO ORDINÁRIO. PREPARO. DESERÇÃO. INOCORRÊNCIA. Firmada declaração de insuficiência financeira assiste ao trabalhador direito aos benefícios da gratuidade da justiça, ainda que a sentença tenha declarado o trabalhador litigante de má-fé. TRT/SP 15ª Região 0012438-43.2014.5.15.0093 AIRO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 4 maio 2017, p. 13018.
5. JUSTIÇA GRATUITA. PESSOA JURÍDICA. NÃO COMPROVADA A INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. RECURSO ORDINÁRIO. DESERÇÃO. Embora seja possível deferir o benefício da justiça gratuita à pessoa jurídica, com base no art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, certo é que tal benefício está condicionado à prova inequívoca da insuficiência financeira, o que não foi comprovado pelas reclamadas nos autos. Recurso ordinário das reclamadas não conhecido. TRT/SP 15ª Região 0011384-15.2016.5.15.0144 RO - Ac. PJe 5ª Câmara. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DEJT 18 maio 2017, p. 11674.
6. JUSTIÇA GRATUITA. SINDICATO. SUBSTITUTO PROCESSUAL. HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. NECESSIDADE DE PROVA. O sindicato que atua como parte, na qualidade de substituto processual e por se tratar de pessoa jurídica, deve efetivamente comprovar a situação de impossibilidade financeira para arcar com as despesas processuais, não bastando apenas a alegação de hipossuficiência dos substituídos na petição inicial. TRT/SP 15ª Região 0011190-94.2016.5.15.0150 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 28627.

LAUDO PERICIAL

LAUDO PERICIAL. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JUÍZO. VALIDADE. É cediço que o juiz não está adstrito ao laudo pericial. Decide de acordo com seu livre convencimento, motivado (art. 479, NCPC). Todavia, para que seja possível afastá-lo, o magistrado deve formar sua convicção com outros elementos presentes nos autos que contrariem o quanto disposto no documento. Inexiste nulidade quando não se constatam vícios ou deficiências que o maculem, não havendo motivos para o inutilizar e deferir nova perícia. TRT/SP 15ª Região 0011576-03.2015.5.15.0137 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Regiane Cecilia Lizi. DEJT 25 maio 2017, p. 35625.

LEGISLAÇÃO

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL. INSTITUIÇÃO DE BENEFÍCIO. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA. Tratando-se de legislação municipal benéfica aos servidores, a norma comporta interpretação restritiva (art. 114 do CCB), não cabendo ao intérprete ir além da vontade do legislador. TRT/SP 15ª Região 0011543-26.2015.5.15.0068 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 25 maio 2017, p. 28538.

LEGITIMIDADE DE PARTE

1. LEGITIMIDADE ATIVA *AD CAUSAM*. SINDICATO. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS DOS TRABALHADORES QUE TIVERAM O DESCANSO SEMANAL REMUNERADO CONCEDIDO APÓS O SÉTIMO DIA CONSECUTIVO TRABALHADO. Os pedidos formulados na inicial e os fatos narrados expressam elo que vincula os trabalhadores representados nesta ação, qual seja: o gozo do descanso semanal remunerado após o sétimo dia consecutivo trabalhado. Logo, o direito é de origem comum, sendo plenamente possível a identificação dos beneficiários nesta ação: empregados da demandada que tiveram o descanso semanal concedido após o sétimo dia consecutivo de labor. Trata-se, portanto, de direito individual homogêneo. O sindicato detém legitimidade para ajuizar ação, pleiteando a tutela de direitos e interesses individuais homogêneos dos trabalhadores que tiveram o descanso semanal concedido após o sétimo dia consecutivo trabalhado. DANO À MORAL COLETIVA. CONDENAÇÃO. DESTINAÇÃO. FINALIDADE DO ART. 13/LACP. Afasta-se a conclusão do juízo de primeiro grau de que o montante da indenização por danos morais coletivos e multas pelo descumbrimento da obrigação de fazer eventualmente aplicadas deve ser destinado a empregados da ré cujos contratos de trabalho estavam vigentes à época do ajuizamento da ação. Diante da ausência de fundo específico na Justiça do Trabalho, e considerando a ausência

de correlação entre o único fundo existente (Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT) e o dano verificado, decide-se reverter o valor da condenação por dano à moral coletiva e das multas porventura aplicadas ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) da localidade da lesão, condicionada sua liberação à existência (após a devida chamada por edital a ser publicado com antecedência) de projetos voltados às crianças-adolescentes em vulnerabilidade social e envolvidos com o trabalho precoce, devidamente aprovados pelo Ministério Público do Trabalho. Esclareça-se que essa destinação vai ao encontro das iniciativas previstas no Programa de Combate ao Trabalho Infantil da Justiça do Trabalho (CSJT-TST), que na iniciativa "4" (item 7.2 - INICIATIVAS INTERINSTITUCIONAIS), estabelece a realização de: "campanhas institucionais para estimular a destinação de valores apurados a título de danos morais coletivos para projetos de entidades cadastradas nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como aquelas indicadas pelo Conaeti. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) é o único com previsão legal que atende aos requisitos de substituição, pois sua criação está prevista em lei (art. 88, IV, do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei n. 8.069/1990), sendo vinculado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), como diretriz de política de atendimento que deve ser devotada a esses seres (crianças e adolescentes) em peculiar condição de desenvolvimento. Dessa forma, dá-se concretude ao comando constitucional e infraconstitucional da proteção integral e absolutamente prioritária às crianças e adolescentes (art. 227 da CRFB e arts. 1º e ss. do Eca). O dever em questão obriga o Estado, a sociedade (também a comunidade, segundo o Eca) e a família, não necessariamente nesta ordem. A prevenção e erradicação do trabalho infantil, a educação e a qualificação profissional atendem todos esses requisitos. E não cedem, em razão da prioridade absoluta, a quaisquer outros interesses, por mais nobres que sejam. Determina-se, de ofício, a reversão do valor da condenação por dano à moral coletiva e das multas porventura aplicadas ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) da localidade da lesão, condicionada sua liberação à existência (após a devida chamada por edital a ser publicado com antecedência) de projetos voltados às crianças-adolescentes em vulnerabilidade social e envolvidos com o trabalho precoce, devidamente aprovados pelo Ministério Público do Trabalho. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SINDICATO SUBSTITUTO PROCESSUAL. O deferimento dos honorários advocatícios, nas causas em que o sindicato figure como substituto processual, é uma forma de incentivo à promoção da defesa judicial de interesses individuais e coletivos da categoria. Desnecessária a comprovação de que os empregados por ele substituídos teriam situação econômica que não lhes permitiria demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da família (art. 14 da Lei n. 5.584/1970). TRT/SP 15ª Região 0011637-27.2015.5.15.0018 RO - Ac. PJe 11ª Câmara. Rel. João Batista Martins César. DEJT 1º jun. 2017, p. 32878.

2. LEGITIMIDADE ATIVA. CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA possui legitimidade e interesse de agir para o ajuizamento de ação de cobrança de contribuição sindical a fim de formar título executivo judicial para execução futura. TRT/SP 15ª Região 0012272-82.2015.5.15.0058 ROPS - Ac. PJe 11ª Câmara. Rel. Antonio Francisco Montanagna. DEJT 13 jun. 2017, p. 31700.

3. LEGITIMIDADE PASSIVA *AD CAUSAM*. A legitimidade *ad causam*, uma das condições da ação, é matéria de ordem pública e deve ser objeto de análise pelo Julgador *in abstrato*, no momento em que provocada a jurisdição. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. Ainda que seja considerado lícito o contrato de prestação de serviços terceirizados, subsiste a responsabilidade subsidiária do tomador, beneficiário da mão de obra, quando a empresa contratada (prestadora de serviços) descumpre suas obrigações contratuais. Aplicação do inciso IV da Súmula n. 331 do TST. TRT/SP 15ª Região 0012001-26.2015.5.15.0009 ROPS - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 22 jun. 2017, p. 24623.

LIMITE

LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO AO VALOR ATRIBUÍDO À CAUSA. INEXISTÊNCIA DE PEDIDOS LÍQUIDOS. NÃO CABIMENTO. O valor atribuído à causa, em ação que não apresenta pedidos

líquidos, indica apenas uma estimativa do *quantum debeatur*, não se podendo exigir da parte autora, que normalmente não dispõe dos documentos indispensáveis à apuração exata dos créditos vindicados, a precisão dos valores pretendidos. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NULIDADE. NÃO CARACTERIZAÇÃO. PRINCÍPIO DA DEVOLUTIVIDADE RECURSAL. Não caracteriza negativa de prestação jurisdicional, quando a matéria prequestionada em embargos de declaração se insere no princípio da devolutividade recursal - Súmula n. 393 do TST. COMISSÕES. INTEGRAÇÃO. REFLEXOS. A parcela percebida pelo empregado, em razão da execução do seu contrato de trabalho, ostenta natureza jurídica salarial, e como tal, deve integrar a remuneração para todos os efeitos legais, nos moldes do art. 457 da CLT. INTERVALO INTRAJORNADA SUPERIOR A DUAS HORAS. PREVISÃO EM NORMA COLETIVA. AUSÊNCIA DE DELIMITAÇÃO DO TEMPO ELASTECIDO. INVALIDADE. O *caput* do art. 71 da CLT prevê a possibilidade de que, mediante acordo escrito, o intervalo intrajornada seja estendido para além do limite de duas horas. Contudo, o acordo coletivo que deixa ao arbítrio do empregador a fixação da respectiva duração desse elastecimento é inválido, visto que desvirtua a finalidade do período destinado ao descanso, tornando devidas, como extras, as horas excedentes do limite máximo de duas horas. DANOS MORAIS. JORNADA EXCESSIVA. SITUAÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. A simples extrapolação da jornada, desacompanhada de elementos que caracterizem situação degradante de trabalho, análoga à de escravo, não autoriza o pagamento de indenização por danos morais. TRT/SP 15ª Região 0011427-65.2014.5.15.0032 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 4 maio 2017, p. 11242.

LIQUIDAÇÃO

1. CÁLCULOS APRESENTADOS PELO PERITO JUDICIAL EM VALORES SUPERIORES AOS APRESENTADOS PELO EXEQUENTE. INVALIDADE. JULGAMENTO *ULTRA PETITA* CONFIGURADO. Os valores apurados por perito contábil não podem ser homologados se ultrapassarem os cálculos apresentados pelo reclamante. A decisão deve observar os limites do pedido, sob a pena de configuração de decisão *ultra petita*. TRT/SP 15ª Região 0351900-33.2007.5.15.0010 AP - Ac. PJe 11ª Câmara. Rel. Eder Sivers. DEJT 22 jun. 2017, p. 37028.
2. IMPUGNAÇÃO DOS CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO. ART. 879, § 2º, DA CLT. PRECLUSÃO. Quando a parte, devidamente intimada nos termos do § 2º do art. 879 da CLT, não apresenta impugnação fundamentada aos cálculos de liquidação, opera-se a preclusão temporal, não podendo mais se insurgir acerca dos cálculos de liquidação, seja em sede de embargos à execução, seja em agravo de petição. Agravo de petição da reclamada a que se nega provimento. TRT/SP 15ª Região AP-0000806-27.2013.5.15.0005 AP - Ac. PJe 5ª Câmara. Rel. Adriene Sidnei de Moura David Diamantino. DEJT 29 jun. 2017, p. 12232.

LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

1. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ DO RECLAMANTE. TENTATIVA DE ALTERAR A VERDADE DOS FATOS, USANDO DO PROCESSO PARA OBTER VANTAGEM INDEVIDA. O processo se pauta pelo princípio da ética, da lealdade e da boa-fé, sendo deveres das partes, advogados e todos aqueles que participam do processo, expor os fatos em juízo conforme a verdade e não formular pretensões cientes de que são destituídas de fundamento, sob pena de responder por dano processual. O reclamante descumpriu deveres processuais, na tentativa de alterar a verdade dos fatos, usando do processo para obter vantagem indevida. Por isso, foi reputado, acertadamente, litigante de má-fé (art. 80 do NCPC) e condenado a pagar indenização, cuja medida é moralizadora, inclusive como forma de prevenir futuros incidentes. Mantém-se. DIFERENÇAS SALARIAIS. EQUIPARAÇÃO SALARIAL. AUSÊNCIA DE IDENTIDADE DE FUNÇÕES. INDEVIDA. Não restando demonstrada a identidade de atribuições exercidas entre o autor e o paradigma, não há como se reconhecer a equiparação salarial. Mantém-se. TRT/SP 15ª Região 0010695-81.2015.5.15.0054 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 14 jun. 2017, p. 1312.

2. VERDADE DOS FATOS ALTERADA PELA PARTE. MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. Pretensão sabidamente destituída de fundamento, quando os autos se encontram instruídos de prova documental irrefutável. Conduta que deve, obrigatoriamente, ser submetida à hipótese prevista nos arts. 80, inciso II, e 81, do CPC/2015, atraindo, portanto, a incidência da multa aplicada. TRT/SP 15ª Região 0010852-91.2014.5.15.0053 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 1º jun. 2017, p. 8810.

LITISCONSÓRCIO

LITISCONSÓRCIO PASSIVO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO TOMADOR DOS SERVIÇOS. EFEITOS QUANDO DA OCORRÊNCIA DE REVELIA E CONFISSÃO *FICTA* DA FORNECEDORA DE MÃO DE OBRA. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO NCPC. Embora a primeira ré não tenha ofertado defesa, há litisconsórcio passivo e a corré apresentou contestação, logo, não há que se falar em confissão *ficta*, por força do disposto nos arts. 117 e 345, inciso I, ambos do CPC, que se aplicam de modo subsidiário ao processo do trabalho. Registre-se que o litisconsorte, ainda que tenha integrado a lide por força do pedido de responsabilização subsidiária, não pode ser tido como mero espectador, nem prejudicado pela omissão do outro demandado, devendo ser considerado em sua relação com a parte adversária, para todos os fins de direito. O litisconsórcio, na hipótese, é facultativo (afinal, o empregado tem a faculdade de litigar também em face do tomador de serviços, mas o faz se assim desejar, pois a lei não lhe impõe esta obrigação). Todavia, o litisconsórcio em questão é **unitário**, na medida em que a lide deve ser resolvida de modo uniforme para todos os litisconsortes. Assim sendo, os fatos narrados pelo reclamante, bem como os documentos que instruíram a petição inicial, devem ser analisados em cotejo com a defesa apresentada pela ora recorrente e respectivos documentos que acompanharam a contestação, para fins de solução da lide. E, ainda, ressalte-se que, embora a primeira reclamada não tenha apresentado defesa, tal aspecto processual não impõe, por si só, que o Juiz aceite como verdadeiro tudo quanto conste da exordial, tendo em vista que a confissão *ficta* produz presunção relativa de veracidade dos fatos narrados pelo autor. TRT/SP 15ª Região 0010138-47.2015.5.15.0005 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 14 jun. 2017, p. 473.

LITISPENDÊNCIA

1. LITISPENDÊNCIA OU COISA JULGADA. AÇÃO COLETIVA, AJUIZADA POR SINDICATO. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. AÇÃO INDIVIDUAL AJUIZADA PELO EMPREGADO. NÃO CONFIGURADAS. A litispendência ou coisa julgada somente se verificam quando presente a tríplice identidade (art. 337 do NCPC/2015 - art. 301 do CPC/1973), ou seja, mesmas partes, mesmos pedidos e mesma causa de pedir, o que não ocorre no caso em tela. Ademais, a natureza jurídica da ação coletiva é distinta da ação individual. A própria norma legal estabelece que não há litispendência, pela ação coletiva, em face de ações individuais, consoante dispõe o art. 104 da Lei n. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor). Mantém-se. AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO. NATUREZA INDENIZATÓRIA. NÃO INTEGRAÇÃO NAS DEMAIS PARCELAS. Ainda que não demonstrado o cadastramento do empregador junto ao Pat, ou mesmo quando não efetuado qualquer desconto no salário do trabalhador a título de alimentação, a integração do benefício ao salário é indevida. O fato de o empregador estar ou não vinculado ao Programa de Alimentação ao Trabalhador - PAT é irrelevante para o deslinde da *quaestio*, por objetivar efeitos meramente fiscais. Os incentivos fiscais visam exatamente estimular a concessão da ajuda; mas, se por outro lado, estabelece-se desequilíbrio, com decisões judiciais determinando a incorporação dos respectivos valores, evidentemente que a tendência natural será, infelizmente, a retração em face da subtração do capital atualmente empatado entre o incentivo fiscal e o custo da ajuda. Assim, o benefício concedido pela empregadora, a título de auxílio alimentação, não constitui contraprestação do trabalho realizado pelo empregado. São vantagens conferidas pela empresa, por sua livre disposição, e o exercício desses direitos depende única e exclusivamente do interesse e da iniciativa do empregador, não interferindo no contrato de trabalho. Mantém-se. HORA NOTURNA REDUZIDA.

TRABALHADOR RURAL. LEI N. 5.889/1973. Como a legislação de regência do trabalhador rural, a Lei n. 5.889/1973, em seu art. 7º, dispõe expressamente sobre o labor em horário noturno, não se aplica ao trabalhador da lavoura, como o reclamante, as disposições celetizadas em relação ao trabalho em jornada noturna. Mantém-se. DANOS MORAIS. NÃO DEMONSTRADA A ALEGADA VIOLAÇÃO À DIGNIDADE HUMANA EM RAZÃO DO DESCUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS PREVISTAS NA NR-31. INDENIZAÇÃO INDEVIDA. Como bem salientado pela Origem, "as próprias testemunhas indicadas pelo autor afirmaram que nas frentes de trabalho havia banheiro e área de vivência, sendo nesse sentido o depoimento da segunda testemunha convidada pelo autor, Sr. E.: 'que na frente 6 havia banheiro e área de vivência, mas quando estava no apoio, só tinha banheiro quando ia na usina; que nas outras frentes ia dar apoio, também tinha banheiro e área de vivência, mas sempre íamos para as frentes'". Assim, diante das informações colhidas em audiência, não restou demonstrada a ausência de locais adequados para refeição e descanso, como também restou incontroversa a presença de sanitários disponíveis aos trabalhadores. Com efeito, não tendo o reclamante se desvencilhado do encargo que lhe competia, de apresentar prova inequívoca de que teria sofrido constrangimentos de índole moral, não há como fornecer guarida à sua pretensão. Mantém-se. UNICIDADE CONTRATUAL. CONTRATOS DE SAFRA. A formalização sucessiva de contratos de safra, separados por pequenos lapsos, inferiores a seis meses, por si só, não enseja a declaração da unicidade contratual. Para tanto, a fraude aos direitos trabalhistas deve ser sobejamente comprovada e, por ser fato constitutivo de direito, é do autor o ônus de prová-la, de acordo com os termos do art. 818 da CLT, combinado com o art. 373, inc. I, do NCPC. Entretanto, a tese inicial não encontrou respaldo na prova produzida, já que não há qualquer prova de fraude nas contratações havidas entre as partes, nem mesmo alegação de que o reclamante tenha prestado serviço no interregno entre um contrato e outro. Assim, restou inconteste que entre os pactos houve solução de continuidade, e o reconhecimento da unicidade contratual pretendido pelo obreiro implicaria referendar o pagamento de salários e consectários legais sem a devida contraprestação, em interregno no qual, confessadamente, não houve trabalho. Ou seja, sancionar-se-ia o enriquecimento sem causa e o locupletamento ilícito, vedados pelo nosso ordenamento jurídico. Desta forma, o caso em apreço não enseja a declaração de unicidade contratual, posto que não se verifica a existência de qualquer irregularidade nas citadas contratações. Mantém-se. TRT/SP 15ª Região 0011087-47.2015.5.15.0110 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 14 jun. 2017, p. 1935.

2. LITISPENDÊNCIA. CONFIGURAÇÃO. EXTINÇÃO DO PEDIDO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 485, V, E 337 DO CPC. Nos termos do art. 337 do CPC, verifica-se a litispendência quando o pedido formulado na reclamatória em estudo refere-se ao mesmo objeto vindicado e funda-se na mesma causa de pedir da ação anteriormente ajuizada, ainda em curso, justificando-se a extinção sem resolução do mérito, consoante disposição inserta no inciso V do art. 485 do mesmo Estatuto Processual. TRT/SP 15ª Região 0010648-67.2016.5.15.0153 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 25 maio 2017, p. 23456.

MAGISTÉRIO

1. EDUCADOR DE CRECHE. PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO. INDEVIDO. A classe dos educadores de creche, restrita ao maternal e ao berçário I e II, foi criada somente pela Lei n. 2.332/2007, que acrescentou o inciso III ao art. 4º da Lei Municipal n. 2.243/2006, de 30.5.2006 (que instituiu o Plano de Carreira e Remuneração do Quadro do Magistério Municipal de Andradina). Ainda, referida Lei, de 2007, estabeleceu salários e jornada de trabalho diferenciada para estes profissionais. Entretanto, as atribuições dos educadores do ensino fundamental já estavam delineadas na L. C. Municipal n. 6/2003 e na Lei n. 2.243/2006, sendo que o aludido art. 4º já estabelecia a classe dos professores (inc. I) e a dos profissionais de suporte pedagógico (inc. II), cujo art. 10 também prevê jornadas específicas. Assim, posteriormente, foi editada a Lei Municipal n. 2.728/2011, que criou 20 vagas para empregos de educadores de creche, preenchidos pelo Concurso Público 1/2011, do qual participaram as autoras. E, não obstante não tenha sido juntado o edital do concurso em apreço, fato é que as leis municipais diferenciaram os educadores de creche dos professores, de modo que

o edital do aludido concurso, por certo, observou as especificidades, atribuições e remunerações do emprego de educador de creche, criado pela Lei n. 2.332/2007, ao qual as autoras aderiram, frise-se. Ademais, o fato de um educador de creche ter a mesma qualificação que um professor de ensino básico, não autoriza a pretensão de equiparação salarial, sob pena de violação às claras regras do concurso público. Em outras palavras, se, mesmo qualificado para ambas as funções, um candidato opta por disputar uma vaga para a função de menor remuneração, não lhe é dado postular a equiparação salarial com os demais que optaram pela de maior remuneração. Apelo patronal provido. TRT/SP 15ª Região 0010158-45.2016.5.15.0056 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 14 jun. 2017, p. 516.

2. MONITORA DO SENAC. ENQUADRAMENTO NA CATEGORIA DIFERENCIADA DOS PROFESSORES. INDEVIDO. O exercício da função de "monitora de educação profissional", ministrando treinamentos na área comercial, por si só, não caracteriza nem enquadra a reclamante na categoria profissional diferenciada dos professores, em razão das características próprias da entidade, criada exclusivamente para a qualificação profissional e formação de mão de obra, e voltada para um público-alvo específico, qual seja, profissionais do comércio em busca de aprimoramento, e não meros estudantes. Ademais, no caso em tela, não foi demonstrada a existência dos requisitos essenciais para o enquadramento da reclamante na categoria diferenciada dos professores, quais sejam: a habilitação profissional e o registro no Ministério da Educação. Reforma-se. INTERVALO INTRAJORNADA. EXEGESE DO ART. 71, § 1º, DA CLT. APLICAÇÃO DA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL N. 178 DA SBDI-1 DO C. TST. O intervalo intrajornada vincula-se à jornada contratual e não à efetivamente laborada. O *caput* do art. 71 da CLT, menciona "trabalho contínuo", o que se pode compreender, por óbvio, por jornada superior a 6 horas diárias. A hora extra é eventualidade, e não pode ser incluída para fins do que venha a ser trabalho contínuo, até porque não se pode prever a sua realização, na grande maioria das vezes. A transgressão do intervalo somente pode ser considerada, se não observado o tempo devido para a jornada contratual. Admitida a jornada de seis horas, o intervalo é de 15 minutos. Do contrário, referendar-se-ia o enriquecimento sem causa em favor da reclamante, vedado pelo art. 884 do CC/2002, impondo-se, ainda, a prática de conduta ilógica pelo empregador e pelo empregado, que teria de gozar, forçadamente, do intervalo de 1h, após a prestação de eventuais horas extras; o que seria, obviamente, prejudicial ao próprio trabalhador. Reforma-se. DANO MORAL. INDENIZAÇÃO. COMPROVAÇÃO INCONTESTE DE PRÁTICA DE ATO LESIVO À HONRA E À DIGNIDADE DO TRABALHADOR. IMPRESCINDIBILIDADE. A reparação de danos morais demanda prova segura no sentido de que o empregador praticou ato lesivo à honra e à dignidade do trabalhador, por excessos cometidos no exercício do poder de mando. Tratando-se de responsabilidade subjetiva, tal condição é indispensável para a concessão da indenização, tratando-se de encargo processual da parte autora. Não comprovado o ato lesivo à honra e dignidade da reclamante, ônus que lhe incumbia, a teor do disposto nos arts. 818 da Consolidação das Leis do Trabalho e 373, I, do NCPC (art. 333, I, do CPC/1973), indevida a indenização decorrente de danos morais. Reforma-se. CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DA TR *X* IPCA-E. O Tribunal Pleno do C. TST, na Arguição de Inconstitucionalidade n. 479-60.2011.5.04.0231, declarou a inconstitucionalidade, por arrastamento, da expressão "equivalente à TRD", contida no art. 39 da Lei n. 8.177/1991, que, até então, determinava a correção dos débitos trabalhistas pela TR. Ocorre, que, em 14.10.2015, o Excelso Supremo Tribunal Federal, nos autos da Reclamação n. 22012/RS, ajuizada pela Federação Nacional dos Bancos - Fenaban, concedeu liminar suspendendo os efeitos da referida decisão, bem como da tabela única editada pelo CSJT. Assim sendo, a atualização monetária dos débitos trabalhistas deve ser efetuada pela TR. TRT/SP 15ª Região 0012696-48.2015.5.15.0051 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 8 jun. 2017, p. 4594.

3. PROFESSOR UNIVERSITÁRIO. SITUAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE RISCO. DANO MORAL. FATO DE TERCEIRO. RESPONSABILIZAÇÃO DO EMPREGADOR. NÃO CABIMENTO. O exercício da função de professor universitário não atrai a responsabilidade objetiva, preconizada pelo parágrafo único do art. 927 do CCB, sendo indispensável a aferição da responsabilidade subjetiva, a fim de imputar ao empregador o dever de reparação. Comprovado que o ato danoso, inevitável e imprevisível, decorreu, exclusivamente, de fato de terceiro, resta elidido o nexo causal entre o dano

e a conduta patronal, não havendo como responsabilizar o empregador pelo abalo moral imposto ao trabalhador. MULTA DO ART. 477, § 8º, DA CLT. CABIMENTO. A quitação parcial dos haveres rescisórios, envolvendo parcelas incontroversas, atrai a incidência da multa prevista pelo art. 477, § 8º, da CLT. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NÃO CABIMENTO. Ausente a assistência sindical, indevida a verba de honorários advocatícios - Súmulas n. 219 e 329 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0010084-04.2014.5.15.0042 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 26084.

4. PROFESSOR. CARGA HORÁRIA SUPLEMENTAR. SERVIDOR MUNICIPAL CELETISTA. OBSERVÂNCIA AOS ARTS. 7º, XVI, DA CF, 318 E 321 DA CLT. ADICIONAL DE HORAS EXTRAS E REFLEXOS DEVIDOS. A Administração Pública, quando contrata pelo regime celetista, equipara-se ao empregador privado, devendo ser aplicadas, portanto, as normas da CLT, bem como a legislação federal. O estabelecido em Lei Municipal, acerca da remuneração de forma simples da carga horária suplementar, não afasta o direito ao adicional de horas extras e reflexos, devidos ao servidor celetista, tendo em vista as expressas disposições constitucional e legais, em sentido contrário, previstas nos arts. 7º, XVI, da CF e 318 e 321 da CLT. TRT/SP 15ª Região 0010213-83.2016.5.15.0124 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 26480.

5. PROFESSOR. DESCANSO SEMANAL REMUNERADO. Somente o professor remunerado por horas-aula tem direito ao pagamento dos DSRs separadamente. Ao mensalista os dias de descanso já estão remunerados, nos termos do art. 320, § 1º, da CLT, e da Súmula n. 351 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0011130-75.2015.5.15.0112 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Edmundo Fraga Lopes. DEJT 1º jun. 2017, p. 9457.

6. PROFESSOR. HORAS EXTRAS. A extrapolação dos limites percentuais de 2/3, estipulados na legislação federal (Lei n. 11.738/2008), para o desempenho das atividades dos professores na interação com os educandos, implica na condenação do período excedente como horas extras, já que o período restante da jornada regular deverá ser cumprido com atividades extra classe, por força de expressa disposição legal. TRT/SP 15ª Região 0011268-54.2015.5.15.0011 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Hélio Grasselli. DEJT 25 maio 2017, p. 3919.

7. PROFESSOR. HORAS EXTRAS. ATIVIDADE EXTRA CLASSE. COMPOSIÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO APÓS A LEI N. 11.738/2008. Após a Lei n. 11.738/2008 e o julgamento da ADI 4.167, que modulou os efeitos da decisão a partir de 27.4.2011, a composição da jornada de trabalho do professor é definida em 2/3 da carga horária para o desempenho de atividades com os educandos e 1/3 às atividades extraclasse. No caso de descumprimento e extrapolação da composição interna da jornada é devido o pagamento das horas extras e do respectivo adicional em relação às horas trabalhadas em sala de aula além de 2/3. TRT/SP 15ª Região 0011074-86.2016.5.15.0086 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Tereza Aparecida Asta Gemignani. DEJT 14 jun. 2017, p. 1912.

8. PROFESSOR. HORAS EXTRAS. CARGA HORÁRIA DESTINADA À INTERAÇÃO COM OS EDUCANDOS E DESTINADA A ATIVIDADES EXTRACLASSE. LEI N. 11.738/2008. A teor da Súmula n. 93 deste Regional, a irregularidade da carga horária dos professores, cuja jornada é definida pela Lei n. 11.738/2008, defere o pagamento de horas extras com os respectivos reflexos. TRT/SP 15ª Região 0011224-62.2015.5.15.0099 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 28756.

9. PROFESSOR. PRORROGAÇÃO DE JORNADA. ADICIONAL DE HORAS EXTRAS DEVIDO. O direito à remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo em 50% à hora normal, é garantia constitucional estampada no art. 7º, XVI, da CF/1988 e não pode ser suprimido por lei municipal, hierarquicamente inferior. Excedida a jornada máxima prevista no art. 318 da CLT, faz jus o professor às horas excedentes remuneradas com o adicional de 50%. No mesmo sentido a Orientação Jurisprudencial n. 206 da SBDI. Recurso do reclamado ao qual se nega provimento. TRT/SP 15ª Região 0010431-29.2016.5.15.0022 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Manuel Soares Ferreira Carradita. DEJT 13 jun. 2017, p. 10519.

10. PROFESSOR. REMUNERAÇÃO MENSAL FIXA. INDEVIDO O PAGAMENTO DO DESCANSO SEMANAL REMUNERADO. O professor que recebe remuneração mensal fixa, também conhecido como “mensalista”, já tem quitados os descansos semanais remunerados, conforme art. 7º, § 2º,

da Lei n. 605/1949. Inaplicável o disposto no art. 320 da CLT, bem como na Súmula n. 351 do C. TST, que se refere ao professor que recebe salário à base de hora-aula. REMESSA OFICIAL. SENTENÇA ILÍQUIDA. SUBMISSÃO AO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO. O § 3º, inciso III, do art. 496 do CPC/2015 estabelece que não serão submetidas ao duplo grau de jurisdição as sentenças proferidas contra o município com condenação inferior a 100 salários-mínimos. No entanto, quando o valor fixado na Origem apenas corresponde a um arbitramento ilíquido da matéria controvertida, aplicável o entendimento constante da Súmula n. 490 do E. STJ. Inteligência da diretriz jurisprudencial prevista na Súmula n. 303 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0011448-41.2015.5.15.0150 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Tereza Aparecida Asta Gemignani. DEJT 25 maio 2017, p. 4293.

11. PROFESSOR. REMUNERAÇÃO POR HORA-AULA. DESCANSO SEMANAL REMUNERADO. Apenas o professor remunerado por horas-aula faz jus ao pagamento dos descansos semanais de forma destacada, nos termos do art. 320, § 1º, da CLT e da Súmula n. 351 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0011398-83.2016.5.15.0019 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 11 maio 2017, p. 22588.

12. PROFESSOR. REMUNERAÇÃO POR HORA-AULA. DEVIDO O PAGAMENTO DO DESCANSO SEMANAL REMUNERADO. O professor que é remunerado por horas-aula faz jus ao pagamento dos DSR, consoante dispõem os arts. 7º, inciso XV e 39, § 3º, da Constituição Federal e art. 320 da CLT, c/c o art. 7º, alínea "b", da Lei n. 605/1949 e Súmula n. 351 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0010723-23.2016.5.15.0019 Reenec/RO - Ac. PJe 10ª Câmara. Rel. Fabio Grasselli. DEJT 29 jun. 2017, p. 18607.

MANDADO DE SEGURANÇA

1. MANDADO DE SEGURANÇA. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. INDEFERIMENTO. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. A antecipação dos efeitos da tutela é cabível quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Quando a prova pré constituída não traz elementos suficientes para, *a priori*, convencer o Juízo quanto à procedência do pedido em sede de cognição sumária, mas confirma a necessidade de dilação probatória, automaticamente prejudica a confirmação da verossimilhança das alegações do impetrante, condição que inviabiliza a caracterização de ofensa ao seu direito líquido e certo, bem como da ilegalidade e/ou do abuso de poder da autoridade coatora, pressupostos essenciais para a concessão da segurança. TRT/SP 15ª Região 0005375-47.2017.5.15.0000 (MS) - Ac. PJe 2ª Seção de Dissídios Individuais. Rel. Manuel Soares Ferreira Carradita. DEJT 29 jun. 2017, p. 523.

2. MANDADO DE SEGURANÇA. APREENSÃO DE CNH. INSERÇÃO DE CLÁUSULA DE INALIENABILIDADE E DE NÃO CIRCULAÇÃO DE VEÍCULO. SEGURANÇA PARCIALMENTE CONCEDIDA. A determinação de apreensão da CNH do devedor, pessoa física, sem que haja condenação e requerimento do credor, apresenta-se excessiva e pode, até mesmo, frustrar futura execução, pelo impedimento da liberdade de trabalhar, caracterizando a ilegalidade do ato judicial, justificando a procedência parcial da ação mandamental. TRT/SP 15ª Região 0005018-67.2017.5.15.0000 MS - Ac. PJe 1ª Seção de Dissídios Individuais. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 11 maio 2017, p. 539.

3. MANDADO DE SEGURANÇA. EXECUÇÃO. EXCLUSÃO DO POLO PASSIVO. PERDA DO OBJETO. Determinada a exclusão do impetrante do polo passivo da ação principal, opera-se a perda de objeto da ação mandamental. TRT/SP 15ª Região 0005669-02.2017.5.15.0000 MS - Ac. PJe 1ª Seção de Dissídios Individuais. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 535.

4. MANDADO DE SEGURANÇA. EXISTÊNCIA DE MEIO PROCESSUAL PRÓPRIO PARA REVISÃO DA DECISÃO IMPUGNADA. INADMISSIBILIDADE. Não se admite mandado de segurança nas hipóteses em que o ordenamento prevê a possibilidade de modificação da decisão pela via recursal ou correicional. TRT/SP 15ª Região 0005312-22.2017.5.15.0000 MS - Ac. PJe 1ª Seção de Dissídios Individuais. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 449.

5. MANDADO DE SEGURANÇA. PENHORA DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA. IMPENHORABILIDADE. Não são passíveis de penhora os valores recebidos a título de aposentadoria,

ainda que estabelecida limitação da constrição a determinado percentual. Impenhorabilidade absoluta prevista no art. 833, X, do CPC. TRT/SP 15ª Região 0008264-08.2016.5.15.0000 MS - Ac. PJe 1ª Seção de Dissídios Individuais. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 11 maio 2017, p. 839.

MEDIDA CAUTELAR

1. TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE. AGRAVO DE PETIÇÃO. EFEITO SUSPENSIVO. Embora o art. 899 da CLT disponha que, na Justiça do Trabalho, os recursos tenham efeito meramente devolutivo, a doutrina e a jurisprudência vêm entendendo que, uma vez preenchidos os pressupostos necessários ao deferimento da liminar em ação cautelar, quais sejam, o *periculum in mora* e o *fumus boni iuris*, a execução pode ser suspensa através da concessão da medida liminar. TRT/SP 15ª Região 0008248-54.2016.5.15.0000 TutCautAnt - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 4 maio 2017, p. 6574.
2. TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ORDINÁRIO. De regra, o recurso ordinário é recebido apenas no efeito devolutivo (art. 899, da CLT) e somente excepcionalmente se justifica a concessão de efeito suspensivo, que pode ser obtido por meio de cautelar, consoante entendimento consubstanciado na parte final do item I da Súmula n. 414 do TST. TRT/SP 15ª Região 0005128-66.2017.5.15.0000 TutCautAnt - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 25 maio 2017, p. 20506.

MOTORISTA

1. MOTORISTA CARRETEIRO. TRABALHO EXTERNO. ENQUADRAMENTO NA EXCEÇÃO DO ART. 62, I, DA CLT. NÃO CONFIGURAÇÃO. O inc. I do art. 62 da CLT exclui do regime de horas extras o empregado que exerce atividade externa incompatível com a fixação de horário, não incidindo nas hipóteses em que a ausência de controle de jornada decorre de simples opção e conveniência do empregador. COMISSÕES. PAGAMENTO EXTRAFOLHA. INTEGRAÇÃO. REFLEXOS. A comissão percebida extrafolha, pelo empregado, em razão da execução do seu contrato de trabalho, ostenta natureza jurídica salarial, e como tal, deve integrar a remuneração para todos os efeitos legais, nos moldes do art. 457 da CLT. DANO MORAL. JORNADA EXCESSIVA. SITUAÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. A extrapolação da jornada, desacompanhada de elementos que caracterizem situação degradante de trabalho, análoga à de escravo, não autoriza o pagamento de indenização por danos morais. TRT/SP 15ª Região 0010428-50.2016.5.15.0030 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 29 jun. 2017, p. 16270.
2. MOTORISTA. VENCIMENTO E SUSPENSÃO DA CNH. FALTA GRAVE. IMEDIATIDADE. CONFIGURAÇÃO. Comprovada a tipificação do ato cometido pelo reclamante na hipótese prevista no art. 482, "e", da CLT e devidamente justificado o lapso transcorrido entre o vencimento e suspensão da CNH e a aplicação da justa causa, impõe-se convalidar a máxima penalidade. TRT/SP 15ª Região 0012447-97.2015.5.15.0051 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 25 maio 2017, p. 36805.

MULTA

1. MORA RESCISÓRIA. MULTA DO ART. 477, § 8º, DA CLT. CABIMENTO. Comprovada e caracterizada a mora rescisória, assiste ao trabalhador direito à multa do art. 477, § 8º, da CLT. CARGO DE CONFIANÇA. PODERES DE GESTÃO. LABOR EM SOBREJORNADA. PAGAMENTO INDEVIDO. EXEGESE DO INCISO II, ART. 62, DA CLT. A ausência de controle de jornada, a disposição de subordinados e as atribuições de coordenação exercidas pelo trabalhador caracterizam o exercício de poderes de gestão, enquadrando-se na exceção prevista no inciso II, art. 62, da CLT, afastando o pagamento de labor em sobrejornada. DANO MORAL. INDENIZAÇÃO. NÃO CABIMENTO. Não comprovada a ocorrência de ofensa à dignidade da pessoa do trabalhador, não se justifica a imposição de indenização ao empregador. TRT/SP 15ª Região 0010123-72.2016.5.15.0028 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 26162.

2. MULTA CONVENCIONAL. INAPLICABILIDADE. Não restando caracterizada a mora injustificada no cumprimento das obrigações ajustadas em norma coletiva, não se justifica a incidência das multas convencionais. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MATÉRIA DIVERSA DA RELAÇÃO DE TRABALHO. MULTA NORMATIVA. APLICAÇÃO DO ART. 85 DO CPC (ART. 20 DO CPC/1973). Os honorários advocatícios na Justiça do Trabalho são regidos pelo art. 14 da Lei n. 5.584/1970, bem como pelo art. 791 da CLT, que prevê o *jus postulandi* das partes, salvo quando se trata de relação de trabalho diversa da relação de emprego, quando então se dará a aplicação do art. 85 do CPC (art. 20 do CPC/1973). JUSTIÇA GRATUITA. SINDICATO. SUBSTITUTO PROCESSUAL. Apresentando a entidade sindical declaração de insuficiência econômica dos substituídos, devida a concessão dos benefícios da justiça gratuita. TRT/SP 15ª Região 0011574-35.2015.5.15.0007 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 29684.
3. MULTA DO ART. 467 DA CLT. VERBAS RESCISÓRIAS. PAGAMENTO REALIZADO ANTES DO COMPARECIMENTO AO JUÍZO. INDEVIDA. A quitação das verbas rescisórias em período anterior ao comparecimento da reclamada ao Juízo, mesmo que após a apresentação da reclamação trabalhista, exime o empregador de pagar a multa prevista no art. 467 da CLT. No presente caso, a reclamante postula o pagamento da referida parcela alegando que a demora provocada pelo Poder Judiciário em marcar a audiência de conciliação favoreceu a reclamada, que teve tempo hábil para adimplir as verbas rescisórias. Não há, contudo, como deferir o pedido da autora, pois a empresa cumpriu com os ditames da lei. Recurso da reclamante não provido. TRT/SP 15ª Região 0011305-78.2015.5.15.0109 ROPS - Ac. PJe 11ª Câmara. Rel. João Batista Martins César. DEJT 22 jun. 2017, p. 36039.
4. MULTA DO ART. 467, CLT. MULTA DE 40% DO FGTS. INCIDÊNCIA. Por ter caráter rescisório, e não salarial, a multa de 40% do FGTS deve ser incluída na base de cálculo da multa prevista pelo art. 467 da CLT. DANO MORAL. ATRASO NO PAGAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS. AUSÊNCIA DE PROVAS. NÃO CONFIGURAÇÃO. A indenização por danos morais em caso de atraso na quitação de verbas rescisórias não se equipara à mora no pagamento salarial, pois àquele existe previsão de sanção legal (arts. 677 e 667 da CLT). Incumbe à parte que busca a reparação do prejuízo sofrido o ônus de prová-lo. TRT/SP 15ª Região 0010887-78.2016.5.15.0086 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Gerson Lacerda Pistori. DEJT 13 jun. 2017, p. 23039.
5. MULTA DO ART. 523 DO CPC. APLICAÇÃO AO PROCESSO DO TRABALHO. MOMENTO DA DEFINIÇÃO. A despeito de todo o embate teórico e jurisprudencial sobre a aplicação ou não do art. 523 do CPC ao processo laboral, é imprópria a fixação de tese a respeito na sentença de conhecimento, salvo se ela for líquida. A ausência de liquidez no julgado ou sua remessa para fase processual própria torna inócua qualquer definição sobre a incidência ou não do dispositivo, o que somente deve ser objeto de deliberação quando for fixado o *quantum debeatur*. TRT/SP 15ª Região 0011970-93.2015.5.15.0077 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Carlos Eduardo Oliveira Dias. DEJT 18 maio 2017, p. 24480.
6. MULTA DO ART.477 DA CLT. ATRASO NA HOMOLOGAÇÃO DA RESCISÃO. INDEVIDA QUANDO NÃO HÁ MORA NA QUITAÇÃO. A multa prevista no art. 477, § 8º, da CLT somente é devida quando não quitadas, no prazo legal, por mora do empregador, as parcelas rescisórias incontroversas, sendo indevida pelo simples atraso na homologação da rescisão contratual. TRT/SP 15ª Região 0010958-12.2015.5.15.0120 RO - Ac. PJe 11ª Câmara. Rel. Antonio Francisco Montanagna. DEJT 18 maio 2017, p. 33363.
7. MULTA. EMBARGOS PROTELATÓRIOS. CABIMENTO. Os embargos de declaração, remédio processual colocado à disposição da parte para sanar erro material, omissão, contradição ou obscuridade intrínsecas ao *decisum*, não se mostram adequados ao reexame de mérito, restando demonstrado seu caráter protelatório quando opostos por razões de mera irresignação da parte. TRT/SP 15ª Região 0010573-13.2015.5.15.0137 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 22 jun 2017, p. 7054.
8. MULTA. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. NECESSIDADE DE VIOLAÇÃO DO ART. 77 DO NCPC. A simples não comprovação da tese defensiva, não pode conduzir automaticamente à condenação da parte em litigância de má-fé, sendo necessário verificar de forma explícita nos autos, que a

parte infringiu as disposições do art. 77 do Novo Código de Processo Civil. TRT/SP 15ª Região 0011807-30.2015.5.15.0040 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 1º jun. 2017, p. 10387.

MUNICÍPIO

1. MUNICÍPIO DE FRANCA. FÉRIAS. REMUNERAÇÃO EM ATRASO. PAGAMENTO EM DOBRO. A insuficiência econômica ocasionada pela ausência da remuneração das férias no prazo legal, a que alude o art. 145 da CLT, obstaculiza a fruição adequada do descanso por parte do empregado, razão pela qual aplica-se a penalidade prevista no art. 137 da CLT. Nesse sentido, dispõe a recente Súmula n. 450 do C. TST. Entretanto, a reclamada pagou antecipadamente o terço constitucional, cuja dobra fica excluída da condenação, a fim de evitar enriquecimento ilícito do reclamante. Recurso ordinário a que se dá parcial provimento. TRT/SP 15ª Região 0012065-92.2016.5.15.0076 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 1º jun. 2017, p. 21973.
2. MUNICÍPIO DE BARBOSA. ADICIONAIS POR TEMPO DE SERVIÇO (SEXTA PARTE E QUINQUÊNIOS) PREVISTOS NO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS. SERVIDOR PÚBLICO CELETISTA. INAPLICABILIDADE. Os benefícios previstos no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Barbosa (Lei Municipal n. 339/1975) destinam-se apenas aos servidores municipais estatutários, sendo inaplicáveis, portanto, aos servidores públicos contratados sob o regime celetista, integrantes de malha jurídica diversa da regulamentada pelo Estatuto (Processo 0011694-18.2015.5.15.0124 RO, 11ª Câmara, Sexta Turma, Relator Juiz Hélio Grasselli, Sessão realizada em 28.6.2016). TRT/SP 15ª Região 0011269-54.2016.5.15.0124 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 14 jun. 2017, p. 2246.
3. MUNICÍPIO DE CAPÃO BONITO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. A competência material define-se pelo regime jurídico que rege a contratação do servidor público. A relação jurídica havida entre as partes foi estabelecida sob a égide da CLT, conforme expressamente previsto na Lei Complementar Municipal n. 45/2005, bem assim na Lei Orgânica Municipal, de 1990, razão pela qual a Justiça do Trabalho é competente para apreciar a demanda. TRT/SP 15ª Região 0010837-38.2016.5.15.0123 RO - Ac. PJe 10ª Câmara. Rel. Fabio Grasselli. DEJT 29 jun. 2017, p. 18818.
4. MUNICÍPIO DE CRUZEIRO. ALTERAÇÃO DE REGIME JURÍDICO. LEI N. 2.876/1995. REVOGAÇÃO PELA LEI N. 3.064/1997. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. A Lei Municipal n. 2.425/1991 adotou como regime jurídico único, o da CLT e, posteriormente, a Lei n. 2.876/1995 alterou o aludido regime para estatutário. Contudo, a referida lei foi revogada expressamente pela Lei n. 3.064/1997, de 30.5.1997, que voltou a instituir o regime da CLT. A análise da legislação mencionada permite concluir, portanto, que o regime jurídico aplicado no caso em apreço é o da CLT, restando manifesta a competência da Justiça do Trabalho para o julgamento da demanda. Recurso do reclamado a que se nega provimento. TRT/SP 15ª Região 0010405-74.2016.5.15.0040 RO - Ac. PJe 2ª Câmara. Rel. José Otávio de Souza Ferreira. DEJT 25 maio 2017, p. 6045.
5. MUNICÍPIO DE CRUZEIRO. REGIME JURÍDICO CELETISTA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. Estando o regime do servidor público submetido à legislação trabalhista, conforme previsão contida no art. 85, parágrafo único, da Lei Orgânica do Município de Cruzeiro, e na Lei Municipal n. 3.064/1997, é da Justiça do Trabalho a competência para processar e julgar a lide - art. 114 da CF. MUNICÍPIO DE CRUZEIRO. PREVISÃO EM LEI MUNICIPAL DE PAGAMENTO DA PARCELA DENOMINADA “SEXTA PARTE”. BASE DE CÁLCULO. VIOLAÇÃO DO ART. 37, XIV, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. NÃO CONFIGURAÇÃO. O art. 37, XIV, da Constituição Federal/1988 veda apenas a cumulação de acréscimos pecuniários sob mesmo título ou idêntico fundamento, sem afastar disposição concernente às parcelas que integram a efetiva remuneração do empregado e suas bases de incidência. Não há como se perceber afronta ao teor do dispositivo constitucional apontado, que não se refere a situações de pagamento de adicional fixado por imposição de lei municipal. TRT/SP 15ª Região 0010947-29.2015.5.15.0040 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 4 maio 2017, p. 10042.
6. MUNICÍPIO DE CRUZEIRO. REGIME JURÍDICO CELETISTA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. Estando o regime do servidor público submetido à legislação trabalhista, conforme

previsão contida no art. 85, parágrafo único, da Lei Orgânica do Município de Cruzeiro, e na Lei Municipal n. 3.064/1997, é da Justiça do Trabalho a competência para processar e julgar a lide - art. 114 da CF. TRT/SP 15ª Região 0011315-04.2016.5.15.0040 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Regiane Cecilia Lizi. DEJT 25 maio 2017, p. 35048.

7. MUNICÍPIO DE FRANCA. PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA - PDV. LEI MUNICIPAL N. 6.180/2004. AUSÊNCIA DE INTERESSE PÚBLICO PARA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ADESÃO INDEFERIDA. A Lei em questão foi clara no sentido de que a adesão ao PDV não é direito líquido e certo dos trabalhadores do Município de Franca, exigindo-se que o interesse público esteja configurado e que a economicidade justifique a medida, bem como o preenchimento de diversos outros requisitos. No caso em análise, restou incontroverso que a autora teve o pedido de adesão ao PDV indeferido pelo Prefeito do Município de Franca, conforme consta no processo administrativo juntado com a inicial, em razão do parecer da Secretaria de Recursos Humanos, no sentido de que o afastamento da autora ensejaria a necessária substituição por outro funcionário qualificado e consequentes gastos aos cofres públicos. Como o cargo exercido pela reclamante não era disponível pela Administração Pública, que teria necessariamente de proceder a nova contratação, não há benefício para a instituidora, razão pela qual não há obrigatoriedade de inclusão da autora no referido programa. Somente nos casos em que a mão de obra é dispensável, admite-se a imposição compulsória. Como bem definido pela MM. Magistrada de 1º grau, Dra. Zilah Ramires Ferreira, "sobressai que a Lei Municipal claramente afasta a hipótese de ato vinculado da administração, tratando-se, portanto, de ato discricionário, que deve atender aos interesses da administração pública". Dessa forma, não preenchidos os requisitos estabelecidos na lei de regência, inexiste direito líquido e certo a ser assegurado. Mantém-se. TRT/SP 15ª Região 0010837-08.2015.5.15.0015 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 14 jun. 2017, p. 1520.

8. MUNICÍPIO DE MAIRINQUE. ABONO PREVISTO EM LEI PARA SER CONCEDIDO POR PRAZO CERTO. INCORPORAÇÃO ILEGAL VIA DECRETO. A Lei n. 2.738/2008, ao dispor que o "abono ora concedido não servirá de base de cálculo para nenhuma gratificação ou adicional" e ao delimitar a vigência do benefício, torna impossível a sua incorporação. Se o intuito do legislador fosse a incorporação da parcela não teria delimitado o período de vigência da concessão do abono especial. O município é regido pelo princípio da legalidade e tendo as leis municipais concedido abono por prazo fixo e temporário, não há como o Judiciário estabelecer de forma inversa. Quanto ao Decreto n. 5.239/2008, não há como considerá-lo válido, pois tendo alcance de norma regulamentar não pode dar efeitos não previstos na lei de forma a alterá-la em sua literalidade. TRT/SP 15ª Região 0012067-97.2015.5.15.0108 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Carlos Augusto Escanfella. DEJT 18 maio 2017, p. 21347.

9. MUNICÍPIO DE MIRASSOL. LEI COMPLEMENTAR N. 3.458/2011. REAJUSTES DOS PROFESSORES ATRELADOS AOS ÍNDICES APLICADOS AO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO. Se o próprio Município editou legislação específica (Lei Complementar n. 3.458/2011) assegurando aos seus professores o reajuste mínimo equivalente àquele aplicado ao piso nacional do magistério, deve cumprir a norma legal, não podendo escudar-se na previsão do inciso X do art. 37 da Constituição Federal para se eximir da obrigação que expressamente assumiu. TRT/SP 15ª Região 0010059-94.2016.5.15.0082 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 25 maio 2017, p. 20872.

10. MUNICÍPIO DE MIRASSOL. PROFESSORA. PRETENSÃO ÀS DIFERENÇAS SALARIAIS DECORRENTES DO CONFRONTO ENTRE A LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. 3.458/2011 E AS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS N. 3.556/2013, 3.622/2014 E 3.739/2015. NATUREZA DISTINTA DOS DIPLOMAS LEGAIS INVOCADOS. IMPOSSIBILIDADE DE EQUIPARAÇÃO DO ÍNDICE DE REAJUSTE SALARIAL APLICÁVEL APENAS AOS PROFESSORES COM O ÍNDICE DE REVISÃO GERAL ANUAL EXTENSÍVEL A TODOS OS SERVIDORES MUNICIPAIS. A Municipalidade não procedeu ao reajuste salarial da reclamante (conforme previsto em norma específica: art. 79 da Lei Complementar Municipal n. 3.458/2011), tendo procedido apenas à revisão geral anual dos salários de todos os servidores municipais (tal qual prevê o art. 37, inciso X, da CF), inclusive o da reclamante. Entendo que a jurisprudência em sentido contrário, *data venia*, adota

uma compreensão equivocada do conjunto de leis municipais em estudo, pois não atenta para a *mens legislatoris* de cada uma delas, interpretando-as como se tivessem o mesmo objetivo: reajuste salarial. No entanto, como explicitado, uma (LCM n. 3.458/2011) dispõe sobre a forma de reajuste salarial dos professores, e as demais (LCM n. 3.556/2013, 3.622/2014 e 3.739/2015) estabelecem os índices de revisão geral anual a todos os servidores municipais. Destarte, penso que a pretensão autoral não tem fundamento jurídico, eis que a reclamante pretende obter diferenças salariais, comparando índices de naturezas distintas (reajuste salarial *x* revisão geral anual), o que não se pode admitir. Recurso provido. TRT/SP 15ª Região 0012520-73.2015.5.15.0082 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 11 maio 2017, p. 5504.

11. MUNICÍPIO DE MIRASSOL. REAJUSTE SALARIAL. PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO. Se o reclamado elege a legislação federal como fonte indicadora do índice de reajuste salarial dos seus professores, conforme claramente dispõe o art. 79 da Lei Complementar Municipal n. 3.458/2011, não pode aplicar índice diverso inferior, em nítida afronta à norma municipal por ele mesmo editada. Registre-se que não se trata da hipótese enfrentada na Súmula Vinculante n. 37 do E. STF, pois o Poder Judiciário não está concedendo aumento salarial fundado em princípio da isonomia, mas apenas determinando que o reclamado cumpra o disposto na legislação municipal, em respeito ao princípio da legalidade. TRT/SP 15ª Região 0012336-21.2015.5.15.0017 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Edmundo Fraga Lopes. DEJT 22 jun. 2017, p. 10162.

12. MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM. EDUCADORA INFANTIL. ALEGADO DESVIO DE FUNÇÃO. PEDIDO DE DIFERENÇAS SALARIAIS. EQUIPARAÇÃO COM PROFESSORA DA PRIMEIRA INFÂNCIA. VIOLAÇÃO À CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 37), ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL 297 DA SBDI-1 DO C. TST E SÚMULA N. 339 DO C. STF. INDEVIDO. Analisando-se a matéria fática, o conjunto probatório demonstra, de maneira robusta e convincente, que a professora da primeira infância possui maior responsabilidade e maiores atribuições que a educadora infantil, sendo que determinadas atribuições são exclusivas à sua função. Ademais, o art. 37 da Constituição Federal condiciona a necessidade de concurso público como meio para auferir remuneração de outro cargo, nos termos da OJ n. 297 da SBDI-1 do C. TST, e mais, é vedado ao Poder Judiciário aumentar vencimentos, ainda que sob alegação de isonomia, inteligência da Súmula n. 339 do STF. Sentença mantida. TRT/SP 15ª Região 0010378-48.2016.5.15.0022 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 14 jun. 2017, p. 796.

13. MUNICÍPIO DE MONTE APRAZÍVEL. VALE ALIMENTAÇÃO. NATUREZA INDENIZATÓRIA. O reclamado, por se tratar de ente público, está vinculado ao princípio da legalidade em sentido estrito (arts. 5º, II, e 37 da Constituição Federal). Desse modo, não está condicionado à negociação coletiva e, tampouco, lhe é conferido promover sua inscrição junto ao Programa de Alimentação ao Trabalhador - PAT. Ademais, ainda que não demonstrado o cadastramento do empregador junto ao Pat, ou mesmo quando não efetuado qualquer desconto no salário do trabalhador a título de alimentação, a integração do benefício ao salário é indevida. Com efeito, o auxílio, seja ele refeição ou alimentação, não tem o perfil de contraprestação pelo trabalho prestado. Seu fornecimento ao trabalhador tem finalidade até mesmo etimológica, alimentar. Insere-se no contexto contratual ou institucional, em que a mão de obra é despendida, também, com objetivo nutricional. Nessa ordem de ideias, o benefício deve ser visto quanto à sua realidade institucional, assumindo o caráter de ajuda de custo ao trabalhador, em relação a um bem da vida essencial, como é também o caso do vale-transporte. A concessão do benefício tem previsão legal insculpida no § 2º do art. 457 da CLT, que a autoriza sem integração ao salário, reforçada pelas disposições do § 2º do artigo seguinte, pois ao empregador tanto interessa proteger o empregado de acidentes, fornecendo-lhe equipamentos de proteção ou outros acessórios necessários para o trabalho, como, principalmente, manter-lhe a saúde, uma vez que, não raro, por deficiência nutricional, ocorrem acidentes de trabalho. O fato de o empregador estar ou não vinculado ao Programa de Alimentação ao Trabalhador é irrelevante para o deslinde da questão, por objetivar efeitos meramente fiscais, que visam, exatamente, estimular a concessão da ajuda. Assim, entendo que o fornecimento do vale alimentação por lei municipal, que não prevê a repercussão do benefício e sua natureza salarial, deve ser interpretado restritivamente, sendo indevida a integração salarial postulada. Mantém-se. FÉRIAS. FRACIONAMENTO. POSSIBILIDADE. O art. 134, § 1º, da CLT autoriza o fracionamento

das férias desde que respeitado o número máximo de dois períodos e a duração mínima de dez dias. Na hipótese, os recibos de pagamento demonstram o correto fracionamento, pois as férias foram concedidas em dois períodos de quinze dias, o que atende à disposição legal. Mantém-se. TRT/SP 15ª Região 0011985-44.2016.5.15.0104 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 14 jun. 2017, p. 3188.

14. MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA. SEXTA PARTE. INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL AFASTADA. Não há que se falar em inconstitucionalidade formal do inciso XVII e parágrafo único do art. 105 da Lei Orgânica do Município, à luz do art. 61, § 1º, II, da Constituição Federal em vigor. Embora o referido dispositivo trate da competência privativa do Presidente da República para a iniciativa de leis que disponham sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica dos servidores públicos da União e seus Territórios, bem como organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública e sobre militares das Forças Armadas, certamente não é o caso dos autos, pois referida lei não criou despesas. É cediço que compete a cada um dos entes da Federação legislar acerca dos seus respectivos quadros de servidores, respeitando os princípios básicos da Constituição Federal. A própria Constituição do Estado de São Paulo instituiu o benefício da sexta parte em seu art. 129, benefício este também adotado pelo Município reclamado. A lei orgânica não padece de vício de iniciativa e as leis que criaram as despesas para pagamento das verbas perseguidas são de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal, não violando o artigo constitucional suso. TRT/SP 15ª Região 0011630-72.2016.5.15.0059 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 18 maio 2017, p. 21007.

15. MUNICÍPIO DE PIRACICABA. TERCEIRIZAÇÃO LÍCITA. ATIVIDADE FIM. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 331 DO C. TST. POSSIBILIDADE. Embora não existam regras legais que versem sobre a terceirização, o C. TST sedimentou, por intermédio da Súmula n. 331, entendimento no sentido de que a atividade fim deve ser realizada sempre pelo tomador de serviços, salvo no caso de trabalho temporário. Nesses termos, justamente porque as empresas prestadoras de serviços são utilizadas para vilipendiar a relação de emprego, configura-se a responsabilidade subsidiária. No presente caso, restou demonstrado que a reclamante exercia a função de servente de limpeza nas Unidades de Saúde do Município de Piracicaba, que podem ser terceirizadas. Recurso do segundo reclamado não provido. TRT/SP 15ª Região 0012001-94.2015.5.15.0051 RO - Ac. PJe 11ª Câmara. Rel. João Batista Martins César. DEJT 1º jun. 2017, p. 33466.

16. MUNICÍPIO DE PRADÓPOLIS. AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO. REFLEXOS. Diante da previsão expressa na Lei Municipal n. 1.090/2002, quanto à não incorporação do auxílio alimentação na remuneração do servidor, para qualquer efeito, e da sujeição do Município ao princípio da legalidade, insculpido no art. 37, *caput*, da CF, são indevidos os reflexos da referida parcela em outras verbas. TRT/SP 15ª Região 0010312-81.2015.5.15.0029 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 4 maio 2017, p. 7858.

17. MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO. REMUNERAÇÃO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. LIMPEZA DE BANHEIROS DE USO PÚBLICO. EXPOSIÇÃO A AGENTES BIOLÓGICOS. A atividade de limpar banheiros e auxiliar em serviços diversos em uma unidade escolar, com a presença de centenas de alunos, implica contato direto com lixo urbano de toda uma coletividade, impondo-se uma interpretação teleológica, para aplicação do Anexo 14 da NR-15, o qual trata de contato com agentes biológicos. Adicional de insalubridade devido em grau máximo. TRT/SP 15ª Região 0010367-78.2015.5.15.0143 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 25 maio 2017, p. 18052.

18. MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS. SALÁRIO ESPOSA. PRINCÍPIO DA ISONOMIA. O art. 5º, I, da Constituição Federal assegura a isonomia entre homens e mulheres. Assim, qualquer discriminação somente será lícita para reduzir desigualdades existentes, de forma a concretizar o princípio da igualdade material. Ademais, no caso presente, o art. 2º da Lei Municipal n. 7.508/1975 instituiu o benefício para todo o "funcionalismo municipal", não fazendo qualquer ressalva em relação às mulheres. Dessa forma, o direito em questão não pode ser negado às servidoras do município

exclusivamente em razão da denominação “salário esposa”. Recurso da reclamante parcialmente provido. TRT/SP 15ª Região 0012678-56.2015.5.15.0106 Reenec/RO - Ac. PJe 10ª Câmara. Rel. Fernando da Silva Borges. DEJT 22 jun. 2017, p. 34624.
19. MUNICÍPIO. DOBRA DE FÉRIAS. SÚMULA N. 450. DOBRA DO ABONO PECUNIÁRIO. CABIMENTO. Ocorrendo o pagamento da remuneração de férias fora do prazo legal estabelecido pelo art. 145 da CLT, é cabível a dobra prevista pelo art. 137 da mesma lei, incidindo também sobre o terço constitucional e, se for o caso, o abono pecuniário. TRT/SP 15ª Região 0012660-17.2015.5.15.0015 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Gerson Lacerda Pistori. DEJT 18 maio 2017, p. 25809.

NULIDADE PROCESSUAL

NULIDADE PROCESSUAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. Não se declara a nulidade processual quando a matéria prequestionada pode ser reexaminada na fase recursal, em face do princípio da devolutividade recursal que tem alcance amplo. Súmula n. 393 do C. TST. TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO. ELASTECIMENTO DA JORNADA. AUSÊNCIA DE NORMA COLETIVA. Por expressa disposição constitucional (art. 7º, XIV), somente se admite a extrapolação da jornada especial de 6 (seis) horas para aqueles que trabalham em turnos ininterruptos de revezamento mediante negociação coletiva. HORAS *IN ITINERE*. NÃO CONFIGURAÇÃO. O art. 58, § 2º, da CLT estabelece requisitos cumulativos para percepção das horas de percurso - local de difícil acesso ou não servido por transporte público e o fornecimento pelo empregador de condução. A não disponibilização pela reclamada de transporte para locomoção ida/volta do local de trabalho afasta a percepção de horas *in itinere*. DANO MORAL. JORNADA EXCESSIVA. NÃO CARACTERIZAÇÃO. A extrapolação da jornada, desacompanhada de elementos que caracterizem situação degradante de trabalho, não autoriza o pagamento de indenização por dano moral. DANO MORAL. AMBIENTE DE TRABALHO. SANITÁRIOS. INEXISTÊNCIA. LOCAL INADEQUADO PARA REFEIÇÃO. O empregador, ao empreender uma atividade econômica, tem a obrigação de manter ambiente de trabalho seguro e digno, garantindo a seus empregados as condições mínimas de higiene e segurança, a fim de implementar as garantias fundamentais insculpidas no art. 1º, incisos III e IV, da CF. O ambiente de trabalho desprovido de condições adequadas para higiene e refeição, submetendo o trabalhador a situação humilhante e constrangedora, configura o dano moral passível de reparação - art. 927 do CC. TRT/SP 15ª Região 0011765-86.2014.5.15.0081 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 25 maio 2017, p. 35935.

ÔNUS DA PROVA

PERÍODO CONTRATUAL SEM REGISTRO. FATO CONSTITUTIVO DE DIREITO. ÔNUS DA PROVA DO RECLAMANTE. Em se tratando de fato constitutivo de direito, o labor em período anterior ao anotado na CTPS deve ser provado pelo autor da reclamação trabalhista. TRT/SP 15ª Região 0010682-45.2014.5.15.0110 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Larissa Carotta Martins da Silva Scarabelim. DEJT 11 maio 2017, p. 9573.

PAGAMENTO

PAGAMENTO “POR FORA” (EXTRA FOLHA DE SALÁRIOS). MEIO DE PROVA. INDÍCIOS E PRESUNÇÕES. VIABILIDADE. A prova de pagamento de valores em dinheiro “por fora” das folhas de salários dos empregados, porque em fraude à lei, além da prova oral, admite-se como provado quando assim indicarem os indícios e presunções do caso concreto, situação em que o juiz apreciará sob o enfoque do princípio da persuasão racional (NCPC, art. 371). É sábia doutrina de Moacyr Amaral Santos de que os arts. 252 e 253 do CPC/1939 remanescem por seu relevante critério doutrinário e científico ao disporem que: “O dolo, a fraude, a simulação e, em geral os atos de má-fé poderão ser provados por indícios e circunstâncias” (art. 252) e que “Na apreciação dos indícios, o juiz o considerará livremente a natureza do negócio, a reputação dos indiciados e a verossimilhança dos fatos alegados na defesa e inicial” (CPC, art. 253). Estas regras que não foram

expressamente contempladas pelos códigos posteriores contêm orientação plenamente aplicável a negócios que trazem ínsita a fraude à lei, como o pagamento "por fora" das folhas de salários, já que não se é de exigir a prova documental. No caso, as provas produzidas atestam a ilícita forma de proceder da empresa, corroborando, pois, a tese da vestibular acerca dos pagamentos "por fora". Destarte, diante das evidências produzidas, conclui-se que é possível condenar a reclamada em decorrência de pagamentos "por fora". Recurso da reclamada desprovido. TRT/SP 15ª Região 0010503-31.2015.5.15.0093 RO - Ac. PJe 6ª Câmara. Rel. Marcelo Bueno Pallone. DEJT 1º jun. 2017, p. 16560.

PENA DE CONFISSÃO

1. CONFISSÃO *FICTA* E REVELIA. EFEITOS. A revelia e a confissão do empregador que não comparece em Juízo implicam na veracidade dos fatos articulados na petição inicial - art. 344 do CPC/2015, desde que não desconstituídos por outros elementos de prova. DANO MORAL. JORNADA EXCESSIVA. NÃO CARACTERIZAÇÃO. A extrapolação da jornada, desacompanhada de elementos que caracterizem situação degradante de trabalho, não autoriza o pagamento de indenização por dano moral. TRT/SP 15ª Região 0010961-75.2015.5.15.0084 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 28253.
2. CONFISSÃO *FICTA*. AUSÊNCIA DO RECLAMANTE À AUDIÊNCIA EM QUE DEVERIA PRESTAR DEPOIMENTO. INEXISTÊNCIA DE COMINAÇÃO EXPRESSA DA CONSEQUÊNCIA PROCESSUAL NA ATA DE AUDIÊNCIA. NULIDADE RECONHECIDA. Somente se pode admitir a confissão *ficta* da parte ausente à audiência em que deveria depor, se previamente intimada dessa cominação. Se a parte não estava expressamente ciente dessa consequência processual, revela-se equivocado reconhecer a confissão, por caracterizar cerceamento ao direito de defesa, com anulação dos atos processuais. Inteligência da Súmula n. 74, I, do C. TST. Precedentes no Regional. Recurso provido. TRT/SP 15ª Região 0012256-28.2014.5.15.0038 RO - Ac. PJe 4ª Câmara. Rel. Eleonora Bordini Coca. DEJT 25 maio 2017, p. 12828.

PENHORA

CONSTRIÇÃO JUDICIAL. IMÓVEL RESERVADO EM AÇÃO DE DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE CONJUGAL. HOMOLOGAÇÃO PERANTE O JUÍZO CÍVEL. AUSÊNCIA DE AVERBAÇÃO NO REGISTRO PRÓPRIO. IMPENHORABILIDADE. É impenhorável imóvel reservado e transferido na ação de dissolução da sociedade conjugal, homologado pelo Juízo Cível, em face da prevalência jurídica ao direito que está lastreado em verdadeira transferência patrimonial, com especial relevo a questão de fundo, relativa à ausência do respectivo registro imobiliário, e interpretação finalística à Lei dos Registros Públicos. Agravo de petição provido. TRT/SP 15ª Região 0012083-85.2016.5.15.0053 AP - Ac. PJe 10ª Câmara. Rel. Edison dos Santos Pelegrini. DEJT 18 maio 2017, p. 29809.

PONTO

CARTÕES DE PONTO. HORÁRIOS DE TRABALHO. INVALIDADE. Cartões de ponto, para se constituírem na real prova da jornada de trabalho, devem ser extremes de dúvidas, fidedignos, não se justificando a sua validade quando desconstituídos pela prova testemunhal. COMISSIONISTA PURO. ACÚMULO DE FUNÇÕES. DIFERENÇAS SALARIAIS DEVIDAS. O tempo despendido pelo comissionista puro com outras atividades inegavelmente compromete sua renda, sendo-lhe devidas, portanto, diferenças salariais, ante o princípio da comutatividade do contrato de trabalho. ESTORNO DE COMISSÕES. IMPOSSIBILIDADE. A inadimplência ou o cancelamento da compra pelo cliente não autorizam o empregador a estornar as comissões do empregado, sob pena de lhe impor o risco do empreendimento. TRT/SP 15ª Região 0010792-32.2016.5.15.0059 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 4 maio 2017, p. 9503.

PDV

PDV. QUITAÇÃO GENÉRICA. INTELIGÊNCIA DA OJ N. 270 DA SDI-1 DO TST. A transação extrajudicial que importa rescisão contratual, pela adesão do empregado ao Programa de Demissão Voluntária, implica quitação apenas das parcelas e valores constantes do recibo, não sendo válida para a quitação geral do contrato de trabalho. HORAS EXTRAS E REFLEXOS. MINUTOS RESIDUAIS. Anotado no controle de ponto o início da jornada laboral, o empregado considera-se à disposição do empregador, nos termos do disposto no art. 4º da CLT. Havendo variações no registro, excedentes a cinco minutos, deve ser considerada como extra a totalidade do tempo que exceder a jornada normal. Incidência da Súmula n. 366 do TST e do art. 58, § 1º, da CLT. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NÃO CABIMENTO. Ausente a assistência sindical, indevida a verba de honorários advocatícios - Súmulas n. 219 e 329 do C. TST. JUSTIÇA GRATUITA. REQUISITOS. Para a concessão dos benefícios da justiça gratuita basta a apresentação de simples declaração do interessado, nos termos do § 3º do art. 790 da CLT. TRT/SP 15ª Região 0011087-71.2015.5.15.0102 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 11 maio 2017, p. 24817.

PEDIDO DE DEMISSÃO

PEDIDO DE DEMISSÃO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO VÍCIO DE CONSENTIMENTO. VERBAS RESCISÓRIAS INDENIZATÓRIAS INDEVIDAS. A ausência de prova de vício de consentimento no pedido de demissão apresentado pelo trabalhador implica o reconhecimento da validade da manifestação da vontade e, consequentemente, de que são indevidas as verbas indenizatórias pertinentes à dispensa imotivada. TRT/SP 15ª Região 0010217-24.2016.5.15.0059 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Edmundo Fraga Lopes. DEJT 22 jun. 2017, p. 6204.

PENHORA

PENHORA. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. IMPOSSIBILIDADE. ART. 833, INCISO IV, DO CPC/2015. Viola direito líquido e certo a penhora de quantias depositadas em plano de previdência privada, pois absolutamente impenhoráveis, nos termos do art. 833, IV, do CPC/2015. TRT/SP 15ª Região 0005098-31.2017.5.15.0000 MS - Ac. PJe 1ª Seção de Dissídios Individuais. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 11 maio 2017, p. 546.

PENSÃO

PEDIDO DE LUCROS CESSANTES (PENSÃO POR MORTE). A competência atribuída pela Emenda Constitucional n. 20/1998 à Justiça do Trabalho se restringe à execução das contribuições previdenciárias decorrentes das sentenças condenatórias ou homologatórias de acordo que proferir. Esta Especializada não tem competência para resolver dúvidas previdenciárias, como a negativa da autarquia na concessão de benefício (pensão por morte), ainda que decorrentes de contrato de trabalho reconhecido em juízo. Caso assim não fosse, admitir-se-ia a concentração, sob essa Justiça Especializada, de competência previdenciária ampla, em agressão ao limite imposto pelo texto constitucional. Inteligência do inciso VIII do art. 114, CF (com a redação dada pela Emenda Constitucional n. 45/2004) e art. 876, CLT. Sentença mantida. TRT/SP 15ª Região 0012563-45.2015.5.15.0135 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 11 maio 2017, p. 5581.

PERÍCIA MÉDICA

PERÍCIA MÉDICA. MEDICINA DO TRABALHO E OUTRAS EXIGÊNCIAS QUANTO À FORMAÇÃO E ESPECIALIDADE DO PERITO. NULIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. Não existe nulidade por cerceamento de defesa a ser declarada quando o laudo médico pericial é elaborado por médico cuja especialidade seja diversa daquela relacionada com o problema de saúde citado pelo reclamante. Afinal, ainda não há, no Ordenamento, lei procedimental que assim

exija, muito menos que estabeleça, como requisito, formação desse profissional da saúde em Medicina do Trabalho. Logo, cabe ao juiz adotar a melhor interpretação dada pelas normas dos arts. 156, 157 e 158, todas do novo CPC, aplicáveis de forma subsidiária com o art. 195 da CLT. Tais disposições requerem, apenas, que o perito seja pessoa da confiança do juízo, e possua formação superior naquela área para a qual seus serviços foram requisitados. TRT/SP 15ª Região 0011637-42.2015.5.15.0110 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Gerson Lacerda Pistori. DEJT 22 jun. 2017, p. 29855.

PERICULOSIDADE

PERICULOSIDADE. AGENTES INFLAMÁVEIS. EXPOSIÇÃO INTERMITENTE. ADICIONAL DEVIDO. EXEGESE DA SÚMULA N. 364 DO C. TST. Caracterizado o trabalho em contato com produtos inflamáveis, ainda que de forma intermitente, faz jus o trabalhador ao pagamento do adicional de periculosidade. Súmula n. 364 do C. TST. HONORÁRIOS PERICIAIS. REDUÇÃO. NÃO CABIMENTO. Não merece reparos o valor arbitrado a título de honorários periciais que representa razoável remuneração pelos serviços prestados pelo auxiliar do juízo. TRT/SP 15ª Região 0010072-14.2015.5.15.0152 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 4 maio 2017, p. 6794.

PETIÇÃO INICIAL

PETIÇÃO INICIAL. REQUISITOS. ART. 840, § 1º, DA CLT. COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. EXERCÍCIO DO DIREITO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. IMPOSSIBILIDADE. Nos termos do art. 840, § 1º, da CLT, ao reclamante é exigido tão somente uma breve exposição dos fatos dos quais decorra o pedido. Assim, havendo descrição fática suficiente para a compreensão da postulação, de forma a proporcionar condições ao exercício do direito de defesa e ao exame do mérito, não há falar em inépcia da inicial, mesmo diante da verificação de inconsistências na causa de pedir. A leitura conjugada dos arts. 267, I, e 295, parágrafo único, IV, do CPC/1973 (vigentes à época da propositura desta reclamação), de aplicação subsidiária ao Processo do Trabalho, indica que a inépcia da petição inicial, que acarreta o seu indeferimento, ocorre na hipótese de formulação de pedidos incompatíveis entre si, e não entre causas de pedir incongruentes. Precedente do C. TST. Recurso provido no particular. REGIME DE COMPENSAÇÃO DE JORNADA. REGULARIDADE. INTERVALO DO ART. 384 DA CLT. HORAS EXTRAS. NÃO PAGAMENTO. A prorrogação da jornada de trabalho da mulher em virtude da existência de um regular regime de compensação de jornada não enseja o pagamento de horas extras, inclusive no que se refere ao intervalo do art. 384 da CLT. Precedente do C. TST. Recurso não provido. TRT/SP 15ª Região 0010295-70.2014.5.15.0129 RO - Ac. PJe 4ª Câmara. Rel. Eleonora Bordini Coca. DEJT 11 maio 2017, p. 13043.

PETROBRAS

1. PETROBRAS DISTRIBUIDORA. CONTRATO DE TRANSPORTE DE COMBUSTÍVEL. ATIVIDADE FIM DO TOMADOR DE SERVIÇO. TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE. O contrato de transporte, ordinariamente, não autoriza a responsabilização do tomador de serviço. Todavia, comprovado que o transporte contratado se insere na atividade fim do contratante, resta autorizada a responsabilização do tomador de serviço. JUSTIÇA GRATUITA. REQUISITOS. Para a concessão dos benefícios da justiça gratuita basta a apresentação de simples declaração do interessado, nos termos do § 3º do art. 790 da CLT. TRT/SP 15ª Região 0011820-96.2014.5.15.0126 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 30141.
2. PETROBRAS. TOMADOR DE SERVIÇOS. CONTRATO DE EMPREITADA. SERVIÇOS DE CARÁTER INFRAESTRUTURAL. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CABIMENTO. Comprovada a culpa, caracterizada pela ausência de fiscalização sobre o cumprimento das obrigações legais e contratuais assumidas pela empresa contratada, para a execução de serviços de caráter infraestrutural, deve o tomador de serviços responder subsidiariamente pelos encargos da

condenação. Incidência da Súmula n. 331, IV e V, do TST. Inaplicabilidade da OJ n. 191 da SDI-1/TST. ACIDENTE DE TRABALHO. DANO MORAL. CULPA DO EMPREGADOR. CONFIGURAÇÃO. É dever do empregador zelar pela higidez física de seus empregados, fornecendo meio ambiente de trabalho seguro para o desenvolvimento das atividades laborais, sob pena de arcar com o pagamento dos danos advindos de acidente de trabalho sofrido pelo trabalhador. REGIME DE COMPENSAÇÃO DE HORAS EXTRAS. DESCARACTERIZAÇÃO. PRESTAÇÃO HABITUAL DE JORNADA EXTRAORDINÁRIA. A prestação habitual de jornada extraordinária descaracteriza o regime de compensação de horas. Inteligência da Súmula n. 85, IV, do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0011084-41.2015.5.15.0127 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 25 maio 2017, p. 34523.
3. RESPONSABILIDADE. DONO DA OBRA. PETROBRAS. APLICABILIDADE DA OJ N. 191 DA SDI-I DO C. TST. Trata-se de contrato de empreitada para a construção de obra certa e a jurisprudência consubstanciada na OJ n. 191 da SBDI-1 é no sentido de que, diante da inexistência de previsão legal específica, o contrato de empreitada de construção civil entre o dono da obra e o empreiteiro não enseja responsabilidade solidária ou subsidiária nas obrigações trabalhistas contraídas pelo empreiteiro, salvo sendo o dono da obra uma empresa construtora ou incorporadora, o que não é o caso dos autos. Assim, ao dono da obra que não exerce atividade permanente de construção não pode ser reconhecida responsabilidade, nem mesmo a subsidiária, por falta de previsão legal. TRT/SP 15ª Região 0011269-82.2015.5.15.0126 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Larissa Carotta Martins da Silva Scarabelim. DEJT 11 maio 2017, p. 10802.

PISO SALARIAL

1. PISO SALARIAL PREVISTO PELA LEI FEDERAL N. 12.994/2014. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. DIFERENÇAS SALARIAIS DEVIDAS. A Lei Federal n. 12.994/2014 instituiu o vencimento inicial dos agentes comunitários de saúde. A norma é aplicável aos empregados públicos municipais ocupantes dessa função. Por vencimento inicial, entende-se o salário-base do empregado, sem inclusão de outras parcelas inseridas no curso do contrato. Recurso do Município de Serra Negra não provido. TRT/SP 15ª Região 0010121-40.2015.5.15.0060 RO - Ac. PJe 4ª Câmara. Rel. Eleonora Bordini Coca. DEJT 11 maio 2017, p. 12678.
2. PISO SALARIAL PROFESSORES. LEI N. 11.738/2008. EDUCADORES INFANTIL. APLICABILIDADE. Aplica-se as disposições da Lei n. 11.738/2008, quanto ao piso salarial, aos servidores contratados para as funções de educador infantil, por desenvolverem atividades relativas à formação escolar de alunos da rede pública de ensino. TRT/SP 15ª Região 0010453-72.2016.5.15.0124 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 11 maio 2017, p. 23601.
3. PISO SALARIAL. CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO E ACORDO COLETIVO DE TRABALHO. ART. 620 DA CLT. NORMA MAIS FAVORÁVEL. PREVALÊNCIA. Os direitos dos trabalhadores, no âmbito da relação de emprego, estão previstos, prioritariamente, na Constituição Federal e em leis infraconstitucionais. Há possibilidade, também, de se garantir outros direitos por meio de negociação coletiva, firmada entre a empresa e o sindicato da categoria profissional (acordo coletivo de trabalho) ou entre os sindicatos dos trabalhadores e dos empregadores (convenção coletiva de trabalho). Caso haja direito previsto em convenção coletiva de trabalho mais favorável ao trabalhador consigno que este deve prevalecer em relação ao estipulado pelo acordo coletivo de trabalho, ambos em vigor. Incidência do art. 620 da CLT. No caso em apreço, o reclamante postula o pagamento de piso salarial previsto em convenção coletiva de trabalho em detrimento do piso que recebe, o qual está descrito no acordo coletivo de trabalho. Razão lhe assiste, pois deve ser observado, na apreciação do pedido, o princípio da norma mais favorável. Recurso do reclamante provido. TRT/SP 15ª Região 0010464-82.2016.5.15.0098 RO - Ac. PJe 11ª Câmara. Rel. João Batista Martins César. DEJT 22 jun. 2017, p. 35102.

PLANO DE SAÚDE

1. PLANO DE SAÚDE. DIREITO DECORRENTE DE EXTINTO CONTRATO DE TRABALHO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. A competência material é da Justiça do Trabalho, nos

termos do art. 114 da Constituição Federal, na hipótese em que se discute o direito do trabalhador e de seus agregados/dependentes de permanecerem no Plano de Saúde fornecido por seu ex-empregador. TRT/SP 15ª Região 0012547-09.2015.5.15.0130 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 25 maio 2017, p. 31057.
2. PLANO DE SAÚDE. LEI N. 9.656/1998. MESMAS CONDIÇÕES. Excepcionalmente, ao ex-empregado aposentado ou despedido sem justa causa, a Lei n. 9.656 "assegura o direito de manutenção como beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial". Como esclarece o Regulamento da ANS (Res. n. 279/2011, art. 2º) "mesmas condições" não abrange (o que, aliás, seria incompatível com o objetivo da CLT) mesmas condições econômicas. Observe-se que a lei condiciona este direito "desde que assuma o seu pagamento integral". TRT/SP 15ª Região 0010066-58.2014.5.15.0114 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. José Pitas. DEJT 25 maio 2017, p. 31888.
3. PLANO DE SAÚDE. OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE CONTRATO DE TRABALHO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. Compulsando-se os autos, verifica-se que a presente controvérsia versa sobre devolução de valores pagos a título de plano de saúde, administrado por entidade de previdência privada. Discute-se, pois, as regras de custeio do plano de saúde decorrente de relação de emprego, não se enquadrando o caso, portanto, na hipótese de complementação de aposentadoria, cuja competência é da Justiça Comum, conforme decisão proferida pelo E. STF nos Recursos Extraordinários 586453 e 583050. Com efeito, é da competência da Justiça do Trabalho o processamento e julgamento de lides que versem sobre alterações de regras de plano de saúde decorrentes da relação de emprego, ainda que mantido pela entidade de previdência privada, nos termos do art. 114, IX, da Constituição Federal. Assim, declara-se a competência desta Justiça Especializada para apreciar e julgar a presente demanda, determinando-se o retorno dos autos à Vara do Trabalho de Origem, para que prossiga na análise dos correspondentes pedidos da inicial. Reforma-se. TRT/SP 15ª Região 0010976-27.2016.5.15.0143 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 11 maio 2017, p. 3378.

PLANTÃO

PLANTÃO. REFLEXOS NOS DESCANSOS SEMANAIS REMUNERADOS. CÁLCULO SOBRE O VALOR MENSAL. NÃO CABIMENTO. As parcelas salariais (assim como os plantões) calculadas sobre o valor do salário básico mensal do servidor não geram direito aos reflexos em DSRs, sob pena de se proporcionar o efeito cascata nos vencimentos. Aplicação analógica da Orientação Jurisprudencial n. 103 da SBDI-1 do C. TST. Reforma-se. TRT/SP 15ª Região 0011362-28.2015.5.15.0067 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 8 jun. 2017, p. 3306.

PRAZO

1. DESRESPEITO AO PRAZO PREVISTO NO ART. 145 DA CLT. PAGAMENTO DAS FÉRIAS EM DOBRO. A não observância do prazo previsto no art. 145 da CLT para quitação das férias, implica o seu pagamento em dobro, incluído o terço constitucional. Entendimento consolidado na Súmula n. 450 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0010614-21.2016.5.15.0112 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 22 jun. 2017, p. 7144.
2. PRAZO NÃO CONCEDIDO PARA EMENDA DA INICIAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO IMPOSSIBILIDADE. Nosso novel diploma processual consagra, em seus arts. 4º, 10 e 139, IX, o dever de cooperação entre todos os sujeitos do processo, a fim de se evitar decisões surpresas, assim entendidas aquela que, no julgamento final da causa, em qualquer grau de jurisdição, aplicam fundamento jurídico ou se embasam em fato não submetido à audiência prévia de uma ou de ambas as partes. O Novo CPC tem como um dos seus elementos estruturantes o princípio da primazia da resolução de mérito, contido no art. 4º do Novo Código de Processo Civil, de tal sorte que os magistrados, sempre que possível, devem buscar a superação dos vícios formais que inquinam o processo, viabilizando sua correção ou sanação, a fim de que possa efetivamente examinar o mérito e resolver o conflito posto pelas partes. Nesses termos, em casos tais em que

não foi oportunizada a emenda da inicial ao recorrente, deve dar-se provimento ao apelo para, afastando o decreto de extinção do processo, determinar o retorno dos autos à Origem, para que conceda prazo para o reclamante regularizar sua petição inicial, nos termos da Súmula n. 263 do C. TST e do art. 321 do NCPC. Recurso ordinário a que se dá provimento. TRT/SP 15ª Região 0010322-21.2017.5.15.0138 ROPS - Ac. PJe 5ª Câmara. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DEJT 1º jun. 2017, p. 13631.

PRÊMIO

PRÊMIO INCENTIVO. LEI ESTADUAL N. 8.975/1994. NATUREZA JURÍDICA. Lei Estadual instituidora, que fixa a natureza indenizatória da verba, impede o reconhecimento judicial da integração salarial, sob pena de violação aos arts. 5º, II, e 37 da Constituição Federal. TRT/SP 15ª Região 0011678-41.2015.5.15.0067 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 1º jun. 2017, p. 10234.

PRESCRIÇÃO

1. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. CONTAGEM. A prescrição quinquenal de que trata o art. 7º, inciso XXIX, da Constituição Federal, conta-se retroativamente da data do ajuizamento da ação, consoante entendimento contido na Súmula n. 308, item I, do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0011318-96.2015.5.15.0038 RO - Ac. PJe 10ª Câmara. Rel. Fabio Grasselli. DEJT 22 jun. 2017, p. 33473.
2. PRESCRIÇÃO. AÇÃO COLETIVA AJUIZADA PELO SINDICATO PROFISSIONAL. IDENTIDADE DE PEDIDO. A ação coletiva proposta pelo sindicato representativo da categoria do reclamante, na qualidade de substituto processual, interrompeu a prescrição quinquenal, haja vista a identidade de pedidos (Súmula n. 268 e OJ n. 359 do C. TST). Consigne-se, por oportuno, que o fato de o sindicato não ter indicado rol de substituídos não desnatura o entendimento supra, tendo em vista a ampla legitimidade que detém o sindicato, garantida pelo art. 8º, III, da CF/1988. TRT/SP 15ª Região 0010934-36.2016.5.15.0059 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 1º jun. 2017, p. 20211.
3. PRESCRIÇÃO. ALEGAÇÃO NA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. POSSIBILIDADE. A matéria prescricional pode ser veiculada na instância ordinária a qualquer tempo, nos moldes do disposto no art. 193 do CC e do entendimento consubstanciado na Súmula n. 153 do C. TST. REVELIA. ARGUMENTAÇÕES RECURSAIS POSSÍVEIS. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. O reclamado não compareceu à audiência e não ofereceu defesa, sendo considerado revel, acarretando a confissão e a presunção de veracidade dos fatos ventilados na exordial; somente interveio no processo após prolação da sentença, com o oferecimento de embargos de declaração, e, desse modo, recebe o processo “no estado em que se encontrar” (parte final do parágrafo único do art. 322 do CPC/1973 ou parte final do parágrafo único do art. 346 do NCPC, de aplicação subsidiária). Desse modo, sob pena de ocorrência de supressão de instância e de ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa, somente pode alegar, no recurso, matéria de direito que independa de provas ou que deva ser apreciada de ofício pelo juiz, impedimento e suspeição, prescrição, falta ou nulidade da citação. TRT/SP 15ª Região 0010869-17.2015.5.15.0046 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 18 maio 2017, p. 23074.
4. PRESCRIÇÃO. ARGUIDA EM RECURSO. SÚMULA N. 153 DO TST. VALIDADE. Consoante o entendimento já pacificado na Súmula n. 153 do TST, a prescrição pode ser arguida até a instância ordinária, o que faz com que a presente matéria possa ser alegada pela primeira vez em sede de recurso ordinário. TRT/SP 15ª Região 0011240-13.2015.5.15.0003 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. José Pitas. DEJT 11 maio 2017, p. 25075.
5. PRESCRIÇÃO. FGTS. PARCELAMENTO/REPARCELAMENTO DE DÍVIDA JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. RENÚNCIA À PRESCRIÇÃO CONFIGURADA. O acordo de parcelamento/reparcelamento de dívida do FGTS junto à Caixa Econômica Federal, quando já consumado o prazo prescricional, implica em renúncia tácita à prescrição. Inteligência do disposto no art. 191 do Código Civil.

Recurso do reclamado a que se nega provimento. TRT/SP 15ª Região 0011690-28.2015.5.15.0076 RO - Ac. PJe 5ª Câmara. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DEJT 13 jun. 2017, p. 3673.
6. PRESCRIÇÃO.MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. PODE SER ALEGADA A QUALQUER TEMPO. Como é sabido, a prescrição pode ser alegada a qualquer tempo e grau de jurisdição; do mesmo modo, deve ser suscitada de ofício, quando o julgador verificar sua ocorrência. Recurso do reclamado provido, neste aspecto. TRT/SP 15ª Região 0011788-29.2014.5.15.0082 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 22 jun. 2017, p. 9449

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NULIDADE. NÃO CARACTERIZAÇÃO. Não caracteriza a negativa de prestação jurisdicional quando a matéria prequestionada em embargos de declaração se insere no princípio da devolutividade recursal - Súmula n. 393 do TST. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. PRODUTO INFLAMÁVEL. NÃO CONFIGURAÇÃO. Indevido o adicional de periculosidade previsto no art. 193, I, da CLT, quando afastado, por meio de prova pericial, o labor em área de risco, por inflamáveis. TRT/SP 15ª Região 0012599-50.2015.5.15.0018 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 11 maio 2017, p. 26513.

PRINCÍPIO

1. PRINCÍPIO DA IDENTIDADE FÍSICA DO JUIZ. NULIDADE. SÚMULA N. 136 DO TST. SÚMULA N. 222 DO STF. NOVO CPC. INAPLICABILIDADE. Inaplicável o princípio da identidade física do juiz no Processo do Trabalho, sendo essa a principal razão pela qual o C. TST houve por bem cancelar referida Súmula. Consequentemente, deve imperar o entendimento transcrito na Súmula n. 222 do E. STF, cuja inteligência é a de que o princípio da identidade física do juiz não é aplicável aos julgamentos proferidos na Justiça do Trabalho. Faz-se necessário destacar ainda a constatação de que o novo CPC de 2015 não disciplinou sobre a aplicabilidade desse instituto. Isso leva a crer que a antiga disposição contida no *caput* do art. 132 do antigo Código Processual tornou-se inviável perante os novos princípios e instrumentalidades até mesmo no âmbito do Processo Civil. Prova, mais uma vez, de que as regras processuais da CLT continuam mais avançadas que aquelas disciplinadas no Processo Civil. TRT/SP 15ª Região 0013580-30.2015.5.15.0002 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Gerson Lacerda Pistori. DEJT 13 jun. 2017, p. 24610.
2. PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE SALARIAL. OFENSA. GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO. CARGO EM COMISSÃO. DESTITUIÇÃO. REVERSÃO AO CARGO EFETIVO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. A supressão de gratificação de função decorrente da reversão ao cargo efetivo, percebida por período inferior a 10 (dez) anos, não caracteriza ofensa ao princípio da irredutibilidade salarial, ante a previsão contida nas disposições do art. 468 da CLT. Interpretação da Súmula n. 372, I, do TST. TRT/SP 15ª Região 0010023-58.2016.5.15.0080 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 25913.

PROCESSO

PROCESSO FÍSICO. POSTERIOR MIGRAÇÃO. SISTEMA PJE-JT. AUSÊNCIA DE PEÇAS ESSENCIAIS. NÃO CONHECIMENTO. Não se conhece de recurso de processo físico, em que houve a migração para o Sistema Pje-JT, mas não foram juntadas as peças fundamentais para seu julgamento. Inobservância da Resolução n. 136/2014 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Provimento GP/VPJ/CR n. 5/2012 deste E. TRT/15. TRT/SP 15ª Região 0052900-33.2007.5.15.0046 AP - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 1º jun. 2017, p. 11332.

PROCESSO DO TRABALHO

1. ARTIGO 523, § 1º, DO CPC/2015. INCOMPATIBILIDADE COM O PROCESSO DO TRABALHO. O art. 769 da CLT, apenas permite a aplicação subsidiária da norma processual civil em caso de

omissão da CLT e de compatibilidade da norma com os princípios do processo trabalhista. Quanto à forma como a execução deve se processar nesta seara trabalhista, a CLT possui disposições expressas, como se verifica em seus arts. 876 a 892. Desta forma, além de não haver omissão, a previsão do art. 523, § 1º, do CPC/2015, contrasta com o disposto no art. 880 da CLT e, portanto, não se aplica às execuções que tramitam nesta Especializada. TRT/SP 15ª Região 0000862-55.2012.5.15.0115 AP - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 22 jun. 2017, p. 5602.

2. PROCESSO CIVIL E DO TRABALHO. COISA JULGADA. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. RELAÇÃO JURÍDICA CONTINUATIVA. ALTERAÇÃO DE PRECEDENTE JUDICIAL PERSUASIVO. APLICAÇÃO DO ART. 505, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. POSSIBILIDADE. A alteração de precedente judicial, ainda que meramente persuasivo, corresponde à alteração do estado de fato e de direito de relação jurídica continuativa, a autorizar a revisão de decisão baseada no precedente superado, sem qualquer violência à coisa julgada, por aplicação do art. 505, I, do Código de Processo Civil de 2015. TRT/SP 15ª Região 0012950-47.2015.5.15.0010 RO - Ac. PJe 6ª Câmara. Rel. Jorge Luiz Costa. DEJT 25 maio 2017, p. 17201.

3. PROCESSO DE ALÇADA. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO ORDINÁRIO. MATÉRIA NÃO CONSTITUCIONAL. EXEGESE DOS §§ 3º E 4º DO ART. 2º DA LEI N. 5.584/1970. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS N. 71 E 356 DO C. TST. Não cabe recurso das sentenças prolatadas nos processos em que o valor da causa seja inferior a dois salários-mínimos, exceto se versarem sobre matéria constitucional, o que não é o caso dos autos, em que a reclamada ora se insurge contra o deferimento, pela Origem, das verbas postuladas pelo reclamante, quais sejam: diferenças de rescisórias e honorários advocatícios. TRT/SP 15ª Região 0010812-47.2016.5.15.0051 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 11 maio 2017, p. 2983.

PROGRESSÃO FUNCIONAL

PROGRESSÃO HORIZONTAL. PLANO DE CARREIRA E EVOLUÇÃO FUNCIONAL. OMISSÃO DO EMPREGADOR. A omissão do empregador não pode constituir impedimento ao empregado na obtenção de sua evolução funcional, configurando-se dever daquele o cumprimento da lei por ele promulgada, em virtude da submissão ao princípio da legalidade (art. 37, *caput*, CF) e cujas regras integram o contrato de trabalho da empregada. Aplicação do art. 129, 1ª parte, do CCB. TRT/SP 15ª Região 0011008-65.2016.5.15.0035 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 28357.

PROMESSA DE EMPREGO

PROMESSA DE EMPREGO. FRUSTRAÇÃO DA EXPECTATIVA DE CONTRATAÇÃO. RESPONSABILIDADE PRÉ CONTRATUAL. DANO MORAL CONFIGURADO *IN RE IPSA*. INDENIZAÇÃO DEVIDA. O obreiro teve o seu direito à colocação no emprego obstado por ato arbitrário do futuro empregador, sem justificativa plausível, o que corrobora a pretensão indenizatória ao ressarcimento pelo dano moral experimentado, verificável no caso *in re ipsa*, ou seja, pela simples constatação da ofensa ao bem jurídico. Uma vez comprovado que a não contratação se deu em patente abuso de direito na fase pré-contratual, nítido é o sofrimento e constrangimento causado ao obreiro, que criou justa expectativa, senão a certeza, de ser admitido. A atitude da reclamada violou a boa-fé objetiva que deve permear as relações jurídicas, na medida em que exerceu uma posição jurídica (não contratação) em contradição com o comportamento assumido anteriormente (contratação), plenamente reparável nos termos dos arts. 187 e 927 do Código Civil. TRT/SP 15ª Região 0011244-48.2015.5.15.0036 RO - Ac. PJe 11ª Câmara. Rel. João Batista Martins César. DEJT 1º jun. 2017, p. 31951.

PROVA

1. PROVA DOCUMENTAL DA JORNADA. SONEGAÇÃO EM JUÍZO. INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO. PRESUNÇÃO FAVORÁVEL À PRETENSÃO OBREIRA. Se o empregador deixa

de apresentar em juízo prova documental obrigatória da jornada de trabalho, emerge presunção favorável à tese inicial obreira (Súmula n. 338, I, do C. TST), que pode ser infirmada pela parte adversa. TRT/SP 15ª Região 0011126-32.2015.5.15.0114 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 22 jun. 2017, p. 22732.
2. PROVA PERICIAL. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS TÉCNICOS CAPAZES DE INFIRMAR O LAUDO DO PERITO. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. INDEVIDO. O Juízo não se encontra adstrito à conclusão pericial, porém, a rejeição da perícia é uma medida excepcional, devendo ocorrer com base na existência de outros elementos probatórios contrários e mais convincentes que o laudo. Sendo assim, meras alegações da parte a quem desfavorece, não são suficientes para infirmá-lo, incumbindo provar a incorreção ou inexatidão do laudo, através de elementos técnicos que amparem a tese alegada, munindo o Juízo de instrumentos para sua convicção. TRT/SP 15ª Região 0010049-72.2016.5.15.0107 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 11 maio 2017, p. 8391.

REAJUSTE SALARIAL

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS). REAJUSTES SALARIAIS. ÍNDICES DO CRUESP. PREVISÃO NO ESTATUTO SOCIAL DA RECLAMADA. APLICAÇÃO. O Decreto-Lei de 6 de outubro de 1969 criou o Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo, entidade autárquica, com vinculação administrativa à Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e com vinculação financeira à Secretaria de Estado da Fazenda. Posteriormente, o Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" foi transformado em autarquia de regime especial, associado à Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp. Ao pessoal do Ceeteps sempre foi dado tratamento igual em termos de reajustes e aumentos salariais ao pessoal das Universidades Estaduais Paulistas, visto que estas, conforme autonomia que lhes é própria, através do determinado Conselho de Reitores das Universidades do Estado de São Paulo - Cruesp - possuem autonomia administrativa, financeira e de pessoal para tanto. Por outro lado, em todos os dispositivos legais aplicáveis e trazidos aos autos para cotejo pelas partes, não se localiza qualquer menção ao fato de que, a partir de determinada data não se aplicam ao Ceeteps as Resoluções do Cruesp. Recurso ordinário da reclamada conhecido e não provido.. TRT/SP 15ª Região 0010998-79.2015.5.15.0124 RO - Ac. PJe 6ª Câmara. Rel. Marcelo Bueno Pallone. DEJT 29 jun. 2017, p. 13032.

RECURSO

1. AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL O interesse processual se funda no binômio necessidade/adequação, pelo que, se a decisão recorrida não se mostra contrária aos anseios da parte, não há pretensão resistida que justifique a interposição do apelo. TRT/SP 15ª Região 0010535-25.2014.5.15.0011 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 25 maio 2017, p. 23162.
2. RECURSO DO DEVEDOR PRINCIPAL QUANTO À RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO TOMADOR. FALTA DE PREENCHIMENTO DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS OBJETIVOS E SUBJETIVOS. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. O art. 996 da CPC, disciplina que o recurso pode ser interposto pela parte vencida, o terceiro prejudicado e pelo Ministério Público. Nesse sentido, carece de interesse processual o empregador principal, quando recorre em nome do tomador dos serviços. Ocorre que, não se verifica, nessa hipótese, o preenchimento dos pressupostos recursais objetivos e subjetivos previstos na lei. Não havendo sucumbência, ou seja, prejuízo que se lhe possa transferir, o empregador principal não possui legitimidade para recorrer em nome do coobrigado. Recurso não conhecido no particular. TRT/SP 15ª Região 0010126-20.2015.5.15.0074 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 1º jun. 2017, p. 7038.
3. RECURSO ORDINÁRIO DA CONFEDERAÇÃO AUTORA. COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO PESSOAL. AUSÊNCIA DE REGULAR CONSTITUIÇÃO E LANÇAMENTO DO TRIBUTO. Ainda que a confederação autora tenha

legitimidade para efetuar o lançamento e cobrança da contribuição sindical rural, a ciência do devedor deve ocorrer por meio de notificação pessoal, não se afigurando suficiente a mera publicação de editais em jornais de grande circulação, mesmo porque os editais são genéricos, sem indicação do valor do débito, nem do nome do devedor. Ausência de regular constituição e lançamento do tributo. Recurso ordinário não provido. TRT/SP 15ª Região 0013343-40.2015.5.15.0052 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Manuel Soares Ferreira Carradita. DEJT 13 jun. 2017, p. 13936.

4. RECURSO ORDINÁRIO. CERCEAMENTO DE DEFESA. TESTEMUNHA. PARENTESCO COM SÓCIO DA RECLAMADA. IMPEDIMENTO CARACTERIZADO. O indeferimento da oitiva de testemunha, porque caracterizada relação de parentesco em terceiro grau, com sócio da reclamada, além de amizade, encontra respaldo nos art. 829 da CLT e 447 do NCPC. Não há cerceamento de defesa, quando respeitados os termos da lei e o devido processo legal. Preliminar rejeitada. DIREITO DO TRABALHO. PRINCÍPIO DA INTANGIBILIDADE SALARIAL. CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA. DESCONTOS INDEVIDOS. DEVOLUÇÃO. Apenas empregados filiados podem sofrer dedução de contribuição confederativa e associativa, sob pena de violação ao princípio da liberdade de associação sindical, na forma contida na Constituição Federal, em seu art. 8º, V. Cláusulas coletivas que fixem contribuições em favor da entidade, obrigando trabalhadores não filiados, são nulas de pleno direito, sendo passíveis de devolução os valores eventualmente descontados. Nesta linha, o Precedente Normativo n. 119 e a OJ n. 17 da SDC, ambos do C. TST, assim como a Súmula Vinculante n. 40 do STF. TRT/SP 15ª Região 0010160-05.2016.5.15.0027 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 25 maio 2017, p. 17671.

5. RECURSO ORDINÁRIO. DANO MORAL. MUDANÇA DE HORÁRIO NECESSÁRIA. RISCO DE VIDA. MEDIDAS JUDICIAIS PROTETIVAS CONTRA EX-COMPANHEIRO. A reclamante pleiteou indenização por danos morais porque a alteração de seu horário de trabalho a obrigou a trabalhar no mesmo turno de seu ex-companheiro e prejudicou seus estudos do curso de direito no período diurno. Embora tenha solicitado a manutenção da jornada noturna, o reclamado assim não procedeu, tornando inexorável seu pedido de desligamento. A singular situação, não incomum, infelizmente, exige do empregador a adequação contratual; a reclamante juntou aos autos a decisão judicial e mandato específico, que deferiu medidas protetivas contra seu ex-companheiro, o qual, após a separação, passou a persegui-la e a ameaçá-la de morte. Assim, mesmo que a reclamada não tenha nenhuma responsabilidade sobre a situação vivenciada pela reclamante em sua vida pessoal, não poderia olvidar de sua obrigação de cumprir decisões judiciais e de zelar pela saúde e segurança de seus empregados. Desumana a decisão do reclamado em alterar seu horário de trabalho, sendo que era de seu pleno conhecimento a medida protetiva deferida judicialmente, resultando abusiva a mera invocação do *jus variandi*, daí por que essa conduta acarretou à reclamante sofrimento que poderia ter sido evitado com a simples manutenção de seu horário de trabalho, o que acarreta o dever de indenizar. Recurso provido, no particular. TRT/SP 15ª Região 0010180-15.2014.5.15.0011 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. José Pedro de Camargo Rodrigues de Souza. DEJT 25 maio 2017, p. 21382.

6. RECURSO ORDINÁRIO. DESERÇÃO. DEPÓSITO RECURSAL. ISENÇÃO. PESSOA JURÍDICA. JUSTIÇA GRATUITA. ALCANCE. Os benefícios da justiça gratuita, quando deferidos ao empregador pessoa jurídica, não alcançam a isenção do recolhimento do depósito recursal direcionado à garantia do juízo de execução. Inaplicabilidade do art. 98, § 1º, inciso VIII, do CPC. RECURSO ORDINÁRIO ADESIVO. Não conhecido o recurso principal, não há como conhecer do recurso interposto, na forma adesiva, nos termos do art. 997 do CPC. TRT/SP 15ª Região 0010885-18.2014.5.15.0074 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 28116.

7. RECURSO ORDINÁRIO. DESÍDIA NÃO CONFIGURADA. FALTAS SUPOSTAMENTE INJUSTIFICADAS APÓS SUCESSIVAS ALTERAÇÕES UNILATERAIS NA JORNADA DE TRABALHO SEM PRÉVIA COMUNICAÇÃO E EM CURTO ESPAÇO DE TEMPO. SUSPENSÕES DISCIPLINARES. DIREITO DE RESISTÊNCIA DO EMPREGADO. NULIDADE DA DESPEDIDA POR JUSTA CAUSA. O direito de resistência do empregado deriva diretamente do uso irregular do poder diretivo patronal não gerando, assim, falta trabalhista ao trabalhador. O reclamante trabalhou em turno fixo por aproximadamente um ano e posteriormente teve, em menos de dois meses, sucessivas alterações unilaterais na jornada de trabalho (para turnos opostos), sem prévia

comunicação. Além de gerar óbvio impacto no relógio biológico do trabalhador e provocar intenso desgaste físico, psicológico, familiar e social, as sucessivas modificações na jornada de trabalho, com intervalo de 15 dias aproximadamente entre uma e outra e sem prévia comunicação, evidentemente impossibilitaram o trabalhador de cumprir qualquer compromisso previamente assumido para horário diferente da jornada de trabalho. Neste contexto, afigura-se claro que, diante do ato arbitrário patronal, o trabalhador reagiu dentro do poder legítimo do *ius resistente*, recusando-se a aceitar alteração contratual lesiva. Nestas circunstâncias, sequer há como caracterizar que as faltas do reclamante tenham sido injustificadas a partir da alteração contratual lesiva. Sob qualquer ângulo que se analise a questão, emerge a dispensa sem justa causa. Recurso do reclamante provido para converter a justa causa em dispensa imotivada por iniciativa do empregador e condenar a reclamada ao pagamento das verbas devidas em razão da modalidade rescisória reconhecida. TRT/SP 15ª Região 0011569-71.2016.5.15.0041 ROPS - Ac. PJe 11ª Câmara. Rel. João Batista Martins César. DEJT 22 jun. 2017, p. 36286.

8. RECURSO ORDINÁRIO. DEVIDO PROCESSO LEGAL. PROVA EMPRESTADA UTILIZADA SEM A ANUÊNCIA DA PARTE. PERTINÊNCIA. A despeito da tese de que a utilização da prova emprestada ofende princípios constitucionais e processuais - contraditório, devido processo legal, juiz natural, oralidade e imediação - considero que deve ser prestigiado o entendimento prevalecente na mais Alta Corte Trabalhista, fundamentado nos princípios da celeridade e economia processual, e que, ademais, visa evitar a repetição desnecessária de atos processuais. Os arts. 765 da CLT e 370 do NCPC conferem ao Magistrado ampla liberdade na direção do processo, que, além do mais, deve contribuir para a rápida solução do litígio e razoável duração do processo (art. 5º, LXXVIII, CF/1988). Nesse contexto, não há óbice à adoção da prova emprestada, mesmo porque, quando da sua juntada, a parte, acompanhada de advogada, teve conhecimento do seu conteúdo e oportunidade de se manifestar, restando inviolado o contraditório. Preliminar de nulidade, por cerceamento de defesa, que se rejeita. TRT/SP 15ª Região 0010961-55.2015.5.15.0123 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 25 maio 2017, p. 18937.

9. RECURSO ORDINÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITO MODIFICATIVO. ADITAMENTO AO RECURSO INTERPOSTO. PRECLUSÃO. Em que pese seja permitido o aditamento do recurso ordinário na hipótese de ser atribuído efeito modificativo aos embargos de declaração, como é o caso dos autos, após a decisão dos embargos, houve a interposição do recurso ordinário pela reclamada, sem que em suas razões houvesse qualquer impugnação com relação à multa por embargos protelatórios. Desta forma, impossível o conhecimento do aditamento do recurso ordinário, ante a preclusão consumativa. TRT/SP 15ª Região 0010125-03.2016.5.15.0138 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 25 maio 2017, p. 17608.

10. RECURSO ORDINÁRIO. EMPREGADO FALECIDO E DEPENDENTES PERANTE A PREVIDÊNCIA SOCIAL. APLICAÇÃO DA LEI N. 6.858/1980. Como é sabido, a Lei n. 6.858/1980 dispõe sobre o pagamento, aos dependentes ou sucessores, de valores devidos pelos empregadores, não recebidos em vida pelos respectivos titulares. Da leitura do art. 1º, § 1º, da Lei em comento, verifica-se que o *intuito legis* foi o de proteger e ao mesmo tempo privilegiar o herdeiro dependente do empregado falecido, ante o caráter alimentar das verbas trabalhistas. Portanto, exsurge do dispositivo legal em apreço que não foi desconsiderado o direito dos herdeiros necessários, mas, sim, privilegiado o dependente habilitado perante a Previdência Social. Recurso que se nega provimento. TRT/SP 15ª Região 0010264-64.2014.5.15.0092 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 11 maio 2017, p. 20179.

11. RECURSO ORDINÁRIO. FORNECIMENTO DO PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO ATUALIZADO. IRRELEVÂNCIA DA DESTINAÇÃO DO DOCUMENTO. É patente a obrigação da empresa de fornecer o PPP atualizado, abordando a presença de agentes insalubres constatados em laudo pericial, ainda que realizado em outro processo, sendo irrelevante a destinação do documento e o alcance, ou não, do fim colimado pelo empregado noutro processo. Recurso improvido, no particular. TRT/SP 15ª Região 0010491-75.2015.5.15.0009 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. José Pedro de Camargo Rodrigues de Souza. DEJT 25 maio 2017, p. 22795.

12. RECURSO ORDINÁRIO. FUNDAÇÃO CASA. REMUNERAÇÃO. INCORPORAÇÃO DE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO. SERVIDOR CELETISTA. POSSIBILIDADE. O art. 133 da

Constituição do Estado de São Paulo e o art. 1º da Lei Complementar Estadual n. 924, de 16 de agosto de 2002, ao estabelecerem que a todo servidor público estadual, com mais de cinco anos de efetivo exercício e que tenha exercido cargo ou função que lhe dê direito à remuneração superior à do cargo ou função que ocupa, poderá incorporar esse montante na proporção de um décimo por ano, limitado a dez décimos, não pretendeu diferenciar a natureza do vínculo mantido entre servidor e administração pública. Por esta razão, é devido ao servidor estadual, ainda que celetista, o pagamento deste benefício, desde que preenchidos os requisitos objetivos contidos na referida legislação. TRT/SP 15ª Região 0010742-90.2016.5.15.0031 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 25 maio 2017, p. 18685.

13. RECURSO ORDINÁRIO. INCOMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO. COMPLEMENTAÇAO DE APOSENTADORIA. REFLEXOS DOS VALORES PLEITEADOS NAS CONTRIBUIÇÕES DA ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. O Eg. STF decidiu, nos autos dos Processos RE 586453 e RE 583050, ser da Justiça Comum a competência material para o conhecimento e julgamento das lides em que se pleiteiam verbas decorrentes de previdência complementar. Na oportunidade, também decidiu aquela Corte que ainda caminharão nesta Especializada os processos com sentença de mérito proferida até 20.2.2013, hipótese não verificada nestes autos. Por estas razões, a declaração da incompetência desta Justiça Laboral, para processar e julgar o pedido de reflexos dos valores pleiteados nas contribuições da entidade de previdência privada, é medida que se impõe. DIREITO DO TRABALHO. REMUNERAÇÃO. ATIVIDADE DE DISTRIBUIÇÃO E/OU COLETA EXTERNA. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. CUMULAÇÃO. POSSIBILIDADE. O Adicional Atividade de Distribuição e/ou coleta Externa foi instituído para valorizar os profissionais que desempenham atividade postal externa, destinada à distribuição e/ou coleta em vias públicas, independente da utilização, ou não, de motocicleta. O adicional de periculosidade, por sua vez, tem sua hipótese de incidência para o trabalhador que se utiliza de motocicleta para a execução de seus serviços, por força do § 4º do art. 193 da CLT. Não resta dúvida de que o Adicional de Atividade de Distribuição e/ou coleta Externa tem natureza diversa do adicional de periculosidade concedido ao carteiro que dirige motocicleta, de acordo com o § 4º do art. 193 da CLT, introduzido pela Lei n. 12.997/2014, não havendo que se falar em *bis in idem*, sendo devida a cumulação dos adicionais. TRT/SP 15ª Região 0011875-51.2015.5.15.0081 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 1º jun. 2017, p. 21540.

14. RECURSO ORDINÁRIO. MICROEMPRESÁRIO. JUSTIÇA GRATUITA. BENEFÍCIOS. POSSIBILIDADE E DESERÇÃO. Diante do atual cenário social vivido no Brasil, não há como negar ao microempresário os benefícios da Justiça Gratuita, desde que ele assim o peça e comprove sua condição de hipossuficiência. Afinal, a ele deve ser garantido o acesso à Justiça independentemente do pagamento de taxas, conforme inteligência encontrada na alínea "a" do inciso XXXIV do art. 5º da Constituição Federal de 1988. No entanto, tal concessão não deve abranger a necessidade de comprovar o recolhimento da garantia do recurso, haja vista não possuir natureza de "taxa" processual, mas sim de "garantia do juízo". Logo, ainda que ao microempresário recorrente tenham sido concedidos os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita com base no § 3º do art. 790 da CLT, seu recurso ordinário deve ser declarado deserto se não comprovar o necessário recolhimento da respectiva garantia, conforme exigência do § 1º do art. 899, também da Consolidação. TRT/SP 15ª Região 0010531-35.2016.5.15.0005 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Gerson Lacerda Pistori. DEJT 29 jun. 2017, p. 16306.

15. RECURSO ORDINÁRIO. MUNICÍPIO DE CAPÃO BONITO. REMUNERAÇÃO. PROGRESSÃO POR MERECIMENTO. AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO REALIZADAS. DIFERENÇAS SALARIAIS DEVIDAS. A Municipalidade, como se depreende, providenciou algumas avaliações de rendimento funcional, apenas negando a elas valia por conta de problemas gerenciais e políticos, cuja incúria não pode vir no prejuízo do trabalhador, que demonstrou avaliação suficiente para galgar a promoção prevista em lei, que não lhe foi remunerada. Aplicação do art. 129, C. Civil. Eventual responsabilidade do administrador anterior por processo irregular tem vias próprias de apuração e aplicação de penalidade, o que não se verifica das provas produzidas nos autos. Incidência da Súmula n. 62 do TRT da 15ª Região. TRT/SP 15ª Região 0010629-54.2016.5.15.0123 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 11 maio 2017, p. 20391.

16. RECURSO ORDINÁRIO. MUNICÍPIO DE CRUZEIRO. RECOLHIMENTO DO FGTS. Comprovada nos autos que a relação entre as partes litigantes é regida pelas normas trabalhistas, não há que se falar na possibilidade do não recolhimento do FGTS. Inteligência da Lei n. 8.036/1990. TRT/SP 15ª Região 0010629-12.2016.5.15.0040 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. José Antônio Gomes de Oliveira. DEJT 18 maio 2017, p. 19733.
17. RECURSO ORDINÁRIO. MUNICÍPIO DE MOCOCA. DESCONTOS SALARIAIS. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO CONSIGNADO. LIMITES. Conforme a legislação de regência (Lei n. 10.820/2003), qualquer desconto sobre a folha de pagamento de empregado regido pela CLT, referente a operações bancárias ou financeiras, inclusive se incidente sobre verbas rescisórias, terá o limite de 30% (art. 1º, § 1º). Essa garantia objetiva assegurar a subsistência do trabalhador e de sua família com um padrão mínimo de dignidade. Na hipótese, demonstrado que o empregador não observou o preceito legal, deduzindo dos pagamentos mensais montante superior, impõe-se a devolução dos valores. TRT/SP 15ª Região 0010433-30.2016.5.15.0141 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 25 maio 2017, p. 18220.
18. RECURSO ORDINÁRIO. MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. INCENTIVO FINANCEIRO ADICIONAL. PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. Muito embora considere que o incentivo de custeio do programa não se confunde com o incentivo financeiro adicional ou "parcela extra", destinado especificamente aos agentes comunitários de saúde, há que se verificar a possibilidade de tal vantagem pecuniária ser instituída por Portaria do Ministério da Saúde. A propósito, a vantagem pecuniária somente pode ser implementada com a edição de lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo local, sendo aplicáveis à hipótese os arts. 61, §§ 1º e 2º, e 169, § 1º, I e II, da CF, conforme remansosa jurisprudência do C. TST. Indevido o incentivo pleiteado. TRT/SP 15ª Região 0012421-89.2015.5.15.0022 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 1º jun. 2017, p. 22286.
19. RECURSO ORDINÁRIO. MUNICÍPIO DE PAULÍNIA. CONVÊNIO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. É certo que o art. 227, § 1º, da Constituição Federal de 1988 prevê que o Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas, hipótese verificada nos autos. Nesse espeque, embora constatado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo de que, aproximadamente, 60% do valor subvencionado era destinado ao pagamento de despesas com pessoal, entendo que não restou caracterizada fraude ou ingerência do Município na administração da primeira reclamada, a ensejar a sua responsabilidade solidária pelos créditos devidos ao reclamante. De outro lado, ao celebrar convênio com a primeira reclamada, cujo objeto é promover ações e serviços sociais para crianças e adolescentes, o Município repassou para entidade civil a consecução de ato de interesse público e social, o que o converte em tomador dos serviços prestados pelo reclamante. Nesse diapasão, sobretudo após a reformulação da Súmula n. 331, C. TST, acerca da responsabilidade da Administração Pública, caberia ao Município, como tomador do serviço, zelar pela idoneidade da contratada. Logo, o reconhecimento da constitucionalidade do art. 71 da Lei n. 8.666/1993 não afastou a responsabilidade subjetiva da Administração Pública, tendo em vista que referido dispositivo legal deve ser interpretado em consonância com o art. 67 da mesma lei para o qual a inércia do ente público quanto à fiscalização na execução contratual configura sua culpa *in vigilando*. Neste espeque, comprovada a conduta culposa da Administração Pública pelo efetivo descumprimento das obrigações contratuais e legais previstas na Lei n. 8.666/1993 e não apenas pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas a cargo da empresa prestadora dos serviços, nos moldes da decisão proferida pelo STF na Ação Declaratória de Constitucionalidade n. 16/DF, deve o Município responder subsidiariamente pelos créditos devidos à obreira. TRT/SP 15ª Região 0011563-91.2014.5.15.0087 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 25 maio 2017, p. 19584.
20. RECURSO ORDINÁRIO. MUNICÍPIO DE VALPARAÍSO. REMUNERAÇÃO. DIFERENÇAS SALARIAIS DEVIDAS COM BASE NO PISO SALARIAL INSTITUÍDO PELA LEI FEDERAL N. 11.738/2008 AOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO. Os trabalhadores da área da educação básica, que sejam portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim, fazem jus ao piso salarial fixado aos profissionais do magistério, incluindo-se, dessa forma, os

auxiliares de educação. Inteligência do quanto disposto no art. 2º, § 2º, da Lei Federal n. 11.738/2008 c/c o art. 61 da Lei n. 9.394/1996. Recurso ordinário do Município desprovido. TRT/SP 15ª Região 0011067-43.2016.5.15.0103 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 1º jun. 2017, p. 20384.

21. RECURSO ORDINÁRIO. PLANO DE SAÚDE. LEI N. 9.656/1998 E RESOLUÇÃO NORMATIVA N. 279/2011 DA ANS. A empresa não comprovou ter emitido a imprescindível comunicação ao empregado, por ocasião da rescisão contratual, a fim de obter dele manifestação quanto ao interesse na manutenção do plano de assistência médica, nas mesmas condições anteriores à aposentadoria. Assim, na forma da legislação de regência, o trabalhador tem o direito de permanecer como beneficiário daquele plano, nas mesmas condições de cobertura de que gozava quando vigente o contrato de trabalho, desde que, porém, assuma o pagamento integral, mas também observado o prazo máximo de 24 meses, estabelecido na Resolução Normativa n. 279/2011 da ANS. Recurso provido, em parte. TRT/SP 15ª Região 0011346-54.2015.5.15.0009 ROPS - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. José Pedro de Camargo Rodrigues de Souza. DEJT 25 maio 2017, p. 27537.

22. RECURSO ORDINÁRIO. PRESCRIÇÃO. AÇÃO COLETIVA AJUIZADA PELO SINDICATO PROFISSIONAL. IDENTIDADE DE PEDIDO. A ação coletiva proposta pelo sindicato representativo da categoria do reclamante, na qualidade de substituto processual, interrompeu a prescrição quinquenal, haja vista a identidade de pedidos (Súmula n. 268 e OJ n. 359 do C. TST). Consigne-se, por oportuno, que o fato de o sindicato não ter indicado rol de substituídos não desnatura o entendimento supra, tendo em vista a ampla legitimidade que detém o sindicato, garantida pelo art. 8º, III, da CF/1988. TRT/SP 15ª Região 0011678-31.2016.5.15.0059 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 1º jun. 2017, p. 21264.

23. RECURSO ORDINÁRIO. PRESCRIÇÃO. AÇÃO TRABALHISTA ANTERIORMENTE ARQUIVADA. AUSÊNCIA DE ALEGAÇÃO E COMPROVAÇÃO DE PEDIDOS IDÊNTICOS NO MOMENTO PROCESSUAL OPORTUNO. PRECLUSÃO. Em conformidade com o disposto nos arts. 240, § 1º, do CPC/2015 e 202, parágrafo único, do Código Civil de 2002, o ajuizamento da reclamação trabalhista tem o condão de ensejar a interrupção da prescrição, que recomeçará a correr da data do ato que a interrompeu, ou do último ato do processo para a interromper. Ademais, nos termos da Súmula n. 268 do C. TST, a interrupção da prescrição pelo ajuizamento de ação anterior só se opera em face de pedidos idênticos. Compete à parte levar ao conhecimento do Juízo e efetuar a prova de suas alegações. Entretanto, quando do ajuizamento da presente ação trabalhista, nada foi alegado neste sentido, tampouco comprovado pela reclamante, apenas trazendo a Juízo o conhecimento de tal situação em sede de embargos de declaração. Não o fazendo em momento oportuno, opera-se a preclusão. Sentença que se mantém. TRT/SP 15ª Região 0010221-19.2015.5.15.0052 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 11 maio 2017, p. 20084.

24. RECURSO ORDINÁRIO. RAZÕES DISSOCIADAS DO DECIDIDO. NÃO CONHECIMENTO. Os argumentos manejados no recurso ordinário não atacam o que foi decidido pela origem, não estando preenchido pressuposto intrínseco de admissibilidade, haja vista a exigência de que a parte recorrente alinhave os fundamentos de fato e de direito que respaldam o seu pedido de reforma à vista da decisão proferida. A elaboração de recurso com razões ininteligíveis, logicamente incompatíveis entre si ou em relação ao pedido, genéricas ou dissociadas do que se decidiu compromete a prestação jurisdicional, tornando impossível o julgamento do recurso ordinário, que não é conhecido porque ausente pressuposto intrínseco de admissibilidade. TRT/SP 15ª Região 0010962-40.2016.5.15.0047 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 25 maio 2017, p. 25337.

25. RECURSO ORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO CELETISTA. DIFERENÇAS SALARIAIS. ABONOS SALARIAIS EM VALORES LINEARES. NATUREZA JURÍDICA DE REVISÃO GERAL ANUAL. DEFERIMENTO POR DECISÃO JUDICIAL. VALIDADE. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ISONOMIA, PROPORCIONALIDADE, LEGALIDADE E TRIPARTIÇÃO DOS PODERES. Não extrapola os limites de atuação a decisão judicial que defere a servidor público celetista as diferenças salariais referentes às leis municipais que tenham concedido valores lineares para todos os servidores indistintamente, não se atinando para a discrepância que gera nos índices percentuais da remuneração de cada categoria dos referidos agentes. Neste caso o que ocorre é

uma violação, pelo ente público, do art. 37, inciso X, da Constituição Federal, que estabelece que as remunerações somente poderão ser fixadas ou alteradas por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices. Transgressão também aos princípios da Isonomia e Proporcionalidade. Não há que falar em violação ao Princípio da Legalidade, nem ao Princípio da Tripartição dos Poderes, uma vez que o Poder Judiciário, instado a se manifestar, apenas determinou a correção da distorção gerada pela Administração Pública. Devidas, portanto, as diferenças salariais correspondentes. TRT/SP 15ª Região 0011202-89.2016.5.15.0124 RO - Ac. PJe 5ª Câmara. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DEJT 13 jun. 2017, p. 3204.

26. RECURSO ORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO CELETISTA. DIFERENÇAS SALARIAIS. ABONOS SALARIAIS EM VALORES LINEARES. NATUREZA JURÍDICA DE REVISÃO GERAL ANUAL. DEFERIMENTO POR DECISÃO JUDICIAL. VALIDADE. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ISONOMIA, PROPORCIONALIDADE, LEGALIDADE E TRIPARTIÇÃO DOS PODERES. Não extrapola os limites de atuação a decisão judicial que defere a servidor público celetista as diferenças salariais referentes à lei municipal que tenha concedido abono mensal incorporado ao salário em valor fixo aos servidores municipais, não se atinando para a discrepância que gera nos índices percentuais da remuneração de cada categoria dos referidos agentes. Neste caso, o que ocorre é uma violação, pelo ente público, do art. 37, inciso X, da Constituição Federal, que estabelece que as remunerações somente poderão ser fixadas ou alteradas por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices. Transgressão também aos princípios da Isonomia e Proporcionalidade. Não há que se falar em violação ao Princípio da Legalidade, nem ao Princípio da Tripartição dos Poderes, uma vez que o Poder Judiciário, instado a se manifestar, apenas determinou a correção da distorção gerada pela Administração Pública. Devidas, portanto, as diferenças salariais correspondentes. Recurso ordinário do reclamado ao qual se nega provimento. TRT/SP 15ª Região 0010015-75.2016.5.15.0082 RO - Ac. PJe 5ª Câmara. Rel. Scynthia Maria Sisti Tristão. DEJT 18 maio 2017, p. 7724.

27. RECURSO ORDINÁRIO. SUCESSÃO INEXISTENTE. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ALIENAÇÃO DE UNIDADE PRODUTIVA ISOLADA. NOVO CONTRATO DE TRABALHO. Por força da legislação específica a respeito da recuperação de empresas, tendo ocorrido regular alienação de unidade produtiva isolada ou filial, na forma dos arts. 60 e 141 da Lei n. 11.101/2005, não têm incidência as regras gerais dos arts. 10 e 448 da CLT, por isso deixando de existir sucessão de empregador, passando a existir, portanto, novo vínculo de emprego com o adquirente dessa unidade produtiva, em função da alienação judicial ocorrida. Precedentes do E. STF e do C. TST. Apelo provido, em parte. TRT/SP 15ª Região 0011556-51.2014.5.15.0006 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. José Pedro de Camargo Rodrigues de Souza. DEJT 25 maio 2017, p. 28564.

REDUÇÃO SALARIAL

REDUÇÃO SALARIAL. ACORDO COLETIVO NEGOCIADO DIRETAMENTE COM OS TRABALHADORES. MERA COMUNICAÇÃO AO SINDICATO DE CLASSE. NULIDADE. O art. 617 da CLT, embora recepcionado pela Constituição Federal de 1988, não legitima a iniciativa do empregador que negocia diretamente com seus empregados a retirada de direitos, como no caso, redução de jornada e de salários, adotando tão somente a posterior comunicação à entidade sindical com o fito de obter a mera chancela das condições preestabelecidas. Exige-se que a entidade de classe efetivamente participe da negociação prévia ao entabulamento das cláusulas integrantes do acordo ou se recuse, injustificadamente, a negociar. TRT/SP 15ª Região 0011294-82.2015.5.15.0001 RO - Ac. PJe 4ª Câmara. Rel. Eleonora Bordini Coca. DEJT 25 maio 2017, p. 11517.

REGIME JURÍDICO

1. MUDANÇA DE REGIME JURÍDICO. CELETISTA PARA ESTATUTÁRIO. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. INDEVIDA MULTA DE 40% DO FGTS. A mudança de regime jurídico de celetista para estatutário gera a extinção do contrato de trabalho, nos termos da Súmula n. 382 do C. TST. O

trabalhador passa a ter direito ao levantamento dos valores depositados de FGTS, porém sem o recebimento da multa de 40%, já que não houve dispensa imotivada, mas apenas alteração de regime jurídico. TRT/SP 15ª Região 0011437-81.2015.5.15.0127 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Larissa Carotta Martins da Silva Scarabelim. DEJT 1º jun. 2017, p. 9939.
2. MUDANÇA DO REGIME DE CELETISTA PARA ESTATUTÁRIO. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. LEVANTAMENTO DO FGTS. É possível o levantamento imediato dos depósitos fundiários na hipótese de alteração por lei do regime jurídico celetista para o estatutário, sendo neste sentido o entendimento pacificado pelo C. STJ, reiterando o entendimento antes consubstanciado na Súmula n. 178 do extinto TRF. TRT/SP 15ª Região 0011100-09.2016.5.15.0111 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 22 jun. 2017, p. 22638.

RELAÇÃO DE EMPREGO

1. CASEIRO.CONTRATO DE COMODATO. VÍNCULO DE EMPREGO. NÃO CONFIGURAÇÃO. Não comprovados os requisitos inerentes à relação de emprego, não se viabiliza o reconhecimento do vínculo empregatício, protegido pela legislação trabalhista. TRT/SP 15ª Região 0010486-60.2016.5.15.0060 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 11 maio 2017, p. 23667.
2. RELAÇÃO DE EMPREGO. PESSOALIDADE. POSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO. A pessoalidade constitui o mínimo de confiança depositada em qualquer empregado, tendo em vista que o empregador espera que o serviço confiado a determinado obreiro, seja por ele executado. Assim, sua inexistência afasta de forma peremptória a possibilidade de vínculo e, o fato de o empregado poder se fazer substituir é um indicativo da falta de pessoalidade. TRT/SP 15ª Região 0010759-79.2014.5.15.0134 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 1º jun. 2017, p. 8505.
3. NEGATIVA DE VÍNCULO DE EMPREGO. ÔNUS DA PROVA. É do empregador o ônus de provar a ausência de vínculo de emprego quando, admitida a prestação de serviços, alega que a prestação laboral era eventual. Não se desincumbindo satisfatoriamente de tal ônus, e restando provado pelo trabalhador os requisitos previstos nos arts. 2º e 3º da CLT, quais sejam: pessoalidade, onerosidade, não eventualidade e subordinação, declara-se a existência do vínculo de emprego, como levado a efeito pelo r. Juízo *a quo*. TRT/SP 15ª Região 0011652-30.2014.5.15.0018 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 11 maio 2017, p. 11420.
4.PEDIDO DE VÍNCULO DE EMPREGO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS. LIAME EMPREGATÍCIO NÃO CARACTERIZADO. Não verificados os requisitos legais impostos pelos arts. 2º e 3º da CLT, resta inviabilizado o reconhecimento de vínculo empregatício em sentido estrito, entre as partes litigantes. Sentença mantida. TRT/SP 15ª Região 0012213-42.2015.5.15.0043 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 14 jun. 2017. p. 3439.
5. VÍNCULO DE EMPREGO. COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS ESSENCIAIS. O reconhecimento do vínculo empregatício exige prova indubitável da prestação pessoal de serviços como pessoa física, não eventualidade e principalmente a subordinação e pagamento de salários, sob pena de serem afastadas dos litigantes as figuras de empregado e empregador, como definidas nos arts. 2º e 3º da CLT. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. FRUSTRAÇÃO À PROMESSA DE EMPREGO. DESCOMPASSO COM O PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA. Durante a fase pré-contratual, na qual se insere o processo de seleção para preenchimento de vaga de emprego, não há obrigação de concretização da contratação. Por isso, não se pode imputar o dever de indenizar simplesmente porque a empresa não tenha contratado o candidato participante da seleção. Em contraponto, admite-se a responsabilidade civil pré-contratual quando uma das partes criar a expectativa na outra de que o negócio jurídico será celebrado, desistindo, arbitrariamente, com prejuízos à contraparte. Diante deste cenário, o dever de indenizar encontra arrimo nos arts. 187, 422 e 927, do Código Civil, ante a conduta empresarial em descompasso com o princípio da boa-fé objetiva, impingindo danos extrapatrimoniais ao obreiro, cuja expectativa de obter emprego e, por conseguinte, meios para prover suas necessidades vitais básicas, foi ceifada pela ré. TRT/SP 15ª Região 0011189-87.2015.5.15.0007 RO - Ac. PJe 4ª Câmara. Rel. Dagoberto Nishina de Azevedo. DEJT 11 maio 2017, p. 14422.

6. VÍNCULO DE EMPREGO. DATA DO ENCERRAMENTO DO PACTO LABORAL. ÔNUS DA PROVA DO EMPREGADOR. Incontroverso o vínculo de emprego, cabe ao ex-empregador o ônus de provar o encerramento da prestação laboral em data distinta daquela apontada na inicial - art. 818 da CLT. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NÃO CABIMENTO. Ausente a assistência sindical, indevida a verba de honorários advocatícios - Súmulas n. 219 e 329 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0010293-14.2015.5.15.0017 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 25 maio 2017, p. 32431.
7. VÍNCULO DE EMPREGO. INEXISTENTE. CONTRATO DE FRANQUIA. Restou demonstrado, diante do conjunto fático probatório, que o reclamante manteve com a reclamada contrato de franquia, por meio do qual assumiu a posição de empresário e titular de seu próprio negócio. Assim, não estando presentes os requisitos para o reconhecimento da relação de emprego, nega-se provimento ao apelo do obreiro. Sentença de improcedência mantida. TRT/SP 15ª Região 0010544-66.2014.5.15.0017 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 11 maio 2017, p. 2453.
8. VÍNCULO DE EMPREGO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. Para o reconhecimento do liame empregatício, necessária se faz a presença concomitante dos requisitos estabelecidos nos arts. 2º e 3º da CLT: trabalho prestado por pessoa física, pessoalidade, não eventualidade dos serviços prestados, onerosidade e subordinação jurídica. A ausência de qualquer um dos elementos acima impossibilita a caracterização do vínculo empregatício. Não caracterizada a subordinação jurídica, mas a prestação de serviços autônomos, inviável o reconhecimento do vínculo empregatício. TRT/SP 15ª Região 0010953-57.2015.5.15.0130 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Regiane Cecilia Lizi. DEJT 25 maio 2017, p. 34255.
9. VÍNCULO DE EMPREGO. NECESSIDADE DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. Para que se possa estabelecer a vinculação jurídica de emprego, devem estar presentes os requisitos previstos nos arts. 2º e 3º da CLT, quais sejam, pessoa física que presta serviços a empregador com pessoalidade, onerosidade, não eventualidade e subordinação. Portanto, deve restar comprovada nos autos a prestação de serviços de forma pessoal, não se podendo fazer substituir, mediante pagamento e de forma continuada e, o mais importante, estar presente o requisito da subordinação jurídica. A subordinação jurídica é a sujeição do trabalhador aos poderes diretivos do empregador que, estando presente na relação jurídica, demonstra a existência de vínculo de emprego, em virtude do princípio da alteridade. Nesse sentido, a falta de qualquer desses requisitos legais afasta a possibilidade de reconhecimento da relação jurídica de emprego. TRT/SP 15ª Região 0010776-69.2015.5.15.0041 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 11 maio 2017, p. 9803.
10. VÍNCULO EMPREGATÍCIO RECONHECIDO EM JUÍZO. MULTA DO ART. 477. INCIDÊNCIA. A circunstância de a relação de emprego ter sido reconhecida apenas em juízo não tem o condão de afastar a incidência da multa prevista no art. 477, § 8º, da CLT. Texto da Súmula n. 462 do TST. DANOS MORAIS. LIMPEZA INSUFICIENTE DOS BANHEIROS. CONSTANTE FALTA DE ÁGUA. AUSÊNCIA DE INSTALAÇÕES PARA REFEIÇÕES. RECONHECIMENTO. A precariedade de condições básicas à salubridade do ambiente de trabalho - em relação ao sistema sanitário, à disponibilização de água potável e às instalações para a realização de refeições - revela o descaso por parte do empregador com o bem-estar dos trabalhadores, gerando danos de caráter extrapatrimonial e ensejando indenização. TRT/SP 15ª Região 0010086-24.2016.5.15.0132 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Gerson Lacerda Pistori. DEJT 18 maio 2017, p. 24988.
11. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. COOPERATIVA. CARACTERIZAÇÃO. Reconhecida a fraude na contratação da trabalhadora, porquanto realizada por meio de cooperativa, para o empreendimento da atividade econômica das beneficiárias dos serviços, deve ser reconhecido o vínculo empregatício protegido pela legislação trabalhista. Incidência do art. 9º da CLT. TRT/SP 15ª Região 0011072-03.2014.5.15.0017 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 11 maio 2017, p. 24784.
12. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. CORRETOR DE SEGUROS. CONFIGURADO. Em regra, a prestação de serviços do corretor de seguros, na forma da Lei n. 4.594/1964, é considerado como trabalho autônomo. Contudo, demonstrado nos autos que a relação contratual entre o corretor

e o banco reclamado se deu com a presença dos requisitos previstos nos arts. 2º e 3º da CLT, configurado está o vínculo empregatício. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. RECONHECIMENTO EM JUÍZO. MULTA DO ART. 477, § 8º, DA CLT. DEVIDA. O fato de a relação de emprego ter sido reconhecida somente judicialmente não é capaz de afastar a incidência da multa prevista no § 8º do art. 477 da CLT, a qual somente não é devida quando, comprovadamente, a mora no pagamento das verbas rescisórias ocorra por culpa do empregado. Inteligência da Súmula n. 462 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0011098-42.2014.5.15.0068 RO - Ac. PJe 5ª Câmara. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DEJT 13 jun. 2017, p. 2945.

13. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. INEXISTÊNCIA. PROVA DA PRESTAÇÃO AUTÔNOMA DE SERVIÇOS. O reconhecimento de vínculo empregatício depende de prova segura do preenchimento cumulativo dos requisitos do art. 3º da CLT e não pode ocorrer quando a prova sinaliza para a autonomia e ausência de subordinação na prestação dos serviços. TRT/SP 15ª Região 0010098-25.2016.5.15.0007 ROPS - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 25 maio 2017, p. 20995.

14. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. Comprovado que a prestação dos serviços ocorreu de forma autônoma, impõe-se o não reconhecimento do vínculo empregatício protegido pela legislação trabalhista. TRT/SP 15ª Região 0010118-57.2015.5.15.0134 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 26149.

15. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. REQUISITOS. PROVA. CARACTERIZAÇÃO. Presentes os requisitos definidos pelo art. 3º da CLT, o reconhecimento do vínculo empregatício é medida que se impõe. TRABALHADOR EXTERNO. JORNADA CONTROLADA. HORAS EXTRAS DEVIDAS. Comprovado o trabalho externo, com jornada efetivamente controlada pelo empregador, resta inviável o enquadramento do trabalhador na exceção prevista no art. 62, I, da CLT. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TOMADOR DE SERVIÇOS. Todo aquele que se beneficia, direta ou indiretamente, dos serviços prestado pelo trabalhador, deve responder com seu patrimônio pelo adimplemento das obrigações correspondentes. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NÃO CABIMENTO. Ausente a assistência sindical, indevida a verba de honorários advocatícios - Súmulas n. 219 e 329 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0010798-02.2014.5.15.0094 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 27889.

REMESSA NECESSÁRIA

1. REMESSA NECESSÁRIA. NÃO CONHECIMENTO Evidenciado, pelos títulos deferidos em sentença, que o valor da condenação não ultrapassará, em liquidação, os limites previstos no inciso I da Súmula n. 303 do C. TST, a remessa necessária não merece conhecimento. SERVIDOR PÚBLICO. REVISÃO GERAL ANUAL. ART. 37, X, DA CF/1988. NÃO CARACTERIZAÇÃO. A revisão geral anual da remuneração do servidor público, acompanhada de aumento real de salários de forma escalonada não afronta as disposições do art. 37, X, da CF/1988, inserindo-se no poder que detém a Administração Pública de gerenciar os vencimentos de seus servidores frente aos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal. Inaplicabilidade das Súmulas n. 68 e 81 deste Regional. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. Apresentada declaração de hipossuficiência financeira e estando o trabalhador assistido pelo sindicato, devida a verba de honorários advocatícios - Súmulas n. 219 e 329 do C. TST. GRATIFICAÇÃO DO SUS. REAJUSTE. PREVISÃO LEGAL. DIFERENÇAS. CABIMENTO. O reajuste da Gratificação do Sus tem previsão na legislação federal e deve ser observada pelo ente público municipal. TRT/SP 15ª Região 0011034-44.2016.5.15.0106 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 25 maio 2017, p. 34383.

2. REMESSA OFICIAL. SENTENÇA ILÍQUIDA. SUBMISSÃO AO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO. O § 3º, inciso III, do art. 496 do CPC/2015 estabelece que não serão submetidas ao duplo grau de jurisdição as sentenças proferidas contra o município com condenação inferior a 100 salários-mínimos. No entanto, quando o valor fixado na Origem apenas corresponde a um arbitramento ilíquido da matéria controvertida, aplicável o entendimento constante da Súmula n. 490 do E. STJ. Inteligência da diretriz jurisprudencial prevista na Súmula n. 303 do C. TST. FÉRIAS PAGAS A DESTEMPO. DOBRA DEVIDA. O pagamento das férias a destempo impossibilita que sejam efetivamente usufruídas, pois o empregado depende deste recebimento para poder gozá-las. O

disposto no art. 137 da CLT deve ser interpretado de forma sistemática e teleológica, a fim de impedir que seja frustrada a finalidade do instituto. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PROCESSO DO TRABALHO. EXIGÊNCIA DE REQUISITOS LEGAIS E ESPECÍFICOS. INAPLICABILIDADE DOS ARTS. 389 E 404 DO CÓDIGO CIVIL. INDEVIDOS. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 14 E 16 DA LEI N. 5.584/1970 E SÚMULAS N. 219 E 329 DO C. TST. Nesta Justiça Especializada são devidos honorários advocatícios quando satisfeitos os requisitos específicos estabelecidos nos arts. 14 e 16 da Lei n. 5.584/1970 (Súmulas n. 219 e 329 do C. TST). Ademais, os arts. 389 e 404 do Código Civil disciplinam a *restitutio in integrum* quando se trata do descumprimento de obrigação extracontratual genérica, cujo ressarcimento se estabelece através do pagamento de perdas e danos, de modo que referidos dispositivos legais não se aplicam às ações que versam sobre relações contratuais de emprego. TRT/SP 15ª Região 0010337-56.2015.5.15.0074 Reenec/RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Tereza Aparecida Asta Gemignani. DEJT 8 jun. 2017, p. 1534.

REMUNERAÇÃO

1. REMUNERAÇÃO. ACÚMULO DE FUNÇÃO. ART. 456 DA CLT. NÃO CARACTERIZAÇÃO. O exercício de múltiplas tarefas dentro do horário de trabalho, desde que compatíveis com a função contratada, não caracteriza o acúmulo de funções, consoante dispõe o parágrafo único do art. 456 da CLT. TRT/SP 15ª Região 0011061-88.2013.5.15.0152 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Daniela Macia Ferraz Giannini. DEJT 22 jun. 2017, p. 22481.

2. REMUNERAÇÃO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. LIMPEZA DE BANHEIROS DE USO PÚBLICO. EXPOSIÇÃO A AGENTES BIOLÓGICOS. A atividade de limpar banheiros de auxiliar em serviços gerais em uma faculdade, implica contato direto com lixo urbano de toda uma coletividade, impondo-se uma interpretação teleológica, para aplicação do Anexo 14 da NR-15, o qual trata de contato com agentes biológicos. Adicional de insalubridade devido em grau máximo, nos termos do art. 192, CLT. TRT/SP 15ª Região 0010257-97.2015.5.15.0137 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Luciane Storel da Silva. DEJT 1º jun. 2017, p. 18465.

3. REMUNERAÇÃO. AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO. NATUREZA INDENIZATÓRIA.NÃO INTEGRAÇÃO. LEI ESTADUAL N. 7.524/1991. Em que pese a regra geral contida no art. 458 da CLT (natureza salarial da prestação alimentícia fornecida *in natura*), no caso específico, prevalece a previsão expressa sobre o caráter indenizatório do auxílio alimentação, contida no art. 3º da Lei Estadual n. 7.524/1991, que determina a não integração do benefício à remuneração para qualquer efeito. TRT/SP 15ª Região 0012272-50.2016.5.15.0025 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. José Antônio Gomes de Oliveira. DEJT 18 maio 2017, p. 21477.

REPOUSO SEMANAL REMUNERADO

DESCANSO SEMANAL REMUNERADO (DSR). EMPREGADO HORISTA. SALÁRIO COMPLESSIVO. O DSR do empregado horista deve ser destacado do salário base e eventual disposição normativa em sentido contrário somente é válida se vigente, pois a incidência de cláusula desfavorável aos direitos do empregado, pela caracterização de salário complessivo, afasta qualquer pretensão de ultratividade da norma coletiva. HORAS EXTRAS. MINUTOS RESIDUAIS. TEMPO À DISPOSIÇÃO. O período entre a anotação do cartão ponto e o início efetivo do trabalho deve ser computado na jornada se superior ao limite de 10 minutos diários, pois configura tempo à disposição do empregador. É irrelevante perquirir quais atividades o empregado efetivamente exercia neste interregno. Precedentes deste regional, inclusive em julgamento de Incidente de Uniformização de Jurisprudência (IUJ). Recurso da empregadora parcialmente provido, unicamente para determinar, na apuração, a observância da evolução salarial. TRT/SP 15ª Região 0010269-29.2015.5.15.0132 RO - Ac. PJe 4ª Câmara. Rel. Eleonora Bordini Coca. DEJT 8 jun. 2017, p. 6171.

REPRESENTANTE COMERCIAL

REPRESENTANTE COMERCIAL. VÍNCULO DE EMPREGO. RECONHECIMENTO. Os aspectos formais pertinentes ao contrato de representação comercial não se sobrepõem ao princípio da

realidade que rege o direito do trabalho. Admitida a prestação de serviço e não comprovado o labor de forma autônoma é devido o reconhecimento do vínculo empregatício, mormente quando evidenciados os elementos caracterizadores da relação de emprego - arts. 2º e 3º da CLT. TRT/SP 15ª Região 0011032-41.2016.5.15.0117 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 28391.

REQUISIÇÃO

REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR. DESCUMPRIMENTO DO PRAZO DE 180 DIAS PARA EDIÇÃO DE LEI MUNICIPAL COM ESTABELECIMENTO DE VALOR REFERÊNCIA, PREVALÊNCIA DOS LIMITES FIXADOS NO § 12 DO ART. 97 DO ADCT DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. A Emenda Constitucional n. 37 de 2002 acrescentou o art. 87, inciso II, do ADCT, o qual fixa como obrigações de pequeno valor as dívidas que não excedam trinta salários-mínimos, definindo provisoriamente, para os efeitos do que dispõe o § 3º do art. 100 da Magna Carta, quais são os créditos de pequeno valor. Entretanto, não obstante os entes federativos tenham competência legislativa para fixar importâncias distintas, segundo sua capacidade econômico-financeira, ficou estabelecido o prazo de 180 dias para que os Estados e Municípios editassem novas leis, fixando o teto para requisições de pequeno valor, sob pena de serem considerados como de pequeno valor os créditos de até 40 salários-mínimos para os Estados e Distrito Federal e 30 salários-mínimos para os Municípios (art. 97, § 12, do ADCT). Nesse prisma, como o Município de Capão Bonito, somente editou a Lei Municipal n. 3.757 em 5.4.2013, quando já ultrapassado o prazo de 180 dias para a fixação de novo patamar da obrigação, não há que se cogitar na incidência do teto fixado na respectiva Lei Municipal, mas, sim, do limite previsto no referido § 12, II, do art. 97 do ADCT, que é de trinta salários-mínimos. TRT/SP 15ª Região 0000904-46.2013.5.15.0123 AP - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Hélio Grasselli. DEJT 25 maio 2017, p. 1366.

RESCISÃO DO CONTRATO

1. RESCISÃO CONTRATUAL DE INICIATIVA DA EMPREGADA. MAIS DE UM ANO DE SERVIÇO. AUSÊNCIA DE HOMOLOGAÇÃO, PELO SINDICATO, DO PEDIDO DE DEMISSÃO FORMULADO PELA EMPREGADA. CONFISSÃO. VALIDADE. O pedido de demissão, confirmado na exordial, supre a homologação da rescisão de empregado, com mais de um ano de serviço, por órgão do Ministério do Trabalho ou sindicato de classe, prevista como requisito de validade do ato, conforme preceitua o art. 477 da CLT. Ora, descumpriu-se uma formalidade, o que, todavia, não transmuda o ato, de modo a alterar a modalidade da rescisão contratual, consoante restou decidido pela Origem, em sentença transitada em julgado, uma vez que não foi demonstrado qualquer vício de vontade por parte da reclamante, alegação esta formulada na inicial mas que, sequer, foi reiterada em sede recursal. Nesse contexto, perde relevo a falta de homologação do pedido de demissão, por órgão do Ministério do Trabalho ou sindicato de classe, ante a confissão da empregada de que, efetivamente, foi sua a iniciativa da rescisão contratual. Reforma-se. TRT/SP 15ª Região 0010505-87.2016.5.15.0150 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 11 maio 2017, p. 2348.
2. RESCISÃO CONTRATUAL. ABANDONO DE EMPREGO. PROVA. O abandono de emprego exige comprovação da recusa e/ou desinteresse do empregado na manifestação do vínculo empregatício, inclusive com o empregador adotando cautelas para comprovar que não deu causa à ruptura contratual. MULTA DO ART. 477, § 8º, DA CLT. REVERSÃO DA JUSTA CAUSA. MULTA DEVIDA. A existência de controvérsia quanto à modalidade de rescisão contratual, como na hipótese em que a justa causa foi revertida em juízo, não afasta a incidência da multa prevista no art. 477, § 8ª, da CLT. TRT/SP 15ª Região 0011260-17.2015.5.15.0128 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 28856.
3. RESCISÃO CONTRATUAL. INICIATIVA DO TRABALHADOR. Se a prova dos autos evidencia que o trabalhador tomou a iniciativa da rescisão contratual e expressamente renunciou

à estabilidade, inclusive recebendo significativa indenização, resta forçoso o indeferimento dos pedidos de reintegração e reparação por danos morais e materiais. TRT/SP 15ª Região 0010075-54.2014.5.15.0135 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 18 maio 2017, p. 21952.

4. RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. IMPUTAÇÃO DE JUSTA CAUSA. AGRESSÕES FÍSICAS À COLEGA DE TRABALHO (482, "J", DA CLT). NECESSIDADE DE PROVA INEQUÍVOCA. A demissão por justa causa por agressões físicas como motivo da ruptura do contrato de emprego deve ser suficientemente provada, porque encerra grave acusação que transcende para a vida particular do acusado, com feitos nefastos no meio social e profissional. Ato de agressão física a colega de trabalho é desabonador e implica em sérias dificuldades de reinserção no mercado de trabalho. Daí por que, na esfera trabalhista a caracterização da ruptura contratual por justa causa por agressões físicas à colega de trabalho demanda uma análise ainda mais cuidadosa e criteriosa dos fatos, porque está em questão a conduta disciplinar e de equilíbrio moral do trabalhador. Na hipótese, não há prova do ato de agressões físicas imputável ao autor e apta à ensejar a ruptura contratual por justa causa. Assim, incensurável a r. sentença que por considerar que a rescisão se deu sem justa causa, deferiu os pedidos de pagamento de títulos rescisórios. Recurso ordinário da reclamada conhecido e não provido. TRT/SP 15ª Região 0011162-59.2014.5.15.0001 RO - Ac. PJe 6ª Câmara. Rel. Marcelo Bueno Pallone. DEJT 1º jun. 2017, p. 17052.

5. RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. IMPUTAÇÃO DE JUSTA CAUSA. ATO DE IMPROBIDADE (482, "a", DA CLT). NECESSIDADE DE PROVA INEQUÍVOCA. A demissão por justa causa de improbidade como motivo da ruptura do contrato de emprego deve ser suficientemente provada, porque encerra grave acusação que transcende para a vida particular do acusado, com feitos nefastos no meio social e profissional. Ato de improbidade significa prática desonesta, originado daquele que é ímprobo, ligado umbilicalmente à moralidade e à ética do indivíduo no exercício da profissão. Conforme Délio Maranhão, "[...] haverá improbidade em todo ato que ofenda aquelas normas de moral que, em determinado meio e em determinado momento, a sociedade não tolera sejam violados" (*in* **Instituições de Direito do Trabalho**, v. 1, 19. ed., p. 582). Daí porque, na esfera trabalhista, a caracterização da ruptura contratual por justa causa de improbidade demanda uma análise ainda mais cuidadosa e criteriosa dos fatos, porque está em questão a honestidade, a conduta moral e a ética do trabalhador. Na hipótese, não há prova do ato de improbidade apta a ensejar a ruptura contratual por justa causa. Assim, incensurável a r. sentença que, por considerar que a rescisão se deu sem justa causa, e deferiu os pedidos de pagamento de títulos rescisórios. Recurso ordinário da reclamada conhecido e não provido. TRT/SP 15ª Região 0011003-36.2014.5.15.0060 RO - Ac. PJe 6ª Câmara. Rel. Fábio Allegretti Cooper. DEJT 11 maio 2017, p. 18642.

6. RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. JUSTA CAUSA. ÔNUS DA PROVA. EMPREGADOR. O ônus de demonstrar a falta grave cometida pelo empregado é do empregador. *In casu*, a reclamada se desincumbiu a contento do ônus de provar a a ofensa física/moral que motivou a justa causa para dispensa do reclamante, nos termos dos arts. 818 da CLT e 373, inciso II, do NCPC. TRT/SP 15ª Região 0010490-45.2014.5.15.0003 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 22 jun. 2017, p. 6918.

7. RESCISÃO INDIRETA DO CONTRATO DE TRABALHO. CONFIGURADA. ART. 483 DA CLT. ATOS OMISSIVOS OU COMISSIVOS DO EMPREGADOR. A rescisão indireta pressupõe a ocorrência de justa causa patronal, caracterizada por atos omissivos ou comissivos do empregador, de gravidade suficiente a justificar o rompimento do contrato de trabalho, nos termos do art. 483 da CLT. TRT/SP 15ª Região 0011399-96.2015.5.15.0021 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. José Pitas. DEJT 11 maio 2017, p. 25338.

8. RESCISÃO INDIRETA. CONFIGURAÇÃO. AUSÊNCIA DE DEPÓSITO DO FGTS E ATRASO REITERADO NO PAGAMENTO DE SALÁRIOS E DO VALE-REFEIÇÃO. A não quitação do FGTS mês a mês e o atraso reiterado no pagamento dos salários e do vale-refeição autorizam o reconhecimento da rescisão indireta com base no art. 483, alínea "d", da CLT. Assim, são devidas as parcelas rescisórias próprias dessa forma de ruptura contratual. Recurso ordinário da empregadora a que se nega provimento. TRT/SP 15ª Região 0011299-12.2014.5.15.0043 RO - Ac. PJe 4ª Câmara. Rel. Eleonora Bordini Coca. DEJT 25 maio 2017, p. 11525.

RESPONSABILIDADE

1. RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO. OFENSA À HONRA, À IMAGEM E À DIGNIDADE DO(A) TRABALHADOR(A). O assédio moral no trabalho, segundo Marie-France Hirigoeyen, é "toda e qualquer conduta abusiva manifestando-se sobretudo por comportamentos, palavras, atos, gestos, escritos que possam trazer dano à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa, por em perigo seu emprego ou degradar o ambiente de trabalho" (**A violência perversa do cotidiano**, p. 22). O fenômeno recebe denominações diversas no direito comparado: *mobbing* (Itália, Alemanha e países escandinavos), *bullying* (Inglaterra), *harassment* (Estados Unidos), *harcèlement moral* (França), *ijime* (Japão), *psicoterror laboral* ou *acoso moral* (em países de língua espanhola), terror psicológico, tortura psicológica ou humilhações no trabalho (em países de língua portuguesa). A doutrina destaca que o assédio moral como uma conduta abusiva, de natureza psicológica, que atenta contra a dignidade psíquica do indivíduo, de forma reiterada, possui quatro elementos, a saber: "a) Conduta abusiva; b) Natureza psicológica do atentado à dignidade psíquica do indivíduo; c) Reiteração da Conduta; d) Finalidade de exclusão" (Rodolfo Pamplona Filho). No caso, em face da conduta do empregador, é de todo possível se concluir que houve aviltamento à integridade moral do reclamante, aí incluídos aspectos íntimos da personalidade humana, sua honra e imagem, haja vista que a reclamada, por seus prepostos, excedeu seus poderes de mando e direção ao desrespeitar o reclamante no dia a dia. É evidente que tal conduta do empregador não pode ser suportada, devendo o reclamado arcar com a indenização por dano moral, com supedâneo no Código Civil, arts. 186, 187 e 932, III, em função de odioso assédio moral no trabalho. Recurso ordinário do reclamado conhecido e desprovido. TRT/SP 15ª Região 0011971-22.2013.5.15.0086 RO - Ac. PJe 6ª Câmara. Rel. Fábio Allegretti Cooper. DEJT 1º jun. 2017, p. 17624.

2. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MORAIS. ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO. OFENSA À HONRA, À IMAGEM E À DIGNIDADE DO TRABALHADOR. O assédio moral no trabalho, segundo Marie-France Hirigoeyen, é "toda e qualquer conduta abusiva manifestando-se sobretudo por comportamentos, palavras, atos, gestos, escritos que possam trazer dano à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa, pôr em perigo seu emprego ou degradar o ambiente de trabalho". (**A violência perversa do cotidiano**, p. 22). O fenômeno recebe denominações diversas no direito comparado: *mobbing* (Itália, Alemanha e países escandinavos), *bullying* (Inglaterra), *harassment* (Estados Unidos), *harcèlement moral* (França), *ijime* (Japão), *psicoterror laboral* ou *acoso moral* (em países de língua espanhola), terror psicológico, tortura psicológica ou humilhações no trabalho (em países de língua portuguesa). A doutrina destaca que o assédio moral como uma conduta abusiva, de natureza psicológica, que atenta contra a dignidade psíquica do indivíduo, de forma reiterada, possui quatro elementos, a saber: "a) Conduta abusiva; b) Natureza psicológica do atentado à dignidade psíquica do indivíduo; c) Reiteração da Conduta; d) Finalidade de exclusão" (Rodolfo Pamplona Filho). No caso, em face da conduta da empresa, é de todo possível se concluir que houve aviltamento à integridade moral da reclamante, aí incluídos aspectos íntimos da personalidade humana, sua honra e imagem, haja vista que a reclamada, por seus prepostos, excedeu seus poderes de mando e direção ao desrespeitar a reclamante no dia a dia. É evidente que tal conduta do empregador não pode ser suportada, devendo o reclamado arcar com a indenização por dano moral, com supedâneo no Código Civil, arts. 186, 187 e 932, III, em função de odioso assédio moral no trabalho. Recurso adesivo da autora conhecido e parcialmente provido. TRT/SP 15ª Região 0010159-18.2014.5.15.0115 RO - Ac. PJe 6ª Câmara. Rel. Marcelo Bueno Pallone. DEJT 1º jun.2017, p. 16158.

3. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. AUSÊNCIA DE INSTALAÇÕES ADEQUADAS NO LOCAL DE TRABALHO. TRATAMENTO DEGRADANTE. AUSÊNCIA MÍNIMA DE HIGIENE E SALUBRIDADE NO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO. DIREITO A INDENIZAÇÃO. PERTINÊNCIA. A indenização por danos morais pressupõe a existência de uma lesão a bem juridicamente tutelado que não pode ser exprimido em valores econômicos, porque se refere aos aspectos mais íntimos da personalidade, como a honra, a imagem. A tutela jurídica destes bens não suscetíveis de valor econômico está expressa, em nosso ordenamento jurídico,

na própria CF/1988, que não só proclama a "dignidade da pessoa humana" como fundamento do Estado Democrático de Direito (art. 1º, III), como preceitua serem invioláveis "a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação" (art. 5º, X). No caso, prova oral comprovou a inexistência de instalações sanitárias adequadas, obrigando o trabalhador a realizar suas necessidades fisiológicas em lugar impróprio e de modo precário. Patente, portanto, a conduta culposa do empregador, por omissão, ao não adotar medidas básicas de segurança e higiene no trabalho, expondo o obreiro a situação constrangedora e humilhante, em afronta à dignidade da pessoa. O trabalhador é sujeito, e não objeto da relação contratual, e tem direito a preservar sua integridade física, intelectual e moral, em face do poder diretivo do empregador. A subordinação no contrato de trabalho não compreende a pessoa do empregado, mas somente a sua atividade laborativa, esta sim submetida de forma limitada e sob ressalvas ao *jus variandi*. Portanto, não se trata aqui de meros dissabores próprios do desenvolvimento de determinada atividade profissional, mas, sim, de condições degradantes a que foi submetido o trabalhador, eis que não foram resguardadas as mínimas condições de higiene e salubridade no local de trabalho, caracterizando, assim, dano moral apto a ensejar o dever de indenizar. TRT/SP 15ª Região 0011198-20.2014.5.15.0028 RO - Ac. PJe 6ª Câmara. Rel. Fábio Allegretti Cooper. DEJT 11 maio 2017, p. 18804.

4. RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO. INTERVENÇÃO EM HOSPITAL PRIVADO. Na intervenção, a Administração Pública assume todas as operações, materiais, equipamentos, e até controle de pessoal, objetivando a correção de prejuízos potenciais ou reais para o serviço público, que causam dano a toda a coletividade. O município reclamado, na condição de interventor, assumiu os serviços e a gestão da entidade beneficente, contraindo todo o ônus dessa providência, sujeitando-se à reparação dos danos causados a terceiros no período da intervenção, em conformidade com o disposto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, não havendo como excluir a responsabilidade pelas verbas trabalhistas devidas. TRT/SP 15ª Região 0011139-75.2016.5.15.0088 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Hélio Grasselli. DEJT 25 maio 2017, p. 3632.

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. GRUPO ECONÔMICO. Caracterizada a existência de grupo econômico, a responsabilidade solidária decorre da aplicação do art. 2º, § 2º, da CLT. ACÚMULO DE FUNÇÃO. MOTORISTA E COBRADOR. NÃO CONFIGURAÇÃO. Constatando-se que as atividades exercidas (motorista de ônibus e cobrador) são correlatas à função contratada, à míngua de previsão legal, contratual ou normativa em sentido contrário, não faz jus o trabalhador ao pagamento de adicional por acúmulo de função, nos exatos termos do art. 456, parágrafo único, da CLT. TRT/SP 15ª Região 0011533-06.2015.5.15.0060 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 29563.

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA

1. CONCESSÃO AEROPORTUÁRIA. AEROPORTOS BRASIL - VIRACOPOS S. A. "DONA DA OBRA". NÃO CONFIGURAÇÃO. SUBEMPREITADA. CONSTRUÇÃO CIVIL. AMPLIAÇÃO DE AEROPORTO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CABIMENTO. A Aeroportos Brasil - Viracopos S. A., por força do contrato de concessão firmado com a Agência Nacional de Aviação Civil, assumiu a responsabilidade de ampliar, manter e explorar o Aeroporto Internacional de Viracopos. A execução das obras realizadas, mediante subempreitada, afasta a sua condição de "dona da obra", autorizando a imposição da responsabilidade subsidiária. Aplicação do art. 455 da CLT. ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. PROVA PERICIAL. NÃO CABIMENTO. Não apurado pela prova pericial o labor em condições de insalubridade e periculosidade, indevido o pagamento dos respectivos adicionais. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NÃO CABIMENTO. Ausente a assistência sindical, indevida a verba de honorários advocatícios - Súmulas n. 219 e 329 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0010511-11.2015.5.15.0092 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 27183.

2. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA TERCEIRA RECLAMADA, TOMADORA DOS SERVIÇOS. ACORDO JUDICIAL HOMOLOGADO. A transação não aproveita, nem prejudica senão aos que nela intervierem, ainda que diga respeito a coisa indivisível (art. 844 do Código Civil/2002). Na seara trabalhista, existe o acordo homologado judicialmente entre as partes, com efeito muito semelhante ao da coisa julgada (art. 831, parágrafo único, da CLT), vinculando as partes pactuantes nos limites em que acordado. Assim, a condenação subsidiária da terceira reclamada, que não concordou com o acordo, implicou em má aplicação da Súmula n. 331 do TST. Sob esse espeque, a respeitável decisão recorrida deve ser reformada, para o fim de afastar a responsabilidade da terceira reclamada pelo adimplemento do acordo celebrado pela primeira reclamada, excluindo-a do polo passivo da ação. Sentença reformada. TRT/SP 15ª Região 0010953-87.2015.5.15.0120 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 14 jun. 2017, p. 1663.

3. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO ENTE PÚBLICO. LIMITAÇÃO. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 363 DO C. TST. A responsabilidade do ente público, porquanto subsidiária, dar-se-á após exauridas as tentativas de constrição contra a primeira reclamada e seus sócios e, ademais, fica adstrita apenas ao pagamento do saldo salarial e depósitos do FGTS, tendo, como base de cálculo, o salário-mínimo, nos termos da Súmula n. 363 do C. TST. Isto, desde que tais verbas já não tiverem sido previamente adimplidas pela primeira reclamada e/ou seus sócios. Reforma-se, em parte. SÚMULA N. 363 DO C. TST. CONTRATO NULO. EFEITOS (NOVA REDAÇÃO). RES. 121/2003, DJ 19, 20 E 21.11.2003. "A contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário-mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS". TRT/SP 15ª Região 0010204-93.2014.5.15.0059 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 8 jun. 2017, p. 1279.

4. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA. CABÍVEL QUANDO COMPROVADA A CULPA *IN VIGILANDO* DO TOMADOR DOS SERVIÇOS. DECISÃO DO STF DECLARANDO A CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 71, § 1º, DA LEI N. 8.666/1993. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 331, V, DO C. TST. Em face da decisão do STF na ADC 16/DF, declarando a constitucionalidade do § 1º do art. 71 da Lei n. 8.666/1993, não resta dúvida de que a terceirização, por si só, não conduz à responsabilização da entidade pública, que somente terá lugar quando comprovada a culpa *in eligendo* e *in vigilando* do tomador dos serviços, situação caracterizada nos presentes autos, diante da demonstração de sua omissão no dever de fiscalização quanto ao cumprimento das obrigações da empresa contratada. Hipótese em que se revela cabível a imposição da responsabilidade subsidiária ao ente da Administração Pública pelas obrigações trabalhistas inadimplidas pela empresa contratada. TRT/SP 15ª Região 0010505-74.2015.5.15.0004 RO - Ac. PJe 10ª Câmara. Rel. Fabio Grasselli. DEJT 22 jun. 2017, p. 32005.

5. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. TOMADORA DE SERVIÇOS. CULPA *IN VIGILANDO*. OBSERVÂNCIA DOS ARTS. 927 E 186 DO CÓDIGO CIVIL. A responsabilidade subsidiária decorre do fato de o ente público tomador de serviços não ter fiscalizado adequadamente o estreito cumprimento das obrigações legais da empresa terceirizada contratada, como impõem os arts. 58, III, e 67 da Lei n. 8.666/1993. Resta, portanto, caracterizada a culpa *in vigilando* da Administração Pública, como preceituam os arts. 927 e 186 do Código Civil. Cumpre salientar que não há qualquer ofensa ao art. 71, § 1º, da Lei n. 8.666/1993, e nem mesmo se está declarando a inconstitucionalidade ou ignorando o dispositivo, tampouco se está confrontando a decisão proferida pelo C. Supremo Tribunal Federal nos autos da ADC n. 16. Ocorre que a norma contida no citado artigo não impede a caracterização da culpa *in vigilando* do ente público. Ressalte-se que os tomadores de serviço devem manter relações com prestadores que cumpram os seus deveres, máxime os trabalhistas, de cunho eminentemente alimentar, zelando pela estrita observância dos regramentos próprios da utilização de trabalho subordinado. Tal parâmetro aplica-se, até com maior rigor, aos componentes da Administração Pública, pautada que deve ser pelos princípios da legalidade e da moralidade, a teor do disposto no art. 37, *caput*, da Constituição Federal. Por tais razões, irrecusável a existência da responsabilidade subsidiária do órgão público, sendo que para sua condenação basta o fato de não ter fiscalizado devidamente o

contrato de terceirização e ter sido o beneficiário direto do trabalho do autor, em cuja circunstância não pode eximir-se de responder pela satisfação dos direitos do obreiro, caso a empregadora não cumpra com essa obrigação. Inteligência da Súmula n. 331, IV, V e VI, do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0010275-17.2016.5.15.0127 RO - Ac. PJe 5ª Câmara. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DEJT 13 jun. 2017, p. 2128.

6. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO. PREJUÍZO A TERCEIROS. INADMISSIBILIDADE. CARACTERIZAÇÃO. Atento à moderna visão dos contratos e do princípio da relatividade, inconcebível que as partes que celebram um contrato e que com ele atendem aos seus interesses, que ambas possuem, venham, por meio desse contrato, causar prejuízos a outrem, e ainda que o prejuízo tenha sido causado diretamente apenas por uma das partes, a empregadora, de todo modo, a outra, a tomadora, também se beneficiou com o trabalho do obreiro. Assim, irrecusável a existência da responsabilidade subsidiária da tomadora, eis que ela, conquanto não tenha sido a empregadora direta do trabalhador, se beneficiou do trabalho do obreiro, o que faz exsurgir a sua responsabilidade subsidiária, o que implica no reconhecimento da legitimidade da parte, quanto ao débito. TRT/SP 15ª Região 0010035-80.2015.5.15.0121 RO - Ac. PJe 6ª Câmara. Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani. DEJT 22 jun. 2017, p. 13944.

7. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE EFETIVA FISCALIZAÇÃO. Há configuração da culpa *in vigilando* quando o tomador não cumpre o dever de efetivamente fiscalizar o adimplemento das obrigações da empresa contratada, a fim de evitar quaisquer prejuízos ao trabalhador. Tal responsabilidade engloba todos os créditos oriundos da condenação, conforme entendimento da Súmula n. 331 do C. TST. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA. Aplicar-se-á a TR como índice de correção dos débitos trabalhistas até pronunciamento final do E. STF acerca da utilização do IPCA-E. TRT/SP 15ª Região 0011302-06.2015.5.15.0051 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira. DEJT 11 maio 2017, p. 25150.

8. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 331, ITEM V, DO C. TST. A declaração da constitucionalidade do art. 71 da Lei n. 8.666/1993, pelo E. STF, na ADC 16, não isenta a administração pública da sua responsabilidade, na qualidade de tomadora de serviços, por eventuais créditos não quitados pelo empregador, apenas impõe maior rigor na análise da presença dos elementos da culpa *in vigilando*. TRT/SP 15ª Região 0010451-32.2015.5.15.0094 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 22 jun. 2017, p. 6831.

9. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. NECESSIDADE DE PROVA DE AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO. A responsabilidade subsidiária de ente público por créditos derivados de relações trabalhistas envolvendo empresas terceirizadas em processo de licitação regular, só será reconhecida se restar minimamente comprovada a irregularidade na contratação ou a ausência de fiscalização do tomador dos serviços quanto ao cumprimento das obrigações contratuais da prestadora. Este entendimento vai ao encontro do posicionamento do STF adotado por ocasião do julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade 16, quando o Plenário da Corte Suprema declarou a constitucionalidade do art. 71 da Lei n. 8.666/1993 e restringiu a aplicação da Súmula n. 331 do C. TST apenas aos casos em que a inadimplência dos créditos trabalhistas teve como causa a ausência de fiscalização pelo órgão contratante, como é o caso dos autos. Exegese do art. 71, § 1º, da Lei n. 8.666/1993. Recurso do 3º reclamado não provido. TRT/SP 15ª Região 0010047-95.2015.5.15.0153 RO - Ac. PJe 7ª Câmara. Rel. Manuel Soares Ferreira Carradita. DEJT 13 jun. 2017, p. 8956.

10. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ESTADO DE SÃO PAULO. CONTRATO FIRMADO COM EMPREITEIRA PARA EXECUÇÃO DE OBRA CERTA. NÃO CABIMENTO. Ao contratar empreiteira para a reforma e ampliação do prédio que abriga a Delegacia de Polícia de Taquaritinga, o Estado de São Paulo se insere na figura de típico dono da obra, não havendo espaço para condenação de forma subsidiária (ou solidária) concernente à responsabilidade trabalhista da empresa contratada. Inteligência da OJ n. 191 da SDI-1 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0010982-86.2015.5.15.0137 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Claudinei Zapata Marques. DEJT 25 maio 2017, p. 25486.

11. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. LAVOURA DE CANA-DEAÇÚCAR. AQUISIÇÃO DE MATÉRIA-PRIMA. EMPRESA AGROINDUSTRIAL. TOMADOR FINAL DOS SERVIÇOS. CABIMENTO. Responde subsidiariamente pelos encargos das dívidas trabalhistas o terceiro que se

beneficia do trabalho prestado por empregado na condição de tomador final dos serviços. Aplicação da Súmula n. 331 do C. TST, ante a caracterização de intermediação de mão de obra da atividade meio. INTERVALO INTRAJORNADA. PROVA. O caráter de ordem pública das normas que regulamentam a concessão dos intervalos para refeição e descanso exige do empregador que proceda ao efetivo controle da concessão dos intervalos, bem assim que seja capaz de comprovar em Juízo o usufruto das pausas legais. Aplicação do art. 818 da CLT. HORAS *IN ITINERE*. TRANSPORTE PÚBLICO REGULAR E COMPATÍVEL COM A JORNADA DE TRABALHO. AUSÊNCIA DE PROVA. Não provada a existência e compatibilidade de transporte público regular com a jornada de trabalho do empregado, o local de trabalho é de ser considerado de difícil acesso, assistindo ao trabalhador o direito de receber como horas *in itinere* todo o tempo de trajeto. Inteligência da Súmula n. 90 do C. TST e § 2º do art. 58 da CLT. DANO MORAL. INDENIZAÇÃO. NÃO CABIMENTO. VERBAS RESCISÓRIAS. INADIMPLÊNCIA. Não comprovado que o inadimplemento de verbas trabalhistas tenha ocasionado abalo psíquico ou ofendido a dignidade do trabalhador, resta indevida a indenização por danos morais. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. FATO GERADOR. JUROS E MULTA. Fato gerador, para efeito de recolhimento das contribuições previdenciárias, é a sentença judicial, ainda que homologatória de acordo. Assim, cabe ao devedor quitar os tributos previdenciários no mesmo prazo assinalado pelo art. 880 da CLT para o pagamento do crédito trabalhista. Súmula n. 97 deste Regional. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NÃO CABIMENTO. Ausente a assistência sindical, indevida a verba de honorários advocatícios - Súmulas n. 219 e 329 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0010124-64.2015.5.15.0134 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 4 maio 2017, p. 6995.

12. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ÓRGÃO PÚBLICO. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 331 DO E. TST. CULPA *IN VIGILANDO*. CONFIGURAÇÃO. Comprovada a culpa *in vigilando* (art. 186 do CC) do reclamado que, por evidente negligência com o interesse público, desdenhou de seu dever de fiscalizar o pagamento dos encargos sociais e direitos fundamentais de natureza alimentar dos empregados da empresa terceira contratada, patente está a responsabilidade subsidiária do recorrente pelo pagamento de todas as verbas trabalhistas sonegadas. Recurso do segundo reclamado ao qual se nega provimento. TRT/SP 15ª Região 0010267-68.2015.5.15.0129 RO - Ac. PJe 2ª Câmara. Rel. José Otávio de Souza Ferreira. DEJT 25 maio 2017, p. 5871.

13. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. PETROBRAS DISTRIBUIDORA S. A. INEXISTÊNCIA. DONA DA OBRA. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL N. 191 DA SBDI-I DO C. TST. A dona da obra não pode ser responsabilizada solidária ou subsidiariamente por eventuais créditos decorrentes de demanda envolvendo a empresa construtora contratada e seu empregado. O contrato firmado entre as empresas, para realização de obra certa, possui natureza estritamente civil, assunto alheio a esta Justiça Especializada, e que em nenhum momento se confunde com o contrato de trabalho que se estabelece entre a empresa fornecedora dos serviços e seus funcionários. Recurso provido. TRT/SP 15ª Região 0011331-25.2015.5.15.0126 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 11 maio 2017, p. 4114.

14. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO. Uma vez frustrada a satisfação do crédito exequendo pela não localização ou pela falta de pagamento do devedor principal, deve a execução ser redirecionada para o responsável subsidiário, que somente fará jus ao benefício de ordem se indicar bens do primeiro executado, situados no mesmo município, livres e desembaraçados. TRT/SP 15ª Região 0000688-94.2012.5.15.0099 AP - Ac. PJe 11ª Câmara. Rel. Eder Sivers. DEJT 18 maio 2017, p. 30480.

15. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. SESI. SÚMULA N. 331, IV, DO TST. APLICABILIDADE. Os serviços sociais autônomos não integram a Administração Pública direta ou indireta, de sorte que o inadimplemento das obrigações pelo devedor principal é suficiente para imputar ao tomador de serviços a responsabilidade subsidiária, a que alude o Súmula n. 331, IV, do TST. DANOS MORAIS. ATRASO NO PAGAMENTO DOS SALÁRIOS. CARACTERIZAÇÃO. O fato configura ilícito na medida em que sujeita o empregado a situação de premente necessidade, com repercussões no seio familiar, suficiente para comprovar o dano moral sofrido pelo trabalhador e a culpa da empregadora no evento danoso, exsurgindo daí o dever de reparação - art. 5º, V e X, da Constituição Federal. TRT/SP 15ª Região 0011485-89.2014.5.15.0122 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 29353.

16. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. SÚMULA N. 331, IV. TST. ART. 8º, CLT. ART. 186, CC. A contratação de empresa prestadora de serviços não exime o tomador da responsabilidade subsidiária, quando se beneficiou diretamente dos serviços prestados e, conforme a Súmula n. 331, IV, do TST c/c art. 8º, CLT, incorre na culpa *in vigilando* e *in eligendo*, por não cumprir sua obrigação de escolher empresa idônea e de fiscalizar o cumprimento das obrigações, nos termos do art. 186 do Código Civil Brasileiro. TRT/SP 15ª Região 0010485-38.2016.5.15.0137 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Regiane Cecilia Lizi. DEJT 25 maio 2017, p. 33073.
17. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO LÍCITA. ATIVIDADE MEIO. O inadimplemento das obrigações trabalhistas pela empresa fornecedora de mão de obra, mesmo nas hipóteses de terceirização lícita da atividade meio, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações decorrente de sua culpa *in vigilando* ou *in eligendo*, por haver se beneficiado dos serviços prestados. Incidência da Súmula n. 331, IV, do TST. TRT/SP 15ª Região 0012938-26.2015.5.15.0077 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. José Pitas. DEJT 11 maio 2017, p. 26654.
18. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO CONTRATANTE. SÚMULA N. 331, IV, DO C. TST. Embora não se possa imputar ao ente público qualquer negligência na contratação da empresa prestadora (culpa *in eligendo*), porque está restrita àquela que vencer o certame licitatório, este fato não afasta a culpa *in vigilando*, consubstanciada no dever de fiscalizar a escorreita execução do contrato em relação às obrigações trabalhistas, conforme disposto nos arts. 58, III, e 67, ambos da Lei n. 8.666/1993. Inteligência da Súmula n. 331, IV, do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0011066-41.2013.5.15.0078 RO - Ac. PJe 4ª Câmara. Rel. Ana Claudia Torres Vianna. DEJT 1º jun. 2017, p. 12263.
19. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. TOMADOR E BENEFICIÁRIO DOS SERVIÇOS DEVE RESPONDER PELAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS. INTELIGÊNCIA DO ART. 1º DA CF/1988, ARTS. 186 E 187 DO CÓDIGO CIVIL E SÚMULA N. 331, IV E VI, DO C. TST. Nas terceirizações cabe ao tomador e real beneficiário dos serviços prestados exigir, acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas pela empregadora contratada, sob pena de configurar comportamento omisso e ser imputada a responsabilidade subsidiária, por culpa *in vigilando* e *in eligendo* (arts. 186 e 187 do Código Civil). É nesse sentido também a diretriz fixada pela jurisprudência dominante (Súmula n. 331, IV, do C. TST). Frise-se que a responsabilidade subsidiária implica na observância do benefício de ordem e não se restringe apenas aos casos de irregularidade ou fraude na terceirização, abrangendo todas as situações em que o tomador se beneficiou da força de trabalho e deixou de fiscalizar e acompanhar a atuação da contratada (art. 1º da CF/1988 e Súmula n. 331, VI, C. TST). TRT/SP 15ª Região RO-0010392-48.2016.5.15.0146 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Tereza Aparecida Asta Gemignani. DEJT 14 jun. 2017, p. 823.
20. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TOMADOR DE SERVIÇO. ENTE PÚBLICO. RECONHECIMENTO. Atento à moderna visão dos contratos e do princípio da relatividade, e reconhecendo no contrato uma categoria jurídica, irrecusável a responsabilidade do ente público que contrata com empresa a execução de algum serviço, quando esta não honra suas obrigações para com seus empregados, por inconcebível que, por meio de um contrato, possam os contratantes prejudicar terceiros, situação que se torna mais grave ainda quando uma das partes é um ente público, que contrata em nome da sociedade e esta, enquanto tal e enquanto todo, não admite que um integrante seu seja prejudicado por contrato celebrado tendo como uma das partes justamente quem lhe deve maior proteção. Tanto a Lei Maior como diversos artigos da legislação infraconstitucional não só proíbem, como cuidam de definir a responsabilidade, quando isso ocorre. E tal sentir não nega a força normativa do art. 71, § 1º, da Lei n. 8.666/1993. DANO MORAL. INADIMPLEMENTO SALARIAL. ATRASO NO PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS. INDENIZAÇÃO DEVIDA. Cuida-se de realidade inegável que o não pagamento dos salários, ou das verbas rescisórias e/ou o seu pagamento serôdio, magoa o princípio da dignidade da pessoa humana, além de impor severo maltrato, seriamente abalando o íntimo de um trabalhador, que tem obrigações e compromissos a saldar, em datas certas, com os salários que recebe e com maior dificuldade ainda com as verbas rescisórias e já por isso tem que fazer verdadeiro malabarismo, num País como o Brasil, mas que, não os recebendo e/ou recebendo fora do prazo ajustado e/ou legal, vê-se na impossibilidade de

satisfazer aludidas obrigações e compromissos, enquanto cidadão, homem e sendo o caso, como pai, o que leva a que o senso de responsabilidade, honradez e de responsável por uma família, que habita os espíritos probos, sinta-se duramente vergastado em tal situação, daí caracterizado o dano moral, a exigir reparação. Multas legais e eventuais multas convencionais que tenham sido estabelecidas dirigem-se ao descumprimento da obrigação, a tempo e modo, e não ao abalo que esse reprovável proceder provoca no íntimo do trabalhador então atingido. Designadamente, as multas estabelecidas pelo art. 467 e pelo § 8º do art. 477 do Diploma Consolidado nada tem a ver com o dano moral, decorrente da angústia e sofrimento acima mencionados, tratando-se apenas de sanções decorrentes da inobservância de prazos fixados legalmente. TRT/SP 15ª Região 0010270-26.2016.5.15.0052 RO - Ac. PJe 6ª Câmara. Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani. DEJT 22 jun. 2017, p. 14317.

REVELIA

REVELIA E CONFISSÃO. PLURALIDADE DE RÉUS. EFEITOS. Havendo pluralidade de réus e um deles contestando a ação, os efeitos da revelia previstos no art. 344 do CPC são mitigados, a teor do disposto no art. 345 do mesmo diploma legal. JORNADA 12X36. NORMA COLETIVA. VALIDADE. INTERVALO INTRAJORNADA. A supressão parcial do período intervalar, embora atraia a incidência da cominação prevista no § 4º do art. 71 da CLT, não tem o condão de, por si só, invalidar o labor na jornada de 12x36, pactuada mediante norma coletiva. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. VIGILANTES. EFEITOS PECUNIÁRIOS. Os efeitos pecuniários do adicional de periculosidade, concedido aos empregados que exercem as funções de vigilantes, são assegurados a partir da regulamentação da Lei n. 12.740 de 2012, que ocorreu com a edição da Portaria n. 1.885 de 2.12.2013, com a introdução do Anexo 3 da NR n. 16. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. A conduta culposa do ente público, beneficiário dos serviços prestados pelo trabalhador, no cumprimento das obrigações da Lei n. 8.666/1993, evidenciada, no caso concreto, pela ausência de regular fiscalização quanto ao cumprimento das obrigações contratuais e legais da empresa contratada, autoriza o reconhecimento da responsabilidade subsidiária, a que alude a Súmula n. 331, V, do TST. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NÃO CABIMENTO. Ausente a assistência sindical, indevida a verba de honorários advocatícios - Súmulas n. 219 e 329 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0011902-55.2014.5.15.0053 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 30265.

SALÁRIO

1. AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL. PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO. INDEVIDO. A própria autora, em sua petição inicial, afirmou que fora admitida em certame público e empossada no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, cujas atribuições estão descritas no Anexo I - Descrição Sumária das Atribuições e Tarefas Essenciais -, não impugnadas pela obreira, as quais não se equiparam às dos educadores. O simples fato de a reclamante ter a mesma qualificação que a de um professor de ensino básico, não autoriza a pretensão de equiparação salarial, sob pena de violação às claras regras do concurso público. Em outras palavras, se, mesmo qualificado para ambas as funções, um candidato opta por disputar uma vaga para a função de menor remuneração, não lhe é dado postular a equiparação salarial com os demais que optaram pela de maior remuneração. Dessa forma, a concessão de diferenças salariais à autora, pela utilização do piso nacional fixado para os educadores do ensino básico, equivale a equiparar a servidora que ingressou no serviço público no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil ao cargo de professora de educação básica, sem aprovação em concurso específico e para o efetivo exercício de funções características de cargo diferente, mais complexo e melhor remunerado, o que se mostra inadmissível, à luz dos princípios legais e constitucionais que regem o tema. Recurso provido. TRT/SP 15ª Região 0011330-36.2016.5.15.0019 Reenec/RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 8 jun. 2017, p. 3286.

2. CORTE DE CANA. SALÁRIO POR PRODUÇÃO. NORMAS COLETIVAS. CONVERSÃO DO METRO LINEAR EM TONELADAS. ÔNUS PROBATÓRIO. DIFERENÇAS SALARIAIS. CABIMENTO. Não comprovando o empregador de forma transparente o valor da produção diária do trabalhador rural cortador de cana-de-açúcar, de molde a permitir a correta conferência da exatidão dos pagamentos, conforme previsto pela normas coletivas da categoria, é de se deferir as diferenças salariais postuladas, arbitradas com razoabilidade, observando-se os usos e costumes da região, os dados estatísticos atinentes ao trabalho no campo e o princípio da primazia da realidade inerente ao direito do trabalho. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. TRABALHADOR RURAL. TRABALHO A CÉU ABERTO. EXPOSIÇÃO A CALOR. CABIMENTO. Apurado, por meio de prova pericial, o labor em condições insalubres, pela exposição ao agente físico calor excessivo, faz jus o trabalhador ao pagamento do respectivo adicional de insalubridade. TRT/SP 15ª Região 0010592-55.2016.5.15.0146 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 4 maio 2017, p. 8758.

3. EQUIPARAÇÃO SALARIAL. ART. 461 DA CLT COMBINADO COM A SÚMULA N. 6 DO C. TST. REQUISITOS PARA A CONCESSÃO. Para que seja concedido ao reclamante as diferenças salariais relativas à equiparação salarial deve ser comprovado que este exerce a mesma função, com igual produtividade e perfeição técnica, que o paradigma, consoante dispõe o art. 461 da CLT. Destaca-se que os parâmetros delimitados pelo C. TST, a partir da Súmula n. 6, também devem ser observados, para a concessão do direito. No caso em questão, o pedido de equiparação salarial foi deferido, pois houve comprovação de exercício da mesma função entre o reclamante e o respectivo paradigma, que se ativava como auxiliar de topógrafo, nos termos da legislação em vigor. Recurso da primeira reclamada não provido. TRT/SP 15ª Região 0011396-97.2016.5.15.0089 ROPS - Ac. PJe 11ª Câmara. Rel. João Batista Martins César. DEJT 1º jun. 2017, p. 32325.

4. EQUIPARAÇÃO SALARIAL. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 461 DA CLT. IMPOSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO. Caso não comprovado o preenchimento dos requisitos do art. 461 da CLT, por não haver o empregado exercido função idêntica, trabalho de igual valor com mesma produtividade e perfeição técnica e diferença de tempo de serviço não superior a dois anos, na mesma localidade, para o mesmo empregador, ou na existência de quadro de carreira, impossíveis o reconhecimento da equiparação salarial e a concessão das diferenças salariais decorrentes. TRT/SP 15ª Região 0010918-67.2015.5.15.0043 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. José Pitas. DEJT 11 maio 2017, p. 24517.

5. EQUIPARAÇÃO SALARIAL. ÔNUS DA PROVA. Tratando-se de pedido de diferenças salariais decorrentes de equiparação salarial, compete ao empregado fazer prova da identidade das funções exercidas, já que, tal fato, é constitutivo do seu direito, cabendo à empresa a prova dos fatos obstativos do direito do reclamante, tais como, a diferença de perfeição técnica e de produtividade entre os trabalhos executados, a teor do disposto no art. 818 da CLT e art. 373, inciso II, do Código de Processo Civil. Recurso não provido. TRT/SP 15ª Região 0010258-40.2016.5.15.0075 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 11 maio 2017, p. 8759.

6. EQUIPARAÇÃO SALARIAL. REQUISITOS. IDENTIDADE DE FUNÇÃO. De acordo com o art. 461 da CLT, para que haja equiparação salarial com outro empregado é necessário o preenchimento das seguintes condições: a) identidade de função; b) igualdade de valor do trabalho; c) trabalho na mesma localidade; d) diferença de tempo de serviço inferior a dois anos entre equiparando e paradigma; e) inexistência, na empresa, de quadro organizado em carreira, prevendo acesso por antiguidade e merecimento. Sendo assim, demonstrada a identidade de funções, bem como a igualdade de produtividade e perfeição técnica, e cumpridos os demais requisitos previstos no art. 461 da CLT, não há justificativa para a distinção de salários entre reclamante e paradigma. Recurso ordinário da reclamada não provido. TRT/SP 15ª Região 0010314-87.2015.5.15.0114 RO - Ac. PJe 5ª Câmara. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DEJT 18 maio 2017, p. 8744.

7. EQUIPARAÇÃO SALARIAL. SERVIDOR PÚBLICO. INDEVIDA. O art. 37, inciso X, da Constituição Federal, dispõe acerca de duas modalidades de majoração salarial, o aumento remuneratório real, que depende de lei específica, e a revisão geral anual, que se aplica a todos os servidores, de maneira igualitária. A pretensa equiparação salarial, deduzida na inicial, encontra óbice no art. 37, inciso XIII, da Constituição Federal, que veda, expressamente, a vinculação ou equiparação de

remuneração de pessoal do serviço público, consoante Orientação Jurisprudencial n. 297 da SDI-1 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0010586-82.2016.5.15.0070 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 22 jun. 2017, p. 7075.
8. REVISÃO GERAL ANUAL. PERCENTUAIS DIFERENCIADOS DE REAJUSTES. OCORRÊNCIA DE DISTINÇÃO DE ÍNDICES. INCONSTITUCIONALIDADE. A adoção de percentuais diferenciados para a revisão geral anual de salários constitui distinção de índices de reajuste, o que é vetado pelo art. 37, I, da Constituição Federal. TRT/SP 15ª Região 0011302-05.2016.5.15.0040 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Gerson Lacerda Pistori. DEJT 22 jun. 2017, p. 28917.

SENTENÇA

1. NULIDADE DA SENTENÇA. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO PESSOAL DA UNIÃO. RETORNO DOS AUTOS À VARA DO TRABALHO DE ORIGEM. APRECIAÇÃO DA QUESTÃO *EX OFFICIO*. POSSIBILIDADE. Caso o Juízo *ad quem* verifique a ocorrência de alguma irregularidade processual deve, de ofício, declarar nula a r. sentença e determinar o retorno dos autos à Vara do Trabalho de origem, para que a unidade trabalhista pratique os atos necessários para o cumprimento da legislação em vigor. No caso em apreço, a segunda reclamada (União), por não ter sido notificada pessoalmente, a teor do art. 183, § 1º, do CPC, não tomou ciência da reclamação trabalhista proposta pelo reclamante. Com isso, a decisão de origem deve ser declarada nula, com o retorno do feito à 5ª Vara do Trabalho de Campinas, para que proceda à notificação pessoal da União. Prejudicada a análise do recurso ordinário do terceiro reclamado. TRT/SP 15ª Região 0012154-38.2014.5.15.0092 RO - Ac. PJe 11ª Câmara. Rel. João Batista Martins César. DEJT 1º jun. 2017, p. 33602.
2. SENTENÇA CRIMINAL CONDENATÓRIA TRANSITADA EM JULGADO. JUSTA CAUSA. CARACTERIZAÇÃO. A condenação criminal do empregado, passada em julgado, sem que tenha havido suspensão da execução da pena, impossibilita a continuidade do pacto laboral e autoriza a sua ruptura, nos moldes do art. 482 da CLT. TRT/SP 15ª Região 0011083-07.2015.5.15.0014 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 28484.

SERVIDOR PÚBLICO

1. SERVIDOR PÚBLICO CELETISTA. CONTRATAÇÃO SEM CONCURSO. INVALIDAÇÃO DO ATO. AUTOTUTELA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. MUNICÍPIO. DECADÊNCIA ADMINISTRATIVA. PRAZO. A invalidação de contratação irregular de empregado público, admitido sem concurso, somente pode ser exercida por município dentro do prazo decadencial previsto na legislação local e, se esta inexistir, dentro do prazo de 10 anos previsto no art. 10, I, da Lei Estadual n. 10.177, de 30 de dezembro de 1998, de aplicação subsidiária aos entes municipais do Estado de São Paulo. TRT/SP 15ª Região 0013246-93.2015.5.15.0002 RO - Ac. PJe 6ª Câmara. Rel. Jorge Luiz Costa. DEJT 18 maio 2017, p. 18828.
2. SERVIDOR PÚBLICO CELETISTA. MUNICÍPIO DE CASA BRANCA. LEI MUNICIPAL N. 1, DE 26 DE AGOSTO DE 1947. LICENÇA-PRÊMIO. INDEVIDA. O direito à licença-prêmio, previsto na Lei n. 1, de 26 de agosto de 1947, do Município de Casa Branca, é inaplicável ao servidor público celetista. Primeiro, porque ela própria é restritiva, ao afirmar que tal direito é devido a "funcionário público efetivo ou em comissão" e não a servidor público em sentido amplo. Segundo, porque, quando do advento de referida norma, ainda se encontrava em vigor a Constituição Federal de 1946, que previa uma única forma de admissão de "funcionário", para ocupação de "cargo público" (arts. 184 a 191), que era pelo regime jurídico-administrativo e não pela CLT. E no mesmo sentido era a Constituição Paulista então vigente (arts. 81 a 107). Recurso ordinário a que se dá provimento. TRT/SP 15ª Região 0010394-33.2016.5.15.0141 RO - Ac. PJe 6ª Câmara. Rel. Jorge Luiz Costa. DEJT 13 jun. 2017, p. 5561.
3. SERVIDOR PÚBLICO CELETISTA. QUINQUÊNIO. SEXTA PARTE. ART. 129 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DE SÃO PAULO. INCONSTITUCIONALIDADE. INCOMPATIBILIDADE COM O REGIME CELETISTA. NÃO CONFIGURAÇÃO. O princípio constitucional da isonomia e os preceitos do art. 7º da

Carta Magna permitem a ampliação das previsões encontradas no art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo aos empregados públicos - mesmo porque estes são parte do conceito, mais abrangente, de servidores públicos -, inexistindo, pois, inconstitucionalidade em tal norma ou incompatibilidade com a CLT. TRT/SP 15ª Região 0011716-47.2015.5.15.0069 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Gerson Lacerda Pistori. DEJT 4 maio 2017, p. 11989.

4. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. REVISÃO GERAL DE SALÁRIO. CHEFE DO PODER EXECUTIVO. OMISSÃO. LEI ORGÂNICA MUNICIPAL. Não cabe ao Poder Judiciário decretar reajuste salarial de servidor público, com fundamento em Lei Orgânica Municipal, em face da omissão do Chefe do Poder Executivo Municipal em proceder à revisão geral anual dos salários, preconizada pelo art. 37, inciso X, da CF/1988. Incidência da Súmula Vinculante n. 37 do E. STF. TRT/SP 15ª Região 0011271-71.2016.5.15.0076 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 13 jun. 2017, p. 23508.

5. SERVIDOR PÚBLICO. REVISÃO GERAL ANUAL. ART. 37, X, DA CF. A revisão geral anual da remuneração do servidor público, preconizada pelo art. 37, X, da CF, não permite diferenciação de índices. A incorporação de abono, em valor fixo, para todos os servidores ofende o princípio constitucional da paridade de reajuste, assistindo ao servidor municipal o direito as diferenças salariais. Aplicação das Súmulas n. 68 e 81 deste Regional. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NÃO CABIMENTO. Ausente a assistência sindical, indevida a verba de honorários advocatícios - Súmulas n. 219 e 329 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0011403-17.2014.5.15.0071 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 11 maio 2017, p. 25359.

SEXTA PARTE

1. SEXTA PARTE. BASE DE CÁLCULO. A Constituição do Estado de São Paulo, em seu art. 129, estabelece expressamente que o cálculo da sexta parte deve ser feito sobre os vencimentos integrais. Entretanto, em respeito ao princípio da legalidade administrativa, previsto no art. 37, *caput*, da Constituição Federal, devem ser excluídas da base de cálculo as parcelas que, por expressa vedação legal das normas que as instituíram, não são computadas na base de cálculo de outras vantagens pecuniárias. Exclui-se, assim, da base de cálculo do adicional de sexta parte o prêmio de incentivo, a gratificação executiva, a gratificação extra, a gratificação de assistência e suporte à saúde, a gratificação geral e o adicional por tempo de serviço. TRT/SP 15ª Região 0012236-69.2015.5.15.0113 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Larissa Carotta Martins da Silva Scarabelim. DEJT 22 jun. 2017, p. 10128.

2. SEXTA PARTE. BASE DE CÁLCULO. Ainda que se considerem os termos literais do art. 129 da Constituição de São Paulo quanto à incidência da sexta parte sobre os "vencimentos integrais", não se pode perder de vista que algumas das edições legislativas, ao criarem gratificações ou adicionais excepcionam a integração de tais parcelas. Há que se respeitar os ditames das leis instituidoras, para definição da base de cálculo do benefício da sexta parte, pois os benefícios concedidos por liberalidade pelo empregador devem ser interpretados restritivamente (art. 114 do Código Civil). TRT/SP 15ª Região 0011502-62.2016.5.15.0088 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 25 maio 2017, p. 28316.

3. SEXTA PARTE. BASE DE CÁLCULO. EXCLUSÃO DO PRÊMIO INCENTIVO. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. Em respeito ao princípio da legalidade (art. 37, *caput*, da Constituição Federal) deve ser excluída da base de cálculo o prêmio incentivo que, por expressa vedação legal, não é computado na base de cálculo de quaisquer outras vantagens pecuniárias. TRT/SP 15ª Região 0011132-78.2015.5.15.0004 Reenec/RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Larissa Carotta Martins da Silva Scarabelim. DEJT 11 maio 2017, p. 10570.

4. SEXTA PARTE. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. BASE DE CÁLCULO. A Constituição Paulista, em seu art. 129, não fez distinção quanto à natureza do vínculo mantido com o servidor para efeito de concessão da parcela denominada sexta parte, bem como foi expressa ao estabelecer que a sua base de cálculo seriam os "vencimentos integrais". TRT/SP 15ª Região 0011213-84.2015.5.15.0082 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 22 jun. 2017, p. 8460.

5. SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE ENDEMIAS SUCEN. SEXTA PARTE (ART. 129 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO). EXTENSÃO AOS EMPREGADOS CELETISTAS. POSSIBILIDADE. A denominada parcela sexta parte, instituída pelo art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo, também contempla os empregados públicos regidos pela CLT, já que a referência aos servidores é no sentido *lato sensu*. Por outro lado, seria inconcebível que o legislador não tivesse amparado os titulares dos empregos públicos com o mesmo benefício deferido aos servidores estatutários, pois, caso contrário, criar-se-ia um fator de desigualdade, sem motivo aparente. Recurso da reclamada não provido. TRT/SP 15ª Região 0011003-10.2015.5.15.0122 RO - Ac. PJe 11ª Câmara. Rel. João Batista Martins César. DEJT 1º jun. 2017, p. 31372.

SINDICATO

SINDICATO. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. ILEGITIMIDADE ATIVA AD CASUSAM. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. Em situações como a que ora se analisa, há que se buscar, sob pena de não prestigiar o princípio da máxima efetividade da tutela coletiva, evitar incorrer no equívoco de permitir que meros satélites ofusquem a visão do planeta em torno do qual orbitam ou de modo a que somente se enxergue as árvores, mas não se vislumbre a floresta.O que se deve almejar, ao se deparar com direitos individuais - ao menos alegadamente - homogêneos, é uma visão geral, de seu conjunto, em que se privilegie os pontos de conexão, de identidade, que existam entre eles. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TOMADOR DE SERVIÇO. ENTE PÚBLICO. RECONHECIMENTO. Atento à moderna visão dos contratos e do princípio da relatividade, e reconhecendo no contrato uma categoria jurídica, irrecusável a responsabilidade do ente público que contrata com empresa a execução de algum serviço, quando esta não honra suas obrigações para com seus empregados, por inconcebível que, por meio de um contrato, possam os contratantes prejudicar terceiros, situação que se torna mais grave ainda quando uma das partes é um ente público, que contrata em nome da sociedade e esta, enquanto tal e enquanto todo, não admite que um integrante seu seja prejudicado por contrato celebrado tendo como uma das partes, justamente quem lhe deve maior proteção. Tanto a Lei Maior como diversos artigos da legislação infraconstitucional não só proíbem, como cuidam de definir a responsabilidade, quando isso ocorre. E tal sentir não nega a força normativa do art. 71, § 1º, da Lei n. 8.666/1993. TRT/SP 15ª Região 0011565-31.2015.5.15.0118 RO - Ac. PJe 6ª Câmara. Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani. DEJT 22 jun. 2017, p. 16724.

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA VINCULADA À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. NECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO PARA DISPENSA DE EMPREGADOS. Tratando-se de sociedade de economia mista vinculada à Administração Pública, as demissões por ela promovidas devem ser motivadas, diante dos princípios insculpidos no art. 37, *caput*, da Constituição Federal. TRT/SP 15ª Região 0011014-09.2015.5.15.0132 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 25 maio 2017, p. 34357.

SUBEMPREITADA

QUARTEIRIZAÇÃO. CONTRATO DE SUBEMPREITADA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO TOMADOR DE SERVIÇO. RECONHECIMENTO. Em contratos de subempreitada, ainda que não tenha firmado contrato com o real empregador do reclamante, o empreiteiro é responsável solidário pelos créditos trabalhistas, pois foi ele o efetivo beneficiado da prestação de serviço do trabalhador. TRT/SP 15ª Região 0012227-80.2015.5.15.0122 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Gerson Lacerda Pistori. DEJT 29 jun. 2017, p. 16804.

SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL

SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. SINDICATO. HORAS EXTRAS. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. LEGITIMIDADE. O sindicato é parte legitima para promover ação, como substituto

processual de empregados de determinada empresa, visando ao recebimento de horas extras não quitadas, pois o que se exige para possibilitar a substituição processual é a homogeneidade do direito e não de sua quantificação. Inteligência dos arts. 8º, III, da CF e 81, III, da Lei n. 8.078/1990. TRT/SP 15ª Região 0012146-29.2014.5.15.0038 RO - Ac. PJe 6ª Câmara. Rel. Jorge Luiz Costa. DEJT 13 jun. 2017, p. 8956.

SUCESSÃO TRABALHISTA

1. SUCESSÃO TRABALHISTA. CONFIGURAÇÃO. Fica caracterizada a sucessão para fins trabalhistas, prevista nos arts. 10 e 448 da CLT, quando comprovada a utilização do mesmo ponto comercial e a continuidade no mesmo ramo de atividade da sucedida. TRT/SP 15ª Região 0010381-12.2015.5.15.0095 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 22 jun. 2017, 6633.
2. SUCESSÃO TRABALHISTA. NÃO CONTINUIDADE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. NÃO CONFIGURAÇÃO. Para que se opere a sucessão de empregadores, nos termos dos arts. 10 e 448 da CLT, não basta que a suposta sucessora se instale no mesmo endereço, ativando-se no mesmo ramo comercial, é necessário que a prestação de serviços, pelo empregado, não sofra solução de continuidade. ACÚMULO DE FUNÇÃO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. O desempenho de atividades que não importam em cumprimento de dupla jornada ou em exercício de atribuições de maior complexidade ou responsabilidade não caracteriza o acúmulo de funções. DANOS MORAIS. INADIMPLEMENTO DOS HAVERES RESCISÓRIOS. NÃO CARACTERIZADO. Inexistindo prova concreta de que o trabalhador suportou humilhações, sofrimento e abalo psíquico, o atraso no pagamento dos haveres rescisórios, por si só, não justifica a condenação de indenização por danos morais. TRT/SP 15ª Região 0012093-44.2014.5.15.0007 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 4 maio 2017, p. 12568.

SÚMULA

SÚMULA N. 268 DO C. TST. INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO. ÔNUS DA PROVA. A ação trabalhista, ainda que arquivada, interrompe a prescrição somente em relação aos pedidos idênticos. Dessa forma, ao alegar a interrupção da prescrição, cabe ao autor juntar a petição inicial da ação proposta anteriormente, a fim de comprovar a identidade de pedidos. TRT/SP 15ª Região 0010480-80.2015.5.15.0030 RO - Ac. PJe 11ª Câmara. Rel. Eder Sivers. DEJT 18 maio 2017, p. 31696.

SUSPEIÇÃO

SUSPEIÇÃO DE MAGISTRADO. EFEITOS. NULIDADE DA SENTENÇA. A autodeclaração de suspeição do magistrado para atuar no processo dispensa a explicitação das razões que a motivaram (art. 145, § 1º, do CPC). No entanto, quando o juiz vincula essa suspeição a elementos objetivos, não pode relativizá-la sem que haja justificativa que denote a insubsistência das razões por ele invocada. Se o juiz se declara suspeito, por razões de foro íntimo, para julgar processos patrocinados por determinado advogado, não poderá proferir sentença ou qualquer outra decisão em processos em que ele atua. Caso assim proceda, o ato decisório é nulo de pleno direito. TRT/SP 15ª Região 0011784-23.2015.5.15.0028 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Carlos Eduardo Oliveira Dias. DEJT 13 jun. 2017, p. 19917.

TELEFONISTA

TELEFONISTA. ART. 227 DA CLT. EXERCÍCIO DE DIVERSAS TAREFAS. INAPLICABILIDADE DA JORNADA DE TRABALHO DE SEIS HORAS. A jornada especial prevista no art. 227 da CLT somente se aplica àqueles profissionais que exercem a atividade de telefonia de forma contínua, exclusiva, não se admitindo, portanto, o exercício de quaisquer outras atividades, ainda que por pequenos períodos. Em outras palavras, telefonista típica é aquela que, de forma continuada, permanente,

labora executando ligações e conexões telefônicas, de forma a caracterizar a penosidade necessária para a incidência do dispositivo legal supracitado. Comprovado que a reclamante, além da função de telefonista, exercia outras tarefas de apoio administrativo, organizando documentos, correspondências, boletos bancários, cartas de cobranças, malotes de correio, além de atender visitantes, clientes e fornecedores, não faz jus à jornada especial de seis horas diárias. Recurso ordinário da autora a que se nega provimento. TRT/SP 15ª Região 0010118-17.2016.5.15.0039 RO - Ac. PJe 5ª Câmara. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DEJT 18 maio 2017, p. 8069.

TERCEIRIZAÇÃO

1. CEF. CONCURSO PÚBLICO. TERCEIRIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS ATINENTES ÀS ATIVIDADES DOS TÉCNICOS BANCÁRIOS DURANTE O PRAZO DE VALIDADE DO CERTAME. DESVIO DE FINALIDADE. DIREITO SUBJETIVO DO CANDIDATO PRETERIDO À NOMEAÇÃO. O excesso na terceirização das atividades da CEF que devem ser realizadas tipicamente por bancários, com desvio de finalidade e consequente preterição, pela empresa pública, dos candidatos aprovados no concurso realizado, importa em reconhecimento do direito subjetivo do candidato aprovado à nomeação. TRT/SP 15ª Região 0010702-28.2016.5.15.0090 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa. DEJT 4 maio 2017, p. 9299.
2. TERCEIRIZAÇÃO DE ATIVIDADE FIM. CONTRATO FRAUDULENTO DE FACÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DAS EMPRESAS ENVOLVIDAS. A formatação jurídica de facção somente é válida quando uma indústria contrata outra, que lhe fornece produtos prontos e fabricados sem qualquer ingerência da compradora. Amplamente demonstrada, em diversos processos movidos contra a recorrente, a ingerência direta exercida na fabricação dos produtos adquiridos das demais reclamadas, emerge cristalina sua responsabilidade subsidiária pelos créditos devidos aos empregados das empresas contratadas, conforme direcionamento da Súmula n. 331 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0012861-48.2015.5.15.0099 RO - Ac. PJe 11ª Câmara. Rel. João Batista Martins César. DEJT 22 jun. 2017, p. 36922.
3. TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA EMPRESA TOMADORA DE SERVIÇOS. Verificada a hipótese da atividade essencial desenvolvida pelo autor se inserir na atividade fim prestada pela tomadora de serviços, fica caracterizada a ilicitude da terceirização e atribui-se responsabilidade solidária das empresas contratantes pelas verbas trabalhistas decorrentes do contrato de trabalho, com fundamento no art. 942, parágrafo único, do Código Civil. TRT/SP 15ª Região 0011477-02.2016.5.15.0039 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 29 jun. 2017, p. 8943.
4. TERCEIRIZAÇÃO LÍCITA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO TOMADOR DOS SERVIÇOS. CABIMENTO. Como real beneficiário dos serviços prestados pela reclamante, responde subsidiariamente o tomador dos serviços por culpa *in vigilando* e *in eligendo*, nos termos do inciso IV da Súmula n. 331 do TST, pois foi em seu benefício que o autor trabalhou, não se lhe facultando, assim, beneficiar-se da força de trabalho do obreiro, sem assumir responsabilidades nas relações jurídicas das quais participa. A responsabilidade subsidiária do tomador não macula a Carta Magna, decorrendo de mera interpretação por analogia do art. 16 da Lei n. 6.019/1974. No caso, sendo incontroverso que a reclamante despendeu sua força de trabalho em benefício do tomador dos serviços/recorrente fez-se necessário a decretação da sua responsabilidade subsidiária pelos créditos decorrentes deste julgado, nos termos da Súmula n. 331 do TST. Recurso ordinário da tomadora dos serviços conhecido e desprovido. TRT/SP 15ª Região 0010471-79.2014.5.15.0119 RO - Ac. PJe 6ª Câmara. Rel. Marcelo Bueno Pallone. DEJT 1º jun. 2017, p. 16482.
5. TERCEIRIZAÇÃO LÍCITA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. A licitude da terceirização não afasta a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços pelos créditos trabalhistas devidos ao empregado, decorrente da culpa *in eligendo* e *in vigilando*. Nesse sentido, o teor do item IV da Súmula n. 331 do TST. DOENÇA OCUPACIONAL. ATIVIDADES LABORAIS QUE DEMANDAM ESFORÇO FÍSICO NO MEMBRO LESIONADO. AGRAVAMENTO DA DOENÇA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAL E MATERIAL. CABIMENTO. Comprovado, mediante prova pericial, que as atividades laborais envolvendo esforço físico no segmento da coluna lesionado, foram decisivas para

o agravamento da doença do trabalhador, assim como a culpa do empregador no evento danoso, uma vez que não foram tomadas as medidas e os cuidados eficientes para evitar o dano, exsurge o dever de indenizar o abalo moral e material imposto ao trabalhador. TRT/SP 15ª Região 0010493-80.2014.5.15.0138 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 4 maio 2017, p. 8384.
6. TERCEIRIZAÇÃO. CONVÊNIO COM ENTIDADE NÃO GOVERNAMENTAL DE AÇÃO SOCIAL. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO MUNICÍPIO. APLICAÇÃO DO INCISO IV DA SÚMULA N. 331 DO C. TST. Embora, em tese, seja admissível a parceria entre o Estado e entidades não governamentais na execução de serviços públicos, é imprescindível a existência de total lisura no processo que vier a estabelecer o referido convênio, para que não reste caracterizada terceirização ilegal de serviços. Caso isso não ocorra, fica o ente público subsidiariamente responsável por eventuais inadimplementos das obrigações trabalhistas por parte da prestadora de serviços. Exegese da Súmula n. 331 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0010825-33.2015.5.15.0099 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Carlos Eduardo Oliveira Dias. DEJT 13 jun. 2017, p. 16684.
7. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. A conduta culposa do ente público, beneficiário dos serviços prestados pelo trabalhador, no cumprimento das obrigações da Lei n. 8.666/1993, evidenciada, no caso concreto, pela ausência de regular fiscalização quanto ao cumprimento das obrigações contratuais e legais da empresa contratada, autoriza o reconhecimento da responsabilidade subsidiária, a que alude a Súmula n. 331, V, do TST. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. Tendo o reclamante apresentado declaração de hipossuficiência financeira e estando assistido pelo sindicato, devida a verba de honorários advocatícios - Súmulas n. 219 e 329 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0011089-84.2016.5.15.0141 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 28501.
8. TERCEIRIZAÇÃO. PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA PELAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS. PROCESSO DE LICITAÇÃO. ART. 71 DA LEI N. 8.666/1993. CABIMENTO. O princípio da proteção ao trabalhador permite responsabilizar subsidiariamente a empresa tomadora, ante eventual inadimplência da empresa interposta, pelo prejuízo que seria causado ao empregado, cuja força de trabalho foi utilizada em seu proveito. O fato de ter ocorrido regular processo de licitação não desonera a contratante de fiscalizar a atuação da contratada, de modo que pelo disposto no art. 71 da Lei n. 8.666/1993, tendo a tomadora incorrido em efetiva culpa *in vigilando*, não resta isenta de tal encargo legal de fiscalização em relação às empresas com as quais pactua, durante o período de vigência dos respectivos contratos. A responsabilidade subsidiária, contudo, não transfere à tomadora a responsabilidade que é própria da empregadora. TRT/SP 15ª Região 0010384-22.2016.5.15.0033 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Claudinei Zapata Marques. DEJT 25 maio 2017, p. 22331.
9. TERCEIRIZAÇÃO. SERVIÇOS DE LIMPEZA HOSPITALAR. ENTE PÚBLICO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. A conduta culposa do ente público, beneficiário dos serviços prestados pelo trabalhador, no cumprimento das obrigações da Lei n. 8.666/1993, evidenciada no caso concreto pela ausência de regular fiscalização quanto ao cumprimento das obrigações contratuais e legais da empresa contratada, autoriza o reconhecimento da responsabilidade subsidiária, a que alude a Súmula n. 331, V, do TST. FAZENDA PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. JUROS DE MORA. OJ N. 382 DA SDI-1. Aplica-se o percentual de 1% ao mês, a título de juros de mora, quando a responsabilidade do ente público é de caráter subsidiário. Incidência da OJ n. 382 da SDI-1 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0011444-92.2015.5.15.0153 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 4 maio 2017, p. 11298.
10. TERCEIRIZAÇÃO. SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA. ENTE PÚBLICO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. A conduta culposa do ente público, beneficiário dos serviços prestados pelo trabalhador, no cumprimento das obrigações da Lei n. 8.666/1993, evidenciada, no caso concreto, pela ausência de regular fiscalização quanto ao cumprimento das obrigações contratuais e legais da empresa contratada, autoriza o reconhecimento da responsabilidade subsidiária, a que alude a Súmula n. 331, V, do TST. VALE-TRANSPORTE. INDENIZAÇÃO. NÃO CABIMENTO. Comprovado que o trabalhador optou por não fazer uso do seu direito ao vale-transporte, não faz jus à indenização substitutiva. TRT/SP 15ª Região 0011537-63.2015.5.15.0118 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 4 maio 2017, p. 11537.

TERMO DE CONCILIAÇÃO

TERMO DE CONCILIAÇÃO FIRMADO PERANTE COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA. AUSÊNCIA DE RESSALVAS. EFEITOS. QUITAÇÃO GERAL DO CONTRATO DE TRABALHO. Ausente ressalva expressa no termo de conciliação firmado perante Comissão de Conciliação Prévia, possui o título em questão eficácia liberatória geral, com quitação ampla do extinto contrato de trabalho, ante o caráter geral da quitação dada nesse organismo jurídico de natureza autocompositiva, nos termos do parágrafo único do art. 625-E da CLT. Reforma-se. TRT/SP 15ª Região 0011772-94.2015.5.15.0032 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 8 jun. 2017, p. 3780.

TRABALHADOR

1. TRABALHADOR AUTÔNOMO. ANTIGO "CHAPA". CONTRATADO POR EMPRESA INTERPOSTA, E NÃO REGISTRADO. A reclamada era apenas uma das tomadoras de seu serviço, na carga e descarga de mercadorias. Não reconhecimento do vínculo empregatício. TRT/SP 15ª Região 0011014-74.2016.5.15.0002 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 18 maio 2017, p. 2214.
2. TRABALHADOR RURAL. TRABALHO A CÉU ABERTO. AGENTE CALOR. INSALUBRIDADE. POSSIBILIDADE DE CARACTERIZAÇÃO. A exposição ao calor na lavoura, em algumas hipóteses, enseja o pagamento de adicional de insalubridade, considerando-se o texto do Anexo 3 da NR-15. Com efeito, o item 1 desta norma utiliza a expressão "ambientes externos com carga solar" para se avaliar os limites de tolerância para exposição ao calor a céu aberto. Não se trata de reconhecer a insalubridade pela exposição aos raios solares, com base no Anexo 7 da NR-15, situação tratada na OJ n. 173 da SDI-I do C. TST, mas sim pela exposição ao calor, quando ele excede os limites previstos legalmente. Necessária, em cada caso, a avaliação quantitativa da sobrecarga térmica baseada no Anexo 3 da NR-15 do Ministério do Trabalho e Emprego, o qual traz os índices para a referida avaliação em ambientes externos com carga solar. CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL/CONFEDERATIVA. PRECEDENTE NORMATIVO N. 119 DA SDC DO C. TST E SÚMULA VINCULANTE N. 40 DO E. STF. Somente a contribuição sindical tem origem legal, a cujo pagamento está obrigado o empregado, independentemente de filiação ou previsão em norma coletiva da categoria (arts. 578 e seguintes da CLT). As disposições normativas que obrigam aos descontos a título de contribuição confederativa e assistencial, independentemente de filiação do empregado à entidade sindical, ofendem o princípio insculpido no inciso V do art. 8º da Constituição Federal. TRT/SP 15ª Região 0010951-73.2014.5.15.0146 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira. DEJT 25 maio 2017, p. 34207.

TRABALHO

1. MONTADOR. TRABALHO EXTERNO. ENQUADRAMENTO NA EXCEÇÃO DO ART. 62, I, DA CLT. NÃO CONFIGURAÇÃO. O inc. I do art. 62 da CLT exclui do regime de horas extras o empregado que exerce atividade externa incompatível com a fixação de horário, não incidindo nas hipóteses em que a ausência de controle de jornada decorre de simples opção e conveniência do empregador. TRT/SP 15ª Região 0011867-14.2015.5.15.0004 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 11 maio 2017, p. 26014.
2. TRABALHO "PEJOTIZADO" NA MANUTENÇÃO DE BOMBAS DE COMBUSTÍVEL. SUBORDINAÇÃO ESTRUTURAL CARACTERIZADA. VÍNCULO DE EMPREGO RECONHECIDO. O reclamante prestava serviços com subordinação, porquanto se inseria na estrutura das reclamadas, conformando-se exatamente às suas exigências, realizando as manutenções das bombas de combustível de seus clientes, com observância às suas exigências técnicas, tendo frequentado cursos na sede da primeira reclamada. Estava inserido dentro de esquema de subordinação estrutural, em que atendia exatamente às necessidades das reclamadas, independentemente de receber ordens diretas, pois para isso bastava atender à dinâmica de organização e funcionamento do tomador de

seus serviços. TRT/SP 15ª Região 0010542-26.2016.5.15.0147 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa. DEJT 13 jun. 2017, p. 22490.

3. TRABALHO DA MULHER. PRORROGAÇÃO DA JORNADA. INTERVALO OBRIGATÓRIO. A constitucionalidade do art. 384 da CLT e a correspondente obrigatoriedade de remuneração do período como horas extras, reconhecendo que sua infração não é mera conduta reprovável na esfera administrativa, já se encontram sedimentados no C. TST, desde 13.2.2009, quando do julgamento do Incidente de Inconstitucionalidade 1540/2005-046-12-00. TRT/SP 15ª Região 0010059-31.2015.5.15.0082 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 1º jun. 2017, p. 6851.

4. TRABALHO EM CONDIÇÕES INSALUBRES POR CALOR ACIMA DOS LIMITES DE TOLERÂNCIA. AUSÊNCIA DE PAUSAS DE RECUPERAÇÃO TÉRMICA. PAGAMENTO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. INEXISTÊNCIA DE DANOS MORAIS INDENIZÁVEIS. Em que pesem os desconfortos sofridos pelos trabalhadores em razão do labor em condições insalubres por calor acima dos limites de tolerância, sem a concessão das pausas recomendadas pela NR-15 (Anexo III, Quadro 1), não emerge dano moral indenizável ao trabalhador, mormente se a empregadora observa o pagamento do adicional de insalubridade legalmente estabelecido. TRT/SP 15ª Região 0012198-45.2015.5.15.0117 RO - Ac. PJe 8ª Câmara. Rel. Luiz Roberto Nunes. DEJT 25 maio 2017, p. 30499.

5. TRABALHO EXTERNO. POSSIBILIDADE DE CONTROLE DA JORNADA. Da leitura do art. 62, inciso I, da CLT, chega-se facilmente à conclusão de que não é o trabalho externo que retira o empregado do regime do Capítulo II da CLT - Da Duração do Trabalho, mas, sim, o trabalho que é realizado com a conjugação de dois fatores: ativação externa e incompatibilidade com a fixação de jornada. Dê-se grande destaque, por oportuno, que não é a ausência de controle, porém, a sua impossibilidade que deve restar configurada. TRT/SP 15ª Região 0010857-55.2014.5.15.0137 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior. DEJT 1º jun. 2017, p. 8824.

6. TRABALHO EXTERNO. POSSIBILIDADE DE FISCALIZAÇÃO DA JORNADA PELO COMPARECIMENTO DO TRABALHADOR NA SEDE DA EMPRESA NO INÍCIO E FIM DO EXPEDIENTE. INAPLICÁVEL A EXCEÇÃO PREVISTA NO ART. 62, I, DA CLT. Para inserir o trabalhador na exceção prevista no art. 62, I, da CLT é indispensável a prova da impossibilidade de fixação de uma jornada de trabalho a ser cumprida e da impossibilidade do controle. Demonstrada a possibilidade de aferição da jornada efetivamente cumprida, inviável o enquadramento na exceção legal, ainda que o empregador não tenha promovido a fiscalização, fazendo jus o trabalhador ao recebimento, como extras, das horas cumpridas além dos limites constitucionalmente garantidos. TRT/SP 15ª Região 0010276-69.2015.5.15.0116 RO - Ac. PJe 3ª Câmara. Rel. Larissa Carotta Martins da Silva Scarabelim. DEJT 11 maio 2017, p. 8798.

7. TRABALHO RURAL A CÉU ABERTO. EXPOSIÇÃO AO CALOR EXCESSIVO. INSALUBRIDADE. O trabalho rural a céu aberto enseja o pagamento do adicional de insalubridade, em razão da exposição ao calor acima dos limites de tolerância, nos termos dos Quadros 1 a 3 do Anexo 3 da NR n. 15. Recurso dos reclamados a que se nega provimento. TRT/SP 15ª Região 0011089-75.2015.5.15.0026 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa. DEJT 4 maio 2017, p. 10353.

TRANSAÇÃO

TRANSAÇÃO. ADESÃO A PROGRAMA DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO. OCORRÊNCIA. REFORMA DA OJ N. 270 DA SBDI-1 DO C. TST, PELO PLENÁRIO DO STF, EM SESSÃO DO DIA 30.4.2015. O desligamento de empregado por meio de adesão ao programa de demissão voluntária,

que prevê benefícios pecuniários para quem a ele adere, assemelha-se a verdadeira transação. Assim, não se pode admitir que o empregado, após ver-se beneficiado com o acordo realizado, venha a postular vantagens decorrentes de alegada não efetivação de pagamentos anteriores. Reconhecido o pacto firmado entre as partes, como verdadeira transação, determina-se a extinção do processo, com julgamento do mérito, na forma do art. 487, III, do CPC. Recurso provido. TRANSAÇÃO. ADESÃO A PDV. OCORRÊNCIA. REGRAS DO PLANO DE SAÚDE PARA INATIVOS. VALIDADE. DIREITO À MANUTENÇÃO DO PLANO: INEXISTENTE. EXTINÇÃO DO PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO: ART. 487, INCISO III, LETRA "B", DO CPC. Diante da verificada validade da transação, em sede de PDV, nos termos da cláusula de n. 5 do Acordo sobre a Rescisão do Contrato de Trabalho, para o autor poder aderir ao plano de saúde de inativos da reclamada, com a mesma cobertura assistencial oferecida aos empregados ativos, deveria formalizar sua adesão no prazo máximo de 30 (trinta) dias, em resposta ao Termo de Opção pelo Plano Médico, formalizado no ato da comunicação do aviso-prévio. Além disso, o referido benefício tem duração por um período limitado a 1/3 (um terço) do período de vínculo com a reclamada, sendo por um prazo mínimo de 6 meses e até o máximo de 24 meses, nessas hipóteses sendo custeado pelo próprio beneficiário. Contudo, o autor optou por receber, a título gratuito, por 3 meses de plano médico, ao invés de gozar dele por maior prazo e custeá-lo. Dessa forma, ao selecionar essa opção de recebimento gracioso do plano de saúde da reclamada por 3 meses, e escoado esse prazo, não tem mais o autor direito à manutenção do mesmo, por força do teor do PDV ao qual ele aderiu. Isso porque, manuseados os autos, verifica-se que não há nenhum documento colacionado que comprove o requerimento do autor no sentido de manter o controvertido plano de saúde para inativos, ofertado pela reclamada. Insta salientar que não há indícios, tampouco alegação de vício de vontade, por parte do autor, quanto à sua adesão ao PDV e ao sistema relativo ao plano de saúde nele contido, sendo, assim, plenamente válida a cessação deste. Nesse espeque, impõe-se o acolhimento da preliminar arguida, extinguindo-se o feito com resolução do mérito, na forma do art. 269, inciso III, do Código de Processo Civil. TRT/SP 15ª Região 0012290-56.2015.5.15.0009 ROPS - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 11 maio 2017, p. 5390.

TURNO DE REVEZAMENTO

1. TURNO ININTERRUPTO DE REVEZAMENTO. NEGOCIAÇÃO COLETIVA. DESCUMPRIMENTO. O descumprimento dos termos da negociação coletiva que autoriza o elastecimento do turno ininterrupto de revezamento justifica o reconhecimento da jornada especial de seis horas, prevista no art. 7º, XIV, da CF, fazendo jus o trabalhador ao pagamento, como extra, das horas laboradas após a 6ª diária. TRT/SP 15ª Região 0010857-74.2015.5.15.0087 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 25 maio 2017, p. 34015.

2. TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO. ACORDO COLETIVO. FIXAÇÃO DE JORNADA SUPERIOR A SEIS HORAS DIÁRIAS. AUSÊNCIA DE CONTRAPARTIDA. INVÁLIDO. Conforme ilação que se extrai de interpretação sistemática da Constituição Federal, o elastecimento da jornada realizada em turnos ininterruptos de revezamento, por meio de negociação coletiva (art. 7º, XIV, da CF), somente é permitido se houver uma contrapartida para o trabalhador, visando à melhoria de sua condição social (art. 7º, *caput*, da CF), sob pena de representar eliminação ou diminuição pura e simples de direito. Da leitura dos acordos coletivos trazidos aos autos, verifica-se que o reclamante não obteve qualquer contrapartida direta com a negociação implementada, de modo que não podem ser considerados válidos, pois nenhuma negociação efetiva houve, mas sim verdadeira imposição que resultou na supressão de direitos. O conjunto probatório também revelou o cumprimento de horas extras habituais, perfazendo jornada acima de 8 horas. A situação se agrava diante do labor em período destinado à refeição e da inobservância da hora noturna reduzida. Além disso, após meados de 2012, foi estabelecida jornada de 12 horas em turnos de revezamento. Tais circunstâncias afastam a aplicação do entendimento firmado na Súmula n. 423 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0010634-25.2015.5.15.0022 RO - Ac. PJe 5ª Câmara. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DEJT 13 jun. 2017, p. 2567.

3. TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO. ALTERNÂNCIA EM PERÍODOS VARIÁVEIS. CARACTERIZAÇÃO. Demonstrado que o trabalhador se ativou em turnos, compreendendo os períodos diurno e noturno, com alternância em períodos variados, resta caracterizado o labor em turnos ininterruptos de revezamento, previsto no art. 7º, XIV, da CF, fazendo jus o trabalhador ao pagamento, como extras, das horas laboradas, após a 6ª diária e 36ª semanal, e respectivos reflexos. INTERVALO INTRAJORNADA. SUPRESSÃO. PAGAMENTO. A supressão do intervalo intrajornada, ainda que parcial, defere ao trabalhador o pagamento integral do intervalo alimentar. Súmula n. 437, I, do C. TST. CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA. RESTITUIÇÃO Não comprovada a filiação do empregado ao sindicato de classe, é devida a restituição dos descontos efetuados a título de contribuição confederativa. Precedente Normativo n. 119 do TST e Súmula Vinculante n. 40 do STF. DANOS MORAIS. JORNADA EXCESSIVA. SITUAÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. A extrapolação da jornada, desacompanhada de elementos que caracterizem situação degradante de trabalho, análoga à de escravo, não autoriza o pagamento de indenização por danos morais. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NÃO CABIMENTO. Ausente a assistência sindical, indevida a verba de honorários advocatícios - Súmulas n. 219 e 329 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0010423-05.2016.5.15.0070 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 26949.

4. TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO. ELASTECIMENTO DA JORNADA POR NORMA COLETIVA. AUSÊNCIA DE CONTRAPARTIDA. INVALIDADE. Não goza de validade o ajuste coletivo previsto pelo art. 7º, XXVI, da Constituição Federal, que não assegura contrapartida satisfatória para o elastecimento da jornada diária de 6 (seis) horas fixada para labor em turnos ininterruptos de revezamento. INTERVALO INTRAJORNADA. SUPRESSÃO. PAGAMENTO. REFLEXOS. A supressão do intervalo intrajornada, ainda que parcial, defere ao trabalhador o pagamento integral do intervalo alimentar e seus reflexos. Súmula n. 437, I e III, do C. TST. TRABALHADOR RURAL. HORAS *IN ITINERE*. TRANSPORTE PÚBLICO REGULAR E COMPATÍVEL COM A JORNADA DE TRABALHO. AUSÊNCIA DE PROVA. Não se desincumbindo o empregador do ônus da prova, quanto à existência e compatibilidade de transporte público regular com a jornada de trabalho do empregado, o local de trabalho é de ser considerado de difícil acesso, assistindo ao trabalhador o direito de receber como horas *in itinere* todo o tempo de trajeto. Inteligência da Súmula n. 90 do C. TST e § 2º do art. 58 da CLT. TRT/SP 15ª Região 0012182-15.2015.5.15.0110 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 13 jun. 2017, p. 24341.

5. TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO. EXISTÊNCIA DE LABOR EXTRAORDINÁRIO HABITUAL. DESCARACTERIZAÇÃO DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA. MANUTENÇÃO DA JORNADA DE SEIS HORAS. A prestação de horas extras habituais além da oitava diária descaracteriza o acordo coletivo porque fere o art. 7º, inciso XIV, da Constituição Federal, implicando no pagamento da 7ª e 8ª horas como extraordinárias. TRT/SP 15ª Região 0010314-42.2016.5.15.0150 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Hélio Grasselli. DEJT 25 maio 2017, p. 1966.

TUTELA ANTECIPADA

TUTELA ANTECIPATÓRIA REVOGADA PELA SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO ORDINÁRIO. NÃO RESTABELECIMENTO DA TUTELA REVOGADA. A sentença de improcedência, ao revogar expressamente a antecipação da tutela inicialmente deferida, implica o retorno ao *status quo* anterior à sua concessão. Nesse aspecto, ainda que fosse concedido efeito suspensivo ao recurso interposto pela parte, tal medida restaria inócua, pois não teria como consequência o restabelecimento da medida antecipatória de tutela revogada pela decisão de mérito prolatada. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. DISPENSA DISCRIMINATÓRIA NÃO CARACTERIZADA. A dor e angústia causadas pela dispensa do trabalho, via de regra, costumam acompanhar qualquer rescisão contratual. Todavia, nem por isso o empregado dispensado faz jus a indenização por danos morais. Para a configuração desse instituto e, via de consequência, para que surja o direito à indenização, é necessário que o ato praticado pelo empregador repercuta na imagem da trabalhadora, de modo a lhe causar violação à honra ou a macular a sua dignidade. *In casu*, porém, não restou comprovada qualquer atitude da reclamada

que repercutisse negativamente na imagem da reclamante, ou que viesse a lhe ofender a honra, a dignidade, a honestidade, a intimidade ou quaisquer outros direitos de sua personalidade, limitando-se a mesma a fazer uso de seu direito potestativo de rescindir o contrato de trabalho. Recurso ordinário a que se nega provimento. TRT/SP 15ª Região 0010681-53.2016.5.15.0122 RO - Ac. PJe 5ª Câmara. Rel. Scynthia Maria Sisti Tristão. DEJT 18 maio 2017, p. 9654.

TUTELA INIBITÓRIA

TUTELA INIBITÓRIA. ALTERAÇÃO DOS HORÁRIOS DA JORNADA NO COMÉRCIO. FINAL DO ANO. CABIMENTO. A tutela inibitória visa à prevenção de direitos individuais e coletivos da categoria, dispensando a prova da prática do efetivo dano. A concessão da medida, no curso do processo, ante o caráter satisfativo que se reveste, justifica a procedência parcial da ação. TRT/SP 15ª Região 0013228-03.2015.5.15.0025 RO - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DEJT 22 jun. 2017, p. 31038.

UNICIDADE DO CONTRATO

UNICIDADE CONTRATUAL. NÃO CARACTERIZAÇÃO. Em decorrência do cancelamento da antiga Súmula n. 20 do C. TST, atualmente prevalece o entendimento no sentido de que o simples fato de o empregado ter sido readmitido pela empresa num curto espaço de tempo, da extinção do primeiro contrato de trabalho, não é suficiente para caracterizar a unicidade contratual. O reconhecimento da unicidade contratual exige prova cabal, e, por ser fato constitutivo de direito, é da parte autora o ônus de prová-la, de acordo com os termos do art. 818 da CLT, combinado com o art. 373, I, do NCPC. Entretanto, a tese inicial não encontrou respaldo na prova produzida, notadamente na prova oral, na medida em que a autora, em audiência, confessa que não laborou no período compreendido entre 28.2.2014 e 3.6.2014, intervalo superior a três meses, o que impede o reconhecimento da unicidade contratual, já que não demonstrada a fraude decorrente da dispensa seguida de subsequente readmissão. Mantém-se. TRT/SP 15ª Região RO-0011053-69.2016.5.15.0035 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 14 jun. 2017, p. 1852.

VALE-TRANSPORTE

VALE-TRANSPORTE. ÔNUS DA PROVA. RECURSO ORDINÁRIO DO MUNICÍPIO. A teor do disposto no art. 7º do Decreto n. 95.247/1987, que regula a Lei n. 7.418/1985, o exercício, pelo empregado, do direito ao vale-transporte, ocorre por iniciativa deste, devendo ser formalizado de forma expressa, já que, nos termos da lei, o beneficiário deve informar seu endereço, bem como os serviços e meios de transportes mais adequados ao seu deslocamento residência-trabalho, e vice-versa. As exigências legais, neste caso, foram plenamente atendidas, sendo devido o benefício em questão. E ainda que tal formalidade não tivesse sido cumprida, é fato que, tanto a preposta, quanto a testemunha patronais, confirmaram que, desde a admissão, e até fevereiro de 2016, a reclamante se locomovia até o serviço, e vice-versa, mediante a utilização de transporte público intermunicipal (de Cachoeira Paulista - onde reside - até Cruzeiro e, daí, até Lavrinhas - onde trabalha). Destarte, não há como afastar a condenação imposta pela origem, que deve subsistir, por seus próprios e jurídicos fundamentos. Sentença mantida. TRT/SP 15ª Região 0011914-74.2015.5.15.0040 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 11 maio 2017, p. 5094.

VALOR DA CAUSA

VALOR DE ALÇADA. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. Hipótese em que não se conhece do recurso ordinário, por se tratar de alçada exclusiva da Vara, uma vez que o valor atribuído à causa não supera dois salários-mínimos vigentes à época da propositura da ação e a matéria versada não se reveste de natureza constitucional. Aplicação do disposto no art. 2º, § 4º, da

Lei n. 5.584/1970 e do entendimento contido na Súmula n. 356 do C. TST. TRT/SP 15ª Região 0011129-78.2016.5.15.0040 RO - Ac. PJe 10ª Câmara. Rel. Fabio Grasselli. DEJT 29 jun. 2017, p. 19427.

VENDEDOR

VENDEDOR. ATIVIDADE EXTERNA. ART. 62, I, DA CLT. CONTROLE INDIRETO E À DISTÂNCIA DA JORNADA DE TRABALHO. ADICIONAL DE HORAS EXTRAS DEVIDO. A exceção contida no art. 62, I, da CLT, tem incidência sobre os empregados que, executando serviços externos em razão da própria natureza das funções, não podem estar submetidos a horários, desde que tal importe em impedir o normal desenvolvimento da atividade. A regra geral, no caso, é o não recebimento de horas extras, face à ausência de controle. Entretanto, em havendo controle por parte da empresa - ainda que indireto - sobre a atividade do empregado, não se aplica a exceção prevista no art. 62, I, da CLT. No caso, a prova testemunhal atesta a extensa jornada de trabalho praticada, com o controle sendo exercido de forma indireta e à distância, em especial pelos inúmeros pontos de vendas a serem atendidos no dia de trabalho. De modo algum é admitido à empregadora, sob o pretexto de que o empregado atua em atividade externa e sem controle de jornada, impor um número excessivo de rotas para venda, tendo-se, como consequência última, uma extensa jornada diária de trabalho para, ao depois, buscar abrigo em dispositivo legal, pretendendo, para dizer o mínimo, sonegar direito e obter enriquecimento sem causa. Por conseguinte, todos esses fatos, somados, evidenciam que havia controle da jornada de trabalho, ainda que indireto e à distância, razão por que não há como se admitir como aplicável à hipótese o disposto no art. 62, I, da CLT. Recurso ordinário da reclamada conhecido e não provido. TRT/SP 15ª Região 0011214-59.2014.5.15.0032 RO - Ac. PJe 6ª Câmara. Rel. Fábio Allegretti Cooper. DEJT 1º jun. 2017, p. 17142.

VERBA RESCISÓRIA

VERBAS RESCISÓRIAS. NÃO PAGAMENTO INJUSTIFICADO. DANO MORAL. VIOLAÇÃO DE BENS JURÍDICOS CONSTITUCIONAIS. INDENIZAÇÃO DEVIDA. É o art. 1º da Constituição Federal que estabelece os parâmetros para a concepção do patrimônio imaterial dos trabalhadores, de modo que a dignidade da pessoa humana (inc. III) e valor social do trabalho (inc. IV) são os delineadores daquilo que impropriamente tem sido chamado de moral. Nesses termos, é o reconhecimento constitucional de que o ser humano é uma finalidade em si mesmo (dignidade da pessoa humana na acepção kantiana do termo) que impede a instrumentalização do cidadão trabalhador pelo capital. Não foi por acaso que o legislador constitucional previu a valorização social do trabalho à frente da valorização da livre iniciativa. Agiu dessa forma porque o trabalho (como instrumento para a realização do próprio ser humano) sempre precede o capital, já que existirá independentemente da possibilidade de geração de lucro e de recebimento de salário. A livre iniciativa, embora importantíssima para o desenvolvimento de uma nação, jamais existirá sem o labor humano. Assim, sofrimento, dor e angústia são irrelevantes para a constatação do dano. É a lesão ao bem jurídico que se mostra imprescindível para o deferimento de indenização. Os aspectos fáticos e eventuais, caso ocorram, podem servir como parâmetro para arbitramento de valores. Nesses termos, a prática reiterada e injustificada de não pagar verbas rescisórias é conduta ofensiva à dignidade do trabalhador e à valorização social de seu trabalho. É claro que essa conduta ilícita não ofende honra, imagem, intimidade e vida privada - conceitos que restringem indevidamente a patrimônio imaterial criado pela Constituição Federal de 1988. Quando o empregador deixa de pagar, de forma injustificada, as verbas rescisórias, deixa de respeitar o valor social do trabalho, pois transforma o labor humano em mero instrumento para implementação do lucro. Isso porque, agindo assim, pressupõe a miserabilidade da condição social da maioria dos reclamantes e aposta na realização de acordos que ficam muito aquém daquilo que seria devido. De mais a mais, é bem sabido que o não pagamento injustificado é prática financeiramente calculada e, por isso mesmo, mais rentável, pois mantém o capital da reclamada sem os decréscimos consequentes do pagamento. É nesse ponto que a prática evidencia indevida sobreposição do capital em relação ao

trabalho, subvertendo estrutura axiológica bem estabelecida pela Constituição Federal. Violados bens jurídicos previstos pela Constituição Federal, não há dúvida de que a indenização é devida. TRT/SP 15ª Região 0010934-69.2014.5.15.0006 RO - Ac. PJe 11ª Câmara. Rel. João Batista Martins César. DEJT 1º jun. 2017, p.31235.

VIGIA

1. VIGIA E VIGILANTE. DISTINÇÃO ENTRE ESSAS FUNÇÕES. PEDIDO DE ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. NÃO APLICAÇÃO, AO VIGIA (NA VERDADE, ERA APENAS UM PORTEIRO), NOS TERMOS DA LEI N. 12.740/2012, REGULAMENTADA PELA PORTARIA DO MTE N. 1.885/2013, DE 3.12.2013. As atividades constantes da referida Portaria Ministerial referem-se à profissão de vigilante e não de vigia, figuras estas que não se confundem. O vigilante é contratado para proceder à vigilância patrimonial dos estabelecimentos, à segurança de pessoas físicas, ao transporte de valores ou para garantir o transporte de qualquer outro tipo de carga. Para proteger patrimônio alheio, submetem sua própria segurança pessoal a um risco acentuado, o que justifica o adicional de periculosidade, em se tratando de serviço que somente é executado em locais ou em situações com expoente receio de violência a patrimônio material ou pessoal. O vigilante integra uma profissão regulamentada, zela não só pelo patrimônio, mas também pela integridade física das pessoas, e atua de forma ostensiva, semelhante ao policiamento. Sua profissão exige formação e aprovação em curso de vigilante, realizado por empresa devidamente autorizada e reconhecida pela Polícia Federal. O vigia, por seu turno, exerce função não especializada e que se destina, na maioria das vezes, a cuidar do patrimônio fechado; portanto, é bastante limitada. Exerce tarefas de observação e fiscalização de determinado local e, em razão das peculiaridades, suas atividades não lhe imputam os mesmos riscos do vigilante. Assim, tendo em vista a exigência de obediência à norma regulamentadora, com relação às atividades de risco que ensejam o recebimento do respectivo adicional, e, principalmente, pelo entendimento desta Relatoria, de que dentre as atividades descritas no art. 193 da CLT, bem como no Anexo 3 da NR-16, instituída pela Portaria do MTE n. 1.885/2013, não se encontra a figura do **vigia**, há que ser reformada a r. sentença de Primeiro Grau, quanto ao tema. Recursos patronais providos. TRT/SP 15ª Região 0011059-07.2015.5.15.0134 RO - Ac. PJe 1ª Câmara. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DEJT 14 jun. 2017, p. 1880.

2. VIGIA. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. É devido o adicional de periculosidade a todo trabalhador que, desenvolvendo fiscalização e guarda do patrimônio ou das pessoas, tem por atribuição a realização de rondas, mesmo que desprovido de armas, treinamento ou especialização em defesa e segurança. Referência meramente exemplificativa do Anexo 3 da NR-16. Exposição a situação de roubo ou a outras espécies de violência física caracterizada. TRT/SP 15ª Região 0012216-13.2015.5.15.0070 RO - Ac. PJe 6ª Câmara. Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani. DEJT 22 jun. 2017, p. 17776.

3. VIGILANTE. ESCALA 12X36. VALIDADE. Autorizada por norma coletiva, a escala 12x36 é considerada válida. Descansos semanais remunerados são compensados pelo sistema adotado, porém, devido o pagamento, como extra, das horas laboradas em feriados, nos termos da Súmula n. 444 do C. TST. TRT/SP 15ª Região RO-0011002-81.2016.5.15.0092 - Ac. PJe 9ª Câmara. Rel. Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira. DEJT 22 jun. 2017, p. 28349.

Índice do Ementário

ABONO

- Abono desempenho. Habitualidade. Servidor municipal celetista. Observância do art. 457, § 1º, da CLT. Diferenças e reflexos. Devidos 523
- Abono salarial concedido em valor fixo 523

AÇÃO

- Ação civil pública. Legitimidade do Ministério Público. Direitos individuais homogêneos. Tutela inibitória 523
- Ação civil pública. Meio ambiente do trabalho. Entidade sindical. Legitimidade ativa. Pertinência temática 523
- Ação de cobrança de contribuição sindical patronal rural. Procedimento sumaríssimo. Não indicação correta do endereço do devedor 523
- Ação de cobrança de contribuições sindicais. Editais de cobrança publicados sem identificação do devedor. Ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo previsto no art. 605 da CLT 524
- Ação de cobrança. Contribuição sindical rural. Necessidade de notificação pessoal do sujeito passivo. Abuso do direito de cobrança 524
- Ação de consignação em pagamento. Entrega de documentos. Cabimento 524
- Ação de indenização. Prescrição. Início da contagem somente a partir da ciência inequívoca do dano indenizável 524
- Ação indenizatória por danos morais. Existência de ação anterior versando sobre o mesmo fato, mesma relação jurídica e mesma causa de pedir. Extinção do feito pela coisa julgada. Eficácia preclusiva da coisa julgada. Art. 508 do NCPC 524
- Ação indenizatória. Acidente de trabalho típico. Propositura na esfera trabalhista após a entrada em vigor da EC n. 45/2004. Prescrição. Prazo. Fluência. Ciência inequívoca do dano 525
- Ação individual e ação coletiva. Litispendência 525
- Ação rescisória. Violação a dispositivo de lei. Interpretação razoável conferida à matéria. Improcedência 525
- Ação trabalhista. Aviso-prévio indenizado. Projeção no tempo de serviço para fins de contagem do prazo prescricional bienal 525

ACIDENTE DE TRABALHO

- Acidente de trabalho e/ou doença ocupacional. Danos morais. Ausência de nexo causal. Descaracterização 525
- Acidente de trabalho fatal. Danos moral e material. Culpa do empregador. Configuração 525
- Acidente de trabalho. Dano moral. Culpa do empregador. Configuração 539
- Acidente de trabalho. Doença ocupacional. Perda auditiva. Dano moral. Culpa do empregador. Configuração 525
- Acidente de trabalho. Garantia de emprego. Indenização substitutiva. Contrato de trabalho suspenso. Não cabimento 534
- Acidente de trabalho. Indenização por danos materiais e morais 526

- Acidente de trabalho. Indenização por danos materiais. Percepção de benefício previdenciário. Possibilidade de cumulação 526
- Acidente de trabalho. Marco inicial da prescrição. Data da realização da perícia. Consolidação do dano. Legislação cível aplicável 526
- Acidente de trabalho. Prescrição. Início do prazo 526
- Acidente de trabalho. Responsabilidade subjetiva 526
- Acidente de trabalho/doença ocupacional. Ciência inequívoca da lesão posterior à vigência da EC n. 45/2004. Prescrição trabalhista 526
- Acidente do trabalho. Comprovação de nexo concausal. Presença de nexo técnico epidemiológico indenizações por dano material e moral devidas 527
- Acidente do trabalho. Nexo de causalidade e responsabilidade civil do empregador. Risco da atividade empresarial. Reparação por danos morais. Pertinência (§ 1º do art. 927 do NCC) 527
- Acidente do trabalho. Responsabilidade civil do empregador 527
- Acidente do trabalho. Responsabilidade civil do empregador. Reparação por danos estéticos. Ausência da prova do fato. Improcedência da ação 527

ACORDO

- Acordo de compensação 528
- Acordo de compensação implementado em conjunto com banco de horas. Prestação de horas extras habituais. Invalidade de todo o sistema 528
- Acordo homologado. Coisa julgada. OJ n. 132 da SDI-II do C. TST 528
- Acordo judicial. Não cumprimento. Responsabilidade subsidiária do litisconsorte que não participou da transação. Impossibilidade 528
- Acordo não cumprido. Inocorrência de preclusão em razão de inadimplemento. Presunção de quitação. Invalidade 528
- Acordo. Inadimplemento. Ausência de cláusula penal para mora. Indevido 529
- Atraso no pagamento de parcela do acordo 529

ACORDO COLETIVO

- Acordo coletivo e convenção coletiva. Art. 620 da CLT. Princípio da norma mais favorável normas coletivas. Inaplicabilidade. Ausência de representação do empregador 529
- Acordo coletivo e convenção coletiva. Art. 620 da CLT. Princípio da norma mais favorável ... 584

ACÚMULO DE FUNÇÃO

- Acúmulo de função 529, 530
- Acúmulo de função. Diferenças salariais indevidas 529
- Acúmulo de função. Motorista e cobrador. Não configuração 658
- Acúmulo de função. Não caracterização 529, 530, 540, 668
- Acúmulo de funções. Adicional 530
- Acúmulo de funções. Empregada contratada como vendedora e que também abastecia gôndolas. Acréscimo salarial indevido 530
- Acúmulo de funções. Exercício concomitante da atribuição original e da nova função. *Plus* salarial. Cabimento 530
- Acúmulo de funções. Exercício de funções compatíveis com aquelas contratadas. *Plus* salarial indevido 530
- Acúmulo de funções. Não configuração 531

ADICIONAL

- Acumulação de adicionais. Periculosidade e insalubridade. Possibilidade 531
- Adicionais de insalubridade e de periculosidade. Possibilidade de cumulação. Não cabimento 535

- Adicionais de insalubridade e periculosidade. Prova pericial. Não cabimento 658
- Adicionais de periculosidade e insalubridade. Impossibilidade de cumulação 531
- Adicional de insalubridade e adicional de periculosidade. Cumulação. Possibilidade 531
- Adicional de insalubridade e periculosidade. Rejeição da perícia 531
- Adicional de insalubridade. Assistente social. Descabimento 531
- Adicional de insalubridade. Atividade a céu aberto. Exposição ao calor 532
- Adicional de insalubridade. Base de cálculo. Salário-mínimo 612
- Adicional de insalubridade. Base de cálculo. Salário-mínimo. Súmula Vinculante n. 4 do STF 532
- Adicional de insalubridade. Base de cálculo. Súmula Vinculante n. 4 do STF 540
- Adicional de insalubridade. Coletor de lixo urbano. Higienização de banheiros e coleta de lixo em instituição de ensino. Caracterização 532
- Adicional de insalubridade. Contato diário da reclamante com umidade proveniente da água destinada à limpeza (lavagem e higienização) dos locais de trabalho e na lavanderia. Atividades não classificadas como insalubres, pelo Anexo 10 da NR-15 da Portaria MTE n. 3.214/1978 532
- Adicional de insalubridade. Contato permanente. Pessoas com doenças diagnosticadas como infectocontagiosas. Grau máximo 532
- Adicional de insalubridade. Diferenças decorrentes de sua majoração para grau máximo. Anexo 14 da NR-15 da Portaria n. 3.214/1978. Indevidas 533
- Adicional de insalubridade. Exposição a agentes insalubres na forma das normas regulamentadoras pertinentes. Devido 533
- Adicional de insalubridade. Exposição a ruído. Limites de tolerância 533
- Adicional de insalubridade. Laudo pericial 610
- Adicional de insalubridade. Limpeza de banheiro em delegacia. Não cabimento 533
- Adicional de insalubridade. Limpeza de banheiros públicos. Lixo urbano 533
- Adicional de insalubridade. Local de trabalho alterado. Ônus probatório 582
- Adicional de insalubridade. Monitora de educação infantil. Creche municipal. Não cabimento 534
- Adicional de insalubridade. Pedreiro. Exposição a calor. Cabimento 534
- Adicional de insalubridade. Rural. Calor 534
- Adicional de insalubridade. Trabalhador rural. Trabalho a céu aberto. Exposição a calor. Cabimento 534, 664
- Adicional de insalubridade. Trabalho a céu aberto. Exposição a radiações solares. Calor excessivo. Possibilidade 534
- Adicional de insalubridade. Vibração. Direito 555
- Adicional de periculosidade. Agente de apoio socioeducativo. Deferimento 535
- Adicional de periculosidade. Agente de apoio. Fundação Casa 535
- Adicional de periculosidade. Contato com inflamáveis. Tempo extremamente reduzido. Aplicação da Súmula n. 364 do C. TST 535
- Adicional de periculosidade. Eletricista. Sistema elétrico de potência. Prova pericial. Cabimento 535
- Adicional de periculosidade. Enchimento de vasilhames com inflamáveis. Tempo extremamente reduzido. Aplicação da Súmula n. 364 do C. TST 536
- Adicional de periculosidade. Exposição ao risco por 30 minutos, durante 3 dias na semana. Não caracterização do fortuito ou do tempo extremamente reduzido (Súm. 364 TST). Adicional devido 536
- Adicional de periculosidade. Fundação Casa. Nova redação do art. 193 da CLT 536
- Adicional de periculosidade. Inflamáveis. Contato por tempo extremamente reduzido. Não cabimento 536
- Adicional de periculosidade. Labor em área de risco equivalente ao sistema elétrico de potência 530
- Adicional de periculosidade. Lei n. 12.997/2014 536

- Adicional de periculosidade. Lei n. 12.997/2014. Efeitos pecuniários 586
- Adicional de periculosidade. NR-16, Quadro I, item 16.4. Armazenamento de substâncias inflamáveis. Limite de 250 litros por tambor de armazenamento. Indevido o adicional 537
- Adicional de periculosidade. Produto inflamável. Não configuração 642
- Adicional de periculosidade. Prova pericial. Inflamáveis. Permanência em área de risco. Armazenamento de inflamáveis em prédio contíguo. Não incidência da OJ n. 385 da SDI-1/TST. Não cabimento do adicional 537
- Adicional de periculosidade. Vigilantes. Efeitos pecuniários 663
- Adicional de transferência. Caráter definitivo. Não cabimento 605
- Adicional de transferência. Recorrente era empregado de empresa prestadora de serviços. Quando cada contrato com a respectiva tomadora acabava, era colocado, em caráter definitivo, em outra, às vezes em atividade diversa. Adicional indevido 537
- Adicional noturno. Diferenças. Prova. Não cabimento 535
- Adicional noturno. Horas laboradas após às 5h. Jornada mista. Cabimento 538
- Adicional noturno. Jornada diurna em prorrogação à noturna. Efeitos 538
- Adicional noturno. Jornada em prorrogação. Incidência 538
- Adicional noturno. Percentual superior. Norma coletiva. Valoração. Extensão. Jornada em prorrogação. Não cabimento 538
- Adicional noturno. Prorrogação da hora noturna 538
- Adicional por tempo de serviço (quinquênio). Art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo. Benefício extensível aos servidores contratados pelo regime celetista 538
- Adicional por tempo de serviço. Anuênio. Diferenças. Base de cálculo. Violação do art. 37, XIV, da Constituição da República. Não configuração 539
- Adicional por tempo de serviço. Base de cálculo. Art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo 539
- Adicional por tempo de serviço. Quinquênio. Servidor celetista 539
- Adicional por tempo de serviço. Quinquênio. Servidor público vinculado ao regime celetista 539
- Adicional por tempo de serviço. Quinquênios. Previsão em lei municipal não revogada. Empregado celetista. Cabimento. Base de cálculo 539
- Adicional. Sexta parte. Pagamento a empregados celetistas. Art. 129 c/c art. 124 da Constituição do Estado de São Paulo. Improcedência 539
- Atendente de creche. Adicional de insalubridade. Não cabimento 539
- Constituição Federal, art. 7º, XXII. Adicionais de insalubridade e de periculosidade. Cumulatividade. Possibilidade 540
- Cumulação dos adicionais de insalubridade e periculosidade. Impossibilidade 575, 579
- Direito aos adicionais de insalubridade e de periculosidade. Possibilidade de cumulação. Não cabimento 540
- Universidade de São Paulo - USP. Adicional por tempo de serviço. Base de cálculo. Vencimentos. Diferenças devidas 540

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- Administração pública direta. Servidor público concursado. Direitos previstos na convenção coletiva de trabalho. Incidência ao contrato de trabalho. Impossibilidade 540
- Administração pública. Cargo em comissão ou temporário. Vínculo jurídico-administrativo. Incompetência material da Justiça do Trabalho 541

AGRAVO

- Agravo de instrumento em recurso ordinário. Condenação em honorários sucumbenciais. Pagamento em pecúnia. Não integração. Ausência de preparo. Inexigibilidade. Recurso conhecido 541

- Agravo de instrumento em recurso ordinário. Justiça gratuita. Pessoa jurídica. Alcance. Depósito recursal 541
- Agravo de instrumento. Justiça gratuita. Empresa reclamada. Deserção 541
- Agravo de instrumento. Recurso ordinário deserto. Conhecimento. Incidência do art. 932, inciso III, do CPC 541
- Agravo de instrumento. Recurso ordinário. Deserção. Depósito recursal. Isenção. Pessoa jurídica. Justiça gratuita. Alcance 541
- Agravo de petição interposto na vigência do Novo CPC/2015. Irregularidade de representação processual. Recurso apresentado por advogado sem procuração nos autos. Não conhecimento do apelo 541
- Agravo de petição. Art. 475-J do CPC (art. 523, § 1º do CPC/2015). Inaplicabilidade no processo trabalhista 542
- Agravo de petição. Conhecimento. Preparo. Multa. Litigância de má-fé. Inexigibilidade 542
- Agravo de petição. Embargos de terceiro. Embargante incluída na execução. Extinção do feito. Ofensa ao contraditório e ampla defesa 542
- Agravo de petição. Empresa em recuperação judicial. Execução trabalhista que se interrompe e, não, se extingue. Competência trabalhista para ultimar a liquidação do título. Efeitos 542
- Agravo de petição. Execução. Descumprimento de acordo homologado. Inobservância do prazo para denunciar o inadimplemento. Quitação das parcelas. Presunção relativa 543
- Agravo de petição. Execução. Parcelamento da dívida, autorizado pelo MM. Juízo de origem, nos termos do art. 745-A, § 2º, do CPC de 1973. Quitação do débito. Pretensão, do exequente, de recebimento, também, da multa prevista no art. 475-J, do CPC/1973 (atual art. 523, § 1º, do NCPC). Impossibilidade 543
- Agravo de petição. Imóvel alienado antes de a execução se voltar contra o sócio. Não configuração de fraude 543
- Agravo de petição. Justiça gratuita. Declaração de miserabilidade. Inexistência de impugnação. Multa por litigância de má-fé. Institutos compatíveis. Não impedimento da concessão do benefício da gratuidade 544
- Agravo de petição. Liquidação de sentença. Alteração do julgado. Inadmissibilidade. Ofensa à coisa julgada 544
- Agravo de petição. Recuperação judicial. Suspensão da execução trabalhista 544
- Agravo de petição. Venda de veículo, que se encontrava penhorado. Registro da penhora posterior à venda. Boa-fé da adquirente 544

ALTA PREVIDENCIÁRIA

- Limbo jurídico previdenciário-trabalhista. Empregado considerado apto para o trabalho pelo INSS e inapto pela empresa. Impedimento de retorno ao trabalho 544

APELO

- Apelo. Não conhecimento. Art. 932, III, do NCPC 614

APOSENTADORIA

- Aposentadoria compulsória. Extinção obrigatória do contrato de trabalho. Multa de 40% do FGTS indevida 544, 545
- Aposentadoria espontânea. Não extinção do contrato de trabalho 545
- Caixa Econômica Federal. Plano de apoio à aposentadoria - PAA. Aposentadoria espontânea. Verbas rescisórias e multa de 40% do FGTS. Impossibilidade 545
- Complementação de aposentadoria. Incompetência da Justiça do Trabalho. Decisão do STF. Repercussão geral 545
- Estabilidade pré aposentadoria prevista em CCT. Ausência de comprovação dos requisitos previstos nos instrumentos normativos. Indevida 613

ASSÉDIO MORAL

- Assédio moral no ambiente de trabalho. Imposição para que empregado recuse desistência do consumidor em relação a produto ou serviço oferecido pela empresa. Dano configurado 545
- Assédio moral. Não configurado..... 606
- Assédio moral. Ônus da prova. Fatos constitutivos do direito..... 546

AUTO DE INFRAÇÃO

- Auto de infração. Nulidade. Abuso de poder. Avaliação subjetiva do agente público 581

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

- Auxílio alimentação. Alteração da natureza jurídica por norma coletiva ou adesão ao PAT. Aplicação da OJ-SDI1-413 546
- Auxílio alimentação. Integração. Município de Andradina. Leis Municipais n. 2.287/2006 e 2.291/2007. Impossibilidade 546
- Auxílio alimentação. Natureza do benefício. Reflexos. OJ n. 413 da SDI-1/TST..... 605
- Auxílio alimentação. Natureza indenizatória. Não integração nas demais parcelas 624
- Auxílio alimentação. Validade da estipulação da natureza indenizatória através da lei ou ajuste coletivo 546
- Natureza jurídica do auxílio alimentação. Filiação ao PAT posterior à admissão..... 546
- Vale alimentação. Adesão da empresa ao programa de alimentação do trabalhador - PAT. Natureza indenizatória. Inteligência da Orientação Jurisprudencial da SBDI-1 n. 133, do Colendo Tribunal Superior do Trabalho 546

AVISO-PRÉVIO

- Aviso-prévio proporcional ao tempo de serviço, inteiramente trabalhado. 57 dias. Pedido de novo pagamento, como indenização. Indevido 537

BANCÁRIO

- Bancário executivo. Súmula n. 102, VI, do TST. Enquadramento no art. 224,*caput*, CLT 547
- Bancário. Cargo de confiança. Legislação específica - art. 224, § 2º, da CLT - diversa da do art. 62 da CLT. Desnecessidade, para sua caracterização, de existência de subordinados ou prova de poderes para contratar e demitir. Necessária, somente, a demonstração de maior grau de fidúcia e recebimento de gratificação superior a 1/3 do salário efetivo..... 547
- Bancário. Exercício de cargo de confiança. Não comprovação. Pagamento, como extras, das horas laboradas além da 6ª diária e 30ª semanal. Cabimento 548
- Bancário. Horas extras. Norma coletiva. Sábado não trabalhado. Divisor aplicável..... 548
- Divisor do bancário. Incidente de Recurso Repetitivo n. 0000849-83.2013.5.03.0138..... 548, 604
- Divisor do bancário. Incidente de Recurso Repetitivo n. 0000849-83.2013.5.03.0138. Adequação da sentença 583

BANCO DE HORAS

- Banco de horas. Sistema de controle. Ausência de transparência. Invalidade 525
- Compensação de jornada. Banco de horas. Previsão em ajuste coletivo. Validade..... 548

BEM DE FAMÍLIA

- Impenhorabilidade. Bem de família. Prova..... 548

CARGO DE CONFIANÇA

- Cargo de confiança. Poderes de gestão. Labor em sobrejornada. Pagamento indevido. Exegese do inciso II, art. 62, da CLT 629

CERCEAMENTO DE DEFESA

- Cerceamento de defesa. Atraso ínfimo do reclamado à audiência de instrução. Revelia. Nulidade configurada 549
- Cerceamento de defesa. Fatos incontroversos 549
- Cerceamento de defesa. Não caracterização. Juntada de documentos após encerrada a fase instrutória. Ausência de vista à parte contrária 549
- Cerceamento de defesa. Redesignação de audiência. Ausência de intimação pessoal do reclamante. Confissão *ficta* incabível 550
- Indeferimento de produção de prova. Cerceamento do direito de defesa 550

CESTA BÁSICA

- Cesta básica. Município de Álvares Florence. Nulidade do contrato que substituiu o benefício pelo cartão "Visa Vale", por afronta à Lei de Licitações. Circunstância que não prejudica o reconhecimento do direito ao benefício, previsto em Lei Municipal anterior (n. 1.202/1997) 550

CIPA

- Cipeiro. Garantia de emprego. Sucessão de empresas. Continuidade da atividade empresarial. Cabimento 550
- Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. Art. 10, inciso II, alínea "a", do ADCT. Membro suplente. Súmula n. 339 do C. TST. Garantia de emprego assegurada 550

CLÁUSULA

- Cláusula normativa. Entrega de cópia da rais. Descumprimento. Aplicação da multa pactuada 557

COISA JULGADA

- Coisa julgada. Ação plúrima ou individual movida por sindicato, como substituto processual 550
- Coisa julgada. Horas extras. Critério de apuração a ser observado: o limite semanal de 44 horas 559

COMISSÃO

- Comissão. Pagamento extrafolha. Integração. Reflexos 617, 629
- Comissões. Integração. Reflexos 623
- Estorno de comissões. Impossibilidade 636

COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

- Comissão de Conciliação Prévia. Art. 625-E da CLT. Termo de conciliação. Quitação ampla e geral. Invalidade 550

COMPETÊNCIA

- Competência da Justiça do Trabalho em razão do lugar. Art. 651 da CLT. Ação ajuizada no domicílio do reclamante. Princípio do acesso ao Poder Judiciário. Prevalência 551
- Competência da Justiça do Trabalho. Manutenção do plano de saúde. Obrigação oriunda do contrato de trabalho 552
- Competência material da Justiça do Trabalho. Contratação sem concurso público, antes do advento da Constituição Federal de 1988. Contrato válido sob o regime celetista 552
- Competência material. Município. Regime celetista 552
- Competência territorial. Acesso à justiça 552
- Competência. Lide trabalhista servidor público. Regime celetista 552
- Incompetência em razão do lugar. Art. 651 da CLT. Não configuração 553

CONFLITO DE COMPETÊNCIA

- Conflito negativo de competência em razão do lugar. Reclamação trabalhista. Ajuizamento no local da celebração do contrato e domicílio do empregado. Possibilidade. Art. 651, § 3º, da CLT 553

CONTRARRAZÕES

- Pedido de reforma em contrarrazões. Não cabimento 553

CONTRATAÇÃO

- Contratação por intermédio de cooperativa de serviços. Reconhecimento do vínculo de emprego direto com o tomador 553
- Contratação sem concurso público. Súmula n. 363 do TST 553
- Contratação temporária. Ente público. Incompetência da Justiça do Trabalho 554

CONTRATO

- Art. 389 da CLT. Espaço destinado à amamentação. Inexistência. Embaraço à continuidade do pacto laboral. Falta grave do empregador. Rescisão indireta do contrato de trabalho 554
- Contrato celebrado com empresa promotora de serviços bancários secundários. Pretensão obreira de equiparação à categoria dos bancários. Impossibilidade 554
- Contrato de franquia. Responsabilidade subsidiária/solidária do franqueador. Impossibilidade 554
- Contrato de prestação de serviço de transporte. Veículo dirigido por terceira pessoa. Ônibus rural de propriedade da obreira. Pedido de vínculo de emprego como motorista. Inexistência de pessoalidade e subordinação 554
- Contrato de safra. Cultura de cana-de-açúcar. Atividade laboral permanente. Unicidade contratual reconhecida 555
- Contrato de trabalho por prazo determinado. Experiência. Prorrogação. Validade 555
- Contrato de trabalho temporário. Lei n. 6.019/1974. Ausência de comprovação do motivo da contratação. Nulidade. Art. 9º da CLT 555

Contrato de transporte. Atividade fim do tomador de serviço. Transporte de mercadorias. Terceirização. Responsabilidade subsidiária. Súmula n. 331, IV, do TST 555

- Irregularidades contratuais. Violação à lei. Obrigatoriedade de expedição de ofícios aos órgãos competentes 555
- Modo de extinção do contrato de trabalho (justa causa *x* rescisão indireta). Alegação de desídia (art. 482, "e", da CLT) *versus* exigência de serviços superiores às forças e descumprimento das obrigações do contrato (art. 483, "a" e "d", da CLT) 556

CONTRATO DE COMPRA E VENDA

- Restituição de valores decorrentes de contrato de compra e venda de veículo, dissociado da relação laboral. Incompetência material da Justiça do Trabalho 556

CONTRIBUIÇÃO

- Contribuição assistencial. Precedente Normativo n. 119 do C. TST 556
- Contribuição assistencial/confederativa. Precedente normativo n. 119 da SDC do C. TST e Súmula Vinculante n. 40 do E. STF 612, 671
- Contribuição assistencial/confederativa. Restituição 619
- Contribuição confederativa. Descontos indevidos. Devolução 572, 578
- Contribuição confederativa. Restituição 674
- Contribuição confederativa. Súmula Vinculante n. 40 do STF 556
- Contribuição confederativa/assistencial. Restituição 534
- Intangibilidade salarial. Contribuição confederativa. Descontos indevidos. Devolução 575

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

- Contribuição previdenciária. Fato gerador. Momento de incidência de juros de mora e multa 557
- Contribuições previdenciárias. Fato gerador. Juros e multa 661
- Recolhimentos previdenciários. Alíquotas da agroindústria. Indústria da cana-de-açúcar. Cota do empregador. Art. 111-F da Instrução Normativa n. 971 da Receita Federal do Brasil, com a redação que lhe foi dada pela IN-RFB n. 1.453, de 24 de fevereiro de 2014. Incompetência desta especializada para referida tributação 557

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

- Contribuição sindical. Ausência de prova de regular publicação de editais, na forma do art. 605 da CLT. Extinção do pedido, sem resolução do mérito 557
- Contribuição sindical. Editais. Pressuposto de constituição válida e regular do processo. Extinção do processo sem resolução do mérito 557
- Contribuição sindical. Legalidade do desconto 557

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL

- Cobrança da contribuição sindical rural. Publicação de editais com o nome expresso do devedor como pressuposto válido de constituição do processo 558
- Contribuição sindical rural. Edital em jornal de maior circulação local, previsto no art. 605 da CLT. Correspondência com aviso de recebimento. Pressupostos de constituição válida e regular do processo (art. 485, IV, do NCPC). Ciência do contribuinte verificada 558
- Contribuição sindical rural. Requisitos. Editais e notificações ao contribuinte 558
- Contribuição sindical rural. Rito sumaríssimo. Impossibilidade 558

CORREÇÃO MONETÁRIA

- Correção monetária. Aplicação da TR *x* IPCA-E 558, 626
- Correção monetária do débito trabalhista. Taxa de atualização. IPCA-E. Exclusão 614
- Correção monetária dos débitos trabalhistas. Incabível a aplicação do IPCA-E. Mantida a atualização pela TRD (Taxa Referencial Diária), fundada no art. 39 da Lei n. 8.177/1991 547
- Índice de correção monetária 660

CRÉDITO

- Aplicação do art. 916 do Código de Processo Civil. Parcelamento do crédito exequendo. Possibilidade....559

CRÉDITO TRABALHISTA

- Débito trabalhista. Correção monetária. Índice. IPCA-E 559
- Índice de correção monetária 559

CTPS

- CTPS. Aposição de carimbo de cancelamento. Dano moral não configurado....599

DANO

- Dano à moral coletiva. Condenação. Destinação. Finalidade do art. 13/LACP 621
- Dano existencial. Jornada de trabalho excessiva. Indenização por danos morais indevida 559
- Dano material. Indenização. Doença degenerativa. Agravamento. Prova pericial. Capacidade laboral e pessoal preservadas. Não cabimento 534
- Dano material. Pessoa jurídica. Transporte público. Prejuízo devidamente comprovado. Responsabilidade do empregado faltoso. Indenização devida 559
- Dano material. Prova. Adicional de periculosidade. Não pagamento. Indenização. Não cabimento 556
- Dano moral (dano existencial). Jornadas excessivas e extenuantes. Indenização devida 560
- Dano moral coletivo trabalhista. Violação, pela empregadora, de cláusula normativa que limitava o horário de trabalho em véspera de Natal e Ano Novo....560
- Dano moral, estético e material. Acidente de trabalho. Culpa da reclamada não comprovada. Culpa exclusiva da vítima: ato inseguro. Não cabimento de reparação civil. Aplicação do art. 818 da CLT....560
- Dano moral. Acusação indevida de autoria de fato criminoso. Configuração. Indenização. Cabimento....595
- Dano moral. Ambiente de trabalho. Sanitários inadequados....569
- Dano moral. Ambiente de trabalho. Sanitários. Inexistência. Local inadequado para refeição 635
- Dano moral. Assédio horizontal. Responsabilidade subjetiva do empregador. Ausência de prova sobre o conhecimento dos fatos ofensivos, praticados por colegas. Indenização indevida....561
- Dano moral. Atraso no pagamento de verbas rescisórias. Ausência de provas. Não configuração 630
- Dano moral. Atraso reiterado no pagamento de salários. Violação à honra do trabalhador.Configuração 561
- Dano moral. Ausência de pagamento das verbas rescisórias. Indevido 561
- Dano moral. Ausência de sanitários. Prova. Indenização. Não cabimento 605
- Dano moral. Banalização. Indenização indevida....561
- Dano moral. Banheiro. Condições precárias de uso. Indenização. Cabimento 562
- Dano moral. Caracterização....562
- Dano moral. Caracterização. Indenização devida. Montante. Adequação....564
- Dano moral. Descumprimento de obrigações trabalhistas. Indenização. Não cabimento 591
- Dano moral. Dispensa em razão do encerramento das atividades da empresa. Indenização indevida....562

- Dano moral. Doença degenerativa. Agravamento. Lavoura canavieira. Indenização. Cabimento 534
- Dano moral. Empresa que exige devolução de mercadoria legalmente adquirida pelo empregado. Gravame configurado 562
- Dano moral. Guarda Municipal. EPI com prazo vencido. Colete antibalístico. Indenização. Cabimento 562
- Dano moral. Inadimplemento ou mora salarial 562
- Dano moral. Inadimplemento salarial. Atraso no pagamento das verbas rescisórias. Indenização devida 562, 662
- Dano moral. Indenização. Assédio moral. Ofensa. Preposto. Prova. Caracterização 530
- Dano moral. Indenização. Comprovação inconteste de prática de ato lesivo à honra e à dignidade do trabalhador. Imprescindibilidade 563, 626
- Dano moral. Indenização. Comprovação inconteste de prática de ato lesivo à honra e à dignidade do trabalhador. Imprescindibilidade. Motorista de caminhão. Exposição a situação de risco. Assaltos. Não configuração 563
- Dano moral. Indenização. Comprovação inconteste de prática de ato lesivo à honra e à dignidade do trabalhador. Imprescindibilidade. Jornada excessiva 563, 602
- Dano moral. Indenização. Inadimplemento de obrigação trabalhista. Não cabimento 563
- Dano moral. Indenização. Inadimplemento de obrigações trabalhistas. Não cabimento 536
- Dano moral. Indenização. Não cabimento 629
- Dano moral. Indenização. Não cabimento. Cancelamento indevido do plano de saúde. Não demonstrado impedimento na utilização do plano 563
- Dano moral. Indenização. Não cabimento. Verbas rescisórias. Inadimplência 540, 661
- Dano moral. Indenização. Não pagamento injustificável do salário 533
- Dano moral. Jornada excessiva. Não caracterização 635, 636
- Dano moral. Jornada excessiva. Situação análoga à de escravo. Não caracterização 629
- Dano moral. Não pagamento de verbas rescisórias 563
- Dano moral. NR-31. Supostas condições insatisfatórias do ambiente de trabalho, no tocante às instalações sanitárias. Indenização indevida 547
- Dano moral. Restrição ao uso do banheiro. Pausas preestabelecidas. Pedido de autorização prévia ao supervisor 564
- Dano moral. Rurícola. Condições precárias de trabalho. Violação ao princípio da dignidade da pessoa humana. Caracterização 564
- Dano moral. Tratamento indigno no ambiente de trabalho. Indenização. Valor 564
- Dano pós-contratual. Indenização. Acordo homologado em juízo. Quitação do extinto contrato de trabalho em reclamação anterior. Coisa julgada. Não configuração 564
- Danos morais coletivos. Descumprimento da legislação trabalhista. Indenização devida 523
- Danos morais. Acidente do trabalho. Ausência de culpa da reclamada. Rompimento do nexo causal: culpa exclusiva da vítima. Ato inseguro do empregado. Indenizações indevidas 561
- Danos morais. Atraso no pagamento de salário. Cabimento. Prescindível a prova do dano 565
- Danos morais. Atraso no pagamento dos salários. Caracterização 661
- Danos morais. Inadimplemento dos haveres rescisórios. Não caracterizado 668
- Danos morais. Indenização cabível. Obrigatoriedade de venda de seguros e garantias adicionais 565
- Danos morais. Jornada excessiva. Não caracterização 597
- Danos morais. Não demonstrada a alegada violação à dignidade humana em razão do descumprimento das exigências previstas no NR-31. Indenização devida 625
- Danos morais. Jornada excessiva. Situação análoga à de escravo. Não caracterização 623, 674
- Danos morais. Limpeza insuficiente dos banheiros. Constante falta de água. Ausênciade instalações para refeições. Reconhecimento 652

- Danos morais. Não caracterizado 565
- Fixação do valor arbitrado para a condenação por danos morais. Parâmetros 565
- Retenção de CTPS. Dano moral. Indenização. Comprovação inconteste de prática de ato lesivo à honra e à dignidade do trabalhador e do efetivo prejuízo patrimonial. Imprescindibilidade 565
- Revista íntima. Dano moral. Configuração 566

DEMISSÃO

- Demissão por justa causa. Indenização por danos morais 617
- Dispensa discriminatória. Não configurada 566
- Dispensa discriminatória. Portador de doença grave. AVC. Indenização por danos morais devida 566
- Dispensa por justa causa. Reversão em juízo. Indenização por danos morais indevida. Ausência de prova quanto à agressão ao patrimônio moral do trabalhador 566
- Dispensa sem justa causa. Ato potestativo do empregador 567

DESCONTO

- Desconto salarial. Dias de paralisação. Danos morais 567
- Desconto. Contribuição assistencial e/ou confederativa 567

DIÁRIAS

- Diárias de viagem que excedam 50% do salário-base. Integração salarial 567

DIFERENÇA SALARIAL

- Comissionista puro. Acúmulo de funções. Diferenças salariais devidas 636
- Diferença salarial. Incorporação de abono ao salário dos servidores municipais. Majoração salarial com índice diverso. Violação ao art. 37, X, da Constituição Federal 567
- Diferenças de adicional noturno. Jornada mista. Cabimento 567
- Diferenças de horas extras. Trabalho em regime de turnos ininterruptos de revezamento de 07h20min/08h00min mediante negociação coletiva. Habitual extrapolamento da limitação. Não aplicação da Súmula n. 423 do TST e seus efeitos 568
- Diferenças do FGTS. Regularidade do recolhimento na conta vinculada. Ônus da prova 568
- Diferenças salariais por acúmulo de função 569
- Diferenças salariais. Abono. Reajustes em percentuais diferenciados 569
- Diferenças salariais. Acúmulo de função. Indevidas 569
- Diferenças salariais. Acúmulo de funções. Não caracterização 569
- Diferenças salariais. Cabimento. Anotações CTPS. Veracidade. Presunção 570
- Diferenças salariais. Desvio de função 570
- Diferenças salariais. Desvio/acúmulo de funções. Proibição. Enriquecimento sem causa 570
- Diferenças salariais. EBCT. Plano de cargos e salários. Descumprimento. Critérios de promoção não observados. Prescrição 570
- Diferenças salariais. Equiparação salarial. Ausência de identidade de funções. Indevida 523
- Diferenças salariais. Função de operador de televendas/teleatendimento e balconista (vendedor). Indevidas 570
- Diferenças salariais. Inobservância dos critérios de promoção. Prescrição parcial 545
- Diferenças salariais. Inversão do ônus da prova. Meio probatório que se encontra na posse do empregador. Ilegitimidade da recusa injustificada de exibição. Aplicação da teoria da aptidão para a prova 571

- Diferenças salariais. Revisão geral anual. Possibilidade 571
- DSRS. Diferenças. Professor. Remuneração mensal calculada à base de hora-aula. Acréscimo de 1/6. Devidas 571

DIREITO DE IMAGEM

- Cessão de direito de imagem de atleta. Contrato excepcional. Prova documental 571
- Direito de imagem. Utilização da imagem, voz e nome do autor. Autorização. Indispensabilidade 564

DIREITO DO TRABALHO

- Direito do trabalho. Acúmulo de função. Art. 456 da CLT. Não caracterização 572
- Direito do trabalho. Adesão a programa de incentivo à demissão voluntária. Eficácia jurídica. Compensação de valores indevida. Quitação restrita às parcelas discriminadas no TRCT 572
- Direito do trabalho. Adicional de periculosidade. Ausência de perícia técnica. Revelia e controvérsia quanto ao adicional perseguido. Nulidade absoluta 572
- Direito do trabalho. Adicional de remuneração. Trabalho rural a céu aberto. Exposição 572ao calor excessivo. Insalubridade. Configuração 572
- Direito do trabalho. Alta médica previdenciária. Recusa da empresa em receber o trabalhador. Salários 573
- Direito do trabalho. Contrato laboral típico. Montador de móveis. Configuração 573
- Direito do trabalho. Contribuição confederativa e assistencial. Empregados não filiados ao sindicato. Impossibilidade de dedução 573
- Direito do trabalho. Dano moral. Condições sanitárias indignas no ambiente de trabalho. NR-24. Ofensa aos princípios da dignidade da pessoa e aos valores sociais do trabalho. Reparação devida 573
- Direito do trabalho. Descanso semanal remunerado. Incorporação ao salário determinada por norma coletiva. Possibilidade 574
- Direito do trabalho. Descumprimento de obrigação de fazer prevista em norma coletiva. Indenização substitutiva. Possibilidade 574
- Direito do trabalho. Extinção do contrato de trabalho. Multa do art. 477, CLT. Massa falida 574
- Direito do trabalho. Fundação Casa. Remuneração. Adicional de periculosidade. Agente de apoio socioeducativo. Inaplicabilidade 574
- Direito do trabalho. Grupo econômico. Responsabilidade solidária 575
- Direito do trabalho. Horas *in itinere* fixadas em normas coletivas. Critério da razoabilidade. Tese Prevalecente n. 1 575
- Direito do trabalho. Intangibilidade salarial. Contribuição confederativa. Descontos indevidos. Devolução 579
- Direito do trabalho. Intervalo do art. 384 da CLT. Aplicação à mulher. Incabível aos trabalhadores do sexo masculino 575
- Direito do trabalho. Intervalo do art. 384 da CLT. Pertinência 579
- Direito do trabalho. Intervalo interjornada. Violação do art. 66 da CLT 575
- Direito do trabalho. Intervalo intrajornada. Período superior ao limite legal de duas horas. Ausência de previsão legal ou norma coletiva ou acordo coletivo. Horas extras devidas 576
- Direito do trabalho. Intervalo intrajornada. Tempo gasto no descolamento até o refeitório e higiene pessoal 576
- Direito do trabalho. Jornada de trabalho. Alternância de horário trimestral. Turno ininterrupto de revezamento. Caracterização 576

- Direito do trabalho. Jornada de trabalho. Horas extras. Trabalho externo. Aplicação do art. 62, inciso I, da CLT 576
- Direito do trabalho. Jornada de trabalho. Tempo à disposição. Art. 4º da CLT. Súmulas n. 429 e 366 do TST 576
- Direito do trabalho. Jornada superior a seis horas diárias. Intervalo intrajornada, no mínimo, de uma Hora 577
- Direito do trabalho. Jornada. Supressão de horas extras. Indenização. Súmula n. 291 do C. TST 577
- Direito do trabalho. Muncípio de Adamantina. Agente comunitário de saúde. Incentivo financeiro adicional. Portarias do Ministério da Saúde 577
- Direito do trabalho. Participação nos lucros. Pagamento mensal. Habitualidade. Natureza salarial 577
- Direito do trabalho. Prêmio incentivo especial. Natureza jurídica. Integração ao salário. Impossibilidade 577
- Direito do trabalho. Princípio da intangibilidade salarial. Contribuição confederativa. Descontos indevidos. Devolução 577, 645
- Direito do trabalho. Reflexos do valor das horas extras na remuneração do descanso semanal remunerado. Repercussão em outras verbas. Impossibilidade 578
- Direito do trabalho. Remuneração. Abono desempenho. Habitualidade no pagamento. Integração ao salário 578
- Direito do trabalho. Remuneração. Adicional de insalubridade. Limpeza de banheiros de uso público. Exposição a agentes biológicos 578
- Direito do trabalho. Remuneração. Adicional de insalubridade. Trabalhador rural. Exposição a calor intenso 574, 578
- Direito do trabalho. Remuneração. Adicional de periculosidade. Auxiliar de rampa. Devido 578
- Direito do trabalho. Remuneração. Atividade de distribuição e/ou coleta externa. Adicional de periculosidade. Cumulação. Possibilidade 647
- Direito do trabalho. Remuneração. Fixação do salário de engenheiro. Salário profissional fixado em múltiplos do salário-mínimo. Aplicação da Lei n. 4.950-A/1966 579
- Direito do trabalho. Remuneração. Sexta parte. Servidor celetista. Devidos 579
- Direito do trabalho. Rescisão do contrato de trabalho. Justa causa. Dano moral. Impertinência 579
- Direito do trabalho. Rescisão indireta. Irregularidade no recolhimento dos depósitos do FGTS. Configuração 579
- Direito do trabalho. Responsabilidade civil. Dano moral coletivo. Caracterização 580
- Direito do trabalho. Responsabilidade civil. Dano moral. Assédio moral. Tratamento do superior hierárquico desrespeitoso 580
- Direito do trabalho. Responsabilidade civil. Dano moral. Transporte de valores 580
- Direito do trabalho. Vínculo de emprego reconhecido em juízo. Despedida sem justa. Multa do art. 477, CLT. Pagamento devido 580

DIREITOS INDIVIDUAIS

- Direitos individuais homogêneos 580

DÍVIDA

- Dívida ativa. Cobrança. Penalidade por infração a legislação trabalhista. Órgão dos entes públicos da federação. Ilegalidade. Nulidade. Aplicação do art. 21, XXIV 580da CF/1988 580
- IPCA-E. Dívidas públicas e privadas. ADIn 4.357/DF. ADI 4.425/DF. Inconstitucionalidade parcial do § 12 do art. 100 da Constituição Federal e, por arrastamento, do art. 5º da Lei n. 11.960/2009, que alterou o art. 1º da Lei n. 9.494/1997 581

DOENÇA

- Doença de origem ocupacional não demonstrada. Ausência de prova do nexo causal. Estabilidade acidentária. Descabimento....581
- Doença do trabalho. Frigorífico. Desossa de aves. Responsabilidade objetiva. Art. 927, parágrafo único, do Código Civil. Aplicabilidade....584
- Doença do trabalho. Responsabilidade do empregador. Adoção de medidas protetivas ao empregado....581
- Doença ocupacional (acidente do trabalho por equiparação). Nexo de causalidade e responsabilidade civil do empregador. Risco da atividade empresarial. Reparação por danos morais. Pertinência (§ 1º do art. 927 do NCC) 582
- Doença ocupacional (acidente do trabalho por equiparação). Nexo de causalidade e responsabilidade civil do empregador. Risco da atividade empresarial. Reparação por danos materiais e morais. Pertinência (§ 1º do art. 927 do NCC)....582
- Doença ocupacional. Atividades laborais que demandam esforço físico no membro lesionado. Agravamento da doença. Indenização por danos moral e material. Cabimento 669
- Doença ocupacional. Causa e concausalidade apurada pela perícia médica. Indenização por dano moral e material. Cabimento....582
- Doença ocupacional. Coluna lombar. Agravamento da doença. Indenização por danos moral e material. Cabimento....583
- Doença ocupacional. Concausa. Dano moral devido....583
- Doença ocupacional. Danos moral e material. Ausência de incapacidade laboral. Não configuração....583
- Doença ocupacional. Indenização por danos materiais e morais. Nexo causal não comprovado....583
- Doença ocupacional. Nexo concausal. Síndrome do túnel do carpo. Danos morais e materiais 549
- Doença ocupacional. Nexo de causalidade. Ausência. Reparação indevida....583
- Doença ocupacional. Nexo de causalidade. Indenização por dano moral e material. Cabimento 584
- Doença ocupacional. Prova pericial. Não comprovação do nexo causal. Dano moral e material. Reintegração. Não cabimento 538
- Doença ocupacional. Redução da capacidade laborativa. Expectativa de ascensão profissional dano hipotético. Indenização indevida 584
- Nexo técnico epidemiológico. Doença ocupacional. Livre convencimento motivado. Ônus da prova. Nexo técnico previdenciário. Inversão do ônus da prova. Desossadora de aves. Movimentos repetitivos 584

DONO DA OBRA

- Dona da obra. Contratação de empresa prestadora de serviços de manutenção predial. Contrato de empreitada. Responsabilidade. Aplicação da OJ n. 191 585
- Dono da obra. OJ n. 191 da SDI-1 do C. TST. Responsabilidade....585
- Dono da obra. Responsabilidade subsidiária 585
- Dono da obra. Responsabilidade subsidiária. Inexistência 585
- Dono da obra. Responsabilidade subsidiária. Não configuração....585

ECT

- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - DR/SPI. Plano de cargos e salário aplicável ao contrato de trabalho 585, 586

- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Adicional de periculosidade previsto na Lei n. 12.997/2014. Adicional de distribuição e coleta (AADC). Natureza distinta. Percepção cumulativa 586
- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Cumulação do AADC e adicional de periculosidade. Cabimento 586
- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Possibilidade de cumulação dos adicionais de atividade de distribuição e coleta (AADC) e de periculosidade para os funcionários que utilizam motocicleta. Natureza jurídica distinta 586
- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Vale ou auxílio alimentação. Natureza indenizatória 586

EMBARGOS

- Embargos à execução. Processamento. Garantia do juízo. Penhora no rosto dos autos. Possibilidade 587
- Embargos de declaração. Prequestionamento. Omissões e contradições inexistentes. Rejeição 587
- Embargos de terceiro. Prazo para interposição 587
- Embargos de terceiro. Prazo. Penhora *on-line* 587
- Embargos protelatórios. Multa prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC. Litigância de má-fé. Indenização prevista no art. 81 do CPC. Cumulatividade. Impossibilidade no caso de recurso procrastinatório 587

EMPREGADO

- Empregado da Empresa de Correios e Telégrafos que realiza atividades em banco postal. Impossibilidade de enquadramento como bancário. Inaplicabilidade da jornada prevista no art. 224 da CLT 588
- Empregado demissionário. Conversão para rescisão indireta. Mera insatisfação com as condições de trabalho. Improcedente 588
- Empregado público. Aposentadoria espontânea. Rescisão contratual. Reintegração. Cabimento 552
- Empregado público. Exercício de funções não constantes do edital do concurso. Irregularidade 588
- Supressão do salário substituição. Empregada pública. Possibilidade. Exegese da Súmula n. 372 do C. TST 602

EMPREGADO DOMÉSTICA

- Empregada doméstica 588

EMPRESA

- Empresa em recuperação judicial. Não recolhimento do preparo. Deserção 588
- Empresa pública de economia mista que presta serviço público. Resilição unilateral. Necessidade de motivação da dispensa. Reintegração. Possibilidade 588

ENTE PÚBLICO

- Ente público. Citação. Via postal 589
- Ente público. Convênio. Condenação subsidiária 589
- Ente público. Plano de cargos e salários. Obrigatoriedade de observância aos critérios objetivos e subjetivos. Impossibilidade de alegação de ato discricionário 589

EQUIPAMENTO

- Ferramentas próprias. Uso. Reparação. Não cabimento. Ausência de previsão contratual 570

EXECUÇÃO

- Execução impulsionada de ofício. Cálculos de liquidação por arbitramento. Honorários periciais contábeis. Ônus do pagamento que cabe à parte sucumbente 589
- Execução. Empresa em recuperação judicial. Competência do juízo universal 590
- Execução. Extinção. Renúncia ao crédito. Ato de vontade do credor. Interpretação. Ofensa à coisa julgada 590
- Execução. Liquidação da sentença. Inércia do exequente. Extinção do processo. Não cabimento, no caso 590
- Execução. Responsabilidade subsidiária. Benefício de ordem 590
- Execução. Utilização de todos os convênios. Inexistência de bens da executada e dos sócios. Expedição de certidão de crédito trabalhista 590
- Fraude à execução. Alienação fiduciária. Caracterização 542

FALÊNCIA

- Ausência de preparo. Empresa em recuperação judicial. Inaplicabilidade da Súmula n. 86 do C. Tribunal Superior do Trabalho 591
- Massa falida. Juros de mora. Art. 124 da Lei n. 11.101/2005. Afastamento apenas em sede falimentar 565

FAXINEIRA

- Faxineira. Pessoa jurídica. Limpeza do estabelecimento. Habitualidade. Labor em um dia semana. Vínculo empregatício. Configuração 591

FAZENDA PÚBLICA

- Fazenda Pública. Responsabilidade subsidiária. Juros de mora OJ n. 382 da SDI- 1 670
- Fazenda Pública. Sentença ilíquida. Reexame necessário. Súmula n. 490, STJ. Inaplicabilidade à Justiça do Trabalho 591

FÉRIAS

- Amplimatic S. A. Férias. Usufruto. Arts. 134 e 137 da CLT. Comprovação 591
- Férias pagas a destempo. Dobra devida 653
- Férias. Atraso no pagamento. Indenização em dobro 591
- Férias. Fracionamento. Possibilidade 633
- Férias. Pagamento extemporâneo. Desvirtuada a finalidade do instituto. Dobra devida 592
- Férias. Pagamento extemporâneo. Dobra devida 592
- Férias. Pagamento extemporâneo. Dobra. Incidência 592

FGTS

- Depósitos de FGTS. Comprovação. Ônus do empregador 603
- FGTS. Município de Cruzeiro. Regime celetista reconhecido. Depósitos fundiários devidos 592

FUNDAÇÃO CASA

- Fundação Casa. Adicional de periculosidade. Agente de apoio socioeducativo. Devido 592
- Fundação Casa. Adicional por tempo de serviço. Quinquênio. Extensão aos empregados públicos 593

- Fundação Casa. Atestados médicos. Forma e prazo para a apresentação. Portaria Normativa n. 92/2005 593
- Fundação Casa. Auxiliar de enfermagem. Adicional de periculosidade. Não cabimento 593
- Fundação Casa. PCCS 2002 e 2006. Progressão funcional. Ausência de avaliação de desempenho 575
- Fundação Casa. Progressão funcional por antiguidade. Ausência de previsão nos planos de cargos e salários. Indevida 593
- Fundação Casa. Progressão salarial. Empregado contratado na vigência do PCCS/2002. Inaplicabilidade dos PCCS de 2006 e 2013. Súmula n. 51 do TST e art. 468 da CLT 593
- Fundação Casa. Regime 2x2. Jornada semanal de 40 horas. Ausente acordo para compensação 593
- Fundação Casa-SP. Horas extras. Regime de trabalho 2x2. Compensação tácita. Não cabimento 594
- Imposto de Renda. Fundação Casa 594

GARI

- Gari. Utilização de banheiros e refeitórios públicos e comerciais. Dano moral. Indenização. Não cabimento 594

GESTANTE

- Estabilidade gestante. Reintegração ofertada pela empregadora. Recusa da empregada. Indenização substitutiva indevida 595
- Estabilidade provisória. Empregada gestante. Ausência de comunicação do estado gravídico ao empregador 594
- Estabilidade provisória. Gestante. Requisitos 594
- Garantia de emprego. Gestante. Objetivo da estabilidade. Indenização indevida em caso de se desvirtuar a proteção assegurada constitucionalmente. Abuso no exercício do direito de ação e enriquecimento ilícito 595

GORJETA

- Estimativa de gorjeta. Dispensa de pagamento. Ônus probatório 595

GRATIFICAÇÃO

- Gratificação de função percebida por 10 anos ou mais. Incorporação. Cabimento 604
- Gratificação de pronto-socorro. Pagamento habitual. Natureza jurídica 578
- Gratificação do SUS. Reajuste. Previsão legal. Diferenças. Cabimento 653

GREVE

- Greve. Descontos dos salários. Paralisação justificada. Falta grave patronal. Não cabimento 595

GRUPO ECONÔMICO

- Grupo econômico. Caracterização 596
- Grupo econômico. Responsabilidade solidária 596
- Grupo econômico. Responsabilidade solidária. Ônus da prova 596

GUARDA MUNICIPAL

- Guarda Municipal. Adicional de periculosidade. Pertinência. Perícia. Desnecessidade 596

HIERARQUIA DAS LEIS

- Conflito entre normas coletivas. Hierarquia. Enquadramento. Atividade preponderante do empregador. Art. 570 da CLT.....596

HOMOLOGAÇÃO

- Homologação de rescisão contratual efetuada por juiz de paz. Validade 596
- Homologação tardia do TRCT. Multa do art. 477, § 8º, da CLT. Indevida 597

HONORÁRIOS

- Honorários advocatícios 597
- Honorários advocatícios. Advogado particular. Impossibilidade.....616
- Honorários advocatícios. Cabimento 538, 595, 597
- Honorários advocatícios. Justiça do Trabalho. Legislação específica.....597
- Honorários advocatícios. Matéria diversa da relação de trabalho. Multa normativa. Aplicação do art. 85 do CPC (art. 20 do CPC/1973) 630
- Honorários advocatícios. Não cabimento.....540, 555, 562, 595, 596, 600, 601, 605, 627, 637, 653, 658, 661, 663, 666, 670, 674
- Honorários advocatícios. Processo do trabalho. Exigência de requisitos legais e específicos. Inaplicabilidade dos arts. 389 e 404 do Código Civil. Indevidos. Inteligência dos arts. 14 e 16 da Lei n. 5.584/1970 e Súmulas n. 219 e 329 do C. TST.....654
- Honorários advocatícios. Representação sindical. Prova. Timbre do sindicato 614
- Honorários advocatícios. Requisitos da Lei n. 5.584/1970 não preenchidos.....597
- Honorários advocatícios. Sindicato substituto processual.....622

Honorários advocatícios. Súmulas n. 219 e 329 do C. TST.....597

- Honorários advocatícios. Termo de credenciamento sindical. Devidos.....598
- Honorários periciais. Fixação. Observância aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade 598
- Honorários periciais. Redução. Não cabimento 535, 638

HORA *IN ITINERE*

- Horas de percurso fixadas mediante negociação coletiva. Tempo inferior ao gasto pelo trabalhador. Razoabilidade afastada 598
- Horas de percurso. General Motors do Brasil S. A. Local de fácil acesso, servido por transporte regular público. Incompatibilidade entre os horários do transporte público e a jornada do autor, que reside em outra localidade. Indevidas essas horas.....598
- Horas *in itinere*. Acordo coletivo de trabalho. Pré fixação. Proporção e razoabilidade 598
- Horas *in itinere*. Base de cálculo. Globalidade salarial. Regra infensa à negociação coletiva.....599
- Horas *in itinere*. Fato impeditivo do direito do trabalhador. Ônus da reclamada. Arts. 818 da CLT e 333, II, do CPC.....599
- Horas *in itinere*. Fixação do tempo de percurso. Norma coletiva. Proporcionalidade e razoabilidade 599
- Horas *in itinere*. Local de trabalho de fácil acesso. Indevidas.....599
- Horas *in itinere*. Não configuração 635
- Horas *in itinere*. Negociação coletiva 599, 612

- Horas *in itinere*. Prova de existência de transporte público em horários compatíveis com a jornada 599
- Horas *in itinere*. Quantidade fixada em negociação coletiva. Possibilidade. Limite de redução de 50% em relação ao tempo real gasto no trajeto. Princípio de razoabilidade 599
- Horas *in itinere*. Transporte público regular e compatível com a jornada de trabalho. Ausência de prova 600, 619, 661

HORÁRIO À DISPOSIÇÃO

- Horas de sobreaviso. Configuradas. Súmula n. 428, II, do TST 600
- Horas de sobreaviso. Não caracterização 537
- Tempo à disposição para a troca de uniformes. Horas extras. Exclusão pela norma coletiva. Invalidade 608
- Tempo de sobreaviso. Não caracterização 600
- Tempo despendido pelo trabalhador desde a chegada à sede da empresa até o efetivo início do trabalho. Tempo à disposição do empregador 608

HORAS EXTRAS

- Artigo 62, II, da CLT. Não enquadramento. Horas extras devidas 600
- Base de cálculo das horas extras. Verbas de natureza salarial. Integração. Devida 600
- General Motors do Brasil Ltda. Horas extras (minutos residuais). Negociação coletiva. Montante pré fixado. Supressão de direito. Invalidade 601
- Horas extraordinárias indevidas. Motorista de caminhão. Labor em atividade externa. Impossibilidade de permanente fiscalização do trabalho. Situação excepcionada pelo art. 62, I, da CLT 601
- Horas extras e reflexos. Minutos residuais 637
- Horas extras habituais. Acordo de compensação. Invalidade 601
- Horas extras habituais. Compensação de jornada semanal. Descaracterização 601
- Horas extras habituais. Supressão. Indenização. Cabimento 607
- Horas extras habituais: supressão ou redução. Integração indevida 601
- Horas extras por suposto descumprimento do intervalo intrajornada. Indevidas. Transporte urbano rodoviário. Motoristas: “dupla pegada”. Fracionamento da jornada em 2 turnos. Peculiaridade do transporte coletivo terrestre de passageiros. Acordo coletivo de trabalho, que assegura intervalo intrajornada entre 15 minutos e até o máximo de 6 horas 602
- Horas extras. Acordo de compensação de jornada. Prestação de sobrelabor habitual. Descaracterização 603
- Horas extras. Acordo de compensação, para o não trabalho aos sábados. Eventualidade de labor extraordinário. Não descaracterização desse acordo 603
- Horas extras. Adicional de 100% 602
- Horas extras. Atividade externa. Controle de jornada 603
- Horas extras. Ausência de cartões de ponto ou registros de horários. Ônus da prova 603
- Horas extras. Banco de horas previsto em normas coletivas. Indevido seu pagamento 602, 603
- Horas extras. Banco de horas. Súmula n. 85 do TST. Validade 604
- Horas extras. Base de cálculo. Súmula n. 264 do E. TST 604
- Horas extras. Cargo de confiança bancário 604
- Horas extras. Compensação prevista em instrumentos coletivos e no próprio contrato de trabalho. Validade 605
- Horas extras. Diferenças. Cálculo. Divisor 605
- Horas extras. Diferenças. Prova. Pagamento indevido 570
- Horas extras. Gerente operacional. Cargo de confiança. Bancário 605
- Horas extras. Jornada absurda. Necessidade de comprovação robusta 535

- Horas extras. Jornada de trabalho. Escala 12 horas. Regime 6x1. Norma coletiva. Ausência. Invalidade....605
- Horas extras. Jornada. Ônus da prova. Microempresa....606
- Horas extras. Labor externo. Art. 62, inciso I, da CLT....606
- Horas extras. Minutos que antecedem a jornada. Trajeto interno. Tempo à disposição do empregador. Art. 4º da CLT. Súmula n. 429 do TST....606
- Horas extras. Minutos residuais. Cabimento....619
- Horas extras. Minutos residuais. Tempo à disposição....654
- Horas extras. Professor de educação básica. Art. 2º, § 4º, da Lei n. 11.738/2008. Súmula n. 93 do TRT/15ª região....606
- Horas extras. Professora municipal celetista. Indevidas. Dois contratos de trabalho distintos, cada um de 5 horas. Recebimento de remuneração pela carga suplementar. Exegese dos arts. 37, inciso X, e 169 da CF....606
- Horas extras. Prova documental da jornada. Sonegação em juízo. Inversão do ônus probatório. Presunção favorável à pretensão obreira....606
- Horas extras. Revelia do reclamante. Confissão *ficta*. Súmula n. 74, TST. Improcedência....606
- Horas extras. Sistema 12x36. Súmula n. 444 do C. TST....607
- Horas extras. Supressão. Indenização....539
- Horas extras. Troca de uniforme antes do registro do ponto. Obrigatoriedade. Tempo à disposição do empregador. Caracterização....607
- Labor em feriados. Diferenças. Ônus da prova....607
- Minutos residuais impagos. Tempo à disposição. Horas extraordinárias. Pagamento devido....607
- Minutos residuais que antecedem e sucedem a jornada normal de trabalho. Horas extras devidas....607
- Minutos residuais. Tempo despendido no percurso entre a portaria e o setor de trabalho....537
- Minutos residuais. Tempo despendido no percurso entre a portaria e o setor de trabalho e troca de uniforme....584
- Supressão de horas extras habituais. Benefício em favor da trabalhadora. Redução salarial não verificada. Indenização indevida....607
- Supressão de horas extras. Indenização. Prescrição....607

ILEGITIMIDADE

- Ilegitimidade de parte. Responsabilização. Tomador de serviços....608
- Ilegitimidade passiva *ad causam*....608

INCOMPETÊNCIA

- Incompetência da Justiça do Trabalho. Servidor público. Cargo em comissão....608
- Incompetência material da Justiça do Trabalho. Pedido de diferenças de complementação de aposentadoria ou pensão. Município de Capão Bonito....608
- Incompetência material da Justiça do Trabalho. Servidora contratada pela Fundação Faculdade Regional de Medicina de São José do Rio Preto - Funfarme. Integração aos quadros da autarquia Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto - Famerp. Existência de vínculo jurídico-estatutário ou jurídico-administrativo. Cumprimento à decisão proferida na Reclamação Constitucional n. 9.438, do Supremo Tribunal Federal....609

INDENIZAÇÃO

- Concessão de indenização para alimentação *x* fornecimento de refeição. Previsão em convenção coletiva. Interpretação da cláusula convencional....603

- Indenização por dano moral e material. *Quantum* indenizatório 609
- Indenização por dano moral. Assédio moral. Não configuração 605
- Indenização por dano moral. Ausência de banheiro químico adequado no ambiente de trabalho. Prova. Não cabimento 609
- Indenização por dano moral. Dispensa discriminatória não caracterizada 674
- Indenização por dano moral. Fixação..... 609
- Indenização por dano moral. Verbas rescisórias. Inadimplência. Não cabimento 596
- Indenização por danos materias e morais. Doença ocupacional. Equiparação a acidente de trabalho. Nexo concausal. Indenização devida..... 610
- Indenização por danos morais. Ausência de pagamento de verbas trabalhistas. Possibilidade 610
- Indenização por danos morais. Fixação do *quantum* indenizatório. Razoabilidade..... 610
- Indenização por danos morais. Frustração à promessa de emprego. Descompasso com o princípio da boa-fé objetiva..... 651
- Indenização por danos morais. Homofobia no meio ambiente de trabalho. Responsabilidade civil do empregador. Viabilidade..... 610
- Indenização por danos morais. Ilícito trabalhista..... 611
- Indenização por danos morais. Revelia. Confissão..... 611

INTERVALO

- Ausência de registro do horário de intervalo intrajornada. Ônus da prova do empregador 611
- Ferroviário, categoria “C”. Intervalo intrajornada. Não incidência da norma contida no art. 71 da CLT. Regramento próprio da categoria, estabelecido pelo art. 238, § 5º, da CLT..... 611
- Intervalo de 15 minutos que antecede a jornada extraordinária. Art. 384 da CLT..... 583
- Intervalo do art. 384 da CLT. Aplicabilidade à trabalhadora. Constitucionalidade 604
- Intervalo do art. 384 da CLT. Proteção ao trabalho da mulher. Constitucionalidade. Horas extras devidas 611
- Intervalo do art. 384 da CLT. Recepção pela constituição da república de 1988. Ausência de ofensa ao princípio da isonomia 611
- Intervalo interjornada. Art. 66 da CLT. Desrespeito. Pagamento das horas suprimidas..... 612
- Intervalo interjornadas. Cabimento..... 612
- Intervalo interjornadas. Inteligência da Súmula n. 110 do TST 597
- Intervalo intrajornada para refeição e descanso. Supressão parcial. Pagamento de uma hora extraordinária completa. Natureza jurídica salarial 612
- Intervalo intrajornada para repouso e alimentação. Cláusula de norma coletiva prevendo redução sem a autorização do Ministério do Trabalho. Invalidade..... 612
- Intervalo intrajornada superior a duas horas. Previsão em norma coletiva. Ausência de delimitação do tempo elastecido. Invalidade 613, 623
- Intervalo intrajornada usufruído por 45 minutos. Tempo reduzido somente em 15 minutos. Existência de refeitórios de boa qualidade que eram proporcionados aos trabalhadores. Acordos coletivos. Autorizações específicas, também, do MTE. Não cabimento da aplicação da Súmula n. 437 do C. TST, nem da indenização. Art. 71, § 3º, da CLT..... 613
- Intervalo intrajornada. Ambiente artificialmente frio..... 613
- Intervalo intrajornada. Bancário. Extrapolação habitual da jornada de seis horas..... 583
- Intervalo intrajornada. Concessão parcial. Art. 71, § 4º, da CLT. Devido pagamento integral 615
- Intervalo intrajornada. Concessão parcial. Pagamento total do período correspondente..... 567
- Intervalo intrajornada. Concessão parcial. Tempo superior a 50 minutos. Indevido 615

- Intervalo intrajornada. Exegese do art. 71, § 1º, da CLT. Aplicação da Orientação Jurisprudencial n. 178 da SBDI-1 do C. TST.....626
- Intervalo intrajornada. Ferroviários. Categoria "C". Inaplicabilidade do art. 71 e parágrafos da CLT.....613
- Intervalo intrajornada. Gozo parcial. Pagamento do período integral. Aplicação da Súmula n. 437, I, do C. TST.....614
- Intervalo intrajornada. Horas extras. Não ocorrência de *bis in idem*.....533
- Intervalo intrajornada. Prova.....661
- Intervalo intrajornada. Redução através de norma coletiva. Invalidade.....614
- Intervalo intrajornada. Redução por norma coletiva. Impossibilidade.....614
- Intervalo intrajornada. Redução. Ausência de autorização pelo Ministério do Trabalho. Hora intervalar devida. Art. 71, § 4º, da CLT.....614
- Intervalo intrajornada. Redução. Hora extras. Impossibilidade.....614
- Intervalo intrajornada. Redução. Validade. Autorização do Ministério do Trabalho. Art. 71, § 3º, da CLT.....614
- Intervalo intrajornada. Rural. Supressão parcial. Pagamento do período integral com reflexos.....615
- Intervalo intrajornada. Supressão parcial. Ausência de prova.....564
- Intervalo intrajornada. Supressão. Pagamento.....674
- Intervalo intrajornada. Supressão. Pagamento. Natureza salarial.....596
- Intervalo intrajornada. Supressão. Pagamento. Reflexos.....537, 555, 674
- Intervalo mínimo intrajornada. Trabalhadores urbanos e rurais. Aparente antinomia superada pelo "diálogo das fontes".....615
- Intervalo para alimentação e descanso. Redução. Previsão em norma coletiva. Não cabimento. Exigência de autorização expressa do Ministério do Trabalho e Emprego (CLT, art. 71, § 3º).....615
- Intervalo para recuperação térmica. Art. 253 da CLT.....615
- Intervalo para repouso e alimentação. Redução. Norma coletiva. Invalidade.....535
- Intervalo previsto no art. 384 da CLT. Aplicabilidade.....615
- Intervalos intermitentes previstos pela NR-15, Anexo n. 3, Quadros 1 e 3. Violação à norma de ordem pública destinada à proteçao da saúde e higidez do empregado. Tempo de descanso trabalhado passível de remuneração como horas extras.....616

JORNADA DE TRABALHO

- Atividade externa compatível com a fixação de horário de trabalho. Inaplicável a exceção do art. 62, I, da CLT.....616
- Escala 2x2. Inexistência de previsão em norma válida.....616
- Jornada 12x36. Intervalo para refeição e descanso não usufruído. Direito ao intervalo intrajornada, mas não à hora extraordinária.....617
- Jornada 12x36. Norma coletiva. Validade. Intervalo intrajornada.....663
- Jornada de trabalho. Alteração. Retorno à jornada inicialmente contratada. Servidor público.....617
- Jornada de trabalho. Confissão *ficta* do preposto. Desconhecimento dos fatos. Relativização. Juntada de cartão de ponto. Prova pré constituída. Súmula n. 74, II, do TST.....617
- Jornada de trabalho. Horas *in itinere.* Não fornecimento de condução pelo empregador. Utilização de veículo próprio do empregado.....577
- Jornada de trabalho. Intervalo do art. 384 da CLT. Pertinência.....574
- Jornada de trabalho. Tempo à disposição do empregador. Configuração. Horas extras devidas.....572
- Jornada especial (12x36, 12x24 e 12x48). Guarda Municipal. Horas extras, além da 8ª, indevidas.....617

- Operador de teleatendimento. Jornada especial 617
- Regime 12x36. Divisor aplicável 617
- Regime de compensação de horas extras. Descaracterização. Prestação habitual de jornada extraordinária 639
- Regime de compensação de jornada. Regularidade. Intervalo do art. 384 da CLT. Horas extras. Não pagamento 638
- Regime especial de jornada 12x36. Validade. Exigência de acordo coletivo 617
- Sistema de jornada 12x36. Previsão em lei ou norma coletiva. Súmula n. 444 do C. TST. Pagamento em dobro dos feriados trabalhados e não compensados 618

JORNALISTA

- Jornalista. Jornada especial 618

JULGAMENTO

- Julgamento *extra petita*. Caracterização 618
- Julgamento *extra petita*. Reconhecimento. Ausência de prejuízo. Nulidade processual. Não caracterizada 618
- Julgamento *ultra petita*. Ocorrência 538

JUROS DE MORA

- Juros de mora. Base de cálculo 618
- Juros de mora. Condenação imposta à Fazenda Pública. Art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997 618
- Juros de mora. Fazenda pública 618
- Juros de mora. Fazenda Pública. Responsabilidade subsidiária. Art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997. Inaplicabilidade 618

JUSTA CAUSA

- Configuração da justa causa. Hipóteses do art. 482 da CLT. Ônus da prova. Súmula n. 212 do TST 619
- Falta grave. Briga no ambiente de trabalho. Agressões físicas. Justa causa. Caracterização 619
- Justa causa. Art. 482, 'l', da CLT. Abandono de emprego configurado 619
- Justa causa. Ato de improbidade. Prova cabal. Não caracterizada 619
- Justa causa. Ausência de prova. Convolação em dispensa imotivada 534
- Justa causa. Desídia. Caracterização. Faltas reiteradas ao trabalho. Punições disciplinares anteriores 620
- Justa causa. Desídia. Gradação de pena observada. Membro da cipa. Reintegração ou indenização indevida 620
- Justa causa. Mau procedimento. Não configuração 620

JUSTIÇA GRATUITA

- Benefícios da justiça gratuita. Concessão 620
- Benefícios da justiça gratuita. Requisitos 620
- Concessão dos benefícios da justiça gratuita à reclamada. Ausência de depósito recursal. Deserção do apelo 620
- Justiça gratuita. Concessão. Litigância de má-fé. Recurso ordinário. Preparo. Deserção. Inocorrência 621

- Justiça gratuita. Pessoa jurídica. Não comprovada a insuficiência financeira. Recurso ordinário. Deserção 621
- Justiça gratuita. Requisitos 637
- Justiça gratuita. Sindicato. Substituto processual 630
- Justiça gratuita. Sindicato. Substituto processual. Hipossuficiência financeira. Necessidade de prova 621

LAUDO PERICIAL

- Laudo pericial. Livre convencimento motivado do juízo. Validade 621

LEGISLAÇÃO

- Legislação municipal. Instituição de benefício. Interpretação restritiva 621

LEGITIMIDADE DE PARTE

- Legitimidade ativa *ad causam*. Sindicato. Direitos individuais homogêneos dos trabalhadores que tiveram o descanso semanal remunerado concedido após o sétimo dia consecutivo trabalhado 621
- Legitimidade ativa. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA. Contribuição Sindical Rural. Ação ordinária de cobrança 622
- Legitimidade passiva *ad causam* *622*

LIMITE

- Limitação da condenação ao valor atribuído à causa. Inexistência de pedidos líquidos. Não cabimento 622

LIQUIDAÇÃO

- Cálculos apresentados pelo perito judicial em valores superiores aos apresentados pelo exequente. Invalidade. Julgamento *ultra petita* configurado 623
- Impugnação dos cálculos de liquidação. Art. 879, § 2º, da CLT. Preclusão 623

LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

- Abuso do direito de defesa. Litigância de má-fé caracterizada 527
- Litigância de má-fé do reclamante. Tentativa de alterar a verdade dos fatos, usando do processo para obter vantagem indevida 623
- Litigância de má-fé. Não caracterização. Exercício regular do direito de defesa. Multa. Exclusão 542
- Verdade dos fatos alterada pela parte. Multa por litigância de má-fé 624

LITISCONSÓRCIO

- Litisconsórcio passivo. Responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços. Efeitos quando da ocorrência de revelia e confissão *ficta* da fornecedora de mão de obra. Aplicação subsidiária do NCPC 624

LITISPENDÊNCIA

- Litispendência ou coisa julgada. Ação coletiva, ajuizada por sindicato. Substituição processual. Ação individual ajuizada pelo empregado. Não configuradas 624
- Litispendência. Configuração. Extinção do pedido sem resolução do mérito. Inteligência dos arts. 485, V, e 337 do CPC 625

MAGISTÉRIO

- Educador de creche. Piso nacional do magistério. Indevido 625
- Monitora do Senac. Enquadramento na categoria diferenciada dos professores. Indevido 626
- Professor universitário. Situação extraordinária de risco. Dano moral. Fato de terceiro. Responsabilização do empregador. Não cabimento 626
- Professor. Carga horária suplementar. Servidor municipal celetista. Observância aos arts. 7º, XVI, da CF, 318 e 321 da CLT. Adicional de horas extras e reflexos devidos 627
- Professor. Descanso semanal remunerado 627
- Professor. Horas extras 627
- Professor. Horas extras. Atividade extra classe. Composição da jornada de trabalho após a Lei n. 11.738/2008 627
- Professor. Horas extras. Carga horária destinada à interação com os educandos e destinada a atividades extraclasse. Lei n. 11.738/2008 627
- Professor. Prorrogação de jornada. Adicional de horas extras devido 627
- Professor. Remuneração mensal fixa. Indevido o pagamento do descanso semanal remunerado 627
- Professor. Remuneração por hora-aula. Descanso semanal remunerado 628
- Professor. Remuneração por hora-aula. Devido o pagamento do descanso semanal remunerado 628

MANDADO DE SEGURANÇA

- Mandado de segurança. antecipação dos efeitos da tutela. Indeferimento. Necessidade de dilação probatória 628
- Mandado de segurança. Apreensão de CNH. Inserção de cláusula de inalienabilidade e de não circulação de veículo. Segurança parcialmente concedida 628
- Mandado de segurança. Execução. Exclusão do polo passivo. Perda do objeto 628
- Mandado de segurança. Existência de meio processual próprio para revisão da decisão impugnada. Inadmissibilidade 628
- Mandado de segurança. Penhora de proventos de aposentadoria. Impenhorabilidade 628

MEDIDA CAUTELAR

- Tutela cautelar antecedente. Agravo de petição. Efeito suspensivo 629
- Tutela cautelar antecedente. Atribuição de efeito suspensivo a recurso ordinário 629

MOTORISTA

- Motorista carreteiro. Trabalho externo. Enquadramento na exceção do art. 62, I, da CLT. Não configuração 629
- Motorista. Vencimento e suspensão da CNH. Falta grave. Imediatidade. Configuração 629

MULTA

- Mora rescisória. Multa do art. 477, § 8º, da CLT. Cabimento 629
- Multa convencional. Inaplicabilidade 630
- Multa do art. 467 da CLT. Verbas rescisórias. Pagamento realizado antes do comparecimento ao juízo. Indevida 630
- Multa do art. 467, CLT. Multa de 40% do FGTS. Incidência 630
- Multa do art. 477 da CLT. Atraso na homologação da rescisão. Indevida quando não há mora na quitação 630
- Multa do art. 477 da CLT. Reconhecimento de vínculo em juízo. Cabimento 573
- Multa do art. 477, § 8º, da CLT. Cabimento 627
- Multa do art. 477, § 8º, da CLT. Reversão da justa causa. Multa devida 655
- Multa do art. 523 do CPC. Aplicação ao processo do trabalho. Momento da definição 630

- Multa. Embargos protelatórios. Cabimento 630
- Multa. Litigância de má-fé. Necessidade de violação do art. 77 do NCPC 630
- Multas dos arts. 467 e 477 da CLT. Responsabilidade subsidiária 608

MUNICÍPIO

- Município de Franca. Férias. Remuneração em atraso. Pagamento em dobro 631
- Município de Barbosa. Adicionais por tempo de serviço (sexta parte e quinquênios) previstos no Estatuto dos servidores públicos municipais. Servidor público celetista. Inaplicabilidade 631
- Município de Capão Bonito. Competência da Justiça do Trabalho 631
- Município de Cruzeiro. Alteração de Regime jurídico. Lei n. 2.876/1995. Revogação pela Lei n. 3.064/1997. Competência da Justiça do Trabalho 631
- Município de Cruzeiro. Previsão em lei municipal de pagamento da parcela denominada "sexta parte". Base de cálculo. Violação do art. 37, XIV, da Constituição da República. Não configuração 631
- Município de Cruzeiro. Regime jurídico celetista. Competência da Justiça do Trabalho 631
- Município de Franca. Programa de Demissão Voluntária - PDV. Lei municipal n. 6.180/2004. Ausência de interesse público para concessão do benefício. Adesão indeferida 632
- Município de Mairinque. Abono previsto em lei para ser concedido por prazo certo. Incorporação ilegal via decreto 632
- Município de Mirassol. Lei complementar n. 3.458/2011. Reajustes dos professores atrelados aos índices aplicados ao piso nacional do magistério 632
- Município de Mirassol. Professora. Pretensão às diferenças salariais decorrentes do confronto entre a Lei complementar municipal n. 3.458/2011 e as Leis complementares municipais n. 3.556/2013, 3.622/2014 e 3.739/2015. Natureza distinta dos diplomas legais invocados. Impossibilidade de equiparação do índice de reajuste salarial aplicável apenas aos professores com o índice de Revisão geral anual extensível a todos os servidores municipais 632
- Município de Mirassol. Reajuste salarial. Profissionais da educação 633
- Município de Mogi Mirim. Educadora infantil. Alegado desvio de função. Pedido de diferenças salariais. Equiparação com professora da primeira infância. Violação à Constituição Federal (art. 37), Orientação Jurisprudencial 297 da SBDI-1 do C. TST e Súmula n. 339 do C. STF. Indevido 633
- Município de Monte Aprazível. Vale alimentação. Natureza indenizatória 633
- Município de Pindamonhangaba. Sexta parte. Inconstitucionalidade da lei orgânica municipal afastada 634
- Município de Piracicaba. Terceirização lícita. Atividade fim. Responsabilidade subsidiária. Incidência da Súmula n. 331 do C. TST. Possibilidade 634
- Município de Pradópolis. Auxílio alimentação. Reflexos 634
- Município de Santa Cruz do Rio Pardo. Remuneração. Adicional de insalubridade. Limpeza de banheiros de uso público. Exposição a agentes biológicos 634
- Município de São Carlos. Salário esposa. Princípio da isonomia 634
- Município. Dobra de férias. Súmula n. 450. Dobra do abono pecuniário. Cabimento 635

NULIDADE

- Nulidade da dispensa. Ato discriminatório. Diagnóstico de neoplasia mamária. Conhecimento do setor médico da empresa. Ciência do empregador. Indenização por danos morais 549

OFÍCIO

- Expedição de ofícios. Poder-dever do magistrado 573

ÔNUS DA PROVA

- Período contratual sem registro. Fato constitutivo de direito. Ônus da prova do reclamante 635

PAGAMENTO

- Pagamento “por fora” (extra folha de salários). Meio de prova. Indícios e presunções. Viabilidade 635

PENA DE CONFISSÃO

- Confissão *ficta* e revelia. Efeitos..... 636
- Confissão *ficta*. Ausência do reclamante à audiência em que deveria prestar depoimento. Inexistência de cominação expressa da consequência processual na ata de audiência. Nulidade reconhecida..... 636

PENHORA

- Constrição judicial. Imóvel reservado em ação de dissolução da sociedade conjugal. Homologação perante o juízo cível. Ausência de averbação no registro próprio. Impenhorabilidade 636

PONTO

- Cartões de ponto. Horários de trabalho. Invalidade 636

PDV

- PDV. Quitação genérica. Inteligência da OJ n. 270 da SDI-1 do TST..... 637

PEDIDO DE DEMISSÃO

- Pedido de demissão. Ausência de comprovação do vício de consentimento. Verbas rescisórias indenizatórias indevidas 637

PENHORA

- Penhora. Plano de previdência privada. Impossibilidade. Art. 833, inciso IV, do CPC/2015..... 637

PENSÃO

- Pedido de lucros cessantes (pensão por morte) 637

PERÍCIA MÉDICA

- Perícia médica. Medicina do Trabalho e outras exigências quanto à formação e especialidade do perito. Nulidade. Cerceamento de defesa. Inexistência 637

PERICULOSIDADE

- Periculosidade. Agentes inflamáveis. Exposição intermitente. Adicional devido. Exegese da Súmula n. 364 do C. TST 638

PETIÇÃO INICIAL

- Petição inicial. Requisitos. art. 840, § 1º, da CLT. Compreensão da controvérsia. Exercício do direito de defesa. Indeferimento da petição inicial. Impossibilidade 638

PETROBRAS

- Petrobras Distribuidora. Contrato de transporte de combustível. Atividade fim do tomador de serviço. Terceirização. Responsabilidade 638
- Petrobras. Tomador de serviços. Contrato de empreitada. Serviços de caráter infraestrutural. Responsabilidade subsidiária. Cabimento 638
- Responsabilidade. Dono da obra. Petrobras. Aplicabilidade da OJ n. 191 da SDI-i do C. TST 639

PISO SALARIAL

- Piso salarial previsto pela Lei federal n. 12.994/2014. Agente comunitário de saúde. Diferenças salariais devidas 639
- Piso salarial professores. Lei n. 11.738/2008. Educadores infantil. Aplicabilidade 639
- Piso salarial. Convenção coletiva de trabalho e Acordo coletivo de trabalho. Art. 620 da CLT. Norma mais favorável. Prevalência 639

PLANO DE SAÚDE

- Plano de saúde. Direito decorrente de extinto contrato de trabalho. Competência da Justiça do Trabalho 639
- Plano de saúde. Lei n. 9.656/1998. Mesmas condições 640
- Plano de saúde. Obrigações decorrentes de contrato de trabalho. Competência da Justiça do Trabalho 640

PLANTÃO

- Plantão. Reflexos nos descansos semanais remunerados. Cálculo sobre o valor mensal. Não cabimento 640

PRAZO

- Desrespeito ao prazo previsto no art. 145 da CLT. Pagamento das férias em dobro 640
- Prazo não concedido para emenda da inicial. Extinção do processo sem resolução de mérito impossibilidade 640

PRÊMIO

- Prêmio incentivo. Lei estadual n. 8.975/1994. Natureza jurídica 641
- Prêmios. Integração e reflexos. Improcedência 547

PRESCRIÇÃO

- Prescrição quinquenal. Contagem 641
- Prescrição. Ação coletiva ajuizada pelo sindicato profissional. Identidade de pedido 641

- Prescrição. Acidente típico. Termo *a quo* *526*
- Prescrição. Alegação na instância ordinária. Possibilidade..... 641
- Prescrição. Arguida em recurso. Súmula n. 153 do TST. Validade 641
- Prescrição. FGTS. Parcelamento/reparcelamento de dívida junto à Caixa Econômica Federal. Renúncia à prescrição configurada 641
- Prescrição. Matéria de ordem pública. Pode ser alegada a qualquer tempo 642

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

- Negativa de prestação jurisdicional. Não caracterizada. Fixação do pensionamento mensal por 120 meses. Efeito devolutivo 549
- Negativa de prestação jurisdicional. Nulidade. Não caracterização..... 642
- Negativa de prestação jurisdicional. Nulidade. Não caracterização. Princípio da devolutividade recursal 623
- Nulidade processual. Negativa de prestação jurisdicional 635

PRINCÍPIO

- Princípio da identidade física do juiz. Nulidade. Súmula n. 136 do TST. Súmula n. 222 do STF. Novo CPC. Inaplicabilidade..... 642
- Princípio da irredutibilidade salarial. Ofensa. Gratificação de função. Cargo em comissão. Destituição. Reversão ao cargo efetivo. Não caracterização..... 642

PROCESSO

- Processo físico. Posterior migração. Sistema PJE-JT. Ausência de peças essenciais. Não conhecimento..... 642
- Processo trabalhista. Art. 475-J CPC/1973 (art. 523, § 1º, do CPC/2015). Inaplicabilidade 601

PROCESSO DO TRABALHO

- Artigo 523, § 1º, do CPC/2015. Incompatibilidade com o processo do trabalho 642
- Processo civil e do trabalho. Coisa julgada. Adicional de insalubridade. Relação jurídica continuativa. Alteração de precedente judicial persuasivo. Aplicação do art. 505, I, do Código de Processo Civil. Possibilidade 643
- Processo de alçada. Não conhecimento do recurso ordinário. Matéria não constitucional. Exegese dos §§ 3º e 4º do art. 2º da Lei n. 5.584/1970. Aplicação das Súmulas n. 71 e 356 do C. TST 643

PROGRESSÃO FUNCIONAL

- Progressão horizontal. Plano de carreira e evolução funcional. Omissão do empregador..... 643

PROMESSA DE EMPREGO

- Promessa de emprego. Frustração da expectativa de contratação. Responsabilidade pré contratual. Dano moral configurado *in re ipsa*. Indenização devida..... 643

PROVA

- Prova documental da jornada. Sonegação em juízo. Inversão do ônus probatório. Presunção favorável à pretensão obreira..... 643
- Prova pericial. Ausência de elementos técnicos capazes de infirmar o laudo do perito. Adicional de periculosidade. Indevido 644

QUINQUÊNIO

- Quinquênio. Anuênio. Cumulação 618

REAJUSTE SALARIAL

- Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS). Reajustes salariais. Índices do CRUESP. Previsão no estatuto social da reclamada. Aplicação 644

RECURSO

- Ausência de interesse processual 644
- Recurso do devedor principal quanto à responsabilidade subsidiária do tomador. Falta de preenchimento dos pressupostos recursais objetivos e subjetivos. Não conhecimento do recurso 644
- Recurso ordinário da confederação autora. Cobrança de Contribuição Sindical Rural. Ausência de notificação pessoal. Ausência de regular constituição e lançamento do tributo 644
- Recurso ordinário. Cerceamento de defesa. Testemunha. Parentesco com sócio da reclamada. Impedimento caracterizado 645
- Recurso ordinário. Dano moral. Mudança de horário necessária. Risco de vida. Medidas judiciais protetivas contra ex-companheiro 645
- Recurso ordinário. desErção. Depósito recursal. Isenção. Pessoa jurídica. Justiça gratuita. Alcance 645
- Recurso ordinário. Desídia não configurada. Faltas supostamente injustificadas após sucessivas alterações unilaterais na jornada de trabalho sem prévia comunicação e em curto espaço de tempo. Suspensões disciplinares. Direito de resistência do empregado. Nulidade da despedida por justa causa 645
- Recurso ordinário. Devido processo legal. Prova emprestada utilizada sem a anuência da parte. Pertinência 646
- Recurso ordinário. Embargos de declaração. Efeito modificativo. Aditamento ao recurso interposto. Preclusão 646
- Recurso ordinário. Empregado falecido e dependentes perante a Previdência social. Aplicação da Lei n. 6.858/1980 646
- Recurso ordinário. Fornecimento do Perfil Profissiográfico Previdenciário atualizado. Irrelevância da destinação do documento 646
- Recurso ordinário. Fundação Casa. Remuneração. Incorporação de gratificação de função. Servidor celetista. Possibilidade 646
- Recurso ordinário. Incompetência material da Justiça do Trabalho. Complementaçao de aposentadoria. Reflexos dos valores pleiteados nas contribuições da entidade de previdência privada 647
- Recurso ordinário. Microempresário. Justiça gratuita. Benefícios. Possibilidade e deserção 647
- Recurso ordinário. Município de Capão Bonito. Remuneração. Progressão por merecimento. Avaliações de desempenho realizadas. Diferenças salariais devidas 647
- Recurso ordinário. Município de Cruzeiro. Recolhimento do FGTS 648
- Recurso ordinário. Município de Mococa. Descontos salariais. Empréstimo bancário consignado. Limites 648
- Recurso ordinário. Município de Mogi Mirim. Agente comunitário de saúde. Incentivo financeiro adicional. Portarias do Ministério da Saúde 648
- Recurso ordinário. Município de Paulínia. Convênio. Responsabilidade subsidiária 648
- Recurso ordinário. Município de Valparaíso. Remuneração. Diferenças salariais devidas com base no piso salarial instituído pela Lei federal n. 11.738/2008 aos profissionais do magistério 648

- Recurso ordinário. Plano de saúde. Lei n. 9.656/1998 e Resolução Normativa n. 279/2011 da ANS 649
- Recurso ordinário. Prescrição. Ação coletiva ajuizada pelo sindicato profissional. Identidade de pedido 649
- Recurso ordinário. Prescrição. Ação trabalhista anteriormente arquivada. Ausência de alegação e comprovação de pedidos idênticos no momento processual oportuno. Preclusão 649
- Recurso ordinário. Razões dissociadas do decidido. Não conhecimento 649
- Recurso ordinário. Servidor público celetista. Diferenças salariais. Abonos salariais em valores lineares. Natureza jurídica de revisão geral anual. Deferimento por decisão judicial. Validade. Princípios constitucionais da isonomia, proporcionalidade, legalidade e tripartição dos poderes 649
- Recurso ordinário. Servidor público celetista. Diferenças salariais. Abonos salariais em valores lineares. Natureza jurídica de Revisão geral anual. Deferimento por decisão judicial. Validade. Princípios constitucionais da isonomia, proporcionalidade, legalidade e tripartição dos poderes 650
- Recurso ordinário. Sucessão inexistente. Recuperação judicial. Alienação de unidade produtiva isolada. Novo contrato de trabalho 650

REDUÇÃO SALARIAL

- Redução salarial. Acordo coletivo negociado diretamente com os trabalhadores. Mera comunicação ao sindicato de classe. Nulidade 650

REGIME JURÍDICO

- Mudança de Regime jurídico. Celetista para estatutário. Extinção do contrato de trabalho. Indevida multa de 40% do FGTS 650
- Mudança do Regime de celetista para estatutário. Extinção do contrato de trabalho. Levantamento do FGTS 651

RELAÇÃO DE EMPREGO

- Caseiro. Contrato de comodato. Vínculo de emprego. Não configuração 651
- Negativa de vínculo de emprego. Ônus da prova 651
- Pedido de vínculo de emprego. Ausência dos requisitos legais. Liame empregatício não caracterizado 651
- Relação de emprego. Pessoalidade. Possibilidade de substituição 651
- Vínculo de emprego. Comprovação dos requisitos essenciais 651
- Vínculo de emprego. Data do encerramento do pacto laboral. Ônus da prova do empregador 652
- Vínculo de emprego. Inexistente. Contrato de franquia 652
- Vínculo de emprego. Não caracterização 652
- Vínculo de emprego. Necessidade de preenchimento dos requisitos legais 652
- Vínculo empregatício Reconhecido em juízo. Multa do art. 477. Incidência 652
- Vínculo empregatício. Cooperativa. Caracterização 652
- Vínculo empregatício. Corretor de seguros. Configurado 652
- Vínculo empregatício. Inexistência. Prova da prestação autônoma de serviços 653
- Vínculo empregatício. Não caracterização 653
- Vínculo empregatício. Reconhecimento em juízo. Multa do art. 477, § 8º, da CLT. Devida 653
- Vínculo empregatício. Requisitos. Prova. Caracterização 653

REMESSA NECESSÁRIA

- Remessa necessária. Não conhecimento 653
- Remessa oficial. Sentença ilíquida. Submissão ao duplo grau de jurisdição 628, 653

REMUNERAÇÃO

- Remuneração. Acúmulo de função. Art. 456 da CLT. Não caracterização 654
- Remuneração. Adicional de insalubridade. Limpeza de banheiros de uso público. Exposição a agentes biológicos 654
- Remuneração. Auxílio alimentação. Natureza indenizatória.não integração. Lei estadual n. 7.524/1991 654

REPOUSO SEMANAL REMUNERADO

- Descanso Semanal Remunerado (DSR). Empregado horista. Salário complessivo 654
- Empregado mensalista. Reflexos das horas extras em DSR. Verba devida 604
- Repercussão do repouso semanal remunerado, acrescido da média das horas extras, no cálculo das férias, do décimo terceiro salário, do aviso-prévio e dos depósitos do FGTS 604
- Repouso semanal remunerado. Reflexo nas demais parcelas. OJ n. 394 da SBDI-1 do C. TST 599

REPRESENTANTE COMERCIAL

- Representante comercial. Vínculo de emprego. Reconhecimento 654

REQUISIÇÃO

- Requisição de pequeno valor. Descumprimento do prazo de 180 dias para edição de Lei municipal com estabelecimento de valor referência, prevalência dos limites fixados no § 12 do art. 97 do ADCT da Constituição Federal 655

RESCISÃO DO CONTRATO

- Mora rescisória. Caracterização. Depósito do acréscimo de 40% do FGTS. Inadimplemento. Multa do art. 477, § 8º, da CLT. Cabimento 568
- Rescisão contratual de iniciativa da empregada. Mais de um ano de serviço. Ausência de homologação, pelo sindicato, do pedido de demissão formulado pela empregada. Confissão. validade 655
- Rescisão contratual. Abandono de emprego. Prova 655
- Rescisão contratual. Iniciativa do trabalhador 655
- Rescisão do contrato de trabalho. Imputação de justa causa. Agressões físicas à colega de trabalho (482, “J”, da CLT). Necessidade de prova inequívoca 656
- Rescisão do contrato de trabalho. Imputação de justa causa. Ato de improbidade (482, “A”, da CLT). Necessidade de prova inequívoca 656
- Rescisão do contrato de trabalho. Justa causa. Ônus da prova. Empregador 656
- Rescisão indireta do contrato de trabalho. Configurada. art. 483 da CLT. Atos omissivos ou comissivos do empregador 656
- Rescisão indireta. configuração. Ausência de depósito do FGTS e atraso reiterado no pagamento de salários e do vale-refeição 656

RESPONSABILIDADE

- Responsabilidade civil do empregador. Indenização por danos morais. Assédio moral no trabalho. Ofensa à honra, à imagem e à dignidade do(a) trabalhador (a) 657
- Responsabilidade civil. Danos morais. Assédio moral no trabalho. Ofensa à honra, à imagem e à dignidade do trabalhador 657
- Responsabilidade civil. Indenização por danos morais. Ausência de instalações adequadas no local de trabalho. Tratamento degradante. Ausência mínima de higiene e salubridade no meio ambiente do trabalho. Direito a indenização. Pertinência..... 568, 657
- Responsabilidade do município. Intervenção em hospital privado..... 658
- Responsabilidade pelas verbas trabalhistas. Sociedade de fato não demonstrada. Indevida 556

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

- Responsabilidade solidária. Grupo econômico 658

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA

- Concessão aeroportuária. Aeroportos Brasil - Viracopos S. A. “Dona da obra”. Não configuração. Subempreitada. Construção civil. ampliação de aeroporto. Responsabilidade subsidiária. Cabimento..... 658
- Responsabilidade subsidiária da terceira reclamada, tomadora dos serviços. Acordo judicial homologado..... 659
- Responsabilidade subsidiária do ente público. Limitação. Aplicação da Súmula n. 363 do C. TST 659
- Responsabilidade subsidiária. Administração pública direta e indireta. Cabível quando comprovada a culpa *in vigilando* do tomador dos serviços. declsão do STF declarando a constitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei n. 8.666/1993. Aplicação da Súmula n. 331, V, do C. TST 659
- Responsabilidade subsidiária. Administração pública. Tomadora de serviços. Culpa *in vigilando*. Observância dos arts. 927 e 186 do Código Civil 659
- Responsabilidade subsidiária. Contrato. Prejuízo a terceiros. Inadmissibilidade. Caracterização..... 660
- Responsabilidade subsidiária. Ente público. Ausência de efetiva fiscalização 660
- Responsabilidade subsidiária. Ente público. Incidência da Súmula n. 331, item V, do C. TST 660
- Responsabilidade subsidiária. Ente público. Necessidade de prova de ausência de fiscalização 660
- Responsabilidade subsidiária. Estado de São Paulo. Contrato firmado com empreiteira para execução de obra certa. Não cabimento..... 660
- Responsabilidade subsidiária. Lavoura de cana-de-açúcar. Aquisição de matéria-prima. Empresa agroindustrial. Tomador final dos serviços. Cabimento..... 660
- Responsabilidade subsidiária. Órgão público. Aplicação da Súmula n. 331 do E. TST. Culpa *in vigilando*. Configuração..... 661
- Responsabilidade subsidiária. Petrobras Distribuidora S. A. Inexistência. Dona da obra. Orientação Jurisprudencial n. 191 da SBDI-I do C. TST..... 661
- Responsabilidade subsidiária. Redirecionamento da execução 661
- Responsabilidade subsidiária. SESI. Súmula n. 331, IV, do TST. Aplicabilidade 661
- Responsabilidade subsidiária. Súmula n. 331, IV. TST. Art. 8º, CLT. Art. 186, CC..... 662
- Responsabilidade subsidiária. Terceirização 530, 622
- Responsabilidade subsidiária. Terceirização lícita. Atividade meio..... 662

- Responsabilidade subsidiária. Terceirização. Ente público contratante. Súmula n. 331, IV, do C. TST 662
- Responsabilidade subsidiária. Terceirização. Tomador e beneficiário dos serviços deve responder pelas obrigações trabalhistas. Inteligência do art. 1º da CF/1988, arts. 186 e 187 do Código Civil e Súmula n. 331, IV e VI, do C. TST 662
- Responsabilidade subsidiária. Tomador de serviço. Ente público. Reconhecimento 662, 667
- Responsabilidade subsidiária. Tomador de serviços 653
- Responsabilidade subsidiária. Tomador de serviços. Culpa. Cabimento 608

REVELIA

- Revelia e confissão. Pluralidade de réus. Efeitos 663
- Revelia. Argumentações recursais possíveis. Supressão de instância. Princípios do contraditório e da ampla defesa 641

SALÁRIO

- Auxiliar de desenvolvimento infantil. Piso nacional do magistério. Indevido 663
- Corte de cana. Salário por produção. Normas coletivas. Conversão do metro linear em toneladas. Ônus probatório. Diferenças salariais. Cabimento 664
- Equiparação salarial. Art. 461 da CLT combinado com a Súmula n. 6 do C. TST. Requisitos para a concessão 664
- Equiparação salarial. Ausência dos requisitos do art. 461 da CLT. Impossibilidade de reconhecimento 664
- Equiparação salarial. Identidade de função. Prova. Não configuração 595
- Equiparação salarial. Ônus da prova 664
- Equiparação salarial. Requisitos. Identidade de função 644
- Equiparação salarial. Servidor público. Indevida 644
- Revisão geral anual. Percentuais diferenciados de reajustes. Ocorrência de distinção de índices. Inconstitucionalidade 665

SENTENÇA

- Nulidade da sentença. Ausência de notificação pessoal da união. Retorno dos autos à Vara do Trabalho de origem. Apreciação da questão *ex officio*. Possibilidade 665
- Sentença criminal condenatória transitada em julgado. Justa causa. Caracterização 665

SERVIDOR PÚBLICO

- Servidor público celetista. Contratação sem concurso. Invalidação do ato. Autotutela da administração pública. Município. Decadência administrativa. Prazo 665
- Servidor público celetista. Município de Casa Branca. Lei municipal n. 1, de 26 de agosto de 1947. Licença-prêmio. Indevida 665
- Servidor público celetista. Quinquênio. Sexta parte. Art. 129 da Constituição Estadual de São Paulo. Inconstitucionalidade. Incompatibilidade com o Regime celetista. Não configuração 665
- Servidor público municipal. Revisão geral de salário. Chefe do Poder executivo. Omissão. Lei orgânica municipal 666
- Servidor público. Revisão geral anual. Art. 37, X, da CF 666
- Servidor público. Revisão geral anual. Art. 37, X, da CF/1988. Não caracterização 653

SEXTA PARTE

- Sexta parte. Base de cálculo 666

- Sexta parte. Base de cálculo. Exclusão do prêmio incentivo. Princípio da legalidade.....666
- Sexta parte. Servidor público estadual. Base de cálculo.....666
- Superintendência de Controle de Endemias SUCEN. Sexta parte (art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo). Extensão aos empregados celetistas. Possibilidade 667

SINDICATO

- Sindicato. Substituição processual. Ilegitimidade ativa *ad casusam*. Direitos individuais homogêneos.....667

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

- Sociedade de economia mista vinculada à administração pública. Necessidade de motivação para dispensa de empregados.....667

SUBEMPREITADA

- Quarteirização. Contrato de subempreitada. Responsabilidade solidária do tomador de serviço. Reconhecimento 667

SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL

- Substituição processual. Sindicato. Horas extras. Direitos individuais homogêneos. Legitimidade 667

SUCESSÃO TRABALHISTA

- Sucessão trabalhista. Configuração.....668
- Sucessão trabalhista. Não continuidade da prestação de serviço. Não configuração.....668

SÚMULA

- Súmula n. 268 do C. TST. Interrupção da prescrição. Ônus da prova 668
- Súmula n. 363 do C. TST. Contrato nulo. Efeitos (nova redação). Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003.....659

SUSPEIÇÃO

- Suspeição de magistrado. Efeitos. Nulidade da sentença 668

TELEFONISTA

- Telefonista. Art. 227 da CLT. Exercício de diversas tarefas. Inaplicabilidade da jornada de trabalho de seis horas 668

TERCEIRIZAÇÃO

- CEF. Concurso público. Terceirização para realização dos serviços atinentes às atividades dos técnicos bancários durante o prazo de validade do certame. Desvio de finalidade. Direito subjetivo do candidato preterido à nomeação 669
- Terceirização de atividade fim. Contrato fraudulento de facção. Responsabilidade subsidiária das empresas envolvidas.....669

- Terceirização ilícita. Responsabilidade solidária da empresa tomadora de serviços 669
- Terceirização lícita. Responsabilidade subsidiária 669
- Terceirização lícita. Responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços. Cabimento 699
- Terceirização. Convênio com entidade não governamental de ação social. Responsabilidade subsidiária do município. Aplicação do inciso IV da Súmula n. 331 do C. TST 670
- Terceirização. Ente público. Responsabilidade subsidiária 663, 670
- Terceirização. Pessoa jurídica de direito público. Responsabilidade subsidiária pelas obrigações trabalhistas. Processo de licitação. Art. 71 da Lei n. 8.666/1993. Cabimento 670
- Terceirização. Serviços de limpeza hospitalar. Ente público. Responsabilidade subsidiária 670
- Terceirização. Serviços de vigilância. Ente público. Responsabilidade subsidiária 670

TERMO DE CONCILIAÇÃO

- Termo de conciliação firmado perante Comissão de conciliação prévia. Ausência de ressalvas. Efeitos. Quitação geral do contrato de trabalho 671

TRABALHADOR

- Hora noturna reduzida. Trabalhador rural. Lei n. 5.889/1973 624
- Trabalhador autônomo. Antigo “chapa”. Contratado por empresa interposta, e não registrado 671
- Trabalhador externo. Jornada controlada. Horas extras devidas 653
- Trabalhador rural. Adicional de remuneração. Trabalho a céu aberto. Exposição ao 653calor excessivo. Insalubridade 678
- Trabalhador rural. Horas *in itinere*. Transporte público regular e compatível com a jornada de trabalho. Ausência de prova 674
- Trabalhador rural. Trabalho a céu aberto. Agente calor. Insalubridade. Possibilidade de caracterização 671

TRABALHO

- Montador. Trabalho externo. Enquadramento na exceção do art. 62, I, da CLT. Não configuração 671
- Trabalho “pejotizado” na manutenção de bombas de combustível. Subordinação estrutural caracterizada. Vínculo de emprego reconhecido 671
- Trabalho da mulher. Prorrogação da jornada. Intervalo obrigatório 672
- Trabalho em condições insalubres por calor acima dos limites de tolerância. Ausência de pausas de recuperação térmica. Pagamento do adicional de insalubridade. Inexistência de danos morais indenizáveis 672
- Trabalho externo. Possibilidade de controle da jornada 672
- Trabalho externo. Possibilidade de fiscalização da jornada pelo comparecimento do trabalhador na sede da empresa no início e fim do expediente. Inaplicável a exceção prevista no art. 62, I, da CLT 672
- Trabalho rural a céu aberto. Exposição ao calor excessivo. Insalubridade 672

TRANSAÇÃO

- Transação. Adesão a PDV. Ocorrência. Regras do plano de saúde para inativos. Validade. Direito à manutenção do plano: Inexistente. extinção do processo com resolução de mérito: Art. 487, inciso III, letra “B”, do CPC 673
- Transação. Adesão a programa de desligamento voluntário. Ocorrência. reforma da OJ n. 270 da SBDI-1 do C. TST, pelo plenário do STF, em Sessão do dia 30.4.2015 672

TURNO DE REVEZAMENTO

- Turno ininterrupto de revezamento. Negociação coletiva. Descumprimento 673
- Turnos ininterruptos de revezamento. Acordo coletivo. Fixação de jornada superior a seis horas diárias. Ausência de contrapartida. Inválido 673
- Turnos ininterruptos de revezamento. Alternância em períodos variáveis. Caracterização 674
- Turnos ininterruptos de revezamento. Definição 547
- Turnos ininterruptos de revezamento. Elastecimento da jornada por norma coletiva. Ausência de contrapartida. Invalidade 674
- Turnos ininterruptos de revezamento. Elastecimento da jornada. Ausência de norma coletiva 635
- Turnos ininterruptos de revezamento. Existência de labor extraordinário habitual. Descaracterização da negociação coletiva. Manutenção da jornada de seis horas 674

TUTELA ANTECIPADA

- Tutela antecipatória revogada pela sentença de improcedência. Pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso ordinário. Não restabelecimento da tutela revogada 674

TUTELA INIBITÓRIA

- Tutela inibitória. Alteração dos horários da jornada no comércio. Final do ano. cabimento 675

UNICIDADE DO CONTRATO

- Unicidade contratual. Contratos de safra 625
- Unicidade contratual. Não caracterização 675

VALE-TRANSPORTE

- Vale-transporte. Indenização. Não cabimento 670
- Vale-transporte. Ônus da prova. Recurso ordinário do município 675

VALOR DA CAUSA

- Custas processuais. Valor da causa. Fixação 542
- Valor de alçada. Não conhecimento do recurso 675

VENDEDOR

- Vendedor. Atividade externa. Art. 62, I, da CLT. Controle indireto e à distância da jornada de trabalho. Adicional de horas extras devido 676

VERBA RESCISÓRIA

- Verbas rescisórias. Não pagamento injustificado. Dano moral. Violação de bens jurídicos constitucionais. Indenização devida 676

VIGIA

- Vigia e vigilante. Distinção entre essas funções. Pedido de adicional de periculosidade. Não aplicação, ao vigia (na verdade, era apenas um porteiro), nos termos da Lei n. 12.740/2012, regulamentada pela Portaria do MTE n. 1.885/2013, de 3.12.2013 677
- Vigia. Adicional de periculosidade 677
- Vigilante. Escala 12x36. Validade 677